

CADERNO DE RESUMOS DA



11^a SIAC

**SEMANA DE INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA DA UFRJ | 2022**

**Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas**

14 a 18 de fevereiro de 2022

S471 Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (11. : 2022 :
 Rio de Janeiro, RJ)
 Caderno de resumos da 11a. Semana de Integração
 Acadêmica da UFRJ, 2022, 14 a 18 de fevereiro de 2022
e [recurso eletrônico] : CCJE - Centro de Ciências Jurídicas
 Econômicas. – Rio de Janeiro : UFRJ, 2022.
 1 recurso eletrônico (194 p.) : digital

 Inclui bibliografia.

 1. Ciência - Congressos. 2. Pesquisa - Congressos. 3.
 Extensão universitária - Congressos. I. Universidade
 Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

 CDD: 378.155

Apresentação

A UFRJ realiza em 2022, pela primeira vez de forma totalmente virtual, a 11ª Semana de Integração Acadêmica (SIAC), de 14 a 18 de fevereiro. Em um cenário de crise sanitária e humanitária devido a pandemia da Covid-19 e com o adiamento da SIAC em 2020 e 2021, a comunidade acadêmica se reinventa para apresentar 5.826 trabalhos de pesquisa, ensino e extensão em todos os campos do conhecimento.

Trazendo debates, oficinas, minicursos e aberto ao público, a SIAC reflete os avanços científicos e culturais em um presente urgente e aponta para futuros em construção, tendo como horizonte a diversidade, a excelência e o compromisso com a democracia e a transformação social.

História

Desde 2010, a SIAC integra eventos anteriores — a Jornada de Iniciação Científica Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC), o Congresso de Extensão, a Jornada de Pesquisa e Extensão da UFRJ-Macaé e a Jornada de Formação Docente-PIBID — com a participação de estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação; professores, técnicos, pesquisadores de pós-doutorado envolvidos em atividades de ensino, pesquisa e extensão; pesquisadores e estudantes de outras universidades e escolas da educação básica e público em geral, constituindo-se, assim, em um importante fórum de debates sobre os estudos, pesquisas e ações de extensão em desenvolvimento nos cursos de graduação dos sete (7) Centros e dois (2) Campi da UFRJ, com efetiva vinculação aos seus programas de pós-graduação.

Criada em 1978 pelo Prof. Giulio Massarani, a então Jornada de Iniciação Científica - JIC envolveu, inicialmente, apenas dois Centros: o Centro de Tecnologia (CT) e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). A partir de 1985, o evento alcançou toda a UFRJ com a participação de praticamente todos os Centros, notadamente do CCMN, do CT e do Centro de Ciências da Saúde (CCS).

A partir de 1993, quando a UFRJ passou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a JICTAC passou a ser, também, o fórum por excelência de apresentação dos trabalhos dos bolsistas desse Programa. O mesmo aconteceu a partir de 2010, quando o CNPq criou e a UFRJ começou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI).

A SIAC foi criada em 2010, incorporando o Congresso de Extensão que foi criado em 1999, passando, assim, a se apresentar como um momento privilegiado em que as pesquisas e as ações de extensão em andamento mostram a diversidade de interesses e contribuições para o desenvolvimento da ciência, revelando, ao mesmo tempo, uma universidade plural que aceita no seu universo de produção acadêmica e científica as mais variadas manifestações artísticas, culturais e científicas. Além disso, a SIAC oportuniza um espaço valioso de avaliação e reflexão pois, ao expor nossos trabalhos, somos avaliados por nossos pares e prestamos contas à sociedade que nos financia.

No período de 2020 e 2021, o Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão da UFRJ (PROFAEX) contou com 730 quotas de bolsas em 2020 e 789 quotas de bolsas em 2021, que contemplaram a realização de ações de extensão em suas quatro modalidades (programas, projetos, eventos e cursos).

No período de setembro de 2020 a agosto de 2021, a UFRJ contou, institucionalmente, com 999 quotas de bolsas do CNPq-PIBIC, 79 quotas de bolsas do CNPq-PIBITI, 5 quotas de bolsa CNPq-PIBIC-Af, 1000 quotas UFRJ para o PIBIC/PIBITI, além de 116 quotas de bolsas do CNPq-PIBIC-Ensino Médio, contemplando 2199 bolsistas em Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica e Inovação, sendo alguns desses de outras instituições de ensino superior.

Com a normatização do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC), em 2004, e que atualmente conta com uma quota de 220 bolsas, destacou-se o caráter interdisciplinar da pesquisa desenvolvida na instituição no âmbito das artes e cujo impacto cultural já se vislumbrava nas apresentações dos bolsistas do referido Programa na JICTAC.

A presença de bolsistas CNPq-IC Balcão, de bolsistas da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e de mais um grande número de alunos favorecidos com bolsas de outra natureza, evidencia ainda o amplo universo da pesquisa realizada na UFRJ em caráter de iniciação científica e a diversidade de olhares que a instituição promove.

A Semana de Integração Acadêmica ganhou vulto ao longo das décadas e conta, já nesta edição, com mais de 5.800 trabalhos. O talento científico, o empenho constante e o espírito pioneiro do

Professor Massarani marcaram gerações de professores e pesquisadores por ele formados na nossa instituição e imprimiram muitos dos valores que norteiam o olhar e o método investigativo da UFRJ.

Seu papel no estabelecimento de programas de iniciação científica junto ao CNPq se associa à vitalidade dos nossos programas institucionais de bolsa. De fato, a contribuição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação, do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural e do Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão para o desenvolvimento dos projetos da UFRJ se mostra indispensável na formação do olhar crítico, científico e inovador que define a nossa instituição.

Constatar, ano a ano, a evolução da Semana de Integração Acadêmica por meio dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão que compõem o evento não só nos renova o ânimo de participar da sua construção, mas também nos lembra do esforço conjunto necessário para que ele aconteça.

Agradecimentos

Especialmente no ano de 2021, em que tantos desafios se nos impuseram, o sucesso dessa atividade é proporcional à dedicação e ao esforço de toda a comunidade da UFRJ. Àqueles diretamente envolvidos na organização da SIAC, em qualquer capacidade, externamos, igualmente, o nosso sincero reconhecimento. Apenas com o apoio incansável de todos os que participaram desta organização, podemos ouvir e debater a investigação conduzida nos Centros, Campi e nas Unidades da UFRJ.

Agradecemos, ainda, por sua contribuição, o Comitê Externo/CNPq no processo de acompanhamento e avaliação dos programas da UFRJ, e o Comitê Institucional, que tem, cada vez mais, aprimorado o acompanhamento do PIBIC e do PIBITI na nossa Universidade.

Em 2021, a UFRJ manteve seus editais de auxílio ao ensino, à pesquisa e à extensão, apesar de todas as dificuldades impostas pela COVID-19, observou com entusiasmo o crescente interesse de nossos alunos pela atividade de ensino, pesquisa, extensão e o engajamento da nossa comunidade acadêmica na SIAC. Este ano, foram submetidos 5.931 trabalhos à SIAC, dos quais 5.826 foram aprovados, o que demonstra a importância das três dimensões da Universidade.

Nestes Anais, estão contidos os trabalhos aceitos após avaliação, independente da sua apresentação.

Os trabalhos neste volume são a reprodução dos textos submetidos pelos autores após avaliação.

COMITÊ LOCAL

Coordenação Geral da JICTAC

Prof.^a Gisele Viana Pires
Pró-reitora de Graduação

Prof.^a Denise M^a Guimarães Freire
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof.^a Ivana Bentes
Pró-reitora de Extensão



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Reitora

Prof.^a Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor

Prof. Carlos Frederico Leão Rocha

Pró-reitora de Graduação (PR-1)

Prof.^a Gisele Viana Pires

Superintendente Geral de Graduação

Prof. Marcelo de Pádula

Superintendente Administrativo

Daniela de Souza Negreiros

Superintendente Acadêmico de Acesso e Registro

Prof.^a Vânia Maria Corrêa da Costa

Superintendente Executivo de Acesso e Registro

Ricardo Ballesterero Anaya

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Prof.^a Denise Maria Guimarães Freire

Superintendente Acadêmico de Pós-graduação

Prof. José Luís Lopes da Silveira

Superintendente Acadêmico de Pesquisa

Prof.^a Ariane Cristine Roder Figueira

Superintendente Administrativa

Marília da Conceição Morais Lopes

Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3)

Prof. Eduardo Raupp de Vargas

Superintendente Geral de Planejamento Institucional

Prof.^a Maria de Fátima Bruno de Faria

Superintendente Geral de Planejamento e Desenvolvimento

George Pereira da Gama Júnior

Superintendente Geral de Finanças

Leilane Costa do Nascimento Tavares

Pró-reitora de Pessoal (PR-4)

Prof. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca

Superintendente de Planejamento

Rita de Cassia Silveira dos Anjos

Superintendente Administrativa

Maria Tereza da Cunha Ramos

Pró-reitora de Extensão (PR-5)

Prof.^a Ivana Bentes Oliveira

Superintendente de Formação Acadêmica de Extensão

Prof. Alfred Sholl Franco

Superintendente de Integração e Articulação da Extensão

Bárbara Tavela da Costa

Superintendente Administrativa de Extensão

Sheila Camlot

Pró-Reitor de Gestão & Governança (PR-6)

André Esteves da Silva

Superintendente Geral de Gestão

Rodrigo Figueiredo da Gama

Superintendente de Governança

Claudia Ferreira da Cruz

Superintendente Geral de Patrimônio

Taiana Fortunato Araújo

Pró-reitor de Políticas Estudantis (PR-7)

Roberto Vieira

Superintendente Geral de Políticas Estudantis

Adilson Couto de Souza Filho

Superintendência da Tecnologia da Informação e da Comunicação

Superintendente Geral

Prof. Augusto Cesar Gadelha Vieira

Superintendente de Infraestrutura

Tiago Miranda

Superintendente de Gestão da Informação

Thiago Reis

Superintendente de Projetos

Joan Dias

Superintendente Administrativo

Leonardo Nogaroli

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura (FCC)

Prof.^a Tatiana Marins Roque

Superintendente de Difusão Científica e Cultural

Adriana Schneider

Superintendente Administrativo

Flávio Ferreira Fernandes

Superintendente de Comunicação

Bruna Mariano Rodrigues

Prefeitura Universitária

Prefeito

Marcos Benilson Gonçalves Maldonado

COMITÊ INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof.^a Ana Paula Canedo Valente
Prof.^a Andrea Borde
Prof. Antônio Maurício Ferreira Leite Miranda de Sá
Prof.^a Bianca Pizzorno Backx
Prof.^a Bluma Guenther Soares
Prof. Bruno Lourenço Díaz
Prof.^a Carla Bernadete Madureira Cruz
Prof.^a Célia Regina dos Santos Lopes
Prof. Ciro Alexandre Ávila
Prof.^a Cláudia Regina Lopes Cardoso
Prof. Cristiano Luís Rangel Moreira
Prof.^a Daniela Maeda Takiya
Prof.^a Elena Palmero González
Prof.^a Evelin Andrade Manoel
Prof. Fabianno Ferreira Dutra
Prof.^a Fernanda Veronesi Marinho Pontes
Prof.^a Hebe Signorini Gonçalves
Prof. Leonardo Maciel Moreira
Prof. Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira
Prof.^a Márcia Rosana Cerioli
Prof.^a Mossicléia Mendes da Silva
Prof.^a Nelilma Correia Romeiro
Prof. Renato Emerson
Prof.^a Sandra König
Prof.^a Sandra Oda
Prof. Thiago Ranniery
Prof. Tiago Lisboa Bartholo
Prof.^a Wania Wolff

COORDENAÇÃO PIBIC e PIBITI/UFRJ

Prof.^a Márcia Rosana Cerioli

COORDENAÇÃO TÉCNICA PIBIC e PIBITI /UFRJ

Daniel Borges Lopes
Júlio Gravina Marques

COMISSÃO PIBIAC/UFRJ

Prof.^a Daniel Alves Castello
Prof. Daniel de Augustinis Silva
Camila Pureza
Prof.^a Cassandra Marina da Silveira Pontes da Silva
Prof. Felipe Siqueira de Souza da Rosa
Prof.^a Juliana Vianna Valério
Prof.^a Maria das Graças dos Reis José
Prof.^a Nathalie Henriques Silva Canedo

COMISSÃO TÉCNICA PIBIAC/UFRJ

Rosiléia Castório Damasceno
Alexandre Monteiro Gonçalves

COORDENAÇÃO PIBIC-EM/UFRJ

Prof.^a Maria Alice Zarur Coelho

COMISSÃO DE SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROFAEX/UFRJ

Ana Inês Sousa
Alfred Sholl Franco
Andreia Martins de Oliveira Santo
Beatriz Vieira Guimarães
Diego de Araújo Mendes
Edison Pedro Paixão
Erika Jennifer Honorio Pereira
Flávia Silva Martins
Marcia Meibel da Rosa Dantas
Patrícia de Figueiredo Zurcher
Rafael Navarro Costa
Roberta Pereira de Paula Rodrigues
Camila Duarte Torres
Yuri Brito Neves Hutflesz
Iasmim Maria Soares dos Santos
Ricardo de Paiva Gomes
Alexandre Vieira Santo

COORDENAÇÃO ACADÊMICA DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA (SIAC)

Prof. Leonardo Holanda Travassos Corrêa

Prof.^a Ana Inês Sousa

Prof.^a Vânia Maria Corrêa da Costa

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA (SIAC)

Divisão de Integração Acadêmica - DINAC /PR2

Paulo de Oliveira Reis Filho

Raphael da Silva Cavalcante

Renata Gaspar Nascimento

Bolsistas DINAC/PR2

Mylena da Cruz Figueira

Tiago Augusto Machado

Equipe de Comunicação - PR5:

Gisele Paz

Sérgio de Sena Tavares

Matheus Veiga Schottz

Beatriz Moreira de Azevedo Porto Gonçalves

Bolsistas - Comunicação PR5:

Ana Clara Galante

Ana Luiza Oliveira

Letícia Mercier

Luiza de Carvalho de Lima

Milena Velloso Cordeiro da Silva

Alicia Benincá

Diego Pires

Nathan Rocha

Edilana Vitória Damasceno Costa

Helena Peres

Pedro Henrique Nascimento

Stefany Oliveira

Brenda Barbosa

Superintendência Administrativa de Extensão

Sheila Camlot

Ricardo de Paiva Gomes

Tecnologia da Informação - PR5:

Bolsistas:

Luiz André Carvalho Tavares

Gabriel Cunha

Gabinete - PR5

Camila Duarte Torres

Yuri Brito Neves Hutflesz

Superintendência de Integração e Articulação da Extensão / PR5

Ana Cristina Barbosa de Andrade

Bárbara Tavela da Costa

Flávia Fortes de Souza

Luiza Teles Mascarenhas

Michelle Moreira da Silva

Paulo Roberto de Freitas

Pricila Vieira Magalhães Souza

Renata Correa Soares

Bolsistas SIARTE/PR5

Arthur Franklin Cardoso dos Santos

Beatriz Louise Nascimento Giandalia

Beatriz Ribeiro dos Santos

Maria Luísa Lopes Grimaldi

Mariana Gabriele Negreiros Arruda

Diretoria de Acessibilidade UFRJ

Alex Sandro Lins Ramos

Amélia Abigail Rosauro de Almeida

Prof.^a Claudia Fátima Morais Martins

Paulo Arruda de Souza

Nathalia Abadessa Lodi

Rafael Damaceno Dias

Ricardo Gomes Caus Amorim

Viviane Costa Leite

Diretoria de TIC - Polo Macaé/Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)

Adriano de Oliveira Gonçalves
Adriano Neves de Souza
Emanuel Victor Nogueira Gotardo
Emerson Luiz Florentino Borges
Enoque Gonçalves Ribeiro
Erick Araújo Bolorini
Helder Monteiro Cosme
Júlio César Carvalho Alves
Patrick Helder Alvarenga Belém
Paulo Freitas Silva Júnior

COORDENAÇÃO DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA (SIAC) DOS CENTROS/CAMPI

CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA

Prof. Bernardo Freitas Paulo da Costa
Prof.^a Danielle Maria P. de Oliveira Santos
Prof.^a Miriam Mendes Gandelman
Prof.^a Sílvia Lorenz Martins
Representantes de Unidades
Prof. Adán José Corcho Fernandez
Alexandre Malheiros Meslin
Prof.^a Aline Domingos Gonçalves
Prof.^a Ana Lúcia de Lima
Prof. Benjamin Rache Salles
Prof. Claudson Ferreira Bornstein
Daniel Mello
Prof.^a Diana Paula Andrade
Prof.^a Dora Izzo
Elizabeth Maria Freire de Jesus
Prof.^a Elisa D'Ávila Costa Cavalcanti
Prof. Fabricio Polifke da Silva
Prof.^a Flávia Moraes Lins de Barros
Prof. Igor Vinicius Lima Valentim
Prof. João Antônio Recio da Paixão
Prof.^a Josilene Cerqueira Santos
Prof. Jorge de Jesus Picanço de Figueiredo
Júlio Tadeu Carvalho da Silveira
Prof.^a Lilian Paglarelli Bergqvist
Prof. Lino Augusto Sander de Carvalho
Prof. Marco Aurélio Palumbo Cabral
Prof. Rafael Silva de Barros
Prof. Rafael Winter Ribeiro
Prof. Rodolfo Santos Barboza

CENTRO DE LETRAS E ARTES

Hilda Regina Vasconcellos Sena Martins
Prof. Luiz Antônio Ferreira Neves
Prof.^a Maria Clara Amado Martins
Prof.^a Sílvia Fernandes da Fonseca Rodrigues

Representantes de Unidades

Prof. Alessandro Boechat de Medeiros
Prof. Álvaro José Rodrigues de Lima
Prof.^a Ana Regina Vaz Calindro
Prof. Clorisval Gomes Pereira Junior
Prof.^a Dalila dos Santos Cerqueira Pinto
Prof.^a Deise Cristina de Moraes Pinto
Prof. Diogo Oliveira Ramires Pinheiro
Prof.^a Flavia Ferreira dos Santos
Prof.^a Gisele Batista da Silva
Prof.^a Gláucia Augusto Fonseca
Prof. James Shoiti Miyamoto
Prof.^a Karen Sampaio Braga Alonso
Prof.^a Lia Abrantes Antunes Soares
Prof.^a Lilian de Carvalho Soares
Prof.^a Maria Beatriz Licursi Conceição
Prof.^a Maria José B. Di Cavalcante
Prof.^a Marije Soto
Prof.^a Marília Santanna Villar
Prof.^a Marília Uchôa Cavalcanti Lott de Moraes Costa

Prof.^a Michelle Cunha Sales
Prof. Pedro Baroni Schimdt
Prof. Pedro Ribeiro Martins
Prof.^a Priscilla Alves Peixoto
Prof.^a Priscilla Mouta Marques
Prof.^a Reila Vargas Velasco
Prof. Roberto de Freitas Junior
Prof.^a Sonia Cristina Reis
Prof. Thiago Leitão de Souza

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Prof.^a Fátima Grave Ortiz
Prof.^a Juliana Beatriz Almeida de Souza
Prof.^a Juliana Marsico Correia da Silva
Representantes de Unidades
Prof.^a Alejandra Pastorini Corleto
Prof. Filipe Milagres Boechat
Gabriel Cid Garcia
Prof.^a Lúcia Helena Ferreira
Prof. Marcelo James Vasconcelos Coutinho
Prof. Márcio Jarek
Prof.^a Priscila Andrade Magalhães Rodrigues
Prof.^a Renata Lopes de Almeida Rodrigues
Prof. Sandro Torres de Azevedo
Prof.^a Silvina Verônica Galizia
Prof.^a Suzy dos Santos

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Prof. Antonio Luis Licha
Prof. Italo Pedrosa Gomes Martins
Prof.^a Sandra Maria Becker Tavares
Representantes de Unidades
Prof.^a Ana Carolina da Cruz Lima
Prof.^a Carolina Araújo de Azevedo Pizoeiro
Prof.^a Cláudia Affonso Silva Araújo
Prof. Cláudio Marcos Maciel da Silva
Prof. Daniel Capecchi Nunes
Prof.^a Daniele Dionísio da Silva
Prof.^a Eliane Ribeiro Pereira
Prof.^a Iderley Colombini Neto
Prof. Kaio Sousa Mascarenhas Pimentel
Prof.^a Lalita Kraus
Prof.^a Larissa Rosevics de Almeida
Prof. Lucas Martins Dias Maragno
Prof. Marcelo Castañeda de Araújo
Prof.^a Margarita Silvia Olivera
Prof.^a Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa
Prof.^a Renata Bastos da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Danielle Fernandes
Prof.^a Débora Henrique da Silva Anjos
Prof.^a Evelin Andrade Manoel
Prof. Heitor Affonso de Paula Neto
Prof. Theo Luiz Ferraz de Souza
Representantes de Unidades
Prof.^a Alessandra D'Almeida Filardy
Prof.^a Aline Tany Posch
Prof.^a Ana Alice Amaral Ibiapina Parente
Prof.^a Ana Cristina Nunes Ruas
Ana Maria Bezerra Bandeira
Prof.^a Ana Maria Mazotto de Almeida
Prof.^a Ana Leticia Monteiro Gomes
Prof.^a Andréa de Castro Domingos Vieira
Aurea Ferreira Chagas
Prof.^a Beatriz Akemi Takeiti
Prof.^a Beatriz de Freitas Salles
Prof.^a Blanche Christine Bitner-Mathé
Prof. Bruno Netto dos Reys
Prof. Carlos Frederico Leite Fontes

Prof. Cesar Claudio da Silva
Prof. Cristiano Valentim da Silva Lazoski
Danielle Amaral de Freitas
Prof. David Majerowicz
Denise Maria Quelha Sá
Denilson da Silveira Vasconcelos
Prof. Eduardo Arcoverde de Mattos
Prof.ª Erika Michele Avelino Negreiros Goncalves
Prof.ª Fátima Carneiro Fernandes
Prof.ª Fernanda de Avila Abreu
Prof.ª Fernanda Ferreira Cruz
Prof.ª Fernanda Oliveira das Chagas
Florence de Farias Brasil Vianna
Prof. Gabriel Eduardo Schutz
Grasiella Maria Ventura Matioszek
Prof.ª Graciele Oroski Paes
Prof. Gustavo Arantes Camargo
Prof. Hilton Antônio Mata dos Santos
Prof.ª Isabela Maria Azevedo Gama Buarque
Isalira Peroba Rezende Ramos
Prof.ª Ivonete Siviero
Janaina Oliveira Caetano
Prof.ª Jocelene de Fátima Landgraf
Prof. José Marcus Raso Eulálio
Prof.ª Juliana Mynssen da Fonseca Cardoso
Prof.ª Juliana Rezende Montenegro Medeiros de Moraes
Prof.ª Karis Maria de Pinho Rodrigues
Katerine Moraes dos Santos
Prof.ª Letícia Ferreira Tavares
Prof.ª Lívia Maria Santiago
Prof. Luan Pereira Diniz
Lucia Maria Pereira de Oliveira
Prof.ª Luciana Pereira Rangel
Ludmila Ribeiro de Carvalho
Prof.ª Márcia Aparecida Ribeiro de Carvalho
Prof.ª Marcia Mendonça Lucena
Prof.ª Maria Eliza Assis dos Passos
Maria Kátia Gomes
Prof.ª Magdalena Nascimento Rennó
Prof. Marcus André Acioly
Prof. Michel Silva Reis
Prof.ª Michele Pereira de Souza da Fonseca
Michelle Rodrigues de Moraes
Prof.ª Miria Gomes Pereira
Prof.ª Patrícia de Andrade Risso
Prof.ª Patricia Pestana Garcez
Prof.ª Paula Fernandes de Brito
Prof.ª Paula Ramos
Prof. Raí Silva Gome
Prof.ª Renata de Mello Perez
Prof. Ricardo Lopes Correia
Prof.ª Sandra König
Prof. Sergio Augusto Lopes de Souza
Prof. Sergio Duarte Dortas Junior
Prof.ª Tais de Souza Lopes
Prof.ª Tania Vignuda de Souza
Prof.ª Tatiana de Castro Abreu Pinto
Prof.ª Tatiana Silveira Feijó Cardozo
Prof.ª Thadia Turon Costa da Silva
Prof.ª Thalita Fernandes de Abreu
Verônica Pinheiro Viana
Prof.ª Yonatta Salarini Vieira Carvalho

CENTRO DE TECNOLOGIA

Prof. Francisco Thiago Sacramento Aragão
Prof.ª Paula Farencena Viero
Prof.ª Raquel Massad Cavalcante

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

Prof. Marcelo Ribeiro de Britto
Prof.ª Marcela Laura Monne
Prof.ª Valeria Pereira Silva

Representantes de Unidades

Patrícia Pizzigatti Klein
Lívia Mascarenhas de Paula Cunha

CENTRO MULTIDISCIPLINAR UFRJ - CAMPUS MACAÉ

Prof. Gunnar Glauco de Cunto Carelli Taets
Prof. Henrique Rocha Mendonça
Jorge Anselmo
Marcelo Brandão Araújo
Mariana Cantuarua Waldmann Brasil
Prof. Moises Clemente Marinho Cavalcante
Prof.ª Renata Borba de Amorim Oliveira

CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Prof.ª Andrea Claudia Freitas Ferreira
André Martins de Moura
Prof.ª Bianca Ortiz da Silva
Prof.ª Mariella Alzamora Camarena
Prof.ª Joanna Maria Teixeira de Azeredo Ramos
Prof. William Correa Tavares

Representantes de Unidades

Prof.ª Ana Paula Santos da Silva de Oliveira

Diagramação

Sérgio de Sena Tavares
Programador Visual - PR5

Identidade Visual do Evento

Gisele Paz
Programadora Visual - PR5



Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

PR-1
Pró-Reitoria de
Graduação

PR-2
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação e Pesquisa

Apoio





Caderno de Resumos: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **140**

TÍTULO: **DIREITO E LITERATURA NA OBRA DE MICHAEL KOHLHAAS**

AUTOR(ES) : **THIAGO OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO:

O tema da apresentação girará entorno da relação entre princípio e literatura no Direito, mais especificamente o princípio do direito à resistência e à desobediência civil a partir da novela alemã "Michael Kohlhaas" (KLEIST, 2014) escrita por Heinrich von Kleist (1810). Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, recorrendo a artigos (principalmente estrangeiros), livros, incluindo a própria obra literária que é objeto deste trabalho. Para nós tema justifica-se por diversas razões. A Teoria do Direito passou por mudanças relevantes nas últimas décadas o que inclui, por exemplo, valorização da hermenêutica, da filosofia da linguagem, da teoria moral, dos princípios acrescentando a óptica positivista outros elementos. Tal notoriedade chegou à própria Constituição pátria de 1988 tomando para si a questão dos princípios em maior relevo, tornando-se assunto inexorável, irradiando para todas as dimensões do Direito nacional. Nessa perspectiva, a obra "Michael Kohlhaas" traz para nós o direito à resistência, na medida em que o tema central da novela é justamente a revolta do personagem principal - que dá nome ao título - contra a injustiça cometida contra ele e a tirania dos governantes que negam sua justa reparação. A novela "Michael Kohlhaas" narra a história de um comerciante de cavalos que, numa viagem de negócios, é enganado por um nobre inventando uma tributação falsa, onde Kohlhaas deixa como garantia seus cavalos, a fim de ter o tal tributo. Quando o comerciante retorna, descobre a falsidade e a má-fé contra ele somadas aos maus tratos que seus cavalos sofriam. Kohlhaas, então, busca reparação; primeiro pelos meios legais; em seguida pela revolta expressa, espalhando por toda a Alemanha, colocando fogo em vilas e amedrontando os tirânicos. Descobre também que o fidalgo Wenzel von Tronka, o enganador responsável por todo o litígio tem estreita ligação com os juizes e o reino, atrasando a justiça em detrimento do comerciante de cavalos. Por fim, Kohlhaas tem seu direito reconhecido e sua justa reivindicação atendida, ainda que, ao mesmo tempo, tenha que pagar com a própria vida pelos crimes que ele mesmo cometeu. Portanto, acreditamos que essa obra pode ir mais além do que a literatura; ela congrega em si debates jurídicos - sobre leis, princípios e litígios - ainda hoje atuais - e mais atuais do que nunca - para o Direito.

BIBLIOGRAFIA: FORDHAM, Kim. Trials and Tribunals in the Dramas of Heinrich Von Kleist. Bern: Peter Lang, 2007. KLEIST, Heinrich von. Michael Kohlhaas. Trad. Marcelo Rondinelli. 1ª edição. São Paulo: Grua, 2014. JUNG, Heike. Michael Kohlhaas or the Germans and Their Law (November 13, 2014). Oñati Socio-Legal Series, Vol. 4, No. 6, 2014, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2523819>. Acesso em: 30 nov. 2020

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **144**

TÍTULO: **BIBLIOTECA DIGITAL DE MEMÓRIA LOCAL NA VILA RESIDENCIAL**

AUTOR(ES) : **LAWRENCE MATHEUS EVANGELISTA DUARTE**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO, PESTANA**

RESUMO:

O presente trabalho é uma tentativa de somar forças, entre os discentes, docentes e o Programa Vila Residencial & Apreendendo a Cidadania Ativa para fortalecer o objetivo de implementar uma biblioteca na vila residencial na UFRJ. A biblioteca tem como principal objetivo proporcionar o acesso e a democratização da informação bem como viabilizar um processo educativo no que se refere a formação de leitores e a preservação da identidade cultural do local. O projeto de extensão intitulado "Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ" visa a construção de uma biblioteca virtual de memória local da Vila Residencial, em parceria com a comunidade. O intuito é preservar e disseminar a memória local, assim como reforçar a identidade cultural. O acervo será composto por: alguns relatos de moradores mais antigos, fazendo assim registro da oralidade; produção acadêmica sobre a Vila e os projetos de extensão que acontecem lá; produção cultural local; matérias de jornal e revistas; fotografias e vídeos que retratem a história local; documentos acerca do processo de construção e regularização da Vila, entre outros. O projeto é desenvolvido por estudantes e professores do curso de Biblioteconomia, em parceria com a comunidade local, e faz parte do "Programa Vila Residencial & apreendendo à cidadania ativa: circularidade em rede no saber, fazer e compartilhar". A comunidade local já possui um acervo de memória e a organização do acervo está sendo feita em diálogo com membros da comunidade. Algumas atividades estão em andamento: seleção de uma plataforma digital para a construção da biblioteca digital; e planejamento da organização temática dos documentos.

BIBLIOGRAFIA: MAFFESOLI, Michael. Comunidade. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1998. FREIRE, Leticia. PRÓXIMO DO SABER, LONGE DO PROGRESSO: histórias de uma vila residencial no campus universitário da Ilha do Fundão - RJ. Niterói: Editora da UFF, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **171**

TITULO: **CONHECENDO A FND**

AUTOR(ES) : **ALEXIA KELLY MELO GOULART DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

Trata-se de projeto concebido há alguns anos para formação de um inventário histórico-mobiliário da Faculdade Nacional de Direito (FND) combinado com a realização de visitas guiadas às áreas de relevância do prédio, por meio do desenvolvimento de atividades cênicas e visuais por alunos de graduação do Curso de Direito.

Sabe-se que os primeiros Cursos de Direito no Brasil estão ligados à intensa realização de atividades artístico-culturais de vários matizes. Esta tradição, entretanto, principalmente a partir da década de setenta, perdeu-se. A FND sempre teve em seu corpo social o desenvolvimento das mais variadas manifestações culturais, muitas das quais de cunho crítico, mas que, da mesma forma que a generalidade das faculdades, deixou de existir, salvo raras e louváveis exceções.

O prédio e o mobiliário (boa parte deste) da FND remetem tanto o seu corpo social quanto o visitante à época do Senado Imperial e da República Velha, local de acirradas discussões como, por exemplo, a Regência, a Guerra do Paraguai, a Abolição da escravatura, a implantação da República etc e, também, após a década de 30 do século passado, a um *forum* de resistência de um Direito comprometido com a Democracia, a Justiça Social e a liberdade.

Portanto, este Projeto de Iniciação Artístico-cultural, que tem bolsista PIBIAC, tem por objetivos:

- . realizar tombamento e inventário do rico patrimônio artístico-cultural da FND;
- . registrar e descrever a trajetória histórica do prédio e da própria FND;
- . desenvolver atividades cênicas e visuais para os estudantes;e
- . promover visitas guiadas do corpo social e usuários externos às áreas histórica e artisticamente mais relevantes do prédio da FND.

BIBLIOGRAFIA: BASTOS, Aurélio. O ensino jurídico no Brasil e as suas personalidades históricas - Uma recuperação de seu passado para reconhecer seu futuro. In: Ensino Jurídico OAB: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil. 1ª Edição. Brasília: OAB, Conselho Federal, 1997. VENANCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo : Perspectiva, 1977.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **177**

TITULO: **AS PROVÍNCIAS DE SANTA CATARINA E DO PIAUÍ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E ASSENTAMENTOS URBANOS.**

AUTOR(ES) : **BRUNA ALVES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FANIA FRIDMAN**

RESUMO:

O presente trabalho integra a pesquisa "Urbanizações brasileiras no século XIX" desenvolvida pelo Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU) no âmbito do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e coordenada pela professora Fania Fridman. A pesquisa tem como objetivo discutir a formação dos assentamentos urbanos e a constituição de redes no país durante o Oitocentos.

O levantamento de dados relativos à Província de Santa Catarina e à Província do Piauí no período de 1801 a 1850 tem como base o "Diccionario Geographico, Historico e Desciptivo do Império Brazil" de Milliet de Saint-Adolphe. Foram coletadas informações relativas à infraestrutura, aos serviços públicos e às estruturas espaciais - povoados, freguesias, vilas e cidades. Após o levantamento, tais dados foram transcritos para uma planilha que será a base para a elaboração de mapas relativos aos núcleos e suas conexões. A intenção é analisar e demonstrar a evolução da conquista dos territórios supramencionados, sobretudo através da abertura de caminhos, da doação e/ou ocupação de glebas fundiárias e da fundação de assentamentos urbanos.

BIBLIOGRAFIA: Milliet de Saint Adolphe, J.C.R. Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. São Paulo: Biblioteca Digital Unesp, 1845. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28232>>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **218**

TÍTULO: **ACESSO A ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NOS COMPLEXOS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DOS COMPLEXOS DO ALEMÃO, PENHA E CHAPÉU MANGUEIRA**

AUTOR(ES) : **JÚLIA DE SOUZA PARESQUE**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A presente pesquisa tem sua área de abrangência neste estudo o Complexo do Leme, formado pelos morros Chapéu Mangueira e Babilônia, localizados no bairro do Leme, Zona Sul do Rio de Janeiro e os Complexos do Alemão e Penha, localizados na Zona Norte do Rio de Janeiro. Esta pesquisa propõe fazer um estudo comparativo entre os 3 Complexos de Favela. Esta pesquisa é fruto de 2 anos de análises e visitas exploratórias nestas comunidades.

O objetivo inicial da pesquisa foi identificar áreas mais precárias destes Complexos para, em seguida, analisar o quadro da situação de total ausência e/ou deficiência de serviços básicos. No estudo desenvolvido identificamos como exemplar de área mais precária o Morro Chapéu Mangueira localizado no Complexo do Leme, e as áreas denominadas “Favelinha da Skol” no Complexo do Alemão e “Terra Prometida” no Complexo da Penha. Tomamos como fundamento teórico básico a infraestrutura não como objeto meramente técnico, mas por sua dimensão social articulada a moradia, e outros aspectos. A metodologia do estudo é de caráter qualitativo adjunto de observação participativa, combinando visitas exploratórias, entrevistas com os moradores e observação do interior das casas. Trabalhamos as percepções dos moradores sobre as mudanças em suas moradias, nos arranjos internos e nas rotinas do cotidiano diante da questão do acesso a redes de água e esgoto, contrastando a percepção dos moradores com observação técnica direta de campo, e tomada de imagens fotográficas.

Como resultados apontamos que essas comunidades se encontram com déficit de acesso a água e esgoto, cada uma com sua especificidade, sendo as defasagens de água e esgoto muito divergentes em cada localidade. Adjunto das questões de saneamento, simultaneamente os moradores são afetados por violência e pauperização.

O cenário encontrado no interior das localidades de estudo é esgoto a céu aberto entre as vielas, fezes de animais, entulho, quantidades significantes de lixo, presença de animais transmissores de doenças infecciosas como ratos e caramujos, casas construídas sob esgotos ou valas e esgotos extremamente próximos às casas. A organização urbana das comunidades se assemelham e se afastam na mesma intensidade. E como se a escassez de serviços básicos e a vulnerabilidade fossem as mesmas, apenas em níveis diferentes e em configurações espaciais distintas.

Face ao quadro examinado pode-se apontar que nas localidades supracitadas, há inexistência ou forte precariedade e improvisação de serviços básicos de saneamento e moradia.

BIBLIOGRAFIA: Sociologia do Brasil Urbano. Autores /organizadoras: Anthony Leeds, Elizabeth Leeds Manuel, C. A questão urbana Capa FRUGOLI ,H. (2007). Sociabilidade Urbana. Rio de Janeiro: Zahar KLEIMAN, M. (2002) Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infraestrutura Urbana no Rio de Janeiro – 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **227**

TÍTULO: **O MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO E SUAS (POSSÍVEIS) INTERDISCIPLINARIDADES COM O DIREITO CIVIL E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

AUTOR(ES) : **GILBERTO FACHETTI SILVESTRE**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

Trata-se de pesquisa que identifica e reflete sobre algumas contribuições que o Direito Civil e o Direito Processual Civil têm a oferecer para a maior operabilidade do marco regulatório do saneamento básico, especialmente após a vigência da Lei nº. 14.026/2020. Conseqüentemente, a pesquisa aponta meios típicos das tutelas processuais dos direitos individuais existenciais e patrimoniais para a eficácia do direito ao saneamento. Nesse sentido, a pesquisa pretende promover um diálogo entre a civilística, a processualística e as normas de Direito Administrativo e de Direito Regulador do regime jurídico do saneamento básico no Brasil. A problemática que a pesquisa enfrenta é que há uma situação duvidosa quanto à natureza jurídica do saneamento básico, uma vez que não há sua previsão expressa como direito fundamental na Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, a pesquisa enfrenta o seguinte problema: como a tutela civil dos direitos da personalidade pode contribuir para a eficácia do marco legal do saneamento básico? Sendo possível a caracterização do saneamento como direito da personalidade, a tutela processual da personalidade, se aplicável ao saneamento, é mais operacional e eficiente que a tutela dos direitos fundamentais. Ou seja, o estudo se destina a “individualizar” a tutela sanitária (*caput* do art. 12 do Código Civil e parágrafo único do art. 497 do Código de Processo Civil). A aparente possibilidade de uma troca de prisma da tutela processual representa maior eficácia (e, também, eficiência) para a efetivação deste direito, principalmente quando se fala sobre o aspecto extrapatrimonial dos direitos da personalidade, área em que se pode aferir uma operacionalidade maior das tutelas inibitórias e cessatórias, de forma específica e não meramente pecuniária. Também a processualística tem uma contribuição a oferecer, por meio da tutela individual dos direitos pessoais e patrimoniais do Código de Processo Civil, a qual permite tutelar com mais eficiência a incolumidade da pessoa. O objetivo geral da pesquisa é apresentar os elementos da civilística e da processualística contemporâneas, referentes à tutela da incolumidade da pessoa, que possam dialogar com as normas de Direito Administrativo para a melhor e maior operabilidade do marco legal do saneamento básico. Quanto a metodologia, método e materiais, a pesquisa se desenvolve com uma abordagem qualitativa para chegar à identificação de formas de tutela individual do direito ao saneamento básico. A pesquisa será bibliográfica e documental, pois analisará artigos e livros já publicados, coletará dados e analisará a legislação e sua *ratio juris*. Ao final, a pesquisa pretende confirmar sua hipótese e sistematizar uma tese propositiva e inspiradora para fundamentar o saneamento básico como direito da personalidade e conceber mecanismos processuais que se revelam mais eficientes para garantir — com segurança, qualidade, regularidade e continuidade — o saneamento básico às pessoas.

BIBLIOGRAFIA: ALPA, Guido. Dignità personale e diritti fondamentali. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile. Milano, anno LXV, n. 1, p. 21-36, mar. 2011. BELLELLI, Alessandra. L'inibitoria come strumento generale di tutela contro l'illicito. Rivista di Diritto Civile. Padova, anno L, n. 5, p. 601-624, lug./ago., 2004. SCALISI, Antonino. Il valore della persona nel sistema i nuovi diritti della personalità. Milano: Giuffrè, 1990.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **266**

TITULO: **ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR PÓS-PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **CAMILLA DE ASSIS GONÇALVES, ANY CAROLINA GARCIA GUEDES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

Esta pesquisa insere-se no projeto "Impacto das Tecnologias nas relações jurídicas". Os organismos geneticamente modificados (OGMs), "cujo material genético (DNA/RNA) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética" (Art. 3º, V, da Lei de Biossegurança), são uma inovação biotecnológica disseminada mundialmente.

Observe-se que por vezes o produto final pode não ter sido geneticamente modificado, mas os produtos que o compõem ou, em se tratando de um animal, os alimentos que estes utilizaram, podem ser OGMs. Dessa forma há o consumo, ainda que indireto, o que afeta negativamente o direito à informação completa e transparente ao consumidor final, notadamente no que tange ao uso desses organismos na produção alimentícia e que podem afetar a saúde humana.

Justificam-se as referidas alterações genéticas em razão de tornarem os alimentos mais baratos e nutritivos, entretanto, ainda não se sabe ao certo os impactos desse consumo direto ou indireto ao meio ambiente e à saúde coletiva. Os OGMs estão amplamente presentes na atividade agrícola brasileira, principalmente no algodão, no milho e na soja. Estudos apontam que, na safra 19/20, a área plantada com as culturas transgênicas no Brasil totalizou 53,1 milhões de hectares; crescimento de 2,6% em relação à safra 18/19.

Assim, a grande questão no impacto do uso de OGM é a análise do risco antes da inserção desses organismos no mercado, uma vez que os efeitos não podem ser previstos na sua totalidade. Há que se atentar à invisibilidade da biossegurança no Brasil, o que remonta a necessidade do inteiro respeito ao princípio da precaução na avaliação de risco e mitigação dos impactos do uso de OGM na saúde humana e ambiental.

Tendo em vista que esses alimentos transgênicos podem estar também na composição de produtos industrializados há uma preocupação especialmente diante do atual cenário. Afinal, o OGM é uma preocupação no que diz respeito à segurança alimentar? Nesse contexto contemporâneo situam-se os objetivos do estudo: a) analisar pesquisas em biotecnologia e no direito quanto ao uso de OGMs sob a ótica do princípio da precaução; b) pesquisar o posicionamento legal dos principais produtores de OGM quanto à aprovação e comercialização dessa biotecnologia e seus impactos; e c) discutir, comparativamente, o posicionamento legal e jurisprudencial quanto ao uso de OGM no Brasil, em especial desde o ano de 2018, considerando-se o atual Governo federal, que trouxe novas perspectivas para a área da agricultura e uso de biotecnologia; mais ainda no período da pandemia da COVID19 e no pós-pandemia.

A pesquisa será bibliográfica com a análise de eventuais alterações ocorridas nas políticas públicas alimentares adotadas desde 2018, para aferir os efeitos do incremento da distribuição de OGM no mercado consumidor em detrimento da segurança alimentar.

BIBLIOGRAFIA: INFORMATIVO DE BIOTECNOLOGIA CÉLERES, Novembro 2019. Disponível em: <http://www.celeres.com.br/wp-content/uploads/2019/11/BoletimBiotecnologiaC%3%A9leres_Novembro2019-2.pdf> Brasil. Lei nº 11.105, de 24 de Março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados,

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **271**

TÍTULO: **MONITORAMENTO DOS DADOS DE USUÁRIO DE REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE INDUÇÃO DE VONTADES**

AUTOR(ES) : **MARIANA MARQUESAN MARTINS, ANY CAROLINA GARCIA GUEDES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

Pesquisas científicas têm demonstrado que o comportamento dos usuários das redes sociais podem ser monitorados pelas plataformas de modo que, mesmo quando estão anonimizados, os dados podem trafegar de forma quantificada entre parceiros comerciais da rede social, sejam eles conhecidos ou não dos usuários, e mesmo que haja política de não exposição dos dados considerados pela Lei como sensíveis (conf. artigo 5º, inciso II, da Lei Geral de Proteção de Dados como, por exemplo, opinião política e orientação sexual), o monitoramento poderá resultar na classificação identitária do usuário com as classificações protegidas pela lei a ponto de ser possível tanto estimular quanto prever seu comportamento.

O cenário de pandemia trouxe à tona outra dinâmica para a compreensão de diversos institutos da LGPD como, p. ex., a prática denominada profiling ('perfilamento', em português), que se consolidou, durante a pandemia, como uma das formas mais efetivas de obtenção indireta de lucro pelas redes sociais através da otimização, customização das propagandas exibidas em seus sites com a intenção de atingir ao usuário em tela, ampliando a efetividade do consumo.

Para captar o perfil de um usuário utilizam-se iscas que possam o manter vinculado à rede social a maior parte de tempo possível, de modo que os rastros virtuais deixados por eles na forma de *likes*, *views*, postagens, dentre tantos outros comportamentos, possam servir de parâmetro para que o algoritmo mapeie seus interesses e disponibilize a ele conteúdo consumível que sejam de interesse direto.

Essas práticas precisam ser estudadas, pois refletem uma faceta inexorável da utilização dos algoritmos que, empregados nos processos de tratamento de grandes acervos de dados (Big Data), propiciam o delineamento do COMPORTAMENTO para todo tipo de fim, inclusive abusivo e ilícito, notadamente pela falta de transparência no tráfego de informações que são inerentes aos direitos da personalidade, que possuem status de direitos fundamentais e indisponíveis.

Diante disso, a pesquisa tem por objetivos: a) analisar se o tratamento dos dados de forma anonimizada é suficiente para proteger a tutela privada dos dados sensíveis; b) investigar se o método de tratamento adotado pelas plataformas é capaz de conduzir a tomada de decisões pessoais dos usuários por meio do conteúdo ao qual estão expostos.

A pesquisa será realizada de 08/21 a 07/22, no âmbito de redes sociais escolhidas: o Facebook e o Twitter, que pertencem a conglomerados diversos, o que viabilizará eventual e futura comparação entre a forma utilizada por essas redes para captação do perfil do usuário a partir do seu tráfego nas redes. Os dados observados serão os "likes" dados em postagens que não tenham o condão de venda direta, mas que são sugestivos de consumo e resultem na venda de produtos como valores agregados. Também será realizada coleta de decisões judiciais durante o mesmo período, nos Tribunais de Justiça dos Estados do Sul e do Sudeste e no STJ.

BIBLIOGRAFIA: TEPEDINO, G., BARBOZA, H., MORAES, M. Código Civil Interpretado: conforme a Constituição da República. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. DONEDA, Danilo. A proteção de dados em tempos de coronavírus: a LGPD será um elemento fundamental para a reestruturação que advirá após a crise. Jota, 2020. MARTINS, Guilherme. A pandemia da covid-19 (profiling) e a Lei Geral de Proteção de Dados. Migalhas, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **289**

TÍTULO: **ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REDEBAMBU/BR: UM COMPARATIVO BIENAL DOS EDITAIS**

AUTOR(ES) : **PABLO MESSIAS FERREIRA LEITÃO, SARA LOPES CORRÊA**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON**

RESUMO:

Desde a década de 1970, cientistas, estudiosos e pesquisadores começaram a buscar por matérias primas de baixo custo energético. O objetivo dessa iniciativa era substituir materiais industrializados convencionais, frequentemente utilizados nas construções, que possuem como características uma forte consumação de energia e criação de impurezas que acabam contribuindo para a degradação do meio ambiente. Com o avanço da globalização e produções científicas no campo, ficou evidente que os materiais não-convencionais, ecológicos e sustentáveis, possuem vantagens expressivas em relação ao *status quo*, porém, não são utilizados em quantidades significativas. Em decorrência, através da Chamada MCTIC/AÇÃO TRANSVERSAL/CNPq nº. 66/2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criou a Redebambu/BR no âmbito da PNMCB – Política Nacional de Incentivo ao Manejo e Plantio do Bambu, com objetivo claro e traçado no financiamento governamental das pesquisas da área em questão (BRASIL, 2013). O presente estudo possui como objetivo efetuar buscas no contexto da produção científica desenvolvida pelos proponentes indicados no resultado da Chamada 66/2013, sobre a temática bambu, indicando as contribuições da biblioteconomia, através do Software Gephi que possibilita fazer análises bibliométricas e também das redes sociais (MARTELETO, 2007). Para isso, é realizado um comparativo entre a criação da Chamada em 2013 e suas renovações, ocorridas a cada dois anos. A natureza da pesquisa é de estudo exploratório fundamentado em uma literatura especializada e diversos documentos ligados à Redebambu/BR (GIL, 2008). Ao fim da análise dos dados, é possível constatar que a Redebambu/BR passou de dois artigos publicados em 2014 para dezesseis em 2015. Além disso, conseguiu observar mais de 100% de aumento de periódicos publicados. Contudo, devido à recente crise que assola o País, é perceptível um processo de oscilações na publicação dos trabalhos. Dentre as recomendações apontadas neste estudo, destacam-se: o bom uso da bibliometria; uma maior consideração das necessidades de informações dos usuários dos projetos e programas; a criação e a manutenção de uma base de dados de natureza pública verificáveis, controláveis e pertinentes e; uma maior aproximação das células de planejamento e avaliação aos centros de decisão.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei n. 12.484, de 8 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 9 set. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12484-8-setembro-2011-611401-norma-pl.html>. Acesso em: 29 set. 2021. MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. Informação e Informação, v. 12, 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c71408_0011336.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **303**

TÍTULO: **ANÁLISE DA SEGURANÇA MARÍTIMA BRASILEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA INTEGRADA POR MEIO DO MAPEAMENTO DE OPERAÇÕES INTERAGÊNCIA (2014 A 2022)**

AUTOR(ES) : **JÚLIA QUIRINO PEREIRA, BEATRIZ SADLER**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO:

RESUMO

A partir da década de 1960, com a passagem dos oceanos de fonte de deslocamento para uma fonte mais extensiva de recursos, observamos que os Estados passaram a pensar estrategicamente suas áreas marítimas, bem como delinear políticas, estratégias e ações cooperativas para gestão dessas áreas. Assim, perceber como os Estados e os atores delinham discursos e práticas de securitização do ambiente marítimo é um dos objetivos deste trabalho. Deste modo, a primeira etapa da pesquisa aqui apresentada visa a construção do Mapa Mental do conceito de segurança marítima em uma amplitude de segurança integrada de múltiplos atores, discursos e práticas, utilizando o site Miro.com. Essa pesquisa também tem o objetivo de promover um mapeamento e análise de políticas públicas integradas (operações interagências) no ambiente marítimo por meio da coleta de notícias relacionadas a essas operações usando dados open source com a elaboração de uma Atlas da Segurança Marítima Brasileira no formato Google Maps.

1. INTRODUÇÃO

A proposição desse trabalho é apresentar a importância da análise da segurança marítima brasileira como uma política pública. Uma política pública que deve ser construída de forma integrada, ou seja, há necessidade de que exista um alinhamento de atores, discursos e práticas. Esse trabalho de pesquisa é desenvolvido no Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ pelo Grupo de Pesquisa de Gestão da Segurança e Defesa sob orientação da professora Daniele Dionisio da Silva e conta com quase dez alunos de graduação. A pesquisa aqui apresentada é parte de um projeto PIBIC com uma bolsa de iniciação científica concedida pela UFRJ para 2020/2021. Este pode ser considerado um projeto de pesquisa inovador pois considera que a temática de segurança marítima mistura conceitos, abordagens e atores de segurança pública, segurança internacional e defesa nacional, principalmente porque as fronteiras do ambiente marítimo são perenes e as ameaças são fluidas e muitas vezes invisíveis. Para além disso, sobre o Conceito de Segurança Marítima (CSM) podemos pontuar que esse é um conceito amplo com capacidade de abarcar uma infinidade de significados e práticas, um buzzword (BUEGER, 2014), e ainda ser relacionado a outros conceitos como: Consciência do Domínio Marítimo; Consciência Situacional Marítima, Seapower, Economia Azul.

BIBLIOGRAFIA: ABDENUR, Adriana; NETO, Danilo. Brazil's Maritime Strategy in the South Atlantic: 17 The Nexus between Security and Resources. Global Powers and Africa Programme, n. 15, nov. 2013. ASHLEY, Roach. Initiatives to enhance maritime security at sea. Marine Policy, v. 28, n. 2, p. 41- 66, jan. 2004. BOOTH, Ken. Law, Force and Diplomacy at Sea. Londres: Routledge Revivals, 2014. BUEGER, Christian. What is maritime security?. Marine Policy, v. 53, p. 159-164, 2014. BUEGER, Christian; EDMUNDS, Timothy

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **476**

TÍTULO: **CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA ÁREA DA SEGURIDADE SOCIAL**

AUTOR(ES) : **SOFIA PISCITELLI TRINDADE**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

A seguridade social, em seu tripé composto pelas áreas de saúde, previdência e assistência social, definida pelos nossos constituintes, assim constando no artigo 194 da nossa Constituição Federal de 1988. A seguridade social é importante para a gestão pública de um país, sendo a principal forma do Estado oferecer aos cidadãos políticas públicas para uma vida digna. Mais do que nunca, nesse momento de pandemia e também nesse marco de 200 anos da nossa independência, evidencia-se a necessidade de atualizar as grandes áreas do serviço público e adaptá-las para enfrentar os desafios atuais, retomando sua importância, suas principais formas de atuação e os princípios que a fundamentam. Nesse contexto, a partir de uma demanda da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do município do Rio de Janeiro, foi formulado, a partir de 2019, o Curso de Atualização Profissional de Servidores Públicos na Área de Assistência Social, com o objetivo de incrementar e aperfeiçoar o conhecimento desses profissionais sobre os princípios da Gestão Pública e atualizá-los sobre novas possíveis práticas em consonância com o atual contexto. Mais do que nunca, é preciso investir na gestão pública do nosso país e nos profissionais que a ela se dedicam. Dessa forma, o curso de atualização, oferecido como uma parceria entre a coordenação de extensão do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a GDEP é formulado com o objetivo a promover esse incremento, procurando adaptar a atuação desses profissionais às mudanças sociais e institucionais que estão ocorrendo nesse momento no Brasil. Já em sua terceira edição, em 2021, de modo remoto, devido ao contexto pandêmico, o curso ocorreu em dois encontros mensais e nessa última edição tratou do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), discutindo a legislação pertinente para a realização das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Dessa forma, estudamos sobre todo o marco regulatório que fundamenta essas parcerias, desde a Carta de 1988 até os dias atuais, focando em sua importância e seu impacto na assistência social e também na gestão pública.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. _____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. _____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm SILVA, Renata Bastos da; MARINHO, Ricardo José de Azevedo; ZACARIAS, Ellen Cristina Pereira. "O SU

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **508**

TÍTULO: **O LEGADO COLOMBIANO: INVESTIGANDO AS HERANÇAS, LIMITAÇÕES, APRENDIZADOS E OS DESAFIOS DE 40 ANOS DE DDR**

AUTOR(ES) : **GABRIELLE RODRIGUES DE MOURA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

Neste artigo, o objetivo será analisar qual foi o legado doméstico e internacional deixado pelos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) que ocorreram nas últimas quatro décadas na Colômbia. Para isso, é realizada uma divisão em quatro seções, em que a primeira discute o que são os processos de DDR, para em seguida analisarmos o contexto histórico-político colombiano e as suas singularidades. Dessa forma, será possível observar as heranças históricas dos processos de outros países, visto que eles demonstram que estava no alcance do país quando os processos foram estabelecidos. A partir disso, podemos analisar as limitações dos processos, isto é, os aspectos que não foram abrangidos ou foram implementados de forma ineficiente. Além disso, será observado o que esse cenário demonstra a respeito do que deve ser considerado nos futuros programas do governo na Colômbia e em outros países. Portanto, por fim, ao analisar os desafios dos processos de DDR podemos realizar uma análise sobre a sua efetividade.

BIBLIOGRAFIA: MUGGAH, Robert; O'DONNELL, Chris. Next generation disarmament, demobilization and reintegration. Stability: International Journal of Security and Development, v. 4, n. 1, 2015. GAMBA, Virginia. Post-agreement demobilization, disarmament, and reconstruction: Towards a new approach. In: Contemporary Peacemaking. Palgrave Macmillan, London, 2008. p. 178-191. ÖZERDEM, Alpaslan. Disarmament, demobilization and reintegration. In: Routledge Handbook of Peacebuilding. Routledge, 2013. p. 236-247.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **530**

TÍTULO: **MAXIPROCESSOS COMO INSTRUMENTOS DE LAWFARE POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO LAVA JATO**

AUTOR(ES) : **ROBERT DE FARIAS OLIVEIRA, MARIANA DE FREITAS BARBOSA, LORENA VIEIRA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO, NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES**

RESUMO:

É possível verificar que o Direito vem sendo usado como um sucedâneo de guerras ou de batalhas políticas (KITTRIE, 2016), o chamado Lawfare, expressão cunhada por Charles Dunlap (2001). Dois testes aplicados para identificar se uma ação jurídica pode ser qualificada como Lawfare político: (1) o autor (seja uma pessoa ou um grupo político) da ação deve usar o Direito para criar os mesmos ou similares efeitos àqueles tradicionalmente buscados pelas ações políticas e (2) a motivação do autor da ação ou de pessoas ou grupos políticos que utilizam a ação deve ser enfraquecer ou destruir um adversário político contra o qual o Lawfare está sendo manejado. Na prática do Lawfare Político, vários são os instrumentos utilizados para alcançar seus objetivos políticos e divulgações de persecuções criminais com a afetação de imagens pessoais para alcançar objetivos políticos. Luigi Ferrajoli (2014), no livro "Direito e Razão: teoria do garantismo penal", marco teórico da pesquisa, jamais usou a expressão "lawfare" ou fez qualquer referência a estudos sobre esse tema, mas é possível identificar aquilo que ele chama de subsistema penal de exceção como o instrumento de Lawfare político caracterizado como "instauração de persecuções criminais para alcançar objetivos políticos". Nas lições Ferrajoli (2014), é possível identificar o processo penal de emergência com o que foi chamado de maxiprocessos, caracterizados por: 1- Cobertura midiática massiva; 2- Gigantismo processual; 3- Confusão processual; 4- Mutação substancial do modelo clássico de legalidade penal; 5- Incremento da utilização dos meios de investigação ou obtenção de prova. Como a Operação Lava Jato é apontada pelo Ministério Público como a maior investigação de corrupção que o Brasil já teve, ao mesmo tempo que é apontada pelos partidos de oposição ao governo atual como um instrumento de perseguição política, a presente pesquisa pretende responder: a Operação Lava Jato vem sendo utilizada com seletividade política? Ademais: os acordos de colaboração premiada vêm sendo celebrados de forma diversa conforme a filiação política do investigado e do colaborador? A hipótese trabalhada é que a Operação Lava Jato é um maxiprocessos que vem sendo utilizado para finalidades políticas. A resposta à questão vem sendo desenvolvida metodologicamente em três etapas: 1- Pesquisa teórica sobre colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013; 2- Coleta dos acordos de colaboração premiada celebrados na Operação Lava Jato junto ao MPF e ao STF; 3- Análise qualitativa e quantitativa dos acordos de colaboração. A pesquisa se encontra na terceira etapa, onde estão sendo feitas análises de 150 acordos de colaboração premiada coletados.

BIBLIOGRAFIA: DUNLAP JR., CHARLES J. Lawfare Today and Tomorrow in: International Law and Changing Character of War. p.315. Disponível: <https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3090&context=f> FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014. KITTRIE, Orde F. Lawfare: law as a weapon of war. New York. 2016. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires e TAVARES, Natalia Lucero Frias. Lawfare Brasileiro. Belo Horizonte. D'Plácido. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **534**

TÍTULO: **MAPEAMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) IBERO-AMERICANA: AVALIAÇÃO PRELIMINAR**

AUTOR(ES) : **MYLENE PAULA,KAISA DE SOUZA MORGADO**

ORIENTADOR(ES): **NYSIA OLIVEIRA DE Sá,ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO**

RESUMO:

Os recursos educacionais abertos (REA) tiveram seu significado ampliado a partir de algumas iniciativas como a ampla utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC). O movimento em torno dos REA iniciou em 2002, em Paris, a partir de encontro internacional realizado pela UNESCO e, atualmente, pode-se inferir que houve uma ampliação global do movimento com a inserção na pauta educacional de governos e instituições desse tema (AMIEL, 2018). Com base nessa premissa, a UNESCO define conceitos para a partilha de boas ideias chamados 4R, são eles: reutilizar: direito de usar o conteúdo de várias formas; remixar: direito de combinar o conteúdo original ou revisado com outro conteúdo aberto para criar algo novo; revisar: direito de adaptar, ajustar, modificar ou alterar o conteúdo em si; redistribuir: direito de compartilhar cópias do conteúdo original, suas revisões, ou seus remixes com os outros. Alguns autores consideram o 5 R: reter, guardar: refere-se à possibilidade de o usuário guardar uma cópia do conteúdo para quando não estiver mais ligado a uma instituição de ensino ou não ter mais a licença de acesso. Ljubljana Oer Action Plan (2017) aponta cinco desafios que dificultam a integração dos REA: a) a capacidade dos usuários de encontrar, reutilizar, criar e compartilhar REA; b) questões linguísticas e culturais; c) garantia de acesso inclusivo e equitativo a REA de qualidade; d) mudança de modelos de sustentabilidade; e) desenvolvimento de ambientes de políticas de apoio (UNESCO, 2017). A pesquisa tem como objetivo geral analisar REA, que abordem a temática desenvolvimento sustentável disponíveis em Instituições de Ensino Superior (IES) Ibero-americanas com base nos critérios de avaliação de fontes de informação adotados pela Biblioteconomia, priorizando as ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, cujo objetivo é tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; e 15 - Vida terrestre, cujo objetivo é proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva, com abordagem quali-quantitativa. Devido ao número significativo de dificuldades para identificar os REA como fontes de informação digital: o formato, a interoperabilidade, a acessibilidade e a licença não compatíveis com REA, a pesquisa apresenta resultados preliminares, realizados em três repositórios institucionais, para avaliar a qualidade dos objetos de aprendizagem disponíveis. As reuniões para a orientação da pesquisa ocorrem quinzenalmente de modo virtual devido à pandemia de Covid-19. As bolsistas já realizaram a pesquisa bibliográfica e o mapeamento dos REA nas IES ibero-americanas e, estão na fase da pesquisa exploratória em repositórios para identificar os REA de acordo com sua definição e critérios.

BIBLIOGRAFIA: AMIEL, T.; GONSALES, P.; SEBRIAM, D. Recursos educacionais abertos no Brasil: 10 anos de ativismo. Em Rede: revista de educação a distância, v.5, n.2, p. 246-258, 2018. UNESCO. Ljubljana OER Action Plan 2017. In: Second World OER Congress. 2017. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/ljubljana_oer_action_plan_2017.pdf. Acesso em: 28 set. 2021. TOMAEL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (Org.). Fontes de informação digital. Londrina: EDUEL, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **542**

TÍTULO: **IMPACTOS DA PANDEMIA: FATORES QUE EXPLICAM A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA NO CONTEXTO DO COVID-19.**

AUTOR(ES) : **CLARISSA GONÇALVES DE ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **THIAGO DE ABREU COSTA**

RESUMO:

O COVID-19 afetou diversos setores econômicos e seus impactos ainda são considerados incertos, por isso a Comissão de Valores Mobiliários (CMV) emitiu uma orientação para que as empresas de capital aberto brasileiras divulgassem os possíveis impactos da pandemia na empresa em seus fatos relevantes. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi identificar o que motivou as empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3 a divulgarem informações voluntárias sobre a pandemia. Para isso, foram coletados manualmente os fatos relevantes divulgados pelas empresas sobre o COVID-19 no período de 01/01/2020 até 31/08/2020. As demais informações necessárias para o estudo foram obtidas através da base de dados CAPITAL IQ. Dentre as 356 empresas brasileiras de capital aberto selecionadas, apenas 282 continham as informações desejáveis para realização do estudo. Nesse sentido, foram formuladas nove hipóteses com intuito de explicar a divulgação voluntária por parte das empresas analisadas, que foram testadas a partir de análises estatísticas, univariada e multivariada, utilizando o método de regressão logística com apoio do software *Stata 15*. As hipóteses englobam informações individuais de cada empresa, sendo elas: auditoria, acionista controlador, setor, tamanho, internacionalização, governança corporativa, endividamento e rentabilidade. A hipótese setor apresenta-se como um diferencial no estudo, pois segundo o Ministério da Economia alguns setores foram mais impactados que outros durante a pandemia. Os resultados obtidos através da análise multivariada mostram que as variáveis setor, que se refere aos setores mais impactados pela pandemia, tamanho e rentabilidade (ROA) foram significantes para explicar a divulgação voluntária na pandemia. A principal contribuição do estudo consiste na evidência das variáveis que explicam a divulgação voluntária. Entretanto, o fato de estar situado em um momento atípico que gerou uma crise social e econômica global confere para que o trabalho tenha maior relevância.

BIBLIOGRAFIA: Dye, R. (2001). Na evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. Amsterdam: Journal of Accounting and Economics. Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. Journal Of Acouting and Economics, 97-180. Murcia, F. D.-R., & Santos, A. d. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 72-95.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **549**

TÍTULO: **CORAL DO CCJE CANTA SAMBA DA MINHA TERRA**

AUTOR(ES) : **PÉRICLES DE MORAIS CUNHA, ANDRÉ LUIZ PINTO**

ORIENTADOR(ES): **WALDELICE MARIA SILVA DE SOUZA**

RESUMO:

O Projeto Coral CCJE estrutura-se na reunião de discentes, docentes, técnicos – definidos como coralistas – com disposição de participar em coro amador regido por estudante com o limite de 30 vozes, voltado para o cancionário popular brasileiro, com arranjos próprios. O Coral ensaia semanalmente nos campi da Praia Vermelha e da Ilha do Fundão. A equipe se reúne com a mesma frequência para pensar as atividades conjuntamente. O Coral do CCJE se apresenta nos espaços da UFRJ por convite ou reforçando ações acadêmicas e institucionais do Centro e da Universidade. No ano de 2020, em função das circunstâncias singulares do momento as apresentações foram transformadas em vídeo. No trabalho a ser apresentada, os autores se propõem a debater sobre o processo de realização do vídeo, sendo este o primeiro produto que registra a performance dos participantes do Núcleo Fundão deste Coral. A ideia central é abordar a trajetória seguida pelo regente (André Luiz Pinto) e pelo arranjador (Péricles de Moraes) do grupo e, também, dos coralistas desde a criação do arranjo até a edição do vídeo. O objetivo é refletir sobre as inovações e soluções encontradas ao longo do processo de produção, já que o cenário imposto pela pandemia fez com que outras estratégias, diferentes das convencionais praticadas no canto coral, precisassem ser adotadas na dinâmica dos ensaios virtuais do Coral do CCJE.

BIBLIOGRAFIA: COELHO, Dalton Santos. Arranjo Vocal Popular - Dicas por seus arranjadores. 2004. Monografia (Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em Música) — Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **561**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA MEDIAÇÃO DE LEITURA NOS CURSOS DE BIBLIOTECOMIA DO BRASIL MEDIANTE A LEI 12.244/10**

AUTOR(ES) : **GABRIEL ANDRÉ MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **LUCIA FIDALGO**

RESUMO:

A pesquisa visa investigar a importância da disciplina Mediação de Leitura, a fim de fundamentar sua implementação nas instituições que ofereçam o curso de Biblioteconomia no Brasil, dada a Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas em instituições de ensino. Propõe o fortalecimento do papel do bibliotecário como mediador de leitura para a formação de leitores em todos os seguimentos da educação, especialmente os usuários de bibliotecas escolares. Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre Mediação de Leitura, bibliotecas escolares, a Lei 12.244/10 e a maneira com que os cursos de Biblioteconomia do país tratam assuntos referentes à leitura e a formação de leitores, no sentido de reunir evidências para a importância de se debater tais aspectos na formação de bibliotecárias e bibliotecários brasileiros, além de um questionário de identificar qual a visão que estudantes de Biblioteconomia e profissionais formados no curso têm dos assuntos aqui tratados.

BIBLIOGRAFIA: CAMPELLO, Bernadete S. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 123-156, maio/ago., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2013v18n37p123/25335>. UNESCO. Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO. 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **567**

TITULO: **DIETAS ALIMENTARES DO IMPÉRIO MONGOL E POVOS TURCOMENOS: O QUÃO COMUM ESTÃO NO NOSSO DIA A DIA ?**

AUTOR(ES) : **SERGIO RICARDO DE FREITAS JUNIOR**

ORIENTADOR(ES): **RENATO NUNES BITTENCOURT**

RESUMO:

O **Império Mongol** é o mais vasto império em extensão territorial (com fronteiras) criado até o dias de hoje e certamente é um dos mais influentes e inovadores da história.

Mas o que é pouco abordado academicamente no Brasil são sobre quais influências, o povo de Genghis Khan, trouxe aos ocidentais, mais especificamente para os hábitos alimentares do brasileiro. Alguns alimentos hoje processados, consumidos no nosso **cotidiano** tem como seu formato original e cultural, origem mongol ou turcomena.

O estilo de vida seminômade e extremamente brutal, exigia destas civilizações, uma **alimentação** rica em proteínas, que causasse pouca agressão aos dentes e ao mesmo tempo não fossem rapidamente perecíveis, essa dieta é classificada no ramo de dietas citogenicas.

Este artigo busca estabelecer uma conexão com a **alimentação** mongol e dos povos **turcomenos** no paladar cotidiano do brasileiro, trazendo como exemplo alguns alimentos comuns que possuam sua raiz original nas entranhas do **Império Mongol** e do Centro Asiático, abrindo uma discussão sobre o apagamento e desconhecimento desse tema.

BIBLIOGRAFIA: Marshall Cavendish Corporation (2007) World and Its Peoples: Eastern and Southern Asia. <http://luciliadiniz.com/dieta-de-gengis-khan/>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **578**

TITULO: **REFUGIADOS AMBIENTAIS E A PROTEÇÃO JURÍDICA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA**

AUTOR(ES) : **NATHALIA DE SOUZA LINS NASCIMENTO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

O objetivo desse projeto de pesquisa é entender, apesar da falta de tutela internacional específica aos refugiados ambientais, como é o tratamento que o Brasil destina a esse grupo. Para isso, será utilizada a metodologia qualitativa de pesquisa.

A degradação ambiental encontra-se em fase crescente desde os últimos anos, atingindo níveis alarmantes e causando diversas mudanças climáticas catastróficas. Isso tem impactado fortemente povos e comunidades ao redor do mundo, tendo em vista a estreita relação entre o meio ambiente e a vida humana. Por esse motivo, o número de pessoas que se desloca devido a essas alterações climáticas tem crescido e acendido o alerta na comunidade internacional, uma vez que essas migrações afetam as relações internacionais.

No entanto, existe controvérsia doutrinária quanto à possibilidade de considerar "refugiado ambiental" como uma categoria isolada e específica para além da categoria geral de "refugiado". Parte da doutrina defende a inadequação do conceito de refugiado ambiental. Um dos motivos apontados para isso é que o problema central desse grupo de refugiados não é a mudança ambiental, mas sim a incapacidade de determinadas comunidades e países de lidarem com essas mudanças. Portanto, o problema seria, essencialmente, político-social, não ambiental. Além disso, utiliza-se como argumento a Convenção da ONU de 1951, que estabelece as situações que ensejam refúgio, deixando de fazer menção às situações ambientais.

A legislação brasileira é considerada avançada, moderna e inovadora, principalmente por sua definição abrangente de refugiados. A situação no Brasil mudou com a promulgação da Constituição de 1988, que se baseia no princípio da dignidade humana, o que fez com que o "Estatuto do Estrangeiro" perdesse seu fundamento constitucional, sendo necessária a formulação de novas leis para lidar com a imigração questões à base da nova constituição. A nova lei dá especial atenção aos refugiados e propõe uma das hipóteses de visto temporário, nomeadamente, a concessão por aceitação humanitária, permitindo ao país acolher refugiados e normalizar a sua situação no país.

O Brasil aparenta ter um bom sistema de apoio aos refugiados. Porém, o esperado é que o Brasil destine o tratamento, tutela e apoio adequados especificamente aos refugiados ambientais que chegam no país, reconhecendo-os, inclusive, como refugiados - principalmente por causa da grande importância que ganhou o princípio da dignidade humana no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, espera-se que a falta de reconhecimento internacional acerca dessa categoria não seja um motivo para a falta de reconhecimento por parte do Brasil.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. As mudanças climáticas como catástrofe global e o refugiado ambiental. Revista Estudos Institucionais, v.7, n.2 (2021). ROCHA, Amanda; GUERRA, Sidney. O direito internacional dos refugiados e a eficácia acerca do sistema brasileiro de concessão de refúgio. Revista Unigranrio, v.9, n.1 (2019).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **606**

TÍTULO: **O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NAS CRISES DE 2015/2016 E 2020: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

AUTOR(ES) : **CAMILA BANDEIRA DA ROCHA,VICTOR NOBRE,RENAN RECHUEM,IGOR MASULLO SOARES**

ORIENTADOR(ES): **SABOIA**

RESUMO:

Este trabalho foi motivado por um evento único ocorrido no país e no mundo em 2020 que foi a crise da Covid 19. A dimensão e profundidade da crise despertou a curiosidade de compará-la com as crises anteriores, mais especificamente com a última dos anos 2015/2016, procurando observar suas semelhanças e diferenças.

Além disso, havia o interesse de verificar até que ponto a tese dualista, que aponta para o importante papel do setor informal enquanto absorvedor da população excluída do setor formal durante uma crise, teria aplicação na recente experiência da economia brasileira. A visão dualista tradicional foi originalmente proposta por Lewis (1954) e Harris e Todaro (1970). A escola cepalina da América Latina também costuma interpretar o setor informal como um colchão ou uma esponja que serve para absorver as pessoas que não conseguem ser incorporadas na economia formal.

Com esse objetivo, o texto faz ampla utilização da principal fonte de dados disponível para o mercado de trabalho brasileiro, ou seja, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, disponível para período 2012/2020. Para o acompanhamento da evolução da economia são utilizados os dados das Contas Nacionais do IBGE.

O trabalho está dividido em três seções, além da introdução e das conclusões finais. Na primeira seção é feita uma breve análise da evolução do PIB no período, de modo a demarcar seu comportamento e determinar os trimestres em que a crise econômica atingiu o mercado de trabalho. Na seção 2 é desenvolvida uma análise geral da evolução do mercado de trabalho ao longo de 2012/2020, destacando os dois períodos de crise. Já a seção 3 é reservada para a análise comparativa das duas crises procurando explorar os dados disponíveis na PNADC. O artigo é encerrado com as principais conclusões.

Em síntese, ao longo do artigo foi possível observar o impacto significativo na economia após a crise de 2015/16, alterando negativamente a estrutura do mercado de trabalho do país. Entre os resultados, destacam-se a forte elevação do desemprego e da subutilização da força de trabalho. Após a breve recuperação de 2017/2019, o ano de 2020, diante da pandemia, tornou ainda mais crítica a situação socioeconômica do Brasil, com mais impactos negativos no mercado de trabalho.

Na última seção, foi possível ver como as crises de 2015/16 e a de 2020 impactaram de forma distinta o mercado de trabalho em diversos aspectos. Ainda que na primeira se apresentasse uma piora em alguns indicadores, em 2020 a piora foi generalizada e com movimentos nunca vistos anteriormente, impactando, sobretudo, o mercado de trabalho informal.

O cenário de medidas sanitárias e cuidados com a saúde, aliado à dificuldade de se conseguir emprego em uma crise, levou à uma saída da população da força de trabalho com as pessoas desistindo de procurar emprego. Isto levou ao aumento da força de trabalho potencial e subutilizada, e com que a população desocupada aumentasse relativamente pouco.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD COVID-19. Carta de Conjuntura (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), 2020. CARVALHO, S. S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – Resultados da PNAD Contínua em 2020. Carta de Conjuntura (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **698**

TÍTULO: **FOLKSONOMIAS E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ERA DA PÓS-VERDADE**

AUTOR(ES) : **JOYCE BORGES COSMO DA SILVA,MARIA EDUARDA IMAMURA DE ABREU**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO:

O objetivo do presente estudo é apresentar o conceito de Folksonomia, caracterizado pela recuperação de informação de forma personalizada por permitir que o usuário utilize a linguagem natural para a organizar essas informações através das chamadas tags, e suas implicações na organização da informação na era da Pós-Verdade. É possível descrever a Pós-Verdade como um fenômeno complexo que possui como principais características a desqualificação de meios tradicionais de informação, como TV e Rádio, a desinformação como instrumento político e também religioso, através das chamadas *fake news*, e a criação de bolhas informacionais que passam a replicar informações e alterar a forma com que os usuários interagem com diferentes visões de mundo. A partir de uma literatura formada por seis autores básicos, onde os principais são Catarino e Baptista (2007), Trant (2013) e Araújo (2020), realização de fichamentos e discussões sobre esses artigos, foi possível compreender esses conceitos e analisar como cada um deles se relaciona. O trabalho visou analisar a produção científica sobre as terminologias Folksonomia, Pós-Verdade, Organização da Informação, Bolhas informacionais, *Fake News*, Indexação Social, Agnotologia e Ontologia Folksonomizada utilizando o Portal de Periódicos CAPES e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A partir de um levantamento bibliográfico, realizado separadamente por cada uma das autoras, tornou-se possível a utilização de diversos autores que tratam sobre os fenômenos listados. No Portal CAPES foram encontrados poucos textos relacionados aos termos isolados, sendo os que continham o conceito de pós-verdade em maior quantidade. Diferentemente desses resultados, no levantamento bibliográfico na base de dados BRAPCI foram encontrados diversos textos com as terminologias pré-estabelecidas. A partir desses resultados a pesquisa tem como intenção contribuir para a inserção da ciência da informação, especificamente para a organização da informação e do conhecimento, aliadas a novos esquemas a serem criados, para identificar, caracterizar e propor compreensão e ação à desinformação, ocasionada pelo fenômeno da pós-verdade.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. Encontros Biblio: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v.25, p. 01-17, 2020. CATARINO, Maria Elisabete. BAPTISTA, Ana Alice. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v.8, n.3, p. 01-18, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **701**

TÍTULO: **O SER HUMANO ENQUANTO COMPLEXO INFORMACIONAL: REFLEXÕES PRELIMINARES**

AUTOR(ES) : **EVEN MARIA HOLANDA NERI JORGE**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA,ANA SENNA**

RESUMO:

Esta pesquisa apresenta reflexões preliminares que apontam o ser humano enquanto um complexo informacional, ao mesclar conceitos estruturais necessários, sendo estes: complexo, complexidade, assimilação, subjetividade e afetividade para o estabelecimento de um diálogo multidisciplinar com estudiosos e teóricos das diversas áreas com foco na informação e na própria existência humana. Trata-se de um estudo exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa fazendo uso, também, de dados quantitativos. Objetiva-se debater e contrapor teorias e abordagens já existentes e desenvolvidas por diferentes autores, a fim de construir um debate entre áreas mas, principalmente, dentro do curso da Biblioteconomia para que seus profissionais e integrantes possam juntos pensar em uma nova forma de enxergar os indivíduos e a si mesmos. Também tem por objetivo suscitar a elaboração de novas atividades ao longo de sua atuação que sejam capazes, efetivamente, de considerar a dimensão humana e in-formacional em suas ações e propostas de nível prático. Logo, a partir deste contexto, evidencia-se a necessidade de criação de um segmento de estudo inédito na formação do futuro bibliotecário, que constitua um conhecimento integrado, porém, dispondo de métodos próprios que, pautados por sua responsabilidade social, consigam atuar de maneira responsável, mais humanitária, singular e direcionada às metas que se pretendem alcançar; sejam estas, a princípio, com finalidade terapêutica e/ou de estudo/investigativa.

BIBLIOGRAFIA: MATURANA; Humberto R.; VARELA, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. Tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001. 288 p. MORIN, Edgar. O método 1: a natureza da natureza. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016. 477 p. PIAGET, Jean. Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973. 424 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **735**

TÍTULO: **A COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PROMOVIDA NO YOUTUBE PELOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL: ENFOQUE NO CAMPO DA SAÚDE (2017-2021)**

AUTOR(ES) : **MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

Aborda as ações de informação relacionadas com a comunicação e divulgação científica sobre o campo da saúde, durante os anos de 2017 a 2021, proposta pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) no ambiente da rede social digital conhecida como YouTube, uma rede que permite a difusão de vídeos no ciberespaço, especificamente, na internet. Para tal, traça um breve conceito sobre os PPGCI e a sua importância no cenário da web 2.0. Observa e descreve os assuntos difundidos sobre o campo da saúde durante o período de recorte da pesquisa, e propõe uma discussão sobre a relação dos PPGCI para com a temática da saúde abordada sob o viés da responsabilidade social inerente ao campo da Ciência da Informação. Como metodologia da pesquisa, se insere como pesquisa de nível exploratório, com abordagem quali-quantitativa, pelo qual pretendeu explorar e colaborar para um panorama sobre os assuntos tratados, especialmente no campo da saúde pelos PPGCI no Brasil, durante o período de 2017 a 2021. Traz como resultados parciais a contribuição positiva, no cenário da difusão de informação científica sobre o campo da saúde, pelos PPGCI, principalmente, em questões de gênero, emergência de saúde pública como a pandemia de COVID-19, as discussões sobre a saúde mental, e a gestão de dados de pesquisa em saúde, dentre outros. Conclui que os PPGCI têm contribuído no sentido da produção de eventos científicos disponibilizados no ambiente da internet, pelo uso de redes sociais digitais, sobre o campo da saúde. Os PPGCI cumprem, dessa forma, o seu papel para com a sociedade no âmbito do compartilhamento de informação científica e tecnológica em prol do desenvolvimento da sociedade.

BIBLIOGRAFIA: GÓMEZ, M. Escopo e abrangências da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. TransInformação, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. TOMAÉL, M. Redes sociais, conhecimento e inovação localizada. Informação & Informação, [S. l.], v. 12, n. 1 especial, p. 63-86, 2007. VALERIO, P.; PINHEIRO, L. Da comunicação científica à divulgação. TransInformação, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **739**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO REGIONAL, MIGRAÇÃO E INSERÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL, 2011-2015**

AUTOR(ES) : **ANA JULIA MONTEIRO PEIXOTO**

ORIENTADOR(ES): **ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA**

RESUMO:

De acordo com Lima, Simões e Hermeto (2016), o nível de desenvolvimento de uma região influencia a decisão de migrar que, por sua vez, impacta o desenvolvimento nas regiões de origem e destino do migrante. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo observar as dinâmicas da migração interna no Brasil a partir do ano de 2010 e suas particularidades, juntamente a um diálogo com a literatura relevante sobre o tema, possibilitando, assim, inferências sobre a relação existente entre migração e desenvolvimento econômico.

Os objetivos específicos do trabalho são: a caracterização do perfil dos migrantes; caracterização das regiões de origem e destino dos migrantes; e a identificação dos determinantes da condição de migração individual. Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 a 2015 fornecem a principal base de dados para a análise proposta. A metodologia utilizada consiste nos procedimentos de construção de matrizes migratórias visando identificar as principais trajetórias estabelecidas entre as Unidades da Federação (UF's) e na estimação de modelos de regressão logística para a determinação da condição de migração individual, com a elaboração de equações mincerianas e uso do modelo de Heckman (1979) para a correção do viés seleção amostral.

Parte-se de um referencial teórico que fornece a fundamentação sobre os fatores que influenciam a decisão de migração individual e como ocorre a relação entre migração e desenvolvimento. Considera-se que os migrantes não são uma amostra aleatória da população (Gama, Machado; 2014). A partir dos dados, é possível avaliar como se comportam as amostras de migrantes e a qualificação das regiões de origem e destino. Verificaram-se os fluxos migratórios mais ou menos relevantes entre UF's. Classificam-se determinadas regiões por possuírem saldos migratórios mais ou menos expressivos, o que indica uma propensão maior a migrar de certas localidades e para certos destinos.

Os resultados preliminares revelam que a seletividade por gênero e cor tem se tornado menos relevante nos anos de referência. Migrantes possuem maior escolaridade, um percentual de inatividade menor e rendimentos maiores que os não migrantes. Ocupação, atividade e oportunidades disponíveis aparentam ser mais influentes para a decisão de migrar. Entre as regiões, SP, GO, SC, MT e DF são as UF's com maiores ganhos de migrantes nos cinco anos observados. BA, PE, AL, RS e MG apresentaram as maiores perdas de migrantes no mesmo período. Entre os fluxos mais relevantes, a saída de MG para SP é significativa na amostra. Foi observado um expressivo escoamento populacional para UF's vizinhas, como, por exemplo, no caso do MA e do PA.

Conclusões parciais incluem a presença de seletividade da migração e identificação de fluxos migratórios relevantes, que apontam para uma recente emergência de regiões de médio desenvolvimento, próximas às grandes cidades, possivelmente relacionada ao elevado custo de congestionamento de metrópoles.

BIBLIOGRAFIA: GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, Aug. 2014. HECKMAN, J.; Sample selection as a specification error, *Econometrica*, 47: 153-161, 1979. LIMA, A. C. C.; SIMOES, R.; HERMETO, A. M. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. *EURE* (Santiago), Santiago, v. 42, n. 127, p. 29-54, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **743**

TÍTULO: **A PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO-AMBIENTE: UMA ANÁLISE DA NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS**

AUTOR(ES) : **PAULA CAMMAROTA VEIGA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

Há muitos anos vem se falando sobre a questão de um desenvolvimento mais sustentável e da necessidade de preservação da natureza, contudo, poucas foram as mudanças práticas e efetivas. A Constituição Federal de 1988 destinou todo um capítulo para se tratar da proteção ao meio ambiente, o que de fato foi um avanço para época, contudo, muitos dos dispositivos acabaram se tornando mera lei em papel, não sendo aplicados no dia a dia.

No Brasil, a natureza atualmente é vista em uma relação hierarquizada e antropocêntrica: o meio ambiente, a fauna e a flora em geral, existem para servir aos seres humanos e são, assim, explorados até sua exaustão a fim de se garantir, por exemplo, maior área para plantação, mais gado para exportação, e outros modos de desenvolvimentos nada sustentáveis ecologicamente e a longo prazo.

Em contrapartida, tem-se os povos indígenas que veem a natureza como parte de sua família, um ancestral maior em comum e ente personalizado que merece e deve ter proteção máxima. Diferentes etnias dão diferentes nomes e têm relações com a específicas com a natureza. Mas algo em comum é a forma que veem essa interação, para eles o mundo é movido por redes de interação entre entes humanos e não-humanos, sendo esses, os animais e a própria natureza, como o rio e a floresta. Isso não significa que a natureza é intocável e não deve ser explorada em nenhum âmbito, pelo contrário, para todos há uma relação íntima de troca e coexistência em harmonia já que somos todos membros de um mesmo ecossistema e, principalmente, há também uma dependência dos humanos perante o meio ambiente.

Enquanto isso, também na América Latina, destaca-se o movimento do novo constitucionalismo latino americano, que se preocupa com as desigualdades sociais, trazendo justamente a garantia de direitos para as camadas mais periféricas da sociedade. No que tange os direitos da natureza, ganham destaque as Constituições do Equador e da Bolívia, promulgadas respectivamente em 2008 e 2009. O dispositivo constitucional equatoriano eleva, de forma pioneira, a natureza à condição de sujeito de direitos em seu artigo 71, trazendo a conceituação da “pachamama”, enquanto a boliviana, acompanhando o entendimento, em seu artigo 34 possibilita impetrar ações na justiça em nome da defesa do direito ao meio ambiente e sistematiza o “estado do bem viver”.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar a posição da natureza no ordenamento jurídico dos países latino americanos, principalmente da Bolívia e do Equador, em um estudo comparativo e bibliográfico. Além disso, pretende-se detalhar as motivações para se definir ou não no Brasil a natureza como sujeito de direitos a fim de garantir que o meio ambiente seja efetivamente resguardado pela legislação brasileira.

BIBLIOGRAFIA: GUDYNAS, Eduardo. Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; BORILE, Giovanni Orso. A ideia de direitos da natureza. Salvador: Revista Brasileira de Direito Animal, 2020. 15 v. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/issue/view/1992/showToc>. Acesso em: 17 maio 2021. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **751**

TÍTULO: **LEVANTAMENTO EMPÍRICO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS INCUBADORAS, AS ACELERADORAS E OS PARQUES TECNOLÓGICOS (IAPTS) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

AUTOR(ES) : **LARISSA VASCONCELOS DE ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS**

RESUMO:

Este trabalho corresponde a fase 3 do projeto intitulado “Sistemas Produtivos e Inovativos Locais como Ponte entre Incubadoras e Parques Tecnológicos e o Desenvolvimento Regional e Local”, que tem como objetivo empreender uma análise das bases de dados de mapeamento de ambientes de inovação, mais especificamente as incubadoras, as aceleradoras e os parques tecnológicos (IAPTs), de forma a estabelecer uma visão ampla da convergência e articulação destas estruturas com as capacitações e vocações produtivas do território e sua contribuição para a sustentabilidade.

Para atingir este objetivo, foi proposto um arcabouço analítico e metodológico próprio. Tal arcabouço parte da literatura específica sobre avaliação de impacto regional de incubadoras e parques tecnológicos e a articula com os referenciais teóricos de arranjos produtivos locais (APLs) (CASSIOLATO; LASTRES, 1999; MATOS et al., 2017) e de sustentabilidade (Sachs, 2009). A partir desta costura conceitual, discute-se o potencial impacto dos ambientes de inovação como atores de um sistema de inovação territorializado, cuja dinâmica deve ser avaliada à luz de sua contribuição para o desenvolvimento local sustentável.

Portanto, a fase 3 do projeto direciona-se para o entendimento das interações das IAPTs com o tecido produtivo e social e o fortalecimento de espaços interativos de aprendizado, incorporando os desafios da sustentabilidade. Assim, o ponto de chegada do estudo é contribuir para uma reflexão de como a influência das IAPTs pode ser requalificada. Portanto, são as características, o posicionamento e a estratégia destas instituições que estão no centro dos desdobramentos propostos, explorando as potenciais relações de influência e causalidade envolvendo especificamente tais instituições e os demais atores do território.

Então, para explorar a interface entre as IAPTs, APLs e desenvolvimento local sustentável observou-se a necessidade de dados primários. Assim, a fase 3 debruçou-se sobre a pesquisa empírica, isto é, o envio de questionário pela plataforma do survey monkey. E realização de uma análise preliminar dos resultados obtidos, onde se observou que as IAPTs não possuem resultados satisfatórios do ponto de vista das dimensões da sustentabilidade desenvolvido por Sachs (2009). Contudo, a relação entre as IAPTs e o desenvolvimento local sustentável será melhor explorada na fase seguinte do projeto com o desenvolvimento de um sistema de indicadores, que permitirá identificar perfis distintos e evidenciará as experiências virtuosas. Este trabalho objetiva a exposição das etapas que antecederam o envio do questionário, bem como, a etapa seguinte e também a uma breve apresentação de alguns resultados obtidos de forma preliminar. Além disso, este busca apresentar as contribuições que esta bolsita realizou durante a fase 3, que englobam toda a produção ex-ante do questionário até consolidação dos resultados brutos para a análise preliminar.

BIBLIOGRAFIA: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.(org.). Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul. Brasília:IBICT/MCT, 1999 MATOS et al. (orgs.) Arranjos Produtivos Locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **782**

TITULO: **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PMERJ): A LÓGICA DE AÇÃO A PARTIR DA GÊNESE E DESENVOLVIMENTO**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA MANTOVANI FRANÇA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

O presente trabalho observa aspectos de continuidade e ruptura que foram promovidos no processo de estruturação da lógiva sobre a qual a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) opera nos dias atuais, narrando sua história desde de sua gênese. Partindo de um levantamento histórico de sua formação, desde antes da fundação da instituição no Brasil, a narrativa se desenvolve desde a *maréchaussé*, instituição que lança as bases para o desenvolvimento da nossa polícia militar, que tem origem na França, à atualidade. Nesse aspecto, discutem-se os fundamentos sobre os quais a PMERJ se ergue e quais destes foram reforçados ou abandonados. Para tanto, utilizou-se de metodologia qualitativa de caráter indutivo, com base na teoria da Genealogia, que permite a avaliação de ações mantidas ou descartadas ou até mesmo transformadas. Constata-se que a polícia militar atuante no estado do Rio de Janeiro é fruto de séculos de história e todos os percalços a partir dos quais esta desenvolve suas qualidades e falhas.

BIBLIOGRAFIA: HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão numa cidade do século. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997
LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Ibis Silva, MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Org.). 200 anos - Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.
FERREIRA, Roberto Cesar Medeiros; REIS, Thiago de Souza dos. O Sistema Francês de Polícia e a sua relação com a Segurança Pública no Brasil. XV encontro regional de história. Rio de Janeiro, jul 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **785**

TITULO: **POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O FENÔMENO DAS FAKE NEWS**

AUTOR(ES) : **NATALIA FERREIRA,LIANDRA DE SOUZA ALVES VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA,LUCIANA SILVEIRA ARDENTE**

RESUMO:

Desde as eleições presidenciais de 2018, o potencial dos meios digitais de influenciar o universo político-social tem sido objeto de debate, especialmente no que diz respeito à propagação de notícias, informações e estatísticas falsas - conhecido, também, como o fenômeno das fake news.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral demonstrar a íntima relação que há entre o fenômeno da polarização política - acentuada, inclusive, no contexto da pandemia -, e as fake news. Tal objetivo será alcançado por meio do atingimento de objetivos específicos, quais sejam, averiguar as razões pelas quais as fake news tornaram-se um fenômeno caracterizador do cenário sócio-político brasileiro, compreender como o fenômeno das fake news pode ser interpretado à luz dos conceitos formulados por Jonathan Haidt no contexto da Teoria dos Fundamentos Morais e demonstrar a relação de retroalimentação entre a produção e propagação de notícias falsas e a consolidação de um panorama político primariamente bipolarizado.

Para tanto, a presente pesquisa utilizar-se-á da metodologia explicativa (LAKATOS, MARCONI, 2001) ao estabelecer relações de causa e efeito por meio da análise de notícias, artigos acadêmicos e dados estatísticos de conteúdo eleitoral no contexto da Teoria dos Fundamentos Morais de Jonathan Haidt.

O objeto da presente limitar-se-á à análise do fenômeno das fake news acentuado a partir das eleições presidenciais de 2018, com enfoque casuístico na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News, instaurada em setembro de 2019.

Em sede preliminar, os resultados esperados, a priori, são a verificação de que as fake news não se tratam meramente da divulgação de inverdades com o único objetivo de satirizar e/ou desacreditar oponentes políticos, como parece à primeira vista. Antes, as fakes news são a manifestação de uma desordem psíquica capaz de distorcer a realidade do sujeito cognoscente. Distorção essa ensejada, em última análise, pela atrofia das matrizes morais - estruturas cognitivas inatas e universais, passíveis de serem modificadas ante diferentes contextos sócio-culturais.

Desse modo, poderá se concluir que o indivíduo, uma vez submerso numa visão particular de mundo, numa concepção ideológica da realidade, não apenas tem a sua capacidade associativa com o diferente comprometida, como também se torna cognitivamente manipulável às mais variadas falácias. Da mesma forma, espera-se perceber que a impossibilidade de ver a realidade tal como ela se apresenta somada ao desejo de manipular o tecido da realidade e as pessoas que nela vivem ganham manifestam-se por intermédio dos recursos tecnológicos da contemporaneidade, os quais propiciam a difusão de informações falsas diversas.

BIBLIOGRAFIA: HAIDT, Jonathan. The Righteous Mind.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **798**

TITULO: **COMO O REGISTRO DE MARCAS PODE AUXILIAR NA PROTEÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **LARISSA NASCIMENTO GARCIA**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO:

A presente pesquisa possui o objetivo de demonstrar como o conceito até então estudado da função social da marca pode ser expandido e difundido para além do viés mercadológico até então utilizado, associando-se diretamente ao interesse social.

Isto porque a doutrina no que tange à função social da marca ainda é extremamente escassa, valendo-se dos conceitos de propriedade adotados pelo código civil de 2002 na construção de sua base conceitual - o qual, de acordo com o ponto de vista do presente trabalho, é insuficiente para abarcar todas as possibilidades de proteção do registro marcário.

Neste contexto, cumpre destacar que a marca pode atuar enquanto proteção direta aos Movimentos Sociais brasileiros, na medida em que o registro marcário confere direitos e segurança jurídica ao titular.

Desta forma, abordaremos sucintamente o conceito de movimentos sociais no Brasil, o conceito e procedimento da concessão de registro marcário de acordo com a lei 9.279/96, bem como o conceito de direito de propriedade à luz do Código Civil de 2002.

Posteriormente, analisaremos como, de fato, o registro de marcas poderia auxiliar na proteção de movimentos sociais no Brasil, abordando e correlacionando os conceitos até então apresentados ao conceito de legalidade, além de desenvolver o conceito de propriedade até então aplicado à proteção das marcas pela doutrina.

Além disso, serão analisados alguns julgados com o objetivo de garantir uma perspectiva concreta acerca do tema, deixando de realizar sua abordagem apenas no campo do "dever ser" e trazendo-a para a prática jurídica como um todo.

Para encerrar, será explicado como os conceitos até então apresentados poderão ser aplicados no cotidiano do advogado na defesa dos movimentos sociais.

Por fim, cumpre destacar que foram estudados, para a realização do presente trabalho, principalmente livros e artigos acadêmicos, abordando os conceitos relativos à marca e sua função social e o histórico dos Movimentos Sociais no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001, p.147 BAHIA, Flavia. Direito constitucional: coleção descomplicando. 3.ed. Pernambuco: Armador, 2017. BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. Ed Lumen Juris, 2010. Página 19, BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro, Lumen Juris 2010, p. 406 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, São Paulo.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **812**

TÍTULO: **O ESTÁGIO NA EXPERIÊNCIA DO ESTUDANTE DE DIREITO: UM ESTUDO EMPÍRICO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19 NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **NATÁLIA SOPRANI VALENTE MUNIZ**

ORIENTADOR(ES): **RODRIGO DE LACERDA CARELLI**

RESUMO:

Esta pesquisa visa estudar a percepção do estágio pelo estudante de Direito do Rio de Janeiro. O objetivo do estudo é debater como o estágio é compreendido na prática pelos seus atores, a fim de questionar se este se comporta como uma complementação de ensino, conforme a lei, ou como uma forma de trabalho precarizado.

Para diversos doutrinadores, como Carla Tereza Romar (2018, pág. 142) e Maurício Godinho Delgado (2019, págs. 333-334), o estágio, quando remunerado, possui todos os 05 requisitos da relação de emprego. Contudo, não pode ser considerado como tal, pois seu exercício deve observar os objetivos da relação de estágio, que é o de aprendizado e preparação do estagiário para a vida profissional, conforme estabelecido na Lei 11.788 de 2008. Ademais, segundo Delgado (2019, pág. 373), a ordem jurídica não caracteriza o estágio como emprego devido a razões alheias ao Direito, pois essa negativa visa "efetivamente alargar as perspectivas de concessão de estágio no mercado de trabalho".

Ocorre que, nos últimos anos, o estagiário passou a assumir cada vez mais responsabilidades no local de trabalho, mesmo não sendo considerado um empregado ou possuindo o aparato mínimo de seguridade social oferecido pelo Estado. Visto isso, Guaragni (2015) se questiona se, de fato, o estágio visa preparar o estudante para o mercado de trabalho ou se, na realidade, se constitui como uma forma de contratar estudantes como força de trabalho barata.

Nesse sentido, a metodologia utilizada nesta pesquisa se divide em três partes. A primeira é a análise documental expositiva, a partir do estudo de artigos científicos e doutrinários que abordam o tema do estágio no ensino superior, bem como das normatividades brasileiras relativas ao estágio e das decisões judiciais acerca dos seus conflitos. A segunda parte é empírica e consiste na aplicação de um questionário pré-determinado, respondido de forma online por 210 estudantes de Direito do Rio de Janeiro em fevereiro de 2021, durante a pandemia, acerca das suas experiências próprias de estágio. Por fim, a terceira parte é uma análise comparativa entre os dados e informações obtidos e a conceituação de Emprego Disfarçado trazida pela Resolução nº 198 da OIT.

A pesquisa está em seu estágio inicial, mas alguns resultados já foram percebidos pela análise das respostas dos estagiários no questionário citado: 95,1% dos estudantes responderam que consideram sua experiência de estágio como trabalho. Já 59,9% dos entrevistados informaram que, durante a pandemia, possuíam demanda de trabalho fora do horário comercial e/ou em finais de semana ou feriados.

As conclusões ainda são provisórias, mas já é possível verificar que, para a maioria dos estagiários consultados, o estágio é considerado como trabalho. Observou-se também que, em diversos casos, a sobrecarga de trabalho no estágio, agravada pela pandemia, afetou o desempenho do estudante na Faculdade, atingindo, em consequência, os objetivos previstos na Lei do Estágio.

BIBLIOGRAFIA: DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. Ed. São Paulo: LTr, 2019. GUARAGNI, Mariana Prado. Estágio Remunerado: Ato Educativo ou Emprego Disfarçado? XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18352_7894.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021. RÔMAR, Carla Teresa Martins. Direito do Trabalho Esquemático: De acordo com a Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e com a Medida Provisória nº 808/2017; coordenador Pedro Lenza. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Coleção esquematizado®).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **824**

TÍTULO: **LEI 14.026/2020: ANÁLISE DE COALIZÕES DE DEFESA NA APROVAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO**

AUTOR(ES) : **RODRIGO GONCALVES DE OLIVEIRA, JOAO DANIEL DE FIGUEIREDO FERREIRA, ELOYSE DIAS, BRENO SERODIO DE CASTRO ROSSI**

ORIENTADOR(ES): **SUYÁ QUINTSLR**

RESUMO:

Desde a aprovação da Política Nacional de Saneamento Básico em 2007 (lei 11.445/07), duas tentativas de alteração por meio de medidas provisórias (844 e 868/18) foram elaboradas com o intuito de aumentar a participação do setor privado na provisão dos serviços de saneamento. O trabalho utiliza a metodologia dos Modelos de Coalizão de Defesa (Sabatier; 1988) e busca demonstrar a agregação de atores políticos em coalizões, com base em suas crenças ou valores compartilhados e estratégias de coordenação, para atingir seus interesses. Durante o processo de aprovação da Lei 14.026/2020 (que altera o marco de 2007) é possível identificar duas coalizões no subsistema da política de saneamento básico: o grupo que se articulou para a aprovação da lei e defendem uma maior participação do interesses privados e uma coalizão de resistência, que apontam inconsistências e inconstitucionalidades na lei. Para a agregação das ideias dos agentes, a análise de discurso foi feita através de *webinars* produzidos por organizações a respeito do marco regulatório. A pesquisa também analisou as principais alterações legislativas, a partir de uma pesquisa documental, abrangendo leis, medidas provisórias e relatórios a respeito do tema. A análise parte da visão da Ecologia Política da Água (BAKKER, 2003) que estuda a relação com a água, o seu manejo e a disponibilidade, a partir das relações econômicas, sociais, políticas e ambientais.

A pesquisa mostrou que o processo de aprendizagem durante o processo da política pública de saneamento importa nas mudanças legislativas, como o veto aos contratos de programa, mudanças nas competências da Agência Nacional de Águas (ANA) e etc. Além disso, é possível identificar o fenômeno conhecido na literatura como "porta giratória" (DANTAS, TUKUMOTO, PERISSINOTTO, 2019), i.e., a transição dos agentes entre cargos públicos e privados

Para a representação das coalizões utilizaremos o software *Gephi* para a manipulação de dados e visualizar as duas redes, o grupo de agentes que defenderam a aprovação, e o grupo contrário à aprovação da lei 14.026/2020.

BIBLIOGRAFIA: BAKKER, K. A political ecology of Water Privatization. Spring: Studies in Political Economy 70, p. 35-58, 2003. DANTAS, TUKUMOTO, PERISSINOTTO. Mensurando o Insulamento Burocrático no BNDES. Caxambu, 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019. SABATIER, P, A. An Advocacy Coalition Framework of policy change and policy-oriented learning therSein. Policy Sciences, v. 21, p. 129-168, 1988.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **861**

TÍTULO: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL A ARTE DA BIBLIOGRAFIA: CARACTERIZAÇÃO DE SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2015 A 2020.**

AUTOR(ES) : **CAROLINA FERNANDES DE MEDEIROS BARROS**

ORIENTADOR(ES): **ANDRE VIEIRA DE FREITAS ARAUJO**

RESUMO:

Introdução: A Bibliografia se ocupa das dinâmicas de registro, organização e mediação da informação e fornece bases teóricas e metodológicas para áreas correlatas, como a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. A Bibliografia permite que o conhecimento transmitido de forma organizada às disciplinas em geral. No contexto dos estudos bibliográficos contemporâneos no Brasil, destaca-se o Seminário Internacional a Arte da Bibliografia, criado em 2014 a partir do encontro de pesquisadores provenientes do campo da informação.

Objetivo: A pesquisa busca identificar e caracterizar a produção científica do Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, entre os anos de 2015 e 2020, a partir dos artigos publicados nos dossiês temáticos decorrentes deste evento.

Método: Pesquisa bibliográfica e exploratória de ordem quali-quantitativa, proporcionada por uma extensa verificação de dados, através de um levantamento de 82 artigos publicados em cinco dossiês temáticos do Seminário Internacional A Arte da Bibliografia. Foi feita uma leitura minuciosa de cada artigo, no intuito de obter dados concretos do campo bibliográfico. Ademais, a organização dos dados levantados foi utilizada com a ferramenta Excel da Microsoft.

Resultados: Quanto aos resultados parciais obtidos foi observado que o ano em que mais tiveram publicações foi o de 2019 (18). Das palavras-chave mais citadas, as duas que tiveram um significativo destaque foram: Bibliografia e Bibliografia - História e Teoria. No que diz respeito à quantidade de artigos por autor, Crippa teve um maior número de artigos elaborados (11), seguidos de Saldanha (10) e Araujo (9). Em relação à quantidade de artigos por autor onde houve o estabelecimento do conceito bibliográfico, Crippa mais uma vez recebe um maior destaque (4), seguidos de Araujo (3) e Saldanha (3). Já a quantidade de conceitos por autor/autores, o autor Araujo recebe uma visibilidade mais relevante na pesquisa, com formulação de 6 conceitos, seguido dos autores Fraysse e Couzinet (6), com artigos elaborados em parceria pelo dois, bem como Crippa (5). Por último, a referência que mais obteve citações foi o livro *Traité de Documentation: le livre sur le livre. Théorie et pratique*, de Paul Otlet (19), seguido das referências Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner, de Araujo (11) e A arqueologia do saber, de Foucault (7).

Conclusão: Concluímos que as publicações derivadas do Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, retomam os diferentes conceitos bibliográficos existentes e trazem ao cenário brasileiro, a potencialidade do campo. Por meio dessa pesquisa, compreendemos que a Bibliografia é um campo extremamente rico e que ainda pode e deve ser investigado em nosso país, a fim de demonstrar suas dimensões no passado e no presente.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, A. V. de F.; CRIPPA, G.; SALDANHA, G. S. Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional "A Arte da Bibliografia". Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. BUFREM, L. S. A produção científica brasileira sobre estudos bibliográficos: uma análise diacrônica. MENDES, L.; LAURINDO, K. R.; ARDIGO, J. D. Bibliografia: um estudo a partir das publicações d'arte da bibliografia. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **920**

TÍTULO: **A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E A ORDEM ECONÔMICA: NORMATIVIDADE E GEOPOLÍTICA PARA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAIS**

AUTOR(ES) : **MARCELO AUGUSTO BOSCATO**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE**

RESUMO:

O Decreto 6.703 de 2008 aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END). Trata-se de documento normativo determinante para o poder público que planeja a ação do Estado para o cumprimento de seus fins constitucionais na busca da soberania e independência nacionais (arts. 1º, I; 4º, I e 170, I e VII, CF), superação do subdesenvolvimento e redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, II e III, CF) e promoção do mercado interno para capacitação tecnológica autônoma (art. 219, CF).

As áreas estratégicas para a END são os setores espacial, cibernético e nuclear; os quais induzem CT&I e permitem a dissuasão. Os acordos internacionais para aquisição de tecnologia são essenciais para tanto, desde que observem duas questões geopolíticas prescritas na Estratégia: (1) o trabalho conjunto para um maior pluralismo de poder (multipolaridade), ou seja, hegemonias absolutas não interessam ao Brasil e (2) ações reformistas que permitam maior representação dos países emergentes nas organizações internacionais.

O objetivo central do trabalho é demonstrar as dezenas de incoerências entre a END e suas ações de operacionalização; em especial: (1) na omissão do Estado em (a) preservar a atividade econômica das Empresas Estratégicas de Defesa (EED) no após 2015, (b) permitir o processo de desnacionalização das EEDs e (c) permitir a sujeição das EEDs à jurisdição norte-americana; (2) na escolha da empresa fabricante do avião multiuso/caça brasileiro (entrada da AEL/Elbit no consórcio de forma irregular) (3) no Acordo de Salvaguardas da Base de Alcântara, que tem efeitos na (a) vedação de parcerias com países que estão sob sanções do CSNU e de países que não assinaram o NTCR, o que congela o Programa Espacial Brasileiro, pois veda parceria com Rússia (Programa Cruzeiro do Sul) e com a China (lançamento de CBERS) e (b) permissão de uma base militar norte-americana dentro da Amazônia Legal; (4) nas obras do PAC no Caribe, as quais submeteram o Brasil aos desígnios norte-americanos para (a) afastar a China das empreitadas e da influência no hemisfério e (b) afastar a Venezuela e o projeto de revisão bolivariano para a região via Petrocaribe, trazendo um “parceiro” para operar no seu *mare nostrum*, depois totalmente capturado pela Operação Lava-Jato; e (5) a aceitação/manutenção da Missão do Haiti, qual generais ficaram subrogados aos comandos de Washington, não obstante transplantaram técnicas de guerra-híbrida para o Brasil.

Em conclusão, espera-se mostrar que o descaso geopolítico traz problemas/impedimentos para o desenvolvimento autônomo, pois além de os países desenvolvidos utilizarem mecanismos para impedir o acesso de tecnologia aos demais, o subdesenvolvimento brasileiro é imperativo de segurança para os EUA, decorrência lógica de seus documentos de defesa e segurança nacionais, discursos presidenciais, telegramas do wikileaks, ações de espionagem, expansão de seus limites jurisdicionais etc., todos a serem mais bem compreendidos e explicados.

BIBLIOGRAFIA: -COSTA, D. Fundamentos para o Estudo da Estratégica Nacional. 1º ed. São Paulo: PAZ E TERRA, 2009. -FIORI, J. L. História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2014. -OCTAVIANI, A.; NOHARA, I. P. Estatais. São Paulo: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **924**

TÍTULO: **ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DE CARTEIRAS NO MERCADO DE AÇÕES BRASILEIRO: DAS ESTRATÉGIAS CLÁSSICAS ÀS BASEADAS EM APRENDIZADO DE MÁQUINA.**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ GALINO SOARES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS CESAR TRUCIOS MAZA**

RESUMO:

Estratégias de alocação de carteiras baseadas em risco vêm ganhando popularidade ao longo dos anos, tornando-se uma das principais ferramentas no gerenciamento de ativos financeiros e sendo o foco de estudo de diversas pesquisas, tanto teóricas, quanto aplicadas. Diversas estratégias têm sido propostas na literatura buscando alcançar diferentes objetivos (minimizar a variância, maximizar a diversificação, igual contribuição ao risco da carteira, etc), mas todas elas utilizam a matriz de covariância dos retornos como parâmetro de entrada para extrair os pesos ótimos utilizados na construção da carteira de investimentos (uma matriz que não é observada e que precisa ser estimada).

Este estudo avalia empiricamente o desempenho de diferentes estratégias de alocação de carteiras (abordagens clássicas e baseadas em aprendizado de máquina) quando aplicadas no mercado de ações brasileiro, bem como avalia o desempenho destas estratégias sob diferentes estimadores da matriz de covariância. As diversas estratégias são aplicadas nas ações que compõem o índice IBrX (ações mais líquidas no Brasil) e seu desempenho fora da amostra é avaliado através de diferentes critérios econômicos tais como retorno médio anualizado, o desvio padrão anualizado e os índices de Sharpe e Sortino.

Resultados preliminares mostram que, entre as nove estratégias consideradas, a estratégia de mínima variância apresentou o menor desvio padrão anualizado fora da amostra. Segundo os índices de Sharpe e Sortino, as estratégias de máxima decorrelação e máxima diversificação são as que apresentam melhor desempenho fora da amostra. Estes resultados são úteis para agentes financeiros interessados em avaliar novas estratégias para gerenciar a carteira.

BIBLIOGRAFIA: Ardia, David, Guido Bolliger, Kris Boudt, and Jean-Philippe Gagnon-Fleury. 2017. "The Impact of Covariance Misspecification in Risk-Based Portfolios." *Annals of Operations Research* 254 (1): 1-16. De Prado, Marcos. 2016. "Building diversified portfolios that outperform out of sample". *The Journal of Portfolio Management*, 42(4), 59-69. Plessis, Hannes du, and Paul van Rensburg. 2020. "Risk-Based Portfolio Sensitivity to Covariance Estimation." *Investment Analysts Journal* 49 (3): 243-68.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **986**

TÍTULO: **A POLÍTICA LGBTQIA+ DO GOVERNO BIDEN NOS ESTADOS UNIDOS**

AUTOR(ES) : **LUÍSA BARBOSA AZEVEDO**

ORIENTADOR(ES): **EMERSON MAIONE DE SOUZA**

RESUMO:

A pesquisa busca analisar a política externa do governo Biden para a questão LGBTQIA+, como parte da agenda de Direitos Humanos. A questão surge como pauta de Política Externa no final do primeiro mandato do governo Obama, com destaque ao discurso - argumentado como histórico à pauta - da então secretária de Estado americano, Hillary Clinton na Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011. Nele aponta na contemporaneidade a importância da defesa dos direitos LGBTQIA+ e reforça o comprometimento da administração na promoção desses direitos em ações como na criação de um posto de enviado especial, com status de embaixador, para a questão LGBTQIA+ dentro da secretaria de Estado americano para coordenar ações de política externa e o lançamento do Fundo de Igualdade Global, para o financiamento internacional de ONGs LGBTQIA+. Durante o governo de Donald Trump (2017-2020) decretos administrativos retiraram apoios e verbas nas áreas de saúde, educação, militar, entre outras, no tratamento da população LGBTQIA+. Apesar disso, o tratamento da questão externa continuou com o embaixador norte-americano na Alemanha, Richard Grenell, em uma campanha pela descriminalização da homossexualidade no mundo de cunho conservador e de pressão externa países de interesse estratégico como o Irã.

A Política Externa LGBTQIA+ também foi ponto de promessas na campanha do democrata Joe Biden. O Equality Act tornou-se prioridade legislativa dos 100 primeiros dias de governo, o que se aprovado significaria que a proteção individual da população LGBTQIA+ é inscrita na legislação de direitos civis do país. Ademais, decretos presidenciais nos primeiros dias da administração Biden foram de revogação a ações discriminatórias do governo anterior como o banimento de pessoas trans do serviço militar. A administração então foca em revogar políticas discriminatórias como a proibição de operações de readequação de gênero a membros das forças militares e legislar a proteção dos Direitos Humanos LGBTQIA+ para a política doméstica através do Equality Act e na política externa pelo GLOBE Act - projeto de lei reapresentado ao Senado americano em 2019 para a inclusão da pauta como prioridade da política externa americana. Ademais, a administração Biden nomeou Jessica Stern, ativista há dez anos à causa, para o posto de embaixadora da questão LGBTQIA+, posto o qual estava desocupado desde 2018.

Parte-se da hipótese de que o governo dará continuidade à proteção global dos Direitos Humanos LGBTQIA+ do governo Obama dentro da estratégia americana. Por fim, a pesquisa bibliográfica, através da construção de uma base de dados pelo acompanhamento de notícias, documentos, discursos oficiais e relatórios produzidos pelo governo e Organizações Internacionais, analisa o tratamento da questão LGBTQIA+ dentro da política externa americana, a continuidade e ruptura aos governos anteriores de Obama e Trump e as características das políticas apresentadas para a questão no primeiro ano de governo Biden.

BIBLIOGRAFIA: BURACK, Cynthia. Because we are human: Contesting US Support for Gender and Sexuality Human Rights Abroad. State University of New York Press, 2018. BIDEN-HARRIS. The Biden plan to advance LGTQ+ equality in America and around the world, 2021. Disponível em: <https://joebiden.com/lgbtq-policy/>. ESTADOS UNIDOS. The Biden-Harris Administration Champions LGBTQ+ Equality and Marks Pride Month. Washington, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **1010**

TÍTULO: **A INTENSIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES E A MIGRAÇÃO FORÇADA: UMA FACETA DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES**

AUTOR(ES) : **LAYS SERPA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

A pesquisa buscou compreender os conceitos de catástrofes, eventos responsáveis por gerar destruições materiais e perdas humanas significativas, intimamente relacionadas às várias áreas do direito internacionais, sobretudo nos ramos do direito ambiental, direito humanitário e direitos humanos, ao passo em que corroboram para o agravamento da vulnerabilidade econômica, social, cultural e demográfica de diferentes nações.

Não obstante as diversas consequências provenientes de uma catástrofe, foi primordial analisar a migração forçada, que ganha especial destaque no estudo do direito internacional, basta ver os severos prejuízos provocados para a pessoa humana.

O aumento da vulnerabilidade e seu natural desdobramento, a migração forçada, podem ser compreendidos, sobretudo, a partir de três categorias de catástrofes (EL-HINNAWI, 1985, p. 5): as ambientais, ou seja, um acontecimento natural responsável por colocar vidas humanas em perigo, impondo o deslocamento imediato; as catástrofes provenientes de conflitos armados, oportunidade em que há uma relação direta entre a deterioração local e o deslocamento populacional; e, por fim, os acidentes industriais, que apesar de ocorrerem em menor escala, impõem a necessidade de migração em razão da poluição local.

À título de exemplo, importante citar as catástrofes anunciadas provenientes das mudanças climáticas, as quais despertam especial atenção da comunidade global. Como resultado das recentes mudanças climáticas, “entre 145 e 565 milhões de pessoas estão ameaçadas pelo aumento do nível do mar, o que pode aumentar o deslocamento e a migração.” (CAMPETELLA; ROBLES, 2020).

À vista dos contínuos conflitos armados, degradações ambientais e episódios abruptos naturais, as catástrofes internacionais permanecem em contínua ascensão, exaltando a incapacidade da comunidade internacional em encontrar uma solução viável que mitigue o aumento da vulnerabilidade e da migração forçada.

Neste cenário, a investigação teve como objetivo analisar a migração forçada à luz dos regramentos de Direito Internacional, associados com o instituto inovador do Direito Internacional das Catástrofes (GUERRA, 2018, p. 332), considerando seus efeitos na sociedade, sejam no cenário regional ou global, bem como a tutela jurídica direcionada à mitigação das práticas que ensejam a vulnerabilidade e a migração forçada.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa de bibliografias, revisões documentais e legislações sobre o tema, a fim de demonstrar os fundamentos pelos quais se estrutura-se a teoria do Direito Internacional das Catástrofes. Ainda, observou-se que as mais diversas catástrofes ensejam a vulnerabilidade e, por conseguinte, a migração forçada, cujos desdobramentos que requerem tratamento jurídico. Com efeito, inferiu-se que tal problemática enseja uma maior proteção à luz do Direito Internacional e, portanto, a pesquisa explorou possíveis soluções que visem salvaguardar os direitos dos migrantes forçados.

BIBLIOGRAFIA: CAMPETELLA; ROBLES. Mortes por ondas de calor aumentaram 50% em apenas 20 anos: As ondas de calor cada vez mais intensas são uma das faces mais mortais. EL-HINNAWI, E., Environmental Refugees, United Nations Environment Programm, Nairobi, Kenya, 1985. GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público, 12ª ed - São Paulo: Saraiva Educação, 2019. GUERRA, Sidney. Catástrofes naturais e a emergência do Direito Internacional das Catástrofes. Cadernos de Direito Actual, n. 8, p. 331-346, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1016**

TÍTULO: **PESQUISA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE: PANORAMA DAS DISSERTAÇÕES E TESES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO SUDESTE BRASILEIRO.**

AUTOR(ES) : **RAFAEL PIRES CARDOSO, PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO**

ORIENTADOR(ES): **MONICA ZAIDAN GOMES**

RESUMO:

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, elaborou os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de acordo com a Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021). O compromisso com a sustentabilidade deve ser uma prioridade, em especial, para as Instituições de Ensino Superior (IES) (SOUZA *et al.*, 2013). O tema ainda é incipiente dentro das Ciências Contábeis. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a produção de dissertações e teses sobre o tema Educação para Sustentabilidade no Ensino Superior, publicadas pelos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis *strictu sensu* das instituições localizadas no sudeste do Brasil. Nessa perspectiva, foi feito um estudo de natureza descritiva, por meio de pesquisa bibliométrica. A composição da base de dados foi feita por produções que correlacionam os temas aprendizagem, educação, ensino e universidade com sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ambiental, meio ambiente, ecologia e responsabilidade social. Os dados foram obtidos nos sítios das IES listadas na plataforma SUCUPIRA CAPES e no portal da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Foram pesquisados os programas da grande área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, que continham em seu nome os termos "Ciências Contábeis" e "Contabilidade" e que estavam com situação ativa na data da coleta, 05/09/2021. A amostra foi formada por 12 programas, sendo dois localizados no Espírito Santo, três em Minas Gerais, três no Rio de Janeiro e quatro em São Paulo. Para a análise dos dados, foi feito mapeamento dos trabalhos, detalhando a quantidade de publicações por IES; distribuição por tipo de estudo (tese x dissertação); distribuição temporal; distribuição espacial; distribuição por tipo de IES; distribuição de acordo com o tema do trabalho; distribuição por tipo de programa; distribuição por orientador e palavras-chave utilizadas. Foram encontradas cinco produções, em que quatro são dissertações e uma é tese. As conclusões foram que há baixa produção sobre o tema Educação para Sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da região Sudeste. Apenas os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram produções relevantes ao tema e a maior parte das produções são de IES públicas. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação territorial, buscando produções em outros estados da federação brasileira. Sugere-se, também, que sejam utilizadas mais combinações de parâmetros de busca nos portais e plataformas. Em relação a execução deste trabalho, Rafael Pires Cardoso atuou na redação do texto e na coleta e análise dos dados, Priscyla de Moura Lopes Furtado atuou na redação do texto e na revisão dos resultados e Monica Zaidan Gomes orientou todas as etapas de sua elaboração.

BIBLIOGRAFIA: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The Sustainable Development Agenda, 2021. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>>. Acesso em: 20 jul. 2021. SOUZA, M. T. S. et al. Estudo bibliométrico de teses e dissertações em Administração na dimensão ambiental da sustentabilidade. REAd, Porto Alegre, v. 76, n. 3, p. 541-568, set./dez. 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1017**

TÍTULO: **AS PRÁTICAS INFORMATIVAS SOBRE A COVID-19 REALIZADAS PELAS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS EM SAÚDE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ: CONTRIBUTOS PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

AUTOR(ES) : **MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO:

Apresenta uma pesquisa consolidada como projeto final de curso em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo qual o autor aborda o conjunto de atividades desempenhadas, nas bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), de informações científicas relacionada à pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Possui como objetivo investigar as ações das bibliotecas especializadas em saúde da Rede de Bibliotecas FIOCRUZ que contribuam para o campo da comunicação e divulgação científica. Foi adotada a metodologia da pesquisa de nível exploratório descritivo, de natureza empírica e abordagem qualitativa. Para a construção do referencial teórico foi realizado um levantamento bibliográfico para seleção de literatura especializada sobre comunicação científica, divulgação científica e biblioteca especializada em saúde. Com a aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados, para a rede de bibliotecas FIOCRUZ, universo da pesquisa, obteve como resultados a constatação de diversos serviços e produtos sobre COVID-19 ofertados pelas bibliotecas da FIOCRUZ como, por exemplo, a elaboração de boletins temáticos (Boletim BiblioCovid) e participação em produção científica sobre a COVID-19. Conclui que as bibliotecas possuem um papel essencial no processo da comunicação e divulgação científica para a fundamentação de uma sociedade pautada em informação.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, [S. l.], v. 15, n. 1 especial, p. 1-12, 2010. CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A biblioteca especializada e o seu papel na comunicação científica para o público leigo. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 185-203, jan./jul. 2017. GASTON, Litton. Arte e ciência da biblioteconomia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1047**

TÍTULO: **EXCEPCIONALISMO E AMERICANIDADE**

AUTOR(ES) : **João BERNARDO QUINTANILHA CHAGAS**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A percepção dos americanos sobre si mesmos é um dos elementos essenciais para se entender a política externa dos Estados Unidos, além de uma lente útil para se analisar marcos fundacionais e perenes como “Excepcionalismo” e “Credo Americano”. Ambos os conceitos demarcam o “americanismo”, estando presentes, indistintamente, na política externa de governos democratas e republicanos. A identidade americana se pautaria, sobretudo, por seus elevados ideais e valores morais e políticos. O conceito de “americano” não se restringe, porém, aos valores cultuados por esta nação. Grande parte dos marcadores identitários dos EUA nasceu ainda no período colonial, com a cultura branca, europeia e protestante, trazida pelos “Pais Peregrinos”, sob influência iluminista. Essa cultura formou a primeira república liberal, centrada, entre outros, em democracia, liberdade e direitos humanos, mas que também foi palco, no decorrer de sua história, de extrema violência e segregação para as populações não-brancas. Ao mesmo tempo em que fundou a ordem internacional em que vivemos, justificou invasões, intervenções e massacres, dentro e fora do território, em nome da segurança e do interesse nacional dos EUA. Pretende-se, neste trabalho, analisar como a defesa dessa identidade pode ser vista como uma lente de análise para as ações dos Estados Unidos em sua política externa. Trata-se de pesquisa de natureza exploratória, bibliográfica e documental. Como substrato teórico para desenvolver nosso argumento, recorreremos a autores e ideólogos americanos, entre eles Samuel Huntington, Walter Russell Mead e Seymour Martin Lipset; e, como fontes primárias, documentos e discursos, como *Dreams of a City on a Hill* (1630), de John Winthrop. A nossa hipótese é de que a identidade americana, junto a essas narrativas, baseiam a política externa americana, principalmente a migratória.

Orientadora: Tatiana Teixeira

BIBLIOGRAFIA: HUNTINGTON, Samuel. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos: Estado nacional e narrativa da nação (1776-1900). São Paulo: EdUSP, 2018. MEAD, Walter Russell. *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World*. New York: Alfred A. Knopf, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1056**

TÍTULO: **AFEGANISTÃO: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E HUMANITÁRIO**

AUTOR(ES) : **RAFAEL CLEMENTE MARINS**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

Sob a supervisão do Professor Sidney Guerra como orientador geral do GPDI e da Professora Ádria Fabricio como orientadora do subgrupo voltado ao Direito Internacional Humanitário, o presente trabalho busca elucidar, sob a égide do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Humanitário, a responsabilidade internacional dos Estados e organizações internacionais que permitiram a deterioração do governo democrático afegão, analisando tanto a responsabilidade por ato ilícito no parâmetro tradicional de Rezek quanto a nova doutrina de responsabilidade de proteção, subdividindo-se em responsabilidade de prevenir, reagir e reconstruir.

Para isso, além da pesquisa doutrinária, as principais resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre o tema foram analisadas, com o lapso temporal situado, mais especificamente, entre 15 de outubro de 1999, com a resolução 1267 e 30 de agosto de 2021, com a resolução 2593. Com efeito, foi possível analisar de forma extensiva, como um parâmetro jurisprudencial, os posicionamentos da ONU em relação ao Afeganistão, ao Oriente Médio e ao Terrorismo, enquanto catástrofe política no passado, ponderando se os mesmos valem para o presente.

É notória a importância e a relevância do tema tratado, na medida em que a temática do montanhoso país da Ásia Central é sede de inúmeros conflitos étnicos há décadas, com as ocupações Inglesa, Soviética e Americana, respectivamente. Não obstante, em decorrência dos últimos acontecimentos, uma série de violações ao Direito Internacional Humanitário estão ocorrendo, o que torna ainda mais necessário o debate sobre a responsabilização e a avaliação de consequências derivadas para a proteção internacional da pessoa humana.

Considerando o método enquanto caminho a ser trilhado, contendo os procedimentos a serem realizados e o raciocínio a ser seguido para se chegar a resultados cientificamente válidos, de modo que se permita a detecção de erros e não se caia em falácias, será demonstrado na sequência a metodologia de pesquisa a ser utilizada. No que tange aos procedimentos metodológicos, estes serão a pesquisa bibliográfica e documental na primeira etapa descrita e a análise de estudo de caso na segunda etapa. A terceira etapa consistirá em uma síntese dos resultados encontrados quando em contato com as variáveis pré-estabelecidas.

Foram escolhidas como fontes para a coleta de dados: doutrina em Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional Público, relatórios de campo de Organizações Humanitárias em âmbito global, assim como a legislação positivada e convencionalizada concernente à temática. Não obstante, posicionamentos oficiais de países e organizações internacionais, assim como cartas e resoluções ao longo dos anos foram importantes fontes para a presente pesquisa. A seleção de leituras para a pesquisa bibliográfica será feita de forma analítica e a análise documental terá por base as fontes já citadas.

BIBLIOGRAFIA: Sanções, resoluções, notas, cartas, documentos, reportes e declarações do Conselho de Segurança da ONU. Carter Malkasian - *The American War in Afghanistan*_ A History-Oxford University Press (2021) Musa Khan Jalaizai - *Afghanistan*_ Militias Governance and Their Disputed Leadership_ Taliban, ISIS, US Proxy Militais, Extrajudicial Killings, War Crimes and Enforced Disappearances-Vij Books India

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1127**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA VILA RESIDENCIAL NO ANO DE 2019**

AUTOR(ES) : **ELI LEMOS DE OLIVEIRA, ANTONIA MARIA DA SILVA NASCIMENTO, NATASHA SILVA VALLADÃO, NAYARA VITÓRIA CALDAS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, PESTANA**

RESUMO:

Apresenta a organização que ocorreu no ano de 2019 do acervo do projeto Biblioteca Comunitária da Vila Residencial da UFRJ. Objetivou estabelecer os critérios para organização do acervo da biblioteca com foco nos leitores e com base no estudo de comunidade realizado pelo projeto de iniciação científica *Estudo de Comunidade da Vila Residencial da UFRJ*. Utilizou o método Getting Things Done (GTD) do livro homônimo de David Allen para estabelecer as prioridades e as tarefas a serem estipuladas, assim como os diários de campo que auxiliaram na compreensão das atividades de maneira mais subjetiva e afetiva dos participantes. Também utilizou, para desenvolvimento da política de desenvolvimento de coleções, o método do Vergueiro (1989) aliado ao método anteriormente citado. Para estruturação da metodologia GTD, foi utilizado o software Trello para consciência de todos os envolvidos no projeto, e posteriormente foi utilizado método manual (com papéis) para praticidade no dia a dia da biblioteca. Possui como resultados uma política de desenvolvimento de coleções e um manual de catalogação, que ainda estão em desenvolvimento, e a própria organização do acervo em si, que passou pelas fases do desenvolvimento de coleções que envolvem seleção, desbastamento e aquisição – excetuando-se a última, de avaliação. Também obteve como resultado a contabilização total do acervo, o que auxiliou nas fases do desenvolvimento de coleções; resultou no inventário da biblioteca produzido no Excel; e na tentativa de inserir o software Biblivre para automatização dos processos de catalogação, classificação e indexação do acervo. Conclui-se que o estudo de comunidade é um excelente método para conhecer a comunidade de moradores, mas que é necessário que se tenha maior participação deles nas escolhas dos livros das coleções; que o método GTD foi fundamental para perceber a evolução dos processos produzidos. Por fim, a produção da política de desenvolvimento de coleções faz com que os extensionistas compreendam de que maneira o acervo se estrutura e os motivos que nortearam as escolhas de determinados livros em detrimento de outros, para que se possibilite a avaliação posterior e melhora tanto da política, como da própria organização e empréstimo dos acervos.

BIBLIOGRAFIA: ALLEN, D. Getting things done: a arte de fazer acontecer. [S.l.]: Elsevier, 2005. Ebook. VERGUEIRO, W. C. S. Desenvolvimento de coleções. São Paulo: Polis: APB, 1989.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1141**

TÍTULO: **LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS: AS NARRATIVAS EM DISPUTA NO CASO QUEERMUSEU**

AUTOR(ES) : **LUIZZA**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO:

Em setembro de 2017, a exposição denominada “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, exibida em Porto Alegre, foi encerrada antecipadamente pelo Santander Cultural após certos grupos promoverem, nas redes sociais, uma campanha pela sua retirada, sob a alegação de que esta incitaria a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio à religião, violando, assim, uma série de direitos. Com o fechamento da exposição, há uma série de disputas em torno dos seus significados, no intuito de impedir ou permitir a exposição de acontecer e permitir ou impedir o acesso de crianças e adolescentes nesta.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender os sentidos e usos políticos da liberdade de expressão no caso da Queermuseu. Para tal estudo, foi feito o levantamento e a análise das diferentes narrativas mobilizadas por grupos antagonistas que, em posição de defesa ou ataque à exposição, articularam diversos e complexos recursos argumentativos, com especial destaque às categorias nativas: “liberdade de expressão”, “censura” e “violação de direitos”. Para isto, foi utilizado o sentido de poder para Foucault.

A metodologia empregada compreende o levantamento de material bibliográfico e jornalístico sobre o caso; o levantamento de material publicado nas mídias sociais; e o levantamento de decisões judiciais, portarias, notas técnicas e outros documentos. A internet foi o principal meio para a realização dessa pesquisa.

Por meio deste trabalho foi possível perceber que os sentidos de “liberdade de expressão” e “violação de direitos” ganharam diferentes contornos a partir dos seus interlocutores, que, para além de construir uma versão dos fatos, buscavam produzir determinados efeitos nos campos sociopolítico e cultural. A utilização de pautas morais como a pedofilia por grupos contrários à Queermuseu tinha como objetivo se voltar para questões culturais, sociais e políticas, associando os defensores da exposição à esquerda. Já os grupos favoráveis à Queermuseu denunciaram a descontextualização difamatória e a censura ocorrida com o fechamento da exposição, o que iria contra a liberdade de expressão artística, associando grupos contrários à direita. “Esquerda” versus “direita”; “liberdade de expressão” versus “violação de direitos”; “censura” versus “boicote” foram alguns desses conceitos em disputa. Além disso, a proteção à infância foi um importante argumento que justificou a intervenção por parte do Estado e da sociedade, responsáveis pela proteção integral de crianças e adolescentes, sendo as instituições públicas mobilizadas para dizer se a exposição violou ou não direitos.

Por fim, todo o contexto do fechamento da Queermuseu deu, de certa forma, um vislumbre do contexto político e cultural do Brasil vivido nos últimos anos. O trabalho empreendeu o esforço de compreender, pelo menos em parte, esse contexto, por meio do enfoque da categoria liberdade de expressão e sua articulação de diferentes maneiras por esses grupos.

BIBLIOGRAFIA: ANDRADE, S. R. de. Reação, mobilização e produção de sentidos na arte: um olhar sobre a trajetória da exposição Queermuseu. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. 155 p. Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9088>. Acesso em: 12 jul. 2020. FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1152**

TITULO: **A CRISE HUMANITÁRIA AFEGÃ: O DESLOCAMENTO FORÇADO DA POPULAÇÃO EM MEIO À RETOMADA DE PODER DO TALIBÃ**

AUTOR(ES) : **MARIANNA PESSANHA CORREA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA,ÁDRIA SAVIANO FABRICIO DA SILVA**

RESUMO:

O número de refugiados vem aumentando significativamente nos últimos anos, de modo que esses indivíduos buscam refúgio e se deslocam à procura de uma vida digna. Nesse sentido, o ACNUR entende que os refugiados são grupos sociais que escapam de conflitos armados ou perseguições e, à vista disso, possuem o direito de assistência de outros Estados. Outrossim, essas pessoas necessitam de asilo em outro território e encontram-se impossibilitadas de voltar, pois as consequências poderiam ser fatais. (GUERRA, 2021, p. 461-462) Dito isto, são muitas as variáveis que geram o deslocamento forçado, cabendo salientar perseguições de raça, religião e nacionalidade, juntamente a guerras. Logo, o presente estudo visa analisar quais seriam os processos migratórios instaurados em decorrência da retomada de poder do grupo fundamentalista islâmico Talibã, no Afeganistão. O Estado Afegão, sob a bandeira do Talibã, entre os séculos XX e XXI, provocou mudanças emblemáticas para a sua sociedade, principalmente no âmbito dos direitos humanos, violando os direitos das mulheres e a sua liberdade religiosa. "The Taliban kept women at home by disallowing them the right to employment and schooling for the girls. The Taliban introduced the hijab, covering the body from head to toe to restore respect and honor to the women" (KHAN, 2022, p. 138); causando o aumento exponencial das solicitações de refúgio provenientes do referido país, bem como a produção de deslocados internos. Porém, após o atentado de 11 de setembro de 2001, e a instauração da Guerra ao Terror, intensificaram-se os conflitos na região. Na sequência, a ocupação militar norte-americana do território afegão - contando com forças militares de outros Estados - resultou na derrocada da força talibã e na sua retirada. Embora essa presença tenha atenuado os conflitos étnicos e religiosos na região, o talibã não deixou de existir. Dessarte, ocorreram tentativas de acordo entre o grupo armado não-estatal e o governo americano, produzindo resultados insatisfatórios. Em 2021, os EUA decidiram retirar as suas tropas do Afeganistão, ao mesmo tempo em que o Talibã retomava o poder, instaurando um ambiente de tensão e desespero inimaginável. O Afeganistão é um dos principais países de origem de refugiados (GUERRA, 2021, p. 471), cerca de 2,2 milhões de afegãos refugiados deslocaram-se ao Irã e ao Paquistão. Segundo o ACNUR (2021), a crise humanitária e de deslocamento no ano de 2021 é a maior já vista acerca desse conflito. Por volta de 665.000 afegãos já se deslocaram, sendo a maioria, 80%, formada por crianças e mulheres (ACNUR, 2021). Sendo assim, à luz de investigações bibliográficas qualitativas, materiais dispostos por organizações internacionais e doutrina sobre Direito Internacional, a seguinte pesquisa tem como objetivo observar a gravidade dos avanços do Talibã no Afeganistão e o impacto desse movimento para seus nacionais, através da análise do deslocamento forçado nas modalidades deslocamento interno e refúgio.

BIBLIOGRAFIA: ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. Afghanistan emergency. Disponível em: <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>. Acesso em 9 de out. 2021. GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. KHAN, Abdul Qayyum. Understanding Afghanistan - History, Politics and the Economy. Londres e Nova York: Routledge, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1168**

TÍTULO: **AMEAÇA REMOTA: A RELAÇÃO ENTRE A DISTÂNCIA E A TOMADA DE DECISÃO DO USO DA FORÇA LETAL EM ATAQUES AÉREOS POR DRONES**

AUTOR(ES) : **FERNANDA RANGEL**

ORIENTADOR(ES): **SANDRA MARIA BECKER TAVARES**

RESUMO:

O Veículo Aéreo Não Tripulado, popularmente conhecido como Drone, é um tipo de tecnologia que se assemelha a uma aeronave com alto grau de automatismo controlado remotamente. Desde a década de 50, essa tecnologia era usada militarmente, com seu porte pequeno e ágil, trazendo uma nova perspectiva para o modo de ir à guerra. Uma vez usados para vigilância no combate e reconhecimento tático, com o avanço da tecnologia, os drones se tornam mais modernos e hostis. Entre tantos modelos, o foco deste trabalho estará nos UCAVs (Unmanned Combat Aerial Vehicle), os drones de combate americanos. Em uma breve apresentação, o mais mencionado em relatos de ex-pilotos combatentes são os MQ-1 Predator, carregando dois mísseis Hellfire ar-superfície, para alvos terrestres que podem acertar um tanque de guerra a até 8 km de distância (ISHIKAWA, 2020). É usado principalmente pela Força Aérea Americana e pela CIA nos ataques a alvos terroristas em países árabes. Criado para ser um avião de reconhecimento e observação dentro do território inimigo, teve seu objetivo modificado em meados de 1995 para carregar armamentos.

Com isso, a nova forma de ir à guerra possibilitada pelos avanços dos drones levanta o debate sobre “matar à distância”, questão que pode ser olhada de inúmeros ângulos, porém sendo apresentada aqui sob a luz da psicologia entre a distância física e o processo da tomada de decisão tática. Diante de um olhar parecido, David Grodin (2012) afirma que um senso de humanidade compartilhada é perdido para as tecnologias de ver e mirar oferecidas pelo olhar do drone que enquadra visualmente a exibição de um mundo que está a uma distância remota e virtual.

A partir da ideia pela qual os drones passaram a ser entendidos como parte de uma estratégia militar de morte seletiva (GRODIN, 2012), é possível levantar a questão sobre: Matar a uma vasta distância remota sem risco, influencia a tomada de decisão tática, tornando-a mais “fácil”, ou não? Diversos trabalhos debatem o motivo pelo qual o aumento da distância deve estar associado a diferentes propensões para atacar, baseando-se em teorias vindas da Psicologia e da Psicologia Social. O presente artigo irá apresentar as principais teorias que se entrelaçam com o fator distância X disposição para matar e relacioná-las com a tecnologia do drone, dando continuidade ao debate sobre como a vasta distância que separa os operadores de drones de seus alvos pode alterar o processo de tomada de decisão tática.

BIBLIOGRAFIA: GRONDIN, David. The study of drones as objects of security: Targeted killing as military strategy. *Research Methods in Critical Security Studies*, Londres, p. 1-2, 2012. ISHIKAWA, Fernando. Polarização: efeito catalisador dos meios de comunicação de massa, abaloamento das relações sociais e a comunicação (não) violenta do Poder Judiciário. *Jus*, 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/86318/polarizacao-efeito-catalisador-dos-meios-de-comunicacao-de-massa-abaloamento-das-relacoes-soci>

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **1275**

TÍTULO: **PSICOLOGIA DE MASSAS DA NECROPOLÍTICA: ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **GABRIELA BERNARDO VIMERCATI REIS**

ORIENTADOR(ES): **MIRELLA ROCHA**

RESUMO:

O presente trabalho é derivado das reflexões da autora a partir da sua inserção no projeto de pesquisa "Psicologia política do Racismo na Formação Social Brasileira e a reinvenção do corpo potência arkhé-axé" em desenvolvimento no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões - Povos de Terreiro e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O objetivo principal consiste em analisar e apresentar o modo como a violência institucional por parte do Estado especialmente em territórios subalternizados contribui para uma psicologia de massas historicamente voltada à marginalização de corpos negros.

No contexto de políticas de Segurança Pública, muito têm se falado sobre necropolítica, um conceito desenvolvido pelo filósofo negro Achille Mbembe, que seria o uso do poder político e social para ditar quem pode viver e quem deve morrer.

Em sua obra "Necropolítica", Mbembe questiona os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Como bem disse Foucault: a função do Estado não é operar a morte, mas sim cuidar da vida de todos os cidadãos. Quando essa política de morte é oficializada, significa dizer que o Estado falhou na sua função. A política de morte, ou como o próprio Achille Mbembe vai dizer, a necropolítica adota tipografias da crueldade. Fica evidente que os lugares subalternizados com licença para matar "têm endereço e densidade negra".

A política de segurança adotada no Brasil, e especialmente em alguns estados como no caso do Rio de Janeiro, é pautada pelo extermínio e uso excessivo da força, resultando em um altíssimo índice de letalidade e violência policial.

Não há nenhum tipo de serviço de inteligência, de combate à criminalidade. O que se tem é a perseguição daquele considerado perigoso. Neste contexto, a criminalização de territórios é uma realidade, pessoas que moram em ambientes mais vulneráveis são vistas meramente como parte de uma rede ou contexto que é ameaçador para o restante da sociedade. São lugares em que se tem "licença para matar". Trata-se de ambientes subalternizados, com uma densidade negra.

Diante deste panorama de violência, há um recorte populacional no qual incide de modo mais acentuado a vitimização da letalidade policial. Trata-se da população negra, pobre, residente nas periferias e favelas. Cuida-se de um dos mais graves elementos do racismo estrutural, chaga histórica da sociedade brasileira.

De acordo com os levantamentos feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de assassinato no país.

Constrói-se um Estado Policial/Punitivista que adota a política da morte, o uso ilegítimo da força, o extermínio e, conseqüentemente, "consolida o direito de matar".

BIBLIOGRAFIA: Achille Mbembe; Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Traduzido por Renata Santini - São Paulo: n-1 edições, 2018. FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas. Bahia: EDUFBA, 2008. REICH, Wilhem; Psicologia de Massas do Fascismo. 2.ª edição brasileira: março de 1988.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1319**

TÍTULO: **EL SALVADOR: UMA EXPRESSÃO LATINO-AMERICANA DE UMA NOVA DIREITA ANTIDEMOCRÁTICA?**

AUTOR(ES) : **CAROLINA LEAL DE MAGALHÃES, GUILHERME CEREJO RIBEIRO, MYLENA SILVA LUCCIOLA GUEDES, YURI RICARDO TEIXEIRA, KATHERINE SACRAMENTO**

ORIENTADOR(ES): **ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO:

A América Latina foi marcada no século passado por regimes ditatoriais, e El Salvador não foi exceção, havendo particularidades significativas em seu caso. E neste século, assim como muitos países no continente, em especial na América Central, continua a sofrer com desigualdades, diversas formas de violência e incapacidade dos Estados - num contexto de soberania sempre constrangida - de fazer face aos diversos problemas.

Neste cenário, não é surpreendente que emergam insatisfações sociais, fortes questionamentos às forças políticas até então prevaletentes e novas alternativas políticas que visam relegitimar as propostas conservadoras. Nayib Bukele, atual presidente de El Salvador, que se auto-intitula, nas redes sociais, "o ditador mais legal do mundo", é uma figura com características significativas, se colocando como um dos líderes políticos mais emblemáticos da extrema-direita. É chamado pela mídia de presidente millennial, devido principalmente a sua forte presença na internet, que usa como plataforma política e de propaganda. Sua popularidade no país é elevada, se levarmos em conta dados de pesquisas, interação que seus perfis recebem nas mídias sociais e a falta de movimentação expressiva da oposição. Entretanto, ao mesmo tempo em que se destaca, no regime autoritário de El Salvador podem ser encontrados traços em comum com outros regimes ao redor do mundo.

Este trabalho tem como objetivo compreender melhor a situação política atual de El Salvador - as razões e implicações da ascensão desta força política que está no governo, levando em consideração a história ditatorial do país e da região, e da redemocratização recente, que tem como expressão estruturas democráticas e sociedades muito desiguais e conflituosas. Espera-se, a partir disso, contribuir com a compreensão do fenômeno do aparecimento de novas expressões da direita não democrática na América Latina.

BIBLIOGRAFIA: TRAVERSO, Enzo. The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right. Croydon: Verso, 2019. FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. VACLAV, Masek; AGUASVIVAS, Luis. Consolidando el poder en El Salvador: El caso de Nayib Bukele. Revista digital Ecuador Debate, N°112, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1348**

TÍTULO: **DESAFIOS PARA A DEFINIÇÃO DE MÉTRICAS NOS ECOSISTEMAS DE EMPREENDEDORISMO E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS**

AUTOR(ES) : **YASMIN VENTURA ARAUJO,CAIO JOSE DAS CHAGAS MONTEIRO,LEONARDO SANTOS RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS,RENATA LÈBRE LA ROVERE**

RESUMO:

A abordagem de ecossistemas de empreendedorismo é recente e tem obtido, nos últimos anos, grande atenção de acadêmicos e *policymakers*. Diante de evidências empíricas encontradas na literatura a respeito da importância do empreendedorismo na prosperidade econômica, políticas públicas de apoio e estímulo ao empreendedorismo devem ser foco da atuação dos *policymakers*. No entanto, a fim de que essas políticas sejam desenhadas e monitoradas, é essencial que seja possível mensurar como evoluem e interagem os diferentes componentes dos ecossistemas de empreendedorismo, através de métricas específicas. Assim, o presente trabalho objetiva fazer uma revisão das métricas citadas pela literatura, analisando fatores como as abordagens utilizadas; os componentes do empreendedorismo em questão; se o Brasil é objeto de análise; e a abrangência que possuem, podendo ser nacional ou regional. Busca-se também o mapeamento de métricas que podem ser desenvolvidas a partir de indicadores de origem nacional e regional, tendo como parâmetro métricas já observadas pela literatura, mas que não mencionam o Brasil.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa ainda em curso que pretende promover uma discussão sobre as métricas (e a falta destas) relacionadas aos ecossistemas de empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro (ERJ). A metodologia deste trabalho possui caráter qualitativo e para a sua consecução foi feito inicialmente um levantamento de artigos indexados na base de dados Periódicos CAPES, com as seguintes palavras-chave "Entrepreneurial Ecosystems", "Metrics", "Public Policy" e "Institutions". Em seguida, os artigos selecionados foram resumidos e analisados, sendo organizados nas seguintes categorias de análise: "Teórico-conceitual", "Métricas", "Políticas Públicas" e "Cases" de acordo com seu conteúdo. O presente trabalho resume alguns achados relacionados aos artigos incluídos nas categorias de análise teórico-conceitual e de métricas.

A análise feita com base nos estudos empíricos sobre o tema permite concluir que há uma diversidade de métricas propostas pelos autores para mensurar os ecossistemas de empreendedorismo e seus elementos. As métricas mais comumente encontradas nos artigos mapeados provêm do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), da Eurostat, da União Europeia, além de órgãos estatísticos de diversos países europeus. Nesse sentido, a maior parte das métricas mapeadas nos artigos não possuem o Brasil como objeto de estudo. No entanto, quando essas métricas de órgãos internacionais mencionam o Brasil, isso se dá majoritariamente em nível nacional, o que impossibilita a análise dos ecossistemas de empreendedorismo a nível regional, como no caso do Estado do Rio de Janeiro, o qual possui seu próprio contexto e se difere de muitas outras regiões brasileiras. Nesse sentido, a fim de pensar possíveis políticas de fomento aos ecossistemas de empreendedorismo, faz-se necessária a identificação de métricas que podem ser desenvolvidas a nível regional.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1359**

TÍTULO: **BIBLIOTECONOMIA SOCIAL E SEU POTENCIAL DE CURA EM MEIO À REPRESENTATIVIDADE DE GÊNERO NOS AMBIENTES INFORMACIONAIS.**

AUTOR(ES) : **AMANDA RAYOL SOLA DO ESPIRITO SANTO**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA,CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO:

Este trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica (IC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado "Biblioteconomia Social e suas interseções: construção do estado da arte". A Biblioteconomia Social traz múltiplas perspectivas a serem estudadas ao promover mudanças tanto na Biblioteconomia quanto no contexto social, por meio do comprometimento e ações efetivas dos profissionais da informação, e pode ser enxergada com um imenso potencial de cura para muitos indivíduos, no sentido de promover a competência em informação para todos os grupos sociais. O acesso à informação, especificamente no Brasil, não é democrático e, com isso, faz-se necessária uma maior atenção aos assuntos correlacionados à Biblioteconomia Social, que podem trazer aspectos transformadores, sendo esses uma busca por inclusão de grupos discriminados ou ignorados pela sociedade, como mulheres e LGBTQ+ (SAMPAIO; LIMA, 2018). Por meio de ações baseadas no papel social da biblioteca, e também do bibliotecário enquanto profissional da informação, torna-se possível alcançar um acesso mais democrático à informação e ao conhecimento. Este estudo teve como objetivo refletir acerca do papel social da Biblioteconomia em relação à busca por uma maior representatividade e atenção às demandas e necessidades dos usuários e a interação dos centros informacionais e sociedade. Trata-se de uma discussão teórica, com base em bibliografia, a fim de reforçar o fazer social da Biblioteconomia e o papel dos profissionais da informação nesse contexto, que busca o reconhecimento de mulheres e LGBTQ+ nos ambientes informacionais, sob o paradigma social da Biblioteconomia, além de possibilitar que os mesmos tenham posse da informação que se transforma em conhecimento, que é tão mais que necessário, mas também urgente, e está cada vez mais em pauta quando se pensa na Biblioteconomia Social e a integração da comunidade como um todo. A produção da informação e do conhecimento e sua organização, a partir da visão da Biblioteconomia Social, pode estar nas mãos de grupos sociais diversos e não mais somente em detenção de homens brancos ricos, como era o comum na Antiguidade e na Idade Média. Apesar da sociedade ainda ser pautada pelo patriarcalismo, há uma luta constante para quebrar esses paradigmas e, com base nessa pesquisa, buscar diminuir a desigualdade, em especial de gênero, nos ambientes informacionais.

BIBLIOGRAFIA: SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [s. l.], v. 4, n. esp., p. 34-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/361/311>. Acesso em: 21 set. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1371**

TÍTULO: **PARLAMENTARISMO NA AMÉRICA LATINA: AVANÇO OU RETROCESSO?**

AUTOR(ES) : **JOÃO FELIPE MOREIRA LOPES ORTEGA TERRA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O presente resumo propõe expor a metodologia e o objeto de estudo da pesquisa em andamento, elaborada com base em resultados parciais. Tem como tema principal o parlamentarismo na América Latina. E para melhor compreendê-lo, parte de duas abordagens:

Em um primeiro momento, um levantamento histórico investiga os fundamentos dos modelos presidencialistas vigentes, bem como as breves experiências parlamentaristas que houveram sobretudo no Brasil e no Chile.

Sabe-se que este a viveu durante "La Republica Parlamentaria" entre 1891 e 1925¹, e que aquele a experimentou em dois períodos, ainda que bem breves: um no Império, e outro após a renúncia de Jânio Quadros.

Análise primordial indica que a essa discussão se fez presente por toda a história jurídica de muitos países latinoamericanos, periodicamente voltando à tona sobretudo em períodos de ruptura política. Mesmo assim, segue como o sistema menos utilizado na região, ou pelo menos o menos longo. Esta é uma relação de dualidade em que a pesquisa pretende se aprofundar.

Em seguida, segundo uma ótica especulativa, buscam-se referências no presidencialismo de coalizão, e na composição atual das casas legislativas para conjecturar a respeito da praticidade e factibilidade da implementação do sistema.

Enfim, para além da 'possibilidade' é preciso investigar a 'razoabilidade' da transição. Em outras palavras, se o Primeiro-Ministro seria preferível ao Presidente ou significaria mais regressos que acréscimos. A síntese entre estas investidas busca responder a questão comparando os dois acenos que legisladores de países latinoamericanos têm feito recentemente ao modelo e seus respectivos contextos.

Quais sejam, de um lado o Chile, em sua ruptura com a Constituição do período ditatorial³, e de outro o Brasil, claustrofóbico com os freios e contrapesos de sua Constituição Cidadã⁴.

Desta forma, espera-se tecer uma análise informada e profunda que, a despeito da coincidência cronológica em que a discussão surge nos países supracitados, seja capaz de valorizar as especificidades e particularidades de cada região, e assim enriqueça a discussão a respeito do sistema de governo na América Latina.

BIBLIOGRAFIA: 1 <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3537.html>> Acessado em 30 de Novembro de 2020 3 LEITÃO, Matheus: "Qual Será o Futuro do Chile" Entrevista com o Embaixador Chileno no Brasil, Fernando Schmidt Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/qual-sera-o-futuro-do-chile/>> acessado em 30 de Novembro de 2020 4 JANKAVSKI, André; CAETANO, José Roberto: "O Parlamento Manterá o Foco" Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/o-parlamento-mantera-o-foco/>>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1445**

TÍTULO: **A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A CENTRALIDADE DO PRESIDENTE BRASILEIRO NOS**

AUTOR(ES) : **LUANA DOS SANTOS MARCELINO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O projeto analisa o campo político construído pelos fluxos informacionais do Twitter, que é uma plataforma digital que vem ganhando destaque no meio político brasileiro. Morozov (2018) ressalta que grande parte da comunicação contemporânea acontece em plataformas digitais, sendo que estas são as fontes mais prováveis de compartilhamento e disseminação de conteúdos virais, que na pesquisa realizada se refletiam contra ou a favor do presidente brasileiro, que assumiu centralidade nos "Assuntos do Momento" do Twitter. Os objetivos da pesquisa buscam entender como a representação política se organiza no Twitter, tendo em mente a centralidade do presidente brasileiro nas discussões na seção "Assuntos do Momento", quanto às pautas políticas produzidas pelas empresas de mídia atuantes na plataforma. De acordo com Parmelee e Bichard (2011), os comentários que aparecem no Twitter mostram uma certa frustração sobre as atuais formas de governo. Castañeda e Faria (2021) enxergam a relevância da representação como parte crucial da democracia nas sociedades contemporâneas, sendo que os autores mostram a importância de conectar processos políticos mais amplos com a micropolítica. A pesquisa de campo foi etnográfica, desenvolvida entre o dia 18 de setembro de 2020 e 18 de junho de 2021, reunindo as observações em uma planilha contendo aspectos como tópico, hora, total de tweets, compartilhamento e comentários, utilizando uma metodologia descritiva e exploratória. Tendo como base os resultados obtidos até agora, a política não é dominante na plataforma, correspondendo a cerca de 20% das interações observadas. As mídias corporativas costumam pautar notícias políticas que constituem uma representação de oposição ao presidente, onde a figura do mesmo assume uma posição de destaque, gerando discussões e atraindo críticos e apoiadores nos tópicos associados. As mídias tradicionais se veem atreladas à produção constante de conteúdos espetaculares e chamativos, bem como se encontram cada vez mais sujeitas ao controle algorítmico imposto pelas plataformas digitais. Em resultado da análise da seção "Assuntos do Momento" do Twitter, mostra que a plataforma possui significância no debate público político na contemporaneidade e acentuada durante a pandemia do covid-19. Tanto o isolamento social mais intenso no início da pandemia quanto o fato do Twitter reunir representantes políticos brasileiros, como a própria figura do presidente eleito, que faz da sua conta na plataforma um canal de expressão governamental. A centralidade do presidente ainda reflete em como a representação política continua sendo importante diante dos recorrentes diagnósticos acerca de sua crise.

BIBLIOGRAFIA: CASTAÑEDA, Marcelo; FARIA, Alessandra. Do macro ao micro: mediações acerca da representação política. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 21, n. 229, p. 134-144, jul./ago. 2021. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, Editora, 2018. PARMELEE, John H.; BICHARD, Shannon L. Politics and the Twitter Revolution: How Tweets Influence the Relationship between Political Leaders and the Public. Lanham, MD: Lexington Books, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1476**

TÍTULO: **POSSIBILIDADES ORGANIZATIVAS NO TWITTER: UMA ETNOGRAFIA NOS**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA MACEDO DE REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O Projeto "Organizações tecnopolíticas no Twitter" visa analisar as relações tecnopolíticas (GERBAUDO, 2021; MOROZOV, 2018) na rede social Twitter a partir da seção "Assuntos do momento" (*Trending Topics*) na localização Brasil. O presente artigo analisa as possibilidades organizativas das tecnopolíticas que se configuraram em um contexto pandêmico dentro da plataforma. Os objetivos envolvem entender essas possibilidades organizativas encontradas no Twitter e averiguar as ações coletivas, em especial manifestações de rua, que se constituíram de forma articulada com essas possibilidades. A metodologia utilizada foi descritiva e exploratória com realização de uma pesquisa de campo etnográfica entre 18 de setembro de 2020 e 18 de junho de 2021, que reuniu as observações de todo o grupo de pesquisa em uma planilha, totalizando 2620 tópicos com diferentes aspectos observados, sendo captados a partir dos vinte primeiros "Assuntos do Momento" brasileiro. O critério de análise envolveu a seleção dos tópicos que estão relacionados com organização política em sua forma mais ampla e ações coletivas que permaneceram por mais de um dia nos "Assuntos do Momento". A perspectiva de Nunes (2014), foi utilizada para compreender as *hashtags* e tópicos que agregam perfis em diferentes discussões, configurando uma forma de organização específica das redes e verificou-se uma "organização dos sem organização" no Twitter, sendo a viralidade um aspecto importante para a composição. Destaca-se o diálogo a partir de Morozov (2018) onde é possível verificar a sofisticação dos algoritmos na plataforma de forma que cada usuário tenha uma experiência subjetiva e específica. A articulação destes dois autores permitiu uma análise dos aglomerados da plataforma. Para Gerbaudo (2021) as mídias sociais utilizadas por ativistas, a partir de 2011, se tornaram palco de influência dentro de movimentos sociais e podem potencializar uma capacidade organizativa prévia, o que pode ser visto com a captação de tópicos e *hashtags* relacionadas à ativismo e convocação de manifestações de rua. Entre os resultados da pesquisa, essa organização dos sem organização pode viabilizar elementos de reflexão sobre a organização política com possibilidades que, apesar do contexto pandêmico, em alguns casos mapeados, serviu para a composição de esforços de ações coletivas que levaram à manifestações de rua, seja de apoio ou repúdio do governo federal. Além disso possibilitou, também, a reflexão de pautas que refletem nichos de ativismo que se organizam pelos "Assuntos do Momento" no Twitter. Para além do sentido mais restrito da ação coletiva em manifestações de rua, fica demonstrado que o Twitter se constitui cada vez mais, como espaço de organização de lutas contemporâneas, muitas vezes sem atravessar o espaço de fluxos que ali se configuram.

BIBLIOGRAFIA: GERBAUDO, Paolo. Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo. São Paulo: Editora Funilaria, 2021. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018. NUNES, Rodrigo. Organisation of the organisationless: collective action after networks. Lünenburg: PML Books & Mute, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1495**

TÍTULO: **O SURGIMENTO DO COMANDO VERMELHO SOB UMA ÓTICA ALTERNATIVA: FRAGILIDADE ESTATAL E A DITADURA MILITAR**

AUTOR(ES) : **DOUGLAS STURM DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

Douglas Sturm de Lima Este artigo pretendeu elucidar alguns fatores determinantes para o surgimento da primeira facção criminosa do Brasil e uma das maiores e mais violentas dos tempos atuais, o Comando Vermelho (CV), nascido e fundamentado na paradisíaca Ilha Grande, durante o período do regime ditatorial. Para isso, uma análise dupla sobre o conceito de "Estado Frágil" e o nascimento do grupo criminoso visa responder à seguinte pergunta: em que medida, direta ou indiretamente, a ditadura militar contribuiu para o nascimento do CV? O conceito de Estado Frágil será abordado via revisões bibliográficas, bem como utiliza-se índices do "Fragile State Index" (FSI) para analisar o contexto político brasileiro da ditadura militar. Referente ao surgimento do grupo criminoso organizado, revisou-se livros de jornalistas conceituados na área e do próprio membro-fundador do CV, artigos acadêmicos e entrevistas relevantes. O presente trabalho se debruçou sobre a relação entre o período de ditadura militar no Brasil, compreendido entre os sucessivos governos autoritários que centralizaram o poder de 1964 a 1985, e o fator nascimento de organizações que até os dias de hoje são provedores de violência e criminalidade sobretudo no RJ, como é o caso do CV, que vêm há pelo menos três décadas protagonizando manchetes como a mencionada. Hoje, a organização criminosa está, para além dos notórios conflitos por territórios na cidade do RJ com outras facções e o embate incessante contra as instituições policiais, o CV está presente em pelo menos dez estados Brasileiros. Além do tráfico de drogas, das principais atividades lucrativas do Comando Vermelho, o seu envolvimento no tráfico internacional de armas se faz necessário para que seus membros consigam armamentos que posteriormente serão utilizados na defesa das localidades em que se instalam, como pontos estratégicos de venda de drogas ilícitas. Em primeiro nível, após contextualizações do período e objeto de estudo, discutiu-se acerca de Estados Frágeis e a sua relação direta com o surgimento de cenários de violência e conflitos assimétricos, tentando, prudentemente, relacionar e expor o cenário de fragilidade, sobretudo democrática, do estado brasileiro no período de regime militar. A partir disso, analisou-se a relação propriamente dita deste cenário antidemocrático com os seus reflexos sociais no que tange o enfrentamento ao regime, bem como, intrinsecamente, com os seus reflexos no sistema prisional carioca da época. Chegou-se à conclusão de que grande medida a antidemocracia, com fortes indícios de fragilidade estatal, proveu condições para o surgimento do "Comando Vermelho", a primeira facção criminosa provinda de presídios no país que ainda hoje assola consequências graves para a segurança pública brasileira.

BIBLIOGRAFIA: AMORIM, Carlos. Comando vermelho. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. LIMA, William da Silva. Quatrocentos contra um: Uma história do Comando Vermelho. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. PENGLASE, Ben. The bastard child of the dictatorship: The Comando Vermelho and the birth of "narco-culture" in Rio de Janeiro. Luso-Brazilian Review, v. 45, n. 1, p. 118-145, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1529**

TÍTULO: **CRUZADAS DE CANCELAMENTO: EM BUSCA DE UM CONCEITO**

AUTOR(ES) : **SABRINA RIBEIRO CHAVES**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

Fui integrante do projeto de pesquisa "Para além do sistema de justiça criminal? Movimentos progressistas e novas estratégias punitivas", orientado pelo professor José Roberto Franco Xavier. Este consiste em um projeto "guarda-chuva", que abriga alguns projetos menores de pesquisa de iniciação científica e de mestrado. Nesse sentido, a minha pesquisa se concentrou nos "linchamentos virtuais", termo que tem aparecido na literatura recente sobre o tema e se refere às estratégias de exposição online como forma de repressão. Em síntese, esse fenômeno é resultado de demandas convergentes e massivas, geralmente apoiadas na denúncia ou no relato de uma suposta vítima, no qual é descrita uma infração criminal, moral ou de ambos os aspectos, a partir da imparcialidade do locutor, visando-se à exposição do algoz e repressão da conduta denunciada, produzindo um efeito de turba a partir do engajamento do público e com ampla repercussão dentro e fora do meio virtual.

Minha pesquisa teve como objetivo geral compreender o fenômeno dos linchamentos virtuais. Partindo de paralelos teóricos com clássicos da criminologia, buscou-se delinear esse novo fenômeno social: os cancelamentos. A base teórica se concentrou na criminologia da reação social. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos estudos do desvio, da cultura da vitimização, dos linchamentos físicos e dos pânico e cruzadas morais, visando a construção de um panorama que nos permitisse observar em que ponto tais definições não sustentam relação com o fenômeno observado. Também foi realizado o estudo de casos selecionados, principalmente a partir da sua notoriedade e repercussão pública, considerando tanto os impactos desse fenômeno na sociedade quanto como, individualmente, aqueles eleitos algozes foram afetados.

Assim, tentamos traçar a definição dos linchamentos virtuais, buscando considerar as limitações teóricas, visto que, para alcançarmos uma definição precisa, um certo rigor precisa ser mantido, principalmente nas referências a termos e categorias de estudos criminológicos. O cuidado com a nomenclatura também reflete esse aspecto. Inicialmente, partimos do termo "linchamentos virtuais", passando ao termo "cultura do cancelamento" e chegando, por fim, ao termo "cruzadas de cancelamento". Foi possível constatar que a hipótese das cruzadas de cancelamento é a que mais se enquadra na análise realizada. Adotar essa nomenclatura, foi, portanto, resultado de uma tentativa de renovação de um quadro teórico tradicional, as cruzadas morais. Assim, adicionamos demais estudos e referências como ferramentas para compreensão de um fenômeno tão recente. Além disso, foi possível constatar que o surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação transformou completamente a forma como vivemos e nos comunicamos, implicando, inclusive, em novos anseios e significados na luta por justiça.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, H. S. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Oxford, England: Free Press Glencoe, 1963. p. x, 179 GUSFIELD, J. R. *Symbolic crusade: Status politics and the American temperance movement*. Oxford, England: U. Illinois Press, 1963. p. ix, 198 MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. Contexto, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1537**

TÍTULO: **MÍDIA CORPORATIVA E POLÍTICA NOS "ASSUNTOS DO MOMENTO" DO TWITTER BRASIL**

AUTOR(ES) : **FELIPE SOLER MONTALVO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O presente trabalho foi oriundo da participação no Projeto de Iniciação Científica "Organizações da Tecnopolítica no Twitter" da UFRJ. O objetivo do trabalho envolveu entender a atuação da mídia corporativa na plataforma e sua influência com relação a pautas políticas na geração de discussões e compartilhamentos dessa temática. Segundo Morozov (2018), grande parte da comunicação contemporânea acontece em plataformas digitais, sendo nelas mais provável o compartilhamento de conteúdo de ódio, tal fato enquadra as Big Tech como uma ameaça à cultura democrática. Para Castells (2015), a expansão da economia da internet, em especial as Big Tech, indicam uma tendência futura para uma integração cada vez maior em termos de plataformas nas quais as tradicionais empresas de mídia tendem a se acomodar para sobreviver. De acordo com Chaves Lopes (2013, p. 795), as plataformas digitais "[...] transferem sua saliência para a agenda midiática e criam, assim, novos tipos de agendamento e tencionam a concepção clássica da teoria do agendamento, de que a mídia determina quais assuntos merecem atenção do público". A metodologia utilizada foi a etnografia realizada entre 18 de setembro de 2020 e 18 de junho de 2021, que reuniu tópicos observados de segunda a sexta entre 9h e 21h em conjunto com outros voluntários em uma planilha, totalizando 2620 tópicos com diferentes aspectos observados. O critério de análise envolveu selecionar tópicos relacionados com as notícias pautadas pela mídia corporativa que permaneceram por mais de um dia no "Assuntos do Momento". Como resultados, pode-se dizer que a mídia corporativa exerce grande influência e pauta muitos dos debates políticos que se encontram nos "Assuntos do Momento" do Twitter. É válido destacar também que há uma predominância do compartilhamento de notícias na plataforma por meio da mídia corporativa. Além disso, um mesmo tópico pode gerar diversos outros que permeiam o mesmo tema central. Dentre os temas divulgados pela mídia no Twitter, encontra-se a figura do presidente Bolsonaro, eleições nacionais e internacionais, vacinas e sistema de saúde, bem como o ENEM. Pode-se perceber que a mídia busca ter maior presença e exerce um papel de grande influência no Twitter ao pautar muitas das discussões políticas que ocorrem na plataforma digital. Logo, torna-se evidente uma relação estreita entre as mídias corporativas e o Twitter, além de sua forte presença no compartilhamento e contribuição para assuntos relacionados à política no "Assuntos do Momento" do Twitter no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. CHAVES LOPES, Gustavo. *As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe*. *Palavra Chave, Monterrey*, v. 16, n. 3, p. 789-811, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/pacla/v16n3/v16n3a06.pdf>. Acesso em 11 ago. 2021. MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1567**

TÍTULO: **CARTOGRAFIA MIGRATÓRIA BRASILEIRA: O CASO DOS VENEZUELANOS (2010-2020)**

AUTOR(ES) : **EMERSON DA SILVA DOS SANTOS, JULIA CANO FREIRE, MARCELA LUZ SIMAS SANTOS, NAYARA FERREIRA DE FREITAS, GABRIELLA MARTINS DE CASTRO**

ORIENTADOR(ES): **TAMIRES MARIA ALVES, FLÁVIO ALVES COMBAT**

RESUMO:

Os fluxos migratórios são dinâmicos e configuram um fenômeno cada vez mais presente na contemporaneidade. Tal fator contribui não somente para a experiência humana, como também para a formação dos Estados nacionais (MOULIN, 2011). As migrações do século XXI têm sido marcadas por deslocamentos intensos, isto é, com grande volume de pessoas e, na maioria dos casos, entre países do Sul Global, sendo caracterizados como os “novos fluxos migratórios” (BAENINGER, 2018). Nestes cenário e contexto específicos, o Brasil também atua como receptor de migrantes e refugiados. Neste contexto específico, insere-se o deslocamento de venezuelanos que têm migrado devido à crise humanitária que assola o país.

Percebemos que o fluxo migratório de venezuelanos em direção ao Brasil se intensificou a partir do ano de 2016. As análises do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) e do Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRES) apontam um salto superior a 10.000% no número de migrantes venezuelanos no Brasil em apenas cinco anos (2016-2020). Especialmente no ano de 2019, quando cerca de 90 mil venezuelanos solicitaram regularização no país. A respeito dos pedidos de refúgio, os dados do Sistema de Tráfego Internacional - Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR) mostram que nesses mesmos anos, o crescimento no número de solicitações de refúgio por venezuelanos em território brasileiro cresceu 2.000%, posto que só em 2019 foram cerca de 55 mil solicitações.

A partir desse cenário, este trabalho busca compreender as consequências da intensificação dos deslocamentos e, como a disposição dos sujeitos venezuelanos têm ocorrido em direção aos países da América Latina, inclusive ao Brasil. As questões relacionadas à participação do Estado brasileiro quanto ao recebimento de migrantes e refugiados também será elucidada. Ademais, busca-se analisar como a migração laboral é um dado importante, visto que as perspectivas de recepção e inserção social dos migrantes e refugiados refletem traços xenófobos enraizados na cultura brasileira. Isso porque a mesma costuma segregar povos periféricos e valorizar os povos do Norte Global, principalmente imigrantes brancos (FARAH, 2017).

Por fim, exibiremos o levantamento bibliográfico realizado acerca do tema. Para as quantificações dos fluxos migratórios, serão feitas análises dos dados dispostos pela Polícia Federal, como o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), o Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRES), tal como o Sistema de Tráfego Internacional - Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR) e da Coordenação Geral de Migração Laboral (CGIL). Nas análises qualitativas, iremos apresentar os dados presentes nos relatórios do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA), tal qual os relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

BIBLIOGRAFIA: BAENINGER, Rosana, et. al. Migrações sul-sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2018 (2ª edição). 976p. FARAH, Paulo. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. Revista USP, (114), p.11-30, 2017. MOULIN, Carolina. Eppure si muove: mobilidade humana, cidadania e globalização. CONTEXTO INTERNACIONAL, vol. 33, n. 1, jan-jun. 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1599**

TÍTULO: **MATERIAIS E TECNOLOGIAS NÃO CONVENCIONAIS (MTNCs) PARA CONSTRUÇÕES ECOLÓGICAS E SUSTENTÁVEIS**

AUTOR(ES) : **LUISA NUNES**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON**

RESUMO:

Objetivos: O projeto de pesquisa visa apontar as iniciativas atuais e potenciais da Educação, Ciência e Tecnologia em prol da ação do Governo Federal de Apoio à Pesquisa e Inovação e Extensão Tecnológica em Edificações Sustentáveis desenvolvida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS /MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Especificamente esta é voltada para a geração de subsídios que orientem a identificação de conhecimentos e a formulação de política pública para desenvolvimento sustentável na perspectiva da inovação tecnológica vinculada à temática das edificações sustentáveis.

Metodologia: Trata-se de um estudo de caso junto ao CIEP 449 Leonel de Moura Brizola – Intercultural França Brasil. Instrumentos de coleta de dados, tais como pesquisa documental e Questionário Orientador foram utilizados na pesquisa junto ao alunado do 2º Ano do Ensino Médio. O Questionário Orientador pretendeu: (i) Colher informações sobre o nível de conhecimento do referido alunado sobre MTNCs; (ii) Levantar opiniões dos alunos sobre a problemática dos MTNCs e do desenvolvimento sustentável; (iii) Apontar as disciplinas do CIEP 449 que abordam o tema em questão; (iv) Sugerir aplicações ou aprimoramentos em disciplinas do CIEP 449 sobre o assunto.

Principais Resultados: Num universo de 129 alunos de 4 Turmas, 33 até o momento responderam ao questionário. (1) O nível de conhecimento do alunado em relação aos MTNCs é baixo; (2) Internet constitui a opção mais comum para a maioria dos respondentes; (3) Disciplinas de Biologia e Geografia dominam a abordagem sobre tema dos MTNCs no CIEP 449; (4) A principal sugestão para inserir conhecimento sobre o uso dos MTNCs é promover Exposição de feira de ciências no CIEP 449; (5) Discussões com os amigos e professores foram apontadas como as opções mais frequentes; (6) As principais sugestões que ajudariam a melhorar o uso dos MTNCs no Brasil incluem: Conscientização da população e Investimento em Educação quanto aos projetos de MTNCs; (7) Os alunos acreditam que o Governo é o principal responsável para assegurar construções ecológicas e sustentáveis.

Conclusões: No plano da ação sobre o tema, indicam-se: (i) Maior conscientização; (ii) Mais trabalhos de pesquisa; (iii) promoção de feiras; (iv) Mais conteúdos em sala de aula sobre os MTNCs.

BIBLIOGRAFIA: ABMTENC. Associação Brasileira de Ciências de Materiais e Tecnologias Não Convencionais. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/category/Science--Technology---Engineering/Abmtenc-115429986666679/>. Acesso em: 14 jun. 2021. BAMBUTEC. Disponível em: <https://bambutec.com.br/>. Acesso em: 16 ago. 2021. BARBOSA, Normando Perazzo (Org.). Proceedings of 18th International Conference on Non-Conventional Materials and Technologies – IC NOCMAT 2019, July 24th – 26th. Nairobi, Kenya. 1st Ed. João

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1674**

TÍTULO: **VIDA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO DE ALUNOS MIGRANTES E/OU REFUGIADOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MARIA LIDIA MATTOS, THAIANY MEDEIROS CURY, DIANA REBELO RODRIGUEZ**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA**

RESUMO:

O presente projeto de extensão é uma parceria entre o IPPUR o IRID. Ele visa auxiliar a comunidade escolar, professores, alunas(os), pais, responsáveis e técnicos da área educacional das redes municipal, estadual e federal que tenham de integrar e acolher, no dia a dia escolar, crianças refugiadas e/ou migrantes. A temática das migrações internacionais se apresenta como um dos temas mais debatidos nos campos acadêmico e midiático atualmente. Sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar que deve-se considerar, portanto, as diversas causas dos fluxos migratórios: guerras e perseguições por motivos religiosos, políticos, raciais e de gênero, até devastação econômica e ambiental.

Este projeto possui duas etapas. Na primeira, discutimos a bibliografia sobre o tema e levantamos dados sobre as escolas, tornando possível a investigação efetiva do perfil dos estudantes, como sua origem e as dificuldades que enfrentam. A segunda consiste em visitar presencialmente as escolas para observar e colaborar com o processo de integração. Esta apresentação é referente à análise dos resultados advindos do levantamento de dados realizado em dezembro de 2020 a partir da informação disponibilizada pelo Censo Escolar da Educação Básica (INEP). Diante dos dados coletados, criamos três gráficos interativos como instrumentos de análise: um sobre a distribuição de alunos migrantes e/ou refugiados por continente registrados nas escolas da rede pública e privada da cidade do Rio de Janeiro, um sobre a distribuição de alunos migrantes e/ou refugiados por continente registrados na rede pública da cidade e outro sobre a distribuição dos alunos migrantes e/ou refugiados por bairros da cidade.

Diante dessas informações, algumas questões vieram à tona, como por exemplo a que se deve a mudança do perfil dos países quando comparamos o panorama geral das escolas cariocas (rede pública e privada) e o recorte da rede pública. E, nesse contexto, quais são as consequências diante das diferenças nas infraestruturas de acolhimento e as condições de vida de cada perfil que preenche as vagas. A partir disso, o projeto busca discutir a importância de uma inclusão adequada para lidar com os obstáculos linguísticos, culturais e comportamentais, afastando ideias xenofóbicas e preconceitos, promovendo uma troca e aprendizado mútuo.

BIBLIOGRAFIA: MALKKI, Liisa. Refugees and Exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things. Annual Review of Anthropology, vol. 24, 1995. Relatório da Unesco "Migração, Deslocamento e Educação: construir Pontes, não Muros", 2017. Acesso em: 20/01/2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996_por SALTER, Mark. (2014) Theory of the /: The Suture and Critical Border Studies. Journal Geopolitics, Volume 17.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1697**

TÍTULO: **BIBLIOTECONOMIA SOCIAL: MAPEANDO A RELEVÂNCIA BIBLIOGRÁFICA DA AMÉRICA LATINA**

AUTOR(ES) : **BARBARA GONÇALVES, NATASHA SILVA VALLADÃO, NAYARA VITÓRIA CALDAS DA SILVA, AMANDA RAYOL SOLA DO ESPÍRITO SANTO**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO:

A Biblioteconomia Social apresenta aspectos a serem analisados e assuntos relacionados ao tema principal, tendo como base as necessidades informacionais dos indivíduos no contexto social. Este trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa "Biblioteconomia social e suas interseções: construção do estado da arte", que visa compreender esse campo de estudos a partir da análise da produção técnico-científica nacional e internacional. O trabalho aconteceu com a participação de uma autora e três coautoras, onde todas contribuíram com as mesmas fases de seu desenvolvimento. Trata-se de um estudo em andamento, que tem por objetivo mapear a produção de artigos científicos por meio de uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva com abordagem quanti-qualitativa a partir da análise do conteúdo dos artigos relacionados à temática Biblioteconomia Social na América Latina. O mapeamento dos artigos foi realizado com foco nessa região, englobando a maioria dos países da América do Sul e o México - único país latino na América do Norte. Foram recuperados 38 artigos entre o período de out. de 2020 e maio de 2021 utilizando as palavras-chave em português: "Biblioteconomia Social"; "Biblioteconomia Crítica"; "Biblioteconomia Progressista"; e em espanhol: "Bibliotecología Social"; "Bibliotecología Progresista"; "Bibliotecología crítica". Em uma nova busca, foram recuperados 37 artigos, entre jul. e set. de 2021 com os termos em português: "Biblioteconomia Radical"; "Biblioteconomia Guerrilheira"; "Biblioteconomia Subversiva"; "Biblioteconomia Alternativa"; "Biblioteconomia Política"; e em espanhol: "Bibliotecología Alternativa"; "Bibliotecología Política"; "Bibliotecología Guerrillera"; "Bibliotecología Radical"; "Bibliotecología Subversiva". Os mapeamentos foram realizados nas bases de dados: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Optou-se por incluir somente artigos de periódicos, utilizar aspas, não delimitar o período, buscar pelos termos em título, palavras-chave e resumo. Os resultados demonstraram que a Argentina e o Brasil apresentam o maior número de publicações, que começaram a crescer a partir da década de 2010. As problemáticas encontradas se destacam no uso dos termos para falar sobre outras temáticas e instituições específicas, onde a Biblioteconomia Social não é abordada como tema principal. São poucos os autores que discorrem sobre o assunto, existindo um número significativo de publicações de uma mesma pessoa. Conclui-se que o aumento no uso dos termos implica que a noção de uma Biblioteconomia mais social tem estado presente na visão da área, possibilitando enxergar de forma diferente daquela vista no passado, quando o foco estava em organizar e armazenar documentos. As próximas etapas são: análise qualitativa do conteúdo dos artigos e aprofundamento da análise qualitativa, a partir da bibliometria.

BIBLIOGRAFIA: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1708**

TITULO: **O PAPEL DA CIÊNCIA NA DEFINIÇÃO DO ILÍCITO**

AUTOR(ES) : **LUCAS TEIXEIRA REIS BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **MARGARIDA CAMARGO**

RESUMO:

Uma das interfaces identificadas entre o Direito e as ciências nos tribunais se dá quando as normas jurídicas dependem, para a definição do que é lícito ou ilícito, da orientação dos cientistas. Exemplo disso ocorreu no Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6421/DF, que teve como tema de fundo as mudanças na responsabilidade civil e administrativa de agentes públicos nos atos relacionados à pandemia pela Medida Provisória (MPV) nº 966/2020, que limitou a responsabilidade desses agentes às hipóteses de erro grosseiro e dolo, regime mais brando do que o estabelecido pela Constituição Federal. O tribunal, ao dar interpretação conforme à Constituição em dispositivo da MPV, conferiu papel determinante aos cientistas na definição de quais são decisões lícitas dos gestores públicos no combate à pandemia e quais não o são, definindo as hipóteses de erro grosseiro como aquelas em que se desconsidera os critérios técnicos e objetivos que dizem as ciências. O tribunal firmou tese no sentido de que configura erro grosseiro "o ato administrativo que ensejar violação ao direito à vida, à saúde, ao meio ambiente equilibrado ou impactos adversos à economia, por inobservância: (i) de normas e critérios científicos e técnicos (...) tal como estabelecidos por organizações e entidades internacionais e nacionalmente reconhecidas". Nesse contexto de interseção entre direito e ciências, torna-se problemática a aferição do consenso entre os especialistas, por parte de juízes e juízas. Como o próprio STF reconhece (PET 9.695/DF), os atores do sistema de justiça não têm conhecimento técnico suficiente para dizer qual é a melhor ciência, porque falta-lhes formação nesse âmbito, sendo incapazes, portanto, de adentrar em discussões técnico-científicas. Contudo, no bojo dessa PET, a Min. Rosa Weber aceitou a provocação da Procuradoria-Geral da República (PGR) no sentido de não haver consenso em uma matéria, reabrindo vista para que a PGR provasse a falta de consenso. Pode ser que assim seja sentida a necessidade de se estabelecerem critérios para a admissão de material científico em juízo, tal como feito pela Suprema Corte americana (SCOTUS) no caso *Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals* (1993), no sentido de afastar a má da boa ciência. Vale notar que esse episódio abre campo para a justificação externa da premissa maior que caracteriza o raciocínio lógico-dedutivo no direito, com apelo ao critério da razoabilidade medida na relação de causa e efeito possível de gerar o dano defeso em lei. O projeto de pesquisa trata das relações entre direito e ciências e o problema da segurança jurídica, tendo como objetivo específico compreender como e em que medida o Supremo Tribunal Federal baseia suas decisões no conhecimento científico durante a pandemia da Covid-19. Para tanto, são analisados casos concretos julgados pelo STF durante a pandemia, contrastando-os com o que a dogmática e a teoria do direito assentam.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MC ADI nº 6421/DF. Disponível em: <<https://bit.ly/3DDUEt>>. Acesso em: 13.10.2021. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Pet nº 9.695/DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2YQXvZo>>. Acesso em: 13.10.2021. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Supreme Court of The United States. *Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals, Inc.* (1993). Disponível em: <<https://bit.ly/3FLZ37u>>. Acesso em: 13.10.2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1716**

TITULO: **O PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA E AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO: O QUE NOS DIZEM OS ACORDOS E CONVENÇÕES FIRMADOS NO RIO DE JANEIRO?**

AUTOR(ES) : **ALICE MACIEL DOMINGUES**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO, JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA SOARES**

RESUMO:

O presente trabalho, realizado no âmbito do projeto "Direito do Trabalho e Pandemia", do grupo de pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ, busca refletir sobre as medidas jurídico-políticas implementadas no Brasil no contexto da pandemia de Covid-19, tendo como foco especial a aplicação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda nas negociações coletivas do município do Rio de Janeiro.

A proliferação do vírus da Covid-19 resultou numa crise humanitária não apenas por seus aspectos sanitários, mas também por seus impactos sobre os mercados e as relações de trabalho. As medidas cientificamente recomendadas para evitar a disseminação do vírus e proteger a vida restringiram o fluxo de pessoas e provocaram a interrupção das cadeias de produção e consumo. Nesse cenário, os temas do mundo do trabalho revelaram-se centrais para se pensar as condições de reprodução da vida em sociedade e para a elaboração de políticas públicas em tempos pandêmicos.

No Brasil, com o intuito declarado de conter os efeitos deletérios da pandemia sobre a economia e o mercado de trabalho, foi instituído um conjunto de políticas de emergência, dentre as quais, a Medida Provisória 936/20, posteriormente convertida na Lei 14.020/20, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

O presente trabalho busca lançar luz sobre a relação entre a referida legislação heterônoma e as fontes autônomas do Direito do Trabalho provenientes das negociações coletivas. Para tanto, além de um levantamento e uma análise detalhada sobre a legislação pandêmica, foram consultados instrumentos coletivos registrados no Sistema Mediador da Secretaria de Relações do Trabalho, com período de vigência entre abril e setembro de 2020, período em que os efeitos da pandemia sobre a economia foram mais críticos no país. Nesse universo, a partir de uma análise individualizada, foi realizado o levantamento de 152 instrumentos firmados no município do Rio de Janeiro e que tinham o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda como objeto. Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre o contexto e as interações em que foram realizadas as negociações coletivas, também realizamos entrevistas com roteiro semi-estruturado com dirigentes sindicais e representantes do setor jurídico de sindicatos.

Os achados da pesquisa são explanados considerando-se a categoria profissional atingida, o período de vigência do instrumento, o enquadramento como acordo ou convenção coletiva, os sindicatos convenientes e a determinação das cláusulas frente à legislação.

BIBLIOGRAFIA: ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Boitempo, 2020. BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1 de abril de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1 abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 3 nov. 2020. DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. *Relações de Trabalho, Reformas Neoliberais e a Pandemia do Covid-19: as Políticas para o Trabalho no Epicentro da Estratégia de Saúde Coletiva*. Re

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1729**

TÍTULO: **O JOVEM GOETHE E O DIREITO: UM ESTUDO SOBRE GÖTZ VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO**

AUTOR(ES) : **PEDRO ALVES CAVALCANTI**

ORIENTADOR(ES): **FABIO PERIN SHECAIRA**

RESUMO:

Johann Wolfgang Goethe é um dos grandes nomes da literatura universal. Um tema comum a todas as suas obras relevantes é o conflito do desenvolvimento do indivíduo com o todo social. Em *Götz von Berlichingen da mão de ferro*, sua primeira obra publicada – e pouco estudada no Brasil –, não é diferente. Situada na virada do século XV para o XVI, período decisivo para a história da Alemanha, Goethe retrata as diferentes classes sociais e as consequências do movimento da história na individualidade dos personagens. Além de representar a primeira grande obra do movimento literário *Sturm und Drang*, trata-se possivelmente do mais importante drama histórico alemão. Sua relevância para o Direito revela-se de maneira plena quando analisados tanto o contexto próprio do drama, quanto a trajetória de Goethe. Por meio de uma ampla configuração da realidade, o jovem poeta foi capaz de, dentre outras coisas, explorar como as reformas jurídicas do período – nomeadamente a criação da Suprema Corte Imperial e a proibição do chamado *Faustrecht* (direito a guerras privadas) – impactaram a existência de uma classe social inteira. Parte do material histórico que embasou a peça foi extraído dos estudos jurídicos empreendidos por Goethe. Esta pesquisa ambiciona, nesse sentido, a analisar como aparece o fenômeno jurídico no drama e como as críticas ao direito feitas por Goethe relacionam-se com sua própria experiência de estudante e com o atrasado desenvolvimento alemão. Para tanto, mostrou-se necessário um estudo detido; da biografia de Goethe, focando nas considerações de sua relação com seu tempo e com o direito; de pesquisas sobre o processo histórico alemão e de sua *intelligentsia*; e de diversas interpretações e análises do *Götz von Berlichingen da mão de ferro*, centrais para uma leitura cuidadosa da obra. Desse modo, optou-se por dividir a pesquisa em duas partes. Primeiro, um breve sobrevoo pelo desenvolvimento da história e da *intelligentsia* alemãs, com o intuito de preparar o terreno para uma análise do específico da trajetória do jovem Goethe, fortemente marcada pelo direito. Segundo, uma análise do *Götz von Berlichingen* com os objetivos de; esclarecer os motivos de Goethe retornar aos séculos XV e XVI, na medida em que tal retorno se relaciona com os impactos das forças sociais e jurídicas de seu tempo; e de abordar como as individualidades dos personagens Götz von Berlichingen e Weislingen se desenvolvem e se modificam por conta da mudança histórica e jurídica. A hipótese de pesquisa era de que o direito constituía parte significativa não apenas da vida do jovem Goethe, mas do próprio objeto do drama, o que se confirmou em larga medida ao longo do trabalho. A metodologia utilizada foi essencialmente a de interpretação literária e exegese de textos, levando sempre em consideração os contextos históricos. Como resultado parcial, intenciona-se demonstrar que *Götz von Berlichingen* figura no âmbito das obras relevantes para o campo de “direito e literatura”.

BIBLIOGRAFIA: GOETHE, Johann Wolfgang. De minha vida: Poesia e Verdade. Tradução de Mauricio Mendonça Cardozo. 1ª Edição. São Paulo. Editora Unesp, 2017. GOETHE, Johann Wolfgang. Götz von Berlichingen da mão de ferro. Tradução de Felipe Vale da Silva. 1ª Edição. São Paulo. Aetia Editorial, 2020. LUKÁCS, György. O romance histórico. Tradução de Rubens Enderle. 1ª Edição. São Paulo. Boitempo, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1734**

TÍTULO: **RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O VII FÓRUM DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO - PESQUISAS E PRÁTICAS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **DARCYLENE VALENTE DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **NYSIA OLIVEIRA DE Sá, MARIANNA ZATTAR**

RESUMO:

Apresenta relato sobre as experiências adquiridas e as atividades desenvolvidas pela extensionista durante a organização e realização do VII Fórum de Competência em Informação – Pesquisas e Práticas no Rio de Janeiro, cujo objetivo geral é promover a troca de pesquisas, estudos, práticas e diálogos no campo da competência em informação a partir de conversas entre pessoas da comunidade discursiva. O Fórum foi criado em 2015 e é organizado pela Rede de Competência em Informação do estado do Rio de Janeiro (Rede ColInfo) desde 2018. Neste ano de 2021, em sua segunda edição remota, o evento realizou-se nos dias 28, 29 e 30 de setembro, a partir das 14h, através do canal da Rede no Youtube e versou sobre o tema “Qual o sentido da crítica?”. O conceito de competência em informação (ColInfo), traduzido do termo “*information literacy*”, diz respeito a um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas por um indivíduo, a fim de que este saiba reconhecer quando possui uma necessidade de informação, bem como onde deve buscá-la, de que forma avaliá-la e utilizá-la de maneira eficaz, crítica e ética (ZATTAR, 2020). Já o conceito de competência crítica em informação (*critical information literacy*) evidencia, por sua vez, a perspectiva crítica ao considerar a autonomia dos sujeitos no processo de aprendizado e relação com a informação (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019). As ações desenvolvidas pela extensionista envolveram o âmbito da divulgação e organização do Fórum, cabendo-lhe o apoio na criação de artes e gestão das mídias da Rede nas fases pré e pós-evento, além do suporte ao monitoramento do chat durante a realização das transmissões ao vivo e à emissão de certificados aos palestrantes, mediadores e ouvintes. A discente também participou de reuniões em que foram discutidos, entre outros assuntos, aspectos pontuais sobre a organização do evento e realizados grupos de estudos sobre competência em informação. O projeto possibilitou maior interação da extensionista com pesquisadores e discentes e trouxe experiências significativas na organização de eventos científicos, uma vez que pôde atuar nas diferentes etapas que constituem o seu processo de planejamento e execução, além da troca de aprendizado proporcionada pelo trabalho em equipe. A extensão gerou como resultados tanto a comunicação quanto a divulgação científica (BUENO, 2010), isto é, a promoção de diálogos sobre competência em informação entre os pares e a divulgação sobre as pesquisas e práticas desenvolvidas e/ou em andamento na área para a sociedade. Assim, espera-se que este projeto contribua para o surgimento de outras iniciativas de competência em informação, favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica e ética no âmbito informacional, capaz de reconhecer suas necessidades de informação, de buscar, avaliar e selecionar fontes confiáveis e relevantes em diversos tipos de ambientes.

BIBLIOGRAFIA: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. A. F.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 29, n. 3, 2019. BUENO, Wilson Costa. *Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais*. *Informação & Informação*, v. 15, n. 1 Especial, p. 1-12, 2010. ZATTAR, M. Competência em informação e desinformação no contexto da pandemia de covid-19. *Liinc em revista*, v. 16, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1744**

TÍTULO: **FUNÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA: UMA LUTA EM VÁRIOS CAMPOS**

AUTOR(ES) : **GABRIEL DA CONCEIÇÃO GORRESEN CARDOSO**

ORIENTADOR(ES): **SORAYA SILVEIRA SIMÕES**

RESUMO:

O presente estudo tem o intuito de analisar o financiamento de pesquisa no Brasil, destacando as instituições, as influências e os temas que orientaram a destinação de verbas para a pesquisa, a partir, especialmente, de 2015 com uma maior pressão política pelos recursos públicos da pesquisa científica, seja com diminuição de investimento públicos para pesquisa e instituições públicas, e pelas alterações legislativas como Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 13.243/2016. Com isso, pretendemos compreender o estabelecimento de paradigma de resultado que tem sido objeto de críticas formuladas pela academia e que gera, também, conflitos éticos e morais baseados em uma política que contrasta uma ciência "útil" (hoje chamada pelas agências de fomento de "prioritária") a uma outra, supostamente "inútil". Nessa dicotomia, a ciência "útil" produziria um tipo de conhecimento passível de apropriação mercantil, enquanto a ciência "inútil" produziria conhecimento crítico ao, entre outras coisas, modo de produção extrativista e à espoliação de territórios de vida ameaçados pela sociedade capitalista.

A escolha, pelo atual governo do país, de um astronauta para a pasta de Ciência e Tecnologia (como se esta identidade fosse garantia de uma boa gestão na área da ciência) e pelos ataques reiterados às humanidades, em particular, e às universidades públicas, de maneira geral, desqualificadas, pelo governo, como sede de "balbúrdias" (onde identidades não hegemônicas e ativismos de várias ordens pululam), são dados que sustentam a brutal disputa que visa distinguir a produção científica a partir de um critério de utilidade que vem associar-se ao paradigma de resultado, este também objeto da crítica das ciências sociais.

Pretende-se, portanto, evidenciar e analisar: 1) as tensões que envolvem a política de financiamento da pesquisa no Brasil e os atores que influenciam as políticas de financiamento; 2) as consequências do 'paradigma de resultado', que fomenta a competitividade e o produtivismo acadêmico, sobrecarregando pesquisadores, segregando e hierarquizando, também, as áreas do conhecimento; 3) um estudo de caso sobre a pesquisa/setor aeroespacial (que contempla a pesquisa de foguetes e satélites), de instituições públicas de pesquisa com o sucessivo desinvestimento de pesquisas, além da implementação de um Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, sobre terras quilombolas, tendo como finalidade o usufruto internacional; 4) os conflitos gerados quando a 'ciência' é tratada como algo sobreposto à sociedade e direitos fundamentais dos povos, por exemplo, deixam de ser observados e suas terras, espoliadas e apropriadas para finalidades outras, pretensamente justificadas em nome da ciência.

Nos parece ser esta uma discussão atual, que permeia todo o campo científico e o coloca em confronto com outras epistemologias, exigindo de nós reavaliar os financiamentos de pesquisa sob uma nova ótica, não mais baseada no campo dos resultados.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1767**

TÍTULO: **AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICAS UTILIZADAS PELA EQUIPE DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO NO ANO DE 2021: FLUXO INFORMACIONAL DO PERIÓDICO E SUAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**

AUTOR(ES) : **RAFAEL ASSUNÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

Descreve as atividades desenvolvidas no plano de trabalho "Fluxo Informacional e Gestão em Periódico Científico: Revista Conhecimento em Ação (RCA)", no âmbito do projeto PIBIC intitulado "Comunicação e Divulgação Científica: Conhecimento em ação nas redes sociais", no período de 2021 até o mês de outubro. Os objetivos são analisar o fluxo informacional da RCA; observar as tecnologias intelectuais relacionadas ao uso e compartilhamento de informações; propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política de informação voltada para a divulgação científica; propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política de informação voltada para a comunicação científica. O campo empírico da pesquisa foi o periódico científico Revista Conhecimento em Ação (RCA) e suas redes sociais digitais (Instagram, Twitter, Facebook e blog). Foram implementadas ações de informação e desenvolvidas estratégias de comunicação e divulgação científicas, visando a otimizar e qualificar a gestão da RCA, assim como democratizar o conhecimento científico. Neste sentido, foi utilizada como orientação metodológica a pesquisa-ação, pois o plano de trabalho, além de refletir sobre a temática e gerar novos conhecimentos em nível epistemológico, tem a intenção de interferir no campo da pesquisa, através de ações e estratégias de informação e gestão. A pesquisa continua em andamento, mas parte dos objetivos foram atingidos, como o aumento do engajamento do público na página de Instagram da revista, atingindo mais de 3000 seguidores de diversos países, principalmente lusófonos e hispanófonos. Além disso, durante o período de pesquisa, houve a produção, edição e publicação de mais de 20 vídeos e 10 ensaios nas redes sociais da revista, alguns ainda em produção, contribuindo para o avanço da divulgação científica por meio das plataformas digitais e em parceria com diversos autores do campo da Ciência da Informação. Alguns dos resultados já foram compartilhados em artigo publicado em periódico científico, além de uma parte ter sido enviada para avaliação e publicação como capítulo de livro. Conclui-se assim, que, além de a pesquisa ter contribuído para o diálogo com um público mais plural contribuindo para a democratização da ciência através das redes sociais digitais, ela tem produzido resultados que estão sendo compartilhados com a comunidade científica, por meio de artigos e outras publicações acadêmicas; tal cenário está alinhado com o objetivo do plano do projeto em contribuir para o desenvolvimento de políticas de informação voltadas para a comunicação e divulgação científica.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, G. H. A. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 11, n. 1, p. 6-19, 2006. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35812>. BUENO, W. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1790**

TÍTULO: **PROTÓTIPO DE MICROTESAURO DE GÊNEROS MUSICAIS**

AUTOR(ES) : **FELIPE SILVA IZIDORO DA FONSECA, CAROLINA VALDEZ NUNES REICHEL, FELIPE CHAGAS GONCALVES, KALENA DE CARVALHO CORREIA, MATHEUS SOBRAL PAIVA, VICTORIA DE LUCENA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES**

RESUMO:

A contínua evolução e expansão informacional no mundo contemporâneo ilustrada pelo advento da sociedade de informação e sociedade do conhecimento demandam a reflexão sobre os sistemas de recuperação da informação, organização e suas formas de tratamento. A análise da informação de documentos musicais suscita uma leitura diferenciada para a identificação dos conceitos voltados à representação e recuperação da informação. Os tesouros podem ser considerados como um dos tipos de vocabulários controlados caracterizando-se por ser um instrumento estruturado e dinâmico com regras específicas dotados de complexidade que visam controlar os termos aptos a serem utilizados para a representação temática do conteúdo através da padronização, bem como arrolando as relações semânticas estabelecidas entre os termos. O objetivo principal é desenvolver um modelo conceitual de sistema de organização do conhecimento, particularmente um protótipo de microtesauro de gêneros musicais, na área de Musicologia, a partir da análise documentária, representação da informação e organização do conhecimento publicado em artigos de periódicos em língua portuguesa. Este estudo surge a partir da disciplina de Análise da Informação do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e utiliza como aporte teórico e empírico metodológico abordagens interdisciplinares, voltadas para a análise documentária, em especial a classificação facetada, a teoria geral da terminologia, a teoria do conceito e a organização do conhecimento, sob a perspectiva da linguística documentária. Do ponto de vista metodológico realizou-se, no primeiro momento, busca na Plataforma Sucupira a fim de selecionar os periódicos consoante a listagem classificatória Qualis CAPES Quadriênio 2013-2016, restritos à área de Artes, o que resultou na escolha da Revista OPUS (*Qualis A1*), Revista Música Hodie (*Qualis A2*) e Revista DEBATES (*Qualis B2*). Em sequência adotamos a metodologia de leitura dos títulos de artigos e seus resumos, resultando na seleção de nove artigos publicados entre os anos de 2009 e 2019. A partir desta seleção foi realizado a leitura do inteiro teor de cada artigo levantando os termos a serem utilizados que possuíam relação com a área de gêneros musicais, o que resultou na construção preliminar de um glossário sobre o tema, em seguida, procedeu-se com a organização dos conceitos associados aos termos selecionados, bem como o controle de sinônimos e variações entre os termos para a construção do protótipo totalizando cento e dezessete termos organizados com base nos conceitos analisados e elaboração das relações lógicas, ontológicas e de equivalência. Notou-se a preponderância de termos relacionados a música brasileira, samba, choro, lundu, guitarra, rock, blues e variações regionais, assim, sugere-se a continuidade da pesquisa para aprofundamento.

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 11, n. 3, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32349>. Acesso em: 02 out. 2021. NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Informação & Informação*, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34088>. Acesso em: 01 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1795**

TÍTULO: **GESTÃO DE REDES SOCIAIS DIGITAIS NO CONTEXTO DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO (RCA)**

AUTOR(ES) : **HUGO SUZART PINTO**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

No contexto da sociedade em rede descrita por Castells (2008), onde a tecnologia penetra cada vez mais em todas as atividades humanas, observamos a crescente interação que ocorre no ciberespaço. Nesta sociedade os sites de redes sociais se tornaram ambientes de intensa troca informacional, pois muitos pesquisadores buscam nesses espaços "manter consciência sobre as últimas notícias e informações, divulgar informações, interagir com diversos públicos, conectar-se com colegas em redes profissionais" (MANCA; RANIERI, 2016; VELETSIANOS; KIMMONS, 2016; VAN NOORDEN, 2014 apud YE; NA, 2018, p. 1065, tradução nossa). Neste sentido, a pesquisa busca observar a presença da Revista Conhecimento em Ação (RCA) do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nesses ambientes. Para isto, tem como objetivos analisar o uso dos perfis nos sites de redes sociais Facebook, Instagram e Twitter, vinculados à RCA; implementar estratégias que buscam aprimorar esse uso. Observa as especificidades e características de cada uma dessas plataformas, bem como as suas potencialidades; avaliar o uso dessas plataformas como ferramentas de marketing de informação, a fim de captar potenciais usuários para a RCA. Procura também acompanhar as trocas que ocorrem nesses ambientes, entre indivíduos e atores sociais (AGUIAR, 2007), no âmbito da comunicação e divulgação científicas. Utiliza como metodologia a pesquisa-ação, pois a pesquisa em seu plano de ação busca intervir nas estratégias utilizadas na administração dos perfis nos sites de redes sociais pela RCA. Obteve como resultados parciais: comprovar o maior potencial de alcance das publicações através do Instagram frente ao Facebook e Twitter, visto que em nossos relatórios a rede apresentou os melhores números; a verificação dos horários e dias de maior tráfego dentre os seguidores das páginas nas plataformas, trazendo, através dos dados obtidos de cada rede, recursos para que a equipe planeje melhor as datas e horários de postagens; o mapeamento das convergências e especificidades de cada plataforma, através do desempenho dos diferentes tipos de publicações. É importante destacar que a pesquisa confirmou as vantagens da utilização dessas plataformas como instrumento de marketing, possibilitando uma melhor compreensão da comunicação e divulgação científicas no ciberespaço.

BIBLIOGRAFIA: AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos. Anais [...]. Santos: Intercom, 2007. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. YE, Y. E.; NA, J. C. To get cited or get tweeted: a study of psychological academic articles. *Online Information Review*, [s. l.], v. 42, n. 7, p. 1065-1081, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-08-2017-0235>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1817**

TITULO: **O RETORNO PRESENCIAL EM ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **VICTOR HUGO DE OLIVEIRA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **GABRIEL EDUARDO SCHUTZ**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente o planejamento de retorno às atividades presenciais em dois órgãos específicos da Administração Pública, sendo um deles parte integrante do Poder Judiciário, mais especificamente um setor de linha de frente, com atendimento direto ao público, e o outro a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para tanto, busca-se cotejar as medidas planejadas pela Alta Administração dos dois órgãos, analisando-se o contexto social e político no qual estão imersos. Da mesma forma, foram investigadas as providências adotadas no período inicial da pandemia, no curso do ano de 2020 e 2021, sobretudo nos últimos meses, levando-se em conta, inclusive, o início do Programa Nacional de Vacinação. Com isso, além de comparar, o trabalho analisou, à luz dos aspectos relacionados à Vigilância em Saúde, as decisões tomadas e o impacto dessas decisões no corpo social de cada órgão, bem como no público-alvo de cada serviço público prestado, seja na área jurisdicional ou na área de educação. Nesse sentido, através da análise documental de leis, portarias, decretos e diversos planos elaborados pelos administradores, buscou-se demonstrar o que seria um planejamento de retorno acertado, atrelado tão somente a critérios técnicos, comparado a outro, que parece estar mais comprometido com decisões avaliadas politicamente e não em fundamentos técnicos. Entende-se relevante a presente análise comparativa, pois no caso específico da pandemia do novo Coronavírus e do iminente retorno às atividades presenciais, tais decisões, se açodadas ou desprovidas de estudos específicos podem impactar na vida de funcionários, familiares e da população em geral. Portanto, conclui-se que, mesmo na Administração Pública Federal, sabidamente vinculada a princípios constitucionais e à legislação infraconstitucional, muitas decisões são tomadas sem que parâmetros técnicos sejam levados em conta.

BIBLIOGRAFIA: FIHO, MJM et al. A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19 Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 45, 2020; FREITAS, C. M.; SCHUTZ, G. E. Percepção de risco. In: TEIXEIRA, P.; CARDOSO, T. A. O.; TEIXEIRA, M. (Coord.). Curso de Especialização em Biossegurança em Laboratórios de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2005. ROCHA, Sheila Sotelino. Invisibilidade de situações de risco biológico no campo da Saúde Pública: desafios de bioss

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1836**

TITULO: **CAUSAS PROGRESSISTAS E NOVAS ESTRATÉGIAS PUNITIVAS: O CASO DAS PETIÇÕES ONLINE**

AUTOR(ES) : **LUIZA SANCHO VIVAS DE CASTRO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

A partir do interesse em analisar e entender como que se dão estratégias e demandas punitivas no âmbito de atuação e luta por direitos relativos a causas identificadas como progressistas, foi concebido o grupo de pesquisa, coordenado pelo Prof. José Roberto Xavier, no qual este projeto se encontra. O paradoxo existente na mobilização de instrumentos e sistemas violadores de direitos por parte de movimentos que defendem direitos humanos (como os movimentos feminista, antirracista, LGBT etc.) foi o ponto de partida de muitos dos projetos que faziam parte do referido grupo.

A presente pesquisa se debruçou sobre as manifestações por justiça dispostas em petições online referentes às referidas causas progressistas. O objetivo foi compreender como a demanda por justiça se concretiza nos textos que instruem tais petições, bem como analisar seus outros elementos: "justiça" seria um incremento de pena ou a criação de novos tipos penais? Poderia ser traduzida meramente em manifestações punitivas? Ou seria a demanda por encarceramento de determinados agentes? Quais são os pedidos mais comuns e quais argumentos embasam tais demandas? Quem são aqueles que elaboram petições e para quem endereçam seus pleitos?

Para responder a tais questionamentos, a metodologia empregada foi a pesquisa empírica qualitativa, por meio da análise de documentos. Foram analisados, superficialmente, mais de mil abaixo-assinados na plataforma Change.org e selecionadas, por fim, para consolidação do material empírico, 145 petições. A seleção se deu a partir de quatro causas representativas - direitos das mulheres, direitos LGBT, movimento antirracista e direitos dos animais - e foram sistematicamente filtradas, por meio de critérios objetivos, para compor o material final a ser analisado.

Foram muitos os resultados interessantes obtidos ao longo da pesquisa, mas aponto como um dos mais importantes a constatação de que os elementos contidos nas petições analisadas, em especial seus pedidos e justificativas, promovem uma reativação da racionalidade penal moderna (RPM), quadro teórico explicado por Pires (1998).

Neste sistema de pensamento, temos uma obrigatoriedade de punição que passa, necessariamente, pela imposição de sofrimento ao apenado, sendo impossível pensar em soluções alternativas para determinados conflitos. Esse pleito, assim como justificado na RPM, muitas vezes se dava por meio de argumentos que remetiam às teorias da pena surgidas no século XIX. Assim, o condenado deveria receber uma pena severa para que sofresse de forma proporcional ao mal que perpetrou (relativo às teorias retributivas) ou para que não mais delinquisse e para que sua punição dissuadisse outros da prática de delitos (teorias da dissuasão) - lógica muito reproduzida tanto nos pedidos quanto na fundamentação dos abaixo-assinados analisados.

BIBLIOGRAFIA: PIRES, A. La formation de la rationalité pénale moderne au XVIIIe siècle. In: DEBUYST, C.; DIGNEFFE, F.; A., PIRES (Org.). Histoire des Savoirs sur le Crime et la Peine 2. Bruxelles: De Boeck Université, 1998.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1838**

TÍTULO: **TRANSPARÊNCIA FISCAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA OPACIDADE DAS PREVISÕES**

AUTOR(ES) : **VITOR LEITE ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **JOSEPH DAVID BARROSO VASCONCELOS DE DEUS**

RESUMO:

A transparência fiscal é extensamente conhecida como a prática de divulgação ampla, clara, acurada, confiável, de qualidade e tempestiva de informações a respeito dos planos, execução e consequências das ações de gastos e arrecadação do governo. Além da divulgação de informações de gastos e receitas, o governo também é responsável por realizar previsões macroeconômicas que alimentam a etapa de planejamento orçamentário. Nesse sentido, a transparência fiscal vem sendo interpretada como um fenômeno de múltiplas dimensões e, dentro dessa interpretação, os insumos das previsões fiscais e orçamentárias passam a ser uma dimensão relevante como apontado em Kopits e Craig (1998). Para que se elabore um plano orçamentário factível de ser executado é necessário que ele esteja baseado em boas estimativas de previsões. No entanto, é reconhecido em vasta literatura que o governo pode se utilizar oportunamente da fase de planejamento orçamentário ao criar previsões otimista com a finalidade de expandir seus gastos (MEROLA e PEREZ, 2013). Uma das múltiplas dimensões associadas a falta de transparência fiscal pode ser, portanto, capturada por uma medida de opacidade das previsões. Nesse sentido, temos o objetivo de verificar apenas a qualidade e a acurácia estatística dos dados de previsão orçamentária e de outras variáveis macroeconômicas que servem de insumo ao processo orçamentário como uma maneira de analisar a referida dimensão (aquela associada à opacidade nas previsões) da transparência fiscal aplicado ao caso brasileiro. Não condiz com o nosso objetivo verificar todas as dimensões associadas ao conceito de transparência, mas apenas uma delas. Devido a dificuldade de dados de previsões fiscais para englobar todas as esferas governamentais, o estudo tem como foco o governo geral consolidado. O método conta com uma abordagem quantitativa em que se realiza o cálculo da medida de erro de previsão para um conjunto de variáveis econômicas no período de 2003 a 2020, seguida por uma análise de eficiência e acurácia estatística das previsões. Como resultado preliminar chegamos a confirmar que as previsões fiscais sofreram de baixa qualidade e eficiência sendo, portanto, constatado um indicio de opacidade que compromete um dos pilares da transparência fiscal. Resultados de baixa qualidade de dados de previsão orçamentária tem sido reportados também para outros países, sobretudo em países da Europa e OCDE (ALT e LASSEN, 2006). Tem sido cada vez mais frequente a advertência de criações de instituições fiscais independentes para mitigar o viés político sobre os dados de previsão que comprometem a dimensão de previsões acuradas associadas a transparência das ações orçamentárias do governo.

BIBLIOGRAFIA: ALT, J. E.; LASSEN, D.D. (2006). "Fiscal Transparency, Political Parties, and DEBT in OCDE Countries". *European Economic Review*, vol. 50(6), 1403-1439. KOPITS, G; CRAIG, J. (1998) "Transparency in Government Operations". *IMF Occasional Paper*, n. 158. MEROLA, R., PEREZ, J. J. (2013), "Fiscal Forecast Errors: governments versus independent agencies?". *European Journal of Political Economy*, 32(C), 285-299.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1877**

TÍTULO: **FAVELAS IRRECUPERÁVEIS - OS MORROS CARIOCAS E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DO ESTADO DA GUANABARA**

AUTOR(ES) : **VITOR JORGE GONÇALVES VASCONCELOS**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O prólogo do filme *Cidade de Deus* começa com a história do Trio Ternura (Marreco, Alicate e Cabeleira), ambientado no período em que os primeiros moradores do conjunto habitacional chegaram ao local, em 1966. O narrador do filme e personagem principal, Buscapé, diz que a alocação na região deu-se por conta das fortes enchentes e incêndios que algumas regiões do Estado da Guanabara vinham enfrentando, considerando que seus residentes foram vítimas de tais eventos.

Apesar disso, existem várias formas de contar a mesma história. Há quem sustente que as alocações teriam sido por conta da especulação imobiliária na zona sul carioca, o que exigiria a desocupação de suas favelas. E, em versão diferente, que seria em função do afastamento gradual e da gestão dos indesejáveis.

Assim, pode-se admitir que a história do Rio de Janeiro (ou Estado da Guanabara) se mistura com o surgimento das favelas. E para que seja possível compreender como a Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara (ACG) chegou ao texto promulgado na Constituição do novo ente federativo, é preciso dar alguns passos para trás e compreender como a sociedade vinha construindo sua opinião sobre o povo favelado, considerando veículos de comunicação e discursos políticos.

A expressão *favelas irrecuperáveis* foi consagrada na norma. Contudo, compreender seu real significado demanda o mesmo esforço que o aplicador do direito tem ao interpretar termos como: ordem pública, moral social ou reputação ilibada, tão comuns no contexto atual.

A favela surge no texto constitucional estadual em 3 artigos, os quais tiveram sua eficácia perpetuada ao longo dos governos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas. Assim, partindo-se do pressuposto de que uma Constituição tem por finalidade elencar direitos, definir garantias e atribuir deveres, questiona-se: como os deputados da ACG abordaram o processo de favelização na Guanabara? O que as discussões apresentam, em termos de significado dos pronunciamentos, além de suas implicações práticas? É possível dizer que tais regulamentações ainda possuem impactos práticos, no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro?

Dessa forma, pergunta-se: por que e como os parlamentares observaram a favela no texto da Constituição do Estado da Guanabara? Compreender isso, é o objetivo desta pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara - o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. FGV. Rio de Janeiro. 2000. 164 p. PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara - a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Odisseia Editorial. 2007. 319 p. SOCIEDADE PARA ANÁLISE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADA AOS COMPLEXOS SOCIAIS (SAGMACS). *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. O Estado de São Paulo. São Paulo. 1960a. 40p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1906**

TÍTULO: **O IMPACTO DA VIDA ACADÊMICA NO COMPORTAMENTO DE LEITURA DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **THALLIANY DA SILVA OTTONI**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**

RESUMO:

Considerando a importância da leitura na formação e na atuação profissional do bibliotecário, a presente pesquisa tem como objetivo compreender o impacto da vida acadêmica no comportamento de leitura dos estudantes do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O referencial teórico aborda a visão de leitura de autores como Paulo Freire, Eliana Yunes e Michèle Petit. Em seguida, apresenta a relação do tema com a prática bibliotecária, a relevância da leitura na vida acadêmica e as pesquisas anteriores sobre leitura e estudantes de Biblioteconomia. A pesquisa se caracteriza como descritiva, empírica e de abordagem mista, tendo o questionário online como técnica de coleta de dados. A população é composta por todos os estudantes do CBG/ UFRJ com matrícula ativa e a amostra foi constituída por aqueles que responderam ao questionário. A análise das questões fechadas foi realizada de forma quantitativa, enquanto a das questões abertas foi feita a partir de categorizações, com base na análise de conteúdo. Os resultados apontam que as características pessoais (local de residência; com quem mora; renda familiar) e acadêmicas (campus em que estuda; período; situação profissional) dos estudantes influenciam no comportamento de leitura. O perfil leitor dos estudantes que responderam o questionário é de pessoas que gostam de ler no tempo livre por lazer e/ ou para adquirir informação/ conhecimento. As principais mudanças que ocorreram no comportamento de leitura durante a graduação foram: alteração na principal motivação para ler (de prazer, lazer e entretenimento passou para exigência estudantil); mudança nos materiais lidos, com ênfase para o aumento de leitura técnico-científica, recomendada pelos professores; novos atores como incentivadores da leitura (professores, colegas de curso); ampliação do interesse pela leitura, envolvendo novos tipos e gêneros literários; aumento da leitura obrigatória ou recomendada (aquela realizada por exigência acadêmica ou por indicação de professores) e diminuição do tempo dedicado à leitura recreativa (aquela efetuada no tempo livre e por vontade própria para fins de entretenimento ou diversão) e, conseqüentemente, da quantidade de leitura recreativa. Conclui-se que a vida acadêmica tem impacto no comportamento de leitura dos estudantes na medida em que estes passam a ter a leitura de tipo obrigatória como a mais frequente, tendo menos espaço para a leitura recreativa; ao mesmo tempo, os estudantes passaram a ampliar o seu universo literário, a partir das trocas com os colegas, assim como os que não tinham a leitura como frequente, passaram a se interessar mais por ela.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 44. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. PETIT, Michèle. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. YUNES, Eliana. Pelo avesso: a leitura e o leitor. Letras, Curitiba, n. 44, p. 185-196, 1995. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19078/12383>. Acesso em: 13 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1908**

TÍTULO: **INOVAÇÃO SOCIAL E ECONOMIA CRIATIVA NO VIDIGAL**

AUTOR(ES) : **KLEITON MOURA, MILLA CRISTINE ALMEIDA DA SILVA, JULIA CHAVES GIGLIO**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON, DALIA MAIMON SCHIRAY, CRISTINE CLEMENTE DE CARVALHO, MIRIAM MAIA CAVALCANTE**

RESUMO:

A Economia Criativa utiliza a criatividade e o capital individual como principais fatores de produção (Cunningham, 2002). Esse processo valoriza, além de seus resultados econômicos, a originalidade e os aspectos culturais locais, gerando propriedade intelectual e impulsionando a própria inovação que provoca mudanças sociais e melhora a qualidade de vida dos indivíduos. O Projeto Inovação social e economia criativa no Vidigal, em andamento a partir do edital interunidades do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, visa compreender a dinâmica econômica e social, relativa à cultura local, em um território periférico. O estudo tem como objetivo colaborar para a expansão do conhecimento sobre a economia criativa no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, através de uma análise multicaso de empreendimentos criativos na favela do Vidigal. Quando a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP chegou no Vidigal, em 2010, a comunidade, antes de difícil acesso devido ao tráfego e à violência, começou a receber notoriedade não só por ter uma vista privilegiada, mas também pelos novos empreendimentos turísticos e eventos musicais em lajes. Qual o impacto dessa nova dinâmica cultural no território? Bonamichi (2020) lança mão do conceito de gentrificação turística para explicar tais impactos na formação da identidade cultural local. Os estudantes envolvidos no projeto realizaram a leitura de bibliografia sobre o tema, o mapeamento de empreendimentos criativos e irão aplicar entrevistas junto aos responsáveis pelos mesmos. Até o momento, a equipe observou, por exemplo, a força da organização "Nós do Morro" na formação de artistas e técnicos atuantes no sistema audiovisual nacional. Além desta, empreendimentos criativos e organizações não governamentais vem promovendo arte e cultura no Vidigal. Com o desenvolvimento desta pesquisa, busca-se dar relevância às características culturais e à dinâmica do território como motores de inovação social e economia criativa em áreas periféricas no município do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: BONAMICHI, N. C. Favela olímpica e pós-olímpica - um olhar atualizado sobre as dinâmicas comerciais e turísticas no Vidigal no período 2012-2018. E-metropolis, n. 40, ano 11, 2020. CUNNINGHAM, S. D. From cultural to creative industries: theory, industry, and policy implications. Media international Australia incorporating culture and policy. Quarterly Journal of Media Research and Resources, n. 102, 2002. MIRANDA, I. ; FORTUNATO, A. O turismo sobre o morro do Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil): uma análise exploratória. Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio-agosto de 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **1923**

TÍTULO: **POPULARIDADE CIENTÍFICA DE DOCENTES/PESQUISADORES DA UFRJ: ANÁLISE CIENTOMÉTRICA NA ÁREA DE MEDICINA**

AUTOR(ES) : **LARISSA SILVA COSTA, BIANCA DE LÁIA VICENTINI**

ORIENTADOR(ES): **VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS**

RESUMO:

A pesquisa analisa a popularidade de artigos científicos na área de Medicina de autoria de docentes/pesquisadores do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina (PPGFM) da UFRJ e insere-se no Projeto PIBIC "Análise cientométrica da produtividade e popularidade de autores, em domínios científicos especializados". A seleção da área se justifica por ser o Módulo I do projeto e área prioritária da política científica do país. Definiram-se como população de estudo, docentes bolsistas do CNPq, por serem reconhecidos pelos pares, com produção científica em periódicos de impacto que se enquadram em critérios de qualidade de comitês científicos. Entende-se que a população estudada, apesar de restrita a bolsistas CNPq, recebe recursos governamentais para pesquisas e é elite da área. São analisados modelos de comunicação científica como colaboração nacional, intra e interinstitucional, colaboração internacional e internacionalização da Ciência. Estudos com foco nesses fenômenos na produção de pesquisadores se inserem na Sociologia da Ciência, na Comunicação Científica e na Cientometria (cf. GINGRAS, 2014; BORDON; GOMEZ, 2000; MARSHAKOVA, 1981). A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, utiliza a técnica de análise de citações na Bibliometria e tem como objetivo investigar a popularidade de docentes do PPGFM/UFRJ bolsistas CNPq, a luz da metodologia desenvolvida por Marshakova (1981) e obter conhecimento sobre os fenômenos que regem a produção científica com propósito comunicativo. Para tal, foram realizados: levantamento de docentes do PPGFM/UFRJ no Programa de Anatomia Patológica; busca no Google Scholar pelo nome de cada docente; composição da amostra a partir da produção de docentes bolsistas CNPq; cálculo da popularidade por docente; análise da colaboração nacional e internacional; análise dos gêneros científicos de publicação de autores citantes; análise do idioma de publicação de autores citantes, seguida da representação gráfica, análise e discussão dos resultados.

Espera-se que a pesquisa contribua com a área da Medicina, Cientometria e Comunicação Científica, por meio da análise de relações entre autores e instituições de artigos citados e citantes.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATKINS, H. B. (ed.). The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield. New Jersey: Information Today, 2000. cap. 10, p. 197-214. GINGRAS, Y. Les dérives de l'évaluation de la recherche: du bon usage de la bibliométrie. Paris: Editions Raisons d'Agir, 2014. MARSHAKOVA, I.V. Citation networks in information science. *Scientometrics*, v. 3, issue 1, p. 13-25, 1981.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **1935**

TÍTULO: **A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO NA CONTENÇÃO DO DESMATAMENTO**

AUTOR(ES) : **LUIZ EDUARDO MEDEIROS DA ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **ROMERO CAVALCANTI BARRETO DA ROCHA**

RESUMO:

Assunção, Gandour e Rocha (2015), a partir de dados para o período de 2002 a 2009 sobre municípios da Amazônia, realiza uma análise acerca das causas da desaceleração do desmatamento no bioma. Para isso, duas variáveis principais se apresentam como correlacionadas com o desmatamento: os preços da produção agrícola e as políticas de conservação e controle florestal. Enquanto que quedas nos preços influenciariam na tomada de decisão dos produtores, contendo sua propensão a converter as áreas florestais em áreas de cultivo, as revisões nas políticas de conservação para o bioma feitas ao longo da década poderiam, também, conter o avanço do desmatamento.

Os resultados encontrados por Assunção, Gandour e Rocha (2015) indicam que, não só o desmatamento respondeu negativamente às variações nos preços ocorridas a partir da metade da década em análise, como, tratados os efeitos dos preços, as políticas de conservação da Amazônia foram responsáveis, também, por uma desaceleração no desmatamento.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é, baseando-se em Assunção, Gandour e Rocha (2015), atualizar os dados e resultados encontrados, assim como, reavaliar se as políticas destacadas perderam seu impacto no desmatamento com os novos direcionamentos do governo federal.

Os avanços em direção ao cumprimento desse objetivo, até o momento, consistiram na construção e organização das bases de dados, que serão utilizadas para realizar as modelagens e simulações do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C.; ROCHA, R. Deforestation Slowdown in the Brazilian Amazon: Prices or Policies? *Environment and Development Economics*, v.20 n.6, pp. 697-722, 2015

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1940**

TÍTULO: **DISCUTINDO OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **JULIA LEVY**

ORIENTADOR(ES): **MARIA MALTA**

RESUMO:

O presente trabalho é a continuidade da nossa pesquisa de mestrado na qual estudamos as relações do audiovisual brasileiro com o Estado brasileiro, principalmente no que toca as dificuldades de regulação do segmento do “vídeo sob demanda”. Fazendo uma leitura histórica da construção dessa relação desde os anos de 1930 onde se iniciou uma movimentação da classe cinematográfica brasileira, naquela época ainda em formação, até as primeiras décadas do século XXI. Embora muitos avanços tenham sido conquistados pelo setor desde o início dos anos 2000 com a criação da Agência Nacional de Cinema (Ancine), as transformações tecnológicas e suas implicações nos hábitos de consumo de obras audiovisuais e nas formas de produção desse conteúdo, colocam o audiovisual brasileiro em constantes disputas com as empresas multinacionais que detêm um poder internacional desigual frente aos produtores independentes brasileiros. Embora figure como uma das principais economias do mundo e tenha grande relevância para a indústria audiovisual internacional, nesses embates é historicamente imposto ao Brasil um papel majoritariamente de mercado consumidor de obras estrangeiras, requerendo atuação estatal como reguladora desses conflitos e zeladora de direitos autorais e patrimoniais para os produtores independentes e de direitos constitucionais ligados à cultura para toda a sociedade brasileira. O trabalho discute os fluxos e refluxos da ação estatal nos últimos anos e os embates entre os profissionais brasileiros, o setor público brasileiro e as empresas multinacionais, principalmente no que toca a relação do setor com as “plataformas de *streaming*”, que estão operando no território brasileiro desde 2011 sem nenhuma regulação por parte da Ancine.

BIBLIOGRAFIA: LEVY T., J. de A. M., Malta, M. M. de, Corrêa, E. O., & Barbosa, L. A. (2021). Colaborações cinematográficas para ampliação do entendimento sobre a formação do Estado e da nação brasileira. *Revista Scientiarum Historia*, 1, 10. https://doi.org/10.51919/revista_sh.v1i0.327 FURTADO, CELSO; Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. IKEDA, Marcelo. Utopia da auossustentabilidade: impasses, desafios, conquistas da Ancine. Porto Alegre: Sulina, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1943**

TÍTULO: **A NEGOCIAÇÃO COLETIVA SOBRE O TRABALHO REMOTO NO BRASIL: MAPEANDO A REGULAÇÃO JURÍDICA EXTRAESTATAL**

AUTOR(ES) : **MARYNA MULLER UNSER**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO, JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA SOARES**

RESUMO:

A pandemia da Covid-19 e a crise sanitária decorrente demandaram a implementação de medidas de contenção da crise e enfrentamento da emergência de saúde pública. Em resposta, políticas de distanciamento e isolamento social foram adotadas com o intuito de evitar a disseminação do vírus e reduzir a curva de contágio, levando ao trabalho remoto e ao teletrabalho um contingente de trabalhadores de diversos segmentos e setores econômicos do país. À guisa de exemplo, havia, em 2018, cerca de 3,85 milhões de trabalhadores em regime remoto no Brasil; em 2020, os números ficaram entre 8 e 9 milhões (IBGE, 2020). Em cenário de intensa produção normativa, a Medida Provisória nº 927/2020, dispoñdo sobre as medidas para enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública e para preservação do emprego e renda, e, em sequência, a MP nº 1.046/2021, limitaram-se a simplificar e flexibilizar disposições previstas na CLT referentes à mudança do regime presencial para o teletrabalho, permitindo, por exemplo, a dispensa de mútuo acordo entre empregado e empregador para a sua implementação, permanecendo, contudo, zonas de desproteção já existentes. Como consequência, debates que já se encontravam no cerne da questão, como a transferência dos custos do empregador para o empregado, intensificação e despadroneização do tempo de trabalho, direito à desconexão, apresentam-se com tônica máxima com a eclosão do vírus e a adoção abrupta desses novos regimes de trabalho. Com efeito, na era do trabalho digital e flexível, como aponta Ricardo Antunes (2020), o teletrabalho e *home office*, que se caracterizam essencialmente por serem realizadas em um local alternativo àquele em que usualmente o trabalho seria desempenhado, são práticas que se tornaram verdadeiros laboratórios de experimentação, visando potencializar e intensificar os mecanismos de exploração do trabalho. Em que pese a normatização conferida ao tema pela Lei nº 13.467/2017, que incluiu à CLT um capítulo próprio sobre teletrabalho, o arcabouço regulatório ainda insuficiente acaba por transferir à negociação coletiva a tarefa de conferir contornos mais claros e seguros sobre o tema. A pesquisa apresentada, realizada no âmbito da pesquisa “Direito do Trabalho e Pandemia” desenvolvida no grupo Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT/PPGD/UFRJ), pretende investigar como esses novos arranjos sobre trabalho remoto têm sido implementados nas negociações coletivas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Para tanto, a partir do levantamento, catalogação e sistematização do material obtido, a pesquisa bibliográfica será cotejada com o levantamento e análise quantitativa e qualitativa das convenções e acordos coletivos negociados pelos sindicatos no contexto da pandemia, levantados no sistema mediador.

BIBLIOGRAFIA: ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O trabalho remoto e a pandemia: o que o Pnad covid-19 nos mostrou. Brasília, Carta de Conjuntura nº 50 - Nota 8 - 1º Trimestre de 2021. SOARES, José Luiz. O trabalho remoto nos processos legislativos e nas negociações coletivas: um balanço de disputas jurídicas trabalhistas em tempos de Covid-19. *Teoria Jurídica Contemporânea*, Rio de Janeiro, 2021, vol. 06.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1947**

TÍTULO: **CONTRIBUTOS DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM AMBIENTES WEB: UM ESTUDO DE CASO NO MEMÓRIA GLOBO**

AUTOR(ES) : **FELIPE DA SILVA TORRES**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Apresenta os principais conceitos existentes na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, assim como elucidações sobre Memória Institucional. Tem como objetivo geral evidenciar os contributos que a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento podem oferecer aos ambientes web, em especial ao Memória Globo. Tem como objetivo especificamente investigar e caracterizar os processos, produtos e instrumentos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento; descrever a missão e os objetivos do Memória Globo, assim como descrever e analisar os seus conteúdos e serviços desenvolvidos; analisar de que maneira os elementos da área supracitada podem ser aplicados e aperfeiçoados em ambientes web, em especial no Memória Globo; e propor sugestões de melhorias a serem implementadas no universo da pesquisa. Utilizou como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e descritiva por meio de abordagem qualitativa baseada em estudo de caso. Para tanto, foram analisadas as produções científicas acerca da temática, bem como o ambiente web do Memória Globo e fontes adicionais como sites e redes sociais que possuem informações relacionadas ao projeto. Como resultados, foram sugeridas algumas atividades que possuem articulação com a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento e que podem ser aplicadas/implementadas no contexto do Memória Globo, dentre as quais: elaboração de resumos informativos; práticas de indexação de recursos textuais, imagéticos e audiovisuais; elaboração de uma taxonomia navegacional; criação de ontologia; criação de ferramentas de busca avançada; desenvolvimento de metodologias e práticas de catalogação e indexação de recursos audiovisuais para novelas, séries, telejornais, realities show, etc; Arquitetura da Informação Pervasiva; e elaboração de metodologias de classificação dos conteúdos existentes na plataforma. Assim, foi possível perceber como a convergência das práticas de preservação institucional e os elementos presentes na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento podem contribuir para os ambientes web de modo a permitir que informações de diferentes épocas e temáticas sejam acessadas, organizadas, representadas e recuperadas por usuários para fins de usos diversos.

BIBLIOGRAFIA: LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. Mn. Memória institucional: uma revisão de literatura. CRB-8 Digital: São Paulo, v.4, n.1, p. 78-89, abr. 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1961**

TÍTULO: **A REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA DE 2017 À LUZ DAS CONVENÇÕES Nº 98 E 154 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 13.467/17 NO INSTITUTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA DE FREITAS TAVARES**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO, DENISE DE ALMEIDA GUIMARAES**

RESUMO:

Esta pesquisa se propõe a analisar a compatibilidade da Lei nº 13.467, de 2017, notadamente a introdução da regra legal de superioridade dos instrumentos de autocomposição coletiva sobre a lei no contexto juslaboral, com as Convenções de nº 98 e 154 em confronto com os Relatórios do Comitê de Peritos da Organização Internacional do Trabalho. O instituto jurídico da negociação coletiva surge do movimento de luta da classe trabalhadora, faz parte da formação histórica do Direito do Trabalho e encontra respaldo na CRFB/88, na CLT e nos instrumentos normativos da OIT, especialmente as Convenções nº 98 e 154, ambas ratificadas pelo Brasil. A negociação coletiva, conhecida desde sua origem por ser um importante instrumento utilizado para promover melhores condições de emprego, consolida uma outra face com a Reforma Trabalhista brasileira de 2017 na medida em que prevê a prevalência do negociado sobre o legislado (artigo 611-A da CLT). Essa inovação coloca em xeque o papel da negociação coletiva na medida em que possibilita maior flexibilização de direitos trabalhistas e seu rebaixamento a patamares abaixo do mínimo legal, em prejuízo do princípio do *favor laboratoris* consagrado na CRFB/88. Porém, tendo em vista o papel assumido pelo Brasil no cenário mundial de Estado soberano e os compromissos decorrentes dos tratados ratificados pelo país quanto à negociação coletiva, é importante analisar a compatibilidade entre as normas oriundas da Reforma de 2017 e as normas internacionais que fazem parte do nosso ordenamento jurídico, as quais buscam estabelecer as condições mínimas para que seja assegurado o trabalho digno no mundo. O principal questionamento a ser respondido é: o estímulo à negociação coletiva instituído pelas Convenções nº 98 e nº 154 da OIT abarca a prevalência das convenções e dos acordos coletivos de trabalho na forma como foi estabelecida pelos dispositivos introduzidos na CLT (artigo 611-A) com a Reforma Trabalhista de 2017? Para isso, será realizada uma pesquisa por meio da metodologia sociojurídica crítica e da abordagem qualitativa baseada em fontes documentais, a saber, os Relatórios do Comitê de Peritos da OIT sobre os aspectos da Lei nº 13.467/17, no que diz respeito à negociação coletiva. À luz do horizonte teórico traçado por Maurício Godinho Delgado (2018) e Sayonara Grillo Silva (2008), este trabalho busca alcançar um sentido mais condizente ao princípio do *favor laboratoris* com vias a encontrar a fonte formal mais benéfica a ser aplicada ao caso concreto a partir das Convenções da OIT. As conclusões da presente pesquisa permitem afirmar que não há compatibilidade entre as disposições normativas da OIT e as regras sobre acordos e convenções coletivas introduzidas pela Reforma Trabalhista, em especial nos artigos 611-A e 611-B da CLT, em razão da ausência de valorização e fomento do instrumento de autocomposição coletiva para fins de melhoria da condição social dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA: DELGADO, Maurício Godinho. Direito coletivo do trabalho. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017. DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2018. OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Aplicación de las normas internacionales del trabajo, 2019. Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios e Recomendaciones. Informe General y observaciones referidas a ciertos países.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1962**

TÍTULO: **10 ANOS DE IFRS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA ADOÇÃO COM FOCO NA DEPRECIÇÃO E NAS PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

AUTOR(ES) : **ISABELA FRANCO CAMILO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO ALVARO MACEDO**

RESUMO:

Em 2019 completou-se 10 anos desde que as Normas Internacionais Contábeis (IFRS) foram plenamente adotadas no Brasil, por meio dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo analisar a evolução da divulgação das informações contábeis de empresas de capital aberto no Brasil, a partir da Depreciação e das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Para tanto, desenvolveu-se dois *checklists* com os principais critérios sugeridos nos respectivos CPCs 27 (para a depreciação) e 48 (para as PECLD). Para aplicação destes *checklists* nas notas explicativas, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência, foram escolhidas 30 empresas dos setores de bens industriais e de tecnologia da informação para análise da depreciação e 30 empresas, de maneira geral, dos setores de consumo cíclico, saúde e bens industriais para análise das PECLD. A escolha dos setores se deu pela relevância, respectivamente, da depreciação e das PECLD. A análise da evolução da divulgação destas informações contábeis foi feita a partir de três momentos distintos: no início da adoção em 2010, depois de 5 anos em 2014 e depois de 10 anos em 2019. No caso da depreciação, os resultados mostram que, de maneira geral, as informações sobre o valor bruto dos ativos imobilizados, o valor total da depreciação acumulada e os critérios para o cálculo das depreciações estão sendo apresentadas desde o início pela totalidade ou quase totalidade das empresas. Já as diferenças entre o tratamento contábil e a legislação fiscal foram se intensificando ao longo do tempo, pois se no início ainda existia mais de 25% de empresas em que essa diferença não estava clara, no ano de 2019 este número era inferior à 4%. Por fim, ainda se observou que poucas são as empresas da amostra que divulgam a vida útil e a taxa de depreciação de cada ativo imobilizado, mesmo com a melhoria de 37% em 2010 para 67% em 2019. Em relação às PECLD, observou-se que, de maneira geral, as informações sobre os valores de contas a receber e das PECLD e os critérios para mensuração das perdas estão sendo apresentadas pela totalidade ou quase totalidade das empresas. Além disso, percebe-se que desde 2010 já existe uma diferença significativa entre o tratamento contábil e a legislação fiscal para as PECLD. Por fim, observou-se uma grande evolução na divulgação das diferenças entre perdas incorridas e estimadas, pois em 2010 apenas 27% das empresas divulgavam e em 2019 tem-se 83% das empresas analisadas fazendo esta divulgação. Por fim, pode-se concluir que gradativamente, as empresas no Brasil estão melhorando a divulgação das informações contábeis. Porém, percebe-se ainda a necessidade de melhorias na evidência de alguns aspectos dos CPCs 27 e 48, bem como na maior diferenciação entre a realidade econômica retratada no tratamento contábil e a legislação fiscal para o caso da depreciação.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, M. D. D. M. et al. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. RCO, 6(15), 3-22, 2012. HOLTZ, L. et al. A prática de reconhecimento e mensuração das PECLD antes e após a adoção das normas internacionais de contabilidade. SCG, 9(1), 65-81, 2014. MARQUES, V. A. et al. Análise do Nível de Evidenciação da Depreciação Conforme o CPC 27 no Período de 2007 a 2014. RGFC, 6(2), 50-71, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **1967**

TÍTULO: **UM OLHAR SOBRE AS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS A PARTIR DAS MEMÓRIAS E NARRATIVAS: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE ALUNOS INGRESSANTES EM 2015/2016 NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ MARQUES DE SOUZA RIOS**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA**

RESUMO:

Esta investigação tem uma dimensão quantiquantitativa. Quanto aos meios, tem caráter bibliográfico e documental. Consiste na análise de dados quantitativos (a serem obtidos por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFRJ) e das narrativas de estudantes para amparar as reflexões sobre o impacto das ações de gestão universitária e das instâncias de orientação acadêmica, sobre as que referem às condições de permanência, desempenho e a trajetória acadêmica dos alunos. Para tal, observa-se, numa perspectiva comparativa, a trajetória dos ingressantes, em 2015 e 2016, no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, tanto pela modalidade de Ação Afirmativa, quanto pela Ampla Concorrência. A primeira se distingue, sobretudo pelo seu caráter específico, reservando vagas para alunos de escolas públicas, negros, dentre outros grupos, ou seja, buscando a democratização do acesso ao ensino superior (HERINGER e HONORATO (2014); OLIVEIRA e MAGALHÃES (2014)). Pretende-se estabelecer dados comparativos entre taxas de permanência, evasão, bem como do impacto das ações de gestão e de orientação nas trajetórias estudantis, refletidas pelas suas memórias preservadas e compartilhadas a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas. Parte-se do pressuposto de que, no ato de narrar suas experiências, os estudantes atualizam suas memórias e ressignificam sua experiência na universidade. Os dados oferecem parâmetros para a aferição de alguns impactos decorrentes da Lei de Cotas e da política de expansão decorrente do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O referencial teórico do estudo está ancorado em BOURDIEU (2010); COULON, (2008), COSTA, LOPES e CAETANO (2014); MENDES, CAETANO e FERREIRA (2016); POLLAK (1992) e HALBWACHS (1990). Os resultados preliminares da abordagem quantitativa, já apontam que não há discrepância entre os índices de permanência e evasão, bem como entre os índices de coeficiente de rendimento acadêmico de cotistas e não cotistas. Na dimensão qualitativa, por meio de entrevistas, pretende-se dar voz aos estudantes, considerando que tal dimensão é imprescindível para a avaliação das políticas institucionais em curso.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, A.F.; LOPES, J.T.; CAETANO, A. (Orgs.) Percursos de estudantes no ensino superior. Fatores e processos de sucesso e insucesso. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2014. HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. OLIVEIRA, A. J. B. Memórias e narrativas na afiliação de estudantes brasileiros em Coimbra. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 509-526, maio, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1976**

TÍTULO: **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA MUNDIAL (1970-2010)**

AUTOR(ES) : **LUAN THAMBO LACERDA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **WILSON VIEIRA**

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo analisar as tentativas de superação do subdesenvolvimento na América Latina diante dos desafios colocados pelas transformações na economia mundial no período 1970-2010 com a hipótese de que os projetos de superação do subdesenvolvimento na América Latina comandados pelo Estado sofrem dificuldades cada vez maiores para serem concretizados, dadas as transformações da economia mundial sob a hegemonia dos EUA. Usamos os conceitos de Celso Furtado, da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e da Economia Política do Sistema-Mundo (EPSM) como ferramentas para explicar as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da América Latina.

A pesquisa se dá através da discussão da bibliografia sobre o tema e da coleta de dados da época pesquisada.

O início da pesquisa se deu a partir do estudo do livro "Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina" de Carlos Eduardo Martins, do qual pudemos estudar a decadência da hegemonia britânica, encerrando seu ciclo sistêmico, seguida da ascensão da hegemonia dos Estados Unidos após sua saída vitoriosa das guerras mundiais, destacando-se sua luta ideológica contra a expansão socialista a partir de 1945, e com exercício pleno de sua hegemonia até a década de 1970, quando se pode observar o início de sua crise hegemônica, tendo como exemplo, em 1979, o choque de juros, fato que desestabiliza os países periféricos, impactando principalmente os países da América Latina, fortemente dependentes de sua economia, levando-os a diversas crises de suas dívidas externas. O sistema econômico da América Latina entra em uma sequência de crises geradas pelos grandes mercados especulativos e seus sistemas financeiros frágeis, dificultando cada vez mais o desenvolvimento de seus países pela sua dependência para com os países centrais. O ideário neoliberal (fortemente difundido a partir dos EUA na década de 1980) de equilíbrio fiscal acaba deixando os países subdesenvolvidos em um impasse entre uma perigosa dependência externa ou um rompimento com os padrões exigidos pelos seus acordos com o país hegemônico.

Uma das principais características da economia da América Latina, entre 1970 e 2010, é justamente sua dependência das economias dos países centrais, mesmo após algum processo de industrialização, visto que, os países dessa região nunca conseguiram alcançar o patamar industrial dos países centrais, denotando uma fragilidade que os impediu de acompanhar a Terceira Revolução Industrial, tornando-os ainda mais dependentes das tecnologias de suas cadeias produtivas, com poucas possibilidades de um projeto desenvolvimentista que lograsse êxito.

Com os processos de coletas de dados e algumas análises do que já foi debatido até aqui, pudemos chegar a alguns resultados iniciais, de que durante o período estudado houve um aprofundamento da dependência dos países latino-americanos, enquanto ocorria um processo de crise hegemônica por parte dos EUA acompanhada da ascensão da China, até os dias atuais.

BIBLIOGRAFIA: FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976a. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1979**

TÍTULO: **VULNERABILIDADES EXTERNAS NA INTEGRAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL**

AUTOR(ES) : **DAVID DRUMOND SALOMAO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA**

RESUMO:

A posição subordinada internacional das EMEs é um tópico essencial, por conta desse fenômeno limitar o crescimento sustentável e situá-las em um âmbito de vulnerabilidade externa. A primeira vulnerabilidade a ser conhecida é o pecado original, tendo sido evidenciada por Eichengreen, Hausmann e Panizza (2007). A existência do pecado original será demonstrada na pesquisa, evidenciando seus efeitos adversos nas economias, e depois um novo processo cunhado como pecado original restaurado.

Na análise, os ciclos econômicos e os choques exógenos são essenciais na compreensão, pois, em um cenário de aversão ao risco que resulta em um aumento do prêmio pela liquidez, há uma fuga de capitais das EMEs. Por outro lado, existe um influxo de capitais nas EMEs em um cenário com uma maior liquidez internacional e um maior apetite ao risco na busca por retornos maiores. Torna-se evidente também uma tendência de aprofundamento das dívidas dos países, em especial os emergentes, sendo aprofundada ainda mais no covid-19, e somada isso se tem a um agravamento da vulnerabilidade externa pela volatilidade dos fluxos de capitais.

Será notabilizado as transformações qualitativas e quantidades na integração financeira internacional. A crise pandêmica do Covid-19 será separada em dois momentos: o primeiro corresponde ao início da pandemia no ano de 2020 e o segundo no ano de 2021. Em se tratando do ano de 2020, não apenas os impactos serão evidenciados como também as políticas adotadas como resposta a essa nova condição.

A metodologia deste trabalho será focada em uma dimensão analítica-teórica e um debate empírico-institucional. A abordagem keynesiano-estruturalista e termos de assimetrias internacionais serão utilizadas como norte teórico. Além da assimetria monetária, será escrutinado outras três desigualdades econômicas: a assimetria estrutural, a assimetria financeira e a assimetria macroeconômica. A compreensão dessas assimetrias são fundamentais para constatar a integração financeira desigual entre os países na inserção internacional e suas respectivas posições subordinada.

Um outro ponto baseia-se na comparação entre os países asiáticos e os latino-americanos através de mapas de complexidade e dados do balanço de pagamento durante o período de 1995 a 2020 por meio da base de dados do FMI tratados por Lane e Milesi-Ferretti (2017). Desse modo, demonstrar-se-á uma análise mais pormenorizada sobre as particularidades entre os países asiáticos e os países latinos a partir de suas estruturas produtivas, debatendo-se sobre quais estão mais sujeitos às vulnerabilidades externas e as variáveis que potencializam as suas condições subordinadas financeiramente.

BIBLIOGRAFIA: Lane, P.R. e Milesi-Ferretti, G.M. (Maio, 2017). 'International financial integration in the aftermath of the global financial crisis', IMF Working Paper WP/17/115. Paula, L.F., Fritz, B. e Prates, D. (Novembro, 2020) The metamorphose of external vulnerability from 'original sin' to 'original sin redux': Currency hierarchy and financial globalisation in emerging economies. Paula, L.F., Leal, J. Ferreira, M. (Junho, 2021). Financial subordination of peripheral emerging economies.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1992**

TÍTULO: **A EVOLUÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE CARTÕES DE PAGAMENTO NO PERÍODO 2006-2018: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA INTERVENÇÃO ANTITRUSTE**

AUTOR(ES) : **LUIZA LINS BELLON**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO:

Objetivos: O objetivo do estudo é analisar a evolução da concorrência e estrutura do setor de cartões de pagamento no período 2006-2018 como resposta às principais intervenções do CADE no setor: os Termos de Compromisso de Cessação (TCC) que determinaram o fim da relação de exclusividade bilateral entre a Visa e a Visanet (hoje Cielo) em 2010, e o TCC que encerrou a relação unilateral de exclusividade entre a bandeira Elo e a Cielo, sete anos mais tarde.

Metodologia: A metodologia foi composta por duas etapas. Primeiramente, a organização de uma base de dados sobre o setor de meios de pagamentos, com informações provenientes do Banco Central. A segunda etapa consistiu na leitura de artigos, relatórios do Banco Central sobre o mercado de cartões e votos de conselheiros do CADE.

Resultados: O fim da exclusividade teria como consequência a interoperabilidade de redes e terminais com múltiplas plataformas, objetivando elevar a concorrência no mercado de arranjos de pagamentos e credenciadoras.

Contudo, uma análise do *market share* no mercado de bandeiras de cartões de crédito no período indica que a concentração do mercado (HHI) permaneceu constante. No mercado de débito, a concentração reduziu, mas como resultado da rápida ascensão da bandeira Elo, que exerceu exclusividade com a Cielo até 2017. O *market share* de firmas menores diminuiu.

Similarmente, a participação da Cielo no mercado de terminais de cartões de crédito se manteve, e cresceu no mercado de débito. Não obstante, o mercado de ambas modalidades se tornou menos concentrado, com o crescimento de concorrentes (que não a Rede).

No âmbito das taxas cobradas pelas credenciadoras e bancos, as taxas de desconto médias para crédito e débito reduziram a partir de 2010, embora as taxas praticadas pela Cielo no setor de débito tenham caído apenas a partir de 2017, ano do fim da exclusividade com a Elo. A tarifa de intercâmbio de cartões de crédito cresceu, e a tarifa de intercâmbio média para o débito permaneceu constante até 2017, quando o Banco Central determinou um teto.

Considerações finais: Em conclusão, o impacto das intervenções do CADE no setor de cartões de pagamento foi heterogêneo. Os efeitos esperados do TCC Visa-Cielo foram mitigados por conta da reação das firmas: os acionistas da Cielo formaram uma nova bandeira, a Elo, e deram continuidade à relação de exclusividade (dessa vez unilateral), além de retaliarem concorrentes. Como resultado, a concentração no mercado de bandeiras aumentou. As intervenções também não parecem ter sido eficazes para reduzir a tarifa de intercâmbio. Em contrapartida, houve uma diminuição significativa da taxa média de desconto já a partir de 2010, e a interoperabilidade favoreceu a entrada de novas firmas no mercado de credenciamento.

BIBLIOGRAFIA: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas de Pagamentos de Varejo e de Cartões no Brasil. Brasília, 2019. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Requerimento de TCC Nº 08700.003614/2017-14. Brasília, 20 jun. 2017. CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA. Mercado de instrumentos de pagamento - Cadernos do CADE. Brasília, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2001**

TÍTULO: **NON-FUNGIBLE TOKEN (NFT): FISCALIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO ECONÔMICO DA OBRA E O DIREITO DE SEQUÊNCIA**

AUTOR(ES) : **VICTOR ANDRÉ SANTOS DE LIMA, ANA CLARA FARIAS DA SILVA DUTRA**

ORIENTADOR(ES): **KONE CESARIO**

RESUMO:

Non-Fungible Token (NFT) é um token digital criptografado em tecnologia blockchain, marcado com a assinatura do autor a fim de garantir a originalidade da obra. Diferentemente de outros tokens digitais, como as criptomoedas, NFT é infungível, ou seja, não pode ser substituído, de modo que sua unicidade promove a devida proteção às obras sinalizadas com este token. Devido à tecnologia blockchain, base de dados imutável que registra todas as transações, os autores de obras protegidas por direitos autorais podem preservar e fiscalizar seus ativos com mais segurança, pois qualquer movimentação digital da obra será devidamente registrada.

Ao comercializar uma obra com este token digital no mercado, o autor não poderá se opor as futuras revendas do bem original em meio digital, em face do Princípio da Exaustão dos direitos autorais, que estabelece que, uma vez comercializada a obra, o autor perde a possibilidade de controlar sua circulação e possíveis revendas, salvo hipóteses em que há previsão contratual expressa de limitação ou exclusão da incidência deste princípio. Contudo, insta ressaltar que, pelo fato de todas as transações ocorridas na blockchain ficarem registradas, é possível o autor exercer seu Direito de Sequência, isto é, demandar o pagamento de uma porcentagem do lucro obtido com a revenda de sua obra no mercado, sendo mais uma ferramenta em favor dos autores e da proteção de seus direitos.

No Brasil, o Direito de Sequência está previsto no artigo 38 da Lei de Direitos Autorais, garantindo que o autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito. Quer dizer, se na revenda de um bem com NFT houver lucro, deve o autor receber, no mínimo, cinco por cento sobre esta "mais valia".

Também em função da tecnologia blockchain, o autor pode fiscalizar o aproveitamento econômico de sua obra com NFT, um direito constitucional previsto no artigo 5, XXVIII, b, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fazendo valer, na prática, o Direito de Sequência.

Desse modo, o presente trabalho tem o intuito de analisar como a tecnologia do Non-Fungible Token permite a aplicação do Direito Constitucional de Fiscalização do Aproveitamento Econômico da Obra e do Direito de Sequência, o que, por conseguinte, também demonstrará como o incentivo ao uso desta tecnologia pode promover a inovação no país em decorrência da possibilidade de maior controle da circulação do bem. Por se tratar de uma temática recente em território nacional, ambos autores, através da metodologia de revisão bibliográfica de textos nacionais e internacionais, estudarão casos de aplicação do Direito de Sequência em decorrência desta tecnologia.

BIBLIOGRAFIA: REVOREDO, Tatiana. Blockchain: Tudo O Que Você Precisa Saber. 1ª Edição. Ed. The Global Strategy. 2019. BARBOSA, Denis Borges. Direito de autor: questões fundamentais de direito de autor. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris. 2013. BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. 2ª Edição. Ed. Lumen Juris. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2025**

TÍTULO: **DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA A GOVERNANÇA METROPOLITANA: O DESCOMPASSO ENTRE O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CEDAE E A GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA RMRJ**

AUTOR(ES) : **ARTHUR BERNARDO LOPES**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE CORRÊA**

RESUMO:

Uma das novidades federativas advindas da constituição federal de 1988 é a elevação dos municípios à categoria de ente federado. Com esse novo arranjo federativo, o estado perdeu influência no seu papel integrador e os municípios ganharam mais autonomia para arrecadar impostos e mais responsabilidades para desenvolver serviços públicos dentro de seus territórios. Em consequência disso, a literatura sobre a questão metropolitana no Brasil tem destacado a carência de arranjos institucionais que incentivassem a cooperação interfederativa no âmbito das regiões metropolitanas, resultando em poucas soluções integradas para os problemas compartilhados na escala metropolitana (GARSON, 2009; MARGUTI; COSTA; FAVARÃO, 2018; RIBEIRO et al., 2015).

Para este estudo, selecionamos a Região Metropolitana no Rio de Janeiro (RMRJ), que engloba 22 municípios, com perfis fiscais e socioeconômicos desiguais, apesar de compartilharem alguns desafios semelhantes, com relação às políticas de gestão do uso do solo, saneamento e etc. Em 27 de dezembro de 2018, o Estado do Rio de Janeiro avança na adequação ao Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015) ao promulgar a Lei complementar estadual nº184, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, criando novos arranjos para promover a cooperação dos entes federativos que compõem a RMRJ em torno das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

No entanto, no ano de 2020, nos deparamos com uma situação política que desafia a capacidade institucional do arranjo recém criado. A privatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) entrou na agenda do Conselho Deliberativo da Câmara Metropolitana, por iniciativa do ex-governador Wilson Witzel. Dessa forma, a privatização da CEDAE se torna tema central, mas sem levar ao debate a outras instâncias da governança metropolitana, como, por exemplo, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), instituições importantes para o gerenciamento dos recursos hídricos de acordo com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997).

Portanto, este trabalho tem como objetivo explorar as limitações institucionais para a agenda da gestão das águas na RMRJ a partir do processo de privatização da CEDAE. Buscando-se entender como o processo da privatização se dá em paralelo em descompasso com as instituições de governança metropolitana, utiliza-se de análise qualitativa das atas das reuniões do Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo da RMRJ, dos CBHs e de levantamento bibliográfico sobre governança metropolitana.

BIBLIOGRAFIA: GARSON, Sol. Regiões Metropolitanas: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital Editora; Belo Horizonte: PUC, 2009 MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO, César Bruno. (orgs.). Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v. 4. Brasília: Ipea, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2043**

TITULO: **O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PELO STF: CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA E A ADPF 635**

AUTOR(ES) : **RAPHAEL PEREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, RAQUEL GUERRA**

RESUMO:

A história que levou ao caso Favela Nova Brasília v. Brasil é uma de violência perpetrado por agentes do Estado em uma chacina. Infelizmente, chacinas não são estranhas na história do Rio de Janeiro, muito menos a corriqueira violência policial que, com sua alta letalidade, ostentou em 2019 a marca de quarta polícia mais letal do mundo – atrás apenas da polícia filipina, venezuelana e do restante das polícias brasileiras em conjunto. Nesse cenário, a condenação brasileira no referido caso, assim como os pontos resolutivos da sentença, representa um avanço significativo na busca de uma política de segurança pública cidadã. Entretanto, o não cumprimento da sentença é algo patente, sendo a recente chacina do Jacarezinho o último exemplo de uma longa lista de violações no Rio de Janeiro. O não cumprimento, assim como a continuidade das violações, motivaram, em 2019, a petição inicial da ADPF 635, que se embasa, dentre outras argumentações, na necessidade de que seja cumprida a sentença do caso Favela Nova Brasília v. Brasil – como a elaboração de um plano visando à redução da letalidade policial e o controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança fluminenses. Através da análise da sentença do caso Favela Nova Brasília e a ADPF 635, utilizando-se da metodologia que consiste na pesquisa bibliográfica acerca do emprego do controle de convencionalidade, busca-se comprovar que o Brasil não cumpriu nem se submeteu ao controle de convencionalidade em questões similares relacionadas à segurança pública. Concomitantemente, serão descritas as bases jurídicas que fundamentam o dever dos tribunais brasileiros de exercerem o controle de convencionalidade no caso Favela Nova Brasília v. Brasil e será investigado as experiências nacionais em matéria de controle de convencionalidade, com atenção especial ao cumprimento da sentença do caso Favela Nova Brasília v. Brasil através da ADPF 635.

BIBLIOGRAFIA: AGUILAR CAVALLLO, Gonzalo. El control de convencionalidad: análisis en derecho comparado. Revista Direito GV, v. 9, p. 721-754, 2013. GUERRA, Sidney. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade. Editora Atlas SA, 2013. RESENDE, Augusto. A Executividade das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. Revista de direito internacional, v. 10, n. 2, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2087**

TITULO: **APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PLATAFORMAS DE STREAMING: UM ESTUDO DE CASO NA NETFLIX.**

AUTOR(ES) : **KAISA DE SOUZA MORGADO**

ORIENTADOR(ES): **PESTANA, RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Com a popularização da internet, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), mudaram as formas de comunicação e entretenimento no mercado. Surgiram as TVs pela internet, como as plataformas de streaming, em especial a Netflix, considerada a pioneira em streaming de vídeo por assinatura. Apesar de ser considerada a gigante do streaming de vídeo e de investir pesado em Machine Learning, Sistemas Personalizados de Recomendação e estudo de usuários; a localização do ícone de busca não é de fácil acesso e varia de acordo com o dispositivo e navegador utilizado para a busca e recuperação de conteúdo. O presente estudo tem por objetivo evidenciar o uso do Machine Learning na plataforma de streaming Netflix, sob o ponto de vista da busca e recuperação da informação. Contextualiza a utilização da inteligência artificial como ferramenta para a classificação da informação, a partir do uso de dados fornecidos pelos usuários através de seus hábitos de visualização e pesquisa. Usa as metodologias de pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, elaborada com dados qualitativos e estudo de caso, de uso e usuário, por meio de dados coletados, utilizando a aplicação de um questionário online realizado pela ferramenta Google Forms, no intuito de avaliar a plataforma Netflix sob a perspectiva do usuário. Conclui apresentando as vantagens e relevância no serviço de classificação de plataformas de fluxo de mídia e apresentando as percepções dos usuários sobre as melhorias do sistema de busca e navegação na plataforma Netflix. O presente trabalho apresenta contribuições e possíveis melhorias e funcionalidades a serem implementadas em plataformas de streaming, assim como, em unidades de informação que utilizem a tecnologia da inteligência artificial em seus sistemas especialistas e sistema de recuperação da informação, por meio da aplicação das competências e habilidades técnicas dos profissionais bibliotecários.

BIBLIOGRAFIA: BAEZA-YATES, R.; RIBERIO-NETO, B. Recuperação da informação: conceitos e tecnologia das máquinas de busca. [s.l.]: Bookman, 2013. ARAÚJO, A. R.; SABBAG, D. M. A.; SITTA, N. S. N.; CHELEGATTI, G. F.; AMARAL, R. C. B. Cultura de convergência e classificação: uma aplicação das categorias pmet de rangathan no catálogo da netflix. Biblionline, v. 14, n. 1, p. 91-105, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/40691/20684>. Acesso em: 13 maio 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2141**

TÍTULO: **DESPESAS COM TRANSPORTE E CAPACIDADE DE PAGAMENTO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL: INVESTIGANDO DIFERENCIAIS DE GÊNERO**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO FERREIRA LADEIRA**

ORIENTADOR(ES): **VALÉRIA PERO**

RESUMO:

Incorporado na rotina de trabalhadores mundo afora, o deslocamento entre casa e trabalho através de um transporte urbano tem sido objeto de estudo e de preocupação dos gestores de políticas públicas. De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017/18, as despesas com transporte representavam o segundo maior gasto na renda das famílias brasileiras, atrás apenas das despesas com habitação. Além disso, os dados mostram que diferenças de gênero implicam também em diferenciações nos padrões de uso dos transportes urbanos, seja em questão de frequência, tempo, distância ou gastos (PERO, STEFANELLI, 2015).

Desta maneira, este trabalho tem como objetivo analisar as diferenças de gênero no uso e nas despesas com transporte público e privado no Brasil metropolitano, enfatizando a questão da capacidade de pagamento (*affordability*) das mulheres com relação aos homens. A análise será feita considerando estratos de renda, verificando se o peso das despesas com transporte das mulheres em relação ao dos homens varia entre estratos de baixa, média e alta renda. Assim, será possível explorar a questão da despesa com transporte e equidade, levando em consideração as diferenças de gênero.

Para isso, será utilizada a base de dados da POF de 2017/18 do IBGE, que é realizada por amostragem e tem como unidade de investigação os domicílios. Nesta pesquisa, foram entrevistadas 57.920 famílias, coletando informações associadas à estrutura orçamentária, tanto em questão de despesas, variação patrimonial ou rendimentos.

Nas despesas com transportes, estão incluídos tanto os gastos com transporte público (ônibus, metrô, trem etc.) quanto gastos com transporte privado (aquisição de veículo, gastos com combustíveis, manutenção etc.), além de despesas com estacionamento, pedágio, seguros e outros. Um aspecto interessante da base de dados da POF é que ela nos permite filtrar as observações de acordo com alguns recortes úteis, como sexo, anos de escolaridade, localização (capital ou periferia), nível de despesa, entre outros. Isso possibilita um estudo mais rico e detalhado sobre as despesas familiares de acordo com as diversas características e especificidades socioeconômicas.

Para as principais regiões metropolitanas brasileiras, e tendo como base os estudos de Gandelman et. al (2019), a intenção é traçarmos Curvas de Engel das despesas com transporte público e privado para homens e mulheres, a fim de verificar eventuais discrepâncias. Além disso, a comparação das despesas com transporte privado e público frente às despesas totais nos permitirá estimar a elasticidade destes gastos para os diversos níveis de despesa total. Levando em consideração o *gap* salarial entre homens e mulheres (MADALOZZO, 2010), é esperado um resultado desfavorável em relação às mulheres, visto que menores salários implicaria em menor capacidade de pagamento, de modo que as despesas com transporte público e privado tenderiam a ter pesos diferentes de acordo com o gênero.

BIBLIOGRAFIA: GANDELMAN, N., SEREBRISKY, T., SUÁREZ-ALEMÁN, A. Household spending on transport in Latin America and the Caribbean: A dimension of transport affordability in the region. *Journal of Transport Geography*, 2019. MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: An empirical analysis. *Economia Aplicada*, 2010. PERO, V., STEFANELLI, V. A questão da mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras. *Revista de Economia Contemporânea*, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **2151**

TÍTULO: **A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA ESPANHOLA, O FORO DE MADRI E SUAS ARTICULAÇÕES COM O ULTRACONSERVADORISMO LATIOAMERICANO**

AUTOR(ES) : **BIANCA DO VALE MENDES, CAROLINA LEAL DE MAGALHÃES, LUCAS ALVES DE OLIVEIRA, PEDRO MONTEIRO ROSARIO NICOLAU, PEDRO THURLER DE QUEIROZ ALFENA, YURI RICARDO TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO:

INTRODUÇÃO:

Nos últimos anos, em diversos países do mundo ascenderam forças políticas à direita do arco que havia dominado a cena no séc XX. Os países ibéricos estiveram entre os últimos países europeus em que tal fenômeno se manifestou. Em ambos havia a presença no debate público da rejeição às ditaduras encerradas apenas nos anos 70, por via da Revolução dos Cravos, no caso português, e por uma transição negociada no espanhol. Na Espanha restou como um dos partidos protagonistas do novo regime democrático um partido conservador, o PP, mais conservador que seus congêneres da direita liberal ou centro-direita europeias e com relações ambíguas com o passado franquista. Até muito recentemente, esta característica do PP foi apontada como explicação para a exceção espanhola ao surgimento de partidos de extrema-direita. Entretanto, a partir de 2017 e 2018, com discurso e práticas ao mesmo tempo eurocéticas e de defesa da criminalização do nacionalismo catalão, o partido surge de eleições regionais andaluzas com 11% dos votos e passa a ter um papel relevante no jogo político institucional.

OBJETIVO E MÉTODO

O objetivo deste trabalho é compreender as razões e implicações da ascensão do Vox como ator relevante do processo político daquele país, investigar se as explicações aduzidas por autores críticos como Rancière, Enzo Traverso e Chantal Mouffe se confirmam também neste caso, mas também perguntar sobre as relações entre as particularidades do processo espanhol - a relação com a memória franquista, os nacionalismos e a então recente ascensão da nova esquerda (movimento dos indignados e Podemos) - para o que nos socorremos de autores como Manuel Loff e Manuel Castells. Pretende-se ainda, partindo das já públicas, históricas e conhecidas relações entre Espanha e América Latina, fazer uma primeira investigação sobre as relações entre a direita mais extremada daquele estado e as organizações e lideranças do mesmo campo político da região, tendo como exemplos possíveis El Salvador, Colômbia, Peru e Chile, entre outros. Além disso, serão utilizadas informações presentes nos grandes veículos de comunicação e de veículos oficiais para averiguar as movimentações políticas e sociais na região.

BIBLIOGRAFIA: RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. Boitempo Editorial, 2015. TRAVERSO, Enzo. The new faces of fascism: Populism and the far right. Verso Books, 2019. MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. Autonomia Literária, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2191**

TÍTULO: **NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA LIBERAL: ENTRE O CONFLITO E A UNIDADE.**

AUTOR(ES) : **DIEGO CORREIA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO:

O objetivo principal do presente resumo é a realização de uma análise crítica da democracia brasileira, à luz do método marxista, e suas conexões com o neoliberalismo. Nesse sentido, partiremos das controvérsias em torno do conceito de neoliberalismo, assim como suas transformações no pensamento sociológico, além de diferentes interpretações, sistematizadas por ANDRADE (2019). Utilizaremos também elementos da análise da crítica da economia política relativos ao desenvolvimento neoliberal brasileiro, apresentados por SAAD-FILHO (2018). Como objetivos secundários, veremos as implicações da crise estrutural do capital (de acordo com o filósofo István Mészáros) para o sul global, as especificidades do autoritarismo brasileiro e dos espaços de organização da classe trabalhadora, perpassando pelo papel do Estado nas relações contraditórias entre o interesse público e o interesse privado.

O método de pesquisa é o da análise da História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) desenvolvida pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA-UFRJ) em MALTA et al. (2011). Este método interdisciplinar elenca a historicidade e processualidade do pensamento econômico a partir da trajetória de vida, acadêmica e política, de alguns autores conhecidos como “intérpretes do Brasil” que se debruçaram sobre alguns dos desafios por que passa o Brasil. A partir deste método e compreendendo a relação dialética entre estrutura e superestrutura, passamos a tentar desvelar os motivos da ascensão neoliberal e sua hegemonia. Assim como que tipo de relação este domínio pode ter com elementos estruturais importantes ao capital e também relativos ao próprio desenvolvimento da luta de classes.

Como resultado preliminar, temos visto que o avanço neoliberal vem causando uma degradação nas condições materiais de vida da classe trabalhadora, em que pese alguns contra-exemplos, mesmo que episódicos, não contrariando seu sentido geral. Esta situação é acompanhada de enfraquecimento das organizações tradicionais de trabalhadores, como os sindicatos. Esta ofensiva é também observada com grande intensidade no campo ideológico, se apresentando através do “empendedorismo” individual, dissolvendo elementos de percepção de classe, assim como reforça uma individualização do ser social e da resolução dos problemas da coletividade. Estes elementos são encontrados em diferentes regiões da periferia capitalista, em especial na América Latina. As crises político-econômicas de 2008 e a atual, catalisadas com a pandemia do novo coronavírus nos últimos anos, reforçaram debates e contestações sobre o capitalismo, em especial a sua forma mais atual, o neoliberalismo. Os rumos para sua superação tem gerado intensas disputas político-ideológicas principalmente nos movimentos sociais. Ocupando diferentes espectros, as disputas programáticas vão desde a extrema-direita, passando por uma social democracia mais próxima ao keynesianismo, até movimentos sociais mais radicais, inspirados pelo campo anticapitalista

BIBLIOGRAFIA: ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Soc. estado., Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019 MALTA, Maria et al. Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: Neoliberalismo versus Democracia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2199**

TÍTULO: **UM PANORAMA SOCIOLOGICO DA CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA NOS DISCURSOS JORNALÍSTICO E JURÍDICO**

AUTOR(ES) : **FELIPE RABELLO DE LIMA DE ALMEIDA CELESTRE**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO:

A pesquisa tem por objetivo o exame da construção biográfica de 'acusados' e 'vítimas' nos discursos jurídico e jornalístico referentes ao caso Isabella Nardoni. Para tanto, a metodologia adotada consistiu na análise de material bruto, como pelas processuais do caso (i.e., sentença condenatória), entrevista a atores do caso, reportagens da Revista Veja, bem como leitura e discussão de material bibliográfico.

Em suma, Alexandre Nardoni e Carolina Jatobá (respectivamente pai e madrasta de Isabella) foram acusados e condenados pelo defenestramento de Isabella, quando esta contava ainda com 05 anos de idade, em 2008, gerando repercussão nacional.

Assim, algumas informações importantes foram colhidas conforme o andamento da pesquisa, como o reconhecimento do Juiz Presidente do impacto da cobertura midiática do caso, bem como uma tese moral acerca dos réus e vítimas envolvidos, os quais serviram em maior ou menor grau de fundamentação para prisão antecipada do casal.

Assim, impossível dissociar a cobertura midiática do caso e do julgamento. Uma explicação para isso pode ser feita pelo contrato cognitivo gerado entre audiência e jornalistas, o qual consiste na presunção que o público tem de que o lugar "natural" da verdade é o jornalismo (MOTTA, 2018).

Ademais, foi possível inferir uma retórica jornalística na cobertura dos casos. A narrativa midiática é uma representação dos acontecimentos segundo a ótica do narrador sobre fatos que julgar mais pertinente. Logo, mesmo que haja certo afastamento do emissor, objetivando isenção, constrói-se, com efeito, uma narrativa com encadeamento lógico de fatos, escolhidos pelo narrador, que se desenham como uma trama e que podemos denominar como enquadramento jornalístico.

Foi assim que o caso Nardoni passou a compor o imaginário da população. Dificilmente se encontraria algum brasileiro à época que não tivesse alguma opinião a respeito de quem eram e o que fizeram o casal em relação à menina Isabella. Porém, importa ressaltar que a imagem que se tem do casal é fruto de diversas reportagens, delineadas pelo enquadramento empregado, dando conta de apresentar uma narrativa com contornos morais, dramáticos, com desfechos e reviravoltas, produzindo efeitos catárticos, os quais impactam na produção de sentido e na subjetividade de quem consome a notícia.

Por outro lado, o Tribunal do Júri será palco de uma intensa disputa de narrativas, cujos protagonistas serão acusação e a defesa. Ambos disputarão o monopólio da verdade jurídica (FIGUEIRA, 2007). Diferentemente da verdade real dos fatos, os atores envolvidos buscarão convencer o corpo do júri argumentando, entre outras coisas, pela verossimilhança de sua versão dos fatos através da produção de provas e do contraditório. Será, pois, sobretudo da análise da sentença, que encontraremos o resultado final desse embate, possibilitando a observação de elementos da construção biográfica realizada pelas reportagens midiáticas, principalmente dos contornos morais aventados.

BIBLIOGRAFIA: FIGUEIRA, L. E. V. O Ritual Judiciário no Tribunal do Júri. Tese (Doutorado em Antropologia) - Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. p. 245. 2007. GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. São Paulo: Intercom, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2206**

TÍTULO: **DEFESA DA CONCORRÊNCIA E MERCADOS DIGITAIS: DESAFIOS À ANÁLISE ANTITRUSTE NO BRASIL E NO MUNDO**

AUTOR(ES) : **JULIANA RODRIGUES DA SILVA, LUIZ FERNANDO MAGALHÃES SARDINHA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA CABRAL PIRES ALVES**

RESUMO:

A expansão dos mercados digitais foi acompanhada pelo surgimento das startups, que se apresentam como um agente concorrencialmente importante, devido a todo seu dinamismo, e potencial de inovação e de acúmulo de dados. Além disso, esses mercados, por possuírem características particulares e conceitos ainda recentes, se apresentam como alvo de estudo no tema de economia digital e concorrência. As aquisições de startups, muitas vezes de forma sistemática e por grandes plataformas tecnológicas têm resultado em desafios para a política de defesa da concorrência, em especial para a análise de fusões e aquisições. Por um lado, a concentração pode significar a manutenção e expansão dos esforços inovativos das startups; por outro, também pode significar uma redução de tais esforços ou até mesmo possíveis encerramentos de produto ou serviço ofertados pelas startups. O primeiro caso seria um exemplo de uma aquisição pró-competitiva, enquanto o segundo, com dano potencial aos consumidores.

O objetivo do trabalho a ser apresentado, desenvolvido no âmbito do Projeto "Startups, Serviços Digitais e Política de Defesa da Concorrência", inclui levantar a discussão conceitual, teórica e prática relativa à aplicação dos princípios e da lei de defesa da concorrência ou antitruste nos mercados digitais no Brasil e no mundo. Dessa forma, o presente trabalho busca apresentar as contribuições recentes da literatura teórica e institucional, apresentar os novos conceitos antitruste introduzidos relativos aos mercados digitais, bem como identificar desafios e recomendações para a política de defesa da concorrência.

Para cumprir com esse objetivo, a pesquisa desenvolvida pelo ex-bolsista e pela atual bolsista do projeto, autores do trabalho, foi realizada em linhas três linhas complementares: i) investigação teórica, realizada sob uma ótica pluralista e aplicada ao antitruste, incluindo contribuições não apenas da literatura antitruste, mas também advinda da Economia da Inovação; ii) investigação institucional comparada, incluindo jurisdições que têm realizado esforços de debater as questões relacionadas à aquisição de startups, como nos EUA e União Europeia; e iii) discussão de casos na jurisprudência recente. O levantamento realizado identificou diversas contribuições na literatura e de autoridades e organismos nacionais e internacionais que apresentaram contribuições nos últimos anos em termos de teorias do dano e de adaptações e alterações nas ferramentas e na estrutura de análise de fusões e aquisições. Sendo assim, vislumbra-se a necessidade de continuidade da pesquisa para a análise de casos, bem como da verificação da validade e aplicabilidade das propostas de alteração de leis e de formas de análises identificadas na literatura.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2219**

TÍTULO: **CRIANÇAS-SOLDADOS E DIREITO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO A PARTIR DA LITERATURA**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO CARDOSO SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN, ANNA CARAMURU PESSOA AUBERT**

RESUMO:

No livro "Muito longe de casa: memórias de um menino soldado", de Ishmael Beah, entramos em contato com o relato não-ficcional de um escritor que perdeu sua infância para a guerra civil de Serra Leoa, sendo obrigado a passar anos fugindo e lutando como "menino soldado". O narrador conta, ainda, como esse período de sua adolescência o endureceu, e como ele passou a experimentar um misto de raiva, apatia, sofrimento e culpa diante de todas as violências às quais foi, inicialmente, submetido, e às quais submeteu aqueles que cruzaram seu caminho depois. A cada página do romance, experimentamos, junto ao eu lírico, suas dores, sua raiva e sua culpa. E ao sermos colocados no lugar dele, somos capazes de perdoar cada um de seus sadismos, dos atos atrozos por ele praticados, e entoar, como fizeram aqueles que, mais tarde, cuidaram de sua recuperação e da reabilitação de outros meninos forçados a lutar, a frase: "não foi sua culpa". E a culpa, afinal, foi de quem? Com essa pergunta, as Nações Unidas e o Governo de Serra Leoa criaram, nos termos da Resolução n. 1315 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), um Tribunal Especial para Serra Leoa (TESL), com o objetivo de levar a julgamento indivíduos acusados de crimes contra a humanidade e de violações severas às normas de direito internacional cometidos no país durante a guerra civil. Neste aspecto, trazendo à baila elementos do direito, propomos a seguinte reflexão: qual pode ser o papel da literatura em questão para a análise judicial de determinados casos jurídicos que envolvam crianças-soldados? Como poderiam os juízes, tendo escutado o relato de Beah, enxergar o caso posto diante deles? Tendo essa questão em vista, nosso propósito é, por meio de metodologia hipotético-dedutiva e analítica, e a partir (i) da investigação de Martha Nussbaum, estudiosa das interfaces entre Direito & Literatura, a respeito de como operam a literatura e a imaginação dentro dos limites estritos de uma função jurisdicional formal; (ii) das incursões de Robin West no campo interdisciplinar entre Direito e Narratividade; (iii) da análise do livro "Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado", de Ishmael Beah; e (iv) da análise de decisões proferidas no âmbito do Tribunal Especial para Serra Leoa, analisar as noções cartesianas de universalidade, de superioridade do pensamento racional e de dogmática jurídica, de modo a demonstrar como a prática jurídica pode ser modificada e/ou (re)pensada pela literatura, que na análise que aprofundamos aqui, possui importante chave para ampliar os horizontes do jurista.

BIBLIOGRAFIA: BEAH, Ishmael. Muito longe de casa: Memórias de um menino-soldado. Trad. Cecília Giannetti. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. NUSSBAUM, Martha C. Justicia Poetica: la imaginación literaria y la vida pública. Trad. Carlos Gardini. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1997. NUSSBAUM, Martha C. "Poets as Judges: Judicial Rhetoric and the Literary Imagination". University of Chicago Law Review, n. 4, v. 62, 1995, pp. 1477-1519. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclrev/vol62/is>

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2230**

TÍTULO: **TRAMAS DE PEDAGOGIA SITUADA**

AUTOR(ES) : **RAQUEL FERREIRA PIRES, JENNIFER MORAES, GABRIELI OLIVEIRA PELLENZ, CATHERINE BARBOSA MARTINS, GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O T.R.A.M.A (Teorias e Redes de Ação Materialista) é um projeto que entrelaça ensino, pesquisa e extensão, integrante do grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço & Política. No intuito de enfrentar as metodologias de ensino tradicionais das faculdades de direito, que reproduzem o que Paulo Freire (2005) denominou de ensino bancário, o coletivo aposta na construção de uma "pedagogia situada", capaz de compreender e analisar o direito de forma crítica e enraizada nas situações, corpos e territórios que o produzem.

Essas tramas de pedagogia situada se enredam a partir de três nós epistêmicos: conhecimento situado, pedagogia da autonomia e materialismo jurídico-espacial (FRANZONI, 2018). Esses três nós de abordagens costuram os conceitos e práticas que dão forma a metodologia pretendida no ensino do Direito, possibilitando a criação espaços de debates e construção autônoma e informada de conhecimento, tendo como alguns autores de referência bell hooks, Paulo Freire, Duncan Kennedy, Donna Haraway e Patricia Hill Collins.

As estratégias do T.R.A.M.A combinam diferentes práticas de ensino-aprendizagem para "espacializar" o direito (FRANZONI, 2019), que se corporificam em espaços de encontro, conflito e de rede. Os (i) espaços de encontro são momentos em que, a partir do diálogo, é possível perceber a simultaneidade e multiplicidade de perspectivas, a fim de criar um circuito de afeto; os (ii) espaços de conflitos, nos quais os debates entre teorias auxiliam na inflexão crítica de autores e temas e os (iii) espaços de rede, pelos quais o T.R.A.M.A redireciona os sentidos e as práticas, multiplicando-se em parcerias diversas.

Os estudantes que fazem parte do T.R.A.M.A atuam em 3 eixos principais: (i) ensino, por meio do grupo de monitoria voluntária da disciplina de Teoria do Direito I; (ii) desenvolvimento de pesquisas em diferentes frentes de acordo com os interesses dos estudantes; (iii) e extensão, em parceria com o Tribunal Popular Internacional do Sistema de Justiça, em diálogo com movimentos sociais e outros grupos universitários, além da construção, junto com o grupo de pesquisa CERCO, do projeto de extensão "Escrevivências Jurídicas".

No contexto de aprofundamento da precarização do ensino, colocado pela pandemia de Covid-19, o TRAMA procurou debater a conjuntura social e política da crise sanitária e econômica, e o papel do direito nesses processos à luz das teorias materialistas e da teoria racial crítica. Como resultado desse esforço, foram realizadas, de maneira remota, seminários internos de debate e de formação do grupo - encontros denominados "Tramando Com"; uma série de postagens realizadas nas redes sociais do coletivo, o "Tramas de Quarentena"; e o "Nós Entre Tramas", modalidade aberta dos seminários internos, com encontros mediados pelos próprios estudantes.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, J.. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018. _____ TRAMAS DO ENSINO JURÍDICO: apostas de pedagogia situada para o trabalho com o direito. Rio de Janeiro: Projeto de pesquisa, 2020. 11 p. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2236**

TÍTULO: **UM DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E BIBLIOTECA SOBRE A LEITURA E OS NOVOS DESAFIOS INFORMACIONAIS**

AUTOR(ES) : **ADRIANA TEIXEIRA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR, NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO:

Apresenta o relato de experiência vivenciada no projeto de extensão intitulado "Círculo de competência em informação: dialogando com a universidade e biblioteca popular a partir da teoria freiriana". Uma proposta de ação interinstitucional que contou com a colaboração de docentes e discentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Foram participantes deste projeto seis bibliotecas que integram o Sistema de Bibliotecas Populares de Niterói. O objetivo principal do projeto foi tecer caminhos para a construção de leituras e de leitores do texto e do contexto com a comunidade do Sistema de Bibliotecas Populares de Niterói. Ressalta dentre os palestrantes convidados a presença da Dra. Amanda Leal, que discorreu sobre a prática leitora através de sua experiência com o Projeto de Leitura em Piracaia (SP); M.^a Nathália Romeiro, que apresentou o tema Interseccionalidade e as questões étnico-raciais e de gênero; M.^a Renata Corrêa, que contribuiu para a discussão trazendo a questão das subjetividades presentes na mediação de leitura; M.^a Lúcia Fidalgo, que palestrou sobre a importância do afeto na criação de uma prática leitora e o papel do mediador; As bibliotecárias Isadora Escalante e Letícia Cruz, que apresentaram um jogo sobre Fontes de Informação e Fake News criado para o Projeto da Rede Baixada Literária. Indica que o projeto foi coordenado pela Prof.^a Dra. Marianna Zattar e pela Prof.^a Dra. Nysia Sá, docentes do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ e contou com a participação de Adriana Ferreira, discente do referido curso, na condição de bolsista PROFAEX-UFRJ, atuando no acompanhamento das atividades de planejamento, execução e avaliação do projeto. Traz como principais resultados a contribuição na formação e fortalecimento de círculos de leitura que sejam capazes de realizar múltiplas leituras de mundo e atender as novas necessidades informacionais das pessoas. Conclui que a experiência adquirida através dessa iniciativa foi fundamental para a (re) avaliação das práticas informacionais que são realizadas cotidianamente, promovendo uma postura mais crítica e responsável no compartilhamento e disseminação da informação.

BIBLIOGRAFIA: ABREU, Janaina M.; PADILHA Paulo Roberto (org.). Paulo Freire em tempos de fake news. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2240**

TÍTULO: **LIMITES AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO DOMÉSTICO - FUNDAMENTOS TEÓRICOS SUBJACENTES ONTEM E HOJE**

AUTOR(ES) : **JOÃO LINS DE ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo discutir as bases teóricas e/ou empíricas que têm fundamentado o debate recente brasileiro sobre a capacidade ou não do Governo de acumular determinado patamar de dívida pública. Com base em uma revisão da bibliografia acerca do tema produzida principalmente em dois períodos críticos: (i) Crise Mundial de 2008 e (ii) Crise Mundial de 2020, propomos uma visão sistematizada da literatura econômica sobre a existência ou não de um limite para a relação dívida-PIB. Uma boa parte dos argumentos favoráveis à ideia de que a consolidação fiscal deve ser retomada como prioridade está centrada na tese de intolerância à dívida, em nossa visão inadequadamente utilizada para a realidade brasileira; e na tese da austeridade expansionista, amplamente questionada teórica e empiricamente. Outra parte, ainda que não utilize explicitamente os termos dessas teses, carregam parte de seus pressupostos. Após a sistematização da literatura mainstream sobre a existência ou não de um limite para a relação dívida-PIB, e portanto, de um limite para a política fiscal, o trabalho busca apresentar um contraponto sobre a natureza do financiamento do gasto público. Nesse momento em que a discussão sobre a retomada da economia brasileira se faz presente, é de suma importância se terem claras as diferenças teóricas basilares de duas perspectivas opostas: uma perspectiva que aposta na necessidade de ajustes fiscais para conter o crescimento da razão dívida-PIB e uma outra perspectiva aposta na possibilidade de grandes dispêndios por parte do Governo para impulsionar a retomada econômica.

BIBLIOGRAFIA: Blanchard, Olivier. 2019. Public Debt and Low Interest Rates. American Economic Review 109, no. 4: 1197-229 Alesina, A. & Ardagna, S. & Perotti, R. & Schiantarelli, F. (2002) Fiscal Policy, Profits, and Investment. THE AMERICAN ECONOMIC REVIEW JUNE, 2002 Jorge, C. T. (2020). A Critical Analysis of Brazilian Public Debt in the 2000s from an MMT Perspective. PhD Diss., Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2247**

TÍTULO: **TRAMANDO COM O TRIBUNAL POPULAR INTERNACIONAL DO SISTEMA DE JUSTIÇA**

AUTOR(ES) : **JENNIFER MORAES, RAQUEL FERREIRA PIRES, LUCAS ALVES DE OLIVEIRA, ISABELA RAPOSO BARBOSA, SHEILA FERNANDES PIRES DA SILVA, LARA CAETANO PEREIRA, ESTER GERONIMO PEREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O TRAMA (Teorias e Redes de Ação Materialista), vinculado ao grupo de pesquisa LABÁ - Direito, Espaço & Política, é, além de projeto de pesquisa e extensão, um coletivo que reúne professora e jovens pesquisadores a fim de desenvolver projetos com o intuito de reforçar métodos de ensino e investigações teórico-práticas extensionistas que combatam a tendência de “despacializar” o direito (FRANZONI, 2018) – enfrentando perspectivas que situem a produção da juridicidade apartada dos fenômenos que ela mesmo cria, como corpos, espaços, imaginários e práticas.

Na consolidação de sua vertente extensionista, o TRAMA firmou parceria com a articulação popular Tribunal Popular Internacional do Sistema de Justiça (TPISJ) que, nesta edição, representará acusações em que o Sistema de Justiça estará no banco dos réus. Esse projeto é uma ferramenta de luta em que organizações e movimentos populares buscam ampliar as reflexões da sociedade sobre as violações de direito perpetradas pelo próprio Sistema de Justiça, incidindo, também, na reconstrução e democratização do acesso à justiça, ampliando a promoção dos Direitos Humanos sob a perspectiva dos grupos populares. O processo é dividido em três fases: *i.* mobilização e denúncia, *ii.* julgamento e *iii.* multiplicação. Nessa distribuição, o Labá TRAMA atua junto a outros grupos universitários em duas vertentes principais: *i.* formativa, onde construímos atividades conjuntas de formação, entre os grupos parceiros, com temas atrelados à advocacia popular, sistema de justiça e democratização da justiça; *ii.* metodológica, colaborando na construção da metodologia para receber os casos, organização das informações de pesquisa e dados da sociedade civil, apoio nas atividades práticas de instrução. Além disso, nosso coletivo também está junto com o GT de comunicação, responsável pela incidência e visibilização das atividades realizadas pelo Tribunal Popular.

A experiência do Labá junto aos outros coletivos extensionistas (de dentro e fora do campo jurídico) nos espaços de formação do TPISJ tem permitido a consolidação de uma rede nacional de pesquisadores-extensionistas do campo popular e, ainda, a problematização das abordagens tradicionais sobre Sistema de Justiça, ainda hegemônicas nas universidades. Pensar, debater e produzir a partir dos eixos de acusação do Tribunal e integrar os seus GTs, estimula, entre os participantes, a mudança do centro de gravidade dos discursos tradicionais sobre a Justiça como lugar de implementação de direitos, para recentralizá-la como espaço formado por órgãos e agentes que também se inserem na produção das desigualdades e das violências estruturais que organizam nossa sociedade. Atualmente, o TPISJ se encontra dando início a fase de julgamento, momento em que, a partir da denúncia, serão evidenciadas as problemáticas do Sistema de Justiça em uma performance coletiva, para, por fim, difundir o debate e, junto com a sociedade, apontar os caminhos para a democratização do acesso à justiça.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, J. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018. REBOUÇAS, Gabriela Maia; SOUSA JUNIOR, José Geraldo; CARVALHO NETO, Ernani Rodrigues. A expansão Semântica do Acesso à Justiça e o Direito Achado Assessoria Jurídica Popular. Essere nel Mondo, 2016. Conselho Nacional de Justiça, Flávia Moreira Guimarães Pessoa, organizadora. Democratizando o Acesso à Justiça - Brasília

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2253**

TÍTULO: **PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO DE ECONOMIA CIRCULAR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO PARQUE TECNOLÓGICO DA UFRJ**

AUTOR(ES) : **NICOLAS FIGUEIREDO, MIRIAM MAIA CAVALCANTE**

ORIENTADOR(ES): **DALIA MAIMON SCHIRAY, ANALICE ARAUJO**

RESUMO:

O Projeto tem como objetivo desenvolver estratégias para implementar um modelo de economia circular a partir dos resíduos sólidos eletrônicos gerados no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES) do Instituto de Economia da UFRJ.

A proposta visa identificar as práticas de gestão que já sejam realidade no parque para que se verifique os seus níveis sustentabilidade, principalmente no que tange aos hábitos de consumo, não só da administração do complexo, mas como de todos os seus stakeholders. A partir desse processo, serão destacados os resíduos eletrônicos que possam ser objeto de gestão e desenvolvimento de um projeto de economia circular. A partir do desenho do processo, serão desenvolvidas estratégias com foco principalmente naqueles resíduos que forem caracterizados como fundamentais para o desempenho e desenvolvimento sustentável do parque, bem como das empresas nele instaladas.

A principal base teórica para o desenvolvimento deste projeto é o conceito de economia circular, fundamental para repensar o tradicional modelo econômico linear. Desse modo, o aperfeiçoamento das ferramentas da Economia Circular pode contribuir para a recuperação e o reaproveitamento de resíduos, cabendo às instituições de ensino e pesquisa entrarem, nesse processo, com a função de fomentar o desenvolvimento de tecnologias e profissionais especializados na área.

O projeto visa, também, conscientizar as administrações do parque e das empresas nele instaladas acerca dos impactos dos seus resíduos vis-à-vis suas legislações aplicadas, estimulando, assim, o desenvolvimento de estratégias ambientais sustentáveis, inseridas desde a produção ao consumo. Adicionalmente, haverá a ênfase na gestão desses resíduos para que atuem como insumos em outros processos produtivos, aplicando, portanto, os conceitos da economia circular.

A metodologia é exploratória e de pesquisa-ação, utilizando-se das técnicas de coleta de dados via observação participante, análise documental, seminários, entrevistas e reuniões com os interessados. A escolha da pesquisa-ação, nesse projeto, visa buscar uma autorreflexão coletiva e colaborativa empreendidas pelos seus participantes, de maneira a melhorar a racionalidade e a qualidade das práticas de gestão nos seus locais de ocorrência.

Em termos de resultados esperados, objetivamos propor procedimentos para a gestão do descarte de resíduos de equipamentos de informática e de seus componentes no final de suas vidas úteis, considerando tanto os aspectos ambientais quanto os regulatórios, incentivando, assim, práticas adequadas de compliance.

BIBLIOGRAFIA: ANDRADE, R. T. G., FONSECA, C. S. M., MATTOS, K. M. C. Geração e destino dos resíduos eletrônicos de informática das instituições de ensino superior de Natal - RN, Holos, 2010. CHANCEREL, P.; ROTTER, S. Recycling-oriented characterization of small waste electrical and electronic equipment. Waste management, 2009. NETO, J. A., BARROS, M. C. L., & CAMPOS -SILVA . L. Economia circular, sistemas locais de produção e ecoparques industriais: Princípios, modelos e casos (aplicações). Blucher, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2255**

TÍTULO: **NARRATIVA JORNALÍSTICA E CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA NO CASO CRIMINAL DA FLORDELIS E POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ENTRE PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E JUDICIÁRIAS.**

AUTOR(ES) : **LAURA MARIA ALMEIDA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO:

O presente trabalho pretende analisar as práticas narrativas do Jornal O Globo de construção biográfica de “vítimas” e “réus”, no âmbito do acontecimento que ficou amplamente conhecido como o caso da deputada Flordelis. Analisaremos como o fazer jornalístico dessa instituição construiu narrativamente representações acerca da vítima e dos acusados (particularmente, da Flordelis), utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais acerca das condutas dos sujeitos protagonistas.

O caso Flordelis ganha força dentro dos veículos da Imprensa a partir do segundo semestre de 2020, com o resultado do Inquérito da Polícia Civil do Rio de Janeiro que indicou a então Deputada Federal Flordelis como a mandante do assassinato de seu esposo, o pastor Anderson do Carmo de Souza, crime que teria ocorrido na residência da família, em 16 de julho de 2019. Tal caso tem sido produto de diversas produções midiáticas, pois trata-se de uma trama com diversos atores do núcleo familiar de tal figura pública.

A partir do dia 17 de junho de 2019, o Jornal O Globo inicia a sua cobertura sobre o caso e, conforme surgem novos acontecimentos, veicula a informação correspondente. O Jornal, ao narrar o evento, produz, também, uma acusação moral da “ré”, contrastando, dessa forma, com a imagem pública que a deputada construiu ao longo de sua trajetória (como pastora, como mulher que adotou mais de 50 crianças etc).

A pesquisa, ao qual esse trabalho está vinculado, tem por objeto, em seu sentido mais amplo, a descrição e análise comparativa das práticas institucionais de produção das verdades jurídica e jornalística. Trata-se de compreender, por contraste, como duas instituições fundamentais à democracia brasileira, a Justiça Criminal (tribunal do júri) e a Imprensa, constroem discursos com efeito de real, a notícia jornalística e a sentença judicial, acerca de acontecimentos do cotidiano. Muitos elementos compõem essas práticas institucionais (os usos da retórica, a produção de provas, o uso de imagens, a forma narrativa, a formação do convencimento, o lugar da isenção jornalística etc).

Nos limites da iniciação científica, foi elaborada uma primeira delimitação temática de pesquisa envolvendo a análise do discurso jornalístico e, particularmente, a construção moral dos sujeitos nesse discurso.

Esse trabalho tem a **descrição densa** proposta pelo Clifford Geertz como perspectiva analítica, logo a etnografia está na base da construção do olhar teórico. A metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica e levantamento no acervo online do Jornal O Globo das matérias jornalísticas impressas que apresentam a palavra-chave “Flordelis” entre os dias 17 de junho de 2019 e 02 de maio de 2021.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41/186-213. MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. São Paulo: Intercom, 2005. SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 450 – 465.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2261**

TÍTULO: **CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: MAPEANDO CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **LUCIANA ALENCAR XIMENES, RAQUEL FERREIRA PIRES, MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA, CHIARA FERRAZ GALHANONE, CAROLINA ROSÁRIO GISMONTI, NATHALIA CUNHA PECANHA, VICTOR ABI RIHAN AVILA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O trabalho tem por objetivo apresentar a metodologia e resultados parciais do projeto de pesquisa-extensão "Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos", parceria entre o grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ), para o período de 2019-2021. O projeto tem como principais atividades *i.* a coleta de dados, sistematização de informações e produção de estudos sobre conflitos fundiários urbanos em territórios e comunidades ameaçados por remoções, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e *ii.* a incidência informada, política e juridicamente, em casos de ameaças e violações de direitos. O projeto colabora, ainda, com a base cartográfica do Observatório Nacional de Remoções (FAU/USP) e integra a Campanha Nacional Despejo Zero.

O Cartografias Jurídicas trabalha a partir de marco teórico e base de dados que articula a produção do espaço, as formas de moradia das classes populares e a produção do direito - investigando correlações entre acesso à justiça, acesso à terra e segurança da posse. A metodologia adotada busca produzir diagnósticos situados no tempo e nos territórios, pensando o direito de maneira espacializada (FRANZONI et al, 2020). Este trabalho se caracteriza pela interdisciplinaridade da equipe de pesquisadoras envolvendo as áreas do direito, arquitetura e urbanismo e sociologia, em diferentes fases da formação acadêmica (doutora, pós-graduandas e graduandas), todas engajadas nas diversas etapas do projeto: coleta e construção do banco de dados, definição dos marcos e referências, discussão dos cruzamentos e espacialização e produção da base cartográfica.

Os dados apresentados tratam de casos atendidos pelo NUTH, nos anos de 2019 e 2020, que foram caracterizados como casos de ameaças de remoções (com distintas datas de origem da ameaça e de origem da ocupação); casos em que houve remoção efetivada; casos em que a posse foi assegurada. Estas três situações são identificadas tendo como base as condições fáticas de moradia das famílias, não estando limitadas à especificação jurídica da situação. Foram contabilizados 140 casos de conflitos fundiários urbanos, envolvendo 18.023 famílias, na cidade do Rio de Janeiro. A maior parte dos casos é de ameaça de remoção, estimando-se 121 casos, representando 17.053 famílias. Os casos de remoção totalizam 16 no biênio e atingiram 786 famílias. Os casos em que a posse foi assegurada e o risco de remoção cessado foram apenas 3 e englobam 184 famílias. Trata-se de um levantamento substancial, a despeito das limitações de campo que serão debatidas, e que oferece informações potentes, tanto para a atuação direta contra as remoções forçadas, quanto para compreensão das dinâmicas em curso, estando alinhado com as premissas metodológicas da pesquisa que é comprometida com a produção do saber atrelados a lutas concretas (FRANZONI, 2018).

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI et al. Cartografias jurídicas. In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares. Observatório de Remoções. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. FRANZONI, J.. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 10, p. 2923-2967, 2019. _____ O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2265**

TÍTULO: **VIDA PÚBLICA; COMO TEMAS REPUBLICANOS IMPACTAM A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES E DE ENSINO DO ESTADO**

AUTOR(ES) : **MARIANA VELLOSO, KAREN SANT ANNA DIAS NETTO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA, FLAVIA GUERRA**

RESUMO:

O projeto de extensão "Vidas públicas: como os temas republicanos impactam a integração de crianças refugiadas nos espaços escolares e de ensino do Estado" é resultado da parceria entre o IPPUR e o IRID, ambos institutos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este projeto visa alcançar crianças refugiadas e migrantes que estão nas escolas da rede pública do Rio de Janeiro e promover um maior acolhimento e integração dessas crianças e adolescentes nestes espaços de ensino. Tendo em vista que a imigração é uma questão mundial latente que desafia o campo da Gestão Pública, o projeto entende a importância e a necessidade de um olhar didático para essa temática. Com isso, lemos e debatemos textos que abordam a questão da imigração e seus entraves, além de pensar maneiras mais efetivas de integração dessas crianças no ambiente escolar por meio de mapeamento e localização dessas crianças e adolescentes e reuniões com diretores e professores dessas escolas que as recebem, buscando também, adaptar o plano inicial da projeto com as medidas de segurança necessárias à pandemia da covid-19,. Ao longo do projeto, um dos textos debatidos foi "Por que os antropólogos não gostam de crianças?" de Lawrence A. Hirschfeld. Com base nele é possível entender o quanto as crianças são subestimadas como produtoras e reprodutoras de cultura pela antropologia. O que vai em desacordo com o relato da coordenadora pedagógica Jaspé Mattos da Escola Municipal Capistrano de Abreu que em entrevista ao projeto relatou a dificuldade de adaptação de uma aluna imigrante com a comida oferecida na escola. Com isso, pode-se compreender que a questão da integração de crianças imigrantes e refugiadas vai além dos diferentes hábitos alimentares e perpassa suas famílias, condições socioeconômicas, questões como xenofobia e muitas outras problemáticas que o projeto Vida Pública busca entender e debater visando noções de cidadania e acolhimento.

BIBLIOGRAFIA: HIRSCHFELD, Lawrence. Por que os antropólogos não gostam de crianças? Latitude.v.10, Nº 2, 2018. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2846> >

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2288**

TÍTULO: **PANDEMIA, AUXÍLIO E DESIGUALDADE**

AUTOR(ES) : **SOFIA BOCCANERA**

ORIENTADOR(ES): **FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA**

RESUMO:

O objetivo do trabalho é mensurar o impacto da pandemia de Covid-19 e das políticas sociais a ela relacionada sobre a distribuição de renda no Brasil no ano de 2020. A principal ferramenta para avaliar os dados brasileiros será o índice de Gini, que é um indicador de desigualdade. O índice será construído a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), divulgados pelo IBGE.

O principal problema enfrentado para fazer a análise pretendida é que os dados da PNAD Contínua não incluem, entre os componentes das rendas recebidas, o auxílio emergencial. Por outro lado, no período de maio a novembro de 2020 o IBGE realizou uma versão específica da pesquisa, denominada PNAD COVID19, que levanta esta informação. Contudo, a PNAD COVID19, tem várias limitações, entre elas o fato de, não permitir comparações com o período pré-pandemia. Em suma, a maior dificuldade no caso da presente proposta é fazer uma combinação das duas pesquisas.

Nesse contexto, a opção foi por um método de construção de indicadores por etapas. A primeira etapa consiste no cálculo dos indicadores contemplando o total dos rendimentos exclusive auxílio emergencial. Trata-se, neste caso, da construção de um cenário contrafactual, que mostra como teria evoluído a distribuição pessoal da renda na ausência do auxílio emergencial. Usando os dados da PNAD Contínua é possível comparar a distribuição de renda antes e depois da pandemia. A segunda etapa consiste na utilização dos dados da PNAD COVID19 para calcular os indicadores de renda, incluindo o auxílio emergencial, para o período da pandemia. Neste caso, para comparar com períodos anteriores é necessário recorrer a artifícios metodológicos, como a aplicação do coeficiente “auxílio emergencial”/”rendimento de todos os trabalhos” da PNAD COVID19 nos dados da PNAD Contínua. No que tange a formulação adotada para o cálculo do índice de GINI, será utilizada a proposta por Hoffmann em seu manual ‘Estatística para Economistas’.

Vale notar que até a presente data, o trabalho avançou na frente do cálculo preliminar do Índice de Gini entre estratos para o cenário contrafactual baseado na PNAD Contínua. Nesse contexto o Índice de Gini para 2019 e 2020 é: 0,504 no 1T2019; 0,491 no 2T2019; 0,470 no 3T2019; 0,492 4T2019; 0,502 no 1T2020; 0,495 no 2T2020; 0,495 no de 3T2020 e 0,493 no 4T2020.

A interpretação dos resultados não é trivial. Primeiramente porque durante a Covid-19 o número de respondentes da PNAD Contínua sofreu uma grande retração. Como a diminuição dos entrevistados foi diferenciada por estrato de renda, surgiu um efeito-estrutura cujas implicações para os resultados ainda precisam ser analisados. Além disso, a combinação de rendimentos sujeitos a regras com rendimentos totalmente flexíveis, num contexto de um forte choque econômico exógeno também traz impactos incomuns para a distribuição dos rendimentos. O efeito de todos esses fatores ainda está sendo analisado na pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: Hoffmann, Rodolfo. Estatística para Economistas. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006. Hoffmann, Rodolfo. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância. Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6984> . Acesso em: 7 de setembro de 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2302**

TÍTULO: **ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO NA PREVENÇÃO DA COVID-19 E OUTRAS SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS AGUDAS PARA COMUNIDADES DE BAIXA RENDA - CASO MANGUEIRA**

AUTOR(ES) : **VINICIUS MATOS DE ABREU, DIOGO FELIPE LOPES DA COSTA, MIRIAM MAIA CAVALCANTE**

ORIENTADOR(ES): **DALIA MAIMON SCHIRAY**

RESUMO:

O presente trabalho se propõe a apresentar o resultado da pesquisa de Estratégia de comunicação na prevenção da COVID-19 e outras síndromes respiratórias agudas para comunidades de baixa renda - Caso Mangueira. Importante ressaltar que este estudo é desenvolvido pelo Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES), que é vinculado ao Instituto de Economia da UFRJ. Esta pesquisa objetivou compreender e desenvolver uma estratégia para a comunicação preventiva de epidemias virais de SARS para favelas e comunidades periféricas, realizando uma proposta de estratégia de comunicação de mudança comportamental para prevenção de epidemias virais nestes territórios. Para tal foram realizadas (i) revisões de literatura sobre temas elementares de prevenção epidemiológica e de COVID-19; (ii) caracterização/mapeamento das ações de comunicação e prevenção dos principais programas governamentais de controle epidemiológico no Rio de Janeiro e (iii) entrevistas semiestruturadas com agentes do poder público, pesquisadores diretamente envolvidos em estatísticas de COVID em favelas e moradores e lideranças comunitárias da Mangueira. Estas etapas possibilitaram identificar como principal resultado que as medidas de prevenção estavam claras para a população da comunidade, entretanto o aumento do desemprego e da pobreza na comunidade gerou um ambiente de insegurança sanitária devido a falta de recursos mínimos para comprar sabão, álcool gel e máscaras. Tendo em vista o que foi diagnosticado nesta pesquisa, apresenta-se uma proposta de prevenção que busca acrescentar alternativas às práticas de prevenção de epidemias virais já desenvolvidas para favelas e comunidades periféricas. Por outro lado, entrou no radar da pesquisa discutir como a pandemia de coronavírus afetou a vida da comunidade. Por fim, mas não menos importante, reafirmamos a necessidade de discutir a prevenção de epidemias virais em favelas e comunidades periféricas em si longe de discursos fabricados que buscam mais estereotipá-las interesses muito particulares.

BIBLIOGRAFIA: Emerich, T., Cavaca, A., Gentili, V., & Emerich, A. Necessidades de saúde e direito à comunicação em tempos de midiatização. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 10(4), 2016. JOHNS HOPKINS. Social and Behavior Change Communication (SBCC). 2020. MAIMON SCHIRAY, D. The covid-19 pandemic in vulnerable communities: the responses of Rio de Janeiro's favelas. Revue de la régulation [En ligne], 29, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2328**

TÍTULO: **SE OS MATADOUROS TIVESSEM PAREDES DE VIDRO: REPENSANDO OS PAPÉIS DA EMPATIA E DO CUIDADO A PARTIR DA CRÍTICA FEMINISTA ÀS TEORIAS TRADICIONAIS DE DIREITOS ANIMAIS**

AUTOR(ES) : **CARINA MARTIN DE AGUIAR**

ORIENTADOR(ES): **ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN, ANNA CARAMURU PESSOA AUBERT**

RESUMO:

Trata-se de trabalho desenvolvido no âmbito do Núcleo de pesquisa de Teoria dos Direitos Humanos (NTDH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o qual tem como objetivo estudar os direitos humanos de grupos vulneráveis - com especial ênfase às pessoas com deficiência -, e os direitos dos animais não humanos.

Na presente pesquisa, parte-se do pressuposto da insuficiência de argumentos de ordem puramente racional para que ocorra uma efetiva mudança no modo como tratamos os animais. A argumentação dessa ordem foi propagada em obras clássicas de direito animal como as de Tom Regan e Peter Singer, que se utilizam puramente do racionalismo em suas tentativas de enfatizar o status moral dos animais não humanos, dentro de uma lógica humanista cartesiana, rejeitando aspectos relativos às emoções e ao cuidado.

Nesse contexto, surge a crítica ecofeminista que alerta para o fato de que (i) para além da filosofia moral, a empatia pode ser um catalisador nas mudanças nos modos como tratamos animais não humanos; e (ii) é preciso considerar o ponto de vista dos próprios animais não humanos quando da construção de teorias éticas.

Com esse cenário em vista, o principal objetivo da pesquisa é apresentar as críticas de autoras feministas em suas teorias sobre a ética do cuidado, contra os modos pelos quais as teorias clássicas do direito animal abordam o tema. Pretende-se, então, analisar como as autoras buscam evitar presunções antropocêntricas, mas valorizam a comunicação não verbal que pode ocorrer entre indivíduos intra ou interespecies.

Adotaremos metodologia hipotético-dedutiva e dividiremos nosso estudo em duas partes. Na primeira, procederemos a uma revisão bibliográfica em torno do tema e, após, se dará uma análise do romance ficcional de J. M. Coetzee "The Lives of Animals", inclusive no que diz respeito ao comentário de Barbara Smuts que se encontra ao final do livro, e que ilustra as complexas compreensões emocionais da epistemologia do cuidado.

A obra de Coetzee, no mais, nos dará substrato para refletirmos de modo menos abstrato sobre os argumentos levantados. Nela, fica clara a discriminação sofrida pela personagem Elizabeth Costello, uma acadêmica considerada demasiadamente sensível e emotiva - de modo pejorativo - por figuras como seu filho, e que procura lutar pelos animais, desafiando - por vezes de modo insuficiente - as normas e estereótipos do universo acadêmico.

Ao refletir sobre teorias já elaboradas e as que poderiam surgir dentro da ética animal, conclui-se que é possível destacar uma perspectiva do ser humano como um ser complexo, em que tanto emoções como racionalidade figuram como elementos relevantes a serem considerados no estabelecimento de obrigações morais para com os animais não humanos, rejeitando-se, de um lado, a percepção de que o critério emocional careceria de valor e, de outro, a associação do campo do cuidado e dos sentimentos a ideias femininas fracas e insuficientemente acadêmicas.

BIBLIOGRAFIA: COETZEE, J. M. *The Lives of Animals*. New Jersey: Princeton University Press, 1999. DONOVAN, J. *Interspecies Dialogue and Animal Ethics: The Feminist Care Perspective*. In: KALOF, L. (ed.). *The Oxford Handbook of Animal Studies*. New York: Oxford University Press, 2017. GLASSER, C. L. *Rational Emotions: Animal Rights Theory, Feminist Critiques and Activist Insight*. In: BLAZINA, C. et al. (eds). *The psychology of the human: animal bond*. New York: Springer Science+Business Media, LLC 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2346**

TÍTULO: **A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS ALÉM DAS JURISDIÇÕES NACIONAIS**

AUTOR(ES) : **MARLON COELHO DE SOUZA TELES**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, MARCELO NEVES**

RESUMO:

Nas últimas décadas, o esgotamento de recursos naturais dentro das fronteiras nacionais tem fomentado o interesse econômico por recursos naturais do Alto-Mar – território internacional que não é submetido a nenhuma jurisdição estatal –. Com objetivo de evitar eventuais conflitos pela busca de recursos nessa área, coube as organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), elaborar instrumento jurídico que regule a situação exploratória desses recursos. Por sua vez, a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabeleceu, em dezembro de 1982, a Parte XI do texto de sua Convenção (CNUDM). Este foi um importante marco no direito internacional do mar, haja vista que coube a convenção, além de criar a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (AIFM), estabelecer um novo paradigma emaranhado em princípios que norteiam benefícios para a humanidade como um todo, bem como buscam uma exploração equânime dos recursos (BRASIL, 1995). Todavia, foi somente em julho de 1994 que as partes adotaram um acordo de implementação da Parte XI que regulamentava a situação exploratória de recursos naturais no Alto-Mar. Nesse sentido, constata-se o papel fundamental da AIFM em organizar e controlar a exploração e aproveitamento destes recursos, com foco sempre no respeito aos princípios que regem a Área, dispostos na seção 2 da Parte XI.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é (i) estudar o emergente interesse pela exploração de recursos naturais no Alto-Mar, espaço jurídico internacional que é comum a toda a humanidade, a partir dos instrumentos jurídicos internacionais que regulam a exploração e estabelecem uma gestão de recursos compartilhada, em benefício da humanidade. Nessa linha, (ii) evidenciar a importância do sistema paralelo de exploração dos recursos da Área, o que garante principalmente aos países emergentes o acesso a tecnologias de extração criadas por países desenvolvidos. (iii) Além de também verificar a atuação da AIFM e constatar se esta tem sido feita com base nos princípios estabelecidos na Parte XI do texto da CNUDM.

Os resultados revelam, infelizmente, que a realidade quanto a exploração do Alto-Mar passa por um processo de descaracterização do “princípio do patrimônio comum da humanidade para aproximá-lo da velha ideia de *res communis omnium*” (FIGUERÓA, et al., 2003 pp. 163-164). Nessa seara, o direito de exploração equânime fica prejudicado para os países em desenvolvimento. Principalmente porque a CNUDM, por conta de questões econômicas e políticas, não foi capaz de estabelecer detalhadamente a distribuição equitativa dos recursos. Mas, foi ao final da Guerra Fria, com o Acordo de 1994, que o conceito de equidade de exploração foi efetivamente esvaziado. Por consequência, hoje, tem-se frágil a atuação da AIFM.

O trabalho foi desenvolvido a partir da revisão de Documentos, Leis, Tratados, Decretos e Convenções do Mar, bem como de uma abordagem qualitativa bibliográfica.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL, Decreto nº 1530, de 22 de Junho de 1995; FIGUERÓA, C. S., DUTRA JR, A. E., COSTA, F. A., MORAES, L. G., & CARDOSO, R. A. (2003). Direito dos fundos marinho internacionais: o patrimônio comum da humanidade vinte anos após a convenção de Montego Bay. Brasília: Instituto Rio Branco; PUREZA, J. M. (s.d.). Portugal e o novo internacionalismo: o caso da comissão mundial independente para os oceanos. Acesso em 10 de outubro de 2021, disponível em <<https://bityli.com/2ZrLC3>>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2356**

TÍTULO: **TRANSPARÊNCIA DAS CAPITAIS BRASILEIRAS NA PANDEMIA DA COVID-19: A DIVULGAÇÃO DAS RECEITAS, DESPESAS E CONTRATOS EMERGENCIAIS.**

AUTOR(ES) : **PEDRO VALERIO VIEIRA PERCUT**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDA SAUERBRONN**

RESUMO:

Com o avanço do coronavírus no país, a União transferiu recursos para reforçar as medidas de combate à pandemia nos Estados e Municípios. Para aumentar o tempo de resposta às demandas e reduzir a burocracia no enfrentamento à crise sanitária, a conversão da medida provisória 961/2020 na lei 14.065/2020 regulamentou a dispensa de licitações nas aquisições de bens e contratações de serviços relacionados a pandemia de covid-19.

Aprovada em 2011, A Lei de Acesso (LAI) é um dos dispositivos mais importantes para a transparência das informações da gestão pública. É um avanço, pois contribui para a participação popular na rotina administrativa por meio da demanda de solicitações. (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014). Em 2020, durante a pandemia, por meio de medida provisória, os prazos foram suspensos em razão da quarentena dos servidores públicos. Dessa forma, os dados disponibilizados pelos municípios em seus portais de transparência ganharam ainda mais relevância.

O objetivo deste estudo é avaliar a transparência das transferências dos recursos financeiros por meio do modelo Fundo a Fundo do Ministério da Saúde e dos auxílios financeiros da União para reforçar as medidas contra a pandemia nas capitais brasileiras. Para Silva (2020), para melhorar a arrecadação, a transferência de renda para populações em situações vulneráveis é uma medida positiva para a melhoria do nível de atividade econômica dos entes subnacionais.

Da mesma forma, verifica-se também a divulgação das contratações e despesas com a pandemia. Para alcançar o seu propósito, adota-se a categoria de pesquisa bibliográfica, documental e a metodologia quali-quantitativa neste estudo.

O escopo da pesquisa e a sua fundamentação é o período da pandemia covid-19 no Brasil que foi investigado a partir do seu reconhecimento em 2020 até os maiores picos de mortes e de infecção registrados até o primeiro quadrimestre de 2021. Portanto, adota-se duas das principais fontes de receitas dessas regiões nesse período: os repasses do SUS pelo modelo Fundo a Fundo e o auxílio da união formalizado pela lei complementar 173/2020. Pela outra ponta, a disponibilização dos valores das despesas auferidas no período e dos itens dos contratos firmados também foram analisados.

Como resultado, observou-se que muitas capitais ainda pecam no detalhamento dos repasses não orçados recebidos da União, o que dificulta o seu acompanhamento. Os principais itens dos contratos firmados na pandemia foram divulgados e, a pesar de alguns dados desatualizados, mais da metade das capitais divulgaram informações sobre as despesas incorridas organizadas por fase de execução em página específica para monitoramento de gastos nos seus portais de transparência.

BIBLIOGRAFIA: MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. Informação & informação, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2014. SILVA, Mauro Santos. Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2358**

TÍTULO: **AGROENERGIA COMO VETOR PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

AUTOR(ES) : **SOFIA STHEL SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JOÃO FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS**

RESUMO:

A concepção de uma agricultura sustentável é central para a Agenda 2030, uma vez que a agricultura é uma fonte relevante da emissão de gases de efeito estufa – especialmente no contexto brasileiro. Um dos pilares para o desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono é a geração da agroenergia, particularmente aquela associada ao aproveitamento dos resíduos orgânicos. A atividade agropecuária tem grande potencial de gerar poluição, sobretudo de rios e lagos, a partir dos dejetos da produção animal. O uso de biodigestores realiza o tratamento dos dejetos de animais com a consequente produção de biofertilizante e biogás – este último, por sua vez, pode ser utilizado para a produção de energia. Este trabalho apresenta os sistemas de biogás como uma alternativa que propicia a geração de ganhos ambientais, econômicos e sociais, a partir da geração de agroenergia. Baseado no Censo Agropecuário, o trabalho estima o potencial de geração de biogás das unidades rurais familiares com produção pecuária. O trabalho apresenta, ainda, as oportunidades e os desafios para o desenvolvimento de sistemas de biogás nas unidades rurais familiares do país. Os principais exemplos de locais que demonstram esse potencial estão localizados na região Sul do país, como é o caso do condomínio Ajuricaba, da Associação Agrícola de São Carlos e do Centro de Formação e Produção de Alimentos e Bioenergia São Francisco de Assis. O papel das políticas públicas é de grande importância na repercussão de iniciativas deste cunho, uma vez que ainda é preciso mais investimento tecnológico e, além disso, a legislação também precisa se adaptar para facilitar a entrada dos pequenos produtores no mercado. Os próximos passos do estudo também serão introduzidos: trata-se de aprofundar-se na análise de diferentes tecnologias para a produção de biogás e biofertilizante, tendo como referência marcos internacionais na América Latina, China e África.

BIBLIOGRAFIA: _____. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar: grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. Manure as a Resource: Livestock Waste Management from Anaerobic Digestion, Opportunities and Challenges for Brazil. International Food and Agribusiness Management Review, v. 17, Issue 4, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2363**

TÍTULO: **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA MUNDIAL (1970-2010)**

AUTOR(ES) : **LUCAS DE MELO BRITO**

ORIENTADOR(ES): **WILSON VIEIRA**

RESUMO:

Partimos do objetivo de analisar as tentativas de superação do subdesenvolvimento na América Latina diante dos desafios colocados pelas transformações na economia mundial no período 1970-2010, colocando a hegemonia dos EUA como fundamental para a compreensão do que ocorre na América Latina nesse período. A pesquisa se baseia nos estudos de Celso Furtado, da Teoria Marxista da Dependência e da Economia Política do Sistema Mundo, localizando a América Latina no quadro mais geral do capitalismo e como ferramenta de explicação da situação de subdesenvolvimento dessa região. Os autores estudantes contribuem com a exposição de textos para discussão entre o grupo e coleta de dados para o acompanhamento do desenvolvimento latino-americano durante a época pesquisada.

Observando o movimento histórico do capitalismo, percebe-se a queda da hegemonia britânica e o encerramento do seu ciclo sistêmico, com os EUA vitoriosos das Guerras Mundiais, ganhando a disputa pelo poder hegemônico. Até 73, o capitalismo vive sua era de ouro, em resposta à expansão socialista, mas, a partir desse ano, inicia-se uma crise hegemônica, caracterizada pela desestabilização da ordem mundial e declínio de poder e prestígio dos EUA. Entretanto, a partir de 79, os lucros dos EUA crescem acima das expectativas graças, principalmente, às medidas econômicas monetárias de aumento de juros dos EUA, fato que levou os países de Terceiro Mundo a uma péssima situação econômico-financeira, refletindo especialmente na América Latina (crise da dívida externa, principalmente Argentina, Brasil e México). O sistema econômico, com o passar do tempo, aumenta a frequência de crises econômicas especulativas por conta do sistema financeiro hipertrofiado, tornando cada vez mais difícil o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento na América Latina por conta de sua dependência ao dinamismo das economias centrais.

Com isso, é possível analisar os desdobramentos no desenvolvimento da economia latino-americana, durante 1970-2010, cuja característica principal é a sua dependência ao dinamismo do centro capitalista, mesmo com alguns países terem se industrializado (com a participação de empresas transnacionais dos países centrais), principalmente a partir da década de 1930, dada a Crise iniciada em 1929. Entretanto, tal processo de industrialização sofreu e sofre muitas dificuldades em conseguir se inserir na Terceira Revolução Industrial sem muitas perspectivas de sucesso nos projetos desenvolvimentistas.

Apesar da pesquisa estar iniciando a compilação de dados para uma conclusão mais robusta, é possível observar algumas tendências até o momento. Como o aprofundamento da dependência dos países latino-americanos aos países centrais, uma certa desindustrialização nesses países e a crise no país hegemônico, EUA, carregando com ele uma grande crise do moderno sistema mundial, com a possível emergência da China como ameaça a tal hegemonia, podendo levar uma nova dinâmica aos países latino-americanos.

BIBLIOGRAFIA: FURTADO, Celso. A Economia Latino-Americana. Companhia das Letras, 1970 MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000 MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2385**

TÍTULO: **SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO: O IMPACTO DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS NOS INDICADORES CRIMINIAS DA CIDADE**

AUTOR(ES) : **JULIANA KIARA**

ORIENTADOR(ES): **SALO DE CARVALHO**

RESUMO:

O trabalho propõe verificar a sustentação lógica do modelo de segurança pública baseado no enfrentamento armado a partir da ponderação entre as metas oficiais traçadas pelas agências administrativas e o impacto que as operações policiais promovem no cenário de violência do Rio de Janeiro. Para viabilizar a análise, foram considerados dois contrapontos: por um lado, os objetivos e propostas dos órgãos executivos responsáveis pela implementação do modelo de enfrentamento; por outro, a realidade exposta em dados divulgados ao longo do período analisado. Nesse sentido, a pesquisa enfrentou a variação dos indicadores criminais relacionados à violência na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2018 e 2019, comparando-a com a incidência de incursões policiais caracterizadas pelo confronto armado com organizações criminosas. Como a redução histórica, em 2019, das taxas de homicídio e de outros indicadores do estado provocou a reivindicação, por parte do governo estadual, do mérito pelas baixas, partindo do pressuposto de que a intervenção policial mais incisiva – e mais violenta – produziu os resultados observados, o objetivo principal foi analisar em que medida essa hipótese extrapolou o discurso político e se confirmou na realidade. Adotando um suporte metodológico fornecido pela Criminologia Crítica, a pesquisa considerou os processos de criminalização como pontos orientadores da análise, inserindo-a no ponto de vista oficial com a finalidade de alcançar as conclusões do trabalho. Como resultado, constatou-se que o processo de criminalização da venda de drogas reproduz uma lógica punitiva que se mostra inconsistente ao promover um projeto de segurança pública que não condiz com os objetivos propostos no campo da política criminal, destacando-se que o modelo político de enfrentamento armado não parece surtir efeitos positivos na realidade social, já que a incidência de operações policiais pautadas no modelo bélico não coincide – espacial e temporalmente – com a redução nos indicadores de criminalidade (registrada). Essa disparidade não se apresentou de forma homogênea em relação a todas as áreas ou todos os indicadores, mas revelou a impropriedade do modelo para produzir os objetivos propostos pelo Estado e, conseqüentemente, sustentar a lógica do discurso de confronto.

BIBLIOGRAFIA: BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia, outubro de 2011. BATISTA, Vera Malaguti. Dífceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003. ZAFFARONI, Eugenio Raul. O inimigo no direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2449**

TITULO: **MOBILIDADE URBANA EM JAPERI/RJ: ÊNFASE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TRANSPORTES**

AUTOR(ES) : **OTAVIO ALVES DE BRITO LUCINDO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ZAINA SAID EL HAJJ**

RESUMO:

Objetivo principal deste estudo é mostrar como ocorrem as conexões entre os bairros no município de Japeri/RJ através do transporte público oficial, bem como apresentar sugestão de política pública nesse aspecto.

Realizasse um download da página do Moovit (2021) com o comando Wget do Linux, o qual é um programa livre e propicia o download de dados da web. Em seguida foi organizado os dados através do aplicativo Python, que é uma linguagem open-source de propósito geral, usado em ciência de dados. Depois foi coletado os dados dos trajetos das linhas por meio da biblioteca de geocodificação Geopy, que torna possível aos desenvolvedores Python localizarem as coordenadas de endereços, usando geocodificadores de terceiros e outras fontes de dados. Por fim, foi plotado no mapa através da ferramenta QGIS, software multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a: visualização, edição e análise de dados georreferenciados. Dessa forma foi possível construir e gerar o mapa de mobilidade urbana em Japeri.

Como Resultados Alcançados, ao observar o mapa gerado, identifica-se que a mobilidade urbana no município com relação aos transportes públicos oficiais tem apenas 5 linhas informadas, sendo que três fazem o mesmo itinerário, e as outras duas fazem praticamente a mesma rota dentro da cidade; o que significa dizer que as linhas atendem praticamente aos mesmos bairros, ou seja, há um indício de apagão de mobilidade na cidade, notadamente nas regiões de: Pedra Lisa, Guandu e Rio D'Ouro.

É possível apontar duas ocorrências relevantes: a primeira diz respeito às linhas citadas, que operam em sua maioria através de rodovias criadas pelo poder público estadual; a segunda se refere às Rodovias RJ-119 e 493, as quais poderiam atender as três regiões que sofrem com o apagão de transportes, sendo que no caso da rodovia RJ-119, ela não está totalmente pavimentada em sua extensão dentro da cidade de Japeri, o que dificulta que tenham empresas interessadas em obter uma linha que atenda à essas regiões.

Cabe ao poder público municipal cumprir a Constituição Federal (1988), artigos 6, 182, 30, e se houver necessidade com a parceria do Estado. Assim sugere-se: (a) pavimentar as rodovias que precisam de pavimentação; (b) iluminar as pistas e gerar os aspectos de segurança necessários para que essas rodovias possam ser utilizadas e otimizadas; e (c) criar linhas de ônibus municipais que gerem intercâmbio entre as múltiplas regiões do município, interligando os cidadãos aos postos de saúde e educação, bem como aos de lazer como o Pico da Coragem, dificilmente acessado pelo transporte público atual.

A título de constatações, a mobilidade urbana da cidade de Japeri é de fato precária, com apenas cinco linhas para atender uma população de 106.296 habitantes. E há baixos níveis de investimentos municipais e indícios de um apagão de transportes, que sofrem com rodovias mal pavimentadas e a falta de interesse da atuação de novas empresas.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, M. R. M. et al. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. *Psicologia & Sociedade*; 23 (3): 574-582, 2011. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Moovit. Rota da linha RAMAL JAPERI: horários, paradas e mapas. Disponível: https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-line-RAMAL_JAPERI-Rio_de_Janeiro-322-851522-424553-0. Acesso em 14 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2480**

TÍTULO: **APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PARA RECONHECIMENTO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **ISABELLY GONÇALVES BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO:

A pesquisa é feita mediante bolsa PIBIC-UFRJ, concedida à aluna Isabelly Gonçalves Barbosa, e, já está em andamento há algum tempo.

A pesquisa nomeada “Aplicação de Mecanismos de Cooperação Jurídica Internacional para Reconhecimento de Divórcios Estrangeiros no Brasil”, orientada pelo Professor Marcos Vinicius Torres Pereira, objetiva analisar como os mecanismos de cooperação jurídica internacional são aplicados ou não, para facilitar o reconhecimento de decisões estrangeiras de divórcio no Brasil.

Tal análise será realizada através de pesquisa jurisprudencial, doutrinária e legislativa. Pretende-se verificar como os efeitos de divórcios prolatados no exterior têm sido reconhecidos ou não, após o Código de Processos Civil de 2015 (doravante CPC); uma vez que a reforma trouxe novas regras para a homologação de decisões estrangeiras no Brasil, inclusive com normas específicas no tocante a divórcios, notadamente nos artigos 960 e seguintes do Código, bem como no reformado artigo 216 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

O exame de vasto repertório de decisões do Superior Tribunal de Justiça (doravante STJ) sobre o tema, a partir do marco temporal do novo CPC, visa demonstrar, com base em dados qualitativos e quantitativos, explicitados em gráficos, o seguinte: 1) quais são os países estrangeiros de maior incidência na jurisprudência sobre o tema, 2) quais efeitos acessórios, tanto patrimoniais (ex. alimentos), como pessoais (ex. guarda de filho menor), têm maior admissibilidade ou recusa pela Corte, levando à consequente homologação parcial ou total da decisão, ou à sua recusa, 3) como o direito comparado influi ou não para isto, uma vez que aspectos legais da jurisdição estrangeira de origem do *decisum* podem facilitar, limitar ou impedir a admissibilidade do reconhecimento do divórcio estrangeiro no Brasil; 4) como a aplicação de eventuais mecanismos de cooperação jurídica internacional interferem ou não no reconhecimento de divórcios estrangeiros pelo STJ, e, poderiam até mesmo afastar o reconhecimento por esta corte, substituindo-o por método mais simples.

Com isto, visa-se, conseqüentemente, verificar o estado da arte da jurisprudência do STJ sobre o tema, e, principalmente, como a aplicação ou não do Provimento 53/2016 da Corregedoria Nacional de Justiça e do Protocolo de Las Leñas de 1992, do Mercosul, têm contribuído para este quadro, respectivamente, com o desaforamento de pedidos de reconhecimento de divórcios estrangeiros do Judiciário (por registro direto em cartório), e, pelo recurso às cartas rogatorias no lugar do procedimento homologatório tradicional, para o âmbito do Mercosul.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, Nadia. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira. 6. ed. Porto Alegre: Revolução, 2016 TORRES, Marcos. “A Contribuição das Normas Comunitárias para a Circulação de Divórcios Internacionais no MERCOSUL: um Estudo Comparado entre o MERCOSUL e a União Europeia” In: Revista da Secretaria do Tribunal Permanente do Mercosul. año 9. n. 17. mayo, 2021. (online). _____. “A Convenção da Haia sobre Reconhecimento de Divórcios e Separações de Corpos de 1970 e sua Compatibilidade com o Direito Internacional Brasileiro”. In: ARAUJO, Nadia de. Et alii. (Org.). A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e seus Impactos na Sociedade. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2490**

TÍTULO: **PROGRAMA CBGCOM: CBG/UFRJ NAS MÍDIAS SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS, KARINA ORTIZ RODRIGUES, MILLENA LYRA, FELIPE DA SILVA TORRES, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA RIOS, FERNANDA DE CARVALHO MARTINS, LARISSA LOURENÇO LIMA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO:

O CBGCom é uma ação de extensão vinculada ao Departamento de Biblioteconomia da UFRJ. Tem como objetivo principal: divulgar a área no meio digital, utilizando um canal na plataforma do Youtube. Aborda as temáticas por meio de lives com palestras e quadros desenvolvidos pela coordenação da ação e pelos extensionistas. O CBGCom atua com a divulgação científica por meio do audiovisual, trazendo assuntos discutidos por pesquisadores na área da informação. Envolve a divulgação de projetos desenvolvidos pelos mesmos e novas tendências no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias na área da Biblioteconomia e áreas correlatas. Destaca-se uma possibilidade trazida pelo CBGCom, impossível anteriormente, que é a interação entre alunos dos cursos de Biblioteconomia e profissionais de todas as partes do país por meio do Youtube. Atualmente, existem três projetos em funcionamento no CBGCom, sendo eles: a) palestras em formato ao vivo no Youtube, com participações de docentes que trazem temas inerentes ao campo da Ciência da Informação e Biblioteconomia; b) O “Por Onde Você Anda?” que consiste em uma vídeo-entrevista realizada por um docente atuante no CBG com um egresso do curso de Biblioteconomia da UFRJ; nesse programa, o ex-discente relata sua experiência depois de formado, onde ele trabalha atualmente e como anda sua vida após a formatura; c) O #NaPrática, projeto mais recente incluído na programação, foi elaborado pelo extensionista Felipe Torres, tem como objetivo convidar bibliotecários ocupantes de diversas áreas para relatarem aspectos aplicados da sua rotina de trabalho, as competências empregadas nas tarefas diárias, a experiência de atuar em determinada área e outros profissionais com os quais interage. Em todos os programas, há a elaboração de roteiros, certificados e o convite de palestrantes por meio de e-mail, como principal forma de comunicação entre o CBGCom e os convidados, que podem ser tanto palestrantes, como entrevistados e entrevistadores. As palestras de docentes (lives) e entrevistas do #NaPrática são transmitidas em tempo real, é disponibilizado pela equipe um formulário enviado pelo chat, no momento da transmissão, para o preenchimento, visando a elaboração de certificados e análise das informações. O CBGCom também tem um grupo de extensionistas responsável especificamente pelas demais mídias sociais, Facebook, Twitter e Instagram. Através de perfis CBGCom nessas mídias são feitas as divulgações das artes também produzidas pelos extensionistas, sobre os próximos programas agendados e a inserção de vídeos no YouTube. Pode-se dizer que os objetivos têm sido alcançados, pois as palestras e eventos realizados pela ação de extensão contribuem com novas perspectivas e novas formas de se fazer conhecer o campo biblioteconômico ao público em geral.

BIBLIOGRAFIA: Não se aplica.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2521**

TITULO: **AS RECONFIGURAÇÕES DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO: DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO À ATUALIDADE**

AUTOR(ES) : **João VICTOR AZEVEDO BATISTA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

O presente trabalho buscará analisar as reconfigurações das milícias no Rio de Janeiro, no que tange ao exercício da violência e ao controle e exploração de grande parte do território fluminense. Para isso, inicialmente, é fundamental trazer uma discussão teórica sobre as definições conceituais que envolvem o termo “milícia”, a fim de introduzir a discussão. Aliado a isso, busca-se estabelecer um panorama criminal do Rio de Janeiro, sobretudo no que envolve as facções do tráfico de drogas e suas sucessivas disputas por território que culminaram na escalada da violência no estado. Em sequência, como ponto focal do trabalho, é feito um apanhado histórico desde o surgimento dos grupos de extermínio na baixada fluminense, propondo-se uma divisão em três momentos, a cada vinte anos, de 1960 a 2020. Nesse sentido, o objetivo desta retomada será explorar as importantes mudanças que marcaram a ascensão desses grupos criminosos e suas relações com outros atores, como o Estado e a sociedade. Essas transformações serão vistas sob a ótica da estrutura interna desses grupos e suas atividades e métodos de financiamento, além de suas relações com o Estado, a sociedade e outras organizações criminosas. Entretanto, atribui-se maior ênfase nos últimos vinte anos, uma vez que trata-se do período em que essas organizações deixam de ter um posicionamento secundário no panorama criminal do estado e passam a desafiar facções rivais já consolidadas, principalmente o Comando Vermelho. Dessa forma, serão destacados os fatores que permitem garantir o protagonismo das milícias no debate contemporâneo sobre segurança pública no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CANO, I; DUARTE, T. No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. MARINHO, G; AZEVEDO, L; CARVALHO, S; JOZINO, J; SALVADORI, F. Democracia e Crime Organizado: os poderes fáticos das organizações criminosas e a sua relação com o Estado. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019. MENEGETTI, F. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, setembro. 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2541**

TITULO: **PRISÃO EM FLAGRANTE E DIREITO PENAL DO INIMIGO: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS “NÃO OFICIAIS” UTILIZADOS PELA POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO PARA A PRISÃO EM FLAGRANTE**

AUTOR(ES) : **MARINA FIKOTA, TAMIRIS GONÇALVES ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **JUNYA RODRIGUES BARLETTA, ANTONIA MARCELA LOURENÇO LOPES**

RESUMO:

A presente pesquisa constitui um desdobramento do Relatório produzido pelo grupo de pesquisa do qual fazemos parte, “Observatório das Audiências de Custódia” (OBSAC), vinculado à Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), juntamente com o IDDD e a Justiça Global, publicado em 2020. A pesquisa, de cunho empírico, fez parte de um projeto nacional voltado para o monitoramento das audiências de custódia em 13 cidades e 8 estados brasileiros no ano de 2018. O monitoramento no Rio de Janeiro foi feito pelo OBSAC, tendo como campo de pesquisa a Central de Custódia de Benfica. O grupo observou 392 audiências de setembro a dezembro de 2018 e produziu um relatório extenso, apontando diversos resultados. Um dos resultados foi referente ao perfil socioeconômico dos custodiados: foi possível identificar um padrão nas audiências no que se refere à raça, idade e renda, podendo-se ainda apontar que “o perfil socioeconômico das pessoas custodiadas em Benfica é de múltipla vulnerabilidade.” Esse dado despertou nosso interesse e provocou uma reflexão acerca do papel da polícia na realização de prisões em flagrante, mais especificamente no que se refere à seletividade de pessoas e/ou grupos com determinados perfis. A partir desta questão, identificada como um problema, buscamos analisar outros dados de pesquisas sobre ações concretas da polícia que demonstrassem que esta não age de forma neutra e imparcial em relação às pessoas detidas, o que contribui para as disparidades observadas no relatório. Essa análise nos permitiu identificar a existência de critérios “não oficiais” empregados na atuação policial no âmbito do flagrante. Por critérios “não oficiais”, nos referimos àqueles que não se encontram positivados na legislação, mas que fazem parte de um repertório simbólico acionado na atuação de policiais na efetivação do controle, seleção de suspeitos e prisão. O percurso metodológico da pesquisa teve início, portanto, no levantamento de dados obtidos através da pesquisa empírica nas audiências de custódia. Neste momento, estamos realizando uma pesquisa bibliográfica e leituras teóricas visando construir uma análise quali-quantitativa aprofundada acerca do tema. A teoria do Direito Penal do Inimigo, desenvolvida por Gunther Jakobs, é uma construção que, dentre outras perspectivas, admite a flexibilização a garantias fundamentais daqueles considerados perigosos, identificados como inimigos da sociedade, e, portanto, merecedores de tratamento mais severo por parte das instituições. Nesse sentido, a partir dos conceitos presentes na teoria supracitada, o objetivo deste trabalho é o de produzir uma reflexão crítica acerca da seletividade penal e das incongruências entre as supostas garantias do Estado de Direito e a atuação policial cotidiana no Rio de Janeiro. Ao final da pesquisa, queremos responder como a atuação da polícia contribui para a formação de um padrão socioeconômico dentre os custodiados e qual a relação entre essa atuação e o chamado Direito Penal do Inimigo.

BIBLIOGRAFIA: OBSAC-UFRJ; IDDD; JUSTIÇA GLOBAL. Prisão como regra: ilegalidades e desafios das audiências de custódia no Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: 2020. 89 p. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Prisa%CC%83o-Como-Regra.pdf>, acesso em: 10 de out. 2021. JAKOBS, Günther; MELIÀ, Manuel Cancio. Direito Penal do Inimigo: noções e críticas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. ZAFFARONI, O inimigo no Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2544**

TÍTULO: **APORTES TEÓRICOS PARA A AVALIAÇÃO DE STANDARDS ADEQUADOS DE JUSTIFICAÇÃO DE PRISÕES PREVENTIVAS NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA**

AUTOR(ES) : **THALIA MARTINS DE ANDRADE, PAULA MERCEZ DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **JUNYA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

O presente trabalho pretende avaliar e apontar quais são as justificativas consideradas adequadas e idôneas para fundamentar a decisão judicial que converte a prisão em flagrante delito em prisão preventiva, ocorrida na audiência de custódia.

O trabalho é oriundo de pesquisa desenvolvida pelo "Observatório das Audiências de Custódia", projeto que, através de metodologia empírica de observação de campo e coleta de dados qualitativos e quantitativos, delimita seu objeto nas audiências de custódia realizadas no Rio de Janeiro, produzindo resultados essenciais para a compreensão do sistema de justiça criminal.

Como fruto da pesquisa, em 2020, foi lançado em parceria com o IDDD e a Justiça Global, o relatório "Prisão como Regra", a partir dos dados colhidos nas audiências de custódia observadas por estudantes da FND no presídio José Frederico Marques, nos meses de setembro a dezembro de 2018.

Com a pandemia de Covid-19, a metodologia adotada sofreu alterações devido às medidas sanitárias impostas. Diante desse empecilho, o processo de construção de conhecimento não pôde ficar estagnado, levando as/os pesquisadoras/es a deslocar a abordagem pela qual vinha se visualizando o objeto para uma perspectiva teórica, ao se formar subgrupos temáticos, com discussão geral dos dados coletados pelo relatório acima indicado e das mudanças trazidas pela Lei. nº13.964/2019, quanto às prisões cautelares e às audiências de custódia.

A temática nasce do próprio relatório mencionado anteriormente. Isso porque identificou-se, durante a pesquisa empírica que ensejou sua elaboração, uma acentuada repetição discursiva dos magistrados e promotores de justiça quanto à fundamentação da conversão das prisões flagranciais em preventivas. As alusões ao risco de reiteração delitiva, à reincidência, à periculosidade do custodiado e ao clamor público e social mostraram-se expressivas; diante disso, recorre-se à pesquisa de fontes bibliográficas e documentais, como também às mudanças introduzidas pelo "Pacote Anticrime" no CPP, especialmente em seus artigos 312, caput e §2º; 313, §2º; 315 e 316, com o fim de analisar a adequação e legitimidade desses discursos.

A fim de alcançar respostas à indagação descrita, estabeleceram-se dois objetivos. O primeiro visa compreender em que aspectos os discursos criminológicos interagem com as tomadas de decisão quanto à decretação da prisão preventiva, especialmente a partir das fundamentações majoritariamente apontadas pela pesquisa empírica. O segundo investiga a natureza do material que deve ser apto a validar a decisão que decreta a prisão preventiva durante a audiência de custódia.

Como considerações finais, tendo em vista as fundamentações inidôneas para a prisão preventiva, observadas no trabalho empírico, almeja-se contribuir com justificativas legítimas e adequadas, capazes de estabelecer limitações às permanências autoritárias do processo penal durante um momento crucial para se examinar a legalidade e arbitrariedade da prisão em flagrante.

BIBLIOGRAFIA: FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. OBSERVATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - OBSAC-UFRJ; INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA - IDDD; JUSTIÇA GLOBAL. Prisão como regra: ilegalidades e desafios das audiências de custódia no Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: 2020. 89 p. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Prisa%CC%83o-Como-Regra.pdf>, acesso em: 10 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2546**

TÍTULO: **SOCIEDADE, RELIGIÃO E CIVILIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO IMPÉRIO ROMANO TARDIO DURANTE A PESTE ANTONINA (165-180D.C.)**

AUTOR(ES) : **DÉBORA DA ROSA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da expansão territorial e demográfica do vírus da varíola sobre o funcionamento político, econômico e religioso do Império Romano no contexto da Peste Antonina, ocorrida entre 165 e 180. Uma civilização, compreendida como unidade social, depende ou utiliza da religião para sua estabilidade, também dependendo de um certo bem-estar econômico para a manutenção da ordem política e social. A hipótese deste trabalho é de que ao ser atingida pela varíola, essa ordem é afetada, primeiramente porque o funcionamento regular da economia agrícola e do comércio - intensivos em trabalho - sofrem imediatamente com a incapacitação e letalidade da pandemia. Com a passagem da peste pelas rotas da seda, o impacto econômico não se deu somente no Império Romano, mas em todo o comércio transcontinental. Além disso, a ordem religiosa, sustentáculo da legitimidade política, também é afetada, dada a incapacidade dos rituais de lidarem com a peste. A combinação dos efeitos econômicos e religiosos, por sua vez, desestabiliza a esfera política, já abalada por persistentes ameaças militares vindas da Pérsia e das tribos germânicas do norte. Pretende-se então argumentar que as conexões entre o meio natural e o meio humano social operam na forma de uma genuína rede complexa, na qual modificações em um nó impactam de forma não linear e imprevisível sobre outros nós (algo que vemos ocorrer contemporaneamente, com a corrente pandemia). Será realizada análise bibliográfica e a crítica de fontes secundárias, que incluem os textos de autores como Patrick Zylberman (2017), que trata sobre o paradoxo das epidemias apocalípticas, Sarah Yeomans (2017), que conecta a Peste Antonina e a expansão cristã, e Marek Vlach (2020) que trata dos impactos possíveis da Peste durante as Guerras Marcomânicas.

BIBLIOGRAFIA: VLACH, Marek. The Antonine Plague and impact possibilities during the Marcomannic Wars. In: Erdrich, M. et al. (eds.). Marcomannic Wars and the Antonine Plague: selected essays on two disasters that shook the Roman World. Brno-Lublin: Czech Academy of Sciences, 2020. p. 23-36. YEOMANS, Sarah. The Antonine plague and the spread of Christianity. Biblical Archaeology Review, v. 43, n. 2, p. 22-24 e 66, 2017. ZYLBERMAN, Patrick. Beyond apocalyptic epidemics: Out of a paradox. In: FANTINI, Bernardi

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2579**

TÍTULO: **QUILOMBO: GUERRA E PAZ NO ESTADO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **LARISSA GABRIELY OLIVEIRA NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **MIRELLA ROCHA**

RESUMO:

Esse trabalho parte da inserção da autora no Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões Povos de Terreiro e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, durante os anos de 2020 e 2021. No âmbito do PET desenvolvemos um projeto de pesquisa “*Psicologia Política do Racismo na Formação Social Brasileira e a reinvenção do corpo potência arkhé-axé*”, sendo o objeto da presente comunicação uma derivação das reflexões desenvolvidas pela autora a partir desse processo de pesquisa, bem como suas inquietações a partir dos debates desenvolvidos em seu curso de graduação acerca do macrotema Guerra e Paz.

O objeto dessa comunicação é desenvolver a hipótese do Quilombo enquanto guerra permanente na formação social brasileira, em suas múltiplas dimensões, em especial territorial e corporeidade viva. A metodologia adotada é pesquisa bibliográfica, sendo que além do acúmulo do processo da pesquisa no âmbito do projeto guarda-chuva, o presente recorte se debruça centralmente sobre três autores, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Clovis Moura. A partir das referências teóricas dos dois primeiros trabalharemos sobre o surgimento político do Quilombo, suas transformações atravessando os séculos, os sujeitos que ali residiam e residem, as divisões sociais, suas formas e potencialidades (NASCIMENTO, 1980; NASCIMENTO, 1991). **Contamos com as contribuições de Clovis Moura (1981), que em sua abordagem nos ajuda a compreender o Quilombo como governo com um território e sistemas próprios.**

Assim, sob a luz dessas três construções da existência do quilombo, desenvolvemos uma interseção com o conceito de Guerra e Paz, demarcando as diferenciações da forma Quilombo no pré e pós abolição (NASCIMENTO, 1991). Com o avanço da pesquisa até o presente momento, foi analisado que os Quilombos, portanto, vivem uma guerra contra o Estado Brasileiro, cujo traço principal na contemporaneidade é sua faceta ideológica, não se caracterizando como guerra civil, pois o Quilombo é compreendido nesse estudo como um ator de governo próprio.

Conclusão Parcial

Com o avanço da pesquisa até o presente momento, se destaca a relevância da mesma como forma de existência e luta do povo preto no Brasil, na contramarcha do genocídio negro e suas diversas formas de existir dentro do Estado Brasileiro (NASCIMENTO, 1991).

Assim, indicamos como conclusão parcial que os Quilombos, portanto, vivem uma guerra contra o Estado Brasileiro; uma guerra ideológica e contemporânea, uma que não se caracteriza como civil, pois o Quilombo é compreendido como um ator de governo próprio (1994), é uma guerra em seus conceitos de conflitos, violências para com o corpo e intelecto.

BIBLIOGRAFIA: NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2002. ____ NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Afro-Brasileira. IN: NASCIMENTO, Elisa Larikin. Sankofa: Resgate da Cultura Afro-Brasileira. Vol 1. Rio de Janeiro: SEAFRO, Governo do Estado, 1991. ____ MOURA, Clovis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. Brasiliense, 1981. São Paulo, SP.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2611**

TÍTULO: **AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E LIBERDADE ACADÊMICA**

AUTOR(ES) : **IGOR SANCHES, JULIA SCHNEIDER, VITORIA VIVIAN CHIESA, RONDINELLE DA SILVA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINA MACHADO CYRILLO DA SILVA, LUIZ FERNANDO CASTILHOS SILVEIRA**

RESUMO:

Autonomia universitária desempenha um papel central na manutenção da ordem democrática e contra o retrocesso de direitos de liberdade, sobretudo da liberdade acadêmica. Assim a autonomia universitária pode ser elevada a categoria de instituição de garantia de direitos fundamentais, em contraposição aquelas instituições de exercício de poder. A compreensão do potencial da contribuição da liberdade acadêmica aliada à autonomia universitária para com a sociedade, inclusive no que diz respeito à salvaguarda dos valores de uma democracia, é fundamental para compreender, tanto a alçada da autonomia universitária a garantia constitucional fundamental, quanto o seu papel instrumental na resistência aos recentes ataques autoritários contra a democracia, os direitos e as instituições democráticas brasileiras. Por tal motivo, o grupo de pesquisa **O Constitucionalismo Sul-Americano** institucionalizou um projeto de pesquisa que pretende investigar em que medida a autonomia universitária torna-se uma possível **instituição de garantia do direito fundamental à liberdade acadêmica**. O projeto de pesquisa é desenvolvido integrando a atuação da pesquisa com a extensão universitária, em especial com a atuação da atividade de pesquisa aqui proposta e as atividades da Clínica Interamericana de Direitos Humanos da FND/UFRJ, projeto de extensão ativo e permanente vinculado ao NIDH, que atua na condição de Amici Curiae perante o Supremo Tribunal Federal (STF), nas ADPF 759 e ADI 6565, onde encontra-se em discussão a compatibilidade entre as normas que atribuem discricionariedade ao presidente da república para escolha dos reitores das universidades federais e a regra do art. 207 da Constituição Federal que garante autonomia universitária como didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nesse sentido os discentes são protagonistas na atuação real perante o STF sob supervisão dos professores extensionistas, fazendo a vocalização do direito humanos violado (direito a liberdade acadêmica e autonomia universitária, como reconhecidos nessa condição pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH), junto ao STF através da atuação real. A pesquisa e a atividade de extensão ativas são desenvolvidas em rede com a participação de professores e alunos da UFRJ e da UCS. A intervenção visa mostrar resultados dessa atividade.

BIBLIOGRAFIA: CYRILLO, C. e SILVEIRA, L.F.C. A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, PGPU, 2021; CYRILLO, C; SILVEIRA, LFC. A universidade como instituição de garantia das liberdades no Estado Democrático de Direito: autonomia universitária como instrumento de resiliência. In BUSTAMANTE, T et all , 2021.; JACKSON, Vicki. Knowledge Institutions in Constitutional Democracies: of Objectivity and Decentralization. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2683**

TÍTULO: **ORÇAMENTO FEDERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **CARLOS GUILHERME MARTINS COSTA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O Brasil, país de território continental possui realidades bastante distintas e diferenças regionais que sempre foram o entrave maior ao desenvolvimento nacional. A pandemia da Covid-19 trouxe estas desigualdades para o centro do debate ao evidenciar o abismo estrutural existente entre as unidades da federação no que diz respeito ao atendimento da população em seus mais diversos aspectos. Como foco no atendimento básico e complexo de saúde. A análise da formulação dos orçamentos é fundamental para compreender o porquê que as desigualdades tão flagrantes de nossa organização social se mantêm. Um orçamento que não leva em conta uma parcela considerável de seu povo para planejar investimentos não pode ser considerado como propositivo neste enfrentamento. E esta é a realidade que o país vive nos tempos atuais. O regime fiscal atual advindo da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, o chamado "teto de gastos" não enfrenta a questão redistributiva do gasto público e tende a ampliar o abismo entre ricos e pobres por não alterar a estrutura tributária que penaliza muito mais aqueles que têm baixa renda. Em relação ao que o Estado arrecada e o que é efetivamente aplicado em matéria de desconcentração de renda, tampouco visa à ampliação dos serviços públicos.

Para compreender como o Brasil chegou ao ponto de estagnação e desinvestimento em políticas públicas redutoras de desigualdades é necessário que estudos sejam produzidos e que os mais variados setores da sociedade estejam envolvidos nesta discussão.

Ao estudar a questão orçamentária é possível lançar um olhar investigativo e propositivo sobre os reais fundamentos da desigualdade social que nos aflige enquanto nação. O Estado brasileiro apesar de gerar dezenas de bilhões de reais anualmente através das atividades econômicas aqui desenvolvidas e do consequente recolhimento tributário não formula políticas suficientes ao enfrentamento deste cenário.

BIBLIOGRAFIA: DIAS PERES, Ursula e PEREIRA DOS SANTOS, Fábio, Gasto Público E Desigualdade Social O orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2020, expressão disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tmTgwdLgwtqr5xstkzgwprG/?lang=pt>>, Acesso em: 20 de maio de 2021. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Cartilha da Lei de Responsabilidade Fiscal. Publicado em 22/05/2015 12h01 GONTIJO, Vander, Instrumentos de planejamento e orçamento no Brasil. Brasília, DF: Portal da Câmara dos Deputados, 2004, p.2, expressão disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>>, Acesso em: 29 de maio de 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2743**

TÍTULO: **MÃES EM CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA E O IMPACTO DA MATERNIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **CAROLINE MELLO GOMES,HUGO GOMES DE LIRA**

ORIENTADOR(ES): **JUNYA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

A proposta do presente trabalho consiste em realizar uma abordagem acerca da influência da condição da maternidade nas decisões sobre prisão e liberdade de mulheres presas em flagrante delito, nas audiências de custódia. Pretende-se analisar de que forma e em que medida a maternidade-vista como uma condição ou circunstância de alta vulnerabilidade da mulher presa—é levada em consideração, na audiência de custódia, pelas instituições que nela atuam, sobretudo o juiz, para determinar decisões sobre prisão domiciliar, liberdade provisória e prisão preventiva.

Esta análise faz parte de um desdobramento da pesquisa realizada pelo "Observatório das Audiências de Custódia"—OBSAC-UF RJ, projeto desenvolvido na FND. Em 2020, como fruto de pesquisa empírica realizada pelo OBSAC-UF RJ em parceria com IDDD—Instituto de Defesa do Direito de Defesa e a Justiça Global, foi publicado o Relatório "*Prisão como Regra: ilegalidades e desafios das audiências de custódia no Rio de Janeiro*", que fornece dados referentes às mulheres presas em flagrante delito apresentadas nas audiências de custódia realizadas na Central de Benfica, no Rio de Janeiro, no período de setembro a dezembro de 2018. Na pesquisa, através dos dados obtidos, certos resultados serviram como marcadores de graves violações: 50% das mulheres grávidas ou que possuíam filhos tiveram a prisão decretada em sede de Audiência de Custódia, além da baixa adesão pela prisão domiciliar de mulheres mães e gestantes.

A partir dos dados produzidos no relatório referido, buscou-se também analisar os dados oriundos de outro relatório, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ("*Mulheres na Audiência de Custódia do Rio de Janeiro*"), e, por fim, artigo bibliográfico sobre o tema, de maneira a examinar e refletir sobre as decisões de prisão preventiva, prisão domiciliar e liberdade provisória de mães ou gestantes, decretadas pelo juiz na audiência de custódia e quais são os vetores de indeferimento da liberdade ou da prisão domiciliar destas mulheres. Dessa forma, através de uma análise comparativa de dados atualizados e de uma amostragem mais ampliada, buscamos delinear por quais motivos as decisões se alteraram ou não desde os resultados obtidos em 2018.

Neste sentido, ainda se buscará analisar o motivo pelo qual a maioria das mulheres não consegue comprovar a maternidade ou, ainda, a própria gravidez—o que, muitas vezes, leva ao indeferimento da liberdade provisória ou da prisão domiciliar. Será feita uma análise a respeito do perfil dessas mães, incluindo, para tanto, aquelas que já se encontram no cárcere, buscando analisar, por fim, o impacto da inserção de mães, como grupo altamente vulnerável, no sistema carcerário brasileiro.

Por fim, cabe ressaltar que os autores da presente pesquisa atuam de forma conjunta na leitura do material bibliográfico de base e na organização e explicitação dos dados obtidos através dos relatórios mencionados e que servirão como norte no trabalho a ser desenvolvido e em seus resultados.

BIBLIOGRAFIA: OBSAC-UF RJ; IDDD; JUSTIÇA GLOBAL. Prisão como regra: ilegalidades e desafios das audiências de custódia no Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: 2020. 89 p. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Prisa%CC%83o-Como-Regra.pdf> e <https://iddd.org.br/relatorio-aponta-abusos-e-ilegalidades-em-audiencias-de-custodia-no-rio-de-janeiro-2/>, acesso em: 10 out. 2021. DPERJ. Diretoria de Estudos e Pesquisas de acesso à justiça. Mulheres nas audiências de custódia do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **2744**

TÍTULO: **DA COVID-19 ÀS COMORBIDADES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO E CIENTOMÉTRICO DA PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA**

AUTOR(ES) : **BIANCA DE LÁIA VICENTINI**

ORIENTADOR(ES): **VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, REJANE RAMOS MACHADO**

RESUMO:

A pandemia causada pela COVID-19 tem afetado drasticamente grande parte da sociedade global. O público mais vulnerável às sérias complicações na saúde, por conta da doença, é o que possui uma ou mais comorbidades, como diabetes mellitus e obesidade – consideradas umas das mais prevalentes no mundo (cf. YGNATIÓS et al., 2021). Diante da importância da questão, sobretudo por sua atualidade, pela gravidade dos tempos pandêmicos vivenciados, pelos muitos prejuízos e perdas causados, a pesquisa analisa os graus distintos de produtividade científica, nacional e internacional, referente à COVID-19 e seu impacto em indivíduos com comorbidades, com foco em diabetes mellitus e obesidade, fundamentando-se em conceitos e métodos pertencentes às áreas Organização do Conhecimento, Bibliometria e Cientometria. Para a análise, foi definida inicialmente a seleção dos artigos científicos sobre o tema, publicados em periódicos indexados na Plataforma WebQualis da CAPES, na base de dados Web of Science (WoS), no Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), sem recorte temporal e de idioma. A estratégia utilizada para a recuperação dos artigos científicos nas bases consiste na aplicação das palavras-chave “COVID-19” AND *diabete** AND *obesit**, na ferramenta Advanced Search, nos campos de busca Topic (WoS), bem como nos Abstract (MEDLINE e LILACS). Ademais, foi usado o refinamento Article, em todas as bases. A partir da estratégia abordada foram recuperados 562 artigos na WoS, 769 na MEDLINE e ainda 31 na LILACS. Para o aperfeiçoamento da busca (ou filtragem na busca), foram utilizados a organização, o tratamento bibliométrico e a análise desses dados, plotados no software Excel da Microsoft Office. Além disso, no que tange à metodologia e produção de indicadores cientométricos foi aplicado o modelo cientométrico de Marshakova (1981), para o estudo da produtividade e da popularidade da elite de autores, estabelecida pela Lei do Elitismo de Price (1927) (cf. DIODATO, 2021). Analisar a produtividade de autores de artigos de periódicos sobre a COVID-19 e seu impacto em indivíduos com comorbidades; bem como a popularidade da elite de autores mais produtivos, parece ser de grande importância para a produção científica na área. O estudo apresenta ainda o mapeamento da rede de colaboração entre autores, intrainstitucional e interinstitucional, e o índice de internacionalização dos autores que compõem a elite identificada. Por conseguinte, a pesquisa deseja contribuir para os estudos métricos da informação e do conhecimento científico na Ciência da Informação e áreas afins, compreendendo sua importância também para as Ciências da Saúde e para a sociedade de modo geral.

BIBLIOGRAFIA: DIODATO, V. Dictionary of bibliometrics. New York; London: Routledge, 2012. MARSHAKOVA, I. V. Citation networks in information science. *Scientometrics*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 13-25, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF02021861>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02021861>. Acesso em: 07 out. 2021. YGNATIÓS, N. T. M.; ANDRADE, F. B. de; LIMA-COSTA, M. F.; TORRES, J. L. Predisposição a formas graves de covid-19 e adesão às medidas de prevenção: o papel do apoio social. *Ciências & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 26, n. 5, p. 1863-1872, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.00822021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mRQM5BMJhmtWQQ7MRzRW5fg/?>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2775**

TÍTULO: **SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: A CONTRUÇÃO DO TESAURO DALCOLMO NA ÁREA DE PNEUMOLOGIA**

AUTOR(ES) : **LARISSA SOUZA CRAVEIRO**

ORIENTADOR(ES): **VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES**

RESUMO:

O presente estudo pretende desenvolver um Sistema de Organização do Conhecimento voltado para o campo de Pneumologia, tendo como referência os estudos publicados pela médica e pesquisadora Margareth Maria Pretti Dalcolmo, que vem se destacando pela atuação no combate à COVID-19 no Brasil e no Mundo. Dessa forma, este estudo tem como finalidade apresentar uma contribuição para a construção de um protótipo de tesauro, denominado Tesauro Dalcolmo de Pneumologia, a partir da análise de artigos de periódicos e fundamentado em dimensões interdisciplinares entre a Organização do Conhecimento, a Linguística Documentária e a Bibliometria na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Para Souza (2007), as atividades de organizar e representar o conhecimento na área de Biblioteconomia são voltadas para o acesso aos documentos informacionais e a recuperação de seu conteúdo através dos catálogos de assunto. Já Lara e Tálamo (2007) associam a Terminologia com a Linguística Documentária uma vez que a união destas se faz importante para estrutura sistemática de um vocabulário especializado, sendo fundamental para a organização e representação da informação. A concepção bibliométrica na Ciência da Informação (CI) se origina da ideia de utilizar instrumentos empíricos, matemáticos e estatísticos, para investigar os fenômenos inerentes aos processos de comunicação científica e, assim, contribuir para a fundamentação teórica e empírica da CI (GUEDES, 2010). Como abordagem teórica e metodológica, o trabalho discorre sobre conceitos inerentes a essas três áreas, com foco na Teoria da Classificação Facetada, Teoria Geral da Terminologia e Teoria do Conceito, bem como em princípios relacionados às Linguagens Documentárias, Organização do Conhecimento e aos modelos bibliométricos considerados essenciais para o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento, os quais são estruturados sistematicamente, com o propósito de padronização terminológica e de estabelecimento de relações semânticas entre conceitos em uma área do conhecimento. Para a composição da amostra, foram selecionados artigos de periódicos científicos publicados pela cientista Margareth Dalcolmo, em autoria única ou em coautoria, no período de publicação de 2018 até 2021, escritos em Língua Portuguesa. Ao final, será apresentado o protótipo de tesauro Dalcolmo de Pneumologia. Portanto, espera-se que este projeto contribua com o conhecimento de vocabulários controlados voltados à Organização da Informação e do Conhecimento na área de Pneumologia e auxilie os profissionais da informação na utilização correta de termos na designação de conceitos na área em foco. Finalmente, é apresentada a recomendação de constantes atualizações, devido a dinâmica acelerada de pesquisa na área, o que possivelmente implica na rápida obsolescência do protótipo de tesauro, especialmente devido às pesquisas sobre o coronavírus Sarscov2 agente COVID-19.

BIBLIOGRAFIA: GUEDES, V. L. S. Nominalizações deverbais em artigos científicos: uma contribuição para a análise e a indexação temática da informação. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. LARA, M. L. G. de; TALAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface linguística documentária e terminologia. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, [Rio de Janeiro], v. 8, n. 5, out. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45275>. Acesso em: 23 ago. 2021. SOUZA, R. F. de. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (org.). Para entender a ciência da informação. Salvador: EDUFBA, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2778**

TITULO: **OS ATORES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO**

AUTOR(ES) : **IGOR SUZANO ALONSO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

Ao assumir a presidência em 2019, Jair Bolsonaro lidera a composição do governo formado por uma variedade de grupos exercendo influência sobre as tomadas de decisões políticas. Diante disso, há uma pretensão de uma série de mudanças na conduta da política externa brasileira a qual se opôs durante sua campanha eleitoral. Sua crítica estaria relacionada na postura adotada durante os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), principalmente ao que chamava de “conotação ideológica” pela aproximação com países como Venezuela e China. Por outro lado, firmava uma proposta de maior alinhamento com países como os Estados Unidos e Israel. Na busca de compreender essa “nova política externa”, essa pesquisa percebe seus três pilares condutores: o núcleo político-ideológico, a política liberal-conservadora e o complexo de segurança e defesa (HIRST; MACIEL, 2020). Nesse sentido, ao partir da premissa de caracterizar a política externa como política pública, isto é, na sua consideração como um produto de coalizão e disputas de interesses e atores (MILANI; PINHEIRO, 2013), são tomados como objetivos do trabalho a identificação dos principais agentes e suas ligações com seus grupos de interesses. A metodologia a ser utilizada possui caráter descritivo e exploratório, ao trazer a trajetória das pessoas que ocupam a liderança de sua instituição dentro do governo e discorrer sobre suas pautas, em especial as referentes às Relações Internacionais. Como possíveis resultados, espera-se traçar o perfil e a representatividade na atuação desses indivíduos e verificar como está configurada a coesão entre esses atores em matéria de política externa. Dessa maneira, pretende-se concluir a permanência de uma tendência de desconexão do Itamaraty (LOPES; 2020) e a dificuldade de condução das relações exteriores do Brasil perante diversos interesses e agentes conflitantes descoordenados entre si.

BIBLIOGRAFIA: HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da Política Externa Brasileira no governo Bolsonaro. Boletim OPSA, n. 3, p.6-15, 2020. LOPES, Dawisson Belém. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. Global Affairs, v. 6, n. 2, p. 167-184, 2020. MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto internacional, v. 35, p. 11-41, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **2788**

TITULO: **A INFRAESTRUTURA DAS PROVÍNCIAS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX**

AUTOR(ES) : **GUILHERME FARIA DE MORAES**

ORIENTADOR(ES): **FANIA FRIDMAN**

RESUMO:

O presente trabalho, que se insere na pesquisa “Urbanizações brasileiras no século XIX” coordenada pela professora Fania Fridman, discorre sobre o tema do desenvolvimento da infraestrutura visando a melhoria e/ou consolidação da ocupação territorial do país.

Utilizando como fonte fundamental para a pesquisa o “Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil”, e consultando variados sites institucionais, o trabalho apresenta resultados preliminares de um levantamento de informações relativas à infraestrutura, aqui considerada como o processo de criação de meios para o progresso econômico e social, tais como portos, liceus, pontes, caminhos terrestres e ferrovias. Levando também em consideração informações históricas, demográficas, econômicas e políticas, estão destacados os estudos dos casos fluminense e baiano para a primeira metade do século XIX.

Alguns dos dados recolhidos apontam que na província da Bahia, onde outrora instalou-se a capital da colônia, ocorreu o aparecimento mais modesto dessas estruturas, enquanto para o Rio de Janeiro observou-se uma expansão. A análise e comparação destes resultados será a base da apresentação na SIAC/UFRJ.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2817**

TÍTULO: **BOLETIM IPPUR: DIFUNDINDO CONHECIMENTO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS UNIVERSITÁRIAS**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA FONTENELE AZEVEDO**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER, LALITA KRAUS**

RESUMO:

Este presente trabalho tem como principal objetivo a análise dos impactos da divulgação científica realizada pela Agência IPPUR, através de seu Boletim como ferramenta para a propagação de conhecimento. Com o intuito de difundir a produção acadêmico-científica ao público interno e externo à Universidade, a Agência IPPUR se configura como um espaço responsável pela divulgação de materiais capazes de traduzir à sociedade os enquadramentos analíticos produzidos no âmbito do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

A equipe é desagregada em torno de três eixos centrais: elaboração de lives para divulgação de conteúdo acadêmico, gestão das mídias sociais e concepção do Boletim IPPUR. Neste trabalho, trata-se deste último eixo, que, além de ser responsável pela difusão do conhecimento produzido dentro do Instituto, visa a divulgação de produções externas. Assim, se por um lado se constitui como núcleo gerador de informação e de divulgação das questões e debates produzidos pelos pesquisadores do Instituto, por outro lado o Boletim IPPUR caracteriza-se como uma ferramenta de estímulo à participação da comunidade acadêmica nos debates públicos através da divulgação de conteúdo relevante para o Campo de Planejamento Urbano e Regional (PUR) e o Campo de Públicas. No processo de elaboração do Boletim, a equipe monta uma pauta com o conteúdo que será tratado na edição em questão, como artigos, chamadas de editais, eventos, e demais divulgações relacionadas aos Campos de PUR e de Públicas, bem como suas áreas correlatas. Além disso, a equipe também recebe propostas de publicação dos próprios leitores, que encontram no Boletim IPPUR um espaço de intensa e profícua troca, principalmente a partir de seu relançamento no ano de 2019.

Criando um lócus propício para a circulação de informações referentes ao interesse comum, além de evidenciar-se como um ambiente aberto de construção coletiva, o Boletim IPPUR exerce um papel fundamental para a maior integração do Instituto, bem como para a difusão do conhecimento acadêmico. Visando a análise dos impactos do Boletim tanto na divulgação propriamente dita, quanto no aumento significativo da participação de pesquisadores e discentes do Instituto na produção de conteúdo divulgado, a metodologia utilizada neste trabalho visa analisar o papel de mecanismos científicos de divulgação, os dados sobre os eixos temáticos e visualizações no periódico, ao longo dos desdobramentos da pandemia da COVID-19, em 2020. Hoje, ainda frente a um cenário de crise sanitária, a necessidade de democratizar o acesso à comunicação científica, atenta à informação factual e coerente, indo de encontro à massa de *fake news*, traz perspectivas futuras para a consolidação da Agência IPPUR como um informativo de referência, ampliando ainda mais esse espaço de difusão do conhecimento e promoção do intercâmbio entre os públicos acadêmico e não acadêmico.

BIBLIOGRAFIA: TARGINO, M. G.; TORRES, N. H. Comunicação Científica além da Ciência. Ação Midiática: Edição 07, jan-jun, 2014. ROQUE, T. O negacionismo no poder. Piauí: Edição 161, fev 2020. Acesso em: set 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. ROQUE, T. A queda dos experts. Piauí: Edição 176, mai 2021. Acesso em: set 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/queda-dos-experts/>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2824**

TÍTULO: **IRMANDADES NEGRAS: EXPERIÊNCIAS, SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS AO BRANQUEAMENTO NO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **ANA LUIZA FERNANDES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo mapear a estrutura associativa e mobilidades das irmandades negras na cidade do Rio de Janeiro no início do século XVII e XVIII, com as dinâmicas de acolhimento de outras instituições, festejos e sepultamentos de negros de ganho, libertos, escravizados e pardos promovidos pelas irmandades. O intuito é georreferenciar e identificar as dinâmicas temporais, e pontuando suas interações a partir de um mapa da presença negra pelas irmandades. A história das irmandades negras, suas redes de sociabilidades, cortejos, sepultamentos e conflitos, contribui para compreender outras dinâmicas das experiências negras no Brasil.

Esta pesquisa, em fase inicial de levantamentos bibliográficos, tem se baseado em fontes iconográficas digitalizadas do acervo geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Instituto Moreira Salles e da plataforma ImagineRio, para identificar e territorializar as associações religiosas católicas negras, como: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (1640), São Domingos (1706), Santa Rita (1722), Nossa Senhora da Lampadosa (1740), São Elesbão e Santa Efigênia (1740). Assim, de acordo com Fridman e Macedo (2013), o processo de permissão de irmandades delimitada para negros no Brasil tem relação direta com a possibilidade do Estado Português controlar e sociabilizar os negros aos preceitos católicos. Mas também proporcionou um ponto social distante dos senhores, proteção financeira e sepultamentos dignos em cemitérios ou em torno das igrejas, entre outros assistencialismos.

Desta forma, entre os sepultamentos com maior número de negros, estão os cemitérios administrados por irmandades negras como o chamado “dos mulatos” no Campo da cidade, (em 1706 recebe a administração da Irmandade de São Domingos que modifica a nomenclatura do local para Campo de São Domingos) e o cemitério dos “pretos novos” da irmandade de Santa Rita. Além disso, Soares (2000) aborda os conflitos étnicos dentro das irmandades e acolhimentos como o caso das irmandade de Sant’ana, irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e a devoção do Menino Jesus nas instalações da Igreja de São Domingos.

Para mais, de acordo João José Reis (1996), as diferenças nos festejos das folias de reis contribuíram também para o reforço da identidade dos grupos étnicos. O historiador, denota que as irmandades negras promovem uma micro-estruturas de poder, estratégias de alianças, regras de sociabilidade, canais de negociação e ativaram formas de resistência (REIS, 1996, p.11) ao processo de branqueamento cultural do território (SANTOS, 2018). Além do mais “a união em irmandades foi decisiva para a sua sobrevivência em meio à escravidão.” (FRIDMAN & MACEDO, 2013, p.15). Os resultados parciais da investigação, por meio de mapeamento, contribuíram nos levantamentos coletivos e reivindicação das dinâmicas negras para além da história da zona portuária, promovendo a ampliação territorial da Pequena África.

BIBLIOGRAFIA: FRIDMAN, F.; MACEDO, V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013. DOI: 10.20396/urbana.v1i1.8635109 SANTOS, Renato Emerson dos. SILVA, K. S.; RIBEIRO, L. P. ; SILVA, N. C. . Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sá; Marcela Brandão. (Org.). Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464-491. SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2825**

TÍTULO: **OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS NOMES: CONSIDERAÇÕES SOBRE TOPONÍMIA E MEMÓRIA NEGRA NO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **HELISSAN CAVALCANTE**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

Este trabalho resulta de estudos iniciados em outubro de 2020 e estuda a região da Pequena África no Rio como palco da construção de repertórios negros de ação no passado e no presente. Este território passou a ser reivindicado como lugar de memória na cidade após marcos como a patrimonialização da Pedra do Sal (1987), o encontro dos vestígios do Cemitério Pretos Novos (1996), e a redescoberta do Cais do Valongo (2011). Para além dos bairros da Zona Portuária (Saúde, Gamboa, Santo Cristo), seu perímetro inclui também a Cidade Nova (antiga Praça Onze), o Campo de Santana e adjacências. Nosso propósito é, a partir de um conjunto de signos da memória negra na região (como os bens patrimoniais), investigar a toponímia como objeto e ferramenta de disputa identitária, mobilizada paralelamente por agentes hegemônicos e atores sociais locais.

Para tal, é preciso relacionar a ciência que estuda o nome próprios dos lugares às dimensões das relações de poder, interesses de grupos inseridos na lógica espacial racial nos territórios, pois conforme aponta Claval (2007) "nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder". Identificamos através de levantamento, conflitos espaciais raciais através do mapeamento de modificações de topônimos negros grafados na região sob nomes de ruas, praças, estações de VLT e das reivindicações do movimento negro acionando a toponímia como ferramenta de ressignificação espacial, como nos casos da renomeação das estações Santa Rita-Pretos Novos, Camerino-Rosas Negras. Utilizamos as categorias: toponímias negras, do racismo, do antirracismo e propomos posteriormente as "toponímias do branqueamento" para evidenciar nomeações que suprimem presenças espaciais pretéritas de grupos não-brancos, apontadas por Santos et. al.(2018) como "branqueamento da imagem do território".

Por outro lado, sendo o ato de nomear lugares uma prática ligada à construção de identidades e memórias coletivas, é possível relacioná-lo ao nexos entre relações raciais e patrimônio, como pontua Tedesco, 2012: "A memória patrimonial possui uma grande relação com as representações coletivas/sociais e os imaginários sociais", ou seja, todo objeto da memória negra, enquanto material ou imaterial, possui um valor atribuído a ele.

Com base nisso, na fase atual o objetivo é analisar topônimos de movimentos sociais de luta por moradia a partir do levantamento de ocupações urbanas (Ocupação Zumbi dos Palmares, Ocupação Manuel Congo, Ocupação Almirante João Cândido, Ocupação Chiquinha Gonzaga, etc.) cujas nomeações remetem a personagens e/ou lutas negras que desvelam a carga semântica e o referencial identitário dos conflitos, de modo a sublinhar a toponímia como ferramenta de reescritura histórica, preservação de memória e reafirmação da resistência coletiva, pois "frente à "desmemória" que contribui com sua opressão e marginalização, os rebeldes reivindicam a arma da memória, e com ela buscam recuperar um espaço legítimo na consciência da nação." (Netto 2011).

BIBLIOGRAFIA: CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 2007. NETTO, Sebastião. Memória histórica na toponímia das lutas sociais da história recente latino-americana. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011. SANTOS, Renato E.; SILVA, Karoline; RIBEIRO, Lysanne P.; SILVA, Nayara. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1 ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2867**

TÍTULO: **A FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS**

AUTOR(ES) : **MYLENA PACHECO SANTOLIN DE OLIVEIRA, MARIA ROSELENE SOARES MARQUES**

ORIENTADOR(ES): **LUIZA TELES MASCARENHAS, VIVIANE GIACOMETTI LAMEIRÃO**

RESUMO:

O objetivo da exposição é apresentar as estratégias utilizadas para a acessibilidade de uma discente cega do curso de Letras: Português-Literaturas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Tais estratégias ocorreram a partir da parceria entre essa discente e uma facilitadora de aprendizagem, estudante do curso de Serviço Social da UFRJ. Além disso, pretende-se destacar quais foram os impactos dessa ação na trajetória acadêmica de ambas as estudantes, por meio do relato de suas experiências durante o período letivo de 2021. Tal ação faz parte do projeto de extensão "Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem", que tem como objetivos principais contribuir para a permanência de estudantes com deficiência na universidade e multiplicar conhecimentos acerca da acessibilidade. Uma das frentes de atuação do projeto está na orientação e na supervisão dos extensionistas que atuam como facilitadores de aprendizagem, o que se dá por meio de encontros semanais entre os membros da equipe. Dessa forma, as vivências e discussões proporcionadas pelos encontros do referido projeto, em conjunto com as experiências e aprendizagens vivenciadas junto a discente cega, inspiraram a escrita do presente trabalho. Sendo assim, pretende-se por meio deste apresentar o conceito de Facilitação de Aprendizagem, as funções que fazem parte desta prática, bem como a importância de seu papel como ferramenta de acessibilidade no contexto do ensino superior. Para tanto, serão utilizados importantes referenciais teóricos da área, que abordam a prática da inclusão e acessibilidade no contexto educacional do ensino superior. Além disso, serão explicitadas as atividades realizadas entre a facilitadora e a discente citadas, como a realização de descrição de imagens e conteúdos, o acompanhamento em aula, a formatação de trabalhos acadêmicos e as impressões da discente com deficiência visual acerca das ações desempenhadas. Como consideração final, será discutido o impacto da inclusão na formação acadêmica e cidadã das autoras do trabalho. Desse modo, serão relatados os aprendizados que as ações desenvolvidas através do projeto de extensão foram capazes de proporcionar para ambas as discentes acerca das questões de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, experiências que impactarão em suas práticas acadêmicas e, futuramente, profissionais.

BIBLIOGRAFIA: CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. Revista Educação Especial, Santa Maria, n.27, p. 85-92, 2006. KAUFMAN, N. Cinco Pistas para uma Mediação Escolar Não Medicalizante. In: Conversações entre Psicologia e Educação. Org. Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ 5ª região. Rio de Janeiro: CRP-RJ 5ª Região, 2006. FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2869**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DE UMA POLÍTICA DE ACESSO A EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **RUTE GAWANTKA EVANGELISTA, ISABEL ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA WALKIRIA DE FARO COELHO GUEDES CABRAL**

RESUMO:

Partindo de uma preocupação na efetividade dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e considerando ser o sistema de rede um dos principais meios de efetivação das políticas públicas; a primeira etapa da presente pesquisa realizou um mapeamento e análise da disposição (localização e organização) dos equipamentos e serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica do Município do Rio de Janeiro (Rede). A Rede é uma ação articulada entre as instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, que tem como objetivo elaborar mecanismos de prevenção e políticas que garantam: autonomia, empoderamento e direitos das mulheres; responsabilização dos agressores; e assistência às mulheres em situação de violência. O trabalho na Rede se dá por quatro eixos: o eixo de segurança pública, o eixo de assistência social, o eixo de justiça e o eixo da saúde. Em cada um dos quatro eixos, mapeamos os equipamentos especializados no atendimento às mulheres e, também, alguns equipamentos não especializados, mas que compõem a Rede de modo a realizar atendimentos primários na falta de um equipamento especializado na região. A partir disso, confirmamos a primeira hipótese da pesquisa: a problemática de que os equipamentos e serviços que compõem a Rede estão espalhados de forma desordenada pelo território do Município do Rio de Janeiro, o que, por sua vez, acaba por ser mais um complicador no acesso das mulheres em situação de violência a esses serviços e equipamentos. A luz desse fato, a pesquisa tem como questão: considerando a forma desordenada desses equipamentos e serviços no território da capital, como se dá o acesso das mulheres em situação de violência, que, para um completo atendimento, terá que passar por vários equipamentos? Nessa questão, consideramos ainda que, mesmo com acesso via transporte público, a maioria dos equipamentos e serviços da Rede estão em distâncias consideráveis uns dos outros, o que acaba por demandar tempo e dinheiro para as passagens. Dessa forma, complementamos a questão: como uma mulher em situação de violência, muitas vezes dependente financeiramente de seu agressor e com dúvidas sobre todo o processo ao qual será submetida, conseguiria concluir o fluxo dos atendimentos especializados? É nesta perspectiva em que a presente etapa da pesquisa se faz e, por isso, passamos a analisar o recém lançado "Programa Cartão Move Mulher" elaborado pela SPM-RIO, a fim de levantar em que medida esse programa ajudará as mulheres em situação de violência a acessar a Rede. A metodologia aplicada é de levantamento de dados, análise documental e a aplicação de um formulário quantitativo, que visa mapear o conhecimento das mulheres cariocas acerca do fluxograma da Rede. Por fim, a pesquisa espera que o programa auxilie o acesso e a continuidade do atendimento pela Rede.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. Planejamento Urbano com Responsabilidade de Gênero: A Casa de Referência da Mulher e Movimento de Mulheres na Cidade de Belo Horizonte. In: Gênero, Feminismos E Sistemas De Justiça Discussões Interseccionais De Gênero, Raça E Classe, 2018. CABRAL, M. W.; GIRUNDI, A. C. Violência Doméstica, Discriminação de Gênero e Medidas Protetivas de Urgência. OLIVEIRA, A. V.; BERNARDES M. N.; COSTA, R. de S.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2885**

TÍTULO: **CONFRONTART - TODO GRANDE JURISTA AMOLDA O DIREITO À SUA IMAGEM.**

AUTOR(ES) : **JOÃO FELIPE MOREIRA LOPES ORTEGA TERRA, JÉSSICA SILVA ROGERIO, MILLER DA SILVA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O projeto ConfrontArt possui como objetivo misto proporcionar uma compreensão irregular e crítica acerca das estruturas clássicas do direito, ou seja, utilizar mecanismos e conceitos artísticos para tornar o sistema jurídico um meio emancipatório de profusas vivências, histórias e vidas.

Desse modo, a arte está presente intrinsecamente com o Direito, seja metafisicamente na abstração das normas, seja no contexto social que cerca as relações humanas, ambas conjunturas difundem a necessidade de questionar e transformar um conhecimento técnico de forma dialética e equânime.

Desta forma, o projeto tem cultivado essa idéia em seus mais de 25 encontros disponibilizados no YouTube do GEPPIC, através de um compromisso com valores como o Empoderamento Feminino (preferindo sempre palestrantes mulheres), Discussões Decoloniais (sobre Raça e Gênero, etc..) e Participação de Movimentos Sociais e Acadêmicos.

Durante o desenvolvimento do ConfrontArt até então, a experiência que mais se destacou foi a interatividade com os participantes e espectadores. Isto possibilitou encurtar distâncias que antes pareciam grandes demais para a viabilização do projeto. Hoje, mantém uma média de 200 visualizações simultâneas, e a live mais assistida contou com 471 espectadores.

O projeto busca empregar metodologias para além do pensamento tradicional advindo do fato do Direito se tratar de uma ciência social aplicada e com isso busca-se contribuir, através do presente projeto, com o desenvolvimento científico-pedagógico da área. A metodologia utilizada são as menos convencionais como a pesquisa empírica, estudos de casos e pesquisa de campo, por exemplo, ou que valorizassem a extensão como espaço de dinamização do ensino e aprendizado.

Além disso, busca-se ultrapassar o perfil da educação bancária, termo cunhado por Paulo Freire, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos (que são as informações), guardá-los e arquivá-los.

O perfil da extensão adotado para esse projeto consiste em uma vertente em que a universidade se insere efetivamente na sociedade de modo consequente e que seja capaz de interagir com a sociedade na produção do conhecimento. Esta é uma forma da universidade socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários.

BIBLIOGRAFIA: RIBEIRO, Darcy. Universidade, para quê? Brasília: UnB, 1986. BOURRIAUD, Nicolas. Pós-produção: Como a arte reprograma o mundo contemporâneo. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009. GOMES, M. A. O.; SOARES, N.; BRONZATTO, L. A. Metodologias Participativas, Elaboração e Gestão de Projetos. [s.l.: s.n.], 2015. 70 p. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/manual_metodologias_participativas_v4.pdf Acesso em 10 de maio de 2020. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. SCHAMA, Simón. O poder da arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2911**

TÍTULO: **A CALMARIA ANTES DA TEMPESTADE: O MOVIMENTO QANON E A BANALIZAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA NA ERA DIGITAL**

AUTOR(ES) : **LUIZA ARRUDA FERREIRA CONSTANTE**

ORIENTADOR(ES): **EMERSON MAIONE DE SOUZA**

RESUMO:

Este projeto de pesquisa possui como o objetivo a análise do Qanon, movimento de extrema-direita que ganhou espaço e popularidade *online* após a eleição do ex-presidente americano Donald Trump no ano de 2017. De caráter conspiracional, um usuário anônimo da plataforma 4chan reconhecido por "Q" proclama que governos, entidades políticas e a mídia são regidos por um grupo "satânico" de canibais e pedófilos, o que inclui múltiplas figuras políticas, celebridades, entre outros. Nesse cenário, aqueles que aderem ao movimento possuem o objetivo de participarem de investigações em massa, conectando fatos históricos com teorias conspiratórias, alcançando enfim o período de revelações contínuas dessas identidades, conhecido como "A Tempestade". Vale ressaltar que o Qanon abrange concepções supremacistas e anti-semitistas, se posicionando contra grupos minoritários que não se enquadram nestes parâmetros. Este fenômeno já adentrou a vida política e social americana, ocorrendo desde sua criação uma série de crimes tais como furtos, atropelamentos e tentativas de homicídio em nome da organização (AMARASINGAM, ARGENTINO, 2020).

Dito isso, uma das questões principais que perpassam este projeto concentra-se na compreensão das singularidades e peculiaridades que englobam o Qanon, ausente de uma estrutura organizacional clara e centralizada (AMARASINGAM, ARGENTINO, 2020), além dos perigos e dificuldades em monitorar as ações deste grupo. Logo, será utilizado como referencial teórico produções bibliográficas acerca da Direita-Alternativa (*Alt-Right*), fenômeno este que busca popularizar a extrema-direita através de uma aparência mais jovial e atual, não abandonando seus ideais centrais de supremacismo branco e anti-semitismo (WINTER, 2019). Com o advento da tecnologia, a extrema-direita americana nas últimas décadas transformou seus métodos de debate e ação, transição esta denominada *Alt-Right*. Utilizando as redes sociais de forma natural e irônica, buscam normalizar as pautas radicais que envolvem esses movimentos. Para o Qanon, esta estratégia é de fundamental importância para ultrapassar as fronteiras virtuais e participar ativamente do cotidiano, apresentando o movimento e "a verdadeira realidade" para novos apoiadores (HANNAH, 2021), que auxiliarão na divulgação de suas pautas e a decifrar novos códigos propostos por "Q".

De caráter qualitativo e exploratório, os objetivos concernem na constatação do modus operandi deste movimento, de que forma seus apoiadores e simpatizantes operam e se comportam para transformar o Qanon em uma organização de tamanha complexidade. Além disso, busca-se entender como a normalização de suas pautas propostas, somada aos seus aspectos tecnológicos e revolucionários implicam para a segurança de imigrantes, populações de cor e pessoas LGBTQIA+.

BIBLIOGRAFIA: AMARASINGAM, Amarnath; ARGENTINO, Marc-André. The QAnon conspiracy theory: A security threat in the making. CTC Sentinel, v. 13, n. 7, p. 37-44, 2020 HANNAH, M. QAnon and the information dark age. First Monday, [S. l.], v. 26, n. 2, 2021. DOI: 10.5210/fm.v26i2.10868. Disponível em: <https://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/view/10868>. Acesso em: 30 sep. 2021 WINTER, Aaron. Online hate: from the far-right to the 'alt-right' and from the margins to the mainstream. In: Online Othering. Palgrave Macmillan, Cham, 2019. p. 39-63

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2918**

TÍTULO: **O MUNDO VISTO DO SUL - DIÁLOGOS SEM BARREIRAS: UMA PONTE PARA A UTOPIA**

AUTOR(ES) : **BRUNA DE OLIVEIRA REIS, FELIPE VIEIRA BRITTO, JULIA BARBOSA DE OLIVEIRA, TALYA DA CRUZ FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **BEATRIZ BISSIO**

RESUMO:

O projeto de extensão: Diálogos sem barreiras: Uma ponte para utopia conta, atualmente, com 4 vertentes de atuação; (1) As mídias (redes sociais): @nieaas.ufrj; (2) Ciclo de Debates; (3) Podcast: O mundo visto do Sul, que é a vertente aqui a ser trabalhada, uma vez que é nessa que atualmente estou mais atuando e (4) minicursos oferecidos pelos pós-graduandos do núcleo.

O **Mundo visto do Sul** é o podcast do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a África, Ásia e as Relações Sul-Sul (NIEAAS), vinculado ao Departamento de Ciência Política do IFCS da UFRJ, sob a coordenação da professora doutora e agora vice-diretora do IFCS, Beatriz Bissio.

Nosso podcast é produzido por discentes da graduação e da pós-graduação em Ciências Sociais, Relações Internacionais e demais áreas das humanidades. Temos o objetivo de proporcionar um espaço de divulgação científica, reflexão sobre as realidades do sul global, a cooperação sul-sul e demais temas que se encontram neste universo e, com postagens quinzenais desde janeiro, já temos mais de 500 visualizações no geral no Spotify, além de termos conseguido parceiras já nesse começo de produções.

Com isso, temos aqui no Mundo Visto do Sul cinco (5) séries séries em andamento. Uma delas é a de **ENTREVISTAS**, onde chamamos professores, doutores e pesquisadores no geral para falar de temas ligados às realidades do sul global. Na mesma linha de entrevistas, temos a série **PROJETANDO** para conversar com os pesquisadores que já passaram ou se encontram no núcleo a respeito de suas pesquisas desenvolvidas por aqui e mostrar pra sociedade um pouco do que fazemos na universidade, essa série está sendo veiculada na Rádio UFRJ no segundo sábado do mês, com reprise no sábado seguinte, às 19h na faixa "hora da pesquisa".

A terceira série foi desenvolvida pensando nos amantes de cultura, trazemos a série **RECOMENDAÇÕES** para levar produções da cultura não hegemônica, principalmente feita no Sul Global para ampliarmos o leque cultural de nossos ouvintes. A série **DESCOMPLEXIFICANDO A ACADEMIA** carrega o nome da sua proposta: Levar para fora, de forma menos complexa, os aspectos mais burocráticos ou teóricos mais complicados desse universo acadêmico.

A última série é **COSMOGONIAS DECOLONIAS: CAMINHOS DE ABYA YALA**, uma parceria nosso com o podcast História Presente, do laboratório do Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História do IFCH/UERJ e com apoio do AUDIOLAB/UERJ, com objetivo de resgatar algumas das narrativas dos povos originários de Abya Yala. Em todos os episódios, trazemos as reflexões de especialistas sobre os significados dessas cosmogonias para os povos antigos ainda tão presentes, um pouco sobre cada um desses povos, suas histórias, os mitos e as narrativas. Vale o adendo que essa série foi inscrita para concorrer ao II Prêmio Rubra de Rádio Universitário organizado pelo Rede Brasileira de Rádios Universitárias (Rede Rubra).

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **3024**

TÍTULO: **TURQUIA NA CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL: ENTRE TENSÕES EUROPEIAS E PARTICULARIDADES HISTÓRICAS**

AUTOR(ES) : **TALES PERINETTI ALVES MARTINS, LOHANNA RODRIGUES REIS, RENATA MARIA DE ALENCAR GOMES GONZALEZ, SOFIA NASCIMENTO VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO:

Nos últimos anos tem-se falado em uma crise do modelo liberal-democrático em diversos países, que teria como uma de suas expressões a ascensão de forças genericamente chamadas como de extrema-direita, cuja característica geral seria um relativo descompromisso com os parâmetros do modelo de regimes políticos consolidado no Ocidente - em processo não isento de contradições - ao longo do séc. XX, notadamente a partir da derrota do nazifascismo. Em casos tão variados e importantes como Hungria, Polônia, Áustria, Eslovênia, França, Alemanha e Estados Unidos tais forças ascenderam aos governos ou se tornaram atores relevantes no jogo político. Fora do Ocidente também se encontram situações relevantes, com particularidades, na América Central, nas Filipinas, na Índia, entre outras. A Turquia, desde a ascensão política de Erdogan e seu partido, o AKP, tem despertado interesse específico. As medidas de seu governo - relativa deslaicização, alterações político-institucionais, medidas repressivas em relação à oposição - apresentam semelhanças com políticas e discursos de forças conotadas como da extrema-direita ocidental. Entretanto, é preciso observar as particularidades históricas e culturais e contradições implicadas por elas para compreendê-las o mais adequadamente que for possível. Um elemento particularmente incontornável no caso turco é dos determinantes externos (até que ponto o "tratamento" europeu dispensado ao país e seus nacionais não é um dos alimentadores do nacionalismo ou do chamado neo-otomanismo base ideológica importante da força política dominante?). Outro ponto indispensável é o de observar as consequências em termos de direitos: mulheres, jornalistas, universitários, opositores, curdos estariam sendo atingidos de que forma pelas mudanças? Este trabalho tem por objetivo contribuir para compreender as possíveis explicações, o significado e as implicações da ascensão de Erdogan e de seu partido na Turquia. Para isso, utilizaremos uma coletânea de informações sobre a evolução e os fatos recentes daquele país recolhidas em meios de comunicação credíveis, organizações internacionais, pesquisas de opinião e dados eleitorais e buscaremos verificar a pertinência de chaves explicativas e características apresentadas por autores críticos contemporâneos, como o pós-fascismo de Enzo Traverso, e também de autores turcos e especializados no tema. Espera-se com isso contribuir também para a melhor compreensão do que se tem chamado ou tratado como crise de modelo ou de regime em diversas partes do mundo.

BIBLIOGRAFIA: TRAVERSO, Enzo. *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*. London: Verso, 2019. SOCHACZEWSKI, Monique. De Atatürk a Erdoğan: A República da Turquia em três tempos. *Malala*, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 70-90, 2018. DOI: 10.11606/issn.2446-5240.malala.2018.148426. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/malala/article/view/148426>. Acesso em: 13 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3035**

TÍTULO: **UMA CORTINA DE FUMAÇA? UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INFLUÊNCIA DIGITAL E A PROMOÇÃO DOS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR**

AUTOR(ES) : **LUCAS MULIM**

ORIENTADOR(ES): **MARIBEL CARVALHO SUAREZ**

RESUMO:

Diversas atividades de marketing têm se desenvolvido através do endosso dos chamados influenciadores digitais (Nascimento, Suarez, & Campos, 2020). Influenciadores digitais são indivíduos que usam sua reputação em sites, blogs e redes sociais para alavancar produtos, serviços e eventos tanto na internet quanto no mundo real. Número de seguidores, quantidade de comentários e quantidade de posts em redes sociais, dentre outros critérios, estabelecem a relevância desses influenciadores nas mídias sociais, fazendo destes indivíduos importantes fontes de difusão e endosso de produtos (Nascimento, Suarez, & Campos, 2020).

Dentro deste tema, poucos estudos se dedicaram a investigar o lado sombrio dos públicos de marca e da influência nas mídias sociais. Em muitos casos, a natureza da associação entre o influenciador e a marca não está explícita, constituindo uma das formas do que se chama de marketing sorrateiro (Roy & Chattopadhyay, 2010). Na definição de Roy e Chattopadhyay (2010), o marketing sorrateiro seria o ato deliberado ou a tentativa "de entrar, operar ou sair de um mercado de forma furtiva, secreta ou imperceptível" (Roy & Chattopadhyay, 2010, p. 71).

A presente pesquisa contribui com essa discussão investigando a promoção de Dispositivos eletrônicos para fumar na internet. No Brasil, a ANVISA, órgão regulatório responsável pelo controle e fiscalização dos produtos fumígenos derivados ou não do tabaco, proíbe a comercialização, importação e propaganda dos DEF. Ainda que a venda dessa categoria seja proibida, diversos perfis na internet promovem os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs).

O trabalho baseia-se no estudo de caso qualitativo do perfil *Smoke Vapor*, um dos mais populares relacionado ao tema dos DEFs, contando com 195 mil inscritos e 13,5 milhões views no canal do Youtube. O perfil *Smoke Vapor* foi selecionado tendo em vista critérios da pesquisa netnográfica sugeridos por Kozinets (2015): (1) relevância para o tópico pesquisado, (2) frequência e regularidade de postagens na plataforma (3) interatividade do criador de conteúdo com sua audiência, (4) riqueza de informações sobre o tema investigado. A coleta de dados cobriu conteúdos publicados de março de 2016 a setembro de 2021 nas plataformas do Youtube e Instagram. A análise de dados baseou-se no processo de codificação, associando temas aos dados encontrados.

Os primeiros resultados apontam para a relevância da formação de uma comunidade de consumo em torno do perfil, a partir da promoção de trocas no ambiente virtual e encontros off-line, como forma de promoção e manutenção de uma rede de informações, mesmo nas situações em que os perfis e as atividades do canal são interrompidos pelas plataformas de mídia sociais.

BIBLIOGRAFIA: KOZINETTS, Robert V. *Netnography: Redefined*. 2nd Edition. Londres: Sage, 2015. Nascimento, T. C. D., Campos, R. D., & Suarez, M. (2020). Experimenting, partnering and bonding: a framework for the digital influencer-brand endorsement relationship. *Journal of Marketing Management*, 36(11-12), 1009-1030. Roy, A., & Chattopadhyay, S. P. (2010). Stealth marketing as a strategy. *Business Horizons*, 53(1), 69-79.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3047**

TITULO: **ANIMAIS E O ORIENTE PRÓXIMO: UMA ABORDAGEM DO RELATIVISMO CULTURAL SOBRE O SISTEMA JURÍDICO ISLÂMICO**

AUTOR(ES) : **BRUNNA ISABELLA RODRIGUES LOBO,JÚLIO CÉSAR GOMES LIMA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA,DIVO AUGUSTO CAVADAS**

RESUMO:

O mundo islâmico se tornou o centro dos debates internacionais, e conforme a sua dimensão política varia, muda também a quantidade de atenção global dirigida a esse fenômeno sociológico de civilizações. Bem como a realidade mulçumana, o meio ambiente e a proteção aos animais se transformaram numa preocupação global. Neste sentido, a deterioração de recursos ambientais em escala planetária fez com que o surgimento do direito ambiental fosse imprescindível, uma vez que, este possui como função primordial organizar a forma pela qual a sociedade utiliza de recursos ambientais.

Portanto, a questão que norteia este trabalho é: como o sistema jurídico dessas civilizações contribuem para a preservação da fauna global? E para responder a tais perguntas, propõe-se observar o mundo islâmico sobre uma perspectiva histórica, de modo que evite-se ao máximo o prisma etnocêntrico, por meio de uma abordagem do relativismo cultural. Ademais, intenciona-se compreender o sistema teológico-jurídico do islã e a proteção que ele confere aos animais.

Logo, ao entender o modo de organização da sociedade no islã e as possíveis características da propriedade, percebe-se que a relação entre homem e animal está submetida, *a priori*, à satisfação de necessidades impostas pela pobreza e pela constante guerra de conversão, a *jihad*. Como resultado maior, objetiva-se enxergar uma possibilidade para evitar o choque das civilizações e alcançar um esforço global para a proteção da fauna e, conseqüentemente, do meio ambiente.

Neste sentido, pretende-se analisar a realidade islã para alcançar uma cooperação global e pacífica, logo, não poderia ser outro o método, senão o indutivo. Para tanto, recorre-se à técnica de pesquisa bibliográfica e documental, as metodologias de procedimentos foram o exploratório e qualitativo. Enfim, cabe esclarecer que para alcançar os objetivos dessa pesquisa, faz-se necessário observar o conjunto de civilizações islâmicas como um fenômeno sociológico, em que cada uma tem um desenvolvimento histórico e econômico muito particular, gerando diversos costumes e tradições, bem como escolas que provocam variações no próprio islã (HALLAQ, 2009). Nessa lógica, as ciências jurídica e social são ramos do conhecimento humano em pleno movimento e desenvolvimento, não pode-se estabelecer um resultado estático para essa pesquisa. Trata-se de um trabalho que pretende desenvolver a capacidade investigativa e científica dos discentes, logo eles ocupam papel central no desenvolvimento do estudo. Dessa forma, sendo totalmente apoiados e orientados pelo seu corpo docente.

BIBLIOGRAFIA: HALLAQ, Wael B. A introduction to islamic law. New York: Cambridge University Press, 2009. GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 CAVADAS, Divo Augusto. Direito ao Desenvolvimento nos Estados Árabes. 3ª reimpressão. São Paulo: Agbook, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3049**

TITULO: **O MINISTÉRIO PÚBLICO E A VIOLÊNCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA E DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE**

AUTOR(ES) : **BÁRBARA MANGANOTE**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA,RAQUEL GUERRA**

RESUMO:

A pesquisa tem o objetivo de avaliar o papel desempenhado pelo Ministério Público no contexto da violência policial, com enfoque na Estado do Rio de Janeiro, a partir da análise da Sentença do caso Favela Nova Brasília proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em um diálogo com o controle de convencionalidade. Isto é, pondera-se a atuação do Ministério Público, através da sua função de controle externo da atividade da polícia, na contribuição - e perpetuação - da violência policial como um problema estrutural na sociedade brasileira. Neste cenário, a pesquisa realiza este estudo por meio da análise do importante instrumento que é o controle de convencionalidade, que desempenha a função de verificação da compatibilidade das normas domésticas - bem como sua aplicação - com as normas internacionais, principalmente normas de Direitos Humanos. Para tanto, será realizada a análise da sentença Favela Nova Brasília sob a ótica do controle de convencionalidade para identificar o papel do Ministério Público dentro do contexto da violência policial na cidade do Rio de Janeiro. E, desta forma identificar se as normas internacionais de proteção aos Direitos Humanos foram aplicadas pelo Ministério Público no caso e, após a sentença, se as medidas determinadas pela Corte foram implementadas pelo órgão.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Controle de Convencionalidade. São Paulo. Editora Atlas. 2013 GUERRA, Raquel e ROCHA, Maurício Santoro. Argentina y Brasil frente al Sistema Interamericano de Derechos Humanos: el rol de las organizaciones no gubernamentales em el cambio político doméstico. Universidad Torcuato di Tella. Febrero 2018 Sentença caso Favela Nova Brasília, disponível no site: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3051**

TÍTULO: **A PROTEÇÃO DA FLORA COMO FORMA DE GARANTIR UM ECOSISTEMA INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL**

AUTOR(ES) : **SABRINA PACHECO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, MARCELO NEVES**

RESUMO:

Ao longo dos anos observa-se que as ações humanas em busca do desenvolvimento influenciaram resultados impactantes sobre o meio ambiente, afetando os ecossistemas, a qualidade de vida humana e a condição de vida das futuras gerações, razão que fundamentou pesquisadores, cientistas, políticos e importantes figuras internacionais a promoverem debates e estratégias a respeito da temática da preservação ambiental através de importantes conferências e instrumentos normativos. A utilização das plantas e vegetações como meio de recursos humanos ultrapassam gerações. A preocupação surgiu através da comparação do acelerado desenvolvimento desenfreado da humanidade em face da finitude e escassez das espécies da flora. A temática irá apresentar e esboçar os problemas, crises e impasses ambientais, reafirmando a importância da tutela protetiva internacional da flora. A caminhada histórica do reconhecimento da necessidade de preservação da flora e do meio ambiente como forma de garantir a qualidade da vida humana e sobrevivência das futuras gerações, efetivando o desenvolvimento econômico, cultural, tecnológico e industrial. Será uma análise do importante papel da flora como meio de garantir um ecossistema equilibrado e sustentado.

Através de estudos em obras e diplomas normativos, foi realizada uma pesquisa exploratória e analítica através de vastas leituras bibliográficas, conforme listadas nas referências, além de amplas consultas e estudos das Leis, Tratados, Decretos e Convenções ambientais.

O estudo foi realizado com base no problema: O futuro do Planeta Terra, considerando a acelerada diminuição da biodiversidade vegetal.

Os impasses ambientais, não devem ser solucionados apenas por normas e Leis impostas para sociedade. Os Estados devem inicialmente reconhecer que o ser humano não sabe o valor do meio ambiente e apresentar princípios capazes de conscientizar a população, que seja de fácil acesso e compreensão em massa. Além disso, reconhecer que os Estados devem internamente implementar meios hábeis de incentivo a reparação e preservação da biodiversidade vegetal e ainda, garantir uma fiscalização eficiente para combater os crimes ambientais.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney Cesar Silva. Direito Internacional Ambiental. 01. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006. CARVALHO, Carlos Gomes de. Introdução ao Direito Ambiental. 3ª Ed. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2001. CATALAN, Marcos. Proteção constitucional do meio ambiente e seus mecanismos de tutela. São Paulo: Método, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3054**

TÍTULO: **A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM CENÁRIO DE CONFLITOS ARMADOS**

AUTOR(ES) : **SAMARA DE SOUSA SAMPAIO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, MARCELO NEVES**

RESUMO:

A pesquisa necessitou compreender certos aspectos introdutórios, à exemplo do conceito de meio ambiente, cujo significado é, naturalmente, um termo de grande lastro significativo. Malgrado as discussões acerca da expressão e, levando em consideração o objetivo do trabalho, grosso modo, meio ambiente pode ser definido como um conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que cercam os seres vivos, influenciando-os e sendo influenciado por eles.

Além disso, foi importante analisar a acepção jurídica da expressão meio ambiente, na medida em que seu alcance conceitual depende da linha teórica utilizada. Ainda que meio ambiente seja entendido como a reunião de diversos elementos, adotando-se uma concepção jurídica ampla, ele deve ser entendido como um sistema de elementos integrantes entre si, concebido como uma verdadeira simbiose, e não meramente como a soma de seus fatores integrantes.

Dessarte, foi indispensável se debruçar sobre as teorias conhecidas como antropocentrismo e biocentrismo, concepções resultantes do modo como o ser humano interage e percebe o ambiente e, para isso, utilizou-se a história como ferramenta investigativa. Nessa lógica, o estudo das concepções foi crucial, já que a maneira como o ser humano percebe o meio ambiente terá influência na forma como será efetuada a proteção jurídica do mesmo durante o transcorrer dos atos de beligerância.

Nessa toada, a investigação teve como objetivo analisar o conjunto normativo do Direito Internacional Humanitário voltado à proteção do meio ambiente, bem como demonstrar a efetividade da aplicação das normas. Para isso, a pesquisa foi baseada em livros, artigos e na base de dados da CICV, como fonte de consulta do arcabouço normativo, para o levantamento de informações atinentes à temática. À vista disso, o exame metodológico foi dividido em três fases, de modo que, na primeira fase, fosse possível compreender os fundamentos pelos quais se estruturam os diversos ramos do Direito associados ao objeto da pesquisa, socorrendo-se a casos exemplificativos para evidenciar que o tema se apresenta como ponto de intersecção entre as matérias, para então na segunda fase, analisar os principais postulados de DIH voltados à proteção do meio ambiente.

Com efeito, os conflitos armados são atos de beligerância oriundos da ação humana e importam numa degradação da qualidade ambiental e, por isso, foi relevante, na terceira fase, realizar uma perquirição acerca da responsabilidade penal por crimes ambientais em decorrência da inobservância ao regramento Humanitário.

Por fim, evidenciou-se que, frente a magnitude do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a sociedade internacional precisa efetuar uma maior proteção a esse bem jurídico, pois, hodiernamente, é inconcebível imaginar a proteção do ser humano sem que haja a tutela do meio ambiente, por isso, a pesquisa explorou possíveis soluções práticas para a efetivação desse objetivo no plano internacional.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, Renaldo Silva Ramos de. O direito Internacional Humanitário e a proteção ambiental durante os conflitos armados. Ano 9, nº 24, Edição nº 24. Revista do Ministério Público Militar, 2014. FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando crimes ambientais, Ano2, nº 2, SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, p. 118-145, 2005. GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. 13ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3056**

TÍTULO: **UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE CULTURA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO**

AUTOR(ES) : **CARINA HOLANDA DE SOUSA, CELSO MAIA FILHO, MICHELLE NASCIMENTO MARQUES, PEDRO BARRETO BARBOZA**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA BRULON**

RESUMO:

Cultura é um termo abrangente e que apresenta diversos entendimentos e definições, devido às muitas áreas de conhecimento em que pode ser estudada e observada (Vizzoto, et al. 2014). Santos (1987) reforça que a cultura está presente no cotidiano dos indivíduos das formas mais sutis até as mais evidentes e em todas as esferas sociais da sociedade contemporânea, que se engaja cada vez mais para compreendê-la. No campo da administração esse espectro também é amplo, porquanto a variedade de temas que podem se desdobrar tendo a cultura como objeto de estudo. Com isso em vista, buscou-se responder o que está sendo produzido na área da administração acerca da cultura, com foco em identificar como a noção de cultura está sendo trabalhada nesse ramo, sendo este o objetivo proposto por essa pesquisa. Adotou-se, para este fim, o conceito de Geertz (1973) de cultura como teias de significado tecidas pelo homem, que orientam sua existência. Realizou-se um estudo bibliométrico, sendo sua natureza predominantemente quantitativa. A coleta dos dados se deu por meio de buscas diretamente nas bases online dos 121 periódicos nacionais de administração - classificados com avaliação maior ou igual à pontuação B3 pelo sistema Qualis da Capes - que contivessem as palavras "cultura", "culturas", "cultural" ou "culturais" em seus títulos ou palavras-chave, publicados entre os anos 2000 e 2021. Após reunir e categorizar esse material (787 artigos), utilizou-se técnicas de estatística descritiva na análise de dados, com o Excel, por meio de gráficos, tabelas e nuvem de palavras. As revistas que retornaram maior número de resultados acerca de cultura foram a Remark (Revista Brasileira de Marketing) e a REA (Revista de Administração da UFSM); a maior parte dos estudos é do tipo empírica e têm natureza qualitativa; os temas que mais apareceram foram Cultura organizacional e consumo.

Pode-se, com isso, inferir que a presença do tema cultura nas produções analisadas tem sido bastante explorado sob a perspectiva mais funcionalista das organizações, o que sugere a preponderância do olhar voltado para o sentido do desempenho organizacional em relação ao impacto social.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Cliford. A interpretação das culturas. 1973 SANTOS, José Luiz. O que é cultura. 1987 VIZZOTO, Andrieli Diniz et al. An Overview on the Studies of Organizational Culture in Journals Indexed in the Business Administration Area (2008-2013). Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, v. 6, n. 1, p. 132-151, 2014

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3058**

TÍTULO: **A RELAÇÃO FRANCO-BRASILEIRA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO**

AUTOR(ES) : **KEVIN PEDROSA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

As relações bilaterais entre Brasil e França são históricas e, como aborda Antônio Carlos Lessa (1998; 2002), pertencem ao que ele denomina como sendo "eixo da indiferença".

A partir do que foi exposto, é possível indagar quais as transformações presentes nas relações bilaterais entre Brasil e França, de 1945 até os dias atuais. O resultado esperado é que o "eixo da indiferença" colocado pelo autor se transformou, também descrito pelo autor, em um "eixo de conflito" pela diferença de agenda política ao vermos uma França focada em uma política ambiental (vide o Acordo de Paris) e o pouco feito, até mesmo em discurso, pelo Governo Brasileiro atual. Em um futuro próximo sem a reconstrução de uma mínima proximidade, a exemplo do que era visível nos anos 2000, irá dificultar qualquer anseio brasileiro em negociações como a do Mercosul com a União Europeia com a saída de Angela Merkel na liderança da Alemanha possibilitando um maior protagonismo da França no bloco.

O objetivo do trabalho é analisar as relações bilaterais entre o Brasil e a França de 1945 até a contemporaneidade referente a acordos, balança comercial e o histórico de proximidade, assim como refletir sobre o futuro próximo com um Governo Francês mais predominante na tomada de decisões do teatro, e assim, o que isso significaria para o Brasil e seus interesses. A metodologia do trabalho será uma pesquisa exploratória utilizando dados secundários, tanto qualitativos quanto quantitativos, acerca da quantidade de acordos, favorabilidade da balança comercial e a qualidade da relação.

O trabalho está sendo desenvolvido dentro do grupo de pesquisa 'Relações Bilaterais do Brasil' orientado pela professora Larissa Rosevics, onde tenho como foco de pesquisa as diferentes nuances da relação franco-brasileira. A apresentação será uma oportunidade de expor o excelente trabalho realizado durante este tempo, colocando uma curadoria própria no extenso levantamento de dados feito.

BIBLIOGRAFIA: LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n.41, 1998, pp.29-41. LESSA, Antônio Carlos. O triângulo imperfeito: As relações França-Brasil- Europa Ocidental na década de noventa. Cena Internacional (UnB), Brasília, v. 4, n.1, p. 170-189, 2002. LESSA, Antônio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 32, n.2, p. 28-58, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbpi/a/jzZgWpm5QsjnWYjZmpzt68s/?lang=pt#>. Acesso em: 27 set. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3060**

TÍTULO: **VIOLÊNCIA POLICIAL E CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PARÂMETROS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ**

AUTOR(ES) : **THAINÁ MAMEDE COUTO DA CRUZ, ALISSA ISHAKWITSCH, ISADORA MARQUES MERLI**

ORIENTADOR(ES): **SIDDHARTA LEGALE**

RESUMO:

A presente pesquisa exploratória busca sistematizar e responder a seguinte pergunta: quais são os *standards* de proteção interamericanos para uma segurança pública cidadã? A investigação será feita por meio de um estudo de casos contenciosos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), em especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no período compreendido entre 1970-2021, para traçar as proximidades dos fatos denunciados, bem como dos documentos elaborados pelo órgão. Assim, será observada a data da denúncia, os peticionários, os artigos violados e as recomendações, bem como a dimensão racial.

Em relação à Corte Interamericana, destacam-se dois casos estratégicos sobre o tema: caso Favela Nova Brasília (FNB-2017) e Irmãos Landaeta Meijas e outros vs. Venezuela (2014), com três momentos temporalmente distintos para verificar se o uso da força policial viola a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH): i. ações preventivas – legalidade e excepcionalidade; ii. ações concomitantes – finalidade legítima, absoluta necessidade e proporcionalidade; e iii. ações posteriores – devida diligência e humanidade em relação à obrigação de respeitar e garantir o direito à vida.

Desse modo, há o entendimento consolidado de que a CADH se assemelha a uma Constituição, projetando normas superiores que servem de parâmetro de validade às demais, sendo imperativas à interpretação dos direitos humanos. Dito isso, ressalta-se a verificação desses parâmetros, garantindo que os Estados Parte de tratados de direitos humanos cumpram o dever de proteção aos grupos vulnerabilizados.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), cerca de 75% das vítimas de violência letal no Brasil são negras – dado que advém da herança escravagista autoritária e violenta. A CIDH emitiu um Relatório sobre a situação de direitos humanos no Brasil, pedindo a adoção de uma política de segurança pública cidadã e erradicação da discriminação racial histórica.

É necessário analisar parâmetros para conceituação constitucionalmente adequada da segurança pública, pautada como prestação de serviço público e não como combate ao “inimigo”. Tal ideia é defendida por Cláudio Pereira de Souza Neto, ao sustentar a segurança pública como direito fundamental e defender a necessidade de limites e possibilidades do controle jurisdicional das políticas públicas de segurança.

No caso FNB, a Corte IDH reconheceu a criação de comissões de redução da letalidade, bem como a competência do Ministério Público, ou de autoridade competente, para o controle externo da atividade policial. Assim, a Clínica Interamericana de Direitos Humanos da FND apresentou *amicus* de supervisão de sentença para auxiliar na observância do cumprimento das recomendações internacionais. Os altos índices de violência policial no Rio de Janeiro culminaram, em 2019, na ADPF 635 do Supremo Tribunal Federal – da qual a Clínica IDH também participa como *amicus curiae* –, em que se discutiu o caso FNB.

BIBLIOGRAFIA: CORTE IDH. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. Sentença de 16 de fevereiro de 2017. Exceções Preliminares, Mérito, Reparação e Custas. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. LEGALE, Siddharta. RIBEIRO DE SA, Maria C; CAMPEAN, Marina M. S.; BARBASTEFANO, Giovanna. In: Segurança Pública Interamericana no Brasil. International Law Association Brazil (ILA). 2021. Disponível: <http://ila-brasil.org.br/blog/a-inseguranca-publica-interamericana-no-brasil/>. BARBASTEFANO, Giovanna; RIBEIRO DE SA, Maria. Violência Policial. In: PIOVESAN, Flávia; LEGALE, Siddharta. Os casos do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 2020. p. 454-556.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **3074**

TÍTULO: **MINARI E O FENÔMENO DA ACULTURAÇÃO**

AUTOR(ES) : **ALICE MARTINS COELHO FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON COSTA**

RESUMO:

A presente pesquisa é fruto de um trabalho da disciplina de Extensão Cultural do curso de Biblioteconomia da UFRJ. Nosso objetivo é discorrer sobre o conceito de aculturação por meio da análise do filme *Minari*, lançado em 2020. No campo da Etnologia, a aculturação é entendida como um processo de aproximação contínuo e direto entre culturas distintas que provocam mudanças nos modelos de um ou mais grupos (CUCHE, 2002). Desse modo, a pesquisa buscará realizar uma análise do longa-metragem *Minari*, que retrata o fenômeno pela perspectiva da imigração de uma família de sul coreanos para os Estados Unidos na década de 1980. Para a análise fílmica usaremos a metodologia de Vannoye e Goliot-Lété (2011), que se pauta em destacar fragmentos do filme para a compreensão, descrição e análise do todo da obra. Desta forma, pretendemos demonstrar como o filme cinematográfico pode ser um documento informacional e de memória relevante para uma maior compreensão de questões sociais consideravelmente complexas do mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999. MINARI. Direção: Lee Isaac Chung. Produção: Plan B Entertainment. [S.l.]: A24, 2020. VÁNOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. Ensaio sobre análise fílmica. 7. ed. Campinas: Papirus, 2011 .

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3101**

TÍTULO: **A PLATAFORMIZAÇÃO DIGITAL NO MUNDO E A MARGINALIZAÇÃO DIGITAL NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE O NORTE E O SUL GLOBAIS**

AUTOR(ES) : **GABRIELA MOREIRA DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Segundo Srnicek (2017), as plataformas digitais são infraestruturas capazes de hospedar, organizar e distribuir conteúdo online, conectando os diversos usuários que o produzem. Como um novo tipo de organização, difundem-se por diferentes setores da sociedade e da economia, promovendo a plataforma digital no mundo. Seu caráter infraestrutural decorre da influência de grandes plataformas em fornecer base para a construção de outras, setoriais. Funcionando como *gatekeepers* que gerenciam, processam, armazenam e canalizam os fluxos de dados (DIJK; POELL; WAAL, 2018). Considerando os principais agentes de plataforma digital no mundo, foco de análise desta pesquisa, destacam-se as plataformas estadunidenses da *Google*, *Amazon*, *Facebook* e *Microsoft* e, ainda, as plataformas chinesas da *Tencent*, *Alibaba* e *Baidu* (MCCAN, 2018). Apesar das plataformas digitais estarem presentes de forma crescente em todo o mundo, existe uma diferença de acesso a essa tecnologia: uma marginalização digital (*digital divide*). Diante da qual, os países desenvolvidos são os primeiros a adotar as novas tecnologias e possuem vantagem para aumentar seu poder em relacionamentos com os países em desenvolvimento (DEMO; 2007), marginalização esta que perdura a 20 anos (DIJK, 2020). O objetivo dessa pesquisa é, portanto, analisar **“Como as grandes plataformas digitais atuam no contexto da marginalização digital?”**, observando seus efeitos nas relações entre Ocidente e Oriente e, ainda, entre Norte e Sul globais. Caracterizada por uma natureza mista e objetivo exploratório, a pesquisa fará uma análise estatística dos indicadores de penetração da Internet no mundo e dos cabos submarinos, bem como utilizará métodos qualitativos para amparar os conceitos fundamentais acerca da marginalização digital e da plataforma digital, proporcionando maior afinidade com temas e relações que ainda não são fortemente contempladas pela literatura. Para tanto, realizar-se-á por meio de uma pesquisa bibliográfica, ao buscar materiais teóricos científicos sobre marginalização digital, plataformas digitais e penetração da Internet, principalmente, em dados disponíveis no portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por fim, utilizará a pesquisa documental para tratar de forma analítica os relatórios oficiais de organizações chinesas e estadunidenses, reconhecidas como objeto de estudo deste trabalho ou entidades (como CIW ou ONU) que mensuram o funcionamento das plataformas digitais no mundo (GIL, 2018). Em resultado, espera-se apresentar um quadro capaz de descrever, a partir da análise de penetração da Internet e da movimentação dos fluxos de dados por meio da análise dos cabos submarinos, as tendências da plataforma digital no mundo e os impactos da marginalização digital nas relações de poder entre o Norte e o Sul globais.

BIBLIOGRAFIA: DEMO, P. Marginalização Digital: Digital Divide. B. Téc. Senac, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 5-19, 2007. DIJK, J. V.; POELL, T.; WAAL, M. The Platform Society: Public values in a connective world. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018. DIJK, J. Van. The Digital Divide. Reino Unido: Polity Press, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3113**

TÍTULO: **ES LEY: O CASO DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NA ARGENTINA**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA SOARES FONTES**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO:

A América Latina e Caribe estão entre as regiões com legislações mais duras em relação ao aborto, juntamente com a África e o Oriente Médio. Nessa região, 97% das mulheres vivem sob regras que proíbem ou restringem sensivelmente o procedimento, impedindo a liberdade de escolha. Segundo dados do estudo “Abortion Worldwide 2017 – Uneven Progress and Unequal Access” feito pelo Guttmacher Institute, a América Latina é a região do mundo com maior número de abortos proporcionalmente. Nesse sentido, em dezembro de 2020, a Argentina ganhou as manchetes de jornais com a notícia de que o aborto havia sido legalizado no país, após muitos anos de luta feminista. Reconhecendo a importância desse fato e do tema de direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, esta pesquisa buscou realizar um estudo de caso da Argentina e pretendeu verificar os processos que possibilitaram a aprovação da lei 27.610, acerca da interrupção voluntária da gravidez no país sulamericano. O presente trabalho tem como objetivo, a partir de um estudo bibliográfico, compreender a legalização do aborto na Argentina a partir de uma análise conjuntural e histórica do campo feminista centrada no conceito de feminismo estatal. Para o atingimento do objetivo e resposta à pergunta de pesquisa “no contexto dos feminismos latino-americanos, que dinâmicas internas do campo feminista argentino possibilitaram a legalização do aborto no país?”, foi pesquisado o histórico dos movimentos feministas na América Latina e sua relação com o Estado, a questão do aborto na região e a trajetória das mulheres e dos direitos reprodutivos e sexuais na política argentina. Além da pesquisa bibliográfica, o trabalho recorreu também à análise de legislação.

BIBLIOGRAFIA: ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latinoamericanos. Estudos feministas, p. 265-284, 1998. CHIAPPARRONE, Norma Graciela. El derecho al aborto en América Latina y el Caribe. Atlánticas-Revista Internacional de Estudios Feministas, v. 3, n. 1, p. 192-223, 2018. ALCARAZ, María Florencia. ¿Que sea ley!: La lucha de los feminismos por el aborto legal. Marea Editorial. Edição do Kindle.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3196**

TÍTULO: **AUTO DE RESISTÊNCIA: UM INSTRUMENTO DO NECROBIOPODER PARA LEGITIMAR A CHACINA DO JACAREZINHO**

AUTOR(ES) : **LUCAS MARCELO DE FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

Neste artigo, o principal objetivo é analisar como os denominados autos de resistência, criados no período da ditadura brasileira (1964-1985), foram usados como instrumento do necrobiopoder, termo cunhado por Berenice Bento (2018) para explicar as técnicas do Estado que promovem a vida e a morte com base em uma hierarquização dos indivíduos, a partir do estudo do caso da chacina do Jacarezinho no ano de 2021. Para isso, o artigo está dividido em quatro partes. Em um primeiro momento, iremos explicar o sobre o que seria o necrobiopoder, para em seguida traçar um panorama da origem dos autos de resistência e sua perpetuação nos dias atuais. Após isso, estudaremos o caso da chacina do Jacarezinho e a aplicabilidade dos autos de resistência no caso citado. Para finalizarmos o trabalho, algumas considerações serão realizadas sobre o que foi exposto a fim de que os processos desvendados sejam não só compreendidos como também questionados. Para alcançar este objetivo foi realizada uma pesquisa explicativa com uma abordagem qualitativa, se baseado em dados bibliográficos e documentais sobre o estudo do caso.

BIBLIOGRAFIA: BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 53, 2018. ZACCONE, Orlando. Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro. Revan. 2015. VOCÊ matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Anistia Internacional, Rio de Janeiro, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3214**

TÍTULO: **O TRASHING DE MARK KELMAN COMO METODOLOGIA CRÍTICA PARA O DESVELAMENTO DE DISCURSOS POLÍTICOS ENVIESADOS: A CONSOLIDAÇÃO DO BOLSONARISMO NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO PELA INDISPONIBILIDADE NEOLIBERAL DE FUTURO.**

AUTOR(ES) : **LUCAS CARDOZO DE MEDEIROS**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO:

A reflexão aqui proposta é pesquisa de iniciação científica (PIBIC/UFRJ) em seu segundo ano de fomento institucional: a partir do paradigma dos Estudos Jurídicos Críticos (UNGER, 2017), propõem-se comentários qualitativos amparados em incursões bibliográficas a fim de que uma análise conjuntural da política brasileira contemporânea seja disponibilizada à sociedade. Assim, o presente trabalho ocupa-se da crítica antineoliberal em sua faceta discursiva e da linguagem.

Para tanto, a pesquisa usa o *Trashing* (KELMAN, 1984), método proposto pelo jurista norte-americano Mark Kelman, como metodologia desestabilizante do *status-quo* [discursivo] para que, a partir disso, os pressupostos valorativos das narrativas socialmente impostas venham à tona e sejam criticados, posto que as suas pretensões racionais são, em verdade, incoerentes. Objetiva-se provar, pois, que **a reprodução irracional de discursos viesados em épocas eleitorais representa verdadeiro curral eleitoral repaginado**: nunca existiu um kit gay nas escolas brasileiras, nem uma ameaça comunista rondando o país, também sendo irrelevante refletir sobre *golden shower etc.*

Diante disso, os resultados da pesquisa encontram-se em fase de finalização na medida em que tal iniciação científica está vigente há mais de um ano, já tendo sido alvo de debate acadêmico, como quando da apresentação, na última Jornada Giulio Massarani de iniciação científica da UFRJ, do trabalho intitulado "*REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL CAÓTICO PELO DISCURSO INTENCIONALIZADO: 'TEM QUE MUDAR ISSO DAÍ, TALQUEI?!'*".

O resultado-fim anuncia-se, então, como constatação [qualitativa] de que os discursos "criam mundos", ou seja, entende-se por ora que os discursos viesados que são mobilizados socialmente ganham significado na "pausa histórica", no recorte temporal e geográfico das mudanças sociais abruptas (na esteira do que entende Eni Orlandi, linguista brasileira). Logo, entende-se que as palavras significam *além* & "*rumo-para-algo*".

Inegável, portanto, que o antineoliberalismo precisa apropriar-se desse fenômeno, qual seja, dos saberes da análise do discurso, para que uma análise conjuntural crítica possa ser oferecida à sociedade brasileira diante da urgência de desestabilização ("*trashing*") dos discursos messiânicos charlatões que são na verdade discursos-esconde, ou um mais do mesmo na experiência política do país (ALMEIDA, 2018).

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Philippe Oliveira de. O neoliberalismo e a crise dos Critical Legal Studies. Rev. Direito Práxis. [online]. 2018, vol.9, n.4, pp. 2229-2250. KELMAN, Mark G. *Trashing*. Stanford Law Review, Palo Alto, Janeiro de 1984, v.36, nº.1/2, pp. 293-348. UNGER, Roberto Mangabeira. O movimento de estudos críticos do direito: outro tempo, tarefa maior. Tradução de Lucas Fucci Amato. - Belo Horizonte(MG): Letramento: Casa do Direito, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3222**

TÍTULO: **A INDÚSTRIA FARMOQUÍMICA BRASILEIRA: UM MAPEAMENTO DA SUA TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

AUTOR(ES) : **ANTÔNIA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA PARANHOS**

RESUMO:

O objetivo é realizar um mapeamento da(s) transferência(s) tecnológica(s) realizada(s) na indústria farmoquímica no Brasil, em especial, as transferências de tecnologia durante a pandemia para o desenvolvimento de vacinas.

Será feita uma comparação com a Indústria farmacêutica para situar o tamanho e o desenvolvimento da indústria farmoquímica. Esse trabalho de comparação será feito principalmente a partir de coleta de dados e seu tratamento, e eventualmente, através de revisão de literatura.

O trabalho de mapeamento da(s) transferência(s) de tecnologia será dado a partir de um levantamento de acordos publicados.

Como o artigo ainda está em fase de desenvolvimento, sua última parte e conclusão ainda estão em processo de pesquisa, não tendo sido inserido aqui. Pretende-se apresentar na SIAC as considerações finais também.

A indústria farmacêutica, até 31/12/2019, possuía 381 empresas ativas em solo nacional (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2020). Já indústria farmoquímica no Brasil, em 2019, possuía 89 empresas ativas segundo dados da RAIS 2020. A receita líquida do ano de 2019 para a indústria farmoquímica foi de aproximadamente R\$1,74 bilhões, enquanto a receita líquida para esse mesmo ano da indústria farmacêutica foi aproximadamente 33 vezes maior, em R\$57,5 bilhões (PIA/Empresa, 2020). O total das empresas fabricantes de produtos farmacêuticos que inovaram, foi na ordem de 394 estabelecimentos; já as empresas que produzem produtos farmoquímicos e que inovaram em 2017, tiveram um desempenho 9,3 menor, somando 42 estabelecimentos inovativos (PINTEC, 2017).

Comparando com o restante da indústria nacional, a indústria farmoquímica é caracterizada pelo seu alto nível de especialização. De todos os 7.555.757 trabalhadores que toda a indústria nacional empregava em 2019 (RAIS 2020), a sua grande maioria (4.007.687 - isso é, mais que 50%) possuíam ensino médio completo, enquanto que na indústria farmoquímica, o estrato de ensino que apresentava maior número de funcionários pela RAIS de 2020, era o de ensino superior completo com 48.104, representando 45% dos funcionários deste setor.

Pela apresentação acima, se observa uma indústria farmacêutica muito maior que a indústria farmoquímica. Uma das formas a explicar a diferença entre os tamanhos das duas indústrias pode ser através do entendimento da história dessas indústrias. Marcos temporais principais como a criação da Central de Medicamentos (CEME) em 1971, da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) em 1975, da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico - CODETEC em 1976, do congelamento de preços dos anos 80 e o seu descongelamento em 1990, bem como a abertura comercial, além da Lei de Propriedade Industrial de 1996 e da Lei dos Genéricos de 1999, que são analisados no trabalho a fim de contextualizar as duas indústrias.

BIBLIOGRAFIA: PARANHOS, Julia et al. (2020). Desenvolvimento da indústria farmoquímica no Brasil e na Argentina e sua integração com a América Latina: diagnóstico, desafios e propostas de recuperação pós-pandemia. Grupo de Economia da Inovação-UFRJ. Dezembro de 2020. PINTEC. [S. l.], 16 abr. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101706>. Acesso em: 18 out. 2021. RAIS. Brasil, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 18 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3231**

TÍTULO: **ENTREGADORES POR APLICATIVOS: AS CONDIÇÕES NA RELAÇÃO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

AUTOR(ES) : **VINICIUS ALVES, ISABELA TELLES DE LIRA, ISABELA SABBATINO PIMENTEL PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO:

A pesquisa tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos entregadores por aplicativos das plataformas iFood, Rappi e UberEats, e os impactos causados diante da pandemia da COVID-19.

Partindo da contextualização neoliberal da lógica de mercado que está cada vez mais intrínseca às relações trabalhistas, chegamos ao conceito de capitalismo de plataforma (KALIL, 2020), onde empresas se colocam como articuladores/intermediários na relação de prestação de serviço entre indivíduos e empresas. Assim, uma nova classificação surge no mercado de trabalho, caracterizando os entregadores por aplicativos, o que culminou na chamada "uberização do trabalho" (ARAÚJO, 2019). Pautada na autonomia do trabalhador e no empreendedorismo, precariza-se ainda mais as condições de trabalho dos entregadores, que, por não possuírem nenhum vínculo empregatício com as empresas, passam a arcar com os custos e riscos da entrega e dos instrumentos de trabalho.

Dentro do contexto pandêmico iniciado em março de 2020, segundo levantamento da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR), constatou-se que o perfil dos entregadores por aplicativo é composto predominantemente por pessoas do sexo masculino, negros, e de jovens adultos (24 a 35 anos). Além disso, observa-se aumento do número de cadastros de entregadores nos aplicativos durante esse período, o que afetou negativamente a remuneração destes. Apesar da sublevação de status à condição de "trabalhadores essenciais", através do decreto Nº 10.282, isso não se refletiu em melhorias para os trabalhadores, visto que passaram a arcar com os custos de segurança, higiene e equipamentos de proteção individual (EPI's), não tendo nenhum tipo de garantias por parte das empresas.

A partir de pesquisa quantitativa, serão recolhidos dados disponibilizados na plataforma Reclame Aqui e dados coletados pela REMIR. Tais dados serão tratados com base na contextualização dos conceitos de uberização do trabalho (ARAÚJO, 2019) e da intensificação desse fenômeno a partir da insurgência do capitalismo de plataforma (KALIL, 2020), inaugurando uma nova etapa do processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, tem-se que a viabilização deste acompanha o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que permite o surgimento de um novo meio de gerenciamento do trabalho - o gerenciamento algorítmico (MÖHLMANN & ZALMANSON, 2017) -, que não só intercede a relação entre entregador e empresa, mas também reflete assimetrias de poder e de informação.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Ygor Leonardo de Sousa. Uberização do trabalho: a relação empregatícia entre os entregadores e as empresas de aplicativos de comida. 2019. Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019. KALIL, Renan B. A regulação do trabalho via plataformas digitais. São Paulo: Blucher, 2020. MÖHLMANN, Mareike. e ZALMANSON, L.: Hands on the Wheel: Navigating Algorithmic Management and Uber Drivers' Autonomy, proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS 2017), Seoul, South Korea, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3232**

TÍTULO: **A SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO NO PÓS 11/09: UM RETRATO DA ATUALIDADE**

AUTOR(ES) : **MARIA MANUELA DE SA BITTENCOURT, DIANA FERREIRA OBERMULLER CARVALHO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A política migratória dos Estados Unidos continua a ser um dos temas mais sensíveis para cada novo presidente que assume o poder na Casa Branca. No governo atual, do democrata Joe Biden (2020), observa-se diversas contradições entre seus discursos de campanha sobre o tema e o que se vê na prática política. Era notória a divergência de opiniões do atual presidente em relação a seu antecessor, o republicano Donald Trump (2017-2020), que via a chegada de imigrantes, especialmente os mexicanos em condição ilegal, como sinônimo de ameaça e perigo (GANDINI, 2020). O primeiro ano do governo Biden já acumula algumas crises nesta área. Na mais recente delas, as duras imagens de agentes da Patrulha de Fronteira, perseguindo imigrantes haitianos em uma localidade texana às margens do rio Grande, geraram críticas e perplexidade dentro e fora dos EUA. Apesar do bipartidarismo e da acentuada polarização no país, os lados opostos do espectro político caminham sob uma mesma visão securitária, principalmente depois dos atentados cometidos em 11 de setembro de 2001. A partir desta data, a temática passará a ser mais securitizada e criminalizada, e as fronteiras serão consideradas locais vulneráveis. No governo de George W. Bush (2002), um novo departamento de segurança interna foi criado, em que não apenas se atentaria a possíveis ameaças terroristas, mas também ao tráfego de pessoas.

Conforme Jeff Huysmans (2006), neste momento, difunde-se na sociedade americana uma perspectiva de que o imigrante é uma ameaça aos seus valores, à sua identidade e ao seu estilo de vida, passando a ser visto como um inimigo, ou um criminoso. Com isso, uma visão de segurança se sobrepõe a uma visão humanitária em relação à política migratória, e a securitização do tema se torna um fenômeno bipartidário. Nesse sentido, é possível verificar, tanto em governos democratas quanto em republicanos, uma aversão a modificar a política migratória substancialmente em direção a uma abordagem humanitária. Ainda assim, considera-se que permanece válido questionar quais mudanças se pode identificar entre os governos democratas e republicanos na política migratória após 20 anos da Guerra Global ao Terror (GWOT), lançada por George W. Bush após o 11/9. Deve-se esperar grandes mudanças na atual política migratória dos Estados Unidos? Diante do exposto, a hipótese das autoras é negativa. É esta pergunta que se buscará responder neste trabalho de natureza exploratória, documental e bibliográfica, que tem como objetivo verificar possíveis elementos distintivos, nesta área, entre os governos W. Bush, Barack Obama, Trump e Biden. A base desta investigação será a teoria pós-colonial, a partir dos estudos de Edward Said, especialmente as suas contribuições sobre a construção do estrangeiro como o "Outro" no imaginário ocidental.

BIBLIOGRAFIA: BIDEN, J. The Biden Plan for Securing our Values as a Nation of Immigrants. [S.l.], 2020a. Disponível em: <https://joebiden.com/immigration/>. Acesso em: 12 out. 2021. HUYSMANS, J. The Politics of Insecurity - Fear Migration and asylum in the EU. Routledge, 2006. Executive Office of the President. The White House. National Security Strategy Washington, Sep 2002. Disponível em: <http://nssarchive.us/national-security-strategy-2002/> GANDINI, L. Caravanas migrantes: de respuestas institucionales diferenciadas a la reorientación de la política migratoria. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v.28, n.60, p.51-69, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ZQzmqB>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3252**

TÍTULO: **A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS ELEMENTOS “APLICAÇÃO” E “EFICÁCIA” DAS NORMAS HUMANITÁRIAS À LUZ DE UMA PERSPECTIVA PRÁTICA**

AUTOR(ES) : **MAIARA DE SOUSA SAMPAIO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA,ÁDRIA SAVIANO FABRICIO DA SILVA**

RESUMO:

Indubitavelmente, a guerra, enquanto fenômeno social, sempre se apresentou como uma realidade, e assim o é, visto que, “os séculos de guerra superam, em muito, os séculos de paz” (PALMA, 2009, p. 10), aportando relevância em razão dos impactos à vida humana. Assim sendo, a sociedade internacional preocupou-se em regulamentar esse fenômeno.

Nessa toada, quando se está diante de normas de Direito Internacional Humanitário (DIH), é possível constatar que o surgimento das referidas normas está substancialmente relacionado a um acontecimento social específico, os conflitos armados. Dessa maneira, o instituto jurídico da “aplicação” orbita, necessariamente, o conceito jurídico entendido como conflito armado. Dessarte, tem-se que o DIH foi idealizado, inicialmente, para os conflitos bélicos tradicionalmente definidos como guerra e que, a despeito das exigências legais para adequação da situação concreta ao conceito, negligenciavam diversas circunstâncias ensejadoras de proteção. A vista disso, o termo guerra foi substituído atualmente pela expressão “conflitos armados”.

Com efeito, a pesquisa objetivou analisar os elementos jurídicos da “aplicação” e da “eficácia” das normas humanitárias e, para isso, fundamentou-se na base de dados *Rule of Law in Armed Conflict – RULAC* e em *reports* de organizações humanitárias como o CICV. Dessa maneira, o exame metodológico foi realizado em duas fases e pautou-se numa investigação qualitativa e exploratória, utilizando-se de casos concretos, especialmente o Sírio, para construir um estudo sistematizado, de modo que na primeira fase foi trabalhado o elemento jurídico da aplicação, no qual foram compreendidas as situações fáticas que estão sob a incidência das normas humanitárias. E, ao nos debruçarmos sobre as situações de aplicabilidade, um dos questionamentos que se apresentou foi se o conjunto normativo era de fato respeitado. Em razão disso, num segundo momento, efetuou-se uma perquirição acerca da eficácia das normas de DIH.

Como resultado, percebeu-se que o DIH não é fenômeno estático, mas sim que, por ser um fato haurido socialmente, está em constante mudança. Isso pode ser explicado pelo fato de as normas humanitárias possuírem núcleo axiológico essencialmente ligado à proteção das pessoas vulneráveis e, por isso, tendem a ampliar suas fontes. Assim sendo, inimaginável vislumbrar uma real efetividade dessas normas sem a possibilidade concreta de responsabilização penal e, com isso, foi necessário entender o conceito jurídico do ato tipificado como crime de guerra.

Ao cabo, constatou-se a evidente interdependência entre os elementos jurídicos trabalhados, sendo essa circunstância uma condição *sine qua non* para que haja uma real efetividade das normas humanitárias, já que, na prática, a eficácia sofre ingerência política, social e econômica no plano internacional. Nessa senda, explorou-se os mecanismos jurídicos utilizados para proporcionar a efetividade concreta ao fim a que se destinam.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. 13ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao estudo do direito. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2021 SASSOLI, M. International Humanitarian Law: rules, controversies, and solutions to problems arising in warfare. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3260**

TÍTULO: **OS DESAFIOS DE SE PRESTAR CONSULTORIA DE GESTÃO AO TERCEIRO SETOR**

AUTOR(ES) : **ARTHUR LEMOS CAPANEMA COUTO E SILVA,GIULIA PEDERNEIRAS DE CASTRO GOMES**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO:

Quais são os desafios de se adaptar a consultoria tradicional de gestão de negócios a um projeto social? Essa é a pergunta central deste trabalho. Iremos trazer a nossa perspectiva crítica quanto a realização de projetos de consultoria para o terceiro setor, tendo como base duas experiências presenciadas na Ayra Consultoria em 2021, ambas reconhecidas como extensão.

Para isso, o estudo foi fundamentado no artigo "Especificidades da Gestão no Terceiro Setor" de Pereira et al., que busca entender as particularidades de aspectos estruturais e operacionais a partir do questionamento “que desafios específicos enfrentam os gestores de uma organização do terceiro setor?”. Nele, foi realizado um estudo de caso com várias fontes de evidência, como tais como documentos, entrevistas e observação participante.

A Ayra Consultoria é a empresa júnior de gestão de negócios da UFRJ. Se trata de uma organização estudantil sem fins lucrativos cujo objetivo é, através de projetos de consultoria, formar lideranças e complementar o ensino superior teórico com a prática de mercado. Já existe há 19 anos, e por ela passaram centenas de alunos e clientes. A cada ano, oferece um projeto de consultoria gratuito para ONGs, projetos sociais ou negócios de impacto, conhecido como Projeto Impacto. Por ser pro bono, esta exceção é creditada como extensão. Assim como ela, a cada processo seletivo da Ayra – e este ano ocorreram três – os participantes realizam projetos simplificados e também sem custo, para organizações de ex-membros, de pessoas que não tiveram poder aquisitivo para contratar os serviços da empresa ou organizações do terceiro setor.

Para a pesquisa, foram realizadas pesquisas qualitativas com os consultores da Ayra que prestaram consultoria a projetos sociais e com os respectivos “clientes”; uma das pesquisas para consultores, a outra para os “clientes”. A partir disso, e comparando às conclusões do artigo mencionado, foram identificados os maiores desafios inerentes à consultoria de gestão para projetos de cunho socioambiental.

Esperamos com a apresentação expor as principais dificuldades encontradas na prestação de consultoria de gestão para projetos de cunho socioambiental. Assim, mais discentes e docentes poderão contribuir em encontrar soluções para esses problemas.

BIBLIOGRAFIA: Lei Empresa Júnior - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13267.htm Artigo "Especificidades da Gestão no Terceiro Setor" - https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/03-b-Pereira-et-al-2013.pdf

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3276**

TITULO: **CORAL DO CCJE - A MÚSICA E O ENCONTRO. A TROCA E O ACOLHIMENTO**

AUTOR(ES) : **GUILHERME IMIA MIRA GOUVÊA SILVA,LUCAS LINDEMAYER FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **WALDELICE MARIA SILVA DE SOUZA**

RESUMO:

O Coral do CCJE desde o início das suas atividades em Outubro de 2019 (ainda em formato presencial) tem se mostrado um espaço muito necessário dentro do ambiente universitário afim de proporcionar a resignificação das relações entre diferentes setores e a aproximação das pessoas que compõe a universidade. Dos participantes que formam o grupo do coral, do regente ao último coralista vemos representatividade de diversos setores da UFRJ: docentes, discentes, técnicos administrativos, aposentados e inclusive representações de fora da UFRJ. Essa pluralidade proporciona uma nova troca, uma nova relação entre esses indivíduos, aproximando afetivamente essas pessoas. A troca entre diversas gerações e a sensação de todo o grupo estar em um mesmo patamar em relação a experiência de cantar coral estreita ainda mais essas relações e fortalece o grupo gerando segurança e confiança para proporcionar um espaço de acolhimento que tem se mostrado ainda mais necessário durante esses 2 anos de pandemia. O objetivo dessa apresentação é estimular a partir do relato desse projeto pelo ponto de vista do regente de um dos núcleos do coral é estimular a criação de mais ambientes de acolhimento e trocas entre setores da UFRJ corroborando a resignificação das relações entre diferentes setores e a aproximação das pessoas que compõe a universidade bem como ratificar a indissolubilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão coadunados pela cultura.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3286**

TITULO: **PANDEMIA E DEFESA: A TRAJETÓRIA E OS DESAFIOS DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19**

AUTOR(ES) : **HELENA ARAUJO PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Pandemia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira e tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa do Brasil (MD) frente à pandemia do corona vírus (Covid-19) a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Em relação a abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto aos fins a que se destina, a pesquisa é de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico pois avaliará a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil. A parte descritiva, relaciona-se com a descrição das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa em apoio à mitigação das consequências advindas da Covid-19, desde a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, quer do ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária e repatriação), quer no ambiente doméstico (demandas da sociedade). Assim como a gestão dessa crise e seus reflexos no setor de Defesa, considerando os tomadores de decisão e o processo decisório da instituição. A parte exploratória visa esclarecer as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia de procedimento, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização Ministério da Defesa. A pesquisa está organizada em quatro eixos temáticos: o primeiro eixo mapeia a estrutura montada pelo Ministério da Defesa, focando a atuação do seu gabinete de crise e dos comandos conjuntos ativados no território nacional com o objetivo de apoiar as medidas do governo federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia Covid-19. O segundo eixo analisa as mudanças estruturais e operacionais ocorridas no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas para que estas organizações possam manter os níveis mínimos de operacionalidade e cumprir a missão constitucional de Defesa Externa em tempos de pandemia. O terceiro eixo foca a atuação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa no ambiente internacional, quer na repatriação de brasileiros, nos fluxos migratórios e questões sanitárias nas fronteiras ou no auxílio a outros países. E o quarto eixo propõe uma análise comparada da atuação do Ministério da Defesa brasileiro e outros ministérios congêneres na América do Sul e na Europa que estão atuando no contexto da pandemia do Covid-19. Compreender como ocorreram e ocorrem as mudanças que têm impactado o setor de defesa brasileiro nesse contexto de pandemia é o foco da pesquisa. Nesse sentido, irei abordar e tratar dos dois primeiros eixos apresentados acima, sendo os outros dois compartilhados com minha colega de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: _____. Ministério da Defesa. Operação COVID-19 já envolve mais militares brasileiros que a Segunda Guerra Mundial, Brasília, DF, 28 abr. 2020 b. Disponível em: <<https://operacaocovid19.defesa.gov.br/noticias/noticia/1016-operacao-covid-19-ja-envolve-mais-militares-brasileiros-que-a-segunda-guerra-mundial?highlight=WyjmZWlIXQ==>>. Acesso em: 14 maio. 2020. BRECHER, Michael. WILKENFELD, Jonathan. A study of crisis. University of Michigan Press, 2000. BROWN, Trevor L. The evolution of Public Sector Strategy. Public Administration Review, Special Issue, p. s212-s214, dez. 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3289**

TÍTULO: **ACESSO A ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NOS COMPLEXOS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DE PERIÓDICOS SOBRE O TEMA**

AUTOR(ES) : **GABRIELA HAFNER SOARES**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A pesquisa propõe analisar e revelar os olhares da imprensa sobre os fenômenos ligados aos processos de favelização que ocorreram nos últimos trinta anos no estado do Rio de Janeiro. Tem como foco principal as questões de água e esgoto nas favelas. Se utiliza para o exame da questão um olhar antropológico, de modo a identificar quais os tipos de categorias e subjetividades são atribuídas pela mídia ao lugar de moradia da população das favelas e suas condições de vida.

Para a análise utilizamos como procedimentos de pesquisa uma abordagem documental, proveniente da coleta de dados primários identificados no periódico O Globo, no período de 1990 a 2020. A análise tem viés qualitativo, atrelada, por um lado, à identificação das várias formas que o periódico vem percebendo e representando as favelas e sua problemática de infraestrutura de serviços básicos de água e esgoto. Por outro ângulo, se fez uma revisão da literatura, escolhendo alguns estudos já feitos sobre o tema.

No desenvolvimento do estudos anotamos, que algumas notícias analisadas, apontam as favelas como de caráter problemático ,catastrófico, e patológico. Como um exemplo trazemos um trecho publicado em 15 de janeiro de 1992, onde o editorial chega, em tom pejorativo a afirmar que, "indiferentes ao risco de contrair doenças, como a hepatite e a cólera crianças brincam nas águas sujas do rio, enquanto mulheres aproveitam para lavar algumas peças de roupa [...]"

Igualmente negativa são as referências, que durante alguns anos foram feitas pela imprensa, em relação aos moradores dessas comunidades, sendo muitas vezes descritos como "favelados". Esta maneira de se referir aos moradores aparece na afirmativa de Zaluar e Alvito quando dizem que o tal favelado foi feito como bode expiatório dos problemas da cidade, "o outro, distinto do morador civilizado"[...] (ZALUAR E ALVITO, 2006:8)

Assim sendo, apesar de despertarem o interesse da imprensa, por vezes denunciando as negligências e descasos governamentais que assolam esses locais, é importante destacar que na maior parte dos noticiários analisados o tema favela aparece associado à algum infortúnio. Poucas são as vezes que uma notícia é publicada com uma informação de caráter edificante.

Face maneira como a imprensa se refere às favelas do Rio, se pode apontar que se mantém ao longo do tempo sua representação como um problema que a coloca como algo danoso à cidade formal. Tal representação se espelha bem na fala de Valladares, que entre seus estudos diz que parece "natural a representação da favela retomar a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida." (Valladares,2005)."Retomar", pois, antes mesmo da favela existir, quando os mais pobres viviam em cortiços que as antecederam também era este o olhar para suas moradias e condições de vida. Podemos, então apontar que nas favelas, onde permanece a questão de acesso a água e esgoto, a imprensa trata o problema como patológico e desastroso para a cidade formal.

BIBLIOGRAFIA: Zaluar, A. e Alvito, M. (org) (2006), Um Século de Favelas, Rio de Janeiro:FGV Valladares, Licia Prado (2005) Da invenção da favela a favela.com; Rio: FGV

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3303**

TÍTULO: **O PROTECIONISMO NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA GLOBAL DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO**

AUTOR(ES) : **ANTONIO MOURA ALVES FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO**

RESUMO:

Este trabalho está inserido no projeto "Política Pública e desenvolvimento produtivo e inovativo no Brasil pós Covid-19" e analisa uma das principais mudanças no papel do Estado e nas políticas públicas adotadas nos países desenvolvidos. As transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação são caracterizadas, entre outras coisas, pelo aumento do protecionismo e por mudanças na forma de organização das cadeias globais de valor. Este trabalho busca mapear e registrar, por meio de base de dados fornecida pelo Global Trade Alert (a mais completa base de dados disponível sobre políticas que afetam o comércio internacional desde 2009), o aumento do uso do protecionismo no período pós crise financeira de 2008 - e também a heterogeneidade com que tais políticas se apresentam em diferentes nações.

Os dados coletados no Global Trade Alert abarcam todas as intervenções governamentais no comércio internacional, de países selecionados, de modo a classifica-las como liberalizantes (pró-comércio) ou como restritivas (protecionistas). O trabalho utiliza como referência a definição de protecionismo dada por Evenett (2019): qualquer ação governamental que discrimina "rivais estrangeiras" em favor de interesses comerciais locais. Partindo de um conjunto de países selecionados (Brasil, Espanha, China e o conjunto de países que compõem o G7), analisa-se a evolução da política comercial no período de 2009 a 2020, com o objetivo de compreender um traço cada vez mais marcante nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento produtivo e inovativo adotadas recentemente em países desenvolvidos: o protecionismo. Nesse sentido, os dados permitem identificar, além da quantidade de intervenções e de sua distribuição no tempo, os países, setores, e produtos mais afetados por cada intervenção. Por isso, os resultados da análise dessas políticas, observadas agregadamente e em período amplo (2009 a 2020), permitem alcançar conclusões empiricamente embasadas sobre o crescimento do uso do protecionismo pela maior parte dos países.

A análise desenvolvida nesta etapa do projeto visa subsidiar as reflexões sobre novos desenhos de políticas industriais e de inovação a serem implementadas no Brasil no período pós Covid.

BIBLIOGRAFIA: EVENETT, S. Protectionism, state discrimination, and international business since the onset of the Global Financial Crisis. Journal of International Business policy, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3329**

TITULO: **DIREITOS HUMANOS NO CENÁRIO DE CONFLITO ASSIMÉTRICO NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA CORREA CHEVI**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

As guerras assimétricas são guerras em que os poderes dos lados combatentes são desbalanceados, como o objetivo, os recursos financeiros e militares e a hierarquia, por exemplo. E o Rio de Janeiro é uma ilustração desse tipo de guerra, tendo como atores as instituições de segurança, a milícia e o comando. Por isso, o principal objetivo deste trabalho é investigar como as forças policiais atuam diretamente em casos de ofensa aos direitos humanos, como nos casos da Nova Brasília, em 1994 e 1995, e do Jacarezinho, em 2021.

Para isso, há de se mapear a judicialização de casos em que a polícia foi responsável pela violência; investigar a história da polícia no Brasil e no Rio de Janeiro, bem como a história das organizações criminosas no estado; estudar teorias e legislações que dizem respeito aos direitos humanos; explorar as políticas de drogas e segurança pública no Brasil; e entender as práticas racistas das instituições de segurança no Rio de Janeiro. Esse objetivo deve ser cumprido por análises qualitativas secundárias, feitas por pesquisadores e autores latino-americanos, principalmente brasileiros, e quantitativas secundárias, com dados expostos por organizações internacionais, como a Anistia Internacional e Human Rights Watch, ou dados emitidos por entidades governamentais, como o Atlas da Violência e o Instituto de Segurança Pública. Com esse trabalho, é esperado o entendimento sobre a atuação das forças de segurança em casos de violência policial no estado do Rio de Janeiro, bem como a compreensão da necessidade de mudanças nas políticas de segurança pública.

BIBLIOGRAFIA: ZACCONI, Orlando. Indignos de Vida. A Forma Jurídica da Política de Extermínio de Inimigos na Cidade do Rio de Janeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3357**

TITULO: **MAPEAMENTO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE BIBLIOTERAPIA NA BASE DE DADOS SCOPUS DE 2016 A 2020**

AUTOR(ES) : **LUIS VITTOR MINDA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **DELANA OLIVEIRA, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA**

RESUMO:

A Biblioterapia se configura como recurso terapêutico multidisciplinar como auxílio à clínica médica, utilizada por diferentes profissionais como: psicólogo, educador, bibliotecário ou assistente social e aplicada em várias situações. O biblioterapeuta, profissional que atua nesse campo, utiliza livros selecionados previamente de acordo com planejamento desenvolvido para cada pessoa. Esta pesquisa dá continuidade aos estudos iniciados no projeto de Extensão Educação, Aprendizagem e Diversidade, voltado para crianças e adolescentes portadores de autismo e transtornos mentais. O objetivo desta pesquisa é analisar a produção científica e as tendências de pesquisa sobre Biblioterapia e, em seguida, apresentar as contribuições de diferentes países, instituições, periódicos, autores, palavras-chave e citações. Trata-se de um estudo bibliométrico para mapear a produção científica indexada na base de dados Scopus. Para a busca, foi utilizado o descritor "bibliotherapy" no campo título para recuperar as publicações. A pesquisa adotou os seguintes critérios de inclusão: período de 2016 a 2020; textos em língua inglesa; e todos os tipos de documentos contidos na base. Por outro lado, foram excluídos documentos fora do período indicado; de outros idiomas; e que não abordam o tema. Após estabelecer os critérios de busca na base de dados, os resultados apontaram 263 documentos publicados em 178 fontes diferentes, apresentando um total de 11.406 referências. A maioria dos documentos recuperados são artigos (n=179, 68%), seguidos de revisões (n=40, 15%). A produção anual apresentou uma taxa de crescimento de -0.98%, com mais publicações em 2017 (n=60) e menos publicações em 2019 (n=48). Nota-se pelos dados e informações apresentados que para o desenvolvimento do tema há necessidade de mais estudos e pesquisas, levando em consideração a contribuição que a Biblioterapia pode fornecer no tratamento complementar para a saúde dos pacientes.

BIBLIOGRAFIA: FERREIRA, Danielle Thiago. Biblioterapia: Uma Prática para o desenvolvimento pessoal. Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.4, n.2, p 35-47, jun. 2003 [ISSN: 1517-2539]. FLORES FERNANDEZ, Cherie; RIOSECO VERGARA, María-Paz. La biblioterapia y sus contextos de uso en niños y en adolescentes. Rev. cuba. inf. cienc. salud, La Habana, v. 31, n. 3, e1608, sept. 2020. Disponible en <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2307-21132020000300016&lng=es&nrm=iso>. accedido en 11 oct. 2021. Epub 30-Oct-2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oficina Avaliada**

ARTIGO: **3360**

TÍTULO: **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E APRENDIZAGEM: ENSINO DE DIREITO EMPRESARIAL JOGANDO BANCO IMOBILIÁRIO**

AUTOR(ES) : **TIAGO BORGES SANTIAGO**

ORIENTADOR(ES): **VERÔNICA LAGASSI**

RESUMO:

O Ensino Jurídico no Brasil, há tempos, vem recebendo críticas e considerações notáveis pela comunidade jurídica nacional. Percebe-se que a educação jurídica está envolvida em um ciclo depreciativo que repercute na qualidade, em favor da quantidade e dos resultados concretos. Otimizado por supostos sistemas de avaliação de qualidade do ensino, regulado por autoridades públicas mediante certames tecnicistas. (GABRICH; MENDONÇA, 2009).

O trabalho consiste em apresentar o uso do jogo Banco imobiliário como proposta auxiliar para o ensino de Direito Empresarial, como uma forma de facilitar o aprendizado; observa-se que a introdução de novas tecnologias na estrutura pedagógica de qualquer curso do ensino superior favorece a interação entre o aluno, o professor e a disciplina. Seguindo por essa lógica, o condão da pesquisa é oferecer aos discentes do curso de Direito formas de ensino não ortodoxas.

Qualquer jogo tem um valor educativo inerente. Leif (1978) diz que "jogar educa, bem como viver educa: sempre sobra alguma coisa". A utilização de jogos educativos no ambiente acadêmico traz muitas vantagens para o processo de ensino e aprendizagem, entre elas:

- O jogo é um atrativo natural, agindo como um elemento motivacional;
- Há o fator competitividade e busca por completar o objetivo;
- O jogo mobiliza esquemas mentais: estimula o pensamento, a ordenação de tempo e espaço;
- O jogo interliga inúmeras dimensões da personalidade: afetiva, social, motora e cognitiva;

Quanto à metodologia, parte-se de uma abordagem qualitativa, embasada em referências teóricas e bibliográficas para coleta de dados, de forma que haja enriquecimento sobre o tema de estudo, culminando na proposta de aplicação do jogo (o que não ocorreu até o exato momento, em virtude da pandemia) através de referencial teórico e estudo de caso.

A aplicação do jogo consiste em forma de ensino apoiado em tecnologia alternativa, abordará as novas regras do tabuleiro Banco Imobiliário, adaptadas às características das Sociedades Anônimas, como uma ferramenta de ensino desse conteúdo de direito empresarial, visto que o jogador poderá comprar e vender empresas, além de ter participações societárias, emitir debêntures e ações, operar fusão, cisão, incorporação das empresas do jogo. O jogo termina quando sobra um jogador, tendo os outros declarados falência, havendo a possibilidade de recuperação judicial, caso haja interesse de outro jogador em auxiliar aquele próximo de falir. Sob a ótica empresarial, o Banco Imobiliário é mais que um jogo de tabuleiro; ao jogá-lo, a pessoa está adquirindo informações de investimentos, estratégica financeira, contabilidade, direito, além de incitar o pensamento analítico. Devido às noções de direito empresarial, contábeis, e administrativas que o jogo proporciona, junto com a intenção de melhorar o aprendizado do aluno de direito, o presente estudo demonstrará como o jogo Banco Imobiliário pode ser utilizado como suporte tecnológico e didático/criativo em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA: FAGÚNDEZ, P. R. A. - A Crise do Ensino Jurídico. Disponível em: http://blog.newtonpa.iva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF_D3_02.pdf Acesso em: 20 set. 2021; GABRICH, F. A; MENDONÇA, R. A. L. Análise estratégica do ensino jurídico no século XXI. In : CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 18., 2009, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: CONPEDI, p. 6.234-6.267. Disponível: http://publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2046.pdf >. Acesso em: 01 out 2021.; LEIF, J. O Jogo pelo jogo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978..

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3368**

TÍTULO: **INVESTIMENTOS EXTERNOS CHINESES NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **BARBARA FORTES PONTES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ALBERTO DE OLIVEIRA**

RESUMO:

A posição atual de liderança chinesa e a mudança em ascensão do centro de gravidade da economia mundial, nos traz muitos questionamentos e este trabalho busca compreender os investimentos externos chineses, sobretudo, no Brasil a partir do século XXI, quais seriam as características deles e seus dimensionamentos no território. Mais especificamente, a pesquisa objetiva analisar a recente inserção externa chinesa no setor energético brasileiro.

Posto isto, a metodologia do trabalho é documental e explicativa. Já a importância do tema se dá devido o notável crescimento chinês nos últimos anos que vem conquistando importantes índices na participação de outros países e regiões na sua economia. Sendo pertinente o estudo do caso brasileiro no tema da energia elétrica, pois segundo CEBC a respeito do valor do estoque dos investimentos confirmados, em 2007-2020, 48% deles foram direcionados ao setor de energia elétrica, onde há a presença marcante de duas gigantes estatais chinesas desse setor, a China Three Gorges e a State Grid, que têm a maioria de seus ativos no exterior localizadas no Brasil, respectivamente, com fatias de 60% e 48%. Com a China Three Gorges sendo a segunda maior geradora de energia elétrica com capital privado em território brasileiro (CTG, 2021).

Cabe destacar, que a abertura econômica e a política de privatização brasileira se compuseram como algumas condicionantes que permitiram a conformação de um ambiente com maior atratividade para a retomada do influxo de investimentos externos no território brasileiro. De modo que, enquanto ocorria a redução da atuação estatal na economia, do outro lado ocorria a condução da política econômica pela cartilha neoliberal se materializando pela flexibilização do monopólio das empresas estatais e a apresentação de um ambiente cada vez mais propício e atrativo ao ingresso do capital estrangeiro no território.

Contudo, vivemos uma crise energética global, ao qual enquanto mais o mundo avança tecnologicamente mais necessita de energia, e este é um setor estratégico para o crescimento dos países na economia moderna. Onde faz-se necessário refletir que as pautas brasileiras precisam ser vistas e perseguidas, e esses investimentos devem ser entendidos e estudados, principalmente se o Brasil puder usá-los em prol de seu desenvolvimento e alinhá-los com seus próprios objetivos.

BIBLIOGRAFIA: CARIELLO, Túlio. Investimentos chineses no Brasil - Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). Conselho Empresarial Brasil-China, 2021. MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfolio-Penguin, 2014. SCHUTTE, G. R. A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro. Conjuntura Austral. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 8, p. 90-114, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3374**

TÍTULO: **“QUEM DIZ QUE É FÁCIL, BLASFEMA; QUEM DIZ QUE É TRABALHOSA, BLASFEMA”: O ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

AUTOR(ES) : **PEDRO KAUAN LUCAS MILANO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

Seja como império ou república, autoritarismo ou democracia, progressismo ou conservadorismo, os sucessivos governos brasileiros sempre abarcaram ambições de influência global, usando, para isso, o ferramental da Política Externa (PE). Em meados do século XIX, o Brasil era uma potência regional, cujos laços se limitavam aos seus vizinhos locais e hemisférios (CERVO; BUENO, 2010). Todavia, já no final do século XX, o país conseguiu estender de forma consistente e sistemática suas relações diplomáticas e comerciais com quase todos os Estados do globo (LESSA, 1998). Nessa conjuntura, portanto, busca-se atinar o estreitamento das relações bilaterais entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos (EAU) nos últimos anos e seus possíveis pretextos.

A relação do Brasil com os países árabes é marcada pelo caráter sazonal de acordo com as necessidades elencadas pelos formuladores da PE (CEPIK; JORNADA, 2012). Como área de importância, o Brasil é o maior exportador mundial comida halal, vis-à-vis a fundos soberanos árabes dirigirem investimentos ao setor de infraestrutura brasileiro (ABDALA, 2021; ABDIB, 2020). Quando tratada pelos análises de PE, porém, essa região é ponderada como um monobloco, mesmo tendo vários aspectos distintivos entre si, como é o caso dos EAU: uma federação composta por sete monarquias com um ambiente pró ocidente de negócios e que usa a PE na diligência de crescer amigos e reduzir inimigos (CEPIK; JORNADA, 2012). Ou seja, na busca do equilíbrio múltiplo entre, no Oriente Médio, as partes em conflito, aliado, em nível global, um estoque de parcerias estratégicas.

Nesse contexto, destarte, as relações bilaterais entre o Brasil e os EAU, se avolumaram na década de 2010, sobretudo após a ascensão de Temer a presidência e, posteriormente, mesmo com o discurso de guerra cultural no campo diplomático pela agenda anti-globalista e retorno à civilização ocidental, no governo Bolsonaro. À vista disso, portanto, no uso de dados quantitativos, se propõe uma análise qualitativa na correlação referente ao estreitamento das relações bilaterais com os EAU no intuito de identificar o lugar que ocupam no sistema de relações exteriores, a influência que exercem sobre o conjunto da PE brasileira e sua posição face a ascensão de Temer e Bolsonaro.

Dessa forma, o arcabouço cronológico cobre o período desde a fundação dos EAU como país independente, na década de 1970, até o presente atual, 2021, se propondo uma apreciação comparativa tanto das diferenças qualitativas e de ênfases, quanto das continuidades e semelhanças, junto ao caráter multivectorial na determinação das principais linhas de cooperação. Na PE brasileira recente, as penas foram substituídas por pedregulhos, que ainda assim, levaram, em relação as areias do EAU, as marés da sazonalidade serem substituídas por vazantes e, os períodos de pausas, por correntes. Mas que, como colocam os árabes sobre a peregrinação a Meca, “*Quem diz que é fácil, blasfema; quem diz que é trabalhosa, blasfema*”.

BIBLIOGRAFIA: ABDALA, Vitor. Brasil é o maior exportador de comida halal no mundo. Agência Brasil, Dubai, 05 de out. de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-10/brasil-e-o-maior-exportador-de-comida-halal-no-mundo> Acesso em 17 de out. de 2021. CEPIK, Marco; JORNADA, Helena. Emirados Árabes Unidos: segurança, política externa e relações com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo; et.al. Parceiros estratégicos para inserção internacional do Brasil, volume 2 Ásia, África e Europa. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2012. p.245-251. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3 ed.rev.ampl. Brasília: EdUNB, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3382**

TÍTULO: **AS REPRESENTAÇÕES ORIENTALISTAS DA IDENTIDADE PERSA EM CIVILIZATION VI**

AUTOR(ES) : **PEDRO NAVAR GARCIA DO CARMO E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO ALBERTO CRESPO**

RESUMO:

O *orientalismo* foi um termo desenvolvido pelo teórico pós-colonial Edward Said para descrever as maneiras pelas quais os europeus, ou o Ocidente, retratavam o Oriente como despótico, focado na obtenção de ouro, decadente e totalmente antiocidental, o qual pode ser encontrado em séries, filmes e jogos de videogame, que são grandes dominadores do entretenimento da atualidade, sendo o videogame o que mais se destaca e ameaça os outros dois. Os videogames oferecem aos jogadores um tipo de experiência muito diferente da mídia tradicional e de entretenimento. Os jogos são interativos, oferecem desafios gratificantes, e são cada vez mais sociais, atraindo mais pessoas ao mundo dos videogames. Nesse sentido, jogos de estratégia históricos como *Sid Meier Civilization*, que já vendeu 33 milhões de cópias ao redor do mundo, permitem que o jogador reconstrua a história dentro do contexto do jogo, com cultura, edificações e idiomas próprios de cada civilização em cenários baseados em eventos históricos reais, sendo que ao utilizar um país oriental, o jogador acaba sendo bombardeado por percepções ocidentais sobre esses países, os quais se identificam com o orientalismo despótico e militarista apresentado por Edward Said.

Dessarte, a pesquisa tem como objetivo verificar a existência de estigmas orientalistas descritos por Said em jogos de estratégia. Será utilizado como método um estudo de caso do jogo de estratégia *Sid Meier Civilization VI*, discutindo a presença de culturas do Oriente Médio no jogo, bem como as características da civilização persa, presente desde o segundo jogo da série, cuja cultura e design reforçam a visão estereotipada do Oriente.

BIBLIOGRAFIA: ASHERI, David; DE LIMA, Paulo Butti. O Estado Persa: ideologias e instituições no império aquemênida. Perspectiva, 2006. SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007. Sid Meier Civilization VI. Novato, California: 2K Games 2016. Jogo Eletrônico.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3424**

TÍTULO: **DESINFORMAÇÃO E OS SEUS IMPACTOS NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: UMA INVESTIGAÇÃO DA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2022**

AUTOR(ES) : **GABRIEL DE SOUZA VALUANO**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Com o advento das novas mídias, a velocidade e o volume de informações digitais diárias pela internet tomam proporções cada vez maiores. Devido às facilidades de compartilhamento e o seu baixo custo, cresce também a circulação e o consumo de notícias por meio das redes sociais, tendo sido provado que a disseminação de notícias falsas é mais rápida do que as verdadeiras entre as pessoas (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). A lógica de comunicação de origem estadunidense denominada “campanha permanente”, a qual se baseia no uso de redes sociais para manter um público permanentemente mobilizado por meio da disseminação de informações enganosas, revelou-se presente no Brasil nas eleições presidenciais de 2018, mobilizando uma epidemia de informações que produz e é produzida pela desinformação (*fake news*) em um ciclo vicioso (KALIL; SANTINI, 2020). Por outro lado, surgiram também as agências de checagem de fatos com o objetivo de oferecer respostas a essa onda de desinformação planejada. Mas **quais são os impactos da desinformação para o sistema político representativo dos países que são alvo dessa estratégia em curso?** O presente trabalho, de natureza básica, objetiva identificar as principais implicações da desinformação nas redes sociais para a democracia contemporânea brasileira. A pesquisa, de objetivo descritivo, consistirá em um estudo de caso de abordagem mista (CRESWELL, 2010) em que será realizado um mapeamento do Twitter de março a outubro de 2022, período previsto para a realização de campanha eleitoral presidencial brasileira. Mediante o procedimento de pesquisa documental, o estudo se apoiará nos indicadores estatísticos apurados pelas agências de checagem, tais como Agência Aos Fatos, Agência Lupa e Boatos.org, indicadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Além de já ter sido estruturado o projeto da pesquisa, com seu problema, objetivos e métodos delimitados, a atividade em curso do cronograma consiste na revisão da literatura e de suas principais contribuições conceituais e empíricas acerca da desinformação, as quais fundamentarão a análise dos dados a serem mapeados. Para tanto, consideram-se os 57 artigos levantados a partir de pesquisa bibliográfica realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A tática de busca considerou apenas artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares desde 2018, utilizando-se as palavras-chave “desinformação”, “eleição” e suas variantes escritas em português e inglês, no título. Espera-se como resultado, portanto, estabelecer as categorias temáticas e seus respectivos indicadores de frequência que indiquem os principais assuntos mobilizados por meio da desinformação no Twitter no período analisado, discutindo-se os aspectos mais críticos, sob o prisma da política pública, a serem tratados em prol dos princípios democráticos no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. KALIL, I.; SANTINI, R. M. Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política. Relatório de pesquisa. FESPSP/UFRJ, São Paulo/Rio de Janeiro, 2020. VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. Science, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3434**

TITULO: **A EXTENSÃO ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS COM O PROJETO**

AUTOR(ES) : **DIANA FERREIRA OBERMULLER CARVALHO DA SILVA, BEATRIZ VENTAPANE FREITAS LUDUVICE CORCINO, ISABEL DELAHAYE, POLLYANA DAS NEVES REIS**

ORIENTADOR(ES): **BEATRIZ BISSIO**

RESUMO:

O projeto de extensão Diálogos sem Barreiras: Uma ponte para a utopia visa um diálogo com a sociedade procurando contribuir para a formação da cidadania. Para tal estão sendo desenvolvidas diferentes atividades e iniciativas nas redes sociais através e mediante o uso de plataformas virtuais. Nossas redes no Instagram, Facebook, e Twitter, são utilizadas para divulgação científica e cultural, assim como o Canal no Youtube, o Podcast "O Mundo Visto do Sul" e os Minicursos ofertados através de plataformas virtuais. Todos esses canais são alimentados com materiais especialmente produzidos por alunos extensionistas de graduação e pós-graduação.

No eixo das redes sociais, temos especial cuidado em incluir a contextualização histórica do assunto abordado em nossas postagens, procurando contribuir para uma melhor compreensão da atualidade mundial, com ênfase na realidade do Sul Global, e mostrando o impacto dos temas internacionais na política doméstica. Nas nossas redes sociais, Facebook, Instagram e Twitter, realizamos postagens sobre temas, conceitos, eventos históricos, indicações culturais, autores e personalidades relacionados com a temática do Sul Global. Em nossos posts, procuramos utilizar uma linguagem não acadêmica, visando dialogar com o público externo à fora da Academia, estudantes de ensino médio e estudantes dos primeiros períodos da graduação.

Dentre as postagens realizadas nas páginas do projeto, destacamos: os posts de indicações culturais de músicas, filmes e livros, entre outros, relacionados às temáticas do Sul Global; as postagens que buscam abordar acontecimentos históricos ou pensadores relevantes para o Sul Global em uma linguagem simples; as postagens de divulgação do nosso podcast, eventos, entrevistas e conteúdos de grupos parceiros; por fim, a série de posts do "Glossário do Sul", na qual procuramos apresentar definições breves de conceitos importantes para o Sul Global.

Atualmente, a equipe das redes sociais do projeto é composta por 14 estudantes de graduação dos cursos de Relações Internacionais, Defesa e Gestão Estratégica Internacional, Ciências Sociais e História e dois estudantes de pós-graduação em História. As atividades realizadas pelos estudantes envolvem a produção de textos e artes para as redes sociais com base nos temas do projeto, o planejamento das atividades em conjunto com a professora coordenadora e a participação em entrevistas e debates conduzidos pelo projeto.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3473**

TÍTULO: **INOVAÇÃO EM NEGÓCIOS SOCIAIS BASEADOS EM SERVIÇOS: CARACTERIZAÇÃO DE INICIATIVAS E DE MECANISMOS DE APOIO**

AUTOR(ES) : **MATHEUS PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO RAUPP DE VARGAS**

RESUMO:

Esta pesquisa procura analisar o percurso de negócios sociais baseados em inovações em serviços na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se identificar as motivações das iniciativas, atores, características das soluções desenvolvidas, modelos de negócio social adotados e o impacto destas iniciativas. De forma muito especial, procura-se observar a coprodução de inovações sociais em processos interativos onde diferentes agentes (WINDRUM et al, 2016) e lógicas de ação (LEAL&VARGAS, 2014) estão em curso.

Neste estudo, adotamos o conceito de inovação social de Phill Jr, Deiglmeier e Miller (2008, p.36) , segundo o qual uma inovação social é “uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que as soluções existentes e pela qual o valor criado é prioritariamente apropriado pela sociedade como um todo, mais do que por indivíduos”.

Nosso **objetivo geral** de pesquisa é analisar as características do processo de inovação social sob a ótica da inovação em serviços em negócios sociais. Espera-se alcançar este objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos**:

- 1) Identificar as características do processo de inovação social em iniciativas baseadas em serviços;
- 2) Analisar os modelos de organização destes negócios sociais;

Este trabalho está focado no objetivo específico 2 e por isso será desenvolvido a análise do modelo de organização de negócios sociais baseados em serviços. Neste momento, estão sendo mapeadas as iniciativas de apoio vigentes no município do Rio de Janeiro, tais como a Oi Futuro, Abellha, EKLOSS, Instituto Gênese e etc. Nestas iniciativas, serão selecionados empreendimentos que desenvolvam inovação social baseada em serviços. Dentre as iniciativas, serão selecionados dois casos para estudo em profundidade. Será utilizada a técnica de entrevista narrativa para descrição do histórico dos empreendimentos e de sua forma de organização. Espera-se com isso apresentar as principais características da inovações sociais empreendidas e os elementos organizacionais que estas adotam, comparando-os com os modelos já identificados na literatura a partir de categorias pré-definidas. Espera-se identificar se o fato de serem atividades de serviços impõe diferenciais nestes modelos de organização, dado o caráter relacional inerente a estas atividades e os desafios próprios da inovação em serviços.

Referências:

LEAL, Sayonara; VARGAS, Eduardo Raupp. Entre associativismo e regimes de engajamento: reflexões acerca do conceito de inovação social para pensar políticas públicas de inovação. Estudos Sociológicos, v.19, n.37, p.349-369 , 2014.

PHILLS JR, J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. Rediscovering social innovation. Stanford Social Innovation Review, fall, p.33-43, 2008.

WINDRUM, Paul; GARCÍA-GOÑI, Manuel (2008). A neo-Schumpeterian model of health services innovation. **Research Policy**, 37, p. 649-672

BIBLIOGRAFIA: Referências: LEAL, Sayonara; VARGAS, Eduardo Raupp. Entre associativismo e regimes de engajamento: reflexões acerca do conceito de inovação social para pensar políticas públicas de inovação. Estudos Sociológicos, v.19, n.37, p.349-369 , 2014. PHILLS JR, J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. Rediscovering social innovation. Stanford Social Innovation Review, fall, p.33-43, 2008. WINDRUM, Paul; GARCÍA-GOÑI, Manuel (2008). A neo-Schumpeterian model of health services innovation. Research Policy, 37, p. 649-672.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3477**

TÍTULO: **RODAS DE DIÁLOGOS - ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA**

AUTOR(ES) : **GABRIELA MORAIS DE LIMA,JOÃO PEDRO PRATES DE SOUSA,PATRICIA HEMILLY MACHADO VAZ,WASHINGTON DA SILVA SANTOS,THAIS DE PAULA DA SILVA,MARIA CONSTÂNCIA**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO:

O trabalho apresenta as ações realizadas pelo Projeto de Extensão Rodas de Diálogo, Acesso aos Serviços Públicos e Consolidação da Cidadania. A finalidade do projeto é promover a troca de saberes sobre a esfera pública, o espaço coletivo, direitos constitucionais, pacto federativo, serviços públicos, direitos humanos, entre outros temas, de modo a contribuir para a formação cidadã. Busca-se o amplo diálogo como forma de fortalecer os laços de solidariedade em torno do bem comum e dos valores emancipatórios, capazes de promover uma sociedade mais justa e menos desigual econômica e socialmente, propósitos que concorrem para fortalecer os princípios da extensão Universitária (Gadotti, 2017).

As ações são realizadas nas escolas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com foco no ensino fundamental e médio, além do corpo docente e familiares que queiram participar dos encontros. Os temas são propostos e construídos pelos extensionistas, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e dados secundários. Em seguida, os estudantes elaboram as formas de apresentação dos temas nas escolas. Cabe aos extensionistas prospectar as escolas, propor os temas e elaborar o conteúdo e a forma de comunicação com o público, a partir da orientação dos docentes coordenadores. A extensão é realizada desde 2018 e oferta semestralmente 20 vagas. Ao longo desse período, mais de 50 alunos já integraram o projeto.

Devido à pandemia do Coronavírus, que impôs desafios às atividades de extensão universitária (Marques, 2020), o projeto passou a atuar remotamente, no canal youtube da Agência IPPUR e encontros no Google Meet, abertos ao público. Além disso, desenvolve conteúdos as redes sociais do projeto, Twitter e Instagram. No novo formato, a difusão do conhecimento e informação sobre a temática do Campo de Públicas (ANEPCP, 2018), se aliam à comunicação científica, de modo a recrudescer os vínculos entre Universidade e sociedade (Targino e Torres, 2014).

Em termos metodológicos, o presente trabalho realiza a revisão bibliográfica sobre o papel das atividades de extensão e da comunicação científica, assim como os conceitos e diretrizes da extensão na UFRJ. Com base nesses referenciais, discorre-se sobre as atividades realizadas pelo projeto no ano de 2021.

Ao longo do período, foram realizadas seis lives: i) pré-vestibulares comunitários; ii) Pec Emergencial; iii) Reforma Administrativa; iv) políticas públicas de acessibilidade na educação; v) orçamento da UFRJ ; e vi) Moradia, Desigualdade e Pandemia. Com base nos dados das redes sociais, busca-se compreender o alcance da extensão para o público externo à Universidade.

Dada a importância das atividades de extensão na tríade que compõem a universidade brasileira, ressalta-se a importância do amplo debate na sociedade sobre Estado, direitos constitucionais e políticas públicas e os desafios para promover o engajamento dos extensionistas e das escolas em períodos remotos.

BIBLIOGRAFIA: MARQUES, Georgiana Eurides de Carvalho. A Extensão Universitária no Cenário Atual da Pandemia do COVID-19. Práticas em Extensão. 2020. Disponível em <<https://www.uema.br/2020/07/artigo-a-extensao-universitaria-no-cenario-atual-da-pandemia-do-covid-19/>>. GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em <[https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o Universit%C3%A1ria - Moacir Gadotti fevereiro 2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria%20-%20Moacir%20Gadotti%20fevereiro%202017.pdf)>. TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação Científica Além da Ciência. Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899>>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3480**

TÍTULO: **PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ACESSO E USO DE CONTEÚDOS EM PLATAFORMAS DE STREAMING: UM ESTUDO DE CASO NA NETFLIX**

AUTOR(ES) : **FABIANA GUIMARÃES COUTINHO**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Apresenta um breve histórico do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, descrevendo como essas tecnologias trouxeram desafios para os profissionais e para a Biblioteconomia. Discorre acerca da *Web* e como os seus avanços impactaram na criação de novas formas de entretenimento, por exemplo, o uso de mídias sociais e das plataformas de *streaming*¹. Tem como objetivo geral analisar como os conteúdos são organizados, acessados e usados na Netflix, com vistas a desvendar novos cenários para a atuação do(a) Bibliotecário(a). Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva e documental mediante abordagem qualitativa. Para tanto, foram analisadas as produções científicas acerca da temática, sites e plataformas de *streaming*. Apresenta como resultados da pesquisa múltiplas atividades que podem ser desempenhadas por bibliotecários(as), com objetivo de melhorar especialmente a experiência do usuário e o funcionamento dessas plataformas, sobretudo a Netflix, incluídas nas seguintes classes gerais: Disponibilização da informação em qualquer suporte; Gerenciamento de unidades, redes e sistemas de informação; Tratamento técnico de recursos informacionais; Desenvolvimento de recursos informacionais; Disseminação da informação e; Desenvolvimento de estudos e pesquisas.

¹download contínuo de um recurso informacional.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3506**

TÍTULO: **A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NO MÉXICO E SUAS SEMELHANÇAS COM A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **VITORIA VIVIAN CHIESA, JULIA SCHNEIDER**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINA MACHADO CYRILLO DA SILVA, LUIZ FERNANDO CASTILHOS SILVEIRA**

RESUMO:

Partindo de um estudo de pesquisa mais abrangente sobre autonomia universitária na América latina nos deparamos com a questão da autonomia universitária do México e buscamos encontrar semelhanças e diferenças para a autonomia universitária do Brasil de modo a discutir como se dá a escolha dos reitores, a fim de demonstrar de forma compartiva como a interferência do Estado pode influenciar a dinâmica das universidades. Como problema de pesquisa formulamos a seguinte questão: Quais as semelhanças entre a autonomia universitária no Brasil e no México no que diz respeito a escolha dos reitores das universidades públicas? O método de pesquisa foi comparativo e bibliográfico, O objetivo foi analisar no direito comparado a autonomia universitária e os resultados de pesquisas encontrados foram de que, embora as normas constitucionais sejam semelhantes, garantindo tanto as universidades mexicanas como as brasileiras a autonomia didático-científica e financeira, no México não há qualquer interferência presidencial na escolha dos reitores enquanto que no Brasil existe lista triplíce para escolha discricionária dos reitores pelo presidente. A escolha pelo México se deu em razão das semelhanças normativas constitucionais e geopolíticas daquele país com o Brasil, tendo em vista que o objetivo é inserir o modelo de comparação da presente pesquisa num todo maior que é a questão da autonomia universitária e a liberdade acadêmicas como direitos humanos.

Resultados alcançados: No Brasil, as universidades têm assegurada a autonomia didática – científica, administrativa e de gestão financeira patrimonial, mas ainda assim sofrem em algumas ocasiões a intervenção do Estado, como é possível observar no art. 1º da lei 9.192/1995. No caso das universidades federais, como expõe Barboza, Buss e Strapasson, a nomeação de reitores e vice-reitores é feita pelo presidente da república a partir de uma lista triplíce, que é organizada por um processo rigoroso de consulta dentro das próprias instituições de ensino. Segundo Marsiske, em 1929 a autonomia universitária no México, era insuficiente, visto que o presidente da república tinha o direito de apresentar uma lista para o conselho Universitário para escolher o nome do reitor. Em 1945 foi criada uma nova Lei Orgânica, que está em vigor até os dias de hoje, e que reconhece a universidade como uma corporação pública, descentralizada do governo e dotada de plena capacidade jurídica. Essa Lei define que a Junta do Governo, composta por 15 membros universitários, será responsável pela escolha do reitor.

Assim observada, as políticas que concedem a Autonomia Universitária, podemos dizer que existem hoje poucas semelhanças entre as normativas do Brasil e do México. Existe no Brasil uma lista triplíce apresentada ao Presidente da República para a escolha do reitor. Já no México não há interferência do Presidente. Por fim, tanto no México, quanto no Brasil, as universidades detêm autonomia didático-científica e financeira.

BIBLIOGRAFIA: KANT, IMMANUEL. CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA; BARBOZA, ESTEFÂNIA, BUSS, G. STRAPASSON, K. A INCONSTITUCIONALIDADE DO DESRESPEITO À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA PARA NOMEAÇÃO DE REITORES; MARSISKE, RENATE. LA AUTONOMIA UNIVERSITARIA EN MEXICO: HISTORIA Y DESARROLLO.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3579**

TÍTULO: **A NEGLIGÊNCIA DO BRASIL NO COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO CASO EMPREGADOS DA FÁBRICA DE FOGOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SEUS FAMILIARES VS. BRASIL.**

AUTOR(ES) : **BRUNO FAGUNDES TEBALDI**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, RAQUEL GUERRA**

RESUMO:

Apesar dos institutos existentes, das posições jurisprudenciais, da normativa constitucional e de uma possível proximidade entre o controle de constitucionalidade e o controle de convencionalidade em observância à atuação do Poder Judiciário, a negligência e a despriorização do Brasil quanto às formas de combate ao racismo ainda se mostra como uma constante na contemporaneidade. A partir de uma análise da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Sentença do Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil (2020), tendo em vista as posições e práticas do Estado brasileiro, a atual pesquisa visa evidenciar a negligência nacional com relação ao combate ao racismo, considerando o modelo estatal como violador de direitos e a relação entre a discriminação racial, segregação sócio-espacial e posição econômica.

Cabe apontar que a relevância desse estudo se dá não somente pela elevada discussão quanto ao racismo nos dias atuais, mas devido à novidade trazida pela sentença de 2020, a alta polarização política e ideológica no país e a forte transparência emergente, em especial pela conjuntura pandêmica, sobre a urgência da efetivação da proteção dos direitos humanos diante as problemáticas do Brasil e da sociedade (desigualdade educacional e socioeconômica, presença da lógica colonizadora, risco de perda de direitos, grupos reacionários ante os progressos humanitários e igualitários).

Ademais, a fim de desmistificar o senso comum sobre os direitos humanos e sua efetividade, sustenta-se o pensamento de Helio Gallardo ao elaborar que a afirmação de um universalismo abstrato é improcedente e que os direitos humanos não podem ser considerados meramente como naturais ou concedidos apenas pelo ordenamento jurídico, mas são, em verdade, frutos das lutas sociais.

Nesse sentido, em análise da atuação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a atual pesquisa se propõe a demonstrar a hipótese da relação entre os movimentos sociais e políticos com sistemas e fontes internacionais como uma forma de aliança e via possível para limitar intenções inadequadas do Estado, garantir eficácia prática à proximidade entre os controles de constitucionalidade e de convencionalidade, contribuindo, assim, com a proteção dos direitos humanos de minorias mesmo em um cenário interno prejudicial e politicamente instável.

No presente estudo, utilizou-se uma abordagem qualitativa jurisprudencial, legislativa e bibliográfica, além de revisões documentais que versam sobre o tema, com o intuito de demonstrar as atuações da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Brasil no combate ao racismo estrutural. Quanto aos tipos genéricos de investigação, empregou-se o Histórico-jurídico e o Jurídico-propositivo. No tocante às espécies teórico-metodológicas, utilizou-se a modalidade Jurídico-sociológica e, em referência ao tipo de raciocínio, utilizou-se o método indutivo.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, L. R. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 576 p. CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil. Cf. BOITEUX, Luciana. A proibição como estratégia racista de controle social e a guerra às drogas. Le Monde Diplomatique. Ano 13, n 145. Ago. 2019. FREITAS, Felipe da Silva. A naturalização da violência racial: escravidão e hiperencarceramento no Brasil. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, n. 17, ano 12, p. 37-59, 2019. GALLARDO, Helio. Direitos humanos como movimento social: para uma compreensão popular da luta por direitos humanos.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3586**

TÍTULO: **LIDERANÇA TRANSFORMADORA E O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS**

AUTOR(ES) : **SOFIA XAVIER**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

O conceito de liderança transformadora proposto por Burns (1979) e posteriormente desenvolvido por Rohm e Cabral (2013), aponta para uma liderança fundamentada no desenvolvimento moral dos indivíduos e não focada na pessoa do líder, mas sim no processo da liderança. Ainda que tenha sido estudada primariamente no contexto empresarial, entende-se na presente pesquisa que este tipo de liderança pode ser empregada em movimentos sociais, os quais comumente têm por objetivo uma mudança de mentalidade e de valores sociais. Destaca-se também o potencial impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) sobre a comunicação de um movimento social e seu papel na construção destas organizações, em suas diversas fases e táticas utilizadas. Diante das oportunidades e riscos colocados pela adoção das TIC nos movimentos sociais, a pesquisa tem por objetivo indicar de que formas a liderança de um movimento social pode empregar as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para alcançar os objetivos de seu movimento. Busca-se explicar quais são as estratégias possíveis a partir de seu uso e qual é o papel da liderança na escolha dos meios de comunicação do grupo e no seu emprego. Para tanto, este trabalho tem natureza qualitativa e se caracteriza como aplicado e descritivo. Por meio de um estudo de caso múltiplo composto por 6 movimentos sociais distribuídos por três continentes – América, Ásia e Europa – e selecionados por sua visibilidade e relevância, o artigo visa identificar as competências necessárias para que a liderança transformadora de um movimento social possa elaborar estratégias e táticas de ação utilizando-se das TIC. A categorização das competências necessárias a estas lideranças é feita por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Ao final do estudo, espera-se descrever e identificar de forma gráfica as competências centrais, ou seja, aquelas que se fazem presentes e demonstram ter importância em todos ou na maioria dos movimentos estudados, e as competências periféricas, derivadas de hábitos e particularidades culturais. A partir desta categorização, poder-se-á oferecer recomendações de estratégias que podem ser utilizadas por estas lideranças de forma a otimizar sua ação, o uso de recursos e os resultados buscados por movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA: BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. BURNS, J. M. Leadership. Nova Iorque: Open Road, 1979. ROHM, R. H. D.; CABRAL, A. D. A liderança transformadora e seus desafios face a missão da universidade [Mimeo]. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3670**

TÍTULO: **OS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DIGITAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

AUTOR(ES) : **RAFAELA STRUSSMANN NUNES DA CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA AFFONSO SILVA ARAUJO**

RESUMO:

A introdução de tecnologias digitais na entrega de serviços de saúde é percebida pelas instituições como uma mudança disruptiva abrupta e que requer mais esforços do que outras mudanças tradicionais. De acordo com um estudo recente, 70% dos projetos de transformação digital falham (FORTH et al., 2020). Um grande desafio encontrado é a dificuldade de garantir consistência entre a formulação e a implementação das estratégias. (CORREANI et al., 2020). Com objetivo de agregar conhecimento acerca da implementação de tecnologias digitais em serviços de saúde, o presente estudo visa entender quais são os efeitos da implementação digital na saúde pública, mensurados por meio do valor público criado (TWIZEYIMANA; ANDERSSON, 2019). Para alcançar esse objetivo, realizamos uma revisão sistemática da literatura em janeiro de 2021 em 7 bases de dados: PubMed, Scopus, Virtual Health Library (VHL), EBSCO, ProQuest, Scielo, and Web of Science. A busca retornou com 963 artigos, os quais foram exportadas para o software Mendeley, sendo identificados 506 artigos duplicados. Os 457 artigos restantes foram então exportados para a plataforma Rayyan, onde selecionamos aqueles que atendiam aos seguintes critérios de inclusão: artigos acadêmicos, empíricos, em português, inglês ou espanhol, com foco na implementação ou sustentação de novos serviços públicos de saúde, utilizando tecnologias digitais. A amostra final é composta de 13 artigos que atenderam a todos os critérios de inclusão e são analisados no estudo. O próximo passo será a análise dos dados recuperados nos artigos selecionados. Ao final do estudo esperamos fornecer subsídios para contribuir com o sucesso de projetos de implementação digital dos serviços públicos em saúde.

BIBLIOGRAFIA: FORTH, Patrick et al. Flipping the odds of digital transformation success. Boston Consulting Group, 2020. CORREANI, Alessia et al. Implementing a digital strategy: Learning from the experience of three digital transformation projects. California Management Review, v. 62, n. 4, p. 37-56, 2020. TWIZEYIMANA, Jean Damascene; ANDERSSON, Annika. The public value of E-Government-A literature review. Government information quarterly, v. 36, n. 2, p. 167-178, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3706**

TÍTULO: **A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA OPERAÇÃO RADIOATIVIDADE**

AUTOR(ES) : **SARA HUMMEL,JOÃO VICTOR VIANA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **JOANA DOMINGUES VARGAS,VERA RIBEIRO DE ALMEIDA DOS SANTOS FARIA**

RESUMO:

O ano de 2014 foi marcante para a política brasileira, pois representou o início da Operação Lava-Jato, metodologia de investigação que, baseada no instituto de colaboração premiada (FARIA, no prelo), resultou na prisão de políticos e importantes figuras do empresariado brasileiro. Entre as operações correlatas que surgiram a partir do desenrolar das investigações, destaca-se a 16ª fase da Operação Lava-Jato, batizada de Radioatividade, a qual investigou sobretudo fraudes nos contratos firmados entre empreiteiras já citadas em fases anteriores da Lava-Jato e a Eletronuclear, Empresa Brasileira de Energia Nuclear, a formação de cartel entre as empreiteiras e possíveis pagamentos de propina a funcionários da Eletronuclear e políticos. Apesar do impacto das operações e de sua forte repercussão interna, informações em torno da intervenção estadunidense no desenrolar das investigações foram pouco veiculadas. Elas revelaram importantes indícios de violação da soberania brasileira na medida em que a cooperação internacional entre Brasil e Estados Unidos não se deu a partir das autoridades brasileiras competentes determinadas por lei. Em decorrência disto, o principal objetivo deste trabalho é investigar as possíveis motivações dos EUA ao se envolver ilegalmente no desenrolar das investigações da Operação Lava-Jato, com ênfase na esfera nuclear, setor sensível em assuntos de segurança, e se este fato pode ser considerado um reflexo da crise hegemônica estadunidense. Para isso, a pesquisa tem sido desenvolvida a partir da análise de bibliografia selecionada – tendo como referencial teórico autores que discorrem sobre teorias de hegemonia e de crise sistêmica –, e da coleta e análise de material documental – como as peças jurídicas do processo penal que decorre da Operação Radioatividade. A pesquisa em andamento encaixa-se -se, por sua vez, em um plano maior sobre o instituto da colaboração premiada no Rio de Janeiro, desenvolvida pelas Prof. Joana Domingues Vargas e Vera Faria, intitulada "Processos de Importação e Adaptação de Modelos Judiciais Criminais no Brasil". Este esforço recebe apoio financeiro do CNPq por meio das bolsas de iniciação científica da UFRJ concedidas às pesquisadoras pelo Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID). A divisão do trabalho entre os alunos consistirá em: Sara Hummel abordará as questões ligadas ao descumprimento de questões legais por parte do Brasil quanto a cooperação do direito internacional, enquanto João Santos abordará a perspectiva teórica de crise sistêmica e hegemonia dos EUA.

BIBLIOGRAFIA: FARIA, Vera Ribeiro de Almeida dos Santos. "TROCANDO PNEU COM O CARRO ANDANDO!" - Uma pesquisa empírica sobre as representações acerca do instituto da Colaboração Premiada dentre os atores do sistema de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autobiografia (no prelo). WALLERSTEIN, Immanuel. Prólogo: Estados Unidos: la crisis sistémica y las nuevas condiciones de legitimación. México: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Siglo XXI Editores, 2010. KERCHÉ, Fábio; FERES, Júnior; João et al (Orgs.). Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira. São Paulo: Contra Corrente, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3731**

TÍTULO: **BARREIRAS À INOVAÇÃO NA GESTÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

AUTOR(ES) : **GEOVANA LOPES PRATS**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO:

A presente pesquisa se constituiu em uma revisão sistemática da literatura sobre o tema barreiras à inovação na gestão de universidades públicas, constituindo-se como etapa inicial do projeto de iniciação científica PIBIC. Para o levantamento bibliográfico foi realizada, em primeiro lugar, uma pesquisa nas bases SciELO, Spell e Willey. Para isso foi estipulado um conjunto de temas e termos, que foram cruzados, a fim de identificar estudos sobre barreiras à inovação na gestão de universidades. Por serem bases diferentes com lógicas de pesquisa que diferem entre si, foi utilizada uma estratégia de busca diferente em cada plataforma. Na SciELO, foi realizado o cruzamento (Inovação X Gestão X Universidades Públicas) X (Inovação X Gestão Universitária) e na Wiley, o cruzamento realizado foi Inovação X Gestão X Universidades. Na Spell não foi possível realizar cruzamentos por conta da imprecisão da base. Dessa forma, foi pesquisado apenas o tema Universidades Públicas, cujo resultado foi destrinchado, a fim de encontrar estudos sobre barreiras à inovação na gestão dessas instituições. Apesar de o foco deste estudo se nas barreiras à inovação na gestão de universidades públicas, para a estratégia de busca realizada se optou por não usar o tema barreiras, porque os autores nem sempre falam sobre essas barreiras de forma explícita. Todas as buscas realizadas foram no campo resumo, sem restrição de tempo ou país. Após a leitura dos resumos, foi possível constatar que 14 artigos tratavam de inovação na gestão de universidades e sete analisavam barreiras. A partir das obras identificadas, foi utilizado o método de referência cruzada para identificar mais pesquisas que pudessem contribuir com este estudo, totalizando 13 artigos no total. Os artigos que integraram este estudo abrangem o período de 1995 a 2020, sendo a maioria publicada em 2020. Também foi possível perceber que nenhum autor publicou mais de um estudo sobre barreiras à inovação na gestão de universidades públicas. Mais de 20 barreiras foram citadas, sendo que algumas se repetiram, como a falta de recursos, principalmente financeiros, ambiente cultural desfavorável e burocracia. Mais estudos sobre barreiras à inovação na gestão de universidades públicas devem ser estimulados, já que poucos foram encontrados, bem como revisões da literatura sobre o tema, de forma a contribuir para o avanço da produção de conhecimentos sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA: FOSSATTI, P. et al. University and the (un)successfulness of the strategic management for innovation. Educação em Revista, v. 36, p. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698225188>>. Acesso em: 28 mai. 2021. BIRKINSHAW, J.; HAMEL, G.; MOL, M. Management innovation. Academy of Management Review, New York, v. 33, n. 4, p. 825-845, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.5465/amr.2008.34421969>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3741**

TÍTULO: **O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL E O EFEITO SOB AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE POBREZA DURANTE A PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **FERNANDA CRISTINA TORRES MAURELLI**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

A pandemia de COVID-19 atingiu o Brasil durante o governo Bolsonaro e suas políticas neoliberais, como as privatizações e corte de gastos para demandas sociais. A situação pandêmica aprofundou o desemprego chegando a 14,1% no segundo trimestre, além disso a inflação está acima de 10% e o dólar acima de 5 reais, ou seja, há agravamento da crise econômica.

O impacto dos fatores acima se alastram economicamente pelo fechamento de negócios e alta de bens de consumo básico e não duráveis. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19, dentre os 68,7 milhões de domicílios avaliados, em cerca de 6 milhões (8,7%), algum morador solicitou empréstimo, sendo que em 7,5% a solicitação foi atendida. De acordo com a Pesquisa de Crédito para Retomada 2021 do Serasa, 69% dos empréstimos foram utilizados para comprar itens essenciais (alimentos, higiene pessoal, etc).

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é o vínculo entre a solicitação de empréstimo conversa e a situação de pobreza no Brasil. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil afirma que 9% da população brasileira passa pela vulnerabilidade alimentar, cerca de duas vezes a população da Argentina, sendo que 11,1% dos domicílios que são chefiados por mulheres os habitantes estavam passando fome. Ainda segundo a PNAD Covid-19, a parcela da população que mais pediu empréstimo foi na faixa em que a renda domiciliar per capita está entre meio e um salário mínimo (no momento da PNAD em R\$1.045,00).

Nesse sentido, podemos inferir que as mulheres, principalmente racializadas, em situação de vulnerabilidade alimentar, ainda são controladas socialmente pelo sistema de endividamento, já que a solicitação de crédito perpassa o campo de classe.

Posteriormente, podemos discutir sobre o ciclo de endividamento, quando as dívidas não cabem no orçamento, o endividamento está em todas as linhas de crédito e o risco de inadimplência é alto. Nesse contexto, muitos brasileiros causam a própria demissão para usar os recursos dos direitos trabalhistas ou solicitam um novo empréstimo de forma legal ou ilegal. Sendo a saída desse caminho problemática e somatizada ao desemprego no país.

Assim, as mulheres estão mais suscetíveis ao controle social da dívida no processo de financeirização e da pobreza nas políticas neoliberais. Segundo Nancy Fraser, o desmonte das ações governamentais de auxílio às classes pobres femininas com o objetivo de substituições por empréstimos que giram a roda da microfinança. Com isso, conclui-se que o sistema capitalista se alimenta da dinâmica misógina, racista e elitista da financeirização e do neoliberalismo no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: TEIXEIRA, FERNANDO. Crédito, microfinanças, endividamento e a vulnerabilidade das mulheres no Brasil atual. Instituto Equit, 2020. FRASER, NANCY. Feminism, capitalism and the cunning of history. New Left Review, 2009. GAGO, VERÔNICA. Potência Feminista. Editora Elefante, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3743**

TÍTULO: **OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO TRABALHO E SAÚDE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

AUTOR(ES) : **GEOVANA LOPES PRATS**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO:

A presente pesquisa fez parte da monografia de final do curso de Administração e buscou descrever os impactos da pandemia da COVID-19 no trabalho e saúde dos Agentes Comunitários de Saúde. Foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva, com dados coletados a partir de documentos presentes no site do Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz e da Biblioteca Virtual em Saúde da Atenção Primária à Saúde. A análise permitiu descrever como a pandemia impactou a saúde física dos agentes comunitários, em relação à contaminação, os processos de trabalho desses profissionais, bem como sua saúde emocional. Utilizou-se a estatística descritiva para a análise dos dados extraídos dos documentos analisados. Os resultados mostraram que, mesmo com o lançamento de documentos do Ministério da Saúde e da Fiocruz visando minimização da exposição dos trabalhadores da saúde a doenças respiratórias e com a distribuição de equipamentos de proteção individual, muitos profissionais foram contaminados, incluindo agentes comunitários. Em relação aos processos de trabalho, muitos agentes comunitários relataram a redução ou suspensão das visitas domiciliares e atividades em grupo, bem como o aumento da carga de trabalho e da realização de atividades administrativas. No que diz respeito ao sofrimento emocional, grande parte dos Agentes Comunitários de Saúde relatou a presença de sentimentos como angústia, medo, insônia, tristeza, ansiedade, e a perda de pessoas próximas, sejam elas pacientes, amigos, colegas de trabalho ou parentes. Destaca-se a importância de se estudar mais sobre esses profissionais e os impactos causados pela pandemia, a partir de outras abordagens metodológicas de forma a contribuir para os avanços da produção científica sobre os Agentes Comunitários de Saúde.

BIBLIOGRAFIA: FERRAZ, L.; AERTS, D. R. G. C. O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde no PSF em Porto Alegre. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 2, p. 347-355, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200012>>. Acesso em: 19 ago. 2021. FIOCRUZ. Monitoramento da saúde dos ACS em tempos de Covid-19. FIOCRUZ, 2020b. Disponível em: <<https://acscovid19.fiocruz.br/>>. Acesso em: 08 set. 2021. GOMES, K. O. et al. A práxis do agente comunitário de saúde no contexto do programa saúde da família: reflexões estratégicas. Saúde e Sociedade, v. 18, n. 4, p. 744-755, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400017>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3765**

TÍTULO: **BOKO HARAM: COMO É O FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E A MANEIRA COMO A ORGANIZAÇÃO SE VALE DAS RIVALIDADES ÉTNICAS PARA SE CONSTITUIR COMO FORÇA POLÍTICA NOS LUGARES EM QUE EXERCE INFLUÊNCIA**

AUTOR(ES) : **TAUANE ALVES GOMES DE AZEVEDO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO ALBERTO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO:

Fundando em 2002 e exercendo grande influência nas regiões da Nigéria, Lago Chade, Camarões e demais áreas vizinhas o grupo jihadista: Boko Haram se expandiu e se solidificou de forma rápida, conquistando respeito por outras milícias extremistas islâmicas de países africanos e do oriente médio, tem como uma de suas táticas operacionais mais conhecida a limitação dos direitos das mulheres e até mesmo o sequestro de mulheres. Com a proposta de fazer uma análise acerca de como funciona uma organização como o Boko Haram, será discorrido no primeiro momento a respeito da história do grupo, das suas fontes de financiamento, as práticas de recrutamentos, as táticas operacionais e o poder administrado na organização. Em um segundo momento será abordado a maneira como o grupo se vale das rivalidades étnicas para se solidificar como força política nos territórios em que exerce influência, a finalidade desse segundo momento é tentar compreender se essa organização faz parte de conflitos étnicos ou é uma rede de fora. A pesquisa usa como base a metodologia exploratória e a abordagem qualitativa, sendo utilizada como fontes bibliográficas: artigos, livros, relatórios, matérias jornalísticas, entrevistas e/ ou documentários.

BIBLIOGRAFIA: Alencar, Acácia Kairane S. de. A supressão dos direitos das mulheres nigerianas pelo Boko Haram [livro eletrônico] : algumas abordagens da mídia brasileira (de 2002 até 2018) / Acácia Kairane S. de Alencar. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021. CHOUIN, Gérard (org.). Boko Haram: Islamism, politics, security and the state in Nigeria. Leiden: Marc-Antoine Pérouse de Montclos, 2014. 275p. CIERCO, Teresa; BELO, Anbtonio. Será a Nigéria um Estado falhado? Revista Brasileira de Ciência Política, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 121-146. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162104>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3780**

TÍTULO: **MIGRAÇÕES INDO-EUROPEIAS: COMO OS ESTUDOS GENÉTICOS ESTÃO IMPACTANDO E COMPLEMENTANDO AS VISÕES ANTERIORES SOBRE AS CAUSAS DAS MIGRAÇÕES INDO-EUROPEIAS.**

AUTOR(ES) : **GIULIANA XAVIER JOSE DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO ALBERTO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é sistematizar as interpretações dedicadas a explicar as migrações indo-europeias na antiguidade. Para tanto, a pesquisa irá contrapor as teses defendidas por arqueólogos como Cunliffe e David Anthony às novas descobertas realizadas por estudos genéticos recentes, como os trabalhos de David Reich. Cunliffe (2015), enfoca em diferentes temas: por exemplo, mudanças em tecnologias importantes (carruagens, carroças ou irrigação), populações nômades e estados sedentárias aprendendo uns com os outros, e a difusão da guerra e a necessidade de criar e/ou buscar armas. Já David W. Anthony (2007), tem como foco a energia e transportes sendo os fatores principais, especialmente a relação da sociedade humana com os cavalos e como estes serviram a propósitos e materiais importantes.

O trabalho de David Reich (2018) trata da crescente importância dos estudos genéticos e a forma como começaram a complementar o trabalho de arqueólogos e linguistas sobre as populações e migrações humanas, o modo de análise genética fornece uma ferramenta científica para dismantelar preconceitos de longa data, como as considerações da origem dos povos da Europa. A pesquisa usa como base a metodologia de bibliografia exploratória e a abordagem qualitativa, sendo utilizada como fontes bibliográficas: artigos, livros, relatórios, matérias jornalísticas, entrevistas e/ ou documentários.

BIBLIOGRAFIA: Anthony, David W. (2007), The Horse, the Wheel, and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World, Princeton University Press. Cunliffe, Barry (2015). By Steppe, Desert, and Ocean: The Birth of Eurasia. Oxford: Oxford University Press. Reich, David (2018). Who We Are and How We Got Here. Oxford University Press.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3837**

TÍTULO: **INFODEMIA, COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PRÁTICA INFORMACIONAL: UM ESTUDO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA.**

AUTOR(ES) : **YASYM MORAES SOARES AGEITOS,NATHALIA DE QUEIROZ ELIAS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO:

Apresenta a pesquisa que tem como objetivo geral desenvolver pesquisas sobre estudos e ações de competência em informação em práticas informacionais voltados para o desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania, desenvolvido no âmbito do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre Fontes de Informação, Desinformação, Prática Informacional e Competência em Informação para o estudo temático com o objetivo de desenvolver um texto indicando as noções desses termos, correlacionando-os e os impactos deles no exercício da cidadania. Para isso efetuou-se uma busca exaustiva pelo assunto "Fontes de informação", na literatura nacional e internacional, a partir da Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). O resultado contabilizou 57 itens, dos quais 11 foram selecionados a partir da análise temática. De posse dos artigos que tinham maior aderência, foi realizado um estudo sobre 2 artigos. O resultado foram 28 textos para discussão em reuniões que ocorrem quinzenalmente. Como resultado parcial observa-se que um dos efeitos da sobrecarga das informações é o aumento de desinformação na medida em que a escolha de fontes confiáveis e precisas necessita de mais técnica nos aspectos relacionados à Competência em Informação. Além da pesquisa, as bolsistas participam do LabCoinfo, grupo de pesquisa sobre competência em informação e seus desdobramentos na sociedade, e da Rede ColInfo, cujo objetivo é criar uma rede de intercâmbio mapeando, promovendo e divulgando pesquisas e ações, estudos, atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Competência em Informação e são corresponsáveis por organizar o Fórum de Competência em Informação. Em resumo, as bolsistas atuam de forma ativa no desenvolvimento da pesquisa, construindo de forma coletiva as análises dos textos, bem como os resultados alcançados. As coordenadoras do projeto atuam como orientadoras nas diferentes etapas da pesquisa. Conclui-se que a participação das bolsistas nestas atividades contribuíram para o (re) conhecimento das dinâmicas de pesquisa por parte das discentes e para reflexão dos temas abordados que poderão contribuir para a nossa atuação profissional, bem como para a Ciência da Informação.

BIBLIOGRAFIA: DUTRA, Frederico Giffoni; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. Informação & Sociedade: Estudos, v. 27, n. 2, p. 19-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93074>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3850**

TÍTULO: **OS VETOS PRESIDENCIAIS À LEI DE MIGRAÇÃO: SOBERANIA NACIONAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**

AUTOR(ES) : **PEDRO FRANCO VILLELA**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER,CAROLINA GENOVEZ PARREIRA**

RESUMO:

A nova Lei de Migração (Lei Federal n. 13.445/2017) alterou profundamente a perspectiva legal brasileira sobre o fenômeno migratório, revogando o Estatuto do Estrangeiro (Lei Federal n. 6.815/1980) e pela primeira vez fazendo incidir sobre o direito migratório pátrio os direitos humanos, considerados aqui tanto em sua dimensão constitucional, quanto em sua dimensão convencional.

Contudo, a nova Lei de Migração sofreu diversos vetos presidenciais quando de sua promulgação, sendo que muitos dos quais invocaram como fundamentos noções de soberania nacional e discricionariedade estatal consideradas superadas, gerando diversos questionamentos (OLIVEIRA, 2017, p. 176-177), uma vez que estariam subvertendo o próprio espírito do novo diploma legal.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, nos citados vetos presidenciais, a tensão observada nas relações entre soberania nacional, cidadania e direitos humanos, à luz da Constituição da República, com a finalidade de estabelecer um exame de constitucionalidade dos vetos, considerada a tentativa, à primeira vista, do Presidente da República no sentido de privilegiar a soberania nacional nessas relações.

No que tange à metodologia de pesquisa utilizada, foi eleita fundamentalmente a documentação indireta, com pesquisa documental (sobretudo textos legais, bem como julgados e jurisprudência dos tribunais superiores extraídos dos próprios sítios eletrônicos do Estado brasileiro) e bibliográfica (livros, periódicos, artigos, teses e dissertações relacionados ao tema).

BIBLIOGRAFIA: OLIVEIRA, A.T.R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. Revista Brasileira de Estudo de População, Rio de Janeiro, v.34, n.1, p. 171-181, jan./abr. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3875**

TÍTULO: **INFODEMIA E DESINFODEMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

AUTOR(ES) : **VICTOR HUGO MONTEIRO ALVES**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR, NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO:

Infodemia e desinfodemia são fenômenos atuais que têm como consequência o grande volume de informações a respeito de um tema específico, potencializado principalmente pelas dinâmicas *online*, dificultando acesso à fontes idôneas e abrindo espaço para proliferação de desinformação. Especialmente no contexto da pandemia da COVID-19, órgãos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) vêm alertando sobre os efeitos destes fenômenos que, atrelados à desinformação, afetam a sociedade de várias formas e figuram como uma espécie de “pandemia paralela”. Os impactos causados pela desinformação se estendem desde fazer duvidar da existência da doença até interferir em decisões governamentais, ultrapassando assim as fronteiras *online* influenciando diretamente a vida cotidiana.

O trabalho apresenta uma pesquisa em desenvolvimento desde 2020 no projeto Infodemia, Competência em Informação e Prática Informacional e tem como objetivo uma revisão de literatura sobre infodemia e desinfodemia. Para fins de delimitação a proposta foca nos resultados parciais a partir da experiência do autor, que desenvolve atividades que contemplam reuniões periódicas para a discussão de textos que compõem as referências do campo, desde outubro de 2021 sob orientação das professoras Marianna Zattar e Nysia Oliveira. A pesquisa foi realizada em bases de dados referenciais em nível nacional como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando os termos infodemia e desinfodemia que somaram 30 artigos no total. E bases internacionais como *Web of Science* (WoS) e *Scopus*, limitadas ao campo *Social Science e Library and Information Science*, utilizando os termos *infodemic* e *desinfodemic* limitados à língua inglesa e que representaram um total de 693 artigos científicos. Tendo como recorte o triênio de 2019-2021. Do universo de 352 periódicos contabilizados, na primeira etapa foram identificados 50 como sendo da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. É possível perceber o predomínio da língua inglesa na literatura (90,5%) seguida do português 7%, espanhol 1,5% e demais línguas 0,8%. Os resultados parciais refletem dados ainda em análise e sugerem um crescimento exponencial na produção científica sobre o tema que decorrem da emergência e repercussão destes fenômenos que se relacionam com a desinformação, principalmente dado o contexto da pandemia da COVID-19 e o impacto em todas as esferas da vida cotidiana.

BIBLIOGRAFIA: OPAS; OMS. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19: kit de ferramentas de transformação digital, ferramentas de conhecimento. [S.l.]: [s.n.], 2020. online. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16 Acesso em: 15 out. 2021. UNESCO. DISINFODEMIA: Deciphering COVID-19 disinformation. [S.l.], c2021. online. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/disinfodemic/brief1> Acesso em: 15 out. 2021. ZATTAR, Marianna. Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. Liinc em Revista, [S.l.], v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5391> Acesso em: 15

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3899**

TÍTULO: **O SOM COMO INFORMAÇÃO: UMA REVISÃO DO FENÔMENO SONORO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **VICTOR HUGO MONTEIRO ALVES**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON COSTA**

RESUMO:

O som desempenha um papel importante na linguagem e experiência humana. Por meio da “leitura” e interpretação de sons, ouvintes são capazes de perceber o mundo ao redor, de se comunicar e atuar nele. Assim, o som pode ser entendido como um fenômeno informacional fundamental na atividade humana e, sob a perspectiva da Ciência da Informação, pode fornecer caminhos possíveis para entender um tipo de fluxo e significação da informação para além da tradicional informação escrita. O tema tem ganhado atenção na área de Ciência da Informação como por exemplo Bethônico (2006) apontando riquezas e possibilidades informacionais da linguagem audiovisual e também Moura e Almeida (2019) suscitando a potência das informações musicais para a organização do conhecimento.

Para o objetivo de traçar o estado da arte sobre o som, enquanto fenômeno informacional no campo de Ciência da Informação, a metodologia se dá a partir de uma pesquisa bibliográfica em bases de dados referenciais em nível nacional como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando as palavras-chave som e música como termos de busca. E em bases internacionais como *Web of Science* (WoS) e *Scopus*, limitadas a artigos dos campos *Library and Information Science* e *Social Science*, utilizando as palavras-chave *sound* e *music* como termos de busca. Com recortes para as línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Tendo sido adotado o período de 2017-2021. Na análise preliminar o número de artigos recuperados pela BRAPCI foi de 3 para o termo som e 26 para o termo música. No caso da WoS, 20 para *sound* e 76 para *music*, na Scopus o retorno foi de 257 artigos para *sound* e 1.034 para *music*.

Geralmente associado à dimensão verbal do saber, o conceito de informação, porém, é amplo e abrange inúmeras dimensões como a imagética e a sonora. O entendimento do som como fenômeno informacional tem mostrado potência e caminhos profícuos em variados segmentos da área de Ciência da Informação e, assim como a linguagem textual, o som requer aprofundamento dada sua potência e importância no campo científico e na vida social.

BIBLIOGRAFIA: CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação, [S.l.], c2003. online. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm Acesso em: 14 out. 2021. BETHÔNICO, J. Signos audiovisuais e ciência da informação: uma avaliação. Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação, Florianópolis, v. 11., n. 2., p. 58-78. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p58> Acesso em: 14 out. 2021. MOURA, J. V.; ALMEIDA, C. C. Semiótica, música e organização do conhecimento: contribuindo para o debate. Ciência da Informação em Revista, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 20-36, 2019. DOI: 10.28998/cirev.2019v6n1b Acesso: 20 dez. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3930**

TÍTULO: **PANDEMIA E DEFESA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

AUTOR(ES) : **MARIANE FERRAZ FELIZARDO, BARBARA LYA JABER PONTES DIAS**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Pandemia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira e tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa do Brasil (MD) frente à pandemia do corona vírus (Covid-19) a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar.

Em relação a abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto aos fins a que se destina, a pesquisa é de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico pois avaliará a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil.

A parte descritiva, relaciona-se com a descrição das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa em apoio à mitigação das consequências advindas da Covid-19, desde a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, quer do ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária e repatriação), quer no ambiente doméstico (demandas da sociedade). Assim como a gestão dessa crise e seus reflexos no setor de Defesa, considerando os tomadores de decisão e o processo decisório da instituição. A parte exploratória visa esclarecer as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia de procedimento, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização do Ministério da Defesa.

A pesquisa está organizada em quatro eixos temáticos: o primeiro eixo mapeia a estrutura montada pelo Ministério da Defesa, focando a atuação do seu gabinete de crise e dos comandos conjuntos ativados no território nacional com o objetivo de apoiar as medidas do governo federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia Covid-19. O segundo eixo analisa as mudanças estruturais e operacionais ocorridas no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas para que estas organizações possam manter os níveis mínimos de operacionalidade e cumprir a missão constitucional de Defesa Externa em tempos de pandemia. O terceiro eixo foca a atuação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa no ambiente internacional, quer na repatriação de brasileiros, nos fluxos migratórios e questões sanitárias nas fronteiras ou no auxílio a outros países. E o quarto eixo propõe uma análise comparada da atuação do Ministério da Defesa brasileiro e outros ministérios congêneres na América do Sul e na Europa que estão atuando no contexto da pandemia do Covid-19. Compreender como ocorreram e ocorrem as mudanças que têm impactado o setor de defesa brasileiro nesse contexto de pandemia é o foco da pesquisa. Nesse sentido, nós apresentaremos os resultados relacionados ao primeiro eixo do projeto e a sua divulgação através da produção de uma newsletter do projeto.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3961**

TÍTULO: **A INFLUÊNCIA DA GUERRA DA BÓSNIA NA PERPETUAÇÃO DE CRIMES DE ÓDIOS NO SÉCULO XXI**

AUTOR(ES) : **GUILHERME AZEVEDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA**

RESUMO:

Nos anos 90 o mundo viu de perto uma guerra brutal emergir nos Balcãs, região em que se localizava a antiga Iugoslávia. A federação estava à beira de ruir com seus países constituintes buscando independência. As guerras civis iugoslavas ocasionaram a morte de mais de 200 mil pessoas e deixaram milhões em situação de refúgio no Velho Continente, com a Bósnia sendo indiscutivelmente a maior vítima da guerra. Só nesse país foram mais de 100 mil mortos, o que a torna o maior conflito na Europa desde a II Guerra Mundial. Apesar dos números baterem de frente com várias outras guerras ao redor do globo durante a segunda metade do século XX até os últimos atuais, o que distingue a Guerra da Bósnia de outros conflitos é como os resquícios desse conflito, em específico, tem servido de inspiração para o crescimento de grupos nacionalistas brancos e dialogam de forma direta com o contexto político-social atual.

Dentro de um contexto multiétnico e com uma diversidade de religiões, o horror vivido bosníacos muçulmanos foi transmitido previamente por meio de um discurso fortemente baseado na incitação das diferenças, ressaltando diferenças culturais e sociais. Posteriormente essas diferenças iriam convergir para uma guerra do ódio, inclusive uma das primeiras a ter o estupro em massa como arma de guerra. A guerra atingiria quase a totalidade do território bósnio, porém com alguns pontos focais como Srebrenica, que será utilizado na apresentação como estudo de caso. O conflito na Bósnia se encerrou há mais de duas décadas atrás, em 1995, porém seus resquícios são sentidos ainda hoje tanto no território interno, por meio de um forte movimento negacionista do genocídio, e também no externo servindo de influência para o crescimento de grupos nacionalistas brancos nos últimos anos, o que pode ser visto até mesmo em atentados terroristas como o Brendon Tarrant, da Nova Zelândia, que realizou um ataques em uma mesquita que resultaram na morte de 51 pessoas. Por meio da apresentação oral, busco trazer uma análise sobre o contexto histórico até chegarmos no panorama atual dos resquícios da crueldade da Guerra da Bósnia.

BIBLIOGRAFIA: AGUILAR, S., MATHIAS, A. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 4, n 8, p.438-454. Dezembro de 2012. MUJANOVIC, Jasmin. Why Serb Nationalism Still Inspires Europe's Far Right. 22 mar. 2019. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2019/03/22/why-serb-nationalism-still-inspires-europes-far-right/>. HUSSAIN, Murtaza. How White Nationalists Have Been Inspired by the Genocide of Muslims in Bosnia. 1 set. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/09/01/bosnian-genocide-mass-shootings/?fbclid=IwAR3Fj11SnHBjaGsBat0mj8qQIRQ_CH_PpXwrpDz1GmWku42AQud7rPau0c

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3969**

TÍTULO: **A AÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OS DESLOCADOS AMBIENTAIS**

AUTOR(ES) : **MARIA VITORIA ELICHER ALENTEJANO,VITÓRIA DOS SANTOS MARTINS QUEIROZ,DANIEL HENRIQUE LOURENÇO PEREIRA,MARIANA CAMPOS ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONÇALVES SERRA**

RESUMO:

Já é consenso na comunidade científica que vivemos uma Crise Ambiental de proporções globais causada pelas mudanças climáticas, fenômeno agravado pela ação humana predatória sobre a natureza. Os efeitos dessa crise ficarão cada vez mais graves, provocando recorrentes eventos climáticos extremos além de efeitos de longo prazo, como é o caso da degradação das terras cultiváveis, da escassez de água e da perda da biodiversidade. Estes elementos agravam quadros de insegurança alimentar e de saúde pública das populações humanas, aprofundando vulnerabilidades já vividas por parte significativa da população e provocando movimentos migratórios.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2020, desde 2008, uma média de 26.4 milhões de pessoas foram deslocadas por causas climáticas em todo o mundo. O ano de 2020 registrou o maior número em uma década: 30.7 milhões de pessoas, segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 2020. Esse número é 3 vezes maior do que o de deslocamentos causados por conflitos ou violência e as projeções apontam que este contingente pode chegar a 200 milhões de pessoas em 2050 (MSF, 2019), o equivalente a mais de 60% de todas as pessoas deslocadas pelas mais diversas causas. Os números demonstram como este é um fenômeno urgente e de proporções preocupantes, porém tanto os marcos normativos quanto conceituais, além da ação internacional, ainda se mostram bastante incertos e insuficientes para lidar com a magnitude e gravidade do desafio posto, apesar dos significativos avanços dos últimos anos (Escribano, 2020).

Esta pesquisa busca contribuir para essa discussão a partir de três eixos: (1) definição do tema relacionando seu conceito ao debate do refúgio ambiental a partir de uma revisão bibliográfica; (2) traçar um panorama do cenário da migração climática no mundo mapeando números, tendências e causas principais; e (3) com vistas a estudar a abordagem prática e as soluções para a questão, investigar a atuação dos Organismos Internacionais relevantes no meio, principalmente, a OIM e o ACNUR. Para tanto, serão investigadas suas origens e atuação contemporânea, o arcabouço normativo internacional relevante, e o seu impacto sobre a proteção internacional às pessoas deslocadas por causas ambientais.

Será utilizada uma abordagem interdisciplinar investigando fontes bibliográficas e documentais partindo da hipótese de que tais Organismos Internacionais (OI) têm papel relevante, mas limitado no enfrentamento ao tema. Alguns dos indicadores utilizados para tal serão: o número de pessoas atendidas por ações das OI investigadas; o número, amplitude e alcance geográfico das ações; e a relação com outros OI/outras políticas.

BIBLIOGRAFIA: Pacífico, Andrea Pacheco e Gaudêncio, Marina Ribeiro Barboza. "A Proteção dos Deslocados Ambientais no Regime Internacional dos Refugiados". In REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 133-148, jul./dez. 2014. Zamur, Godoy; Yamamoto, Lilian; Ojima, Ricardo; Claro, Carolina A B. "Refugiados Ambientais". Editora da Universidade Federal de Roraima, Boa vista, 2018. Yamamoto, Lilian. "Reflexões sobre a Evolução da Proteção dos Migrantes Ambientais: o colonialismo acabou?". In A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad (pp.365-376), EDUC. Novembro, 2020

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3978**

TÍTULO: **A FAO E A SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **MARIA VITORIA ELICHER ALENTEJANO, MARIANA CAMPOS ARAUJO, VITÓRIA DOS SANTOS MARTINS QUEIROZ, DANIEL HENRIQUE LOURENÇO PEREIRA, ELEN SILVA DE LIMA, JULIA MALLMANN**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONÇALVES SERRA**

RESUMO:

Nos últimos cinco anos, o Brasil retrocedeu o equivalente a 15 anos no combate à fome e à insegurança alimentar: em 2020, cerca de 19 milhões de pessoas passaram fome e 116,8 milhões sofreram com insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2020). O país voltou a ter a fome como problema estrutural, mesmo sendo um dos maiores produtores de gêneros alimentícios do mundo: o Agronegócio vale hoje aproximadamente R\$ 2 trilhões e em 2020 teve safra recorde de 257,8 milhões de toneladas de grãos. Diante deste contraste, é essencial questionar a estrutura do sistema alimentar brasileiro e as políticas em voga.

Apesar do discurso do Agronegócio, que tenta construir a imagem de principal responsável pelo abastecimento interno, é fato que quem realmente alimenta o brasileiro não é o setor e sim a agricultura familiar. A produção camponesa, realizada em pequenas e médias propriedades rurais, é responsável por 70% do abastecimento interno de alimentos no Brasil. Ainda sim, em termos de políticas públicas, são preteridas em relação aos grandes latifúndios: em 2020, o Plano Safra (política pública de fomento à modernização do Agronegócio) recebeu R\$ 236,3 bilhões enquanto o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) recebeu apenas R\$ 33 bilhões para toda a cadeia de produção.

Diante desta realidade e da pouca efetividade das políticas implementadas pelo Estado brasileiro, Movimentos Sociais, ONGs, e Organizações Internacionais (OI) procuram promover a soberania alimentar, combater o impacto socioambiental do Agronegócio e modificar a estrutura do campo brasileiro. Nesse sentido, a investigação procura compreender de que maneira as OI, especialmente a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), atuam nesta questão.

A partir da hipótese de que é relevante a participação da FAO na promoção da agricultura camponesa no Brasil, a pesquisa definirá conceitos basilares como soberania e segurança alimentar, agricultura familiar e camponesa, globalização alimentar, investigando se/como são implementados por esta organização no país. Será descrita a estrutura da agricultura brasileira em termos de propriedades, sua estrutura empresarial, produtos, volumes de produção, impactos ambientais, entre outros indicadores. O trabalho buscará identificar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores e levantar a origem, trajetória e linhas de ação das OI.

Os projetos da FAO no Brasil serão analisados para determinar seu impacto e amplitude a partir de perguntas orientadoras: (1) a soberania alimentar é foco das ações?; (2) quais culturas são plantadas e através de quais métodos produtivos?; (3) os alimentos são saudáveis para os humanos?; (4) qual é o impacto ambiental das ações?; (5) há integração com políticas públicas nacionais para esse segmento? A pesquisa será descritiva e explicativa, com abordagem bibliográfica e documental, de forma interdisciplinar, tendo a soberania alimentar como conceito mobilizador.

BIBLIOGRAFIA: Preciado, Jaime, "América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia", in Dossiê Cad. CRH 21 (53), Ago 2008. Oliveira, João Rezende Almeida (Coordenador) et al., "Origem, características e classificação das Organizações Internacionais", in Revista do Mestrado em Direito - UCB Cervo, Amado Luiz. "Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil", in Rev. Bras. Polit. Int. 37 (1): 37-63 [1994].

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **3981**

TÍTULO: **PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA, PAZ E PODER ENTRE JOVENS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **PALLOMA AVALONE VIANNA, GABRIEL FERRAZ**

ORIENTADOR(ES): **GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA**

RESUMO:

Partindo de uma perspectiva teórica dos Estudos para a Paz, esta pesquisa se ancora no atual contexto político, social e econômico do Brasil, notando em especial o aumento da polarização política e dos discursos de ódio, a retomada do debate sobre o estatuto do desarmamento e os elevados índices de violência, e tem por objetivo analisar as percepções de jovens estudantes do ensino médio e superior, na cidade do Rio de Janeiro, com relação aos conceitos de paz, violência e poder.

Esta pesquisa, orientada Prof. Doutor Gilberto Carvalho de Oliveira (UFRJ - IRID), é parte integrante de um projeto mais amplo, desenvolvido em colaboração com uma rede de pesquisadores vinculados a outras Universidades, que desenvolverão atividades semelhantes em instituições de ensino de outras grandes cidades do Brasil, possibilitando, mais adiante, uma análise comparada dos resultados obtidos em escala mais abrangente.

Neste sentido, esta pesquisa visa compreender parte do aspecto subjetivo ligado à violência; ou seja, como parcela da população jovem percebe a violência (o que constitui violência, suas expressões e dinâmicas), como se percebem enquanto potenciais vítimas de violência e quais suas atitudes em relação a certos temas que perpassam as dinâmicas de violência no país. Ao mesmo tempo, e considerando o referencial teórico desta investigação — os Estudos para a Paz —, soma-se aqui a preocupação com o conceito de paz (essencialmente oposto à violência), seus valores fundamentais e sua tangibilidade na ótica dos participantes da pesquisa, bem como com o conceito de poder (e empoderamento) e sua vivência. Em outras palavras, a ideia é perceber quais os parâmetros que separam paz e violência na percepção dos jovens estudantes, como as dinâmicas de poder na sociedade são percebidas (na paz e na violência), e em que medida a violência é vista como instrumento legítimo (ou simplesmente funcional) de mudança de poder.

A atividade consiste, do ponto de vista metodológico, na condução de grupos focais mistos semi-estruturados com turmas selecionadas em instituições de ensino superior e de segundo grau, bem como uma breve atividade escrita ao início e fim da sessão, que serão posteriormente transcritas e analisadas pelo coordenador da pesquisa com o auxílio de bolsistas PIBIC.

BIBLIOGRAFIA: ATLAS DA VIOLÊNCIA. Atlas da Violência 2019. Brasília: IPEA, 2019. BOURDIEU, P. Pascalian meditations. Cambridge: Polity Press, 2000. FARMER, P. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. *Daedalus - Social Suffering*, v. 125, n. 1, 1996, p. 261-283. GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191. GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, 1990, p. 291-305. HUGHES, C., ØJENDAL, J. e SCHIERENBECK, I. The struggle versus the song - the local turn in peacebuilding: an introduction. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 5, 2015, p. 817-824. MAC GINTY, R. e RICHMOND, O. P. The local turn in peace building:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4011**

TÍTULO: **FOLKSONOMIA E APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM SISTEMAS COLABORATIVOS: ENFOQUES E PERSPECTIVAS DE ESTUDOS**

AUTOR(ES) : **TAMIRES CARVALHO, KARINA ORTIZ RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Esta pesquisa integra o projeto intitulado "Folksonomia Assistida para Repositórios Institucionais" (aprovado no edital PIBIC/UFRJ 2020), o qual possui abordagem epistemológica e pragmática com vistas a analisar as potencialidades da Folksonomia Assistida para a indexação e recuperação semântica das produções científicas em Repositórios Institucionais- sistemas que permitem acesso aberto e gratuito à produção intelectual da comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos), colaborando para a preservação, organização e ampliação do conhecimento científico.

Assim, a Folksonomia consiste no resultado do emprego de etiquetas/hashtags pelos usuários em ambientes colaborativos (mídias sociais, repositórios digitais, entre outros) para fins de representação e recuperação de conteúdos na web (textos, áudios, imagens, vídeos, etc.) (SANTOS; CORRÊA, 2018). A Folksonomia Assistida, por sua vez, diz respeito ao processo de assistência ao usuário realizada por profissionais da informação e/ou máquinas a partir das aplicações da Inteligência Artificial no intuito de contribuir para o processo de representação e recuperação semântica da informação.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção científica nacional e internacional sobre as aplicações da Inteligência Artificial em ambientes que agregam a participação colaborativa dos usuários através da Folksonomia.

Para tanto, utilizou-se como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Na oportunidade, foram realizadas buscas no Portal de Periódicos CAPES, no mês de agosto do ano de 2021, visando recuperar as produções científicas avaliadas pelos pares em âmbito nacional e internacional sobre o tema. Para a recuperação das produções científicas em questão foram empregadas as seguintes restrições lógicas no campo de busca avançada desse sistema utilizando as expressões de busca com operador booleano "AND": "Folksonomia AND Inteligência artificial", "Folksonomia AND Aprendizagem de Máquina", "Folksonomia AND Processamento de Linguagem Natural"; Folksonomia AND Automação Robótica de Processos", representando assim as interseções entre a Folksonomia e as principais aplicações da Inteligência Artificial. Tais expressões de busca também foram empregadas em inglês no sistema.

Como procedimento para a realização da análise dessas pesquisas utilizou-se o método da análise de conteúdo, possibilitando tornar compreensível os principais aspectos enfatizados nos estudos sobre a temática. Além disso, foi possível identificar o *status* da pesquisa sobre o tema, bem como evidenciar os principais enfoques temáticos contemplados na literatura nacional e internacional. Conclui ressaltando que a Folksonomia e as aplicações da IA se configuram como um campo de estudo a ser explorado na Ciência da Informação, principalmente no que concerne aos diversos serviços e sistemas em que elas podem estar inseridas, como os Repositórios Digitais.

BIBLIOGRAFIA: PANTHEON. Missão do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/>. Acesso em: 19 out. 2021. PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. Busca avançada. 2021. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em: 19 out. 2021. SANTOS, R. F.; CORRÊA, R. F. Análise das definições de Folksonomia: em busca de uma síntese. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 1-32, abr./jun. 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4016**

TÍTULO: **GESTÃO DO SOCIAL DAS EMPRESAS MINERADORAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **BIANCA OTTONI LOURENÇO FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO:

A atuação de empresas mineradoras tem encontrado elevado nível de conflitos com a população do entorno das operações e essa situação é agravada quando na ocorrência de desastres, como rompimentos de barragens de mineradoras. Percebe-se, portanto, um crescimento das intenções empresariais em expandir suas atuações para territórios extramuros, visto a necessidade das mineradoras em lidar com esse aspecto relacional na gestão de riscos de suas atividades (ACSELRAD, 2018). A obtenção da "licença social para operar" torna-se ponto fundamental nesse processo, uma vez que busca uma espécie de aprovação da população em relação às atividades empresariais que, apesar de não ser pré-requisito para a ocorrência legal das operações mineradoras, é conquistada informalmente e influencia diretamente nos resultados atingidos pelas empresas, atuando como gestão do "risco social" (GAVIRIA, 2015).

Iniciativas de responsabilidade social empresarial e gestão de *stakeholders* são exemplos da tentativa de obtenção da "licença social para operar" estudados no projeto de pesquisa "Papel das Universidades e dos movimentos sociais na prevenção de desastres com barragens e no respeito aos direitos humanos em áreas atingidas por grandes projetos de mineração no Brasil" - desenvolvido pelo ETTERN/IPPUR com apoio da Fundação Ford -, que busca identificar casos relevantes de intervenção social de empresas e grandes empreendimentos. A pesquisa foi feita através da coleta de informações dos sites das próprias mineradoras e instituições representativas do setor, baseada em uma amostra das principais e mais influentes empresas com operações no Brasil. Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, o trabalho passou por adaptações de forma a analisar a nova abordagem da indústria da mineração no que tange a responsabilidade social. Tendo como base de pesquisa, sobretudo, as diretrizes internacionais do International Council on Mining and Metals (ICMM), o trabalho explora as práticas adotadas pela indústria da mineração, bem como as respectivas justificativas acionadas pelas empresas. Percebe-se que, apesar de apresentado um discurso da importância do apoio às comunidades no enfrentamento da pandemia por parte das mineradoras, estas assumiram majoritariamente práticas que dificilmente resultarão em um expressivo desenvolvimento da população - são as ações de curto prazo como implantação de medidas de segurança, doação de insumos hospitalares e campanhas de confecção de máscaras. É evidente, portanto, a adaptação realizada nas ações de responsabilidade social empresarial visando a obtenção da "licença social para operar", ao ponto em que a pandemia trouxe novas demandas sociais e formas de criar essa estratégica relação com a comunidade. Assim sendo, a pesquisa busca trazer essas mudanças e destacar a pretensão de domínio do território e defesa dos interesses empresariais que estão associados às iniciativas de caráter colaborativo da indústria mineradora.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, H. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de "comunidades". In *Acselrad (org.), Políticas territoriais, empresas e comunidades*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2018. p. 33-60. GAVIRIA, E. M. A "licença social para operar" na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. *Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 138-154, Agosto, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4059**

TÍTULO: **A CRISE HUMANITÁRIA E DE SEGURANÇA DO AFGANISTÃO, SEUS IMPACTOS E REAÇÕES REGIONAIS, COM ENFOQUE NA ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI**

AUTOR(ES) : **PABLO GUIMARÃES BANDEIRA DA SILVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ALEXANDER ZHEBIT, ELITZA BACHVAROVA**

RESUMO:

Em 1992 se deu o colapso da República do Afeganistão, resultado do financiamento norte-americano a insurgentes fundamentalistas em parte de um projeto, concebido por Zbigniew Brzezinski, visando criar um "cinturão islâmico" para a contenção e desestabilização da URSS. Desde então, o país tornou-se um grande vetor de diferentes formas de instabilidade regional, sendo o maior produtor e exportador ilegal de ópio do mundo, uma base de operações de múltiplos grupos terroristas transnacionais, com o principal destaque para a Al-Qaeda e o epicentro de uma longuíssima crise de refugiados. O país é um facilitador de conflitos externos desde os anos noventa, como, por exemplo, a guerra civil do Tajiquistão e a Guerra da Chechênia, ambas alimentadas pelas redes terroristas islâmicas a partir do Afeganistão, até a terceira década do terceiro milênio, com o anuência do Talibã às operações do Movimento Islâmico do Turquestão Oriental. Durante os anos da ocupação do Afeganistão pelas forças armadas dos EUA e da coalizão ocidental, particularmente a partir de 2004, a República Islâmica do Afeganistão transformou-se em ponto de discórdia da Al-Qaeda, do "Estado Islâmico" do Khorasan, de vários outros grupos terroristas que operavam do Paquistão e do Iraque. Durante a ocupação também cresceu a centralidade do Afeganistão como um produtor de ópio, prática que foi encabeçada por líderes do próprio estado afegão e que se deu com a anuência extra-oficial do governo estadunidense. Devido a este papel desestabilizante, o país é um objeto central das discussões de segurança da Ásia Central e do Sul, tanto em nível de políticas de estado individuais quanto em nível de formulação de políticas inter-estatais. Uma das organizações regionais com maior potencial de protagonismo na crise afegã é a Organização de Cooperação de Xangai. Composta por oito estados-membros, quatro estados-observadores e seis parceiros de diálogo, ela se define como uma organização internacional intergovernamental permanente, tendo como um dos objetivos de sua carta de fundação o combate ao terrorismo na região. Esta pesquisa busca analisar como a crise afegã afetou a região e quais foram as respostas dos atores regionais, focando no potencial da atuação da Organização de Cooperação de Xangai. Para isto, se faz da análise historiográfica da Ásia Central contemporânea, da análise documental de tratados, declarações e discursos dos membros da Organização de Cooperação de Xangai e dos demais atores regionais relevantes e de material fontes não governamentais, abordando a aplicabilidade de diversas teorias, como as de Barry Buzan no campo dos estudos de paz, o paradigma de segurança humana com Shahrbanou Tadjbakhsh e as análises de Qin Yaqing e Yan Xuetong sobre a política externa chinesa.

BIBLIOGRAFIA: Qin, Y. (2018). *A Relational Theory of World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781316869505 Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security* (Cambridge Studies in International Relations). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511491252 Tadjbakhsh, S., & Chenoy, A. (2007). *Human Security: Concepts and implications*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203965955>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4078**

TÍTULO: **AS POLÍTICAS DE SOFT POWER DO SEGUNDO GOVERNO ABE**

AUTOR(ES) : **ALINE MENDES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELLE COSTA DA SILVA, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO:

O criador do conceito de *Soft Power* ou poder brando em português, Joseph Nye (2014) explica que poder é a capacidade de afetar outras pessoas para obter os resultados desejados. Esse comportamento pode ser afetado de três maneiras: por ameaças coercitivas, incentivos ou pagamentos, ou por atração. Um país pode obter os resultados que almeja dentro da política mundial por outros países quererem seguir o seu exemplo de prosperidade, abertura e valores, essa é a maneira como a atração pode ser utilizada para afetar o comportamento. No caso de um país, Nye compreende que o *Soft Power* ocorre principalmente por meio de três recursos: a cultura, para o caso quando a mesma é atraente para os outros; os valores políticos, quando é feito jus a esses valores tanto dentro quanto fora do país e a política externa, quando vista como legítima e com autoridade moral. Portanto, os bens culturais são uma forma de gerar atração para um país na construção de sua imagem para o cenário internacional.

O objetivo da pesquisa é responder quais foram as principais estratégias culturais adotadas neste governo e quais são os principais objetivos do Japão na implementação dos projetos voltados para a cultura? A pesquisa aborda os projetos de incentivo à cultura e promoção do *Soft Power* japonês durante o segundo governo de Shinzo Abe (2012-2020). Como metodologia utiliza-se os métodos bibliográfico e documental, que embasam a análise dos projetos voltados para a difusão da cultura pop japonesa.

BIBLIOGRAFIA: NYE, Joseph. *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: PublicAffairs, 2005. _____. *The Information Revolution and Soft Power*. *Current History*, 2014. 113(759): 19-22.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4102**

TÍTULO: **DISCURSOS PERIGOSISTAS, MÍDIA E POPULISMO PENAL: OS RISCOS DA SIMPLIFICAÇÃO DA JUSTIÇA E DO DIREITO PENA**

AUTOR(ES) : **PEDRO FERNANDO GONZAGA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI NUNES, ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MARTINS**

RESUMO:

Muito embora o mote do meio acadêmico atualmente, ao menos em tese, seja o de demolir as barreiras entre aquele e a sociedade em geral, não deve isto significar que o conhecimento científico deva passar pelo reducionismo e resvalar no simplismo; mas sim que, sejam dadas condições de sua compreensão global. Daí por que este trabalho se propõe a analisar criticamente, a partir dos marcos teóricos oferecidos pelas referências bibliográficas, a descrição da realidade criminal da sociedade pelos meios jornalísticos historicamente conhecidos como "Jornalismo Mundo-Cão"², aqueles pródigos em explorar a miséria humana em episódios escandalosos de violência. E, a partir das chaves conceituais obtidas pela pesquisa bibliográfica, vislumbra-se compreender de que modo aquela espécie jornalística contribui para o entendimento equivocado da atuação do Poder Judiciário. É bastante comum que os programas do tipo em questão evoquem o Estado a dar providências peremptórias aos casos que narram, pois os colocam como sendo a regra do cotidiano, ainda que tal afirmação não possua respaldo nos índices de criminalidade. Na mesma toada, fazem apelo aos legisladores para que estes endureçam as penas dos delitos, porque estas, muito brandas, ensejariam atos violentos. Do mesmo modo, clamam aos magistrados que não aquiesçam aos "artifícios" dos advogados de defesa, pois estes apenas atuariam para manipular a inteligência do juízo visando a impunidade de seus clientes.

O que fazem tais veículos de informação é oferecer imagem deturpada da atividade judiciária, do propósito das garantias legais, estes sempre reduzidos a lugares-comuns, sugerindo que a lentidão do desenrolar da persecução penal se dá pelo fato de as autoridades judiciárias não viverem a realidade da maioria da população, e que os defensores, públicos e privados, são devotados à garantia da impunidade e usam das leis para tanto¹. Isto é, os apresentadores deslegitimam o ordenamento jurídico com argumentos rasos, que dificilmente sobreviveriam a uma análise mais crítica, e oferecem tal imagem aos telespectadores, servindo-se do reducionismo e da presunção do desconhecimento sobre o fundamento das normas legais em matéria penal e sobre os índices de criminalidade. Com isso, contribui-se para a adesão popular a uma agenda mais punitiva e, mais gravemente, autoritária – aquelas que manifestam interesse inescusável de extinguir garantias legais na persecução penal ainda que contrarie preceitos constitucionais. Os discursos perigosistas, quais sejam, aqueles que tentam destilar o medo e o pavor na sociedade com a criminalidade a fim de justificar uma onda punitivista³, são o recurso mais comum nesse tipo de programa jornalístico. Ao agir de tal maneira, os apresentadores contribuem, servindo-se de simplificações atroz, para a perda de rigor científico que deve nortear – em sua maioria – a ação estatal em relação à criminalidade, vinculando as atuações aos humores da sociedade ou ao suposto clamor popular.

BIBLIOGRAFIA: [1] PRATT, John. Penal Populism: keys ideas in criminology. Abington: Routledge, 2007. [2] PINHEIRO, Wagner. A Violência Como Espetáculo: o crime na televisão brasileira (1961-2016). In DEL PRIORE, Mary; MÜLLER, Angelica (org.). História dos Crimes e da Violência no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 177 - 231 [3] ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Nascimento da Criminologia Crítica: Spee e a Cautio Criminalis. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4135**

TÍTULO: **COMO A PÓS-VERDADE MIDIÁTICA INTERFERE NA OPINIÃO PÚBLICA ACERCA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL? UMA ANÁLISE DO TERMO ESTUPRO CULPOSO NO CASO MARI FERRER**

AUTOR(ES) : **GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, GEOVANA MATEUS DAMASCENO, RAPHAELA ALMEIDA, RAYSSA CABRAL COSTA, INGRID VIANA DOS SANTOS, MARCELA SCHMIDT SILVA**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

A presente pesquisa busca analisar, a partir da perspectiva sociológica da pós-verdade midiática e da literatura de direito e economia sobre vieses de confirmação, até que ponto uma matéria jornalística pode influenciar na percepção da sociedade sobre um caso de crime contra dignidade sexual. Para tratar do tema, optou-se pela metodologia do estudo de caso, que consiste na investigação sobre o uso da expressão "estupro culposo" no caso Mari Ferrer. Por meio de técnicas de pesquisa quanti-qualitativas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com alunos do curso de direito com variação de gênero e senioridade no curso e um levantamento de dados quantitativos nas plataformas de mapeamento de tendências (Google Trends) entre os anos de 2020 e 2021 pela busca de palavras-chave associadas ao caso. O uso dessas técnicas serviu para o mapeamento do repertório jurídico e não-jurídico associado ao tratamento do caso e o impacto dos meios de mídia na construção e disputa de narrativas no caso.

O estudo deste caso sob a perspectiva da pós-verdade revela-se como uma maneira não-usual de enxergar como os casos reverberam na mídia para além das análises focadas na espetacularização midiática e das fake news, já discutidas à exaustão em outros trabalhos e permite a extrapolação da discussão também para se discutir o melhor uso da linguagem jurídica pelos meios de comunicação, de forma a preservar a privacidade dos sujeitos do processo e fornecer educação jurídica popular a respeito dos temas em debate.

A priori, pensava-se que a reportagem exclusiva do *The Intercept Brasil* fosse a principal causa da indignação social instalada após os fatos e esperava-se que a pós-verdade fosse o único fenômeno presente na narrativa. Contudo, os resultados estenderam-se para discussões acerca do vocabulário usual do direito, as pré-concepções dos receptores da notícia e o mérito da carga emocional que o caso simbolicamente possui.

Em se tratando de uma pesquisa inicial, as conclusões extraídas do estudo indicam que as formas pelas quais são veiculadas notícias-crimes precisam ser cuidadosamente pensadas e elaboradas, levando em consideração o nível de incompreensão dos leitores sobre termos propriamente jurídicos e o grau de comoção provocado pelo caso, especialmente quando se trata de crimes contra a dignidade sexual, que há alta exposição das partes (vítimas e acusados) em situação de vulnerabilidade.

A presente pesquisa foi realizada por discentes do curso de direito da UFRJ e todas as coautoras participaram efetivamente na redação do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, [S.L.], p. 122-138, 29 abr. 2019. Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. <http://dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2197>. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197/1747>. BELELI, Iara. Novos cenários: entre o "estupro coletivo" e a "farsa do estupro" na sociedade em rede. Cadernos Pagu [online]. 2016, n. 47 [Acessado 7 Outubro 2021], e164710. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201600470010>>. Epub 15 Set 2016. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/180944492016>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4149**

TÍTULO: **RESUMO DE SUBMISSÃO À SIAC - INDUTORES À INOVAÇÃO NA GESTÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**

AUTOR(ES) : **MATEUS PAES WANG**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO:

Este estudo faz parte de um projeto de iniciação científica PIBIC, com bolsa da UFRJ, que tem por objetivo identificar indutores à inovação na gestão de universidades públicas federais brasileiras. Como primeira etapa do estudo, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, a partir de um levantamento bibliográfico nas bibliotecas eletrônicas SciELO, SPELL.org e na base Wiley, a fim de identificar, pelos resumos, artigos científicos nacionais e internacionais a respeito da temática e obter referências cruzadas. Nesse sentido, as buscas foram efetuadas de forma distinta em cada base, por diferenças existentes nos mecanismos de pesquisa destas. O cruzamento entre os termos Inovação X Gestão X Universidades Públicas e Inovação X Gestão Universitária foram feitos na SciELO. Já na Wiley, a busca cruzada foi entre os termos Inovação X Gestão X Universidades. Por fim, na Spell, por incapacidade de um cruzamento efetivo na base, foi pesquisado apenas o tema Universidades Públicas. Como resultado da busca nesses locais, 16 artigos foram identificados pelas bases e mais 12 foram identificados por referências cruzadas. Por fim, foram descritos, a partir da análise dos 28 artigos, os principais aspectos que induzem à inovação no ambiente de universidades públicas federais. Pode-se depreender que a maior parte das Universidades Federais dispõe das condições necessárias para a geração de inovação, o que as evidencia como protagonistas no desenvolvimento de conhecimento científico inovativo para, finalmente, inovar nas práticas adotadas na gestão de suas próprias organizações. Assim, pode-se constatar a infraestrutura, o plano de desenvolvimento institucional, as políticas de inovação e a presença de capital intelectual no ambiente público universitário como indutores à inovação na gestão dessas universidades. Por fim, vale considerar a continuação do projeto por meio de pesquisa empírica, com a estratégia de estudo de caso único, com o objetivo de verificar, por análise documental e entrevistas semiestruturadas, a presença de indutores à inovação na gestão de uma universidade pública federal no país.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4179**

TÍTULO: **ENCONTROS INTERNACIONAIS: O BRASILEIRO ENTRE OUTROS HISPANOS, AFINIDADES, CONTRASTES E POSSÍVEIS FUTUROS NAS SUAS INTER-RELAÇÕES**

AUTOR(ES) : **JULIANA MATIAS PEREIRA SALES**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

O curso de extensão "Encontros Internacionais: O Brasileiro Entre Outros Hispanos, afinidade, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações", cuja a base metodológica é a interação dialógica, é um projeto de pesquisa e de extensão vinculado ao curso GPDES/UFRJ, em parceria com o Instituto Cervantes do Rio de Janeiro (IC-RJ), objetivando democratizar a cultura e aproximando a arte das culturas brasileiras e hispânicas evidenciando a importância de projetos desenvolvidos por instituições públicas. Outrossim, o projeto "Vidas Públicas: como os temas republicanos impactam na integração de crianças refugiadas nos espaços escolares e de ensino do Estado", que é resultado da parceria entre os institutos IPPUR e IRID, visa promover uma maior integração dessas crianças refugiadas em suas escolas. Nessa mesa livre pretendemos mostrar alguns dos autores e temas que apresentamos em espaços remotos ao longo de 2021. Cada autor ou tema será apresentado por nós principiantes na pesquisa e na extensão.

Neste sentido, vamos expor as ideias da imortal da ABL Néliida Piñon, que esteve conosco na abertura, em março de 2021, no ano que ela completa 60 anos de seu ofício como literata, reafirmando que a literatura é para os reivindicadores da arte. Seguimos, expondo nossas impressões a respeito do livro Saga de Érico Veríssimo que converge personagens com questões públicas e privadas, bem como vidas singulares no Brasil e na Espanha. Logo após, pretendemos envolver o público com a narrativa da jovem chilena Paulina Flores que revela em seus contos as relações sociais permeadas de sentimentos, e ao mesmo tempo, discute temas contemporâneos chilenos. Em seguida, vamos ressaltar o estilo de escrita da madrilenha Carmem Laforet que viveu e escreveu no período conturbado da pós guerra civil espanhola e completa neste ano seu centenário de vida. Sua obra "Nada" nos remete ao cenário caótico da Espanha daquela época.

Ato sucessivo, vamos tratar do livro "Espanha Invertebrada" de José Ortega y Gasset no qual o autor expõe as anomalias e seus particularismos de Espanha ao longo do século XX. Assim, analisa questões que fragmentam o reino, abrangendo-as e desenvolvendo-as em estudos, dialogando com o leitor. Encerramos nossa mesa com a narrativa da ativista Malala Yousafza, em seu livro "Longe de casa", sobre sua vida como refugiada e sua luta pelos direitos das meninas ao acesso à educação.

BIBLIOGRAFIA: ENCONTROS internacionais: o brasileiro entre outros hispanos. [S. l.], 27 abr. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/jm0PerAnF1Y>. FREYRE, Gilberto. O brasileiro entre os outros hispanos. Editora José Olympio, 1975 PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4191**

TÍTULO: **PANDEMIA E DEFESA**

AUTOR(ES) : **SABRINA M SOUSA, JACINTHO MAIA NETO**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Pandemia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira e tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa do Brasil (MD) frente à pandemia do corona vírus (Covid-19) a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Em relação a abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto aos fins a que se destina, a pesquisa é de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico pois avaliará a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil. A parte descritiva, relaciona-se com a descrição das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa em apoio à mitigação das consequências advindas da Covid-19, desde a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, quer do ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária e repatriação), quer no ambiente doméstico (demandas da sociedade). Assim como a gestão dessa crise e seus reflexos no setor de Defesa, considerando os tomadores de decisão e o processo decisório da instituição. A parte exploratória visa esclarecer as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia de procedimento, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização Ministério da Defesa. A pesquisa está organizada em quatro eixos temáticos: o primeiro eixo mapeia a estrutura montada pelo Ministério da Defesa, focando a atuação do seu gabinete de crise e dos comandos conjuntos ativados no território nacional com o objetivo de apoiar as medidas do governo federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia Covid-19. O segundo eixo analisa as mudanças estruturais e operacionais ocorridas no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas para que estas organizações possam manter os níveis mínimos de operacionalidade e cumprir a missão constitucional de Defesa Externa em tempos de pandemia. O terceiro eixo foca a atuação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa no ambiente internacional, quer na repatriação de brasileiros, nos fluxos migratórios e questões sanitárias nas fronteiras ou no auxílio a outros países. E o quarto eixo propõe uma análise comparada da atuação do Ministério da Defesa brasileiro e outros ministérios congêneres na América do Sul e na Europa que estão atuando no contexto da pandemia do Covid-19. Compreender como ocorreram e ocorrem as mudanças que têm impactado o setor de defesa brasileiro nesse contexto de pandemia é o foco da pesquisa. Nesse sentido, irei abordar e tratar dos dois últimos eixos apresentados acima, sendo os outros dois primeiros compartilhados com minha colega de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: Documentos de trabalhos e relatórios do Ministério da Defesa, dos Comandos Conjuntos e do Ministério das Relações Exteriores.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4193**

TÍTULO: **ENCONTROS INTERNACIONAIS: O BRASILEIROS ENTRE OUTROS HISPANOS**

AUTOR(ES) : **MARJA LOPES DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

O curso "Encontros Internacionais: O Brasileiro Entre Outros Hispanos, afinidade, contrastes e possível futuros nas suas inter-relações" é um projeto de pesquisa e de extensão de iniciação artístico-cultural oferecido pela coordenação de extensão do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Instituto Cervantes do Rio de Janeiro. Tem o objetivo de democratizar a cultura e desenvolver um sistema de gestão pública que seja formado aproximando a arte das culturas brasileiras e hispânicas evidenciando a importância de projetos desenvolvidos por instituições públicas.

Fazemos encontros on-line (devido à pandemia) uma vez por mês, onde discutimos sobre autores hispânicos e os temas abordados em suas obras. Dentre as obras discutidas, pode-se destacar "Nada", da autora Carmem Laforet, que nos remete ao cenário caótico da Espanha na metade do século XX ao contar a história de Andrea, que experimenta, assim como o país, várias transformações em sua vida. Além disso, tentamos também fazer uma aproximação com a educação básica através do Instituto Federal do Rio de Janeiro, com ações como uma apresentação para a turma de espanhol do Instituto, onde debatemos sobre a autora Paulina Flores.

BIBLIOGRAFIA: LAFORET, Carmem. Nada. 1. ed. Espanha: Modern Library, 1944. 214 p. ISBN: 0812977718 FREYRE, Gilberto. O brasileiro entre os outros hispanos. Editora José Olympio, 1975.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4200**

TÍTULO: **INFORMALIDADE LABORAL E INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: RUPTURAS E CONTINUIDADES HISTÓRICAS**

AUTOR(ES) : **DORA MEIRELES GESTEIRA NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

O projeto investiga a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro com foco no regime de trabalho informal de modo a identificar continuidades históricas que reforcem esse fenômeno. A hipótese inicial foi a de que a informalidade enquanto condição de inserção econômica fora imposta antes mesmo da existência de um mercado de trabalho formalizado, por meio de políticas eugenistas deliberadas de exclusão da população liberta, especialmente as mulheres negras, dos postos de trabalho de maior qualidade. Nesse sentido, a informalidade é vista sob uma ótica mais crítica, uma vez que serviu historicamente em prol da hierarquização dos indivíduos dentro da sociedade de classes. Além disso, houve uma manutenção do padrão de inserção majoritária entre esse grupo em empregos similares aos exercidos no período escravocrata, sendo o emprego doméstico a principal evidência disso (Nascimento, 2019).

Sob a luz da pesquisa histórica, a análise descritiva dos dados da PNAD-Contínua nos anos de 2015-2019 confirma essa hipótese, sugerindo que a via informal é imposta às mulheres negras por mecanismos como o racismo e o sexismo que são historicamente utilizados e atualizados de acordo com as mudanças no próprio sistema capitalista. Desse modo, a pesquisa se concentrou em percorrer o período de longa duração (Barbosa, 2016) que vai desde o fim do tráfico negreiro, com a reorganização do trabalho no país e a formação do mercado de trabalho com predominância do regime assalariado, até a atualidade. Para entender as raízes das múltiplas discriminações horizontais e verticais que as mulheres, sobretudo racializadas, vivenciam no mercado de trabalho e que são estudadas pela economia feminista (Fernandez, 2019)

Ao analisar a história do mercado de trabalho brasileiro constatou-se que as políticas do período de transição da escravidão para o assalariamento da força de trabalho foram decisivas para a constituição do atual mercado de trabalho. No capítulo conclusivo se evidencia a importância da abordagem interseccional para compreender e mensurar o fenômeno da informalidade preponderante entre as mulheres negras. Vale frisar que esse trabalho tem como propósito a construção de alternativas igualitárias e anti racistas com foco na retomada econômica pela via da geração de empregos dignos de qualidade e do desenvolvimento socioeconômico. Assim, a conclusão obtida foi de que a informalidade, ao ser mensurada entre as mulheres negras, não apresenta grandes diferenças em termos de definições e, portanto, pode ser compreendida como uma condição a qual estão sujeitas essas mulheres independente da perspectiva utilizada na mensuração. Isso reforça o argumento central da historicidade dessa condição e a consequente necessidade de políticas de reparação histórica e inserção ativa desse segmento com dignidade e possibilidades de ascensão e desenvolvimento socioeconômico pessoal e, por conseguinte, coletivo.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Alexandre de Freitas (2016), O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. Estudos Avançados 30 (87), 2016. FERNANDEZ, Brena Paulo Magno (2019), "Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?" Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, N. 26, 79-104. NASCIMENTO, Beatriz (2019). A mulher negra no mercado de trabalho. Em: Heloísa Buarque de Hollanda (Comp.), Pensamento Feminista Brasileiro, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4209**

TÍTULO: **JUDICIAL REVIEW - DIÁLOGOS ENTRE O CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO E AS TESES DE WALDRON**

AUTOR(ES) : **CARLOS LUAN PAIM OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI NUNES, ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MARTINS**

RESUMO:

O Direito Constitucional Comparado tem atualmente avançado seus estudos sobre o fenômeno do Constitucionalismo Abusivo, o qual se dá quando institutos constitucionais são esvaziados de suas finalidades liberais e democráticas para, então, ainda que com o mesmo desenho institucional, legal e doutrinário, servirem a fins que mitiguem estas mesmas finalidades almejadas. A identificação disso tem sido um novo fôlego para o estudo das instituições da Democracia Liberal Constitucional, pois representa um desafio à continuidade deste modelo e de sua concepção teórica. Dentre os institutos que mais recebem atenção desta nova abordagem está o Controle Judicial de Constitucionalidade (*judicial review*), haja vista o potencial uso abusivo desta ferramenta como forma de subjugar valores democráticos, mesmo tendo sido desenhada para finalidades como a defesa de direitos fundamentais de minorias.

Por outro lado, em áreas de estudo teórico, como a Teoria do Direito e a Teoria Política, há também consolidado debate sobre a legitimidade ou ilegitimidade democrática da *judicial review*, formulando-se argumentos normativos acerca do tema. Aqui, em decorrência do perfil da abordagem, a discussão se dá em termos sobretudo conceituais, de modo a discutir-se se o instituto seria em si adequado ou legítimo em uma democracia. Dentre os autores críticos à *judicial review* de maior relevância está Jeremy Waldron, o qual possui extensa bibliografia de recorte teórico-normativo sobre o tema. Para o autor, diante da existência de insuperáveis desacordos morais na sociedade, as decisões deveriam ser tomadas nas câmaras legislativas, as quais seriam mais adequadas e legítimas que as cortes constitucionais para estes debates de profunda cisão moral.

Este projeto de pesquisa pretende, então, fazer um pequeno diálogo entre as abordagens normativas e empíricas - sem se furtar de tecer considerações metodológicas acerca da possibilidade de se realizar este diálogo entre áreas metodologicamente distintas. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica, pretende-se analisar que ganhos os debates teórico-normativos acerca da *judicial review* podem extrair dos avanços promovidos pelos estudos empíricos do Constitucionalismo Abusivo. Para tanto, far-se-á recorte teórico utilizando-se apenas a obra de Jeremy Waldron, de modo a tornar mais pontual a análise, sem que isso implique em perda argumentativa, visto que o autor é forte representante do debate.

Dessa forma, quer-se investigar, por meio dos estudos empíricos realizados sobre o assunto, de que forma tem se dado o uso abusivo desta ferramenta da jurisdição constitucional, possibilitando-se, com isso, verificar em que termos estas ocorrências remetem ao que foi denunciado por Waldron. Seria o caso de que as novas constatações empíricas ratificam a crítica do autor ou, ao revés, enfraquecem-na? Estas são algumas questões que o projeto pretende estudar.

BIBLIOGRAFIA: DIXON, Rosalind; LANDAU, David. Abusive Constitutional Borrowing: Legal Globalization and the Subversion of Liberal Democracy (2021) Ed. 1; DIXON, Rosalind; LANDAU, David. Abusive Judicial Review: Courts against Democracy (2020) 53 UC; WALDRON, Jeremy. The Core of the Case Against Judicial Review (2006) 115 YJL 1346;

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4267**

TÍTULO: **O CONCEITO DE SMART CITY E INTERNET DAS COISAS (IOT) COM ENFOQUE NA IMPLEMENTAÇÃO E INTEROPERABILIDADE DAS TELECOMUNICAÇÕES NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **JOSE HUDSON DE OLIVEIRA GUIMARAES JUNIOR, CECILIA CAIADO TOREZANI**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO**

RESUMO:

Como parte do conjunto maior do Grupo de Pesquisa CNPq Espaço e Poder, o projeto denominado "Oferta de Infraestruturas, Bens e Serviços Públicos e Coletivos no Território Brasileiro", coordenado pelo Professor Carlos Antônio Brandão, e co-orientado pelo Professor Fábio Lucas Pimentel, ambos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ, a pesquisa tem como objetivo geral manifestar e debater elementos para a elaboração de estratégias territorializadas de desenvolvimento e implementação de políticas públicas, sobretudo nos espaços regionais e urbanos mais desiguais e vulneráveis do Brasil, com destaque para o caso do Estado do Rio de Janeiro. Em termos específicos, propõe-se analisar as políticas públicas de implementação de "sistemas inteligentes" e sua interoperabilidade, à luz do debate de cidades inteligentes e "internet das coisas" (BRASIL, 2020; BNDES, 2018).

O conceito de "smart city" perpassa por várias definições e vai além do uso da tecnologia nas cidades para gerar informações. Os indivíduos precisam ter papel ativo nesse processo, não basta a informação ser criada, deve haver um processo de transformação da vida das pessoas e a tecnologia deve ser a favor disso. A "smart city" precisa gerar o sentido de engajamento, a interação entre pessoas e as pessoas com a tecnologia (Albino et al., 2015; Angelidou, 2014).

A partir da revisão bibliográfica e documental, propõe-se, para a participação na 11ª SIAC, apresentar os resultados da pesquisa, quais sejam: i) o conceito de cidades inteligentes; ii) o papel das IoT numa Smart City; e iii) o mapeamento e sistematização das desigualdades, potencialidades e gargalos na implantação de infraestruturas "inteligentes" no município do Rio de Janeiro, acrescentando-se ainda, o fator "interoperabilidade" nessa equação, a partir da construção de gráficos baseados na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. Considera-se as diretrizes do Ministério das Comunicações (MTIC); a Cartilha das Cidades (BNDES); o livro Perfil dos Municípios Brasileiros - 2019 (MUNIC).

BIBLIOGRAFIA: Angelidou, Margarita. (2014). Smart city policies: A spatial approach. Cities. 41. S3-S11. 10.1016/j.cities.2014.06.007. Albino, Vito; Berardi Umberto; Dangelico, Rosa Maria (2015) Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives, Journal of Urban Technology, 22:1, 3-21, DOI: 10.1080/10630732.2014.942092. BNDES. Cartilha das Cidades. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/db27849e-dd37-4fbd-9046-6fda14b53ad0/produto-13-cartilha-das-cidades-publicada.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m7tz28bf>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4283**

TÍTULO: **A TRANSFORMAÇÃO DO STATUS SOCIAL DO EXÉRCITO PERMANENTE OTOMANO COM O FIM DO PROCESSO EXPANSIONISTA DO IMPÉRIO**

AUTOR(ES) : **BRENDA DE OLIVEIRA BRASIL, ISABELLA DO AMARAL COELHO FURTADO**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO:

O Império Turco-otomano, que se localizava onde hoje é a República da Turquia, teve início entre o final do século XIII e o início do XIV. O mesmo foi um dos mais relevantes e longínquos impérios que existiram no âmbito externo e foi conhecido como uma potência de excelente desempenho nas guerras — desempenho este advindo em grande parte de seu exército permanente, conhecido como o primeiro neste modelo da Europa. Formado pelos Janízaros e os Sipahis, em termos conhecidos, a infantaria e a cavalaria respectivamente, o exército otomano foi responsável por grandes conquistas em nome do Império. Entretanto, com a interrupção do movimento expansionista a partir da Segunda Guerra de Viena (1682) e o fim do *devshirme* — o sistema de recrutamento infantil para composição do corpo de Janízaros —, percebe-se o início de um processo de transformação do papel social do exército permanente otomano.

Valendo-se de uma abordagem de sociologia histórica, a presente pesquisa busca analisar a transformação do status social dos Janízaros e dos Sipahis face à descontinuação da expansão otomana. Como questão de fundo, o trabalho interroga-se sobre a maneira como o fim das conquistas territoriais impactaram sobre as estratégias de dominação imperial e se houve um possível enfraquecimento do poder central do Sultão. Abordando também qual os novos papéis sociais do braço armado do Império e de que maneira a redefinição de suas atribuições impactou na fragmentação do poder imperial. Como método, o estudo vai dividir o enfoque sobre os Janízaros e os Sipahis em três esferas de atuação social: a política, militar e econômica. Como recorte temporal, o trabalho é focado no período entre a derrota otomana para o Império austríaco (1682) e as reformas que levaram à dissolução dos Sipahis (1828).

BIBLIOGRAFIA: MORRIS, Ian. Guerra: O horror da guerra e seu legado para humanidade. 2014. TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 355 p. ISBN 85-314-0352-9. QUATAERT, Donald. O Império Otomano: Das origens ao século XX. Lisboa: Edições 70, 2008. 192 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4288**

TÍTULO: **COMPRAS PÚBLICAS COM DESEMPENHO INSATISFATÓRIO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CONTRAÇÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS**

AUTOR(ES) : **LEANDRO MONTENEGRO FRANCA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **PAULO RICARDO DA COSTA REIS**

RESUMO:

Nas duas últimas décadas, o Brasil promoveu diversas mudanças nas leis que regulamentam os procedimentos de compras públicas, com destaque para a criação das licitações eletrônicas, a partir de 2002, e do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), em 2011. A instituição da modalidade de licitação chamada Pregão, na forma eletrônica, produziu grande impacto sobre as contratações públicas, tendo em vista que, em 2014, o pregão já correspondia a 72% de todo o valor licitado pelo governo Federal (Fernandes, 2019). Considerando a importância das compras públicas para a qualidade dos serviços públicos, esta pesquisa investiga a ocorrência de desempenho insatisfatório nas contratações realizadas por meio da modalidade pregão em órgãos de diferentes níveis de governo. Mais especificamente, a presente pesquisa analisa, comparativamente, contratações celebradas pelas secretarias de educação do município e do estado do Rio de Janeiro, que sofreram rescisão motivada por desempenho insatisfatório, isto é, pelo não cumprimento regular do contrato por parte da empresa contratada. Para seleção das contratações analisadas, foram realizados, preliminarmente, levantamentos nos Portais da Transparência dos dois entes da Federação. Assim constatou-se que, por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação celebrou, entre 2016 e 2020, 966 contratos, dos quais 32 foram rescindidos, o que corresponde a 3,3% do total. E que, dos 32 contratos rescindidos durante este período, 25 haviam sido celebrados a partir de licitações na modalidade Pregão, o que corresponde a 78% dos contratos rescindidos. Após esses levantamentos, foram selecionados dois contratos de prestação de serviços, firmados por cada um dos entes analisados, sendo o contrato municipal assinado no ano de 2016 com um valor de R\$ 86.690,00, e o contrato estadual assinado no ano de 2018 com um valor de R\$ 14.687.037,20. Para a análise dessas duas contratações, estão sendo utilizados os documentos que integram seus processos administrativos, tais como o edital, a ata de licitação, o contrato administrativo, as portarias que designaram os servidores responsáveis pela licitação, gestão e fiscalização dos contratos e o termo de rescisão contratual. Com relação ao acesso aos documentos mencionados acima, vale ressaltar que isso só foi possível após pedido formal aos órgãos, embora exista lei federal que obrigue, expressamente, os entes da Federação a manter tais informações disponíveis para consulta em página oficial na internet (Lei 12.527 de 2011, Lei de Acesso à Informação). A dificuldade para obtenção de informações representou o maior obstáculo à pesquisa até então. Para a sequência do trabalho, pretende-se aprofundar a análise dos documentos obtidos via LAI e realizar entrevistas com os servidores responsáveis pela licitação e seleção da empresa contratada e pela gestão e fiscalização da execução desses contratos.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, C. C. C. Compras Públicas no Brasil: Tendências de inovação, avanços e dificuldades no período recente. Administração Pública e Gestão Social. 2019, v. 11, n. 4, p-1-19. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351560525006>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4291**

TÍTULO: **A SIMBIOSE ENTRE A LUTA DOS CORPOS E A DE CLASSES: FACES CRESCENTES DO NEOLIBERALISMO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **PATRICK LEONARDO DA SILVA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo correlacionar a crítica da Economia Política de Marx e Engels ao problemático repartimento da luta dos corpos da luta de classes, ao passo que, seguindo a abordagem das controvérsias sobre História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da UFRJ (LEMA/IE), procura-se inserir o pensamento social crítico de intérpretes do Brasil orgânicos da classe trabalhadora, a fim de exercer uma crítica decolonial da interpretação do neoliberalismo brasileiro. Esperamos indicar que a práxis política marxista a partir da compreensão das diversas formas de opressão e exploração específicas da formação colonial-dependente brasileira representa a única forma de efetivamente transformar as lutas contemporâneas em torno dos corpos a favor dos próprios subalternizados.

Diante disso, o sentido motivador da pesquisa é busca entender o que representa a coexistência do protofascismo brasileiro com o assim chamado capitalismo progressista. Partimos do marxismo pois é o método capaz de extrair e revelar cientificamente os constituintes internos do que está posto de forma reificada no concreto capitalista. Os intérpretes, por sua vez, encararam essa totalidade reificada e se perguntaram o que é o Brasil, como compreendê-lo e transformá-lo. Esse é o duplo movimento crítico que almejamos, mas em relação à dinâmica neoliberal. Os resultados preliminares dessa investigação indicam a insipiência dos programas de reforma capitalista, principalmente em relação à perspectiva emancipatória dos corpos, pois realizam a crítica abstratamente, tonificando o perverso sadismo sociopsicológico para os sujeitos.

Por isso, as contradições do neoliberalismo brasileiro, seja no neodesenvolvimentismo, seja no protofascismo, não são explicadas pelos sintomas da crise do capital (a pandemia, o colapso do tecido institucional, o presidente ou as estatísticas macroeconômicas), mas sim pelo movimento interno da própria totalidade do capital em relação ao passo desigual e combinado na formação da “nação” brasileira. Pela estrutura resistente às mudanças sociais que os “senhores” construíram no peculiar desenvolvimento capitalista brasileiro, sempre em prol dos privilégios pessoais e do lucro estrangeiro (FERNANDES, [1975] 2020), cristalizou-se preventivamente as tendências bárbaras e paradoxais do neoliberalismo nacional. Esse desenvolvimento culturalmente neurótico (GONZALEZ, 1984) possibilitou que a formação da classe trabalhadora no Brasil, juridicamente livre, resguarda-se as diversas formas de opressão e exploração dos corpos do período colonial, estabelecendo uma dialética radical contínua entre classes dominantes e classes subalternizadas (MOURA, [1994] 2020). Assim, o movimento revolucionário de demolição material e espiritual do capitalismo parece representar o único meio objetivo para a emancipação dos corpos das amarras sexistas-binárias, racistas, hierárquicas, exploratórias e capacitistas.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, [1975] 2020. GONZALEZ, Léila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984. MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1994] 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4306**

TÍTULO: **AGÊNCIA IPPUR: MÍDIAS SOCIAIS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

AUTOR(ES) : **THAYANE GONDIM TIMBO, ISABELA CARVALHO PONTES, ISABEL ALMEIDA, MARIA JULIA DE OLIVEIRA E LIMA, NATHALIA STAEL CARVALHO VERA**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO:

A Agência IPPUR é a agência de comunicação e divulgação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), cuja finalidade é disseminar o conhecimento desenvolvido no instituto, assim como no campo de públicas e do planejamento. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da divulgação científica na esfera digital através das redes sociais da Agência IPPUR (Instagram, Facebook, Twitter, E-mail, LinkedIn e Youtube), a partir da teoria sobre mídiatização e divulgação científica (CHARAUDEAU, 2016; TARGINO e TORRES, 2014; SHUMIZU, 2013).

No contexto atual de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a Agência IPPUR reconheceu a necessidade de conectar o corpo docente, discente, técnicos e demais comunidades internas e externas da Universidade com grupos além do universo acadêmico. A equipe da Agência gere as mídias, a partir de uma estratégia voltada para maximizar o alcance, a mobilização e o engajamento, incluindo o uso de linguagem imagética, como os cards, e o estudo do funcionamento do algoritmo.

Do ponto de vista metodológico, através da análise das métricas foi possível identificar que a Agência contribui para a divulgação científica para o mundo acadêmico e a sociedade em geral, combatendo a desinformação. Foi possível atingir e engajar um público mais amplo, incluindo pessoas e instituições de outros estados e países. Além disso, os números absolutos das publicações no Facebook e do Instagram possibilitaram mensurar o público realmente ativo das redes, não se baseando apenas nos seguidores totais, que incluem seguidores fantasmas, e pessoas que não interagem com a publicação. Outro marco importante da estratégia midiática da Agência foi a repercussão da aula inaugural do IPPUR, divulgada pelo Canal Youtube, que foi citada numa matéria do jornal G1. Desta forma observa-se que, como resalta Charaudeau (2016), as mídias possibilitam uma reformulação do discurso científico, tendo como base estratégias didáticas e midiáticas, o que possibilita que a informação seja mais explicativa e um maior público seja atingido. Portanto, as redes sociais são um espaço imprescindível para a divulgação científica, rompendo as barreiras de conhecimentos, atingindo diferentes públicos e integrando mais a sociedade com o conhecimento acadêmico, interferindo na mobilização da sociedade, ao promover o avanço da cidadania.

BIBLIOGRAFIA: TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação Científica Além da Ciência. Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, [S.l.], jul. 2014 SHIMIZU, Heitor. Uso das mídias sociais na ciência. Agência FAPESP, São Paulo, fev. 2013 CHARAUDEAU, P. Sobre o discurso científico e sua mídiatização. Tradução de Maria Eduarda Giering e Luciana Cavalheiro. Calidoscópio, São Leopoldo, v. 14, n. 3, p. 550-556, sep./dec. 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2016.143.18>. Acesso em: 01 de out. de 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4309**

TÍTULO: **DA COLONIALIDADE DO PODER AOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM PANORAMA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA**

AUTOR(ES) : **MILLENA COELHO NASCIMENTO SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O presente trabalho tem por escopo a ilustração dos arranjos constitucionais, destacando os mecanismos institucionais, que concebem os instrumentos de participação popular no Brasil e na Bolívia, quais sejam: (i) plebiscito, (ii) referendo e (iii) iniciativa popular. Nesse sentido, pretende-se a partir de uma perspectiva histórica social decolonial (WOLKMER, 2011) se repensar a Teoria da Constituição e do Estado desde a realidade latino-americana, por intermédio do Novo Constitucionalismo Latino Americano, não apenas como uma possível teoria constitucional mas como uma possibilidade de rompimento com mimetismo hermenêutico colonizado. Isso porque, considerando a dívida abissal da epistemologia moderna ocidental, dentro de uma lógica de exportação eurocêntrica de saberes, principalmente, sob a ótica das instituições, nota-se que há ainda uma constante supressão de saberes do Eixo Sul-Americano (SANTOS, 2007).

Nessa ordem de ideias, busca-se realizar um diálogo dos desenhos constitucionais calcados no constitucionalismo democrático, por meio da ilustração do caso boliviano. Ressalta-se que a utilização do caso boliviano advém do histórico de adoção de mecanismos de participação, em paralelo com a Constituição de 2009 e a refundação do estado nacional, em confronto com âmbito brasileiro.

Frisa-se a utilização como marco teórico da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), isto é, a compreensão da manifestação do poder enquanto forma de dominação a partir de uma experiência de colonização de povos que se mantêm nas instituições e no campo hermenêutico de interpretação das normas rearticulando a colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Demarca-se, assim, as construções e organizações de Estados na América Latina, que perpassa estruturalmente o problema do Estado-nação que pressupõe a ocorrência de uma participação em algum nível democrática na distribuição do controle do poder, para homogeneização do corpo social em uma sociedade nacionalizada e politicamente organizada.

Nesse contexto, investiga-se a partir da ilustração de ambos os modelos se os mecanismos de participação popular figuram como possíveis soluções para concepção de um Estado mais democrático ou se os institutos tendem a funcionar de modo decorativo. Para tanto, será utilizada a investigação dos seguintes tópicos: (i) exame conceitual dos instrumentos de participação de modo a reunir o aporte teórico e organizar alguns elementos que fundamentam e compõem o conceito dentro de uma perspectiva de democracia participativa latinoamericana, (ii) a ilustração dos instrumentos de participação previstos na Constituição da Bolívia de 2009 e da Constituição brasileira de 1988, por meio da explanação qualitativa dos desenhos constitucionais de ambos os países e por fim (iii) análise de como tais mecanismos se enquadram na própria aceitação de democracia dentro de cada país.

BIBLIOGRAFIA: WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo e Crítica do Constitucionalismo na América Latina. In: Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional. Curitiba: ABDConsti, 2011. p.143-145. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4313**

TÍTULO: **CPMI DA FAKE NEWS - MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA**

AUTOR(ES) : **CAROLINE GOMES**

ORIENTADOR(ES): **TAMARA TANIA COHEN EGLER**

RESUMO:

Este resumo faz parte da linha de pesquisa política pública, redes e território, coordenada pela profª Tamara Egler no LabEspaço, como objetivo de pesquisa é delimitar os atores, processos e fatos associados à CPMI da Fake News e analisar seus efeitos na manipulação da opinião pública. Trata-se de observar como esses discursos foram divulgados pelas redes sociais em defesa do presidente Bolsonaro, para revelar seus resultados sobre a vida cotidiana no território. A CPMI foi criada em setembro de 2019 e tem por objetivo “investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018 [...]”. A suspeita de notícias falsas, desinformação, assédio e incentivo a crimes praticados virtualmente que ocorreram nas Eleições 2018, justificam sua existência, assim como, a permanência nos dias atuais, de discursos inverídicos nas mídias digitais, disseminados e financiados por empresários e deputados aliados ao governo Bolsonaro, cooperam para a consolidação de uma política que tem por objetivo a dominação socioeconômica, propagam ataques cibernéticos e violação de dados dos usuários tornando-os vulneráveis, gerando insegurança e medo à população e movimentos de oposição. Faz-se necessário que sejam efetivadas políticas públicas para assegurar o direito de acesso à informação legítima. As fake news distorcem a realidade, apresentando mentiras como fatos reais, em alguns casos trata-se de exagero de informação, especulação, opinião manipulada ou distorção. Servem à manipulação da distinção entre o real e o simbólico. Podemos pensar ser uma negação da realidade, uma designação negativa, um delírio de poder; por não ter existência, tem por objetivo destruir a realidade para existir (EGLER& COSTA& NEVES, 2020). A metodologia desenvolvida estrutura seu banco de dados; uso de programa para filtragem e análise de discurso a partir de notícias jornalísticas das mídias conservadora e progressista; leitura de livros e artigos para delimitação da CPMI - Fake News. Objetiva-se aprofundar a investigação ao constituir recursos para a formulação e efetivação de políticas que assegurem o uso mais consciente das mídias digitais e aplicativos no território; explicitar que a má utilização das TICs interfere na política e espaço. Alguns dos principais resultados atingidos na presente pesquisa que tem um ano de desenvolvimento, é o entendimento de que a CPI da Covid constitui-se um desdobramento da CPMI - Fake News importante para entendermos quem são os atores e processos ligados a desinformação que impacta diretamente na opinião pública, custando a vida e liberdade de pensamento de centenas de pessoas. Podemos observar também quais são as ferramentas utilizadas para ataques robotizados constituindo-se uma milícia digital que atua contra a democracia e no qual, grandes empresários lucram com essas ferramentas.

BIBLIOGRAFIA: EGLER, Tamara Tania C&Pereira, Thiago C; Freitas N, Fabiola de Cassia. Rede na manipulação da democracia. Espaço e Economia, ano IX, nº 19, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4314**

TÍTULO: **HINDU RASHTRA: UMA VISÃO SOBRE O AVANÇO DO HINDUTVA EM DIREÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO HINDU, UMA ANÁLISE VOLTADA PARA AS RESTRIÇÕES DE MINORIAS**

AUTOR(ES) : **LUCAS MITIDIERI OLIVEIRA MENDES, ANDRÉ**

ORIENTADOR(ES): **ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO:

Desde 2014, a Índia, um dos mais populosos e importantes países do mundo, vem sendo governada por Narendra Modi e o seu partido *Bharatiya Janata Party* (BJP): partido este de alinhamento ao *Hindutva*, movimento ultranacionalista hindu (que muitos consideram como um etnonacionalismo). Vários estudos estavam sendo feitos a partir da ascensão deste movimento nos últimos 10 anos, contudo, a pandemia foi um momento decisivo para uma melhor compreensão e confirmação de uma série de preocupações existentes. Durante a pandemia notou-se um grave processo de intensificação em forma de um discurso mais radicalizado junto com uma institucionalização de medidas significativas em contexto de restrições aos direitos das minorias, em especial dos muçulmanos. A partir deste processo foi levantado o seguinte questionamento; estaria a Índia sob o projeto de um *Hindu Rashtra* (SHANI, 2021) (Estado hindu)? Este trabalho pretende dar continuidade à análise do cenário político da Índia atual com um foco especial na intensificação do movimento nacionalista durante a pandemia do COVID-19 tentando entender as motivações por trás do nacionalismo hindu. Também pretende-se utilizar de relatórios de Organizações Intergovernamentais e de Organizações Não Governamentais respaldadas internacionalmente e de informações veiculadas por grandes meios de comunicação, além de analisar discursos feitos pelo Narendra Modi relativo ao tópico em questão e identificar a intensificação do quadro de violações e direitos das minorias na Índia e sua eventual especificidade sob os atuais governos do BJP. A seguir, pretende-se desenvolver uma reflexão, observando possíveis relações e diferenças com os fenômenos europeus de ascensão de forças pós-fascistas e de islamofobia. Entre os autores que servirão de referência teórica para este trabalho estão o Enzo Traverso, o Prabhat Patnaik e o Giorgio Shani.

BIBLIOGRAFIA: PATNAIK, Prabhat. The Fascism of Our Times. Social Scientist Vol. 21, No. 3/4 (Mar. - Apr., 1993), pp. 69-77 TRAVERSO, Enzo. The New Faces of Facism, Populism and Far-Right. 2019. SHANI, Giorgio. Towards a Hindu Rashtra: Hindutva, religion, and nationalism in India. 2021. Religion, State & Society, 49:3, 264-280, DOI: 10.1080/09637494.2021.1947731

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4321**

TÍTULO: **ENTRE O NEOLIBERALISMO E A WAR ON DRUGS: UMA ANÁLISE DO CASO COLOMBIANO.**

AUTOR(ES) : **ALICE MARIA DOS SANTOS GOMES**

ORIENTADOR(ES): **THAIS FLORENCIO DE AGUIAR**

RESUMO:

Historicamente os países da América Latina passaram por diversas ingerências externas, principalmente por parte dos Estados Unidos. Na década de 70, enquanto alguns governos latino-americanos começaram a implementar medidas neoliberais, os Estados Unidos declararam uma guerra às drogas, passando a considerar o narcotráfico como ameaça à soberania nacional estadunidense (RODRIGUES, 2012). A partir de então, os EUA adotaram medidas repressivas de combate às drogas na região, apoiando diversos grupos militares latino-americanos na luta contra o tráfico, tendo como exemplo maior a Colômbia. Deve-se considerar que o neoliberalismo é um regime que organiza a existência social e a reprodução dos modos de vida, bem como modula uma forma de autoridade política chamada por alguns autores de "militarizada" ou "autoritária" (BRUFF, 2014; CHAMAYOU, 2020). Especialmente em países da América Latina, essas políticas foram instauradas com auxílio de ditaduras oficiais ou práticas assemelhadas, produzindo um massacre estatal e paraestatal da insurgência popular e armada. Isso foi consolidado nas décadas seguintes a partir de grandes reformas estruturais, conforme a lógica de ajuste de políticas globais (GAGO, 2015). Tendo em vista as consequências da *War on Drugs* na Colômbia, o presente trabalho tem como objetivo entender, por meio de uma análise bibliográfica, de que maneira as medidas neoliberais foram implementadas nesse país e como se correlacionam com a política contra as drogas. Espera-se apresentar resultados parciais do caso colombiano, uma vez que se trata de uma pesquisa que se encaminha para etapa intermediária de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA: BRUFF, Ian Bruff. The Rise of Authoritarian Neoliberalism, Rethinking Marxism, 26:1, 113-129, 2014. CHAMAYOU, Grégoire. A sociedade ingovernável. Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo, Ubu, 2020. RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. Contexto Internacional [online]. 2012, v. 34, n. 1 [Acessado 12 Outubro 2021], pp. 9-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>>. Epub 07 Jan 2013. ISSN 1982-0240. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4364**

TÍTULO: **FINANCEIRIZAÇÃO DA POBREZA E ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES**

AUTOR(ES) : **CLARA DOS SANTOS BARROS,PÂMELA DIAS MENDES VIANA FERREIRA,MARIA LAURA PAIVA SALES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

O crescimento do desemprego e o avanço da precarização do trabalho têm evidenciado o processo de endividamento crescente da população. As privatizações, internacionalização da produção, redução do Estado e da infraestrutura pública e, de um modo geral, a agenda neoliberal, têm sido acompanhadas pela penetração do sistema financeiro em comunidades economicamente vulneráveis com o alargamento das condições de crédito. Esta é uma realidade que impacta sobretudo as mulheres, que se apresentam como força de trabalho sub remunerada, sobrecarregada e invisibilizada no que tange às tarefas de cuidados pelas quais são responsáveis de modo não remunerado.

A partir de um panorama histórico, estatístico e teórico baseado nos estudos da economia feminista, pautadas por autoras como Verônica Gago, Sílvia Federici e Graciela Rodríguez, procuramos analisar o impacto de programas e sistemas de créditos na vida das brasileiras e, particularmente, sublinhar as estruturas econômicas e sociais que têm permitido a manutenção do endividamento e da pobreza feminina como um efeito colateral dos remédios paliativos do neoliberalismo. Seja pela dificuldade de inserção e remuneração desigual no mercado de trabalho - que historicamente leva milhares de mulheres a duplas ou triplas jornadas de trabalho - seja pela ausência do Estado como mantenedor de proteção, de garantias sociais e de direitos, pretendemos compreender as dificuldades de geração de renda enfrentadas pelas mulheres no Brasil, sem desconsiderar a classe e a raça como fatores determinantes para este estudo econômico.

Por meio da coleta, análise e apresentação de estatísticas descritivas a partir de estudos, pesquisas e dados do Banco Central, da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios e da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe, buscamos evidenciar o caráter complexo da expansão dos sistemas bancários a fim de demonstrar que em meio a este movimento existem impactos distintos entre gêneros. Além disso, esperamos correlacionar informações sobre a distinção de renda por gênero com o aumento de mulheres chefes de família e entender as consequências negativas da inserção das mulheres no sistema financeiro. A individualização de problemas estruturais que passam, do Estado e do sistema econômico, para a responsabilidade dos sujeitos e a vulnerabilidade a condições exploratórias no mercado de trabalho a partir do acúmulo de dívidas e da necessidade de garantir o sustento de suas famílias serão assuntos abordados.

É importante ressaltar que esta é uma pesquisa inicial compreendida em um projeto maior de iniciação científica com o título "Informalidade, endividamento e vulnerabilidade econômica das mulheres no Brasil" do Núcleo de Estudos Economia e Feminismos (NUEFEM) coordenado pela Prof.a Dr.a Margarita Oliveira.

BIBLIOGRAFIA: FEDERICI, Sílvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. GAGO, Verônica. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020. RODRIGUEZ, Graciela. O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4381**

TÍTULO: **MÉTODOS COMPUTACIONAIS APLICADOS A POLÍTICA PÚBLICA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

AUTOR(ES) : **THIAGO COSTA PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **TAMARA TANIA COHEN EGLER**

RESUMO:

A importância da pesquisa reside em compreender como a inovação sociotécnica transforma o exercício da política, por que são espaços com dispositivos tecnológicos que potencializam as suas formas de organização. Essa percepção é importante por que cada pesquisador associado a rede tem o seu objeto de pesquisa, o seu percurso teórico e a sua metodologia. Para nós importa a difusão e subjetivação do método pelos membros integrantes da rede de pesquisadores. Trata-se da concepção de conhecimento novo, que se realiza pela observação, problematização, análise da complexidade espacial e da proposição de formas alternativas de investigar políticas para o desenvolvimento urbano. Para decoupar o objeto de investigação proposto é importante perceber duas camadas, a primeira está associada a inclusão de tecnologias nas políticas públicas alternativas a serem concebidas, produzidas e transferidas para o setor público e para a sociedade, a segunda está a associada ao papel da inovação na concepção, produção e transferência do conhecimento.

A construção do objeto do conhecimento não é uma tarefa fácil e está associada à nossa capacidade de realizar, de forma mais ampla, a interlocução acadêmica. Para alcançar esse escopo, importa escutar as contribuições dos autores ao campo, e a fala das pessoas que participam da realidade da vida. Em outras palavras, para se proceder à produção de conhecimento novo é preciso avançar na investigação empírica da realidade em observação.

Não se trata, pois, de produzir uma única metodologia a ser aplicada em diferentes lugares. O importante é abrir as possibilidades metodológicas para permitir a criatividade analítica de cada grupo de pesquisa. Trata-se de produzir um encontro, uma mediação entre as pesquisas que já se encontram em desenvolvimento. Isso por que não desejamos formatar uma única percepção da realidade, mas criar condições positivas para o desenvolvimento das capacidades analíticas presentes em cada grupo de pesquisa associados ao projeto.

Esse projeto nasce da importância de se estudar as instituições públicas e seus programas de ação, ao invés de fazer considerações meramente teóricas sobre o papel do Estado na sociedade capitalista. O que se deseja fazer é avançar a produção do conhecimento, propondo questões sobre os programas, atores, processos e fatos que colocam em ação as políticas públicas. A concepção metodológica que norteia o desenvolvimento das atividades do projeto proposto é a análise que se deve desenvolver em diferentes políticas públicas setoriais. Este trabalho se materializa em um processo de visualização em como as redes realizam processos de inovação e desenvolvimento urbano por diferentes instituições, atores, inovação sociotécnica e de participação e de decisão política.

BIBLIOGRAFIA: ARENDT, Hanna - A dignidade da política, Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 1994. A Condição Humana. Ed. Forense Universitária, 10ª ed., Rio de Janeiro. BOURDIEU, P. O poder simbólico. R.J.: Bertrand, 1998. A distinção. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007. CASTELLS, Manuel A sociedade em rede, São Paulo,Paz e Terra, 1999 A ruptura: crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. ECO, Humberto. Obra Aberta, São Paulo, Editora Perspectiva, 1962. (Org.). Ciberpólis: Redes no Governo da cidade. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4390**

TÍTULO: **O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA NA PERSECUÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: UM LEVANTAMENTO QUALITATIVO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

AUTOR(ES) : **MILLENA COELHO NASCIMENTO SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo traçar uma análise acerca do instituto do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), no âmbito dos casos de federalização das graves violações dos Direitos Humanos. Nesse cenário, ressalta-se que a implementação de tal instituto, com a Emenda Constitucional nº 45, visou constituir mecanismos a fim de consolidar a proteção aos Direitos Fundamentais no Brasil (PIOVESAN, 2018). Verifica-se que o mecanismo se atrela aos inúmeros casos de violações de Direitos Humanos e à necessidade de assegurar a materialização de obrigações assumidas pelo Estado brasileiro em Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário (MALULY, 2005).

Não obstante, após mais de uma década de implementação, a utilização do instituto ainda suscita um repertório de discussões teórico-jurídicas que carecem de incidência científica. Nesse diapasão, pretende-se analisar a eficácia do deslocamento de competência de graves violações de Direitos Humanos para Justiça Federal de forma a compreender: (i) os procedimentos do deslocamento após a federalização e (ii) a prestação jurisdicional nesse contexto. Destaca-se que a pesquisa busca mapear os casos envolvendo a utilização do IDC de modo a verificar se o instituto tem materializado seu sentido teleológico, tendo como fonte os julgados do Superior Tribunal de Justiça.

À vista disso, demarca-se como marco teórico para discussão do instituto do Incidente de Deslocamento de Competência a compreensão de direitos humanos realizada por Herrera Flores (FLORES, 2009). Ademais, o embasamento teórico será dado conforme a adoção de marco referencial constitucionalmente adequado e pertinente ao Estado Democrático de Direito delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre disciplinas relacionadas aos aspectos teóricos dos direitos humanos, especialmente sobre conceituação e fundamento.

Insta salientar que a investigação empírica que se pretende empreender tem caráter ilustrativo para levantamento qualitativo do instituto. Além disso, a pesquisa se debruça na revisão bibliográfica interdisciplinar sobre a temática, bem como o exame digital dos autos, e a investigação empírica dos processos federalizados, buscando compreender se, em sentido prático, a alteração de competência contribuiu para persecução das graves violações de Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA: PIOVESAN, FLÁVIA. DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS E JURISDIÇÃO SUPRA-NACIONAL: A EXIGÊNCIA DA FEDERALIZAÇÃO .2018. MALULY, JORGE ASSAF. A FEDERALIZAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA OS DIREITOS HUMANOS. IN: BOLETIM IBCCRIM. SÃO PAULO, ANO 13, Nº 148, MAR. 2005. FLORES, JOAQUÍN HERRERA. A (RE) INVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. FLORIANÓPOLIS: FUNDAÇÃO BOITEUX, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4392**

TÍTULO: **PANDEMIA DESIGUAL E DIREITOS LGBTQIA+**

AUTOR(ES) : **THIAGO PERCIDES PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO:

A pandemia do novo coronavírus e seus desdobramentos em níveis sociais, econômicos e políticos evidenciou assimetrias sociais e situações de vulnerabilidade que foram potencializadas em meio à crise. Nesse sentido, o presente trabalho acadêmico parte da interseccionalidade para pensar a situação da população LGBTQIA+ no contexto de isolamento social e mapear iniciativas voltadas aos dilemas das minorias sexuais no cotidiano pandêmico da cidade do Rio de Janeiro. Oriundo de um artigo acadêmico publicado na Revista de Direito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o trabalho observa que a histórica postura de não reconhecimento dessa parcela da população pelo poder público brasileiro permaneceu uma constante apesar da iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro de construir um abrigo voltado para a população. É evidente, também, que as redes de solidariedade são um fator de grande importância para resistência dessa população em um momento de calamidade pública e onde as vulnerabilidades sociais vêm sendo cada vez mais expostas.

BIBLIOGRAFIA: CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004; QUINALHA, Renan. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: Democracia em Risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; SILVA, Maria Rafaela. Código da ameaça: trans classe de risco: preta. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/123>. Acesso em: 4 ago. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4438**

TÍTULO: **RELAÇÃO ENTRE SWIFT E CIPS E A UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS INTERNACIONAIS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA EXTERNA**

AUTOR(ES) : **LIVIA MERCIER DOS SANTOS CABRAL**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

A Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication - SWIFT) é um sistema internacional interbancário de transmissão de informações e pagamentos que foi criado na década de 1970 com o objetivo de estabelecer uma linguagem comum para transações financeiras do mundo em um único sistema de processamento de dados e uma rede de telecomunicações. O SWIFT atualmente opera de diversas formas, inclusive permitindo ao governo dos EUA sancionar nações e instituições que ele considere inimigas, tornando possível que o país utilize esse sistema como instrumento tanto de suas disputas político-diplomáticas quanto do campo militar, levando em conta os objetivos de sua política externa e as diretrizes de sua estratégia geopolítica perante o mundo. Isso fez com que alguns países, como Rússia e China, por exemplo, se sentissem ameaçados e iniciassem uma corrida para criar sistemas de pagamentos alternativos ao SWIFT, a fim de escapar da dependência dos EUA e salvaguardar sua soberania em meio a uma disputa financeira mundial.

O objetivo deste trabalho é analisar o uso do SWIFT pelos EUA em questões referentes aos objetivos de sua agenda de política externa e, em contraponto, analisar a criação do Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (Cross-Border Interbank Payment System - CIPS) como uma alternativa chinesa ao SWIFT.

A hipótese deste trabalho é que, considerando o quadro atual de crescente acirramento nas disputas interestatais, os EUA têm se utilizado do SWIFT como um instrumento para imposição de sanções econômicas a países, instituições e indivíduos de acordo com os objetivos de sua agenda de política externa, e que a China mostra uma resposta a esta iniciativa através da criação de um sistema de pagamentos internacional alternativo, no qual os EUA não terão meios de implementar tais sanções como forma de estrangulamento econômico, sendo mantida a soberania chinesa.

Utiliza-se neste trabalho uma perspectiva analítica de viés realista, com ênfase na relação entre as principais potências do sistema internacional, cujo ponto de partida da dinâmica é uma pressão competitiva e uma percepção de ameaça recíproca. Leva-se em conta ainda princípios da geopolítica e política externa tradicional dos EUA, que vem se desenhando, e aborda-se conceitos da geoeconomia que permitem pensar os lados econômico, monetário e financeiro, sobretudo dentro da esferas das relações internacionais.

Espera-se com este trabalho mostrar que os sistemas de pagamentos vêm sendo utilizados como instrumentos de política externa, que há uma disputa sendo travada através deles principalmente de 2015 (com o começo da implementação do CIPS) até os dias atuais.

BIBLIOGRAFIA: "China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento Changes in China: transition and development strategies" Marcos Antonio Macedo Cintra Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 381-400, abril-junho/2017 "As transformações no sistema monetário internacional" Marcos Antonio Macedo Cintra Aline Regina Alves Martins Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA 2013

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4441**

TÍTULO: **BOLSONARO E BOLSONARISMO: UNIVERSO VALORATIVO E PERFORMANCE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

AUTOR(ES) : **LUAN GUEDES**

ORIENTADOR(ES): **MAYRA GOULART DA SILVA**

RESUMO:

O fenômeno político do Bolsonarismo pode ser descrito a partir de variadas formulações interpretativas. A literatura produzida sobre o tema alterna entre compreendê-lo a partir dos grupos políticos que o compõe, dos segmentos sociais que ele contemplou ou a partir dos valores que ele defende. Cesarino (2019), aderindo às contribuições de Pinheiro-Machado e Scalco (2018), di Carlo e Kamradt (2018) e Kalil et al. (2018), segue a primeira opção ao caracterizá-lo como um corpo político calendoscópico formada por sujeitos que pertencem a grupos sociais, à priori, sem conexão relevante no tecido social. Pinheiro-machado (2020) contemplou a primeira categoria ao demonstrar a participação seminal de diversas organizações políticas no processo de conformação do movimento político organizado em torno do bolsonarismo já a partir das manifestações de junho de 2013. O objetivo desse trabalho se estabelece no sentido de contribuir com a última das formulações elencadas.

A metodologia empregada nesse trabalho se apropria do processo de codificação definido pelo Comparative Manifesto Project (CMP-MARPOR) em um esforço de leitura que busca compreender e categorizar os 1540 discursos realizados por Jair Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados. Com auxílio de softwares de análise textual associados a um processo extensivo de leitura, busca-se identificar o universo valorativo defendido por Jair Bolsonaro ao longo de seus 28 anos como deputado federal e, mais especificamente, após as mudanças políticas decorridas dos movimentos de 2013. Com isso, espera-se contribuir para a compreensão desse fenômeno político central para a dinâmica social e política do Brasil e fornecer material de base para análises futuras dos mais variados campos das ciências humanas e sociais.

BIBLIOGRAFIA: Pinheiro-Machado, R., & Scalco, L. M. (2018). Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. Cadernos IHU ideias, 16(278), 3-13. CESARINO, Letícia. (2019) Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. Revista de Antropologia v. 62, n. 3, pp. 530-557.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4450**

TÍTULO: **O “NACIONAL” E O “POPULAR” ENTRE O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E A CONTROVÉRSIA CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO ISEB (1955-1964)**

AUTOR(ES) : **MATHEUS FERNANDES MANHAES**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO:

Desde a sua dissolução em 1964, o papel político-intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - do qual, entre os principais acadêmicos, destacamos: Alvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier - foi matéria de análise e de crítica de uma série de intelectuais. Muitos situam o pensamento do ISEB no binômio do “nacionalismo-populismo”, cabendo a Caio Navarro de Toledo (1978) a principal exposição sistemática da produção isebiana. Orbitando categorias políticas, o nacional-desenvolvimentismo do ISEB combina acepções filosóficas, econômicas, sociológicas etc. e impõe desafios conhecidos a críticos e a “reabilitadores”.

Como possível forma de enfrentar esse impasse sem abandonar necessário rigor metodológico, autores parecem ter partido de diferentes áreas do conhecimento para desferir seus comentários a respeito de pontos-chave do pensamento produzido no Instituto. É possível destacar, a partir de produções mais recentes, a linha de uma certa “crítica à controvérsia cultural”, despontada sobretudo por trabalhos de Renato Ortiz, e com contribuições de Heloísa Buarque de Hollanda, Marilena Chauí, Sérgio Paulo Rouanet e, mais recentemente, Marcelo Ridenti. Destes, destacamos os trabalhos de de Ridenti (2014) e o de Ortiz (2012).

Nesse campo, o binômio do “nacional-popular”, ao qual fizemos menção, passa a ganhar outras denotações, remetendo inclusive a categorias do pensamento artístico e estético. Por meio dessa abordagem, há grande contribuição para a compreensão da influência decisiva que o nacional-desenvolvimentismo isebiano teve sobre artistas e intelectuais da cultura na década de 1960 (Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar, Glauber Rocha, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Freire, apenas para citar alguns).

No seio da produção intelectual do ISEB, de caráter filosófico-totalizante, as categorias do “nacional” e do “popular” não aparecem assim cindidas, e as abordagens supracitadas surgem da necessidade de uma análise mais metódica do amplo conjunto ideológico do nacional-desenvolvimentismo. Resta a dúvida: muito embora essa cisão tenha oferecido a possibilidade de um destrinchamento crítico mais rigoroso do pensamento isebiano, dificultou a identificação dos nexos que ligariam o “nacional-popular” do pensamento econômico ao “nacional-popular” da controvérsia cultural, talvez subestimando a relevância que esse diálogo teve para alguns isebianos.

No sentido de uma reaproximação, proponho, através deste trabalho, explorar como as categorias do “nacional” e do “popular” aparecem dentro da obra de ao menos um autor do ISEB, tendo como parâmetros o pensamento da questão cultural e o pensamento do desenvolvimento econômico, apontando possíveis aproximações e distanciamentos de ambas as categorias dentro dessas duas “modalidades de pensamento”, com enfoque para o período de produção do Instituto (de 1955 a 1964).

BIBLIOGRAFIA: ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional / Renato Ortiz. - São Paulo : Brasiliense, 2012. [1985] RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV / Marcelo Ridenti. - 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Editora Unesp, 2014. [2000] TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. 2. ed. São Paulo, Atica, 1978.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4459**

TÍTULO: **APONTAMENTOS SOBRE A ADOÇÃO DO SISTEMA SEMIPRESIDENCIALISTA DE GOVERNO NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **JOAO CARLOS NOGUEIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

Nos 33 anos de história da Constituição de 1988, foram inúmeras as propostas de emenda para a alteração do sistema de governo brasileiro. Houve grande divergência à época da Assembleia Nacional Constituinte acerca do tema, de modo que o presidencialismo foi tópic da Carta Magna com votação pouco expressiva frente aos demais temas de ordem pública^[1].

O sistema presidencial é permeado por conflitos entre os poderes que ensejam a busca por modelos onde haja maior equilíbrio e flexibilidade institucional. Ilustrando a problemática, são notórios os diagnósticos e análises de autores institucionalistas como Eric Posner e Adrian Vermeule em trabalhos como 'Constitutional Showdowns'. Neste, versa-se sobre os confrontos acerca da autoridade constitucional entre o presidente, o judiciário, e o legislativo.

Majoritariamente, as propostas de emenda à Constituição Federal que visam alteração no sistema contemplam a instauração do parlamentarismo. Contudo, nos últimos anos, tem sido posta em voga proposta de adoção do semipresidencialismo. O projeto é apoiado por nomes de relevo na política nacional, como o atual presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, Ministros do Supremo Tribunal Federal, como Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, e o ex-presidente Michel Temer.

Conquanto ainda não haja projeto formalmente protocolado nas Casas Legislativas de âmbito federal, é amplamente divulgada a minuta de PEC de autoria do Deputado Samuel Moreira. Considerando esse texto, o presente trabalho buscará refletir sobre a virtual adoção do sistema semipresidencialista no Brasil. A hipótese sustentada é a de que realizar tal alteração sem a devida modelagem institucional e eleitoral teria como consequência aprofundar a crise política, e não ajudar a solucioná-la.

A metodologia empregada envolve pesquisa bibliográfica, contemplando escritos de direito constitucional e ciência política, bem como documentos legislativos e históricos. O presente trabalho tem como objetivo compreender a proposta à luz da produção bibliográfica sobre o tema e em breve estudo da legislação constitucional francesa, primeira no mundo em que se desenhou o sistema semipresidencial. Buscar-se-á articular a proposta à realidade constitucional e governamental brasileira, para que se responda ao questionamento de se este poderia ser um sistema de governo adequado ao país.

Como objetivos específicos, busca-se identificar as disfunções tanto do sistema de governo atual quanto as do sistema eleitoral, examinar como e se as possíveis disposições das propostas de alteração do sistema de governo podem sanar ou aprofundar tais disfunções e avaliar juridicamente e politicamente a possibilidade de alteração do sistema de governo.

^[1] LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **A Carta da Democracia 25 Anos**: Como foi feita a Constituição de 1988. 1ª. ed. São Paulo: Cultura, 2013, p. 117-119.

BIBLIOGRAFIA: LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **A Carta da Democracia 25 Anos**: Como foi feita a Constituição de 1988. 1ª. ed. São Paulo: Cultura, 2013. POSNER, Eric Andrew; VERMEULE, Adrian. **Constitutional Showdowns**. Philadelphia: University Of Pennsylvania Law Review. v. 156. 2008. < Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/penn_law_review/vol156/iss4/3 > XAVIER, Marília Barros; CAMMAROSANO, Marcio; CRUZ, Isabela Raposo. **A Separação dos Poderes e a Possibilidade de Alteração do Sistema de Governo Brasileiro**. Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife - ISSN 2448-2307. v. 92, n.1. Out. 2020. ISSN 2448-2307. < Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/248277> >

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4462**

TÍTULO: **VICTOR: COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL IMPLEMENTADA PELO STF CONTRIBUI PARA A ANÁLISE, A OTIMIZAÇÃO E A EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS JUDICIAIS**

AUTOR(ES) : **GUILHERME LAFAYETTE PIRES FERREIRA, GEYVSON CARDOSO VARJAO, JORGE LUIZ GOMES DE OLIVEIRA, DIOGO COSTA REBOUCAS OLIVEIRA, DOUGLAS CARLOS DE SOUZA, MOISANIELSON FONSECA ALVES, RONDINELLE DA SILVA FERREIRA, LUCAS HIPOLITO, LUCA MARTINS ALENCAR SAHIUM**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

O presente artigo tem como finalidade propor uma análise crítica acerca do funcionamento da Inteligência Artificial Victor, implementada pelo STF, cujo objetivo é criar um sistema de rastreio e identificação de casos comuns de repercussão geral, bem como orientar as buscas de processos judiciais, estabelecendo unicidade de tratamento e julgamento de fluxos administrativos em processos do Supremo Tribunal Federal. Esse sistema de Inteligência Artificial tem propriedades de extrema fundamentação para dar celeridade e, consequentemente, tornar mais eficientes as atividades judiciais e administrativas do tribunal. O projeto Victor foi concebido pelo Supremo Tribunal Federal em parceria com Universidade de Brasília, no qual a Universidade ficou com a parte do desenvolvimento do software e o STF com o financiamento de todo o projeto, o que torna o Victor um dos projetos acadêmicos públicos mais relevantes relacionados à Inteligência Artificial no Direito Público.

BIBLIOGRAFIA: HARTMANN, Fabiano. **Projeto Victor: relato do desenvolvimento da inteligência artificial na repercussão geral do Supremo Tribunal Federal**. Revista Brasileira de Inteligência Artificial e Direito. Volume 1. RBDI. AID-IA. 2020. FGV. Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário. IA: Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro: <https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/estudos_e_pesquisas_ia_1afase.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021. CAPELARI JUNIOR, Saulo; OLIVEIRA, Moacyr Miguel de. **O Projeto Victor e o Supremo Tribunal Federal como Corte Inteligente: o acesso à justiça na era digital**. In: XI Congresso RECAJ-UFMG, 2020, Belo Horizonte. Aces

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4516**

TÍTULO: **ACESSO A ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NOS COMPLEXOS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO : ESTUDO DA RECENTE EXPANSÃO DAS FAVELAS E O ESPRAIAMENTO DAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS**

AUTOR(ES) : **KAROLINE FRANCISCO BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A pesquisa sobre acesso a água e esgoto nas áreas mais precárias nos Complexos de Favelas do Rio de Janeiro analisa neste estudo a mais recente expansão de favelas, tanto no interior delas, como em quantidade pela cidade, e busca examinar a persistência e crescimento das áreas mais precárias em saneamento. O objetivo inicial do estudo foi identificar áreas mais precárias no interior das favelas no Rio de Janeiro, para, em seguida, analisar se o quadro da situação de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores está se espraiando. No estudo tomamos primeiro dados secundários do Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro, que apontam para vasta expansão de favelas já existentes e multiplicação de novos lugares favelados, em todas as zonas da cidade, com as mais recentes sendo localizadas na zona Oeste. Tomamos como fundamento teórico básico a infraestrutura não como objeto meramente técnico, tratado como algo estanque aos demais elementos do território, mas por sua dimensão social de articulação da moradia com a cidade, focando na questão da fruição de serviços básicos pelos moradores. A metodologia do estudo teve como característica uma combinação de dados quantitativos com um corte qualitativo, combinando visitas exploratórias, entrevistas com os moradores, observação do interior das moradias, trabalhando suas percepções sobre as mudanças em suas moradias, nos arranjos internos e nas rotinas do cotidiano diante da questão do acesso a redes de água e esgoto, contrastando a percepção dos moradores com observação técnica direta de campo. Como resultados podemos apontar que a expansão das favelas vem sendo acompanhada de um espraiamento da carência de serviços básicos de saneamento, mormente quanto à coleta de esgoto que segue despejado a céu aberto, combinado com inexistência ou irregularidade de coleta de lixo, e problemas ou carência de abastecimento de água. Face ao quadro analisado se pode apontar que o fenômeno da expansão e multiplicação das favelas no Rio de Janeiro está sendo acompanhado de uma mesma expansão das áreas mais precárias de acesso a água e esgoto. Assim a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos de saneamento pelos moradores os mantém à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: Instituto Pereira Passos(IPP), 2021, Dados sobre expansão das favelas no Rio de Janeiro, R.J. Prefeitura do Rio de Janeiro; Zaluar, A. e Alvito, M. (org) , 2006, Um século de favelas, Rio de Janeiro, FGV.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4517**

TÍTULO: **ECONOMIA E FEMINISMOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

AUTOR(ES) : **LUISA GRISOLIA ROUXINOL,RAPHAELLA DE MORAIS CHAGAS**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

No Brasil, os corpos feminizados, especialmente os racializados, vivenciam múltiplas exclusões e discriminações que raramente são objeto de estudo da teoria econômica. Nosso trabalho dentro do projeto de extensão de economia e feminismos, que funciona juntamente com o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NuEFem/IE/UFRJ), procura construir um espaço multidisciplinar de debate, estudo, trocas e pesquisa para criar diferentes conteúdos e materiais de divulgação sobre o papel da mulher no sistema capitalista e na economia brasileira, para aprofundar nos debates sobre as desigualdades e iniquidades, as discriminações, as violências, a falta de acesso a bens e serviços públicos, a falta de oportunidades de emprego, a sobrecarga de cuidados domésticos não remunerados, a desigualdade salarial, a segregação ocupacional vertical e horizontal, a falta de representação política, a ausência de direitos, a construção de papéis sociais de gênero, entre outros.

Em formato dialógico, buscamos aprender com a experiência de mulheres e dissidências de diversos âmbitos: acadêmicos, políticos, de organizações e coletivos. Produzindo material de divulgação como vídeos, entrevistas, artigos, entradas de blog, cartazes, esperamos contribuir aos debates sobre a economia feminista, as opressões patriarcais e a luta das mulheres e dissidências.

No último ano, o nosso trabalho no projeto incluiu diferentes linhas temáticas e teve como metodologia: a realização de entrevistas a mulheres que contaram suas experiências de vida (no ciclo "Entrevistas de Economia e Feminismos 2021" disponível no nosso canal de youtube <https://www.youtube.com/c/economiaefeminismosufrj>), a produção de textos de divulgação científica através de pesquisas e resenhas da literatura sobre o tema, para poder aproximar os debates a um público amplo (disponíveis no nosso blog medium.com/NuEFem), e a produção de artes e pequenos textos para a divulgação dos temas para as nossas seguidoras e seguidores nas mídias sociais do projeto (@economiaefeminismos).

Os temas foram: "Mulheres empreendedoras e a romantização do trabalho informal", "Papéis sociais de gênero, as meninas e as tarefas domésticas" e "as Juventudes periféricas". Também foram produzidos uma série de curtas de economia e feminismos e algumas palestras com temas específicos como Racismo na pandemia, Pobreza menstrual e o Corpo na Universidade. Finalmente iniciamos a divulgação de resenhas de séries e filmes que juntam problemáticas que vivenciam mulheres e dissidências com os nossos temas de pesquisa e estudo (disponíveis no blog).

Através da produção de material, das entrevistas, dos textos, esperamos contribuir e democratizar o debate sobre a situação das mulheres e dissidências no Brasil, com o objetivo de avançar na construção de consciência social e na luta pelos nossos direitos, para conseguir avançar para uma sociedade menos injusta e excludente.

BIBLIOGRAFIA: Referências: FEDERICI, Silvia (2017). Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante GAGO, Verônica (2020). A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice e BAETA, Fernanda (2021). Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. TD Instituto de Economia 021. IE/UFRJ

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4557**

TÍTULO: **DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS ORIGENS HISTÓRICAS DO PROCESSO**

AUTOR(ES) : **IAN JOSE HORTA GOIS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO:

Esta pesquisa visa, como objetivo geral, entender o processo de desindustrialização no Brasil a partir de fins dos anos oitenta tendo em vista sua condição de país periférico. Para isso buscaremos aquilo que entendemos ser a raiz histórica do movimento de desindustrialização, uma industrialização periférica e, por isso, insuficiente para atender as necessidades de autonomia econômica, social e cultural do Brasil. Destacaremos a relevância histórica da exaustão de um ideário desenvolvimentista específico que, combinado à introdução do neoliberalismo no Brasil a partir de fins dos anos 1980, levou ao processo de desindustrialização. Assim, os objetivos específicos desta pesquisa são: a) determinar o papel da ideologia do desenvolvimento (e do desenvolvimentismo) no processo de desindustrialização; e b) investigar a possibilidade histórica de uma industrialização que levasse ao “desenvolvimento”. O método de pesquisa combinará uma análise interdisciplinar com elementos de história econômica e de economia política sobre o período investigado a partir de uma perspectiva dialética materialista, centrada na montagem de controvérsias possíveis entre autores que pesquisam os temas supracitados. Para o entendimento a respeito dos processos de industrialização e desindustrialização, utilizaremos Espósito (2019), a partir da perspectiva da formação nacional.

O papel que a ideologia do desenvolvimento teve no processo histórico brasileiro do século XX é fundamental para se apreender em sua totalidade as problemáticas da industrialização e desindustrialização no país. Para debatê-la, utilizaremos Prado (2020) como suporte teórico da origem e de suas influências no Brasil, e Bielschowsky ([1988] 2007) como base das controvérsias sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo no período. De acordo com Prado (2020, p. 57), a ideologia do desenvolvimento (capitalista) toma este tanto como um processo histórico específico, um projeto político determinado e como horizonte utópico; sua origem “[...] se situa no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra Fria [...] como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo.” (ibid., p. 83).

As conclusões preliminares desta pesquisa indicam que a ideologia do desenvolvimento teve papel ativo no processo de industrialização dependente no Brasil, já que a industrialização era vista como caminho para o desenvolvimento, isto é, “alcançar” o nível dos países ditos “desenvolvidos”. Assim, a utilização acrítica do capital externo como meios de construção de um parque industrial no país, orientada por esta ideologia, foi em nossa visão um dos fatores que levaram à desindustrialização, fortalecendo uma visão histórica abrangente da origem deste processo. Além disso, questionamos a suposta possibilidade histórica de “desenvolvimento” que parece existir a partir da década de 1950, tendo em vista a extrema dependência da industrialização que lá se processa pelos capitais externos e IEDs.

BIBLIOGRAFIA: BIELCHOSWKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019. ESPOSITO, Maurício. Desindustrialização no Brasil: a contrapartida da industrialização dependente. In: LUBLINER, Theo; ESPOSITO, Maurício; PEREIRA, Leandro (orgs). A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019. PRADO, F. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4564**

TÍTULO: **FEMINICÍDIO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL**

AUTOR(ES) : **JÚLIA MACHADO IGLESIAS, NATHALIE VARGAS CORREIA, VITÓRIA DE LIMA ALMEIDA, BEATRIZ NAPOLI, CLARA BAPTISTA, CAMILA MAC CORD RONDON KRIVOCHEIN COUTO, MARIANA ROCHA PECLY DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO:

Inserido nos eixos temáticos que abordam as práticas institucionais, o acesso à Justiça e as mulheres em situação de violência, o presente projeto foca em leituras multidisciplinares sobre a interpretação jurídica e social do fenômeno das mortes violentas de mulheres, bem como na avaliação do funcionamento do sistema de justiça criminal nos julgamentos de feminicídio. A Lei 13104, de 9 de março de 2015, inseriu uma qualificadora própria para esta violência fatal, definindo o feminicídio nos seguintes termos: “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. E, “considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. É importante analisar como essa tipificação é lida pelos próprios tribunais e pelos operadores do Direito. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral obter elementos teóricos e empíricos, a fim de justificar possíveis alterações legislativas e reorganizações nos julgamentos em casos de feminicídio. E, como específicos, a) Mapear as percepções sobre violência contra a mulher no âmbito judicial, através da identificação de casos de feminicídio na jurisprudência dos Tribunais Estaduais; b) Analisar se persistem os padrões de práticas institucionais já revelados em pesquisas anteriores sobre o Judiciário (culpabilização da vítima, violência institucional, patologização da conduta do acusado, revitalização do “crime passionnal” etc.); c) Averiguar se há a observância do Protocolo Latino-americano e das Diretrizes Nacionais para processamento e julgamento de feminicídios com perspectiva de gênero e com a devida diligência; d) Verificar os casos em que houve (ou não) o reconhecimento da qualificadora ou o motivo de seu afastamento, levando, eventualmente, à desclassificação para delito menos grave. Metodologicamente, a pesquisa apresenta perfil teórico-indutivo e de caráter nacional: revisão bibliográfica e pesquisa jurisprudencial com base nos sites dos Tribunais de Justiça das unidades federativas. Além de uma delimitação espacial, consideramos os casos ocorridos após a vigência da Lei 13104/2015, estabelecendo a busca temporal entre os anos de 2015 e 2019. Os resultados obtidos são preliminares, posto que somente foi possível, até o momento, obter dados do Acre, Pará, Tocantins, Rondônia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. No entanto, já sinalizam algumas permanências quanto ao tratamento dispensado à mulher pelo Judiciário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: ESCALERA, Ana María Martínez de la, Feminicidio: Actas de denuncia y controversia. Ciudad de México, PUEG/UNAM, 2010; PASINATO, Wânia, “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu, n.37, Campinas, jul/dez, 2011; ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4578**

TÍTULO: **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS COM DESEMPENHO INSATISFATÓRIO E AS RESCISÕES NOS CONTRATOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RJ**

AUTOR(ES) : **MARCOS VINÍCIUS REZENDE DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **PAULO RICARDO DA COSTA REIS**

RESUMO:

A pesquisa teve como objetivo investigar os fatores associados ao insucesso (rescisão) das contratações públicas via pregão eletrônico realizadas pelas universidades federais do estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos foram: (1) mapear as licitações eletrônicas licitadas pelas quatro universidades federais localizadas no estado do Rio de Janeiro, cujos contratos foram rescindidos no período de 2014 a 2019; (2) identificar os contratos que foram rescindidos por desempenho insatisfatório; (3) verificar como a rescisão desse contrato compromete os serviços públicos prestados pelos órgãos pesquisados; e (4) compreender quais foram os fatores que levaram à rescisão do contrato, bem como as medidas tomadas pelos gestores públicos e pela contratada para evitar seu encerramento antecipado. A pesquisa foi realizada através do levantamento de dados secundários sobre contratações públicas realizadas pelas universidades, bem como através de análise documental relativa a três processos de contratação selecionados, constituindo uma análise de múltiplos casos. Os resultados alcançados mostram a preponderância dos contratos para prestação de serviços, 97%, e do pregão eletrônico, 73%, no total de rescisões de contratos, sinalizando os riscos associados a essa modalidade licitatória. Argumenta-se que entre eles está o predomínio da economicidade monetária e da competição entre os licitantes como critério definidor do sucesso da contratação, aumentando os riscos de seleção adversa (FIUZA, 2009). Assim, ocasionando potenciais prejuízos à dimensão qualitativa da contratação, que acaba por ser secundada. Verificou-se também falhas nos processos licitatórios analisados que apontam para fragilidades nas capacidades de contratação dos órgãos analisados e nas capacidades de prestação dos serviços por parte das empresas selecionadas, mesmo nos casos em que as empresas selecionadas apresentam experiência prévia em contratação com o setor público. Adicionalmente, tornaram-se evidentes problemas relativos à transparência dos dados de contratação das universidades analisadas (ALMEIDA & SANO, 2019), advindos de incompletudes na divulgação de informações, sobretudo aquelas que se referem à avaliação de desempenho das contratações. As questões levantadas apontam para a necessidade de aprimoramento do processo de contratação pública e procuram contribuir com as discussões acerca das possibilidades e limitações do uso do pregão eletrônico como principal modalidade licitatória e da vulnerabilidade a que os trabalhadores das empresas contratadas pelas universidades estão expostos.

BIBLIOGRAFIA: FIUZA, E. P. S. Licitações e governança de contratos: a visão dos economistas. In: SALGADO, L. H.; FIUZA, E. P. S. (Orgs.). Marcos Regulatórios no Brasil: É Tempo de Rever Regras? Rio de Janeiro: Ipea, 2009. ALMEIDA, A. A. M.; SANO, H. Fatores que influenciaram as condutas dos pregoeiros do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, mar./abr. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4635**

TÍTULO: **ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA LEI Nº 13.964/2019 NO ÂMBITO DAS PRISÕES PROVISÓRIAS NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **GABRIELA DE OLIVEIRA MANSUR PACHECO, AMANDA DE ANDRADE GOMES, JHENIFFER DA COSTA SAMPAIO, LIVIAN HELENA DE BARROS SILVA, MARINA ALVES SANZ, MATHEUS LAPA AMARAL DE CASTRO ALMEIDA, MILENY FERREIRA RODRIGUES FURTADO, RAFAELLA RODRIGUES SIMOES, VITTORIA MARESSA ALMEIDA LABRE**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

A presente pesquisa buscou analisar o impacto da Lei no 13.964/2019 ("Pacote Anticrime"), adotada no intuito de tornar o combate à criminalidade mais eficaz e justo, no âmbito das prisões provisórias no Brasil. Assim, busca-se explorar, a partir da comparação entre a realidade anterior e posterior à vigência desta lei, se seus objetivos foram atingidos após quase dois anos de sua entrada em vigor.

Para isso, é realizada uma breve explanação a respeito das prisões provisórias frente ao sistema penal brasileiro, abordando as dificuldades que tal situação envolve - como o caráter inquisitório, preconceituoso e violento desta prática - para que fosse possível elucidar a importância de uma legislação que diminua a vulnerabilidade presente nesse contexto. Ademais, foi realizada uma análise de dados secundários obtidos a partir de levantamentos no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, em especial dados do Infopen, a qual possibilitou um estudo mais concreto a respeito dos efeitos da lei discutida. Os dados coletados foram interpretados com o foco principal nos padrões e tendências apresentados pela variação do número de presos provisórios entre 2014 e 2021, para que, então, fosse possível compreender a evolução desse cenário e, consequentemente, verificar a eficácia do Pacote Anticrime. Por fim, utiliza-se a metodologia do estudo de caso para apresentar uma situação de prisão provisória que, apesar de ser posterior a promulgação de tal lei, foi de encontro com suas determinações. A partir do caso "André do Rap" (HC 186.144/SP), analisa-se a jurisprudência e seu tratamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a visão da doutrina e literatura sobre o caso.

Conclui-se pelo potencial de tal lei para gerar mudança, mas sua incapacidade em garantir, por si só, maior justiça e dignidade aos cidadãos que se encontram presos provisoriamente, ao passo que avalia-se seu impacto como limitado. Assim, defende-se a importância em manter discussões a respeito da prisão provisória no Brasil e o levantamento de tais dados, visando, tanto aumentar a eficiência da legislação anticrime, quanto gerar novos mecanismos que possam alterar esse cenário.

Todos os coautores participaram efetivamente na redação do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, 24 dez. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4651**

TÍTULO: **ESTADOS UNIDOS E A DIPLOMACIA DA VACINA**

AUTOR(ES) : **EDUARDO ARAÚJO MANGUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A pandemia da covid-19 mobilizou esforços internacionais no desenvolvimento de vacinas que pudessem proteger populações do mundo todo desta doença altamente infecciosa e particularmente perigosa para determinados segmentos socioeconômicos. Em vez de um esforço conjunto e coordenado de resposta a essa questão que ultrapassa as fronteiras territoriais, o que ocorreu foi um cenário de ampla competição no desenvolvimento e na alocação de vacinas, com cada Estado priorizando seus nacionais em detrimento dos demais, em especial no caso das principais potências mundiais. Dessa forma, o que se observou foi uma grande desigualdade no acesso aos imunizantes anticovid-19.

Este fator, que prejudicou em larga medida países em desenvolvimento, abriu espaço para que países não-ocidentais, nomeadamente China, Índia e Rússia, fizessem uso de suas vacinas localmente produzidas para estreitar seus laços com outros países geoestrategicamente significativos e fomentar uma imagem mais benéfica mundialmente. Esta adoção da chamada diplomacia da vacina objetiva um acréscimo ao *soft power*, termo cunhado por Joseph Nye (2004) que indica ser a habilidade de influenciar o comportamento de outros atores pela cooptação, e não pela coerção.

A presente proposta tem como objeto a grande potência que, após a transição de poder na Casa Branca, enveredou de forma mais ativa nesses mesmos processos: os Estados Unidos. Até recentemente, de acordo com dados do departamento de Estado dos EUA, o país distribuiu mais de 192 milhões de doses de imunizante anticoronavírus. Busca-se, neste estudo de caso, definir o que configura uma diplomacia da vacina; entender as motivações de ordem doméstica e de política externa, por parte do governo do democrata Joe Biden, para adotá-la; mapear os instrumentos usados para exercê-la; e, caso ocorram, identificar seus potenciais efeitos no *soft power* estadunidense. Para tanto, serão analisados, sobretudo, discursos das autoridades pertinentes, documentos oficiais e pesquisas de opinião.

A diplomacia da vacina afeta o *soft power* dos Estados Unidos? Se ocasionar em melhora, será ela suficiente para restaurar sua imagem desgastada no plano internacional, após a controversa gestão de Donald Trump? Por se tratar de um tema de conjuntura, o autor entende ser cedo para o estabelecimento de resultados concretos. Antecipa-se, no entanto, que, uma vez que a liderança na saúde global já vigorava nas promessas do atual presidente norte-americano, apenas este elemento é insuficiente para se levar a uma grande melhora da imagem estadunidense no exterior.

BIBLIOGRAFIA: BOLLYKY, Thomas J. Democracies Keep Vaccines for Themselves. The Atlantic, 2021. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2021/03/rich-countries-give-money-keep-vaccines-themselves/618437/>>. Acesso em: 11 out. 2021. ELLWOOD, David. Vaccine Diplomacy: a New Chapter in the Story of Soft Power. Center on Public Diplomacy, 2021. Disponível em: <<https://uscpublicdiplomacy.org/blog/vaccine-diplomacy-new-chapter-story-soft-power>>. Acesso em: 11 out. 2021. NYE, Joseph S. Soft Power: the Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4685**

TÍTULO: **CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: LUTA POR DIREITOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **CHIARA FERRAZ GALHANONE,NATHALIA CUNHA PECANHA,RAQUEL FERREIRA PIRES,MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA,CAROLINA ROSÁRIO GISMONTI,LUCIANA ALENCAR XIMENES,VICTOR ABI RIHAN AVILA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a vertente extensionista do projeto de pesquisa-extensão "Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos", do Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ). O projeto tem como atividades principais (i) a coleta de dados, sistematização de informações e produção de estudos sobre conflitos fundiários urbanos, envolvendo territórios e comunidades ameaçados por remoções na cidade do Rio, em parceria com o Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria (NUTH) e (ii) a incidência informada em casos de ameaças e violações de direitos, em parceria com órgãos públicos, movimentos sociais populares e plataformas da sociedade civil. O projeto colabora, ainda, com a base cartográfica do Observatório Nacional de Remoções (FAU/USP).

A base empírica da pesquisa subsidia a atuação extensionista do projeto em uma parceria inicial com o Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro. Ofertamos uma disciplina mista (eletiva e extensão) sobre Direito Urbanístico, cuja discussão e trabalho final estavam orientadas por demandas do Fórum, a fim de sistematizar e analisar algumas dimensões da minuta do projeto de Lei do PD em articulação com a nova lei do Reviver Centro, tais como: moradias populares no centro da cidade; zonas e áreas de interesse social; instrumentos urbanísticos negociais (operações urbanas e a outorga onerosa) e instrumentos urbanísticos compulsórios. Pelo projeto, estamos consolidando materiais a serem apresentados no Fórum Popular, somando com a discussão e com a construção de base analítica.

Outra vertente extensionista, diz respeito à participação do projeto na Campanha Nacional Despejo Zero, desde 2020. Como Labá, contribuimos nos grupos de trabalho de incidência política (e seu núcleo jurídico) e de comunicação dessa articulação. Com o objetivo de fortalecer as ações da Despejo Zero, colaboramos na produção de dados sobre despejos na cidade, na construção de materiais técnicos para defesa de famílias, na denúncia de situações de violações de direitos e na divulgação de informações. Ainda, somamos nas ações de mobilização que robustecem as incidências da Campanha para aprovação de projetos de leis e ou outras medidas institucionais de fortalecimento de direitos. Como desdobramento dessa frente de trabalho, o projeto tem, ainda, uma parceria, no Rio de Janeiro, o Movimento de Luta nas Vilas, Bairros e Favelas (MLB), acompanhando, dentre outras atividades, os desdobramentos da Ocupação Almirante João Cândido.

BIBLIOGRAFIA: FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1a ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. FRANZONI et al. Cartografias jurídicas. In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares. Observatório de Remoções. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4699**

TÍTULO: **A PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

AUTOR(ES) : **IRIS LIMA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

O presente estudo trata da prestação de contas nas parcerias da administração pública e as organizações da sociedade civil.

O objetivo do estudo foi o de analisar, através do método dedutivo, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil aplicado às prestações de contas no âmbito municipal do Rio de Janeiro. A questão hipótese de pesquisa trata do que é o núcleo fundamental do MROSC. Tomando por base a análise crítica, com tipologia qualitativa, da legislação vigente e consulta doutrinária. A pesquisa básica, bibliográfica e acadêmica apontou proposições de ajustamento da aplicação no cenário amostral das parcerias entre a administração pública, no caso, dos termos de cooperação, fomento e colaboração, e as OSC's. O resultado alcançado se justifica pela efetivação das políticas públicas, capacitando gestores para identificar problemas, formular alternativas, regulamentar e aplicar o MROSC na prestação de contas para a sociedade.

Segundo a Lei 13.019, em seu art. 2º, XIV, a **prestação de contas é o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, onde se verifica o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: a apresentação das contas, de responsabilidade da OSC; e de outro lado, a análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública.**

O dever de prestar contas tem início no momento de liberação da primeira parcela dos recursos financeiros, observando as regras previstas na Lei 13.019/2014, bem como os prazos e as normas estabelecidos. A lei determina que o poder público forneça manuais específicos para orientar as organizações no momento da celebração das parcerias, tendo como premissas a simplificação e racionalização dos procedimentos.

Se houver alterações no conteúdo destes manuais, elas devem ser previamente informadas à OSC e amplamente publicadas em meios oficiais de comunicação. A prestação de contas deverá ser feita em plataforma eletrônica, que permita que qualquer cidadã ou cidadão interessado acompanhe o andamento das atividades e os valores gastos.

Não há previsão de prestação de contas a cada parcela, mas sim de forma anual, além da final.

Sempre que a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício para fins de monitoramento do cumprimento das metas da parceria.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Lei 13.019/2014. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 13 out. 2021. MONTE, Roberto Vilas-Boas. Prestação de Contas. In: MENDES, Michelle Diniz (Coord.). Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 209-240.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4714**

TÍTULO: **SAÍDAS GLOBAIS PARA A CRISE CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PLANO PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS ESTADUNIDENSE E DO PACTO VERDE EUROPEU**

AUTOR(ES) : **FABIO PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELLE COSTA DA SILVA**

RESUMO:

Os paradigmas que organizam historicamente a produção no capitalismo colocam a humanidade diante de uma encruzilhada. Trata-se da possibilidade ou não de se conseguir conter as mazelas produzidas pelo sistema vigente, tendo-se em risco a possibilidade de vida humana no planeta. Assim, objetiva-se analisar as estratégias desenvolvidas hoje pelos Estados Unidos e pela União Europeia para o enfrentamento às mudanças climáticas: quais os limites concretos dessas políticas, como o Plano para Mudanças Climáticas estadunidense e o Pacto Verde Europeu, no que tange aos seus objetivos de atingir neutralidade climática?

Parte-se da hipótese de que a problemática das mudanças climáticas está intrinsecamente vinculada à maneira como o capitalismo se reproduz, cujas resoluções passam pela transformação do vigente sistema, o que não está previsto na elaboração dessas políticas públicas, conferindo-as um caráter de paliativas.

Pretende-se comparar o Plano para Mudanças Climáticas estadunidense e o Pacto Verde europeu, ambos projetos apresentados no pós-Acordo de Paris (2015), que visam ao enfrentamento da crise em curso com vistas a alcançar a neutralidade climática. Tal escolha se justifica pela relevância desses atores no Sistema Internacional e pela histórica responsabilidade destes na problemática a ser analisada. Desse modo, ambos planos serão comparados no âmbito das suas proposições concretas, tendo-se em perspectiva os limites dessas estratégias na superação da crise climática.

Busca-se resgatar os debates relacionados à temática de Relações Internacionais e Meio Ambiente, principalmente a partir do final do século XX e o advento das convenções internacionais sobre o clima. Ademais, em perspectiva ecossocialista, sustenta-se que as mudanças climáticas estão intrinsecamente vinculadas à lógica predatória de reprodução inerente ao capitalismo. Assim, todas as estratégias de enfrentamento à crise climática se apresentam como paliativas na medida em que não contestam as bases que dão sustentação à reprodução desse sistema do mundo.

BIBLIOGRAFIA: Comissão Europeia. O Pacto Verde Europeu. Bruxelas: 11.12.2019 COM(2019). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF>. Acesso em 18 out. 2021. Löwy, Michael. O que é ecossocialismo? São Paulo: Cortez, 2014. Romeiro, A. R., Economia ou Economia Polfca do Meio Ambiente, in Economia do Meio Ambiente, Ed. Campus, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4732**

TÍTULO: **HORTINHA DA PRAIA VERMELHA: PALAVRAS-CHAVE QUE CONTRIBUEM PARA A DEFINIÇÃO E ESCOLHA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**

AUTOR(ES) : **ANA JÚLIA FELIPE RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **MÔNICA MENDONÇA DELGADO**

RESUMO:

O projeto de extensão “Hortinha da PV” iniciou suas atividades em 2019, com a preocupação inicial de dialogar com a comunidade do entorno do campus da Praia Vermelha sobre o direito à alimentação livre de aditivos e de qualquer substância nociva à saúde. Frente a este desafio, toda a comunidade estudantil buscou construir, através dos canteiros da horta, um lugar em que fosse possível, além de produzir alimentos saudáveis, trocar mudas e sementes, discutir alternativas de plantio, resgatar práticas coletivas como os mutirões e discutir alternativas à lógica da mercadoria que estrutura a sociedade capitalista. A Hortinha, portanto, vinha oportunizando a integração dialógica com a troca de saberes entre os diferentes segmentos que compõem a comunidade local e acadêmica preocupados com temas que circundam a alimentação orgânica e o paradigma da agroecologia. Contudo, com as restrições impostas pelas autoridades sanitárias, foi necessário que a equipe de extensão repensasse suas ações readequando-as ao novo contexto de pandemia. Nesta direção, foi necessário o uso das plataformas digitais e das redes sociais para dar continuidade às ações previstas, a saber: estudo sobre as temáticas estruturantes do projeto foram intensificados; produção de material informativo considerando as demandas listadas, anteriormente, pela comunidade, bem como de material audiovisual que será utilizado posteriormente em oficinas; e pesquisas que possuem a função de verificar determinada realidade e incrementar as ações do projeto. Neste sentido, o trabalho em tela pretende apresentar os resultados obtidos com a pesquisa: “Palavras-chaves que contribuem para a definição e escolha de alimentos saudáveis”. Esta atividade foi desenvolvida, pois, o campus da Praia Vermelha, sempre congregou diversas atividades que possibilitavam a integração entre movimentos sociais, estudantes e docentes, entre as quais, a Feira da Roça, atividade realizada em parceria com pequenos produtores/assentados e que aproximava a comunidade estudantil e local da alimentação produzida sem uso de produtos químicos. Com a intenção de retomar o contato com os usuários (comunidade acadêmica) dos produtos produzidos por assentados da reforma agrária, propomos uma investigação através da plataforma SIGA, alcançando centenas de participantes da feira, cujas respostas orientaram nossas reflexões sobre escolhas e comportamentos saudáveis articulados às condições socioeconômicas, bem como a compreensão dos termos pertinentes ao debate da agroecologia, etc.. Este trabalho, portanto, pretende apresentar os resultados obtidos com a consolidação das informações, a entender: 1) o perfil alimentar e socioeconômico da comunidade estudantil no campus da Praia Vermelha; 2) a relação prática entre as nomenclaturas de mercado e seu impacto na percepção dos compradores; e 3) a reflexão entre as expectativas e realidades do processo de alimentação saudável.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4735**

TÍTULO: **DE SELVAGEM A SUBDESENVOLVIDO - CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS PARA A MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES DESIGUAIS DE PODER E O SUPER EXTRATIVISMO DE RECURSOS NATURAIS**

AUTOR(ES) : **MONIK KLEIN, LUANY FERREIRA MARQUES**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO:

A empreitada colonial que dividiu os territórios e os povos do mundo em função da dominação europeia a partir do século XVI reconfigurou radicalmente a força condutora das relações internacionais, de forma que, mesmo após o processo de descolonização das nações invadidas, a estrutura internacional forjada pelo colonialismo manteve seu núcleo e continua a se desenvolver nos dias atuais. Para justificar a invasão, o genocídio e o etnocídio das populações colonizadas, os colonizadores europeus instituíram, a partir da religião e da ciência, um sistema social hierárquico onde a civilização ocidental ocupa o topo enquanto as demais deveriam ser desmanteladas a partir da assimilação ou da erradicação em prol de se tornarem civilizadas, se reconstruindo à imagem e semelhança da Europa. A exaltação do “civilizado” se dá, portanto, em detrimento da inferiorização daquele que se tornou o “selvagem”. Um aspecto chave que caracteriza o selvagem é sua relação de pertencimento à categoria “Natureza”, enquanto o civilizado é aquele que não pertence a ela, mas a domina, de maneira que os recursos naturais se transformem em acúmulo de riqueza no então nascente sistema capitalista. Considerando as reflexões de Wallerstein sobre o uso da narrativa do desenvolvimentismo na contemporaneidade como manutenção das relações desiguais de poder, propomos: seria o selvagem o novo subdesenvolvido?

A partir da perspectiva decolonial, o presente trabalho pretende responder a essa questão, recuperando as narrativas colonialistas que forjaram sistematicamente as dicotomias “selvagem” versus “civilizado” e “subdesenvolvido” versus “desenvolvido”, com base na experiência latinoamericana, demonstrando a relação da identidade do subdesenvolvido com o local ocupado pelo selvagem no imaginário pan-europeu e, conseqüentemente, na estrutura socioeconômica internacional. Feito isso, a pesquisa objetiva demonstrar a relação intrínseca entre a construção dessas identidades dicotômicas para a manutenção da colonialidade do poder e o extrativismo desenfreado de recursos naturais, base de inúmeros conflitos socioeconômicos e da crise ambiental global. A metodologia decolonial fundamenta-se como um questionamento da epistemologia dominante na ciência moderna/ocidental e busca ressignificar a proposta de produção de conhecimento que se coloca como universal. Esta pesquisa é vinculada à Iniciativa de Pesquisa e Extensão Debates Pós-Coloniais e Decoloniais, que promove discussões a partir de um levantamento bibliográfico, organizando debates e desenvolvendo pesquisas entre os alunos extensionistas. Os debates são projetados não como uma exposição de teorias pós-coloniais e decoloniais, mas como um espaço de interação e diálogo com diferentes públicos.

BIBLIOGRAFIA: ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Ellefante, 2016. | QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. | WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. Trad. Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4746**

TITULO: **JUSTIÇA BASEADA EM EVIDÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE CRITÉRIOS JUDICIAIS DE CONFIABILIDADE EPISTÊMICA**

AUTOR(ES) : **ISABELA COIMBRA CARLIM**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL HERDY**

RESUMO:

Este projeto de pesquisa possui o objetivo de (1) analisar os critérios de confiabilidade que juízes brasileiros têm aplicado para a admissão e avaliação de informações factuais oferecidas por experts de diferentes áreas, focando especificamente na questão do consenso (2) cotejar a experiência institucional da justiça brasileira com a prática do sistema jurídico Mexicano, e (3) compreender as principais críticas que diferentes áreas do conhecimento (direito probatório, epistemologia social, teoria da argumentação, teoria da deliberação) têm levantado em relação aos indicadores de expertise.

Propõe-se a utilização de diferentes metodologias qualitativas de pesquisa. Para cumprir o objetivo de (1) mapear os critérios de confiabilidade que juízes brasileiros têm aplicado para a admissão e avaliação de experts, será feito um recorte espacial e temporal. Restringe-se a pesquisa ao universo de processos julgados no STF em que se convocou audiência pública para ouvir especialistas. Até hoje (outubro de 2021), foram convocadas 34 audiências públicas. O universo é ainda mais limitado em função dos julgamentos finalizados e com votos publicados.

Para cumprir o objetivo de (2) cotejar ou comparar a experiência brasileira com a prática de outros sistemas jurídicos, serão analisadas as decisões judiciais da Suprema Corte Mexicana e alguns casos pontuais dos EUA, conforme indicação de casos na própria literatura de direito comparado pertinente. Para cumprir o objetivo de (3) compreender as principais críticas que diferentes áreas do conhecimento têm levantado em relação aos indicadores de expertise, será feita uma análise bibliográfica das publicações relevantes sobre o tema.

Espera-se, como resultado da pesquisa, compreender o grau de influência da ciência nas decisões judiciais do STF e o tratamento da busca pela verdade no sistema de justiça. Garantir que a ciência seja levada a sério no mundo jurídico, tendo como objetivo a persecução da verdade, vai ao encontro com a garantia do Estado Democrático de Direito. Os tomadores de decisão, ao apelarem para os especialistas, não podem adotar uma posição de deferência cega, mas devem ter a capacidade de distinguir a boa e a má ciência, através de critérios que permitam analisar a racionalidade, o rigor do processo científico e a confiabilidade das informações que fundamentam a decisão.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4752**

TÍTULO: **DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES PRÁTICAS SOBRE O TRABALHO CONSTRUÍDO COM OS TRABALHADORES RESGATADOS EM SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO**

AUTOR(ES) : **THALIA MARTINS DE ANDRADE, NATHALIA MARBLY MIRANDA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

Partindo dos referenciais teórico-metodológicos da educação popular (FREIRE, 1975 [1965]), da pesquisa-ação-participativa (FALS BORDA, 1978) e da pesquisa militante (VERSIANI, 2017), o projeto de extensão Trabalho, Diálogo e Ação (DiaTrab), conectado ao grupo de pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT), vinculado à FND/UFRJ, busca desenvolver ações que contribuam para a ampliação da proteção do trabalho, para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa e de um conhecimento crítico e plural, por meio da promoção de espaços dialógicos e participativos e da visibilização das trajetórias que marcam os grupos de trabalhadores. Uma de suas frentes de estudo-ação atua com os trabalhadores resgatados de trabalho escravo e tem como principais ações: i) a construção de parcerias interinstitucionais com a Clínica de Trabalho Escravo da UFMG, com Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e com o Ministério Público do Trabalho (MPT); ii) a prestação de orientação jurídica a trabalhadores resgatados ou em situação de trabalho análogo ao trabalho escravo; iii) a criação de espaços de diálogo e formação em direitos do trabalho com trabalhadores da comunidade quilombola Maria Joaquina (Macaé).

Compreende-se que a escravidão contemporânea caracteriza-se pela sujeição de trabalhadores a trabalhos forçados, degradantes ou exaustivos, por mecanismos de restrição de liberdade, endividamento e coerções físicas e/ou psicológicas, no campo e na cidade. O seu enfrentamento encontra obstáculos na percepção subjetiva da condição de trabalhador escravizado, mas, sobretudo, nas desigualdades socioeconômicas que estruturam a nossa sociedade e que dificultam/inviabilizam o acesso ao trabalho digno, deixando as pessoas trabalhadoras em contínua vulnerabilidade. A situação é agravada pelos processos de flexibilização e precarização de direitos do trabalho dos últimos anos, agora implementados num mercado de trabalho fortemente afetado pela crise pandêmica, para a qual não foram dadas respostas sociais efetivas.

Nesse cenário, os desafios das práticas extensionistas consistiram: i) na operacionalização dos espaços dialógicos, que deveriam obrigatoriamente ocorrer por meios digitais diante da exclusão digital; ii) na operacionalização das atividades diante da precariedade de tempo, de trabalho e de recursos dos trabalhadores; iii) no distanciamento entre universidade e realidades/possibilidades dos setores populares, na construção de uma linguagem e ao pensar e executar as ações; iv) na falta de recursos relacionada à precarização da universidade, que limitou a atuação do projeto para a potencialização dos direitos trabalhistas.

Apesar das dificuldades listadas, a avaliação periódica com a participação de todos os sujeitos envolvidos no projeto foi o que permitiu o repensar/reorientar das práticas extensionistas.

BIBLIOGRAFIA: FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1978. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 [1965]. VERSIANI, Renata. A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. Tese de Doutorado em Sociologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 344 fls., 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4778**

TITULO: **O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA**

AUTOR(ES) : **GUILHERME NOVAES SILVA PINTO**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO:

A economia brasileira enfrenta um processo de desindustrialização desde o final da década de 1980. A participação da indústria de transformação no PIB atingiu um pico em 1986 com 27%, e, desde então, tende ao declínio, chegando ao valor de 11% em 2018. A inserção do Brasil no comércio internacional foi impactada por esse contexto. Produtos manufaturados, mesmo com o declínio da participação da indústria no PIB, se mantiveram no valor próximo de 50% de participação na arrecadação com exportações entre 1986 e o início dos anos 2000. A partir do século XXI, entretanto, produtos básicos, ou commodities, aumentaram vertiginosamente sua participação no valor arrecadado com as exportações, passando de 20% para cerca de 60% atualmente. Em 2020, os 4 maiores produtos exportados pelo Brasil, minério de ferro, soja, petróleo e carnes, representaram 48% da arrecadação com exportações.

Em 2020, eclode a pandemia de coronavírus no mundo. A demanda por combustível, produtos semi-manufaturados e manufaturados cai mundialmente. O preço do petróleo e de commodities ligadas à produção industrial têm uma forte queda devido à redução da demanda, seguida de recuperação na segunda metade do ano. Ocorre também a desestruturação de cadeias globais de produção. Nesse contexto, a pauta de exportação brasileira é impactada resultando numa redução no valor total arrecadado, mesmo com o aumento de volume exportado. Contudo, há uma diferença considerável do comportamento entre diferentes setores: enquanto a indústria de transformação cai 11,3% no valor arrecadado em relação a 2019, e a indústria extrativa, 2,7%, a agropecuária tem um bom desempenho e cresce 6% em relação ao ano anterior. Essa diferenciação entre diferentes setores da economia levanta o questionamento de que a pandemia pode ter acelerado a tendência já existente de reprimarização da pauta de exportação brasileira.

Segundo autores que tratam de economia internacional, ligados à linha heterodoxa do pensamento econômico, a predominância do setor primário na pauta de exportação é uma característica que faz com que países em desenvolvimento, ou do Sul Global, fiquem atrelados a um sistema produtivo que dificulta a superação de condições de subdesenvolvimento como a pobreza, baixa renda, fome, entre outros. Enquanto esses países exportam produtos de baixo valor agregado, têm de importar produtos manufaturados de alto valor agregado de países desenvolvidos, o que prejudica o desenvolvimento local. Sob essa perspectiva, o presente estudo investigará se a pandemia de Covid-19 acelerou um processo de reprimarização das exportações já em curso anteriormente, buscando também entender se o impacto será de curto ou longo prazo.

BIBLIOGRAFIA: Santos, Theotonio dos. Teoria da Dependência: balanços e perspectivas, 1999. WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. World System Analysis. An Introduction. London: Duke University, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4801**

TITULO: **A SERVIÇO DO MERCADO: A RELAÇÃO ENTRE O STREAMING E A PRODUÇÃO INDEPENDENTE DE MÚSICA GRAVADA**

AUTOR(ES) : **LETÍCIA ABREU PAIXÃO**

ORIENTADOR(ES): **NAVARRO, MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais aspectos da relação entre o streaming e a produção independente de música no mercado de música gravada a partir de um estudo exploratório focado na produção independente. A digitalização da música no final do século XX e a chegada turbulenta dos serviços de streaming em meados da década de 2010 reconfigurou as relações de trabalho e o modo de consumo de música no Brasil. Assim, decorrem-se desafios e necessidades, percebidos a partir da revisão teórica e da condução e análise de entrevistas semi estruturadas realizadas com profissionais da cadeia produtiva de música independente.

De maneira geral, os resultados indicam que, apesar do uso extensivo das plataformas pelos consumidores de música, a remuneração proveniente do streaming não é uma fonte de renda para artistas desta classe, que acabam por utilizar este canal como meio de divulgação e descobertas musicais. Além disso, percebe-se que a música tem se tornado conteúdo, produto do marketing digital, e conclui-se que a classe artística não conhece a realidade na qual trabalha, o que indica saturação, precarização e uberização da produção de música.

BIBLIOGRAFIA: VICENTE, E.; KISCHINHEVSKY, M.; DE MARCHI, L.. A consolidação dos serviços de streaming e os desafios à diversidade musical no Brasil. Eptic On-Line (UFS), v. 20, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/8578/6832> MOREL, L. Inovações no consumo de produtos culturais: os serviços de streaming. In: TIGRE, P. B; PINHEIRO A. (coord.). Inovações em Serviços na Economia do Compartilhamento. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, v.1, p. 200-217. CERQUEIRA, A. P. C. Viver de música: empreendedorismo cultural e precarização do trabalho. Cadernos de Estudos Sociais, v. 33, p. 85-107, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4812**

TÍTULO: **EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL NUM MUNDO PÓS COVID- 19**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA CAROLINA DE OLIVEIRA CAVALCANTI**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA**

RESUMO:

O mundo vive um momento de profunda transformação. Os efeitos a pandemia vivenciada em 2020 prometem se prolongar por anos, com grande impacto na vida das pessoas. O quadro de desemprego e desigualdade tende a aumentar, ampliando ainda mais a importância de propostas alternativas para a geração de trabalho, renda e cidadania, especialmente para a população que vive em condição de grande vulnerabilidade. Guimarães e Pereira (2015) destacam que " a luta pela sobrevivência esbarra no trabalho ou falta deste, falta esta traduzida na informalidade, que é um limite legal politicamente definido". Na década de 90, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCs surgiram como alternativa de trabalho e renda para um público social e economicamente excluído, que passou a ter acesso a políticas públicas de fomento (Bocayuva, 2002). Este estudo visou investigar a forma como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) lidaram com esse momento de pandemia e as estratégias usadas para a retomada de suas atividades. A proposta foi identificar elementos que possam contribuir para que empreendimentos de natureza similar encontrem caminhos para sua continuidade. A metodologia do trabalho teve caráter exploratório e descritivo, sendo desenvolvida a partir de entrevistas em profundidade com os gestores de 10(dez) empreendimentos investigados. O roteiro da entrevista foi baseado na estrutura do plano de negócios adaptado ao projeto cooperativo para incubação. A abordagem qualitativa permitiu uma melhor compreensão dos aspectos subjetivos intrínsecos ao caso. Anteaq (2004) destaca que fatores como a baixa escolaridade, a precária qualificação, a falta de tecnologia adequada, a resistência a mudanças nas formas de organização do trabalho, dificultam sobremaneira a continuidade desses empreendimentos. Nesta perspectiva, a continuidade dos EES tende a se apresentar como resposta às necessidades de pessoas aliadas do mercado formal de trabalho. A despeito das ações implementadas, a sustentabilidade dos EES é motivo de muita preocupação, tendo em vista os inúmeros desafios que precisam ser vencidos para essa conquista.

BIBLIOGRAFIA: ANTEAG. Autogestão e Economia Solidária: Uma Nova Metodologia. São Paulo, ANTEAG, 2004. BOCAJUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares Coppe/UFRJ. In: GUIMARÃES, G.; PEREIRA, E. R. Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: LEAL, Claudio Figueiredo Coelho et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015. p. 462-472.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4818**

TÍTULO: **SMART LUZ - ANÁLISE DE UM PROJETO DE CIDADES INTELIGENTES PARA O RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **MATHEUS BARBOSA FURTADO**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO:

Num contexto de acelerado processo de inovação tecnológica e redução do Estado de bem-estar social no mundo contemporâneo há um interesse crescente pelos gestores públicos para a adoção de modelos de *smart cities*, como forma aparente de solucionar problemas urbanos. Embora o termo *smart city* careça de uma definição unívoca, documentos oficiais, como a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2019), define-o como um modelo de cidade diversa e justa, conectada e inovadora, segura, economicamente fértil, sustentável, além de inclusiva e acolhedora. Apesar disso, existem estudos que questionam esse modelo urbano e sua capacidade efetiva de promover a sustentabilidade ambiental e econômica, a transparência e a redução das desigualdades urbanas (MOROZOV, 2018).

No Brasil, as parcerias público-privadas (PPP) constituem uma das principais ferramentas utilizadas para a realização de projetos inteligentes. Segundo Antunes (2017), as cidades brasileiras recorrem às PPPs alegando três razões principais: sustentabilidade econômica dos municípios, integração tecnológica e maior velocidade na realização dos projetos. Nesse contexto, projetos inteligentes são justificados pelo poder público para garantir maior sustentabilidade econômica, controle dos gastos e do déficit público, sem deixar de lado investimentos em infraestrutura urbana. Ao mesmo tempo, para acelerar e facilitar o uso dessas parcerias, o setor privado tem feito um esforço significativo para a flexibilização da lei n.º 2.546 que regulamenta as PPPs.

Com o objetivo de avaliar os efeitos socioespaciais de iniciativas de cidades inteligentes, a presente pesquisa tem como objeto empírico o programa Smart Luz, resultado de uma PPP, iniciada em 2020 na cidade do Rio de Janeiro. O programa envolve um investimento de 1.4 bilhões em iluminação pública e conectividade. O objeto da parceria com a Concessionária de Iluminação Pública (SPE S.A) é a subdelegação dos serviços de iluminação pública e autorização para exploração de outros serviços, tais como pontos de wi-fi e câmeras de vigilância, sendo parte significativa com tecnologia de reconhecimento facial.

Para avançar com a discussão relativa aos efeitos socioespaciais na cidade, pretendemos: a) Mapear os atores envolvidos na gestão; b) Avaliar os limites e possibilidades da participação social; c) Mapear a distribuição espacial dos dispositivos tecnológicos. Do ponto de vista metodológico, será realizada uma análise das notícias, documentos oficiais e audiências públicas relativas ao programa, assim como entrevistas com gestores e funcionários da subcontratada. A pesquisa está em sua fase inicial e a principal hipótese de investigação é que não houve participação e controle social no desenvolvimento do programa, assim como na decisão relativa à distribuição e alcance territorial do programa, correndo o risco de exacerbar as desigualdades socioespaciais na cidade carioca.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL, 2019. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes> MOROZOV, E., 2018. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora. Antunes, Vitor. 2017. Parcerias Público- Privadas Para Smart Cities Public-Private Partnerships for Smart Cities]. 2nd ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4822**

TÍTULO: **PANDEMIA E DEFESA: NOTAS METODOLÓGICAS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

AUTOR(ES) : **PEDRO ABRANTES ANTUNES SOARES**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Pandemia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira. O projeto tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa do Brasil (MD) frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Em relação a abordagem, a pesquisa é qualitativa; quanto aos fins a que se destina, a pesquisa é de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico, pois avaliará a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil. A descritiva, relaciona-se com a descrição das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa em apoio à mitigação das consequências advindas da Covid-19, desde a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, quer do ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária e repatriação), quer no ambiente doméstico (demandas da sociedade), assim como a gestão dessa crise e seus reflexos no setor de Defesa, considerando os tomadores de decisão e o processo decisório da instituição. A parte exploratória da pesquisa visa esclarecer as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização do Ministério da Defesa. A pesquisa está organizada em quatro eixos temáticos: o primeiro eixo mapeia a estrutura montada pelo Ministério da Defesa, focando a atuação do seu gabinete de crise e dos comandos conjuntos, ativados no território nacional com o objetivo de apoiar as medidas do governo federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia Covid-19. O segundo eixo analisa as mudanças estruturais e operacionais ocorridas no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas para que estas organizações possam manter os níveis mínimos de operacionalidade e cumprir a missão constitucional de Defesa Externa em tempos de pandemia. O terceiro eixo foca a atuação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no ambiente internacional, quer na repatriação de brasileiros, nos fluxos migratórios e nas questões sanitárias das fronteiras ou no auxílio a outros países. E o quarto eixo propõe uma análise comparada da atuação do Ministério da Defesa brasileiro e outros ministérios congêneres na América do Sul e na Europa, que estão atuando no contexto da pandemia do Covid-19. Compreender como ocorreram e ocorrem as mudanças que têm impactado o setor de defesa brasileiro, nesse contexto de pandemia, é, portanto, o foco da pesquisa. O recorte da pesquisa que apresentaremos terá como foco o processo de coleta, organização e exposição de dados no site montamos para divulgar a pesquisa para a comunidade acadêmica e para o público em geral.

BIBLIOGRAFIA: __. Ministério da Defesa. Operação COVID-19 já envolve mais militares brasileiros que a Segunda Guerra Mundial, Brasília, DF, 28 abr. 2020 b. Disponível em: <<https://operacaocovid19.defesa.gov.br/noticias/noticia/1016-operacao-covid-19-ja-envolve-mais-militares-brasileiros-que-a-segunda-guerra-mundial?highlight=WYjmZWlIXQ=>>. Acesso em: 14 maio. 2020. BRECHER, Michael. WILKENFELD, Jonathan. A study of crisis. University of Michigan Press, 2000. MARQUES, Adriana A. El Ministerio de Defensa en Brasil: Limitaciones y perspectivas. Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, Santiago de Chile, v. 18, n.18, p. 27-51, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4825**

TÍTULO: **TRANSPARÊNCIA ATIVA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE**

AUTOR(ES) : **FERNANDA TORRES OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **PAULO RICARDO DA COSTA REIS**

RESUMO:

A Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei 12.527/11) estabeleceu que os órgãos e entidades da administração pública devem garantir a publicidade dos seus atos, sendo obrigatória a disponibilização dessas informações em sites oficiais na internet em todos os municípios com mais de 10 mil habitantes. Diante desse contexto, o presente trabalho visa analisar a transparência ativa nas contratações públicas realizadas pelos municípios da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Especificamente, buscou-se avaliar a funcionalidade dos portais eletrônicos desses municípios como fonte de acesso à informação (transparência ativa) que poderá contribuir para um efetivo controle social das compras públicas. A metodologia adotada caracteriza-se como descritiva ao retratar a situação da divulgação das compras públicas nos portais eletrônicos dos governos municipais a partir de uma análise qualitativa das informações disponibilizadas pelas administrações. Entre as informações pesquisadas, considerou-se aquelas exigidas pela LAI, mais especificamente, a publicidade dos editais de licitação, dos resultados dos certames e dos contratos celebrados. Embora estes documentos sejam importantes para identificar os resultados do processo de contratação (transparência de eventos) até a assinatura do contrato, eles não oferecem informações precisas sobre o que ocorreu durante a entrega do bem, serviço ou obra pela contratada, isto é, durante a execução contratual. Diante desse contexto, outras informações, como termos aditivos, sanções aplicadas, designações de fiscais e gestores do contrato e termo de encerramento/rescisão, foram incluídas na pesquisa. Como resultado, verificou-se que os portais eletrônicos pesquisados, em geral, propiciam a transparência das compras governamentais, ao menos com a disponibilização dos documentos exigidos pela LAI (Edital, Resultado da licitação e Contrato). Também foi possível observar a alguns portais apresentaram funcionalidades e layout quase idênticos, como em Mesquita e Belford Roxo. Para além do que é exigência legal, verificou-se que todos os portais apresentaram desempenho insatisfatório, sendo que nenhum município disponibilizou integralmente as informações sobre a execução e conclusão do contrato. Dessa forma, conclui-se que embora os municípios busquem disponibilizar as informações exigidas pela LAI nos seus portais, essas informações não oferecem acesso com precisão e facilidade a todos os atos e resultados decorrentes da contratação, especialmente, para aqueles que ocorrem após a assinatura do contrato, ou seja, durante a prestação dos serviços contratados. Diante desse contexto, assim como no estudo de Oliveira e Rodrigues (2017) que analisou os portais de 26 capitais brasileiras, constatou-se que uma lacuna na transparência ativa das contratações públicas dos municípios da Baixada Fluminense.

BIBLIOGRAFIA: OLIVEIRA, Marina Gandra Camargo de Barros; RODRIGUES, Karina Furtado. Transparência em compras públicas no âmbito local no Brasil. In: MOHALLEM, Michael Freitas; RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. Diagnóstico Institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção, Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2017. P. 95-124.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4831**

TÍTULO: **AÇÕES CULTURAIS DE INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO**

AUTOR(ES) : **LETÍCIA ABREU PAIXÃO, JÚLIA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **WALDELICE MARIA SILVA DE SOUZA, THAIS DE SOUZA ANDRADE**

RESUMO:

A Coordenação de Atividades Culturais do CCJE se estrutura em planos de ação que orientam as atividades realizadas. São eles: 1. Plano de Consolidação da Coordenação; 2. Plano de Integração das Ações Culturais no âmbito do CCJE; 3. Plano de Articulação entre as Práticas Culturais do CCJE, as realizadas em outros Centros e as ações indicadas pelos órgãos diretivos da UFRJ; 4. Plano de Avaliação; 5. Plano de Circunscrição de Público; e 6. Plano de Divulgação. Neste trabalho serão apresentadas algumas atividades produzidas ou ainda em produção pelas bolsistas da Coordenação e pela Coordenadora das Atividades Culturais do CCJE durante o ano de 2021, circunscritas pelos planos 2 e 3: os Parangolés da Cultura na Universidade de 2021, a segunda edição do Das Ibéricas e a exposição da reprodução da peça "Embarcação com Índios", de Carybé.

Os Parangolés da Cultura na Universidade são colóquios que promovem o debate da cultura e sua relação com os diversos temas oportunos às unidades do CCJE. Esses colóquios são construídos em conjunto com as unidades, que indicam convidados e se fazem representar na mediação do debate.

O Das Ibéricas é uma ação que integra universidades brasileiras e da Península Ibérica através da prática cultural. Em sua segunda edição "Na voz do violão, um grito a favor da vida", se apresenta em formato online a partir da exibição de vídeos submetidos por violonistas inscritos no evento.

A exposição Carybé é uma parceria com a FUNARJ e o Museu do Ingá. O projeto prevê um seminário sobre Arte Plástica Pública como contrapartida e em sua produção envolve outras unidades e órgãos da UFRJ, além do próprio CCJE.

A exposição deste trabalho é resultado da execução destas ações culturais, que enfrentam desafios como a falta de recursos e equipamentos e a emergência sanitária decorrente da pandemia do COVID-19. Ainda assim, a partir do desenvolvimento dessas atividades, espera-se avançar na integração do Centro com suas unidades e na articulação entre as ações culturais do CCJE e outros centros e órgãos da UFRJ e instituições externas.

BIBLIOGRAFIA: <https://ccje.ufrj.br/atividades-culturais/>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4840**

TÍTULO: **ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE: O JUDICIÁRIO E A DISPUTA DE SENTIDOS DA REFORMA AGRÁRIA**

AUTOR(ES) : **FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

Desenvolvido no âmbito do grupo de Pesquisa "Mapeando a Reforma Agrária no Rio de Janeiro - Uma análise da atuação do Judiciário e do INCRA", com base nos referenciais teóricos trabalhados no grupo, o presente trabalho discute a construção do assentamento rural Novo Horizonte e as disputas judiciais e de significado que marcam este processo. A década de 80 em Campos dos Goytacazes foi marcada pela falência em série das Usinas açucareiras, cujo negócio atingiu o auge na década anterior, com o programa PROALCOOL. Nesse contexto ocorreu a falência da Usina Novo Horizonte, dando ensejo à crescente organização dos trabalhadores rurais da Usina, a indicação do complexo de fazendas como de interesse social para Reforma Agrária e a consequente proposição de ação desapropriatória pelo INCRA em 1987. Utilizando como metodologia a revisão bibliográfica e pesquisa empírica com análise nos autos do processo de desapropriação, busca-se contrapor as trajetórias do assentamento a partir dos depoimentos dos próprios trabalhadores rurais presentes na literatura sobre o tema e as idas e vindas que acompanham o processo judicial - que se arrasta há mais de trinta anos-, para entender as disputas de poder e de significados em torno do assentamento Novo Horizonte. De forma mais ampla, pensar como o conflito entre assentados e proprietários foi recepcionado pelo Poder Judiciário, e a relação que a experiência do Novo Horizonte guarda com o projeto de Reforma Agrária como um todo.

BIBLIOGRAFIA: NEVES, Delma Pessanha. Do Imbé, Novos Horizontes: processo de construção de um assentamento rural. Intertexto. Niterói: 2004. PINHEIRO, Francine Damasceno. Poder judiciário e reforma agrária: uma reflexão a partir dos conflitos no Norte Fluminense [Dissertação] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral do Estado e do Direito da Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4849**

TITULO: **A GRANDE DIVERGÊNCIA: FABULAÇÃO DO MODELO EUROPEU**

AUTOR(ES) : **PEDRO ABRANTES ANTUNES SOARES**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO,EDUARDO ALBERTO CRESPO**

RESUMO:

O debate entre historiadores, sobre as transformações estruturais que resultaram em um afastamento das nações ocidentais das orientais durante o século XIX, ficou conhecido como Grande Divergência (GD). Esse debate, iniciado há 20 anos, mobiliza perspectivas alternativas às interpretações tradicionais de caráter eurocêntrico. De acordo com Robison (2004), as correntes tradicionais sustentam que o sucesso europeu, protagonizado pelo modelo de desenvolvimento inglês, deu-se por uma série de transformações das instituições políticas, econômicas e sociais que começaram no século XVII e resultaram, ao final do século XVIII, na Revolução Industrial. Dos pilares que serviram como base para o desenvolvimento do capital industrial inglês, destacam-se as premissas da propriedade privada, do mercado autorregulado, do livre comércio e das liberdades civis. Estas e outras Instituições são entendidas como fatores determinantes para o que se considera o sucesso europeu, em detrimento do fracasso asiático. Essa concepção no debate da Grande Divergência, contudo, não é unânime e vêm sendo contestada por estudiosos da California School quanto à excepcionalidade do modelo europeu. O principal apontamento é de que os Estados asiáticos contavam com instituições tão sofisticadas quanto às europeias - guardadas, naturalmente, as particularidades de cada civilização - de modo que o não surgimento das indústrias nessas regiões não poderia ser explicado por tais razões (PARTHASARATHI, 2011). Considerando que ideias hegemônicas e dialéticas endógenas devem ser sempre revistas, nosso estudo objetiva identificar visões críticas à fabulação do progresso inglês, com base em explicações sobre o papel do comércio internacional e da revolução energética. Para tanto, mobilizamos as contribuições de três autores de correntes críticas - Kenneth Pomeranz, Gunder Frank e Jack A Goldstone - que refutam a fabulação tradicional sobre o funcionamento de impérios e economias asiáticas. A seleção de suas ideias constituem nossa amostra para análise do desmonte das teses associadas a um excepcionalismo europeu. Esperamos, com a pesquisa, reforçar a relevância de estudos cujas teses não se limitem à comparação institucional entre as civilizações ocidentais e as orientais, para explicar a guinada europeia em direção à industrialização.

BIBLIOGRAFIA: POMERANZ, Kenneth et al. A grande divergência: a China, a Europa ea construção da economia mundial moderna. Edições70, 2013. GOLDSTONE, Jack A. Why Europe? The rise of the West in world history 1500-1850. McGraw-Hill Higher Education, 2009. FRANK, Andre Gunder. ReOrient: Global economy in the Asian age. Univ of California Press, 1998. PARTHASARATHI, Prasannan. Why Europe grew rich and Asia did not: Global economic divergence, 1600-1850. Cambridge University Press, 2011. FRANK, Andre Gunder. ReOrient: Global economy in the Asian age. Univ of California Press, 1998.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Exposição Artística**

ARTIGO: **4890**

TITULO: **ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY: A ARTE COMO INSTRUMENTO PARA DIZER O DIREITO**

AUTOR(ES) : **ESTELA PEREIRA ALVES DO VALE,MARIANA CAMPELLO DO RÊGO VALENÇA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

A presente exposição artística tem por objeto retratar a história de luta e resistência do Assentamento Irmã Dorothy, localizado no município de Quatis, através de uma HQ (História em Quadrinho) lúdica e autoral. O processo de construção do Irmã Dorothy começa ainda no fim de 2004, quando o INCRA começa a verificar se a Fazenda da Pedra, apontada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barra Mansa e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), era um latifúndio improdutivo. Nesse sentido, a utilização dos recursos visuais tem como intuito ilustrar a construção desse assentamento de maneira descomplicada e sem expressões típicas do meio jurídico que possam dificultar o entendimento das famílias acampadas e, consequentemente, a organização popular. O direito como ciência não pode e nem deve se estender apenas aos muros da academia, impedindo diálogo e construções com aqueles que mais necessitam de auxílio jurídico. Conectar arte e saber jurídico é uma forma acessível e importante para toda a população distante do meio jurídico formal e engessado, motivo pelo qual o presente projeto foi desenvolvido e pensado. Além de uma bela homenagem a todos os acampados no Irmã Dorothy, o presente trabalho é um instrumento de comunicação que permitirá, através das artes, apresentar alguns aspectos da luta pela Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, trazendo visibilidade à luta popular e podendo, inclusive, contribuir para a desconstrução de alguns preconceitos e idiosincrasias existentes em relação aos movimentos sociais. Para atingir tais propósitos, foram utilizados dados fornecidos pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da UFRJ, o NAJUP Luiza Mahin, a fim de que a história contada pudesse ser verossímil à realidade do Assentamento Irmã Dorothy enquanto que na produção gráfica foram utilizados alguns aplicativos de ilustração como Illustrator, Procreate, e outros. Nesse sentido, as Autoras trabalharam de forma conjunta para produzir roteiro adequado ao propósito do trabalho bem como formulando as imagens ilustradas e digitais em consonância à história a ser contada. Por fim, os resultados esperados são a entrega do projeto às famílias do Irmã Dorothy para que tal possa ser utilizado estrategicamente como meio de divulgação da luta popular pela Reforma Agrária que eles têm desenvolvido, além de uma forma de auxiliar e democratizar o entendimento jurídico no que tange o processo de desapropriação de terras à todos.

BIBLIOGRAFIA: "A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do judiciário fluminense" - Artigo coletivo produzido pelo grupo de pesquisa "Mapeando a Reforma Agrária no Rio de Janeiro: uma análise da atuação Judiciário e do INCRA. Publicado na Revista da Praia Vermelha

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4892**

TÍTULO: **COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS DURANTE A PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **LEANDRO MAROTTA LAMIM**

ORIENTADOR(ES): **ZAINA SAID EL HAJJ**

RESUMO:

Trata-se de estudo sobre Combinação de Negócios/*Business Combinations*, termo contábil ou Fusões e Aquisições (F&A) / *Mergers and Acquisitions* (M&A), termo econômico, realizadas no país e aborda o tratamento contábil dos investimentos societários permanentes e as reorganizações societárias por meio das demonstrações contábeis consolidadas referente às transações envolvendo empresas brasileiras de capital aberto efetuadas no período de 2019 até 2021.

O estudo pretende corroborar com a análise de conteúdo das empresas abertas não financeiras que realizaram F&A e verificar a evolução por setor econômico.

O tema se refere às Finanças Corporativas e Contabilidade Societária (CPC 15, 2014; IFRS 3, 2020) representando um esforço no desenvolvimento de harmonização das normas financeiras e contábeis.

A metodologia partiu de um levantamento das transações de F&A pela Bloomberg Professional®. Após, foi feito o *download* do *site* com as F&A de todos os setores de forma cronológica em 2019 - ano base para fins comparativos - e o período de 2020 e 2021. Selecionamos dados de empresas de capital aberto para acessar as demonstrações contábeis e os fatos relevantes. Depois, classificamos as empresas por setor econômico, conforme B3. Assim, realizaremos análise de conteúdo para aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação, o entendimento sobre o objeto de estudo e esclarecer os dados quantitativos (CÂMARA, 2013). As conclusões serão extraídas pelo método dedutivo, apresentando as F&A por volume e setor econômico.

Por meio dos estudos de HAJJ (2020) e KPMG (2021) espera-se analisar o número de transações de F&A no país desde 1994 até o primeiro semestre de 2021. E trabalhar o banco de dados com o refinamento das informações a fim de consolidar o volume de negócios e de operações de combinação de negócios no período entre 2019 e 2021 e verificar se houve concentração de mercado em algum setor econômico.

Como resultados parciais, foi possível analisar o número de transações de M&A no país desde 1994 até o primeiro semestre de 2021 por meio dos estudos de HAJJ (2020) e KPMG (2021).

Espera-se trabalhar o banco de dados com o refinamento das informações a fim de consolidar o volume de negócios e de operações de combinação de negócios no período entre 2020 e 2021, comparar com o ano 2019 e verificar se houve concentração de mercado em algum setor econômico.

A título de considerações parciais, pode-se constatar que as M&A são relevantes pois envolvem vultuosos recursos econômicos e estratégias de crescimento das empresas. Ademais, em que pese os impactos causados pela pandemia, em 2020 surpreendentemente apresentou um volume recorde de F&A na série histórica com 286 transações e, em 2021 segue a mesma tendência com 375.

BIBLIOGRAFIA: CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia vol.6, n.2, Belo Horizonte, jul. 2013, 179-191. HAJJ, Z. S. E. Fusões & Aquisições Durante a Pandemia. In: ENANPAD 2020. Rio de Janeiro, 2020. KPMG. Fusões & Aquisições no Brasil. Relatório. São Paulo, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4907**

TÍTULO: **MOBILIDADE DA POLÍTICA URBANA: REFLEXÕES SOBRE A AGENDA NACIONAL PARA CIDADES INTELIGENTES**

AUTOR(ES) : **ALEXANDRE HENRIQUE NUNES DA SILVA ALMEIDA, TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO:

A presente pesquisa tem como tema a produção discursiva sobre cidades inteligentes no Brasil, a partir do contexto das recentes articulações para a implementação de um novo modelo de gestão e planejamento urbano em nível nacional, que tem como principais iniciativas a Carta Brasileira Para Cidades Inteligentes (BRASIL, 2020) e a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI).

Seguindo o arcabouço teórico da mobilidade das políticas públicas, queremos compreender se a agenda urbana *smart* circula globalmente não apenas enquanto imitação de projetos e práticas de governança, mas também como um "complexo processo de adaptação e reprodução" (PECK; THEODORE, 2010 apud CRIVELLO, 2015, p. 909). A vista disso, tem-se como objeto de análise o discurso apresentado em nível federal na Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.

Como escolha metodológica optamos pela análise discursiva da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e da *Smart City Charta*, documento de mesmo teor produzido pelo governo alemão e que inspirou a elaboração da carta brasileira. A análise comparativa entre os dois documentos possibilita explicar a concepção de cidade inteligente segundo suas semelhanças e divergências. Para tanto utilizamos dois softwares de análise de texto, um com uma abordagem mais qualitativa e o outro quantitativa. O uso do software AntConc permitiu mapear os termos mais frequentes e que coocorrem com os termos "cidade inteligente" e "cidades inteligentes". Esses foram classificados utilizando as categorias que definem as principais dimensões de modelos urbanos inteligentes (Economia; Governança; Infraestrutura e serviços; Inovação; Internacional; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Planejamento urbano; Sociedade; Tecnologia Digital).

Com o suporte do Atlas TI, um software de análise de dados qualitativos (computer assisted qualitative data analysis software - CAQDAS), examinamos os documentos a fim de qualificar discursivamente os termos e categorias identificadas com o AntConc. Em outras palavras, buscamos compreender os signos e significados que permeiam os discursos expressos na Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e na *Smart City Charta*, identificando se a maneira como eles são acionados caminham, ou não, para uma convergência.

O resultado parcial revela que na Carta Brasileira a categoria mais relacionada às cidades inteligentes vai ao encontro com o discurso global de cidades inteligentes, revelando um processo de transferência de política. Além disso, vemos que os discursos são guiados por uma agenda de transformação digital, que por vezes deixam em segundo plano questões de cunho social, colocando em questão se as resoluções propostas podem ampliar as desigualdades sociais do país.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020 HOLLANDS, Robert G. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial?. City, v. 12, n. 3, p. 303-320, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4929**

TÍTULO: **DEMANDAS PUNITIVAS NA PROMOÇÃO DE DIREITOS: UM ESTUDO CRIMINOLÓGICO DA REAÇÃO SOCIAL**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ MEIRELLES NOCITO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

Trata-se de um projeto de iniciação científica inserido em um projeto maior de pesquisa, intitulado "Para além do sistema de direito criminal? Movimentos progressistas e novas estratégias punitivas", sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier. A presente pesquisa tem por objetivo principal trabalhar, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, o paradoxo das demandas punitivas na promoção de direitos e a sua relação com o direito criminal. Dentro deste grande projeto, minha participação se propõe a investigar, a partir de uma abordagem teórica, em que medida a noção de vigilância lateral (Andrejevic, 2004) nos auxilia na compreensão dos fenômenos que provisoriamente temos chamado de "linchamentos virtuais", um conceito que ainda se encontra em fase de construção.

Busca-se analisar, a partir do exame da literatura sobre vigilância horizontal, de que maneira se comporta esta nova forma de vigilância por pares - "peer-to-peer monitoring" (Andrejevic, 2004), que tanto se difere das concepções clássicas de vigilância, e qual é a sua influência na construção do fenômeno estudado no espectro maior do projeto de pesquisa - tendo por base uma perspectiva criminológica. Pretende-se, nesse sentido, selecionar casos concretos em que seja possível ilustrar o funcionamento desta aparelhagem conceitual, assim como discriminar quais são os seus limites explicativos no que tange à compreensão das demandas punitivas em questão. É provável que, até o final do primeiro semestre do ano de 2022, sejam alcançados resultados preliminares.

BIBLIOGRAFIA: ALBRECHTSLUND, Anders. Online social networking as participatory surveillance. First Monday, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em: >https://www.researchgate.net/publication/220166794_Online_Social_Networking_as_Participatory_Surveillance<. ANDREJEVIC, Mark. The discipline of watching: detection, risk and lateral surveillance. Critical Studies in Media Communication, v. 23, n. 5, p. 391-407, 2006. ANDREJEVIC, Mark. The work of watching one another: lateral surveillance, risk and governance. Surveillance & Society, v. 2, n. 4, 2004. Disponível em: ><https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/3359/3322><

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4938**

TÍTULO: **MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA ESCOLAR: O USO DAS DATAS COMEMORATIVAS**

AUTOR(ES) : **CRISTINA VIANA SMITH**

ORIENTADOR(ES): **TATYANNE FERREIRA**

RESUMO:

Este trabalho tem o intuito de fazer uma reflexão sobre a utilização das datas comemorativas como uma atividade de mediação da informação na Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp/UFRJ). A utilização das datas comemorativas possibilita atender as necessidades informacionais dos alunos e otimizar o tempo de busca de uma informação sobre um determinado assunto. Deste modo, essa pesquisa tem como objetivo ressaltar a importância da criação de listas de sugestões de leituras de livros paradidáticos e de literatura com base nas datas comemorativas. Além disso, destaca que esse tipo de ação visa colaborar no processo de aprendizagem dos alunos por meio da divulgação de informações sócio-culturais e históricas relacionadas às datas comemoradas. Neste sentido, esse trabalho aborda o uso das datas comemorativas como fonte de informação dando destaque à fidedignidade desse conteúdo que o bibliotecário disponibiliza para seus usuários. Assim sendo, Almeida Júnior (2008, p. 46) defende que a mediação da informação é "toda ação de interferência, realizada pelo profissional da informação, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional". A metodologia desse trabalho consiste na pesquisa bibliográfica que conforme Marconi e Lakatos (2017, p.199) "abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos, impressos ou eletrônicos, [...]". Deste modo, possibilitou fazer o levantamento de informações sobre biblioteca escolar, mediação da informação, datas comemorativas, livros paradidáticos e literatura. Devido à pandemia não foi possível dar continuidade as atividades práticas. Contudo, utilizamos as redes sociais da biblioteca para interagir e compartilhar informações relevantes para seus usuários. Em relação aos resultados, a divulgação das datas comemorativas e das listas do acervo bibliográfico de paradidáticos e literários categorizados por temas da biblioteca do CAp/UFRJ contribui na valorização e conscientização de temas importantes. Desta maneira, verificamos a eficácia de divulgar o acervo e disseminar informações sobre um determinado assunto para a comunidade escolar e demais usuários nas redes sociais da biblioteca.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALETIM, Marta Lúcia Pomim. (Org.). Gestão da informação e do conhecimento. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2020. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8 ed. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **4968**

TÍTULO: **CANAL DE ISTAMBUL**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ DA CUNHA ALVES**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

Em 26 de junho de 2021, a Turquia iniciou as obras de construção de um novo canal de travessia entre os Mares Negro e de Mármara, reforçando, na prática, a passagem do Mar Negro ao Mediterrâneo. Trata-se de um projeto de infraestrutura de 45 quilômetros, com previsão de término em sete anos. Denominado de Canal de Istambul, este se localiza paralelamente ao Estreito de Bósforo que, em conjunto com o Estreito de Dardanelos, já permitem a passagem entre os Mares Mediterrâneo e Negro, delimitando uma das mais importantes fronteiras entre a Europa e Ásia, mais especificamente com o Oriente Médio.

As razões para a sua construção têm suscitado inúmeros debates, sobretudo porque atualmente não se observa um estrangulamento na passagem natural pelos Estreitos de Bósforo e Dardanelos. O presente trabalho tem como objetivo explorar as razões do atual governo turco para a construção da nova hidrovia, qual o seu sentido geopolítico e o que ela representa como um todo.

Ademais, a fim de enriquecer a pesquisa, procura-se investigar as possíveis implicações que o projeto traz para o plano internacional concernente aos âmbitos comerciais, políticos e geoestratégicos na conjuntura da política externa da Turquia em relação aos demais atores internacionais. A hipótese do trabalho debruça-se ao atual presidente do Estado turco, Recep Tayyip Erdogan, e suas intenções a respeito da criação e do controle de um "Bósforo 2.0", visando jogar com a rivalidade entre Estados Unidos e Rússia a fim de obter contrapartidas vantajosas em conformidade com os seus interesses e posicionamento dúbio entre ocidente e oriente.

Para tanto, a proposta deste trabalho parte de uma visão realista sobre as relações internacionais, empreendendo uma análise com base no raciocínio geoestratégico e geopolítico presentes nos Estados do sistema internacional. Em termos metodológicos, a pesquisa inicia-se com um estudo de como as rivalidades EUA e RU se manifestaram na região, em um segundo momento é conduzido uma abordagem sobre a Turquia em si, uma vez que essa faz parte da OTAN, e, por fim, como resultado, espera-se explorar a questão da elaboração do canal e, sobretudo, seu significado à luz do tratado que vem regendo a passagem pelos estreitos Dardanelos e Bósforo desde 1936.

BIBLIOGRAFIA: HAMMOURA, Joe. Istanbul Canal: A Megaproject with Strategic Implications. The Armenian Weekly, Watertown June 16, 2021. Disponível em: <https://armenianweekly.com/2021/06/16/istanbul-canal-a-megaproject-with-strategic-implications/>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **5005**

TÍTULO: **TRANSIÇÕES POLÍTICAS RUSSAS NO SÉCULO XXI ANALISADAS INTERNA E EXTERNAMENTE: CAPACIDADE DE PRODUZIR FORÇA E INFLUÊNCIAS ATRAVÉS DO SOFT POWER**

AUTOR(ES) : **TALES PERINETTI ALVES MARTINS,DANIEL HENRIQUE LOURENÇO PEREIRA,MARINA ROCHA DA COSTA ALVES**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDO LUZ BRANCOLI**

RESUMO:

Desde a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Rússia, foram promovidas, internamente, diversas transformações sociais e políticas, as quais apresentam-se, atualmente, de forma notória na cultura nacional. Ademais, verifica-se, também, que tais mudanças refletiram significativamente na projeção internacional do país sobre a sua região tradicional de influência.

Com efeito, o país tem demonstrado grandes esforços para reconstruir seus pilares tradicionais, os quais foram abalados ou afastados durante o período soviético. Assim, a identidade nacional russa tem sido fortalecida nas últimas duas décadas, vide o ressurgimento do sentimento nacionalista e conservador, além do restabelecimento do país no cenário político internacional, demonstrado pela sua condição de potência emergente. Todavia, salientam-se algumas contradições e obstáculos na reinserção russa da arena global: primeiramente, sua tradicional influência não se sobrepõe mais de forma incontestada sobre o Leste Europeu e Ásia, pois outros atores passaram a ocupar o vácuo de poder ocasionado pela queda da URSS. Nesse sentido, o Kremlin deve, hoje, atuar por outros meios de modo a projetar-se sobre demais países, empregando, substancialmente, o conceito de *soft power*, definido teoricamente pelo pensador neoliberal Joseph Nye.

Efetivamente, verifica-se a deste poder brando através da oferta de seu recurso energético essencial para a produção industrial contemporânea: o gás natural. Desta maneira, observa-se que a Rússia utiliza de seu poder de mercado proveniente do controle da produção deste bem fundamental para propagar seus incentivos na política internacional. Assim sendo, este trabalho almeja analisar as manifestações do *soft power* russo nos últimos vinte anos e como este foi aliado à demonstração tradicional de *hard power*, materializado em sua capacidade militar e tecnológica - com destaque para os acordos de gasodutos à países europeus e seu impacto sobre a agenda verde da Europa, pauta que ocupa os holofotes da política internacional. Para isso, serão citados artigos de especialistas e também reportagens elucidando os acontecimentos rotineiros desta transição.

BIBLIOGRAFIA: MOROZOVA, Natalia. Geopolitics, Eurasianism and Russian Foreign Policy Under Putin. Budapeste, 11 nov. 2009. DOI 10.1080/14650040903141349. ROBERTS, Kari. Understanding Putin: The politics of identity and geopolitics in Russian foreign policy discourse. International Journal , Alberta, Canadá, 16 fev. 2017. DOI 10.1177/0020702017692609. KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and Interdependence: World Politics in Transition. Boston: Little Brown, 1977.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5046**

TÍTULO: **PERSPECTIVAS DO ACORDO COMERCIAL MERCOSUL-UE PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA**

AUTOR(ES) : **BRUNA CAMPOS MENDES**

ORIENTADOR(ES): **MARTA CASTILHO**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do Acordo comercial Mercosul-União Europeia para a indústria brasileira do ponto de vista de sua posição no comércio internacional. Para tal, será avaliada brevemente a trajetória do comércio entre os dois parceiros nos últimos anos. Em seguida, será feita uma avaliação dos principais produtos que serão potencialmente afetados pelo acordo, que pode ter impactos significativos sobre a indústria local. Nesse sentido, há de se avaliar quais são os produtos com potencial de crescimento das exportações para o mercado europeu. Ao final do estudo, é esperado que se identifique quais são os possíveis ganhos e ameaças decorrentes da liberalização comercial engendrada pelo acordo com a UE. É esperada um crescimento das importações de bens manufaturados de indústrias europeias mais sofisticadas devido à redução das tarifas brasileiras, que são relativamente elevadas. Isso pode ter impactos significativos sobre a indústria local. Por outro lado, há de se avaliar quais são os produtos com potencial de crescimento das exportações para o mercado europeu. Deve-se considerar que o Brasil exporta um grande volume de produtos de origem agrícola e mineral e, em menor medida, alguns produtos manufaturados mais sofisticados. Além disso, a proteção na entrada do mercado europeu é inferior àquela imposta na entrada do mercado do Mercosul. A discussão dos resultados deverá considerar ainda outros elementos como as características do acordo e a situação da indústria brasileira. A metodologia consiste em identificar os produtos com potencial de comércio a partir das informações acerca do comércio atual do Brasil e da UE e das barreiras comerciais existentes. Grosso modo, as oportunidades para o Brasil são aquelas em que a participação brasileira no mercado europeu é baixa e há complementariedade comercial entre Brasil e EU. Caso as barreiras comerciais para esses produtos sejam significativas, o acordo poderá possibilitar um aumento das exportações brasileiras para a UE.

Este trabalho será desenvolvido por mim e pela minha orientadora. Utilizando a metodologia mencionada acima, eu calcularei os indicadores que serão utilizados na discussão das perspectivas do acordo comercial UE-Mercosul.

BIBLIOGRAFIA: Os dados são retirados das bases de dados da Comtrade/UN e do TRAINS/Unctad, ambas disponíveis no portal WITS do Banco Mundial.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5053**

TÍTULO: **RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E RÚSSIA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO: ESTUDO DA COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA**

AUTOR(ES) : **YURI DE OLIVEIRA DIAS**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

A pesquisa orienta-se pela situação das relações bilaterais entre Brasil e Rússia durante o governo de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, a mesma é guiada por uma questão central: o mal aproveitamento na parceria estratégica russo-brasileira diante das mudanças em curso na política externa brasileira.

O recorte alude às relações bilaterais entre Brasil e Rússia no campo da segurança, analisando principalmente o período de mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, enfatizando as interações pouco exploradas nesse campo pelo atual governo brasileiro em relação ao histórico dos dois países. Desse modo, a pesquisa avalia os benefícios que são desvirtuados por tal conjuntura.

A hipótese levantada pelo trabalho compreende o mal aproveitamento das relações russo-brasileiras no campo da segurança como fruto da orientação diplomática do governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, é pressuposto um estreito alinhamento da gestão do atual presidente com os EUA, que, de forma pouco moderada, se afasta de demais potências que tornaram-se aliados estratégicos no início do século XXI. Além disso, também é estimado que esse afastamento fica implícito ao analisar governos anteriores.

Além disso, o presente trabalho orienta-se por um método misto de quantificação e interpretação, em virtude disso, mesmo que haja o reconhecimento sobre a base material, também será uma questão central interpretar os dados coletados. A natureza da pesquisa é de caráter descritivo-explicativo, portanto, será apresentada a retrospectiva das relações russo-brasileiras, explanando o enfraquecimento dessas interações no recorte de tempo. Para isso, serão analisados os materiais históricos disponibilizados pelas plataformas diplomáticas. Ademais, será realizado um levantamento bibliográfico de livros e artigos acadêmicos que destacam as relações bilaterais entre Brasil e Rússia, com objetivo de reforçar as narrativas que cercam a atual situação dessa parceria. Por fim, também serão trabalhados, por meio de fontes jornalísticas de política internacional e podcasts, os posicionamentos oficiais chaves do governo de Jair Bolsonaro no que tange à Rússia.

O marco teórico é o de *Análise de Política Externa*. Nessa ótica, é compreensível um fator chave para a análise da política internacional: a importância da composição do processo de decisões na agenda da política externa. A atenção ao estudo é reconhecida tanto no ambiente internacional, quanto no doméstico, compreendendo também a pluralidade dos elementos que fazem parte do processo decisório (Figueira, 2011).

Outrossim, a base trazida sobre os conceitos de Input e Output também guiam a ótica do trabalho em questão, na medida em que oferecem um espaço de análise da ação no campo da política externa. Nesse sentido, o trabalho de Margaret e Charles Hermann, no que tange à leitura das unidades de análise para a tomada de decisão, será também de extrema valia para o estudo.

BIBLIOGRAFIA: NUMAIR, Eliane. Brasil e Rússia: do confronto ideológico à parceria estratégica. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v.1, n.7, Curitiba, 2009, p.123-148. BACIGALUPO, Graciela Zubelzú. As relações russo-brasileiras no pós Guerra Fria. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.42, Brasília, 2000, p.59-86. FIGUEIRA, Ariane Roder. *Análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5066**

TÍTULO: **RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-EUA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS QUASE ÚLTIMOS 20 ANOS DE GOVERNO BRASILEIRO NA "LUTA ANTICORRUPÇÃO"**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA DOS SANTOS MARTINS QUEIROZ**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A corrupção é tema recorrente no Brasil e no exterior. No cenário doméstico, dois lados do espectro político se enfrentam sob a égide da luta anticorrupção. Na política internacional, o tema aparece em Tratados e nas práticas de cooperação internacional. Interesses políticos e econômicos dos Estados e dos grupos sociais que os integram perpassam a corrupção, classificada como um crime organizado transnacional, como os demais assuntos classificados como um crime organizado transnacional. Envolve ainda as relações de poder no sistema internacional, submetido à lógica dicotômica "conflito-cooperação" que o envolve.

Neste estudo de caso analisaremos a cooperação internacional na área de Justiça entre Brasil-EUA, ao longo dos quase 20 anos. No país, esse período corresponde aos governos Lula (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e ao Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-). Nos EUA, este recorte temporal diz respeito aos governos George W. Bush (2001-2009), Barack Obama (2009-2017), Donald Trump (2017-2021) e ao recente Joe Biden (2021-). Busca-se determinar diferenças e semelhanças desta constante cooperação e sua relação com a orientação política do governo da situação em cada país. A orientação política de um governo é sempre determinante, ou há outros elementos nos recortes temporal e temático desta pesquisa? Parte-se da premissa de que estas relações bilaterais foram construídas por discursos que dependem dos interesses de cada agente internacional envolvido e que essa interdependência e cooperação entre os Estados não é politicamente neutra, nem sempre benéfica para ambos. Pretende-se ainda, por meio de eventos e/ou documentos, mapear e apresentar decisões "não-técnicas" tomadas por governos americanos. Orientadas por predisposições político-ideológicas, elas são, na verdade, uma política de Estado, mais do que uma política de governo. Quanto ao marco teórico, a pesquisa se servirá da síntese neo-neo, para compreender os limites da cooperação internacional e as possibilidades de superação do conflito, e do construtivismo, ao apresentar discursos dos líderes americanos que demonstram sua tendência de fazer valer seus interesses.

Dentre os eventos e documentos que serão usados como material de análise estão: o discurso de combate à corrupção nos governos do PT e de Bolsonaro; a inimizabilidade do governo Temer; a Operação Lava Jato (2014-2021); as medidas de cooperação jurídica internacional em matéria penal entre ambos os países; a constante ação de agências americanas no Brasil, como a Polícia Federal americana (FBI, na sigla em inglês), o Departamento de Justiça e o Departamento de Estado, em quase duas décadas de cooperação bilateral. Este material será coletado por meio da investigação sistemática de notícias, em jornais e revistas, e artigos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA: KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. "Power and Interdependence". *Survival*, vol 15, n. 4, 1973b, pp. 158-165. ONUF, Nicholas Greenwood. *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press. 1989. VIDAL, Camila Feix. BANZATTO, Arthur. *Operação Lava-Jato e a atuação dos Estados Unidos*. OPEU. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2021/06/08/operacao-lava-jato-e-a-atuacao-dos-estados-unidos/>>. Acesso em: 19 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5075**

TÍTULO: **AS CONTRIBUIÇÕES DA INICIATIVA COVID-19 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA A SOCIEDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO VOLUNTÁRIO EM UM PROJETO DO CAMPO DA SAÚDE**

AUTOR(ES) : **MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO:

Este trabalho aborda o relato de experiência vivenciado a partir do serviço voluntário, ao longo de 2020 até o primeiro semestre de 2021, na integração ao projeto COVID-19 Divulgação Científica, uma iniciativa do Instituto Nacional de Comunicação da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). COVID-19 Divulgação Científica é um projeto de divulgação científica criado com o objetivo de promover e disseminar informações científicas pelas redes sociais digitais do Facebook, Instagram, Twitter e YouTube sobre o novo coronavírus (COVID-19) e seus efeitos e consequências na sociedade. Desse modo, a iniciativa visa ofertar subsídios informacionais para a sociedade a fim de que esteja bem informada, e contribua para a redução da transmissão do vírus ao seguir as diretrizes sanitárias apontadas pelos órgãos competentes de saúde. A iniciativa objetiva, também, contribuir para a valorização da produção científica nacional e internacional no enfrentamento à pandemia. O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar as práticas de divulgação científica desenvolvidas no projeto COVID-19 Divulgação Científica. Para tal, utiliza a metodologia descritiva, e apresenta as ações de divulgação científica da iniciativa como a produção de vídeos com profissionais da saúde, infográficos, artigos de notícias, fontes de informação sobre a COVID-19, dentre outras ações. Ressalta a importância da iniciativa para a sociedade, e discorre sobre as práticas executadas como voluntário, tendo contribuído para o apoio às atividades de transcrição de áudios, a fim de montar a legenda dos materiais audiovisuais do projeto, e em contribuições pontuais para as temáticas abordadas na iniciativa. Destaca os resultados obtidos como voluntário num projeto relacionado ao campo da saúde, e as contribuições teóricas e práticas para a formação acadêmica enquanto discente do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Conclui que o projeto contribui para a divulgação científica sobre fontes de informação relacionadas à pandemia da COVID-19 para a sociedade e, colabora, assim, para a valorização e reconhecimento da produção científica a partir dos recursos de comunicação pelos canais de redes sociais digitais.

BIBLIOGRAFIA: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (org.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. PIRES BRITO, S. B.; BRAGA, I. O.; CUNHA, C. C.; et al. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia: Visa em Debate, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020. PORTO, C.; OLIVEIRA, K.; ROSA, F. Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares. São Paulo: Editus, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5077**

TÍTULO: **EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA**

AUTOR(ES) : **LEANDRO MAROTTA LAMIM, DANIELY CRISTINA NASCIMENTO MONTEIRO, SILVIO SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **ZAINA SAID EL HAJJ, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo de caso de empreendedorismo de baixa renda de uma empresa familiar do setor de borracharia para veículos automotores.

Este trabalho colabora com o estudo de extensão Projeto de Gestão e Inovação Empreende no âmbito da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto prevê o desenvolvimento cidadão dos Empreendedores assistidos e sua inclusão como ator da construção de seu próprio caminho. E visa o apoio e a alavancagem de iniciativas empreendedoras com a participação dos discentes e seus orientadores.

O trabalho se insere no conceito de empreendedorismo social de forma que há ações do indivíduo em prol do coletivo, pois sua função é produzir bens e serviços para a uma determinada comunidade (SILVA & OLIVEIRA, 2017, p. 2). Todavia, sendo uma empresa familiar, possui características peculiares, que ampliam os desafios de sua gestão financeira e contábil. Cabe destacar que borracharias são empresas de prestação de serviços, responsáveis por consertos e trocas de pneus, balanceamento, alinhamento e cambagem. Com uma frota estimada em mais de 7 milhões de veículos, segundo o Ministério da Infraestrutura (BRASIL, 2021), e vias com péssimas condições de conservação, o mercado do Rio de Janeiro acaba apontando bom potencial para esse ramo de negócios.

Para o estudo de caso, foi realizado inicialmente um levantamento com o intuito de encontrar empreendedores de baixa renda, com facilidade de acesso ao negócio, bem como informações da empresa, de seus gestores e colaboradores. Em seguida foi feita a classificação do negócio por setor econômico. Depois, foi realizada uma entrevista para conhecer de forma sistemática o negócio. E, por fim, foi executada a observação participante a fim de obter informações sobre o campo como *insider*, permitindo uma visão dos detalhes e da sequência dos eventos observados (ABIB et al., 2013). Foram identificados quatro principais pontos para investigação: produtos, clientes, fornecedores e revendedores.

Os resultados parciais revelam que apesar de bastante impactado pela crise sanitária, decorrente da pandemia Covid-19, com redução no faturamento no ano de 2020, a empresa não precisou contrair empréstimos junto a instituições financeiras, mas teve que dispensar a equipe de cinco funcionários para atualmente o único gestor/empreendedor trabalhar, contando apenas com ajuda da esposa e uma irmã. Foram identificados o desafio da gestão familiar mal qualificada e uma gestão de perfil centralizador, com dificuldade em delegar funções. Ao indagar o empreendedor sobre os possíveis erros no negócio, foram constatados: não ter se atualizado e não ter buscado ajuda e cursos junto ao SEBRAE devido a uma rotina desgastante do comércio; não fazer marketing digital e propaganda, sendo feita apenas mala direta via e-mail; e não ter Whatsapp e comunicação direta para os seus clientes atuais.

BIBLIOGRAFIA: ABIB, G.; HOPPEN, N.; HAYASHI, P. JR. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. ERA, São Paulo, v. 53, n. 6, nov-dez 2013, p. 604-616. BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Frota de Veículo - 2021. Disponível em <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/frota-de-veiculos-2021>. Acesso em 13 out. 2021. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5085**

TÍTULO: **SMARTGRID NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, COM FOCO NA GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICA E EÓLICA.**

AUTOR(ES) : **LUCAS MUNCONE DIPP, WASHINGTON DA SILVA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO:

Está em curso no Brasil um processo de transição energética que busca a descarbonização do sistema elétrico nacional visando a diversificação e modernização do mesmo, em consonância com o Acordo de Paris (2016) e com 7º Objetivo da Agenda 2030 da ONU. No país, a matriz elétrica já é considerada limpa e renovável, dado que a maioria absoluta da energia gerada no território é proveniente de usinas hidrelétricas. Contudo, estas usinas têm um impacto significativo no ambiente do local onde são instaladas. Nesta perspectiva, pretende-se aumentar na matriz elétrica brasileira, a utilização de fontes alternativas, menos agressivas ao meio ambiente, sobretudo solar fotovoltaica e eólica.

Para tanto, este trabalho toma como partida a iniciativa de regulamentação do sistema de geração distribuída e a criação de políticas para a construção de smartcity e de smartgrid no território nacional. Sendo assim, o artigo se propõe a apresentar o estado da arte do sistema GD a partir de dados atualizados referentes a potência fiscalizada e quantidade de projetos, com foco nos tipos de geração solar fotovoltaica e eólica. Ademais faz-se uma conceitualização de smartgrid para que o leitor possa compreender melhor as análises e avaliações elaboradas ao fim do artigo.

Os dados supracitados, são expostos por meio de recortes de região, estado, modalidades e classe de fornecimento. Pois desta forma consegue-se compreender quais regiões e estados estão a frente deste processo, bem como qual modalidade de geração e classe de fornecimento está sendo mais utilizada.

Por fim, o grupo de trabalho traz neste artigo, como exemplo concreto de um projeto de smartcity que abarca um projeto de smartgrid orientado pelo sistema de geração distribuída, a cidade fluminense de búzios. Como um projeto ideal, apesar de deixar claro que não necessariamente um projeto de smartgrid está atrelado a um de smartcity. Contudo deixa explícito também que o ideal é sim, que um esteja atrelado ao outro, pelo menos conceitualmente, principalmente para que a modernização do sistema elétrico beneficie a população mais pobre

BIBLIOGRAFIA: Angelidou, Margarita. (2014). Smart city policies: A spatial approach. Cities. Albino, Vito; Berardi Umberto; Dangelico, Rosa Maria (2015) Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives, Journal of Urban Technology BNDES. Cartilha das Cidades. Brasília, 2018. Disponível em: BRASIL. Carta Brasileira de Cidades Inteligentes. Ministério do Desenvolvimento Regional/Brasília, 2020 FORTES, M.Z.; VILAÇA, N.; FERREIRA, V.H.; FIBUEREIDO, V. Smart City – Caso da Implantação em Búzios. Rio de Janeiro, Revista SODEBRAS Vol.9, Fev/2014. Morozov, Evgeny.; Bria, Francesca. A Cidade Inteligente – Tecnologias Urbanas e Democracia. Ubu Editora. São Paulo, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5088**

TÍTULO: **A ÁFRICA COMO UMA “NOVA FRONTEIRA” PARA UM NOVO TIPO DE “COLONIZAÇÃO”.**

AUTOR(ES) : **NATÁLIA SILVA CONSTANTINO**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

Em outubro de 2021, a empresa americana Google anunciou um plano de investimento de US\$ 1 bilhão em cinco anos no continente africano. A iniciativa foi anunciada no primeiro “Google for Africa”, evento em que líderes da empresa compartilharam quais trabalhos estão realizando para apoiar a transformação digital da África. De acordo com a Google, o investimento tem por objetivo garantir aos africanos o acesso a uma Internet de qualidade, rápida e, principalmente, mais barata e dar suporte a pequenos empreendedores e a empresas locais. Este apoio será oferecido por meio de fundos de investimento da empresa na África, de modo a garantir — ainda conforme o comunicado institucional — a acessibilidade e a inclusão de todo continente e, em especial, das startups locais às novas tecnologias e redes de comunicação. Por que o gigante americano do setor tecnológico anunciou, somente agora, a criação de um plano de investimentos para o continente africano? Argumenta-se, nesta proposta exploratória, que há outras motivações envolvidas, para além da justificativa oficial de natureza econômica e “social”, voltada para a expansão de mercados e para uma maior inclusão digital. Ao considerarmos a África como uma “nova fronteira” para um novo tipo de “colonização”, por parte das atuais duas maiores potências mundiais (Estados Unidos e China) e de suas grandes corporações, entendemos que também está em jogo uma disputa mais ampla. E esta disputa também é de natureza política, estratégica e tecnológica. Para corroborar tal hipótese, será desenvolvida uma investigação bibliográfica e documental. Esta pesquisa se baseará em discursos dos líderes da empresa no evento “Google for Africa”, em documentos e relatórios oficiais divulgados pela Google, assim como nos discursos e documentos oficiais mais relevantes, desde a posse do governo do democrata Joe Biden (2021-), de áreas potencialmente correlatas — política externa e segurança e cibersegurança.

BIBLIOGRAFIA: HAN, Byung-Chul. Sociedade da transparência. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017. BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019. Official Google Africa Blog. Disponível em: <<https://africa.googleblog.com/>>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5107**

TÍTULO: **A PARTICIPAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO NAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA: SUPERAÇÃO OU REFORÇO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA?**

AUTOR(ES) : **ROSA ELIS TELES GALLETTA**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO:

O modelo de exportação de matérias primas de baixo valor agregado prevalece no Brasil e em outros países da América Latina. Durante o *boom* das *commodities*, nos anos 2000, esse modelo foi ainda mais intensificado como consequência da crescente demanda chinesa por insumos e recursos minerais. Ainda hoje, a China se posiciona como principal parceira econômica do Brasil, o que implica em uma relação econômica e política com distintos aspectos. O presente trabalho almeja compreender um deles ao analisar o papel das trocas comerciais do minério de ferro entre esses dois países, com o objetivo de desvendar se elas representam um aprofundamento da dependência brasileira das exportações primárias ou uma oportunidade de superar esse modelo econômico. Para isso, parte-se de um arcabouço teórico-metodológico embasado na Teoria da Dependência, em artigos científicos, em fontes jornalísticas de credibilidade e em relatórios sobre recursos minerais produzidos por agências governamentais ou organizações não governamentais, como a UNCTAD.

Identificou-se, na primeira etapa da pesquisa, que a China é o principal destino do minério de ferro brasileiro. Em 2020, por exemplo, mais de 74% das exportações brasileiras do recurso mineral foram para tal região (UNCTAD 2021). A partir desse dado, há um esclarecimento inicial sobre a importância das trocas comerciais em torno do minério de ferro para a compreensão das relações econômicas e políticas entre o Brasil e a China, o qual revela uma possível dependência do Brasil em relação à China.

BIBLIOGRAFIA: UNCTAD Assessment of the Impact of the IMO Short-Term GHG Reduction Measure on States. 2021. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/dtltib2021d2_en.pdf>. Pp. 88-101.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5113**

TÍTULO: **LICENÇA PARENTAL: POSSIBILIDADES PARA O DIREITO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **AMANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

A pesquisa busca analisar, a partir de exames da eficácia social das licenças maternidade e paternidade presentes no ordenamento jurídico brasileiro, a necessidade da implementação da licença parental - à luz das experiências de outros países nessa temática - de modo a permitir que as relações de gênero sejam construídas sob bases mais equânimes. Para tanto, será realizada uma reflexão crítica da divisão sexual do trabalho, suas mudanças e permanências. Interessa-me, principalmente, compreender de que modo estes institutos jurídicos contribuem para a perpetuação dessa estrutura desigual e injusta e como superá-la.

A divisão sexual do trabalho, de acordo com Danièle Kergoat (1992), é uma forma de organização social em que há designação prioritária do homem à esfera produtiva e da mulher à esfera reprodutiva, e que é regida por dois princípios fundamentais: o da separação (há atividades de homens e de mulheres) e o da hierarquia (a função que o homem desempenha tem maior valor social). Dessa forma, há uma fragmentação do trabalho - enquanto (re)produção do viver em sociedade - em duas unidades distintas e hierarquizadas: a esfera produtiva e a reprodutiva. Relacionando-se a primeira à mercantilização, ao espaço público e racional, e a segunda às atividades não remuneradas do lar e de cuidado, ao espaço privado.

Apesar da estabilidade dessa estrutura, nas últimas décadas pudemos observar um enorme fluxo de mulheres ingressando no espaço público, o que alterou a dinâmica das relações interpessoais, tornando-as igualmente responsáveis pelo provimento do lar. Todavia, este deslocamento não as desonerou dos afazeres domésticos e de cuidados. O que se observa, em realidade, é a acumulação das funções remuneradas e não remuneradas - as duplas, triplas jornadas. Soma-se a isso aos fatos de que as mulheres não apenas têm acesso restrito ao mercado de trabalho, como também percebem menores salários, são alocadas em trabalhos menos valorizados e são maioria nos trabalhos informais e precarizados.

Situando-se neste contexto, a pesquisa estrutura-se a partir do método sócio-jurídico crítico, compreendendo as normas jurídicas através da realidade social, e parte de dois axiomas e uma hipótese: (1) o ingresso da mulher no mercado de trabalho não foi capaz de alterar os papéis tradicionais de gênero, essencialmente no que concerne às responsabilidades domésticas; (2) as políticas públicas de igualdade são, na verdade, políticas de "maternagem", ou seja, centradas na figura materna, sendo o caso das normas trabalhistas que amparam apenas a trabalhadora mãe gestante e lactante; (3) a implementação da licença-parental vai permitir e promover práticas mais igualitárias tanto no espaço familiar quanto no mercado de emprego.

BIBLIOGRAFIA: KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Atividades Extras (minicursos, visitas guiadas e oficinas não avaliadas)**

ARTIGO: **5156**

TÍTULO: **INSTITUIÇÕES E CRISES: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.**

AUTOR(ES) : **CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE**

ORIENTADOR(ES): **FLÁVIO ALVES COMBAT**

RESUMO:

O objetivo do minicurso é introduzir as teorias centrais da Escola de Pensamento Institucionalista e estabelecer uma relação com a Economia Política das Crises. Pretende-se, assim, o desenvolvimento de reflexões críticas sobre a crise econômica e política contemporânea, a sua origem histórica e as suas possíveis consequências.

O curso abordará uma introdução ao Pensamento Institucionalista, de modo a delimitar as dimensões analíticas e os conceitos centrais dessa Escola de Pensamento relevantes ao debate sobre a crise contemporânea. No campo institucionalista, focaremos nossa atenção em autores como Thorstein Veblen e John Commons, do Institucionalismo Original, e em Douglass North, da Nova Economia Institucional. Adicionalmente, faremos referência às recentes contribuições de Ha-Joon Chang no âmbito da Economia Política Institucional.

O curso analisará também as experiências históricas dos Estados do Bem Estar Social, de modo a delimitar a centralidade do Estado como instituição determinante para a concertação das relações de classe entre trabalho e capital.

Por fim, um estudo de caso será dedicado aos desdobramentos da crise deflagrada pela pandemia de COVID-19, sobretudo nos Estados Unidos, de modo a questionar o papel do Estado norte-americano na condução de políticas contracíclicas com potenciais impactos sobre a economia internacional, em geral, e sobre o Brasil especificamente.

BIBLIOGRAFIA: CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. Revista de Economia Contemporânea: 2014, p. 373-392. KERSTENESTKY, C. O Estado do bem-estar social na idade da razão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ROSSI, P.; et alli. Economia Pós-pandemia: Desmontando os Mitos da Austeridade Fiscal e Construindo um Novo Paradigma Econômico. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5157**

TÍTULO: **CYBER-GOVERNANÇA INTRA-BRICS: A EMERGÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA CONJUNTA DE COMBATE AO TERRORISMO NO MEIO DIGITAL**

AUTOR(ES) : **GLÓRIA DOS SANTOS DE SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **ALEXANDER ZHEBIT, ANDREY AUGUSTO RIBEIRO DOS SANTOS**

RESUMO:

A presente pesquisa, que se realiza no âmbito do projeto de pesquisa "BRICS na governança global" do Grupo de Pesquisa de Política Internacional, se propõe a investigar as circunstâncias e motivações externas e internas que levaram à "Estratégia Contraterrorismo" do BRICS, adotada na Cúpula de Moscou (2020); e ao "Plano de Ação Contraterrorismo" do BRICS (2021). Considerando o histórico das declarações conjuntas do grupo, assim como as políticas nacionais desenvolvidas por cada país na temática de cibersegurança, serão destacados os pontos de convergência e de divergência do BRICS sobre o ciberterrorismo com o objetivo de analisar como estes foram articulados nos documentos do grupo. Em conclusão, buscar-se-á apresentar as possibilidades da cooperação futura no combate ao terrorismo cibernético pelo BRICS no âmbito da Governança Digital. Como referências teóricas serão utilizados conceitos de terrorismo e ciberterrorismo (ZHEBIT e SILVA (2009). NEOTERRORISMO: reflexões e glossário.), da governança global e da globalização (Governança sem governo (2000)) e da análise da política externa (ALDEN, Chris e ARAN, Amnon (2012). Foreign Policy Analysis: new approaches; SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia e DUNNE, TIM (2008). Foreign Policy: theories, actors, cases). Serão utilizados ainda os seguintes documentos oficiais como fontes bibliográficas: BRICS. BRICS Counter-Terrorism Strategy. Moscou: 2020. BRICS. BRICS Counter-Terrorism Action Plan. Nova Delhi:2021. BRICS. Brasília Declaration. Brasília: 2019.

BIBLIOGRAFIA: BRICS. BRICS Counter-Terrorism Strategy. Moscou: 2020. ALDEN, Chris e ARAN, Amnon (2012). Foreign Policy Analysis: new approaches. SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia e DUNNE, TIM (2008). Foreign Policy: theories, actors, cases.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5179**

TÍTULO: **A FORMAÇÃO DE UNIVERSIDADES OCIDENTAIS COMO PRODUTO DE UM EPISTEMICÍDIO HISTÓRICO E A ATUAL PRECARIZAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **ISABEL SOUZA DE CARVALHO, ANNA LUISA LOTTI, FERNANDA CERQUEIRA NOGUEIRA, LUIZA RESENDE**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO:

O presente trabalho baseia-se num artigo, com a mesma intitulação e elaborado pelas respectivas autoras, cujo objetivo é a reflexão acerca da estrutura moderna do conhecimento que, caminhando com processos históricos de genocídios contra povos, culturas, raças e gêneros, consolidou uma monocultura do saber que contribui para uma disposição epistêmica enraizada no racismo e sexismo sistêmico – denominado de epistemicídio.

Nesse ínterim, sendo as universidades ocidentais o centro da produção do conhecimento e da pesquisa no mundo, e estas terem sido formadas e influenciadas por meio de tais epistemicídios, torna-se crucial ter um olhar mais crítico sobre a forma que as universidades brasileiras e suas pesquisas acadêmicas são constituídas, assim como quem ocupa esses espaços privilegiados. *In casu*, entendemos que o meio permanece majoritariamente composto por homens e culturas brancas, no entanto, observamos o impacto das políticas públicas na transformação dessa realidade e na inserção de maior diversidade nas áreas de produção de conhecimento.

Para desenvolvimento do artigo utilizou-se da metodologia de pesquisa exploratória, bibliográfica e técnica de coleta de dados por documentação indireta. O referencial teórico base foi Ramón Grosfoguel (2016), autor veemente influenciado pelo conceito de epistemicídio criado por Boaventura de Sousa Santos, que traz um viés decolonial do saber.

Tornou-se notório como a produção do saber e a formação das universidades ocidentais resultaram de um processo histórico centrado num epistemicídio cultural, racial e de gênero contra povos e indivíduos. Dessa forma, mostrou-se evidente como a construção moderna do saber e da pesquisa ainda é predominantemente marcada pela falta de diversidade e manutenção de privilégios, caracterizando-a como excludente e monocultural, fato que receamos poder se agravar com o desmonte da pesquisa e a crescente falta de investimentos na área da educação, que impacta fortemente as políticas públicas voltadas para a área, que, conforme já explicitamos, provaram-se essenciais para tornar o ambiente acadêmico (um pouco) mais plural.

No artigo em que se desencadeia o trabalho a ser apresentado, buscou-se ressaltar como é importante, num meio por tanto tempo dominado pela primazia eurocêntrica do homem branco, encontrar formas de valorizar outros saberes, inclusive para a quebra de paradigmas e preconceitos históricos ainda remanescentes. Desse modo, procurou-se analisar políticas públicas que buscam transformações no atual cenário acadêmico e científico brasileiro, a exemplo das cotas universitárias para negros e pessoas hipossuficientes.

O trabalho foi constituído por quatro estudantes, acima apontadas, que conjuntamente realizaram as pesquisas acadêmicas, a elaboração da estrutura do projeto e a redação do texto.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, I. S. D.; NOGUEIRA, F. C.; RESENDE, L. M.; VASCONCELLOS, A. L. L. A formação de universidades ocidentais como produto de um epistemicídio histórico e a consequente precarização da pesquisa no Brasil. In: REIS, V. V. H. B.; GOMES, L. P. (org). Ensino Superior: Reflexões e Ensinamentos. 1ed. Rio de Janeiro: Pembroke Collins. p. 125-145. GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmicos e os quatro genocídios/ epistêmicos do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v.31, n.1, p. 31, 41-43, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025>. Acesso em 07 de fevereiro de 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5192**

TÍTULO: **BIBLIOTECA ESCOLAR E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO DE LEITURA DA BIBLIOTECA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (CAP/UFRJ)**

AUTOR(ES) : **CRISTINA VIANA SMITH**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, ANA LUCIA FERREIRA GONÇALVES**

RESUMO:

Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre a atuação da biblioteca escolar no desenvolvimento das competências socioemocionais dos seus discentes. A Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ) realiza atividades que têm como objetivo despertar o gosto pela leitura, de modo a permitir a formação de um sujeito crítico, que recria suas histórias por meio de suas experiências. Deste modo, esta pesquisa estabelece como ponto de partida algumas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019), em especial as que se referem ao conhecimento; pensamento crítico, científico e criativo; repertório cultural; comunicação; autoconhecimento; autocuidado e empatia. Para a BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana. O objetivo deste estudo é apresentar uma reflexão sobre a atuação da biblioteca escolar e que por meio de suas atividades de mediação de leitura, promove, estimula e desenvolvem as competências socioemocionais, capazes de transformar (afetar) de forma espontânea as emoções vivenciadas pelos alunos. Castrillon (2014), destaca que o espaço de uma biblioteca escolar deve ser criado para promover práticas socializadas de leitura, entendendo que a mesma só terá sentido se ela for aberta à comunidade e que esta se sinta afetada pelo acesso à informação e pela emancipação no processo de assimilação dos conteúdos. O presente trabalho descreve as atividades realizadas com os alunos, evidenciando a importância da biblioteca escolar no desenvolvimento das competências socioemocionais dos seus discentes do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa em que a metodologia aplicada será a de investigação narrativa. Entende-se que investigação narrativa é uma maneira de compreender a experiência vivida no seu cotidiano, é uma colaboração entre pesquisador e participantes por um tempo e na interação social com o meio. Através da pesquisa foi possível inferir que as mediações de leituras e ações culturais conseguem habilitar as competências socioemocionais.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 out. 2019. CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Narrative inquiry: experience and story in qualitative research. San Francisco, CA: Jossey - Bass, 2000. PETIT, Michèle. Leituras: do espaço íntimo ao espaço público. São Paulo: Editora 34, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5201**

TÍTULO: **ANÁLISES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS RELACIONADAS À**

AUTOR(ES) : **CECILIA CAIADO TOREZANI, JOSE HUDSON DE OLIVEIRA GUIMARAES JUNIOR**

ORIENTADOR(ES): **FABIO OLIVEIRA**

RESUMO:

Como parte do conjunto maior do Grupo de Pesquisa CNPq Espaço e Poder, o projeto denominado "Oferta de Infraestruturas, Bens e Serviços Públicos e Coletivos no Território Brasileiro", coordenado pelo Professor Carlos Antônio Brandão, e co-orientado pelo Professor Fábio Lucas Pimentel, ambos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ, a pesquisa tem como objetivo geral manifestar e debater elementos para a elaboração de estratégias territorializadas de desenvolvimento e implementação de políticas públicas, sobretudo nos espaços regionais e urbanos mais desiguais e vulneráveis do Brasil, com destaque para o caso do Estado do Rio de Janeiro. Em termos específicos, propõe-se analisar o processo de digitalização no Estado do Rio de Janeiro, à luz do debate de cidades inteligentes e "internet das coisas" (BRASIL, 2020; BNDES, 2018).

A "internet das coisas, IOT" ganha evidência a partir do progresso das tecnologias de informação e comunicação. Pode-se conceituar como "IOT", de maneira geral, a infraestrutura que interliga objetos físicos aos virtuais, dotando-os do poder de processar dados automaticamente. O conceito de "smart city" perpassa por várias definições e vai além do uso da tecnologia nas cidades para gerar informações. Os indivíduos precisam ter papel ativo nesse processo, não basta a informação ser criada, deve haver um processo de transformação da vida das pessoas e a tecnologia deve ser a favor disso. A "smart city" precisa gerar o sentido de engajamento, a interação entre pessoas e as pessoas com a tecnologia (Albino et al., 2015; Angelidou, 2014).

A partir da revisão bibliográfica e documental, propõe-se, para a participação na 11ª SIAC, apresentar os resultados da pesquisa, quais sejam: i) o conceito de cidades inteligentes e IOT; ii) as iniciativas públicas e privadas em torno da implementação das IOT no RJ; e iii) dados dos municípios acerca de uma geografia das redes de infraestrutura das tecnologias de telecomunicações na escala do Estado do Rio de Janeiro com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. Além de evidenciar as potencialidades e os gargalos para a implantação dessas infraestruturas, em suma de IOT. Considera-se o Plano Nacional de Internet das Coisas; a Cartilha das Cidades (BNDES); o livro Perfil dos Municípios Brasileiros - 2019 (MUNIC).

BIBLIOGRAFIA: Angelidou, Margarita. (2014). Smart city policies: A spatial approach. Cities. 41. S3-S11. 10.1016/j.cities.2014.06.007. Albino, Vito; Berardi Umberto; Dangelico, Rosa Maria (2015) Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives, Journal of Urban Technology, 22:1, 3-21. DOI: 10.1080/10630732.2014.942092. BNDES. Cartilha das Cidades. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/db27849e-dd37-4fbd-9046-6fda14b53ad0/produto-13-cartilha-das-cidades-publicada.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m7tz8bf>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5204**

TITULO: **POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: ANÁLISES DAS DIRETRIZES NACIONAIS**

AUTOR(ES) : **THAMIRES NASCIMENTO DE OLIVEIRA, LETICIA BARBIRATO**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Esta pesquisa integra o Projeto de Iniciação Científica (PIBIC-UFRJ) intitulado “Folksonomia Assistida para Repositórios Institucionais”, o qual possui abordagem epistemológica (teórica) e pragmática (prática) que visam contribuir com as práticas de representação do conteúdo das produções científicas armazenadas em Repositórios Institucionais.

Os Repositórios Institucionais são sistemas que permitem acesso aberto e gratuito à produção intelectual da comunidade universitária. No âmbito da UFRJ, por exemplo, temos o PANTHEON cujo objetivo é coletar, preservar e divulgar a produção acadêmica digital em todas as áreas do conhecimento. (PANTHEON, 2021).

Os campos específicos para a descrição de assuntos nos Repositórios Institucionais, referem-se aos metadados temáticos dos materiais informacionais, que podem ser representados através da linguagem natural (palavras-chave) e/ou de instrumentos de controle terminológico, por meio da indexação, com vistas a recuperação, acesso e uso das produções científicas armazenadas nesse ambiente.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar critérios e diretrizes que orientam as práticas de indexação em Repositórios Institucionais das Universidades Federais do Brasil.

Para tanto, utiliza como metodologia pesquisa exploratória, descritiva e documental com abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente foi realizado um levantamento das produções científicas sobre a temática abordada neste estudo para a fundamentação teórica. Em seguida, foi realizado o mapeamento das Universidades Federais brasileiras e seus respectivos repositórios institucionais com vistas a analisar seus documentos referentes às diretrizes e políticas de indexação.

Foi possível constatar que 90% das Universidades Federais do Brasil possuem repositório institucional ativo, 1% possui repositório inativo e 9% não possuem repositórios institucionais.

Destaca que não foram encontradas políticas de indexação em nenhum dos repositórios das 68 (sessenta e oito) instituições recuperadas e analisadas. Todavia, foram encontradas orientações de práticas de indexação a serem realizadas por usuários em 13 (treze) repositórios institucionais. Assim, constatou-se que os repositórios institucionais analisados contemplam orientações divergentes entre si, as quais podem implicar no processo de organização, busca, recuperação e ampliação do conhecimento científico.

Evidencia a necessidade de padronização das práticas de indexação nos Repositórios Institucionais das Universidades Federais Brasileiras com vistas a promover a interoperabilidade, encontrabilidade e precisão no processo de busca e recuperação das produções intelectuais armazenadas nesses sistemas. Considerando que esta pesquisa possui uma abordagem incipiente na literatura, espera-se também contribuir para que a UFRJ e demais Instituições de Ensino Superior do país repensem novas práticas a serem adotadas nesses ambientes que agregam e disseminam a sua memória científica.

BIBLIOGRAFIA: PANTHEON. Repositório Institucional da UFRJ. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5211**

TITULO: **OS FIOS CONDUTORES ENTRE AS ANTIGAS ROTAS DA SEDA E O PROJETO CHINÊS BRI**

AUTOR(ES) : **BRUNA DE OLIVEIRA REIS**

ORIENTADOR(ES): **BEATRIZ BISSIO**

RESUMO:

A antiga Rota da Seda foi mais do que apenas rotas comerciais que passavam do Extremo Oriente à Europa e comercializavam seda. Elas surgiram em uma viagem que não tinha pretensões comerciais mas sim de aliança militar diplomática no que hoje chamamos de China, durante o período da dinastia Han (206 a.C - 220 d.C.).

A rota da seda marítima surge posterior à terrestre, na mudança para a dinastia Weijin (220 d.C. - 420 d.C.) e tem sua maior importância durante a dinastia Tang (618 d.C. - 907 d.C.), e mesmo passando por declínios devido aos períodos de instabilidade na China, ela durou até meados da dinastia Ming (1368 - 1644), a penúltima dinastia antes da República da China passar a existir.

As trocas entre as demais partes que ambas rotas alcançaram no mundo, foram maiores do que apenas comerciais e culturais, foram políticas, linguísticas, religiosas, materiais comercializados para além da seda, envolveram história, geografia, ciência (inovações tecnológicas) e até o discurso que mantinham-as funcionando mesmo com mudanças dinásticas.

Em setembro de 2013, foi lançada a ideia do *“One Belt One Road”* (Um cinturão, uma rota), pelo então e atual presidente da RPC, Xi Jinping, a qual foi oficialmente anunciada por ele em 2015 e já teve seus dois primeiros fóruns internacionais em 2017 e 2019. O projeto que agora é mais conhecido por *“Belt and Road Initiative”* é chamado também de *“Novas Rotas da Seda”*, na tentativa de estabelecer o paralelo com as rotas citadas acima.

Esse projeto tem por características básicas estabelecer duas rotas, uma terrestre e uma marítima, que ligarão, novamente, a China com a África Setentrional, Oriente Médio, Ásia Central e a Europa. Para além de somente estabelecer um corredor comercial e de transporte e ligação, é evidente que um projeto que englobará praticamente 60% da população mundial terá desafios maiores do que a antiga teve.

O objetivo, com isso, do trabalho é tentar responder a seguinte pergunta: *Por que chamam o projeto BRI de Novas Rota da Seda?* A hipótese levantada é de que chamam apenas pela questão geográfica por onde as antigas rotas passavam e por onde o projeto pretende passar, mas acabam se esquecendo das demais características que compunham as antigas rotas que podem ser demasiado diferentes do projeto em andamento. Para isso, o caminho metodológico passa por uma revisão bibliográfica de trabalhos tanto de sinólogos quanto de historiadores que abordam sobre a China Antiga e que retratam e recuperam o período aqui a ser analisado.

Este trabalho é parte de uma pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e relações Sul-Sul (NIEAAS) do IFCS/UFRJ, intitulada *“Os fios condutores entre as antigas rotas da seda e o projeto chinês BRI”*, sob a orientação da profa. Beatriz Bissio, mas que ainda não possui resultados preliminares, portanto, é uma pesquisa ainda em andamento.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, A., NETO, J. M. (org). ANTIGAS LEITURAS VISÕES DA CHINA ANTIGA. União da Vitória: UNESPAR, 2014. GLORIA, E. V. The Silk Road Spirit: China's BRI discourse and its pursuit for great power status. Wiley. Asian Politics & Policy. 2021;00:1-18. SHAN, L. COMPARAÇÃO ENTRE A ROTA DA SEDA E UMA FAIXA UMA ROTA. Universidade do Minho. Instituto de Letras e Ciências Humanas. 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5218**

TÍTULO: **CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: PESQUISA-EXTENSÃO FND E IPPUR**

AUTOR(ES) : **VICTOR ABI RIHAN AVILA, JULIA ÁVILA FRANZONI, LUCIANA ALENCAR XIMENES, MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA, CHIARA FERRAZ GALHANONE, CAROLINA ROSÁRIO GISMONTI, NATHALIA CUNHA PECANHA, RAQUEL FERREIRA PIRES**

ORIENTADOR(ES): **ADAUTO LUCIO CARDOSO**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a metodologia e os resultados parciais do projeto de pesquisa-extensão "Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos", parceria entre o Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), o Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ). O projeto tem como atividades principais (i) a coleta de dados, sistematização de informações e produção de estudos sobre conflitos fundiários urbanos, envolvendo territórios e comunidades ameaçados por remoções na cidade do Rio, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) e (ii) a incidência informada em casos de ameaças e violações de direitos, em parceria com órgãos públicos, movimentos sociais populares e plataformas da sociedade civil. O projeto colabora, ainda, com a base cartográfica do Observatório Nacional de Remoções (FAU/USP) e integra a Campanha Nacional Despejo Zero. Os dados apresentados tratam de casos atendidos pelo NUTH, entre os anos de 2019 e 2020, que configuraram como ameaças de remoções, casos em que houve remoção e casos nos quais a posse foi assegurada. Estas três situações são identificadas e tratadas com base nas condições fáticas de moradia das famílias, não estando limitadas à especificação jurídica da situação.

O Cartografias Jurídicas trabalha, para constituição e análise de seus levantamentos e para condução de sua atuação política, a partir de um marco teórico e de uma base de dados que articula a produção do espaço, as formas de moradia das classes populares e a produção do direito - investigando correlações entre acesso à justiça, acesso à terra e segurança da posse. A cartografia jurídico-espacial, afinal, descreve uma metodologia que busca produzir diagnósticos situados no tempo e no espaço a fim de responder às questões principais da nossa agenda de enfrentamento da despossessão, pensando pelo espaço e pelo direito (FRANZONI et al, 2020).

Os resultados parciais da pesquisa foram recentemente publicados em Panorama do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) e serão definidos em apresentação. A publicação pode ser acessada no seguinte link e se refere à seguinte ficha catalográfica:

<https://forumreformaurbana.org.br/2021/12/03/fnru-lanca-panorama-dos-conflitos-fundiarios-no-brasil-2019-2020/>

Panorama dos conflitos fundiários no Brasil [livro eletrônico] : Relatório 2019-2020 / organização Fórum Nacional de Reforma Urbana ; coordenação Centro de Direitos Econômicos e Sociais. -- Porto Alegre : CDES Direitos Humanos, 2021. Vários autores. ISBN 978-65-992436-3-9

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI et al. Cartografias jurídicas: debatendo o mapeamento jurídico-espacial de conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro. In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]. Observatório de Remoções: relatório bianual 2019-2020 / [organização Fernanda Accioly Moreira, Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro]. - São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. RIBEIRO, B., XIMENES, L., SANTOS JUNIOR, O. Panorama dos conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro. In: FNUR - Fórum Nacional de Reforma Urbana - GT Conflitos. Panorama dos Conflitos Fundiários Urbanos no Brasil. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5242**

TÍTULO: **PARA ALÉM DA DEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ARGENTINA E BRASIL NO SÉCULO XVIII DENTRO DO SISTEMA CAPITALISTA COLONIAL**

AUTOR(ES) : **CAIQUE ANDRIEWISKI PEREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO:

A apresentação pretendida será expor o estado atual da dissertação de mestrado. Seu objetivo é analisar em caráter comparativo o papel desempenhado de Brasil e Argentina dentro do paradigma colonial na segunda metade do século XVIII e como isso se reflete nos mecanismos de transferência de valor à luz da Teoria Marxista da Dependência, incorporado pela Análise de Sistemas-Mundo, além de resgatarmos a espacialidade hierárquica do capitalismo global da época estruturado na ideologia e políticas mercantilistas que fundamentaram, em conjunção com estados absolutistas do chamado Antigo Regime, um padrão de acumulação guiado pelo capital comercial. Para isso, é feita uma discussão no âmbito das disputas coloniais entre as metrôpoles Portugal e Espanha inserida no contexto da Europa e do Atlântico. Após isso, o objetivo será discutir dinâmicas econômicas internas desses impérios e a forma de apropriação do excedente, dando ênfase aos territórios brasileiros e argentinos. Em seguida, é analisada a evolução dos modos de produção nos dois países objeto deste estudo e os eventos chave que resultam no contexto principal do estudo que é do fim do século. Na próxima parte, é realizado um estudo comparativo entre Argentina e Brasil, Buenos Aires e Rio de Janeiro, para trazer à luz relações com suas metrôpoles ao fim do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA: NOVAIS, FERNANDO A. PORTUGAL E BRASIL NA CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL. 2ª EDIÇÃO, EDITORA 34, SÃO PAULO. SP. 2019. FURTADO, CELSO. FORMAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA. 2ª EDIÇÃO, LIA, EDITOR S.A. RIO DE JANEIRO. 1970. FERRER, ALDO. LA ECONOMIA ARGENTINA: LAS ETAPAS DE SU DESARROLLO Y PROBLEMAS ACTUALES. 3ª EDIÇÃO, FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, BUENOS AIRES - ARGENTINA. 1970.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5282**

TÍTULO: **DEMOCRACIA DO PORVIR: CORPOS EXCEDENTES E PERCURSOS DE SUBJETIVAÇÃO**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA SILVA SABARÁ**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANO NUZZO**

RESUMO:

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus fez emergir a centralidade política do corpo, evidenciando as tecnologias políticas que estabelecem um corpo conforme, normal e imune, e outro, deforme, perigoso e excedente. Neste sentido, a pandemia desenvolveu uma função reveladora e uma função intensificadora. Deixou emergir, por um lado, o funcionamento da comunidade política e as suas técnicas imunitárias, e, por outro, operou uma replicação viral dos dispositivos biopolíticos e micropolíticos de gestão da população.

As tecnologias políticas, neste ponto, tornam-se tecnologias imunitárias, produzindo, continuamente, inclusão através da exclusão e exclusão através da inclusão. Como nos ensinou Arendt (2015), os apátridas são objeto de uma exclusão interna e não externa a uma civilização. Nessa conjuntura, mostra-se um funcionamento político, jurídico e econômico, refletindo um claro projeto de assujeitamento.

A partir das considerações acima, o presente trabalho visa a discutir os processos de assujeitamento e construção dos corpos excedentes, durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, por meio, precisamente, das tecnologias políticas de gestão da população carcerária brasileira no período entre 2020 e 2021. Os dados fornecidos pelos boletins do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), neste sentido, nos permitirão intuir os modos como a comunidade política cria seu corpo excedente. Juntamente aos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS), buscando comparar os padrões de infecções e mortes causadas pelo vírus, mas, além disso, compreender os parâmetros de cuidado e tratamento, ou seja, as técnicas que deveriam estar sendo aplicadas ao "corpo são" da população e aquelas dispensadas ao "corpo deforme".

Finalmente, gostaríamos de acenar à possibilidade de uma democracia futura, tal como pensada por Butler (2014), que propõe uma aliança política entre os corpos -excedentes- capaz de reformular distinções e romper com a política imunitária da morte e da exclusão. Neste caso, os corpos encarcerados reivindicariam, juntamente a outros corpos "excluídos", seu direito à existência e à vida.

Os objetivos do presente trabalho são, a partir do "caso" da população carcerária brasileira, (i) observar a centralidade política e jurídica do corpo; (ii) evidenciar como as tecnologias modernas, analisadas por Arendt e Foucault, constroem o corpo assujeitado e conforme e o corpo excedente e deforme. Por fim, partindo da noção de performatividade e aliança dos corpos pensada por Butler, (iii) pretende-se refletir sobre a democracia do porvir.

A metodologia é orientada a uma análise dos boletins da CNJ, OMS e MS, entendidos como discursos reveladores e construtores da realidade. Dessa forma, utiliza-se o método de pesquisa hipotético-dedutivo e uma metodologia qualitativa.

BIBLIOGRAFIA: ARENDT, Hannah. "O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos dos homens". In: Origens do Totalitarismo. São Paulo: Editora Schwarcz, 2015. BUTLER, Judith. "Regulações de Gênero". In: Cadernos pagu, (42) 2014 FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **5289**

TÍTULO: **GESTÃO DE RISCO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: O CASO DO ARQUIVO NACIONAL**

AUTOR(ES) : **ANNA PAULA LAMEIRAS MEDEIROS, VIVIANE MARINHO GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO VICTOR BOTÃO**

RESUMO:

A gestão de risco existe desde a época do Renascimento, período este, marcado por diversas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Em meio a toda esta mudança, o homem sentiu a necessidade de analisar o passado, para que, confrontando com o presente, pudesse planejar uma perspectiva de futuro para a evolução da sociedade em diversos segmentos. No Brasil, o gerenciamento de risco é uma área de estudo relativamente nova, voltada principalmente para a prevenção de roubos e acidentes no transporte rodoviário de cargas. Atualmente, está voltado para todas as áreas de atuação, desde estratégias militares a organizações informais. Neste contexto, questiona-se acerca do uso dos gerenciamentos de riscos pelas unidades de informação. Este gerenciamento é uma ferramenta utilizada por seus gestores a fim de planejar, organizar, coordenar, monitorar, e empregar certos princípios para o alcance eficaz dos objetivos da instituição. Visando a preservação de seus espaços e acervos, as unidades de informação, voltam-se cada vez mais para a gestão e prevenção de riscos, a fim de salvaguardar a memória social e institucional ao qual ela está inserida, evitando perdas irreparáveis. Sendo assim, o presente trabalho visa definir e contextualizar o gerenciamento de risco em unidades de informação, bem como os tipos de riscos, e o plano de riscos utilizados em unidades de informação, tomando como base o Arquivo Nacional. Como metodologia, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório de cunho qualitativo. Na qual foi levantado na literatura científica da área da ciência da informação e ciências sociais assuntos relativos à gerenciamento de riscos em unidades de informação. Com base nas pesquisas, foi possível notar que o gerenciamento de riscos ainda necessita de atenção por parte das instituições, e que muitas vezes são atrelados aos orçamentos nem sempre suficientes para adequar suas instalações à prevenção de riscos. A partir deste estudo, podemos concluir que o gerenciamento de riscos é uma parte importantíssima de uma boa gestão da unidade de informação bem como a salvaguarda do seu patrimônio, e que seu estudo e aplicação vem ganhando cada vez mais espaço no processo de gerenciamento e planejamento das unidades de informação.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. - Publicações Técnicas; no 51. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. 25 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/ASCOM/MANUAL_GERENCIAMENTO_RISCOS_2019_DIGITAL_MIOLO_online.pdf. BARBALHO, Célia Regina Simonetti; BERAQUET, Vera Silva M. Planejamento Estratégico para Unidades de Informação. São Paulo: Ed. Polis / Associação Paulista de Bibliotecários. 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5296**

TITULO: **O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO RICARDO CANESE V. PARAGUAI**

AUTOR(ES) : **RAFAELA GIESEL DORR**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, DENISE TATIANE GIRARDON DOS SANTOS**

RESUMO:

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos está assentado na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), e, dentre os direitos assegurados, está o da liberdade de pensamento e de expressão (artigo 13). A apreciação de violação deste direito humano foi levada à CADH, no caso Ricardo Canese v. Paraguai, com denúncia recebida em 12.06.2002 e sentença prolatada em 31.08.2004. Em 1992, período eleitoral presidencial, Canese afirmou que Juan Carlos Wasmosy, candidato à Presidência, estaria envolvido em um esquema de corrupção, o que foi noticiado pela mídia. Canese foi condenado pelo crime de difamação, com multa, prisão e proibição de se ausentar do País. A Corte declarou que o Paraguai violou o livre direito de circulação, o princípio do prazo razoável, o direito à presunção de inocência e o direito à defesa e o princípio de retroatividade da regra penal mais favorável. Também, que as declarações de Canese foram proferidas em período eleitoral, com assunto de interesse público, relacionado a candidato à Presidência, pessoa pública. O Estado foi condenado ao pagamento no valor de reparação pelos danos imateriais a Canese, pois a condenação criminal afetou sua vida pessoal, familiar e profissional. O caso aponta a necessidade de se assegurar condições para uma sociedade igualitária e democrática, com pleitos eleitorais em que se garanta o debate e o papel do Estado no enfrentamento das fragilidades sociais. O direito à liberdade de expressão fortalece o exercício democráticos e o acesso de informações no meio social.

BIBLIOGRAFIA: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIRETOS HUMANOS. Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de San José de Costa Rica", 22 de Novembro de 1969. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Ricardo Canese V. Paraguai. Sentença de 31 de Agosto de 2004. SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos. Os direitos humanos e a proteção dos Povos Indígenas: uma análise comparativa do Brasil e da Bolívia. Ijuí: Unijuí, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5335**

TITULO: **PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DE IMAGENS EM MOVIMENTO EM PLATAFORMAS DE STREAMING**

AUTOR(ES) : **ANNA CLARA BEZERRA BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar diretrizes para uma política de indexação dentro de uma plataforma streaming de vídeo. A escolhida para o trabalho foi a Netflix por ter sido a pioneira em oferecer este serviço e por ter o maior número de usuários que a utilizam. Os procedimentos metodológicos desdobram em descritivos, explicativos, bibliográficos e documental de abordagem qualitativa. A pesquisa documental serviu de base para analisar a estrutura da plataforma da Netflix e a pesquisa bibliográfica serviu de subsídio para elaboração das propostas de política de indexação. O resultado mostrou que o principal problema da plataforma em questão é a indexação, já que é feita inadequadamente e acaba interferindo em outras partes do sistema que dependem dela. Há investimento para queh aja adesão de conteúdo e em marketing para a plataforma, e apesar do sistema ser capaz dec omportar um grande volume de dados. Porém, não se percebe investimento em um grupoe especializado para que haja a indexação correta dos conteúdos e assim uma melhora rganização e visualização do mesmo. Conclui-se que uma política de indexação adequada para a plataforma facilitaria a recuperação da informação por parte do usuário.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 14, n. 2, 1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73170>. Acesso em: 23 ago. 2021. FUJITA, M. S. L.; GIL-LEIVA, I. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. Ciência da Informação, v. 43, n. 1, 2014. GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL LEIVA, Isidoro. Aspectos conceituais da Indexação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro (Editores). Política de indexação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-105.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5350**

TÍTULO: **APLICAÇÕES DA FOLKSONOMIA EM AMBIENTES WEB: ANÁLISE DE PLATAFORMAS COLABORATIVAS DE REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CONTEÚDOS**

AUTOR(ES) : **THAMIRES NASCIMENTO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Este trabalho integra o Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado "Folksonomia Assistida para Repositórios Institucionais", o qual possui abordagem epistemológica (teórica) e pragmática (prática) no intuito de analisar as potencialidades da Folksonomia Assistida para a indexação e recuperação semântica das produções científicas em Repositórios Institucionais. Estuda aspectos concernentes à Folksonomia no âmbito das plataformas que utilizam práticas colaborativas de representação de conteúdos na web. Tem como objetivo descrever qualitativamente o processo de representação colaborativa da informação em plataformas de textos, imagens, áudios e vídeos com vistas a apresentar as aplicações da Folksonomia nesses contextos. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográficas, documental, exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. As plataformas selecionadas para a pesquisa foram: *Goodreads* (texto), *Archive of our own* (texto), *Arquigrafia* (imagem), Last.fm (áudio), Youtube (vídeo). Observa variações em relação às aplicações folksonômicas, moderações e assistência aos usuários nos ambientes analisados. Consta ainda que dentre as funcionalidades implementadas nessas plataformas para fins de representação do seu conteúdo, foi possível visualizar iniciativas que integram a linguagem natural dos usuários com o apoio de instrumentos de controle terminológicos (como tesaurus, ontologias e taxonomias). Observa ainda que em alguns casos foi possível identificar diretrizes que orientam as práticas de etiquetagem a serem realizadas pelos usuários nas plataformas, visando contribuir para a qualidade da representação da informação e, consequentemente, serendipidade e encontrabilidade dos conteúdos. Conclui ressaltando que as orientações identificadas nesta pesquisa podem ser adaptadas para a implementação em outros ambientes digitais, como por exemplo os Repositórios digitais de acesso aberto à comunicação científica.

BIBLIOGRAFIA: GOODREADS. Goodreads. Disponível em: <https://www.goodreads.com/>. Acesso em: 20 out. 2021. ARCHIVE OF OUR ONW. A fan-created, fan-run, nonprofit, noncommercial archive for transformative fanworks, like fanfiction, fanart, fan videos, and podfic. Disponível em: <https://archiveofourown.org/>. Acesso em: 20 out. 2021. ARQUIGRAFIA. Arquigrafia. Disponível em: <https://www.arquigrafia.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5355**

TÍTULO: **A OBRIGAÇÃO DE REPARAR NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: OS DIFERENTES CARÁTERES DE MEDIDAS REPARATÓRIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **IAGOR João SANTANA SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA,CAIO CESAR MORAES GRANDE GUERRA,DENISE TATIANE GIRARDON DOS SANTOS**

RESUMO:

As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtIDH), quando tratam de violações de direitos sociais, podem gerar obrigações de caráter distinto aos Estados, conforme demonstra sua jurisprudência. Nesse sentido, questiona-se: quais são os efeitos no cumprimento das medidas reparatórias de violações de direitos sociais, considerando o desenvolvimento da jurisprudência da CtIDH a respeito do enquadramento do descumprimento desse tipo de direito? À vista disso, tem-se como objetivo geral analisar a evolução do entendimento da CtIDH acerca do enquadramento das violações de direitos sociais, bem como os efeitos no cumprimento das medidas reparatórias em cada estágio. Como objetivos específicos, busca-se apresentar as especificidades dos direitos sociais e de suas formas de concretização; analisar os entendimentos da CtIDH sobre o enquadramento de violações de direitos sociais; e considerar os efeitos no cumprimento das medidas reparatórias em cada estágio de enquadramento pela CtIDH. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, valeu-se do método dedutivo e da pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com apresentação de análise qualitativa. Os direitos sociais, como direitos prestacionais exigem o comportamento positivo do Estado para sua concretização que, em geral, se dá por meio de políticas públicas. Dessa forma, para o cumprimento de sentenças que envolvem a violação desses direitos, em regra, é necessário disponibilidade financeira e, por vezes, até uma inovação legislativa do Estado sentenciado. Constatou-se que as violações de direitos sociais, inicialmente, eram lidas pela CtIDH à luz dos Direitos Cívicos e Políticos, no entanto, a partir do caso *Lagos del Campo vs. Peru*, julgado em 2017, passam a ser entendidas como descumprimento do art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que trata do desenvolvimento progressivo dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais (DESC). Por consequência dessa mudança, é alterado também o caráter das medidas reparatórias. Quando se trata de violações de Direitos Cívicos e Políticos, o Estado deve imediatamente garantir o objetivo-fim das medidas reparatórias, de forma que no período que essas são adotadas, mas o objetivo-fim ainda não foi alcançado, o Estado permanece em situação de violação. Por outro lado, quando se trata dos DESC, não existe a obrigação de alcançar o objetivo-fim imediatamente. Concluiu-se que as reparações de violações de direitos sociais por, em regra, importar políticas públicas de longo prazo, quando lidas à luz dos Direitos Cívicos e Políticos, podem implicar numa obrigação que o Estado não tenha condições de cumprir imediatamente. Em contrapartida, as reparações estabelecidas com fundamento no art. 26 da CADH não atribuem ao Estado a responsabilidade de alcançar um resultado imediato, no entanto, não parece ser claro os meios de avaliar se as medidas adotadas pelo Estado são suficientes para alcançar o objetivo-fim ao longo prazo.

BIBLIOGRAFIA: PIOVESAN, F. *Ius constitutionale commune latino-americano em Direitos Humanos e o Sistema Interamericano: perspectivas e desafios*. Direito e Práxis. Rio de Janeiro. v. 8, n. 2, p. 1356-1388. 2017 CARVALHO, O. F. *As políticas públicas como concretização dos direitos sociais*. Revista de Investigações Constitucionais. Curitiba. v. 6, n. 3, p. 773-794, set./dez. 2019. SALIBA, A. T.; VALLE M. F. V. *The Inter-american Court of Human Rights and the quest for equality: the fireworks factory case*. Blog of The European Journal of International Law . 2021. Disponível em: <inter-american-court-of-human-rights-and-the-quest-for-equality-the-fireworks-factory-case/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5375**

TÍTULO: **DIFICULDADES E DESAFIOS DO TRABALHO EM REGIME OFFSHORE**

AUTOR(ES) : **CARINA HOLANDA DE SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO:

O presente trabalho é fruto de uma revisão sistemática da literatura como parte da monografia de conclusão de curso em Administração da autora e tem por objetivo discutir o que é e como se caracteriza o trabalho *offshore*, designação dada às atividades em alto mar ou afastado da costa, que atende à indústria de petróleo (LEITE, 2009). Como método adotado para a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico com intuito de possibilitar a caracterização do trabalho *offshore* tendo por base a produção científica nacional no período de 2009 até 2021. As buscas foram feitas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas bibliotecas eletrônicas Scientific Periodicals Electronic Library (Spell) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando as palavras-chave a seguir no campo Assunto: "trabalho offshore"; "trabalho" and "indústria petrolífera". Apenas periódicos revisados por pares classificados com avaliação maior ou igual à pontuação B4 pelo sistema Qualis da CAPES foram selecionados. Após a leitura dos resumos e extração da ideia central dos artigos escolhidos, identificou-se nas suas referências bibliográficas artigos mais antigos dentro da temática, que forneceram conteúdo para uma construção de pesquisa mais robusta. Em seguida foram revisados artigos que analisaram as situações vivenciadas na rotina desses trabalhadores em função da natureza desafiadora do ofício e seus desdobramentos. Procurou-se também analisar as diferenças percebidas pela ótica da divisão sexual do trabalho no ambiente organizacional em foco. Os principais pontos que apareceram foram a periculosidade; a complexidade; o caráter contínuo dos processos e a atividade coletiva (COSTA *et al.*, 2015), além do regime de embarque, confinamento, trabalho em turnos e presença majoritária de trabalhadores do sexo masculino exercendo as funções. Pretende-se, com este estudo, contribuir para o campo dos estudos organizacionais e mundo do trabalho em Administração, se justificando por analisar dinâmicas e processos de organização dos profissionais que trabalham embarcados além de subsidiar a coleta de dados para a pesquisa empírica a ser realizada com esses trabalhadores futuramente.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, P. G. F. et al. A efetividade de metodologias de diagnóstico rápido em ergonomia em plataformas offshore: revisitando o conceito de modo degradado de funcionamento. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, v. 40, n.132, p. 121-136, 2015. LEITE, R. M. S. C. Vida e trabalho na indústria de petróleo em alto mar na Bacia de Campos. Ciência & saúde coletiva. [S.l.], v. 14, p. 2181-2189, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **5378**

TÍTULO: **DIVERSIDADE, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS E UNIDADES DE INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **ANNA PAULA LAMEIRAS MEDEIROS,VIVIANE MARINHO GUIMARÃES,MARIANA DE GÓES PATRÍCIO,LARISSA LOURENÇO LIMA**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO VICTOR BOTÃO**

RESUMO:

Desde os primórdios, o ser humano adota classificações apoiada em estereótipos que devem ser convencionados para obter uma certa aceitação social atrelada à estratificação de camadas ou castas. A partir desta perspectiva, surgem, diversificam e estabelecem-se condutas que configuram diversidade e culminam com um comportamento preconceituoso. A Constituição Federal declara que todos são iguais perante a lei. Entretanto, certas características particulares de cada pessoa podem afetar positivamente ou negativamente o julgamento alheio. Tal ação é inerente a todo ser humano, e, geralmente, é usada como pretexto para o preconceito nas Organizações, extrapolando a esfera social. Sendo assim, justifica-se a importância desta pesquisa, uma vez que ela aborda um tema pertinente ao nosso atual contexto social. Com isso, a proposta desse trabalho objetivou abordar e contextualizar os conceitos de diversidade, preconceito e discriminação; estabelecer as relações dos referidos conceitos com os ambientes organizacionais e as unidades de informação e; analisar o papel do bibliotecário e das unidades de informação no enfrentamento dessa problemática. Para tanto, na metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e de cunho qualitativo, na qual foi levantada na literatura científica das áreas da Ciência da Informação, Administração, Gestão de Pessoas e Ciências Sociais sobre assuntos relativos à diversidade e os impactos dos preconceitos gerados pela mesma. Concluiu-se que, atualmente, há ainda preconceito e discriminação no ambiente organizacional, porém as Organizações e os bibliotecários têm trabalhado para diminuir esses conflitos e aumentar a inclusão social.

BIBLIOGRAFIA: UNESCO; IFLA. Manifesto da Ifla/Unesco sobre Bibliotecas Públicas 1994. In IFLA. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021 LAGARDE, Marcela. Identidad de Género y Derechos Humanos. La construcción de las humanas. In: STEIN, Laura Gúzman; OREAMUNO, Gilda Pacheco (Org.). Estudios Básicos de Derechos Humanos IV. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996. Acesso em: 28 ago 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5398**

TITULO: **REVISTA VERSUS: UMA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PERIÓDICO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19**

AUTOR(ES) : **LETÍCIA DA PAZ MAIA,GABRIELLE CRISTINA DIAS DA SILVA SANTOS,BEATRIZ DOS SANTOS MONTEIRO BRAGA,JÚLIA RIBEIRO,LETÍCIA ABREU PAIXÃO**

ORIENTADOR(ES): **WALDELICE MARIA SILVA DE SOUZA,LICHA**

RESUMO:

A Revista Versus é um periódico semestral vinculado à Coordenação de Atividades Culturais do CCJE (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) e tem como foco a produção de material jornalístico, cultural e acadêmico dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

O trabalho proposto visa apresentar a experiência e os desafios da produção totalmente virtual de duas edições da Versus durante a pandemia do Covid-19.

Em termos metodológicos, o periódico funciona a partir de uma equipe multidisciplinar composta por membros de três segmentos da universidade: docentes, técnicos e discentes. O fluxo editorial abrange um conselho editorial, um(a) editor(a), um(a) editor(a) executivo(a), técnicos e estudantes bolsistas que atuam em seções de trabalho subdivididas em pesquisa: levantamento de dados, entrevistas, análise de documentos e checagem de informações; produção de conteúdo e de material gráfico; revisão e guarda da memória: alocação e manutenção do acervo em nuvem virtual. Ainda, cada número da revista conta com colaboradores que contribuem para a edição.

Apresentaremos como o sistema de planejamento, pesquisa, execução e publicação da Versus operou de maneira remota em 2021 diante da necessidade de distanciamento físico imposto pela pandemia do Covid-19. A partir da análise da experiência prática, serão abordados os desafios, métodos, ações e os resultados alcançados pela equipe durante esse período.

No ano de 2021 foi publicada a edição número 8 da Versus e produzidos dois episódios de podcast relacionados às matérias para o Versus Podcast, subproduto do periódico. Para 2022 os resultados esperados são a publicação de mais uma edição, gestada desde o final de 2021, novos episódios no formato de podcast e inserção nas redes sociais.

BIBLIOGRAFIA: VERUS EDIÇÕES ANTERIORES. Versus - Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Disponível em:<https://versus.ccje.ufrj.br/edicoes-antiores/> VERUS HOJE. Versus - Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Disponível em: <https://versus.ccje.ufrj.br/versus-hoje/> VERUS PODCAST. Versus - Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Disponível em: <https://versus.ccje.ufrj.br/versus-podcast/>

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5401**

TITULO: **EMPREENDEDORISMO SOCIAL: DESAFIOS NA GESTÃO**

AUTOR(ES) : **GUILHERME SOUZA FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA,JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA,VALERIA ALMEIDA DE LIMA**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é investigar ferramentas para dinamizar a gestão de pequenos negócios, tendo em vista a necessidade de o empreendedor alavancar seu negócio com poucos recursos e reduzido número de pessoas. A metodologia do trabalho, enquanto projeto de iniciação científica, é bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa.

Os efeitos perversos da desigualdade no Brasil foram ampliados com a pandemia do Covid-19, que contribuiu para o crescimento do desemprego no país. Este estudo é parte do Projeto de Extensão PGI Empreende da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ), que objetiva identificar demandas de empreendedores sociais, com vistas a contribuir para a consolidação de pequenos negócios.

A metodologia do projeto é exploratória e descritiva, prevendo a realização de levantamentos bibliográficos e documentais, a realização de pesquisa de campo e estudos de caso, com abordagem combinada, que integra aspectos qualitativos e quantitativos.

Martens e Freitas (2006) destacam a relevância do empreendedorismo para a performance de pequenos e micro empreendedores. No que se refere ao empreendedorismo social, é preciso, ainda, considerar o impacto das ações desse empreendedor na comunidade (Silva e Oliveira, 2017, p2).

Dados do SEBRAE (2020) indicam que “o setor de microempreendedores individuais é o que apresenta maior taxa de mortalidade de negócios em até 5 anos”. Entre os principais fatores para tal mortalidade estão a falta de planejamento e de gestão. Existe um farto arsenal de ferramentas para dar suporte a estes empreendedores. Tais ferramentas abordam diferentes elementos, voltadas para o marketing, logística, gestão de pessoas, controle de produção, vendas, entre outros. Nesse sentido, existem perguntas a serem respondidas, que possibilitem entender se os empreendedores utilizam alguma ferramenta de apoio à gestão e os aspectos que envolvem a questão.

Num primeiro momento, como marco referencial, este estudo tem a perspectiva de levantar ferramentas de gestão capazes de dar suporte ao pequeno empreendedor. Em seguida, na realização do campo, serão levantadas informações sobre as principais demandas desses empreendedores. Finalmente, como resultado esperado, será proposta a adequação das ferramentas à realidade do empreendedor, contribuindo para a consolidação do negócio.

BIBLIOGRAFIA: MARTENS, C. D. P.; FREITAS, H. Empreendedorismo e desenvolvimento de micro e pequenas empresas: proposição de um modelo baseado na Internet para estimular a orientação empreendedora. In: Cong Intern de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (CONTECSI), 3º, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2006. p. 245. SEBRAE (2020). Relatório interno “Sobrevivência das empresas mercantis brasileiras”. Disponível em: Apresentação do PowerPoint (datasebrae.com.br). Acesso: 15 out 2021. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5404**

TÍTULO: **NOVO EIXO DE ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR DO NAJUP**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ ALCIERI BATISTA, ESTER GERONIMO PEREIRA DA SILVA, SABRINA DA SILVA BATISTA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

O NAJUP Luiza Mahin é um projeto de extensão da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ com o propósito de troca de saberes entre graduandos e movimentos sociais, visando conciliar o pensamento crítico dos futuros profissionais. Para isso, o NAJUP, tendo como referência o modelo analítico-experimental de Bell Hooks e modelo freiano de educação libertadora orientada pela dialógica, é pautado por um ideal de horizontalidade, afastando-se hierarquias entre professores, alunos e a comunidade. Com isso, pretende-se conceder ao estudante coadjuvar na construção de uma sociedade mais justa por meio da atuação nos conflitos sociojurídicos de modo que sejam ativos na concretização de direitos e políticas públicas. (NAJUP, 2012)

Alicerçada na metodologia de educação popular, a assessoria jurídica visa construir conhecimento junto à comunidade, possibilitando “sínteses culturais”. (FREIRE, 1996). Assim, a pesquisa militante tem como compromisso que as ações de pesquisa correspondam a mudanças na realidade material, apontando para lutas políticas indispensáveis. Ademais, o Direito Insurgente permite pensar um direito que, orientado pela materialidade empírica dos movimentos de lutas populares, crie efeitos que permitem reivindicar o espaço jurídico de forma política para a determinação de realidades e suas possíveis mudanças.

O NAJUP Luiza Mahin constitui uma assessoria jurídica popular assentada nos eixos da defesa da reforma agrária, direito à cidade e direito à educação crítica. O primeiro se dá junto ao MST e através da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, uma expressão da luta pela reforma agrária no âmbito das universidades. O segundo eixo, o direito à cidade, é orientado pela luta contra a mercantilização da moradia e a consequente dessocialização das relações de troca capitalista. Por sua vez, o direito à educação crítica tem como alvo a formação dos estudantes universitários através de reuniões internas, seminários e aulas públicas. Por fim, a produção científica tem como referência epistemológica a pesquisa militante que sempre se relaciona com a assessoria jurídica.

Em 2020, o NAJUP ganha mais uma frente de atuação: defesa da vida e a luta pelo desencarceramento. A frente constitui o resultado da união de movimentos sociais que lutam contra a atuação violenta do Estado e o controle social seletivo. Outrossim, a frente tem como um dos objetivos tornar pública as deficiências do sistema penal a fim de impulsionar o desencarceramento. Ademais, a visibilidade do projeto foi impulsionada através do uso das redes sociais, posteriormente, no Período Letivo Excepcional, as reuniões virtuais passaram a integrar a rotina do Núcleo. No contexto da pandemia, adotou-se um número de Whatsapp para solucionar dúvidas e fornecer orientação jurídica, bem como a produção de cards sobre o auxílio emergencial divulgados nas redes sociais.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 30. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. PAZELLO, R. P. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina. Ver. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N.3, 2018, p. 1555-1597. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/indez.php/resvistaceaju/article/view/36564>. Acesso em: 13 de out de 2021. TROTTA, Mariana. SETE ANOS DE LUTA: A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR LUIZA MAHIN

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5405**

TÍTULO: **ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR COMO PRÁTICA INSURGENTE NA LUTA PELO DESENCARCERAMENTO**

AUTOR(ES) : **NATAN AMURIM RIBEIRO, THAMIRES AZEREDO CHAVES, IGOR ASSUNÇÃO LOPES, SABRINA DA SILVA BATISTA, JÉSSICA SANTOS LEMOS DO NASCIMENTO, AGNES MORAES LOPES GAMA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo apresentar a atividade do eixo pelo desencarceramento do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Luiza Mahin, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UFRJ.

O atual contexto da pandemia trouxe novos dilemas para as pessoas privadas de liberdade e seus familiares, uma vez que as vistorias e visitas foram interrompidas, no ano de 2020, causando grande preocupação, visto que são fundamentais para a apuração de violações e garantia de direitos humanos.

Diante dessa conjuntura foi criada pela Frente Estadual pelo Desencarceramento RJ e pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) a Plataforma Desencarcera, RJ, atuação que o NAJUP integra desde outubro de 2020. A Plataforma é uma ferramenta que surge com o objetivo de monitorar os espaços de privação de liberdade através do recebimento de denúncias e encaminhamento de denúncias sobre violações de direitos no sistema prisional e socioeducativo fluminense aos órgãos competentes. Essa atuação tem como objetivo identificar as violações ocorridas, promover denúncias e incidências sobre os órgãos públicos, bem como publicizar o que ocorre dentro do sistema carcerário, a exemplo do relatório e boletim semestrais publicados pela Plataforma.

A Frente, grupo que reúne em torno de si uma série de movimentos sociais vinculados ao tema da violência do estado e do controle social penal seletivo, integra uma articulação nacional, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, cujo objetivo é a abolição da população carcerária.

No decorrer do ano de 2021, a atuação do NAJUP se expandiu para além das contribuições na triagem, construção e encaminhamento de ofícios relativos às denúncias, passando a integrar também a incidência política, incidindo em projetos legislativos que impactam pessoas em privação de liberdade e seus familiares, a exemplo da articulação referente ao Projeto de lei nº 2131/2016. Em junho deste ano integrou a Audiência Pública do Habeas Corpus (HC) Coletivo 165.704 e tem atuado também em campanhas contra o uso de videoconferência nas audiências.

Importante destacar que a dinâmica entre o NAJUP e os movimentos populares é guiada pela categoria do direito insurgente que, de acordo com Pazello (2018, p. 3) "[...] é uma proposta transitória, dentro de contextos geopolíticos como o do continente latino-americano, de uso tático do fenômeno jurídico". Entendendo essa tática enquanto elemento subordinado à uma estratégia maior de emancipação. Formulação que pode ser explicitada também da seguinte forma: "[...] relação entre direito e movimentos populares [...] Um sem outro se tornam corpo sem alma, crítica sem armas" (PAZELLO, 2018, p. 3).

Portanto, objetiva-se com essa atuação pelo desencarceramento a promoção de efetivos direitos às pessoas privadas de liberdade e também a seus familiares, de maneira que possam, através de uma mobilização constante, contornar o atual cenário de violação dos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. PAZELLO, R. P. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1555-1597. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36564>. Acesso em: 13 de out. de 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5409**

TÍTULO: **O USO DO INSTAGRAM NA BIBLIOTECA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (CAP/UFRJ)**

AUTOR(ES) : **YNGRID DA LUZ BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **TATYANNE FERREIRA**

RESUMO:

O perfil da Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ) no *instagram* tem como finalidade compartilhar postagens de temas voltados para educação, saúde, literatura, entretenimento, dentre outros. O conteúdo publicado é variado e integra toda comunidade escolar e demais seguidores. Esse trabalho tem como objetivo principal verificar a relevância do uso do *instagram* da biblioteca como ferramenta de informação e interação com a comunidade. Dessa forma, a pesquisa apresenta as abordagens exploradas através da criação de conteúdos feitos pelo aplicativo *Canvas*. O trabalho ressalta algumas métricas disponíveis no *instagram* que estão relacionadas aos indicadores de audiência e engajamento. Neste sentido, Cavallini (2008) destaca que todas as transformações tecnológicas culminaram em mudanças de comportamento no mundo que consequentemente influenciaram o mercado e a forma de entendê-lo, principalmente pelo fato de terem surgido novas mídias, como também novas funcionalidades. Deste modo, a biblioteca escolar tem o papel de divulgar nas redes sociais informações relevantes que contribuem no processo de aquisição de conhecimento dos alunos e demais usuários reais e potenciais. Para Gasque (2016, p. 19) se tratando sobre o aspecto de ensino-aprendizagem, "a internet e as mídias sociais constituem-se ferramentas importantes de apoio ao letramento informacional e ao aprender, além de serem conteúdos de aprendizagem necessários aos aprendizes". A metodologia deste trabalho consiste na pesquisa bibliográfica que conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 199) "abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos [...]". Dessa maneira, foi possível levantar informações sobre os conceitos de biblioteca escolar, redes sociais e marketing digital. A pesquisa que também é do tipo exploratória, pois "obtem-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo [...]" (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 204) utiliza os recursos estatísticos do *instagram* para coletar os dados que proporcionaram mapear o alcance das publicações e impressões; *stories* e as respostas destes; interações dos conteúdos publicados; assuntos com maior destaque; dentre outras. As postagens serviram para dar visibilidade aos produtos e serviços da Biblioteca, além de contribuir na aproximação dos usuários com a biblioteca. A pesquisa já aponta alguns resultados preliminares, tais como: aumento de seguidores e maior interação com os usuários da comunidade escolar através dos comentários e mensagens via direct. Assim sendo, o Instagram também é utilizado como um canal de comunicação da Biblioteca. Espera-se reforçar a missão da Biblioteca que é garantir acesso à informação e promover a leitura, visando formar cidadãos críticos com competências para uso eficaz da informação.

BIBLIOGRAFIA: CAVALLINI, Ricardo. O Marketing depois de amanhã. São Paulo: Ed. do Autor, 2008. GASQUE, Kelley C. G. D. Internet, mídias sociais e as unidades de informação: foco no ensino-aprendizagem. Brazilian Journal of Information Science, v. 10 No 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14603>. Acesso em: 29 nov. 2020. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5462**

TÍTULO: **AS TRANSFORMAÇÕES DO PÓS-GUERRA FRIA PARA A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA IRREGULAR NO SISTEMA INTERNACIONAL**

AUTOR(ES) : **ARTHUR MEIRELLES BAGNO, BRENDA DE OLIVEIRA BRASIL**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

Durante a Guerra Fria, a busca pela manutenção ou expansão de influência dentro do tabuleiro geopolítico impulsionou a mobilização das duas superpotências da época para o financiamento de grupos intermediários na prática da violência. Sob o final do ordenamento bipolar e a conjuntura de Estados falidos, esses agentes que antes eram sustentados pela estrutura vigente foram forçados a explorar fontes alternativas para garantir sua sobrevivência e a continuidade de suas atividades. Para além de uma transição puramente histórica, o que se observa é a fragmentação das formas de conduta na guerra irregular — prática conduzida por forças que não dispõem de uma organização militar regularizada ou de uma legitimidade institucional. Dessa forma, o presente estudo questiona como o cenário de pós-Guerra Fria projetou impactos sobre a produção da violência irregular no Sistema Internacional, e tem por objetivo propor uma análise acerca de tais transformações, observadas principalmente na estrutura de grupos insurgentes e de associações militares privadas. Valendo-se de uma metodologia de caráter explicativo e de uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica, a pesquisa irá dividir o enfoque em três pontos principais: novas fontes de financiamento da violência, novas motivações e objetivos estratégicos, e novas táticas de guerra.

BIBLIOGRAFIA: VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Editora Contexto, 2009. WILLIAMS, Paul D.. Security Studies: an introduction. New York: Routledge, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5485**

TÍTULO: **ANÁLISE EMPÍRICA DA APLICAÇÃO DE PRECEDENTES JUDICIAIS: A PROBLEMÁTICA DO TEMA 210 DO STF**

AUTOR(ES) : **MATHEUS ZANON GONÇAVES CARLOS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS AUGUSTO THOMAZ**

RESUMO:

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão publicada em 13.11.2017, fixou a seguinte tese relativa ao Tema 210: “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor”.

A fixação da tese deu ensejo a divergências jurisprudenciais acerca de sua aplicação, quanto ao prazo de prescrição, nos casos de danos morais decorrentes da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros. Assim, formaram-se duas correntes jurisprudenciais. Uma corrente, ao aplicar a tese, entende que o direito de pleitear danos morais prescreve em 2 anos, nos termos da convenção internacional. Outra corrente, ao não aplicar a tese, estabelece o prazo prescricional em 5 anos, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A pesquisa propõe-se a efetuar análise empírica da jurisprudência acerca do tema, a fim de perquirir se a aplicação do precedente oriundo do Tema 210 segue, de modo adequado, o modelo delineado no Código de Processo Civil (CPC).

Assim, buscou-se, nos sistemas automatizados dos websites do STF e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), decisões judiciais, proferidas entre 13.11.2017 e 21.06.2021, por meio das palavras-chave “tema 210”, “danos morais” e “prescrição”. No STF, foram encontradas 67 decisões. Dessas, de acordo com parâmetros da pesquisa, foram selecionadas 36, das quais, 16 aplicaram a tese e 20 não aplicaram. No TJRJ, foram encontradas 53 decisões, sendo que 41 foram selecionadas. Das decisões selecionadas, 37 aplicaram a tese e 4 não aplicaram a tese.

Evidenciou-se que as decisões selecionadas não foram fundamentadas de acordo com o modelo de aplicação de precedentes judiciais da tradição do common law ou do CPC.

Da análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, conclui-se que a aplicação da tese fixada no Tema 210 – pelo STF e TJRJ – destoa do modelo de precedentes do CPC, ao estabelecer – no art. 926 –, que “os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”.

BIBLIOGRAFIA: BARIONI, Rodrigo; ARRUDA ALVIM, Teresa. Recursos repetitivos: tese jurídica e ratio decidendi. Revista de Processo, São Paulo, n. 296, p. 183-206, out. 2019. BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Teoria do Precedente Judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais. São Paulo: Noeses, 2012. STRECK, Lenio Luiz. Precedentes Judiciais e Hermenêutica: o sentido da vinculação no CPC/2015. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5487**

TÍTULO: **UMA ANÁLISE ACERCA DA CRIMINOLOGIA DA REAÇÃO SOCIAL E O FENÔMENO DO LINCHAMENTO VIRTUAL**

AUTOR(ES) : **CLARA FERREIRA LABORNE VALLE**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

A presente pesquisa debruça-se sobre um recente fenômeno, cada vez mais perceptível em tempos de de autocomunicação de massa (CASTELLS, 1996), o aqui denominado “linchamento virtual”. Um indivíduo ou um grupo, seja através de suas redes sociais ou presencialmente, percebe um comportamento considerado inadequado para seus parâmetros morais. Identificado o responsável por tal atitude considerada inaceitável, é iniciado um ataque virtual maciço a este usuário, ataque este que ganha cada vez mais adeptos com o passar do tempo. Nesta campanha de repressão ao desviante, este recebe diversas ofensas, ameaças, xingamentos, por meio de suas redes sociais, e, a depender da proporção das manifestações, os ataques passam a ter consequências, também, no mundo real. É possível que o indivíduo perca seu emprego, amigos, relacionamentos, e sofra, até mesmo, ataques físicos, todos resultados da grande campanha em massa realizada *online* (XAVIER, TAVARES, CHAVES, 2021).

Passados alguns dias, ou semanas, as manifestações contra o indivíduo desviante vão perdendo o interesse e a visibilidade, e, com isso, outro desviante é encontrado e uma nova campanha de ataques e detrações começa.

Ora, poderíamos nos debruçar nos conceitos clássicos da criminologia da reação social, quais sejam “empreendedorismo moral” (BECKER, 1963) e “cruzada moral” (BECKER, 1963, GUSFIELD, 1963), com o intuito de explicar não o desvio em si, mas sim a reação das pessoas diante tais fatos. Desenvolvidos na década de 60, eles foram capazes de auxiliar nos estudos de comportamentos considerados desviantes e para os quais buscavam-se punições.

Contudo, tais conceitos foram desenvolvidos em realidades distintas das quais vivenciamos hoje. Dessa forma, seriam eles ainda capazes de nos auxiliar no estudo sobre o fenômeno do linchamento virtual?

O presente trabalho buscará, através do estudo dos referidos conceitos, bem como através da análise de artigos e livros que versem sobre o linchamento virtual, verificar até que ponto podemos nos valer da criminologia da reação social para compreender o que ocorre atualmente.

Por fim, partiremos de uma análise empírica de casos concretos de linchamentos virtuais, a fim de que consigamos delimitar melhor esse fenômeno e entendê-lo melhor.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, H. S. Outsiders: Studies in the sociology of deviance. Oxford, England: Free Press Glencoe, 1963. CASTELLS, M. A sociedade em rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GUSFIELD, J. R. Symbolic crusade: Status politics and the American temperance movement. Oxford, England: U. Illinois Press, 1963.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5504**

TÍTULO: **PÓS-GUERRA FRIA: ESTRUTURANDO A PAZ NO NOVO JOGO DE PODER**

AUTOR(ES) : **ALICE VERMELHO LEO CAMARGO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

O sistema internacional, arena na qual os Estados agem em busca de seus próprios interesses, tem como consequência natural a guerra. Entretanto, é possível analisar períodos em que a ausência de conflito militar direto entre as grandes potências foi possibilitada, como é o caso da Guerra Fria (1947-1991), devido à somatória de três fatores: a existência de um inimigo comum — que articulou a prática diplomática em detrimento da militar —, a criação de um sistema hierarquizado — que evitou proporções globais de conflitos localizados — e a paz não punitiva — que evitou posições revisionistas futuras.

Durante a Guerra Fria (1947-1991), o primeiro elemento se deu com a construção do princípio de mútua destruição por meio do desenvolvimento de armamentos nucleares pelas duas superpotências; o segundo, deu-se pela criação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e, o terceiro, pela não punição aos países do Eixo após a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1991, o inimigo comum continuou sendo a mútua destruição e a hierarquização se manteve por meio do Conselho. Entretanto, o terceiro grande pilar à manutenção da paz não foi respeitado: neste trabalho, a posição dos EUA enquanto vencedor e a da União Soviética enquanto perdedora, somadas às imposições feitas à URSS, são analisadas como uma espécie de punição — ou seja, como um gatilho à prática militar.

O objetivo deste trabalho é analisar como a guerra e a paz se estruturam no tabuleiro internacional a partir de 1991 e, sobretudo, no século XXI, entre as grandes potências. Será trabalhada a hipótese de que, apesar do rompimento de um dos pilares à sustentação da paz, o princípio de mútua destruição adquiriu complexidade o suficiente para inibir as ofensivas militares diretas entre as potências, mesmo com uma intensificação das rivalidades.

A pesquisa tem como embasamento teórico uma visão realista das relações internacionais em que o sistema global é identificado como uma arena de conflitos entre os Estados, agindo estes racionalmente em busca de seus interesses, integridade territorial e segurança. Para tanto, busca-se explorar a tese levantada por Metri em 2017 e 2020 a respeito dos elementos necessários à inauguração de períodos de paz entre as grandes potências mesmo em meio às pressões competitivas inerentes ao sistema internacional.

Em termos metodológicos, esta pesquisa se inicia com a análise histórica do impacto da paz punitiva a Guerra Fria (1947-1991) e o pós-Guerra Fria (a partir de 1991); em um segundo momento, serão aprofundadas as interações entre as três potências — EUA, Rússia e China — em um sistema no qual o Estado vitorioso se projeta e arbitra as decisões. Espera-se mostrar como a ameaça nuclear pressiona as grandes potências à paz, mesmo em meio ao rompimento de um dos seus três pilares asseguradores.

BIBLIOGRAFIA: METRI, Maurício. Reinterpretando as Origens do Sistema Internacional: as possibilidades de paz em tempos de guerra ontem e hoje. Sul Global, v. 1, n. 1, p. 39-59, 2020. METRI, Maurício. A diplomacia monetária dos Estados Unidos nos anos setenta. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5513**

TÍTULO: **FOLKSONOMIA E REPRESENTAÇÃO COLABORATIVA DA INFORMAÇÃO EM PLATAFORMAS DE JOGOS DIGITAIS: UM ESTUDO DE CASO NA PLATAFORMA STEAM**

AUTOR(ES) : **TAMIRES CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

A pesquisa apresenta uma breve contextualização do mercado atual para os jogos digitais e relaciona esse tipo de informação com as ferramentas de representação da informação e conhecimento, em especial a Folksonomia, que pode ser descrita como por Wal (2005, tradução nossa) como “[...] o resultado da etiquetagem livre e pessoal de informações e objetos (qualquer coisa com URL) para sua própria recuperação”. Discorre também sobre a *Web 2.0* e como sua característica participativa contribui para uma nova maneira de interação e produção de conteúdo online, bem como a criação de ferramentas que auxiliam na representação colaborativa da informação e na criação de ambientes virtuais interativos como plataformas digitais, as quais permitem diversas trocas e transações *online*. Exemplifica algumas plataformas de jogos digitais, descrevendo o tipo de organização e classificações que elas possuem. Tem como objetivo geral evidenciar as aplicações da Folksonomia em plataformas de jogos digitais, em especial o *Steam*. Objetiva especificamente descrever as características e funcionalidades desta plataforma; analisar como a Folksonomia auxilia na organização, representação, recuperação, recomendação e encontrabilidade de jogos; descrever as implicações positivas e negativas da Folksonomia nesse contexto. Para isso, foram realizadas as pesquisas bibliográfica, documental, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa e realização de um estudo de caso na plataforma *Steam*. A pesquisa Bibliográfica foi realizada nas bases BDTD, BRAPCI e no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os termos folksonomia, representação colaborativa da informação, jogos digitais, plataformas de jogos digitais e Steam. Conclui-se que a Folksonomia é uma ferramenta eficiente para a Organização, Recuperação e Encontrabilidade da informação, visto que auxilia no processo de indexação dos produtos e no processo de busca da plataforma, além de ser um fator importante no sistema de recomendação de produtos e influenciar no processo de personalização das contas dos usuários. Ademais, aponta as implicações positivas e negativas do uso da Folksonomia dentro do Steam, reiterando as potencialidades dessa ferramenta para as Plataformas de Jogos Digitais, assim como são apresentadas melhorias pontuais para a plataforma. Conclui-se enfatizando a importância da atuação do profissional bibliotecário no processo de organização, gestão, tratamento e recuperação da informação em plataformas de jogos digitais, como por exemplo o Steam.

BIBLIOGRAFIA: WAL, T. V. Folksonomy definition and wikipedia. Vanderwal.net, [S. l.], 2005. Disponível em: <http://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1750>. Acesso em: 19 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5531**

TÍTULO: **INCLUSÃO DIGITAL EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)**

AUTOR(ES) : **AMANDA KRISHNA DE OLIVEIRA,LEONARDO RUMA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA,ELIANE RIBEIRO PEREIRA,VALERIA ALMEIDA DE LIMA**

RESUMO:

O objetivo deste estudo é investigar a inclusão digital em EES, especialmente a análise da situação em camadas mais fragilizadas da sociedade. Foram selecionadas as cooperativas populares incubadas pela ITCP/UFRJ, como objeto principal de estudo.

A metodologia utilizada é de caráter exploratório, tendo como base pesquisa bibliográfica e documental. Além disso, foi realizada pesquisa qualitativa acerca da relação desses cooperados com o mundo computacional, envolvendo, também, aspectos comportamentais.

A literatura (OLIVEIRA, 2007; SILVEIRA, 2001) indica que temas como pobreza e analfabetismo são indissociáveis à questão, uma vez que a exclusão digital tem correlação com a exclusão social. Assim, é importante desenvolver métodos para ampliar a inclusão digital, como a tecnologia social investigada nesta pesquisa.

Indivíduos com maior poder aquisitivo tendem a ter acesso facilitado à tecnologia. Enquanto isso, os extratos mais pobres acabam por ter um acesso retardado às inovações, o que compreende uma grande problemática na era informacional. Portanto, refletir sobre esses pontos possibilita o desenvolvimento de estratégias de inclusão mais efetivas.

Nas últimas décadas, com o avanço cada vez mais significativo da globalização e internacionalização da economia, os países subdesenvolvidos aceleraram a caminhada para a obsolescência da sua mão de obra. A consequência é a não incorporação dessas pessoas no mercado de trabalho, agravando as desigualdades sociais e proporcionando uma perspectiva de estagnação da miséria.

A análise das cooperativas populares objeto deste estudo, aponta que as experiências baseadas na economia solidária apresentam uma realidade que possibilita pensar na ampliação das oportunidades de acesso à tecnologia por esse público. Entretanto, o maior desafio é combater a exclusão digital dentro de uma lógica de atividades de subsistência, que dificultam a inclusão buscada. Até este momento, foram identificadas dificuldades, especialmente, no uso de equipamentos e das redes sociais. Isto aponta para o desenvolvimento de ações e capacitações voltadas a promover a inclusão desse público, bem como para a ampliação de sua comunicação com o mercado.

BIBLIOGRAFIA: OLIVEIRA, N.L. O caminho digital para a inclusão social: a revolução tecnológica e a construção da cidadania. UNB, FACE, Programa de Pós graduação em Ciência da Informação. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3248/3/2007_NataliaLeitedeOliveira.PDF. Acesso em 10 Nov. 2020. SILVEIRA, S. A. da. Exclusão digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5562**

TÍTULO: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MARKETING E INOVAÇÃO**

AUTOR(ES) : **RONALDO GUMARAES DOS SANTOS JUNIOR,ELIZEL MARINS MARINHO,DANIEL RODRIGUES CORDEIRO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA,ZAINA SAID EL HAJJ,ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO:

Vivemos em um país de muitas desigualdades sociais e econômicas, agravadas pela pandemia do Covid-19. Este estudo é parte integrante do Projeto de Extensão PGI Empreende da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ), que visa investigar demandas de empreendedores sociais e contribuir para a superação de seus desafios no mercado. A metodologia do projeto é exploratória e descritiva, prevendo a realização de levantamentos bibliográficos e documentais, pesquisa de campo e estudos de caso.

Com a pandemia, as atividades presenciais migraram para a forma remota, intensificando o uso da internet e de dispositivos computacionais. Empreender neste setor aparece como uma oportunidade neste momento. Há diferentes conceitos de empreendedorismo, que consideram a iniciativa de implementar novos negócios ou mudar os já existentes, e o olhar de Schumpeter (1950) que aponta a destruição criativa. Ao mesmo tempo, as restrições sanitárias e o distanciamento social são fatores que dificultam o desenvolvimento do trabalho do empreendedor social, que atua em prol do coletivo, produzindo bens e serviços para a comunidade (Silva e Oliveira, 2017, p2).

O objetivo deste trabalho é desenvolver atividades técnicas de apoio a um empreendedor da área de Tecnologia da Informação. A escuta ativa realizada evidenciou que o principal ponto para investigação abrangia a captação de clientes. Dentro desta análise foram identificados três possíveis diretrizes de aprofundamento: redes sociais, propaganda e networking (através de clientes).

Após a análise preliminar, será desenvolvido um diagnóstico com a realização de análise de posicionamento de mercado, divulgação e marketing do empreendimento, para identificar os gargalos e pontos críticos a serem trabalhados, de forma a contribuir para a consolidação e sustentabilidade do negócio no mercado de consultoria e prestação de serviços tecnológicos.

O trabalho está sendo realizado de forma participativa, visando o desenvolvimento de competências simultâneas de todos os envolvidos, com os autores atuando em todas as etapas do processo.

BIBLIOGRAFIA: SCHUMPETER, J. (1950) Capitalism, Socialism, and Democracy, 3rd edition, Harper and Row, New York, 1950. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5565**

TÍTULO: **OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO: SOB A PERSPECTIVA DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO.**

AUTOR(ES) : **MANUELLA BATISTA NOGUEIRA, MARIA EUGENIA SILVEIRA DE MELLO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

A pandemia da covid-19 evidenciou a forma como a sociedade brasileira se organiza e quais são seus principais problemas. Após mais de um ano da eclosão da pandemia, vemos os efeitos da crise sanitária, econômica, social e política, que além de promover a morte de mais de 500 mil pessoas, intensificou as desigualdades de gênero, raça e classe no país.

A ONU Mulheres para Américas e Caribe, ainda em março de 2020, alertava que a pandemia da Covid-19 promovia impactos diferentes para mulheres e homens. Motivo pelo qual apresentou documento com 14 recomendações aos estados com o objetivo de garantir as dimensões de gênero nas ações de respostas à pandemia. O documento apontava que trabalhadoras do setor de saúde, trabalhadoras domésticas, mulheres na economia informal, migrantes, refugiadas e mulheres em situação de violência seriam algumas das mulheres mais expostas ao Covid-19. Também destacou que "as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado.

O artigo tem como objetivo investigar os impactos da pandemia da covid-19 no trabalho das mulheres no Brasil, em atenção especial o trabalho doméstico remunerado e não remunerado.

A pesquisa promoveu a revisão bibliográfica de conceitos como: divisão sexual do trabalho, reprodução social, interseccionalidade, consubstancialidade e teoria unitária. Além de ter promovido o levantamento de pesquisa e sistematização de dados sobre o tema, com especial atenção aos impactos da pandemia para o trabalho da reprodução social da vida (terceirizado ou não). O artigo encontra-se dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte é realizada uma revisão da literatura sobre divisão sexual do trabalho e reprodução social. Na segunda parte é apresentado o debate sobre as imbricações entre classe, raça e gênero por meio das teorias da interseccionalidade, consubstancialidade e teoria unitária. Tais conceitos abordados nas duas primeiras partes são fundamentais para a análise do trabalho de reprodução social. Na terceira parte, com base em tais conceitos, são analisados alguns dados sobre o trabalho das mulheres na pandemia. Por fim, na quarta parte, são feitas reflexões sobre os impactos da pandemia na vida das trabalhadoras domésticas.

Os impactos da pandemia da Covid-19 estudados ao longo desses mais de 15 meses revelam o aprofundamento das desigualdades e abismos sociais antes já observados. Nesse cenário de crise sanitária, econômica, política e social, o capitalismo amplia ainda mais a exploração das mulheres, especialmente das mulheres negras. A desresponsabilização pelo Estado e pelo capital com os mais vulneráveis, é a explicitação da violência do sistema capitalista. As reflexões trazidas neste artigo apontam que é urgente a promoção de políticas públicas, interseccionais, que apoiem e protejam as mulheres nas suas atividades de cuidado durante a crise sanitária, assim como, garantam renda e à preservação da vida.

BIBLIOGRAFIA: BEVILACQUA, P. Mulheres, violência e pandemia de coronavírus. Fiocruz Minas, 2020. Disponível em: <<http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-epandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em 19/05/2021. IPEA. ONU. PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Márcia. Nota Técnica número 75: As vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, IPEA, 2020. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidade%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf>. Acesso em: 20/05/2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5573**

TÍTULO: **“MAIS ARMAS, MENOS CRIMES?”: UMA ANÁLISE SOBRE AS MODIFICAÇÕES NA POLÍTICA DE ARMAS NO GOVERNO BOLSONARO E OS SEUS DISCURSOS JUSTIFICADORES**

AUTOR(ES) : **LAURA SANTOS REIS FULGÊNCIO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

Pretendo, nesta pesquisa, sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier, identificar as mudanças na política pública sobre armas implementadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-), com o objetivo de investigar os discursos justificadores para a desburocratização e ampliação do acesso a armas de fogo e munições. Com tal intuito, analisarei qualitativamente documentos oficiais, que foram emitidos por instituições do Estado, quer seja por meio da Exposição de Motivos ou da Manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de Nº 6.675, bem como documentos não oficiais, os quais envolvem declarações de atores ligados ao atual governo. E, com isso, investigar os fundamentos usados para dar legitimidade aos decretos pró-armas editados pelo Presidente Bolsonaro, que regulamentam a Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, conhecida comumente como Estatuto do Desarmamento. Por fim, apresentarei uma reflexão teórica desenvolvida sobre os efeitos da política de armamento civil para a segurança pública e o combate ao crime.

BIBLIOGRAFIA: AZEVEDO, R. G. DE; CIFALI, A. C. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 1, p. 105-127, 27 abr. 2015. ROCHA, Liz Zimmermann; CURY, Elaine Moreira Alves. Armas de fogo e a sociedade brasileira: uma análise sobre armamento, desarmamento e segurança pública. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 73-92, out. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5589**

TÍTULO: **PAZ E INTEGRIDADE VIOLADAS: OS CASOS DE ABUSOS E EXPLORAÇÕES SEXUAIS COMETIDOS PELOS SOLDADOS DE PAZ DA ONU CONTRA AS MULHERES HAITIANAS DURANTE A MINUSTAH**

AUTOR(ES) : **ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é evidenciar como a Organização das Nações Unidas (ONU) teve atitudes ineficazes para garantir a segurança da população feminina haitiana nos casos de abuso e exploração sexual cometidos pelos *peacekeepers* da MINUSTAH. A questão da violência sexual no Haiti aumentou significativamente com a chegada da ONU na região por questões de: desejo do homem em exercer sua dominação sobre a mulher em um ambiente de vulnerabilidade social e econômica; falha do homem em exercer seus deveres impostos pela sociedade de masculinidade; aumento na procura pela prostituição local devido à uma grande presença internacional, favorecendo o crescimento da indústria sexual no país. Ademais, a abordagem teórica trabalhada é a da paz liberal defendida por Richmond (2010) e Guerra e Blanco (2018) já que possui associação com o contexto das falhas de atuação em intervenções de paz, principalmente, na parte de violência sexual.

Em relação às considerações finais do trabalho percebeu-se que os descumprimentos dos *peacekeepers* provavelmente favoreceram a ocorrência dos casos de abuso e exploração sexual durante a MINUSTAH visto que, sob a supervisão da ONU, eles descumpriram os códigos de conduta instaurados pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) de manterem e respeitarem os costumes e as leis locais do Haiti sem trazer prejuízos físicos, sexuais ou psicológicos para a população. Sobre a assistência e o apoio às sobreviventes de abuso e exploração sexual cometidos por soldados da ONU, a Organização anunciou em seu site oficial que possui um fundo de assistência financeira de mais de US\$ 2,5 milhões. Porém, não informa que as sobreviventes devem recorrer durante anos nos tribunais judiciais para comprovar que de fato foram violentadas sexualmente, mesmo se tiverem filhos frutos dessas violências, e, mesmo assim, correm o risco de não receberem nenhuma ajuda financeira. Além disso, é importante que a ONU não repatrie os acusados de violência sexual para que eles sejam julgados no país que cometeram seus crimes. É necessário que a ONU analise, de forma mais aprofundada, as denúncias recebidas de violência sexual, abra e complete seus próprios processos de investigação e ofereça o auxílio necessário às vítimas durante toda a duração dos processos judiciais (oferecendo até provas contra os acusados, caso seja necessário). Ademais, é essencial que o governo haitiano ofereça a seus cidadãos, por meio de escolas e de uma eventual parceria com a ONU e com Organizações Não Governamentais, cursos de educação sexual. Por fim, segundo Maurás (2007), é importante que seja valorizado, o papel da mulher na sociedade como um todo e suas contribuições para a democracia e igualdade.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v.13, n.2, p. 5-30, 2018. DOI: 10.21530/ci.v13n2.2018.775. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/775/383>. Acesso em: 27 set.2021 RICHMOND, Oliver P. Para Além da Paz Liberal? Respostas Ao "Retrocesso". Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p. 297-332, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/ny8RXVTWjhjt563ttDFZnqm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set.2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5594**

TÍTULO: **O AUMENTO DOS ÍNDICES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E DA FOME NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO EXPLORATÓRIO.**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ RODRIGUES DE SOUZA,GILCIANE OLIVEIRA MODESTO,GUSTAVO DE LIMA LAURENTINO,ISABELLE FELIPE FERREIRA,JONATHAN JAYRO DA SILVA PAULA,LAURA MAZZA BAUMEIER MERHY,LUIZA ROSA MOREIRA DE SA OLIVEIRA,MARIA CLARA ARAUJO TAVARES,PIETRO CURZIO DE ALMEIDA,REBECA ZUQUI PINHEIRO,RUAN FRANCA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

A partir de pesquisa quanti e qualitativa em caráter amostral busca-se avaliar o aumento da insegurança alimentar e da fome no Rio de Janeiro durante a pandemia. Para isso, as filas de doações de cestas básicas constituíram espaço amostral para o levantamento de dados empíricos, já que um dos objetivos principais foi mapear a percepção, o comportamento e o papel do Estado frente a esse cenário de extrema vulnerabilidade. Partiu-se da literatura que sustenta que o direito à alimentação adequada é assegurado na Constituição de 1988 e deve ser assegurado pelo Estado mediante políticas que promovam a redução da fome e distribuição de renda no país.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas presencialmente com 20 participantes, por meio de um questionário socioeconômico e perguntas ligadas direta ou indiretamente à percepção e comportamento sobre insegurança alimentar individual e no núcleo familiar. Percebeu-se que a maioria das pessoas excluídas dos auxílios fornecidos pelo governo são moradoras de áreas periurbanas, situadas no Rio da Prata em Campo Grande, bairro que ainda possui um acesso limitado à internet, aos equipamentos públicos e praticantes de agricultura de subsistência. Além disso, também foram feitas entrevistas no Bairro do Recreio dos Bandeirantes, considerada área urbana para o presente estudo.

Ainda sobre o motivo da exclusão nas políticas do governo, verificou-se que uma parte considerável dos entrevistados nunca procurou ou foi procurada pelos órgãos municipais de Proteção Social (Centros de Referência), correspondendo a 100% da população periurbana e somente 1 entrevistado (9%) procurou e teve sua solicitação atendida pela Proteção Social na população urbana. Além disso, verifica-se o amplo desconhecimento sobre o direito à alimentação, correspondendo a 72% da população urbana e 100% dos participantes de zonas periurbanas e a alta informalidade nas relações de trabalho (77% periurbano e 54% urbano).

Foi possível observar que o cenário anterior à pandemia já não era economicamente favorável para as famílias brasileiras, mas se confirma que as medidas tomadas pelo Governo Federal, no sentido de contornar esse cenário, como o Auxílio Emergencial, foram insuficientes e com baixa incidência na amostra estudada. Adicionalmente foram conduzidas pesquisas com dois especialistas da área econômica e de políticas sociais e constatou-se que, como resultado de políticas econômicas do Governo Federal, os indicadores econômicos agravaram a situação. Neste ponto, o trabalho faz menção aos indicadores quantitativos relativos ao cenário econômico brasileiro e ao crescimento da fome no país.

Todos os coautores participaram efetivamente na análise dos dados e na redação do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: RBPSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 1 out. 2021. ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00161320, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5602**

TÍTULO: **ADI 6403 - POSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS DECISÕES DO CARF PELO JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DO FIM DO VOTO DE QUALIDADE**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA SILVA SABARÁ, PAULO BRAGA**

ORIENTADOR(ES): **CLARA GOMES MOREIRA**

RESUMO:

O CARF é o órgão do Poder Executivo que tem como finalidade precípua a revisão, por parte do Poder Executivo Federal, dos atos possivelmente eivados de vícios de legalidade quanto aos lançamentos tributários feitos em face dos contribuintes. Vinculado ao Ministério da Economia, é um órgão paritário, pois em todo julgamento deve haver quatro representantes do Fisco e quatro representantes dos Contribuintes. Por conta dessa igualdade de representação, diante da antagonista relação entre fisco e contribuintes, alguns julgamentos, por consequência, findam empatados. Assim, nestes casos, o regramento do CARF determinava que o voto de desempate seria do Presidente da Sessão, que, pelo regimento, deve ser um representante da Fazenda.

Nesse contexto, foi introduzido o art. 19-E na Lei n. 10.522/02, por meio da Lei nº 13.988/20, alterando a disposição do "voto de minerva", em caso de ocorrência de empate na Corte Administrativa, situação que seria resolvida em favor do contribuinte. Insurgindo contra às novas disposições, foram propostas três ações diretas de inconstitucionalidade: pelo procurador-geral da República (ADI 6.399); pelo Partido Socialista Brasileiro ("PSB") (ADI 6.403), e pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ADI 6.415); todas pleiteando a declaração de inconstitucionalidade do novo art. 19-E, requerendo o retorno do voto de qualidade, a fim de que o poder executivo detenha o poder de decidir o desempate.

Até o momento, apenas dois votos foram proferidos sobre o tema, dos ministros Luís Roberto Barroso e Marco Aurélio, ambos na ADI 6.403. Contudo, são as considerações trazidas pelo Ministro Barroso as quais serão objeto do presente estudo, tendo em vista a criação da possibilidade de o Fisco recorrer ao judiciário, quando em empates, que seriam decididos em favor do contribuinte, criando-se, assim, a possibilidade de discussão de um crédito, em tese, já extinto, consoante art. 156, IX do CTN.

Desse modo, os objetivos principais do presente estudo são: (i) analisar a possibilidade de o judiciário rever atos do executivo quando não flagrantemente ilegais; (ii) investigar a possibilidade de serem discutidos créditos já extintos pelo processo administrativo, sem prévia lei específica; (iii) averiguar os efeitos jurídicos imediatos da adoção da tese proposta no Voto do Ministro Luís Roberto Barroso, bem como sua aplicabilidade prática e (iv) questionar os impactos comportamentais na dinâmica das votações do CARF.

Para tal fim, como fica evidenciado pela linha de pesquisa adotada, será utilizado método hipotético-dedutivo, metodologia qualitativa, de modo a aprofundar o conhecimento do objeto de estudo, com a análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em especial a ADI 6.403, e do Conselho Superior de Recursos Fiscais.

BIBLIOGRAFIA: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. GRECO, Marco Aurélio. Dinâmica da Tributação e Procedimento. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979. SCHOUEIRI, Luís Eduardo. Direito tributário - 9. ed. - São Paulo : Saraiva Educação, 2019

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5628**

TÍTULO: **AÇÃO COLETIVA E ENTREGADORES(AS) POR PLATAFORMA: APORTES TEÓRICO-PRÁTICOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA CATEGORIA ATOMIZADA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **JACKELINE CRISTINA GAMELEIRA CERQUEIRA DA SILVA, MAYSÁ SANTOS DE ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

Este trabalho objetiva expor os esforços coletivos de pesquisa e extensão para a construção de espaços de diálogos e de ações colaborativas e extensionistas com diferentes categorias de trabalhadores(as) afetadas pela pandemia do coronavírus, particularmente com os(as) entregadores por plataformas digitais, no interior da extensão Trabalho, Diálogo e Ação (DIATrab) vinculada à Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Abordamos, a partir da Frente de Atuação junto aos(as) entregadores, as pesquisas e as atividades construídas e, de forma específica, refletimos sobre as ações coletivas e as formas de organização e mobilização desta categoria, utilizando, analiticamente, os conceitos de atores, práticas e gramáticas presentes nas teorias dos movimentos sociais. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório. Apresentamos a experiência do projeto de extensão com os(as) entregadores(as) de plataformas. Abordamos peculiaridades na ação, mobilização e organização coletivas desse segmento, combinando o arcabouço teórico da teoria dos movimentos sociais e vivências do projeto. Ao final apresentamos os desafios para a organização coletiva desse segmento e as possibilidades de um trabalho colaborativo com a Universidade.

BIBLIOGRAFIA: FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. M. Una sociología sentipensante para América Latina. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009 [1970]. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 [1965]. OLIVEIRA, Raul Nunes de. Campo de ação: atores, práticas e gramáticas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019, 32., 2019, Lima. Dossiê do Grupo Temático 19. Lima: Alas, 2020. p. 108-121. Disponível em: https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2021/03/Dossier-19_compressed.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **5636**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE INTERSECCIONAL PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA**

AUTOR(ES) : **ISABELA VASLIN MIRANDA,FLAVIA DE SOUZA POMPERMAYER,REBECA LUIZ DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo analisar a agenda de elaboração e a implementação das políticas públicas de vacinação e de acesso à saúde no período da pandemia do covid-19 a partir de um prisma interseccional. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e coleta de dados sobre o período da pandemia da covid-19.

A referência bibliográfica possui o viés da interseccionalidade, ou seja, da interdependência de diferentes fatores estruturais da sociedade, de como estes se relacionam historicamente e sociologicamente, como forma de entender-se as especificidades das desigualdades sociais, suas implicações, dos mecanismos de dominação e exploração, sobretudo no que tange ao agravamento das desigualdades sociais estruturais no contexto social vigente.

No cenário da crise sanitária atual evidenciou-se o caráter pouco eficaz e abrangente no que concerne à ação estatal brasileira para atender as especificidades de sua estrutura social. Nesse sentido, esta pesquisa pretende analisar tais especificidades, historicamente relacionadas a aspectos de classe, raça e gênero. E as implicações desveladas dos efeitos da pandemia na vida da população, que se dá de forma desigual.

De acordo com o “Boletim nº 34 Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade”, promovido pela Rede de Pesquisa Solidária em 2021, mulheres negras morrem mais do que os demais grupos étnico-raciais (mulheres brancas, homens brancos e homens negros) que compõe a base do mercado de trabalho, independente da natureza de sua ocupação. A partir de um levantamento de dados feito no início da vacinação, a redação da Agência Pública demonstrou que o Brasil registrou duas vezes mais pessoas brancas vacinadas do que pessoas negras, mediante a análise dos primeiros 8,5 milhões de cidadãos que receberam a primeira dose dos imunizantes aplicados. Ademais, o Plano Nacional de Imunização não priorizou trabalhadores considerados essenciais e de base, ou as condições de classe, raça e gênero.

A partir dessa análise conjuntural, entende-se a necessidade de se aplicar a abordagem interseccional na avaliação das políticas públicas de saúde e sua efetividade. Para formar-se uma agenda de elaboração e implementação de políticas públicas que sejam mais efetivas na promoção do direito à saúde em meio a crise sanitária, seja na etapa da vacinação, quanto no atendimento nos postos de saúde, e a suficiência de vagas nos centros de tratamento intensivo, e dos equipamentos, como os respiradores.

BIBLIOGRAFIA: AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: Feminismos Plurais/Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. 113 p. ISBN 978-85-98349-69-5. CTC PUC-RIO et al. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Rio de Janeiro, ed. 11, 2020. MUNIZ, Bianca et al. Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras: Vacinação começou com mulher negra, mas agora há mais brancos vacinados; mortalidade da covid-19 em negros é maior. Agência Pública, [S. l.], p. 1-25, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>. Acesso em: 8 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5637**

TÍTULO: **A INFORMAÇÃO CINEMATOGRAFICA E A REPRESENTAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA NOUVELLE VAGUE**

AUTOR(ES) : **PAMELA SILVA VIANA**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON COSTA**

RESUMO:

O presente trabalho utiliza da interdisciplinaridade da Ciência da Informação para desenvolver uma análise fílmica comparativa em relação à representação feminina e masculina em três filmes do movimento cinematográfico francês conhecido como Nouvelle Vague. A pesquisa busca analisar as informações visuais contidas nos filmes escolhidos e na sua linguagem cinematográfica. A seleção dos filmes se deu por meio, principalmente, do gênero dos diretores, sendo uma do gênero feminino, Agnès Varda e dois do gênero masculino: François Truffaut e Jean-Luc Godard. Realizamos uma análise qualitativa e comparativa do filme “Cléo das 5 às 7” de Varda com os filmes “*La peau Douce*” de Truffaut e “*Masculin Feminin*” de Godard. Comparando a diferença da representação feminina em uma obra dirigida por uma diretora mulher em relação a diretores homens. A metodologia foi desenvolvida tendo como base as obras de *Egri (1923)* e de Deleuze (1997) que focam em pontos de análise de personagens, e composição de cena. As análises dos filmes foram realizadas em duas etapas. Primeiro a análise dos personagens: suas motivações, diálogos, ligações e as mudanças de desenvolvimento no decorrer da narrativa. A segunda etapa foi a análise de cenas selecionadas, que possuam influência central no enredo e encapsula a essência do filme. Concluímos que a representação da sexualidade feminina se encontra estagnada mantendo os clichês negativos referente à libertação sexual feminina. Herança essa herdada de obras do início da história do cinema como a era de ouro de Hollywood. Entendemos que é de grande necessidade para modificar esta realidade o aumento da inserção das mulheres na indústria cinematográfica, e a fomentação dos estudos feministas dentro da Ciência da Informação.

BIBLIOGRAFIA: EGRI, Lajos. The art of Dramatic Writing: its basis in the creative interpretation of human motives. Nova Iorque: Simon And Schuster, 1928. GILLES, Deleuze. Cinema 2: the time-image. 2. ed. Mineapolis: University Of Minnesota Press, 1997.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5642**

TÍTULO: **SIGNIFICADOS E PRÁTICAS ASSOCIADAS COLORISMO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS**

AUTOR(ES) : **THUANY ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **LETICIA MOREIRA CASOTTI**

RESUMO:

A sociedade de consumo tem uma estrutura complexa que constrói padrões ideais como o cabelo liso vs o cabelo crespo, a juventude vs o envelhecimento, e o tom da pele mais claro vs o mais escuro. A presente pesquisa busca entender desdobramentos do racismo, no âmbito das plataformas sociais, a partir do colorismo que é associado a padrões estéticos e culturais que valorizam a manutenção da branquitude (SCHUCMAN, 2012) inclusive nas redes sociais. Em uma sociedade racializada, quanto mais claro for o tom da pele dos sujeitos maior será seu alcance e inserção social ou vice-versa. Essa realidade pode levar pessoas negras a se submeterem a lógicas da branquitude, pois quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco." (Djamila Ribeiro, 2018, p.16). Plataformas online mobilizam ações e movimentos capazes de construir redes de conexões de pessoas dispersas geograficamente que estão em busca de ligações que promovem pertencimento. Smartphones tornam mais fácil capturar, compartilhar e visualizar imagens, ao digitar ou ler longos textos, o que fez a autorepresentação nas redes se tornar cada vez mais visual, portanto, chama atenção para questões estéticas raciais como o tipo de cabelo e o tom da pele. Redes sociais têm modificado nossa forma de viver, pois não são apenas 'lugares', 'espaços' ou 'contextos', mas operam como atores cujas ações interferem e transformam no comportamento de seus usuários, influenciando diferentes movimentos (Kozinets 2014). Seguimos indicações de Caliandro (2018), sobre métodos de pesquisa em plataformas digitais para compreender fluxos de comunicação e interações. O estudo seguiu diferentes perfis, por 3 meses, analisou vídeos do youtube e levantou materiais diversos disponíveis sobre o tema buscando reunir a diversidade de conteúdos e imagens compartilhados. Os achados permitem pensar criticamente dilemas originados da visibilidade ou invisibilidade do colorismo, ou seja, quanto mais escuro o tom de pele, mais o indivíduo sofre com o racismo. Localizados significados e práticas que buscam espaços de transformação do colorismo no meio social e nas plataformas digitais tais como explicações sobre o conceito, abertura para questionamentos, discussão sobre fenômenos não falados como a passabilidade que é "passar por branco" para ter melhor inclusão social, e a "Snapchatdysmorphia" pessoas que buscam por procedimentos estéticos após uso de filtros (embranquecedores) aplicados, seguindo padrões de beleza pré-estabelecidos. A pesquisa exploratória, em andamento, se refere ao conteúdo e aos atores que constroem narrativas de conhecimento sobre colorismo em plataformas digitais, de forma a contribuir para a ruptura desse status-quo com postagens para a compreensão da temática. E evidencia facetas do racismo nas redes reproduzidas em específico na imposição, ainda que implícita, do padrão estético e subjetivo da branquitude.

BIBLIOGRAFIA: Caliandro, A. (2018). Digital Methods for Ethnography: Analytical Concepts for Ethnographers Exploring Social Media Environments. *Journal of Contemporary Ethnography*, 47(5), 551-78. FREITAS, Thayanne. RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.(Feminismos Plurais). Horizontes Antropológicos, n. 54 Kozinets, R. (2014) Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese de Doutorado. USP SOARES, Joyce. Viéses da branquitude como um instrumento de embelezamento. PUC; Rio de Janeiro; 89; 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5651**

TÍTULO: **O EIXO DE MORADIA DO NÚCLEO DE ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR LUIZA MAHIN**

AUTOR(ES) : **MATHEUS NASCIMENTO, MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

O presente trabalho visa apresentar, no contexto da 11ª Semana de Integração Acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin em seu eixo de luta pelo direito à moradia no espaço urbano. O intuito, dessa forma, é explicitar a importância da extensão universitária para o estabelecimento de um diálogo de saberes entre sociedade e universidade e, por conseguinte, a superação das desigualdades existentes no âmbito do direito à cidade. De tal modo, a ênfase é o trabalho desenvolvido pelo NAJUP durante a conjuntura pandêmica em consonância com a atuação da Campanha Despejo Zero.

O NAJUP Luiza Mahin, enquanto projeto de extensão, se alinha à prática da pesquisa militante e da educação popular libertadora nos moldes de Paulo Freire e bell hooks, com foco no protagonismo estudantil e na interação dialógica e horizontalizada entre estudantes e movimentos sociais do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o objetivo é promover a troca de saberes em função da formação de uma consciência crítica dos extensionistas e o estabelecimento de uma relação frutífera e transformadora entre universidade e sociedade levando em conta a necessidade de mudança de realidades sociais injustas, ao entender a potencialidade da educação e da pedagogia engajada em transgredir sistemas de dominação. Os graduandos, desse modo, têm a oportunidade de atuar nos conflitos sociojurídicos, contribuindo para a transformação e construção de uma sociedade mais justa e serem ativos na efetivação dos direitos e políticas públicas de sujeitos coletivos subalternizados, posto que a assessoria jurídica popular estabelece relações horizontais com os assessorados, socializando o conhecimento e a atuação jurídica.

Ademais, através da análise das atividades jurídico-políticas pautadas no diálogo de saberes realizadas junto aos movimentos, além do processo situado e dialógico de ensino-aprendizagem dos estudantes, compreende-se a importância da atuação do NAJUP enquanto parceiro de luta dos movimentos sociais, ao fortalecer lutas históricas e possibilitar uma modificação da estrutura interna do campo jurídico, uma vez que, sob a égide de um uso tático e de um desuso estratégico do Direito, por um lado, se articula como um megafone das vozes silenciadas pelo poder judiciário. Por outro, impacta diretamente a formação de futuros juristas, que reforçarão, ou não, a lógica histórica de negação de direitos a uma parte da população. Assim, percebe-se a relevância não só da extensão universitária, mas da existência de uma universidade autônoma e capaz de questionar e produzir conhecimento crítico à realidade em que se insere, comprometida com a superação das opressões e a desconstrução desigualdades históricas, sobretudo diante do atual sucateamento das universidades públicas.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Sobre o papel do direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas, direito insurgente. Petrópolis. Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5679**

TÍTULO: **POLÍTICAS DE TOMBAMENTO E DISPUTAS DE LUGAR NO CONTEXTO DA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA NO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **ANTHONY MATOS SEVERINO**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

Este trabalho, em fase inicial, é parte do projeto de pesquisa "Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento do território". Tal projeto analisa repertórios de ação das reivindicações e lutas do movimento negro contra apagamentos de memórias históricas negras nessa parte da área do Centro do Rio de Janeiro. Um instrumento mobilizado pelo movimento social é a patrimonialização de bens vinculados à memória negra. Anderson (2008) aponta censo, mapa e museu como três instituições (ou, ferramentas) de poder que interligadas são mobilizadas nas construções identitárias dos Estados de formação colonial - e, são objeto de disputa pelos grupos que compõem as nações. Pela importância na construção de identidade e representação de uma nação, o Movimento Negro reivindica patrimonialização de bens como ferramenta da luta antirracismo. Esse é o objeto/objetivo do presente trabalho, e para isto pretendemos fazer levantamento, mapeamento, análise cronológica e de conteúdo dos bens ligados à história e cultura negra na região da Pequena África. Em levantamento inicial, identificamos 124 decretos de tombamentos sob a tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) e Instituto Rio Patrimônio Humanidade (IRPH). As políticas de patrimônio no Brasil tem seu marco inicial na década de 1930, mas apenas na década de 1980 emergem tombamentos ligados à história e cultura negra, como a Pedra do Sal, e recentemente a região ganhou notoriedade com a descoberta do Cais do Valongo, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 2017. Em 2011, através do Decreto Municipal nº 34.803, foi criado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança africana, indicando como pontos Pedra do Sal, Cais do Valongo, Centro Cultural José Bonifácio, Cemitério dos Pretos Novos, Jardim Suspenso do Valongo e a Praça dos Estivadores, todos na região portuária do Rio de Janeiro. A Lei Estadual 8.105 de 2018 cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África, abrangendo áreas da Região Portuária e Centro Histórico do Município do Rio de Janeiro e demais caminhos da Diáspora Africana pelo Estado. Assim, duas questões se tornam importantes para o caminhar do trabalho. Quais são os patrimônios negros tombados na Região da Pequena África? O discurso da Pequena África vem sendo restrito aos pontos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana?

BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, B. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 253; LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio cultural afro-brasileiro: narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. Dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional PEP/Iphan, 2012. SANTOS, R. E. et al. Disputa de Lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Belo Horizonte: Anais do Primeiro Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

ARTIGO: **5685**

TÍTULO: **A CONTRIBUIÇÃO DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES EM TEMPOS PANDÊMICOS**

AUTOR(ES) : **ISABELA VASLIN MIRANDA, WALQUIRIA CAMILO DA ROCHA, MARIANA DE FREITAS BARBOSA, RAYSSA CABRAL COSTA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo analisar o Projeto de Extensão Promotoras Legais Populares da UFRJ (PLP), no primeiro semestre de 2021, na modalidade online, em meio a pandemia do covid-19. E a articulação deste curso interdisciplinar com a formação e desenvolvimento da Rede Nacional de Promotoras Legais Populares.

O projeto ofereceu um curso de formação para mulheres, internas e externas à UFRJ, a partir do prisma da educação popular, de Paulo Freire e Antônio Gouveia, enfatizando-se na perspectiva prático-metodológica, em que se faz essencial a troca de saberes entre as educandas e as facilitadoras de cada encontro, escolhidas a partir da proximidade com a temática, e não necessariamente professoras da UFRJ e/ou operadoras do Direito. Prezando-se a construção horizontal do saber, a partir da construção de conhecimento entre as educandas e as facilitadoras, opoñdo-se a hierarquia entre saberes e falas.

Os encontros do curso ocorrem quinzenalmente de forma online, sendo interdisciplinares, com a presença das educandas, das facilitadoras, das coordenadoras e das monitoras. A oferta de vagas é direcionada, em sua maioria, a mulheres externas à UFRJ, facilitando a construção de conhecimento entre a academia e os saberes de mulheres que possam redirecionar o conhecimento adquirido para demandas externas que envolvam seus coletivos, organizações, instituições, etc. Tendo como temáticas principais, o enfrentamento a violência contra a mulher, a luta das mulheres e o papel das PLPs no Brasil.

O projeto visa a formação de mulheres que possam promover o fortalecimento dos direitos das mulheres e para o combate à discriminação e à opressão, por meio do conhecimento dos direitos e dos caminhos de acesso à justiça. As promotoras legais populares podem prestar orientação, aconselhar e promover a função instrumental do direito no dia a dia das mulheres, com intervenções individuais e/ou coletivas.

Ainda, há o foco na crítica à naturalização de uma construção social do gênero por meio de sua associação a caracteres biológicos e o estabelecimento de uma relação de dominação baseada nesta ideia naturalizada. A minimização desta violência de gênero só estará mais próxima com o fim dos mecanismos que a legitimam. A ruptura com tal lógica só virá com a superação dos valores simbólicos violentos e com a superação das condições sociais que mantêm a construção social desigual dos gêneros. Ressaltando-se, ainda, o marco teórico da interseccionalidade, ou seja, da interdependência histórica dos fatores estruturais da sociedade, além do gênero, a raça e a classe, como forma de entender-se as especificidades das desigualdades e opressões, e suas implicações

Por fim, ressalta-se que a modalidade online acarretou problemas desde o baixo quórum de presença das inscritas, quanto menos espaço para debates e construções coletivas do saber. Mas, apesar dos impecilhos trazidos pela modalidade online, estão sendo propostos encontros online de continuação de formação das concluintes.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5696**

TÍTULO: **TRABALHO, DIÁLOGO E AÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **JACKELINE CRISTINA GAMELEIRA CERQUEIRA DA SILVA, MAYSIA SANTOS DE ANDRADE, NATHALIA MARBLI MIRANDA SANTOS, MARIANA DE FREITAS BARROS SOUZA, HENRIQUE FIGUEIREDO DE LIMA, DENISE DE ALMEIDA GUIMARAES, THALIA MARTINS DE ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

O projeto de extensão Trabalho, Diálogo e Ação objetiva fomentar a atuação e os diálogos sociais, comunitários, universitários e institucionais em temas relacionados ao trabalho, possibilitando o acesso a direitos e a construção de uma compreensão histórico-social mais ampla, profunda e crítica da realidade e do mundo do trabalho e a sua transformação. Adotamos, como referenciais teórico-metodológicos, a pesquisa-ação-participativa, com autores como Fals Borda (1978) e Paulo Freire (1975 [1965]), e a pesquisa militante (VERSIANI, 2017), metodologia que possibilita que trabalhadores e suas organizações tornem-se sujeitos atuantes na construção das investigações e das ações. Por meio de oficinas e diálogos com trabalhadores e suas organizações, produzimos materiais formativos sobre os direitos do trabalho e as pesquisas feitas na Universidade para ampla divulgação, com destaque para as cartilhas virtuais "*Cadê Nosso Direito?*", que tentam aliar informações sobre direitos trabalhistas na pandemia a uma leitura crítica de nossa realidade e história, em linguagem acessível. Realizamos encaminhamentos e orientações jurídicas aos/às trabalhadoras em temas trabalhistas via Whatsapp. Buscando uma atuação mais conectada com as categorias, também organizamos nossas atividades em Frentes de Estudo-Ação: (i) entregadores/as por plataforma, (ii) trabalhadores resgatados/as do trabalho escravo, (iii) trabalhadores rurais e (iv) trabalhadoras/es do sexo. Com os/as entregadores/as, foram construídos dois espaços de diálogos sobre direitos transmitidos pelo *youtube*, além de uma cartilha intitulada "*CLT ou MEI?*". Com entidades parceiras como a Cáritas Arquidiocesana, desenvolvemos atividades de orientação jurídica e diálogo com trabalhadores resgatados/as, como o trabalho com a comunidade quilombola Maria Joaquina (Macaé). Com a ENSP/Fiocruz e com comunidades rurais e rururbanas no projeto "*O povo cuidando do povo*", a Frente de trabalhadores rurais tem contribuído, no módulo de Direitos, para a formação de Agentes Populares de Saúde, que atuarão como multiplicadores de conhecimento em três territórios (DSUP, no Complexo de Mangueiros, Terra Prometida, no Complexo da Penha, e Assentamento Rural PDS Oswaldo de Oliveira, em Macaé). São pesquisados os impactos da pandemia e as iniciativas coletivas surgidas a partir disso. A Frente das trabalhadoras do sexo desenvolveu suas atividades com as mulheres da Vila Mimosa, na tentativa de construção de espaços de diálogos sobre direitos. Trata-se de um esforço coletivo que articula iniciativas de pesquisa e práticas de extensão para enfrentar os desafios impostos pela conjuntura sociopolítica e pela pandemia. Entendemos que as atividades extensionistas mostram a potencialidade tanto dos processos educativos em direitos voltada aos/às trabalhadores quanto o papel da Universidade na construção de conhecimentos e atuações coletivas que contribuam para melhores condições de trabalho e de vida para as maiorias sociais brasileiras.

BIBLIOGRAFIA: FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1978. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 [1965]. VERSIANI, Renata. A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. Tese de Doutorado em Sociologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 344 fls., 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5701**

TÍTULO: **INSTABILIDADE GERADA POR DECISÕES MONOCRÁTICAS NO CONTEXTO DA CPI PANDEMIA: REALIDADE JURÍDICA PRODUZIDA PELO STF OU ESTRATÉGIA MIDIÁTICA?**

AUTOR(ES) : **VICTORIA FERNANDES RIBAS, LUCCA SOUZA MONTELLO DE ARAUJO, SABRINA REZENDE SERÓDIO**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

O estudo se propõe a examinar as decisões proferidas pelos ministros do STF durante o contexto da CPI Pandemia, e avaliar se tais decisões apontam para inconsistências técnicas ou geradoras de instabilidade nos rumos da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. O ponto de partida da pesquisa surge com notícias e manchetes de diversos jornais que apontavam para a agregação de instabilidade, questionando o papel do Supremo Tribunal Federal. Para averiguar tal hipótese, foram estudadas 46 decisões monocráticas dos pedidos de Habeas Corpus acerca do direito ao silêncio dos depoentes e a quebra de sigilo, proferidas no período até o dia 4 de agosto de 2021 pelo Supremo Tribunal Federal; e foram analisados os argumentos utilizados pelos ministros nos respectivos casos. As leituras e textos de apoio foram utilizados para embasar e nortear a construção do raciocínio lógico-jurídico do presente artigo, que possui como metodologia central a análise quali-quantitativa dos dados coletados. Conclui-se que não há agregação de instabilidade nos rumos de investigação da CPI Pandemia. Se, por alguma razão extrajudicial, como motivações políticas, afetarem e desestabilizarem a comissão, essa razão não parte das decisões monocráticas acerca dos remédios constitucionais.

De que forma atuam os estudantes na equipe de execução do projeto:

Todos os coautores participaram efetivamente na análise dos dados e na redação do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: CHIMENTI, Ricardo cunha, CAPEZ, Fernando, ROSA, Márcio F. Elias, SANTOS, Marisa F.. Curso de Direito Constitucional. 2ª edição. 2005. São Paulo. Saraiva NUNES, Flávio. Remédios Constitucionais. 4ª edição. 2011. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5704**

TÍTULO: **O TRABALHADOR AUTISTA E A HIPERSENSIBILIDADE SENSORIAL: EXPLORANDO A EFETIVIDADE DA INCLUSÃO E DA ACESSIBILIDADE**

AUTOR(ES) : **MARIE OKABAYASHI DE CASTRO LEMOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

O propósito da pesquisa, ainda em curso, é abordar as dificuldades ocasionadas pela disfunção no processamento sensorial em trabalhadores com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando, em conjunto, o papel do Direito do Trabalho na inclusão e na acessibilidade destes trabalhadores. Para isso, por um lado, serão mapeadas as dificuldades e necessidades de trabalhadores autistas que tenham relação com a desordem da hipersensibilidade no processamento sensorial e, por outro lado, serão analisadas as normas jurídicas do trabalho para verificar seu papel na efetivação do conceito de adaptação razoável, na construção de um meio ambiente de trabalho saudável e na inclusão e na acessibilidade desses trabalhadores. Estima-se que nove entre dez pessoas com TEA apresentam um ou mais transtornos sensoriais e, apesar da existência de uma vasta produção legislativa que reafirma o direito de pessoas com deficiência ao trabalho, 85% das pessoas no espectro autista estão fora do mercado laboral. Além disso, a literatura indica diversas barreiras para autistas no que se refere à atuação e ao desenvolvimento no mercado de trabalho, incluindo os entraves impostos pela desordem de processamento sensorial, cerne da questão que se pretende abordar. Contudo, no Brasil, são poucas as pesquisas desenvolvidas sobre a inclusão de autistas no mercado laboral (LEOPOLDINO, 2015; SALGADO, 2014), motivo pelo qual acredita-se que a pesquisa e a ampla divulgação sobre o assunto tornam-se fundamentais. A metodologia utilizada, por sua vez, foi a pesquisa do tipo exploratória e descritiva, empregando fontes bibliográficas, documentais e dados empíricos - este último se consolidando através da aplicação de um questionário dirigido à comunidade autista. Dessa forma, considerando, também, que o autismo é frequentemente falado e autistas raramente são escutados (CHOWN et al., 2017), esta pesquisa pretende realizar ações dialógicas com a comunidade em questão, para desafiar o silenciamento das vozes autistas nos campos em que o TEA é (pouco) estudado, explorando, assim, os principais prejuízos em trabalhadores autistas com hipersensibilidade sensorial e buscando possíveis medidas para a efetiva garantia de inclusão e acessibilidade destes trabalhadores. Foi possível perceber, desde logo, que a legislação sobre o assunto não veio acompanhada de previsões acerca de recursos e estruturas para a sua implementação, como, por exemplo, as adaptações razoáveis - inseridas dentro do conceito de acessibilidade - efetuadas para que o trabalhador autista possa lidar com as exigências sensoriais em seu local de trabalho.

BIBLIOGRAFIA: CHOWN, N.; ROBINSON, J.; BEARDON, L.; DOWNING, J.; HUGHES, L.; LEATHERLAND, J.; FOX, K.; HICKMAN, L.; MACGREGOR, D. (2017). Improving research about us, with us: a draft framework for inclusive autism research. *Disability & Society*, 32, p. 720-734. LEOPOLDINO, C. B. Inclusão de autistas no mercado de trabalho: uma nova questão de pesquisa para os brasileiros. *Gestão e Sociedade*, v. 9, n. 22, p. 853-868, 2015. SALGADO, A. C. L. A inserção de autistas no mercado de trabalho brasileiro. *Alethes*, v. 4, n. 6, p. 421-438, jul./dez, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5719**

TÍTULO: **O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **BERNARDO DO VALLE CAMPOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO:

O presente estudo procurou entender como o ensino de empreendedorismo está presente na graduação em Administração de universidades públicas brasileiras. O conceito de empreendedorismo para Filion (1999) está muito relacionado ao indivíduo que procura por oportunidades e tomada de risco e os estudantes de Administração aprendem conceitos e técnicas úteis como de gestão, marketing, finanças, entre outras, para auxiliar em futuros empreendimentos. Como metodologia, foi feita uma pesquisa documental a partir da análise de grades curriculares das vinte primeiras universidades públicas no Ranking Universitário Folha 2019 disponíveis nos sites das universidades, verificando a quantidade de disciplinas presentes e o valor atribuído ao ensino de empreendedorismo pelas universidades. Os resultados indicam que grande parte das universidades públicas brasileiras apresenta disciplinas específicas de empreendedorismo disponíveis para os alunos, porém essas muitas vezes se restringem a um público discente dos últimos semestres do curso de Administração. Pode-se destacar que os temas mais comuns das disciplinas foram sobre empreendedorismo, gestão, inovação ou temas sociais.

BIBLIOGRAFIA: FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários- gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração -RAUSP*, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999. MIRANDA, R. M. Três décadas de pesquisa em empreendedorismo: uma revisão dos principais periódicos internacionais de empreendedorismo. *Rev. Eletrônica de administração -REAd*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 406-436, Ago. 2015. OLIVEIRA, A. G. M.; MELO, M. C. O. L.; MUYLDER, C. F. Educação empreendedora: desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social em instituições de ensino superior. *Revista Administração em Diálogo -RAD*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 2956, jan./abr.2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5722**

TÍTULO: **ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS: O SISTEMA DE PREFERÊNCIAS PONDERADO**

AUTOR(ES) : **PATRICK SCALCO**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINE PRONER**

RESUMO:

Tendo em vista uma proteção democrática inerente ao processo eleitoral, esta pesquisa objetiva a apresentação do Sistema de Preferências Ponderadas (SPP) como alternativa para as eleições majoritárias de países interessados em suas características. Derivado dos estudos de Jean Charles Borda e das inovações eleitorais no pacífico sul, o SPP concentra sua operação na possibilidade do eleitor elencar, em turno único, duas preferências de candidatos em seu voto, seguido da atribuição de pesos/pontos de acordo com a ordem das preferências elegidas. Verifica-se, portanto, que o vencedor pelo método é aquele que acumula a maior quantidade de pontos seguindo a linha da equação abaixo:

$Pontos = ([Votos\ de\ 1^{\circ}\ Escolha \times 2] + Votos\ de\ 2^{\circ}\ Escolha)$

De acordo com o Teorema da Impossibilidade de Arrow, depreendemos que nenhum sistema de votação é capaz de preencher todos os critérios aprazíveis aos Estados. No entanto, cada sistema pode satisfazer diferentes atributos desejáveis de forma distinta. Dessa forma, a tese em questão atribui a estabilidade democrática e economia de custos como características do SPP, visto que, além de diminuir gastos pela exclusão do segundo turno, a introdução do voto de segunda preferência se comporta como um dispositivo que não só evita o voto útil e a divisão de votos entre candidatos do mesmo campo político, como também demonstra um ótimo desempenho na tratativa de candidatos ou autoritários ou "excessivamente amados por parte da população, mas odiados por todo o resto" - valorizando, portanto, uma lógica de consenso e ponderação entre paixão x aceitação política.

BIBLIOGRAFIA: ARROW, Kenneth J. Social choice and individual values. Yale university press, 2012. REILLY, Benjamin. Social choice in the south seas: Electoral innovation and the borda count in the pacific island countries. International Political Science Review, v. 23, n. 4, p. 355-372, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5741**

TÍTULO: **PROGRAMAS DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA**

AUTOR(ES) : **ANNA JÚLIA DA SILVEIRA LISBOA, MARIA EDUARDA DA HORA MAIA, FERNANDA DE OLIVEIRA RODRIGUES, AMANDA DE SOUZA GOLÇALVES, BRUNA COELHO FRANCO YAMAGUCHI, STÉPHANY DOS SANTOS MATHIAS, ANA JÚLIA REGIS SARMENTO**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

Esse artigo busca entender como se dão os programas de diversidade e inclusão nos escritórios de advocacia, em especial nos chamados escritórios "full-service", quais são os fatores por detrás dessas iniciativas e como são conduzidas e avaliadas. Para abordar o tema, é realizado estudo de caso a partir de dados sobre o comportamento e a percepção de atores e atrizes sociais por meio de entrevistas coletadas a partir da experiência de um escritório de advocacia de destaque no país. São ainda compiladas as estatísticas gerais sobre o desenvolvimento desses programas no Brasil, além do resgate de artigos acadêmicos e revisão de literatura sobre o assunto. A pesquisa buscou analisar especialmente como os e as participantes do programa do escritório analisaram sua experiência e motivação dos sócios e sócias para criar tais programas. Além disso, realiza-se uma breve introdução histórica do tópico, por meio da análise de fatos relevantes, legislações e políticas adotadas por órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entende-se que tais políticas são essenciais para o aumento da diversidade nesses espaços e verifica-se que tais políticas têm sido majoritariamente avaliadas enquanto positiva nos ambientes em que implementadas, acenando para sua ampliação no mercado jurídico.

BIBLIOGRAFIA: ANÁLISE. Como os escritórios estão trabalhando a liberdade religiosa?. Disponível em: <https://analise.com/noticias/como-os-escritorios-estao-trabalhando-a-liberdade-religiosa>. Acesso em: 2 out. 2021. ANÁLISE. Como os escritórios estão trabalhando a pauta de inclusão de pessoas com deficiência?. Disponível em: <https://analise.com/noticias/como-os-escritorios-estao-trabalhando-a-pauta-de-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia>. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria nº 9, de 15 de janeiro de 2019. . 11. ed. Brasília, Seção 1, p. 25-25.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5743**

TITULO: **COMO A PANDEMIA DO COVID19 AGRAVOU A PRECARIIDADE SANITÁRIA NOS PRESÍDIOS FEMININOS?**

AUTOR(ES) : **VINICIUS ANIBOLETE ROCHA SANTOS,CAMILA EDUARDA PINTO FIGUEREDO,YANN DE ALMEIDA,CLAUDIO ARTHUR DE OLIVEIRA JUNIOR,JOAO VITOR DA ROCHA TEIXEIRA,YAN LUCAS NUNES DO NASCIMENTO,JENNIFER AZEVEDO SILVA**

ORIENTADOR(ES): **KARINA DENARI GOMES DE MATTOS**

RESUMO:

Com a eclosão da pandemia de COVID-19, fez-se necessário a articulação da sociedade civil e de diversos órgãos do poder federal, estadual e municipal, a fim de elaborar todo o processo de isolamento social, estruturação da saúde pública e gestão política e econômica nesse período. Toda essa mobilização deixou ainda mais visíveis alguns problemas historicamente conhecidos no cerne da estrutura política e governamental brasileira.

Mais especificamente atentando para o recorte da pesquisa, faz-se mister buscar a compreensão dos impactos da pandemia no agravamento da precariedade sanitária das prisões femininas. Para entender esta problemática, deve-se saber que historicamente as políticas públicas voltadas para o cárcere adotam um modelo exclusivista, pensado e elaborado para o homem, omitindo-se da realidade feminina no cárcere. Isto corroborou para o contexto estrutural precário dos presídios femininos, que padecem dos mesmos problemas graves da realidade carcerária masculina, tendo como agravante a falta de uma estrutura que proporcione cuidados de saúde e higiene para as necessidades fisiológicas específicas da mulher.

Esta realidade de desigualdade e precariedade sanitária leva a classificação das mulheres sob cárcere como “presos que menstruam” (QUEIROZ, 2015) na obra homônima de Nana de Queiroz, evidenciando o caráter brutal do tratamento recebido nas penitenciárias femininas. Partindo desse contexto de péssimas condições sanitárias presentes na realidade prisional feminina, este trabalho tem como objetivos: 1) levantar dados empíricos que possibilitem analisar a situação sanitária dos presídios femininos após o advento da pandemia da COVID-19; 2) Comparar a situação sanitária dos presídios femininos após pandemia com sua situação antes da pandemia, demonstrando sua precarização; 3) Analisar as medidas tomadas para lidar com a emergência sanitária nos presídios, com ênfase na população feminina, bem como analisar se foram ou não efetivas e o porquê dessa efetividade ou inefetividade.

Embora haja uma escassez de dados sobre esse recorte de gênero supracitado (escassez que será abordada em nossa pesquisa), foi possível, de fato, ao longo da pesquisa, verificar essa precarização.

Para alcançar esses objetivos, os co-autores desse trabalho, embora tenham trabalhado de maneira conjunta, se aprofundaram, detalhadamente, em áreas específicas do mesmo, seguindo o método de revisão de literatura com foco em pesquisas empíricas, utilizando dados de estudos do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como pesquisas realizadas por Organizações não-governamentais e instituições privadas, como por exemplo, as pesquisas desenvolvidas pela Pastoral Carcerária, uma pastoral social vinculada à CNBB.

BIBLIOGRAFIA: QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam. Editora Record, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5775**

TÍTULO: **MERRIAM-WEBSTER E A PRODUÇÃO DE CRÍTICA NA ERA TRUMP (2016-2017)**

AUTOR(ES) : **YASMIN DE SOUZA LIMA**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

Esse artigo se propõe a analisar o processo de produção de crítica feito pela conta do dicionário Merriam-Webster na rede social Twitter ao então presidente Donald Trump e a seu gabinete. O objetivo é compreender mecanismos que emergem com as redes sociais e que têm gerado novas estratégias de produção de crítica (Werneck e Loretti, 2016).

A hipótese levantada é que estas novas formas de agir no mundo virtual têm criado efeitos que transbordam para o mundo físico. Isso servirá para abrir portas para estudos que permitam inferir como essas novas formas de participação política se refletem na sociedade.

Essa pesquisa exploratória tem como recorte temporal o período de novembro de 2016 a novembro de 2017, entre a eleição e o primeiro ano de mandato de Trump. Essa pesquisa de caráter interdisciplinar conta com 34 tuítes como fonte primária para a análise documental. Serão analisados os tuítes, observando seu conteúdo, tanto de caráter discursivo como imagético, para demonstrar a ocorrência e a operação da crítica.

A escolha pela página do dicionário Merriam-Webster se justifica de duas formas:

1. Pelo caráter incomum da ação da página em usar tuítes para ironizar eventos ocorridos com Trump e seu governo, o que revela estratégias de crítica baseadas no humor (Werneck e Loretti, 2016). Com isso, adquire um caráter atípico de sua função original, que é o de definir o significado das palavras. Um dicionário, que em tese tem função técnica, portanto da Ordem de grandeza do mundo industrial, passa a agir enquanto um agente da Ordem de grandeza do mundo cívico (Boltanski e Thévenot, 1999).
2. Por que pode se verificar nos veículos de mídia tradicionais o reconhecimento dessas estratégias de crítica.

Quanto ao Twitter, será feita uma revisão bibliográfica de artigos que se propõem a entender esse novo meio de comunicação. Como afirmam Lasorsa, Lewis e Holton (2012), há diferenças nas interações sociais em comparação com outras redes. É o caso, por exemplo, da interação direta dos jornalistas com os diversos usuários dessa rede, criando novas formas de *accountability* e de negociação do conteúdo.

Também se pretende analisar as possibilidades de participação cívica decorrentes de tal mecanismo de produção de crítica. Para tal, serão traçados três pontos de análise para fazer um mapa do campo em que essa crítica se efetiva: a lógica argumentativa do Twitter e sua estrutura, o contexto político em que este se insere e a mobilização dos conceitos da sociologia da crítica.

Considera-se ainda um processo de “tribalismo” formado nesses três pontos, já que a sociedade americana pós-eleição é marcada por uma cisão que questiona a lógica da prova: questiona-se a própria possibilidade de justificar a crítica, com desdobramentos causados pelas *fake news* e uma produção de imagem de nós-eles. Isso põe em xeque as regras de aceitabilidade (Boltanski e Thévenot, 1999) e torna mais complexas relações que anteriormente teriam normas mais homogêneas.

BIBLIOGRAFIA: BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1999), “The Sociology of Critical Capacity”. *European Journal of Social Theory*, vol. 2, n. 3, pp. 359-377. Lasorsa, D. L.; Lewis, S. C.; Holton, A. E. Normalizing Twitter: journalism practice in an emerging communication space. *Journalism Studies*, v. 13, n. 1, p. 19-36, 2012. WERNECK, Alexandre; LORETTI, Prícila. Forma-crítica, formas da crítica: um estudo do papel das diferentes dimensões do discurso crítico em sua efetivação. Trabalho apresentado no I Colóquio Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França. Brasília, UnB, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **5805**

TÍTULO: **PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL: EXPERIÊNCIA VIRTUOSAS NO ÂMBITO DA SUSTENTABILIDADE**

AUTOR(ES) : **BRUNA MOLL**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS**

RESUMO:

O presente trabalho faz parte de um estudo fomentado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações com o objetivo de analisar a eficiência e contribuições de Parques Tecnológicos espalhados pelo Brasil. Para além das experiências de Parques Tecnológicos tidas como bem-sucedidas por seu potencial de geração de empregos e movimentação da economia local, outros exemplos virtuosos vão além e se propõem a impactar direta e positivamente as dimensões da sustentabilidade.

Portanto, esta parte do trabalho se dedica a analisar o que são tais experiências virtuosas, qual a sua importância no contexto do presente relatório e, por fim, quais são os casos que mais se destacam em cada uma das regiões geográficas brasileiras. As cinco dimensões da sustentabilidade tratadas a seguir foram propostas por Sachs (2009) e se dividem em: Dimensão Ecológica/Ambiental; Territorial (urbana/rural); Dimensão Social/Cultural; Política e Institucional; e econômica. Nesse sentido, as experiências bem-sucedidas analisadas e explicitadas são iniciativas propostas e postas em prática pelas Instituições Científicas e Tecnológicas brasileira que fomentam e incentivam o desenvolvimento local sustentável abrangendo uma ou mais dimensões listadas acima.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo, a partir da conceituação das cinco dimensões da sustentabilidade, mapear, analisar e identificar experiências virtuosas dentro da temática do desenvolvimento regional, sejam em projetos propostos por grupos de trabalhos em parques ou nos próprios parques tecnológicos, dando destaque a ao menos uma iniciativa em cada região do território brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Mapeamento dos mecanismos de geração de Empreendimentos Inovadores no Brasil. Brasília : Anprotec, 2019. Disponível em: https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2019/09/Mapeamento_Empreendimentos_Inovadores.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.; SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Atividades Extras (minicursos, visitas guiadas e oficinas não avaliadas)**

ARTIGO: **5817**

TÍTULO: **AS INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA IBÉRICA E O SENTIDO DOS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

AUTOR(ES) : **DIVINA EMANUELA DA SILVA ALVES, YEDA MARIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

No continente americano do final do século XVIII ao longo do século XIX, como sabemos, ocorreram vários movimentos em prol da independência administrativa das colônias. Um dos primeiros foi a Revolução Americana, de 1776, seguida da Revolução Haitiana (1791-1804). Imediatamente, as colônias da América do Norte e países europeus impuseram ao Haiti bloqueio que durou mais de sessenta anos, e cujas consequências estão presentes até hoje (SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, 2018). Em especial o desdobramento dessa segunda mudança iria abrir à colônia portuguesa, no território que iria se tornar o Brasil, um grande e intenso mercado produtor e exportador de açúcar. No entanto, a busca pelo Ouro em Minas Gerais, e consequentemente a disseminação das ideias republicanas e de emancipação que marcariam o auge e o declínio da administração portuguesa. Mas, nosso autogoverno só iria surgir em 1822, e como agora já nos foi revelado, com a participação intensa, não só de José Bonifácio e do próprio D. Pedro II, mas também da Imperatriz Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda da casa de Habsburgo – Lorena. Ao longo destes 200 anos o Brasil passou ao menos por sete constituições. A última foi o pacto republicano e democrático de 1988, nossa constituição cidadã. No contexto atual nossas instituições republicanas e democratas estão resistindo ao desafio de um enfrentamento à pandemia e a uma gestão pública que se mostra despreparada para superarmos juntos os problemas. Portanto, nossa proposta é aglutinar, através dos debates, as investigações sobre os temas que marcaram os 200 anos de nossa administração pública, ou melhor, o sentido que seguiu nosso país até o bicentenário da independência. Para isso, a extensão "Encontros Internacionais: O Brasileiro Entre Outros Hispanos, afinidade, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações", um projeto de pesquisa e de extensão vinculado ao curso GPDES/UFRJ, em parceria com o Instituto Cervantes do Rio de Janeiro (IC-RJ), pauta suas ações com o objetivo de democratizar a cultura e aproximar a arte literária das culturas brasileiras e hispânicas evidenciando como os textos e suas histórias podem ser associadas aos temas da gestão pública e da sociedade, como saúde, educação, cultura, literatura, os intelectuais, a questão da ocupação do território, a economia, as mulheres e os homens públicos e as políticas públicas, a defesa das áreas de preservação ambiental e da cultura indígena. Assim como, introduzir novas perspectivas da historicidade dessas inter-relações dos Países Latino-americanos e suas intersecções como apresenta o Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina (CEMHAL). Enfim, são muitas as parcerias possíveis para que possamos contribuir a cimentar um caminho mais virtuoso ao chegarmos aos 200 anos de nossa nação republicana e democrática.

BIBLIOGRAFIA: ALONSO, Ângela. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer, 2017. Disponível em: http://novosestudios.uol.com.br/wp-content/uploads/2018/07/AngelaAlonso_Apol%C3%ADticas-ruas.pdf BOLLE, Monica Baugarten De. Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. BRASIL, DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: Do Boom ao caos econômico. Editora, Todavia, São Paulo, 2018. PRADO JÚNIOR, Caio. Administração. In: Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. BRASIL

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5866**

TÍTULO: **O IMPACTO DO CALENDÁRIO ELEITORAL NA AGENDA DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO DELVAUX PARMA**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANA SILVEIRA ARDENTE, CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

Uma das características mais marcantes do Direito Constitucional brasileiro é a frequência constante de emendas constitucionais. Como a Constituição, ao menos em teoria, expressa um conjunto de valores escolhido para guiar o ordenamento jurídico, há a preocupação por parte da doutrina de que as constantes alterações impeçam a formação de uma cultura constitucionalista entre a sociedade, além de afetar a dinâmica dos Poderes. Logo, é importante buscar entender os fatores que possam influenciar ou não nesta agenda de emendas constitucionais. Conforme muitos comentaristas de política argumentam, parlamentares buscam evitar temas controversos em ano eleitoral. Em 2018, por exemplo, quando o Executivo federal buscava aprovar a reforma da previdência, muitos especialistas em política argumentaram que tal aprovação só poderia ocorrer depois das eleições, vide que antes delas haveria "uma dificuldade de natureza eleitoral" para a aprovação. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar se há esta "dificuldade de natureza eleitoral" em relação a votações de Propostas de Emendas à Constituição (PECs). Ou seja, se o ritmo frequente de emendas à Constituição é influenciado pelos períodos eleitorais. A hipótese inicial a ser verificada é a de que o calendário eleitoral impacta a frequência de votações de Propostas de Emendas Constitucionais. A hipótese se estabelece no sentido de que já haveria uma diminuição na frequência das votações desde o primeiro semestre do ano de eleição, pois desde então os parlamentares evitariam se expor a temas mais sensíveis, ainda que, a rigor, o período eleitoral legal ocorra somente no segundo semestre. Para verificar a hipótese, inicialmente o presente trabalho fará uma revisão teórica em torno da questão, de modo a organizar um aparato teórico capaz de interpretar e contextualizar os resultados alcançados na fase metodológica subsequente. Serão analisados os aspectos teóricos do Poder Constituinte Derivado e a principal literatura brasileira sobre a temática da intensa frequência de emendas constitucionais no Brasil. Em seguida, serão analisadas as datas de todas as votações de PECs ocorridas entre 1995 e 2014, ou seja, entre a 50ª e a 54ª legislatura do Congresso Nacional, pois pretende-se analisar legislaturas completas. Os dados foram obtidos através dos portais da transparência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O marco teórico será a Teoria da Escolha Pública, marcante da Escola de Virginia da Análise Econômica do Direito, que parte do pressuposto de que os agentes políticos buscam maximizar seus próprios interesses, agindo de forma racional. O interesse do agente público seria manter seu poder e, se possível, aumentá-lo. Por último, cabe dizer que a pesquisa ainda está em fase inicial, mas a verificação preliminar dos dados obtidos em relação ao ano de 2014 aponta para uma validação provisória da hipótese traçada.

BIBLIOGRAFIA: ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio G. Por que muda e como muda a Constituição? Problemas de controle sobre a agenda governamental. 32o Encontro Anual da ANPOCS, 2008. MOREIRA, Eduardo Ribeiro. Teoria da Reforma Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012. NETO, Cláudio Pereira de Souza; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 26.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5877**

TÍTULO: **MICRORREDES: DESAFIOS E BENEFÍCIOS PARA O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **MONIQUE PINHEIRO COIMBRA, CRISTINA ROSA, PEDRO BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **NIVALDE JOSÉ DE CASTRO**

RESUMO:

O processo de transição energética é impulsionado pela implementação progressiva de energias limpas e renováveis e a substituição dos combustíveis fósseis, além da eletrificação de diversos setores e aplicações. A medida que geração e eletrificação, crescentemente distribuídas, se difundem pelo setor, os fluxos bidirecionais de energia levam a diversos desafios para as operadoras de redes elétricas. Nesse contexto, a otimização e gerenciamento inteligente de energia emergem como soluções para manutenção do equilíbrio da rede. Para isso, as microrredes se apresentam como uma solução promissora. Tais tecnologias têm se expandido em localidades como Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão.

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo geral investigar o papel das microrredes no setor elétrico em transição, com ênfase na identificação de oportunidades e desafios. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando documentos governamentais e de agências relevantes para o tema, bem como dissertações para elaboração do artigo. A pesquisa visou identificar as aplicações, benefícios e obstáculos atrelados às microrredes, bem como apresentar estudos de casos. Os estudos de casos da microrrede do Brooklyn, nos Estados Unidos, e da Copel, no Brasil, são destacados, fornecendo perspectivas futuras para a tecnologia no Brasil.

Nota-se que, apesar do baixo nível de difusão e estágio inicial da tecnologia no país, as microrredes estão sendo notadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) como uma oportunidade para a modernização do setor elétrico. Apesar disso, segundo o órgão regulador brasileiro, a experiência internacional não está distante do país em termos de nível de difusão. Nesse sentido, o caso da microrrede do Brooklyn é uma exceção, mostrando-se em estágio avançado visto os 7 anos de operação e a tecnologia de blockchain empregada. Com o sucesso desse projeto, o cenário brasileiro pode adquirir alguns insights, como a necessidade de expandir o processo de digitalização em conjunto com os instrumentos de descentralização, nesse caso, as microrredes. Outro ponto, refere-se a busca de uma maior autonomia frente às distribuidoras para o funcionamento dos sistemas de microrredes em ascensão, que não é encontrada no projeto da Copel. Isso porque, à medida que essa independência é obtida, as trocas do excedente de eletricidade gerada pelas fontes renováveis podem acontecer em tempo real e ser controladas pelos próprios prossumidores e consumidores, difundindo cada vez mais esta forma de fornecer energia.

BIBLIOGRAFIA: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Nota Técnica nº 0076/2021-SRD/ANEEL. Brasil, 17 de jun. de 2021. Mendonça, P. Lucas. Introdução às microrredes e seus desafios, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10003805.pdf>>. Acesso em: set. de 2021. Orsini, O. et al. How the Brooklyn Microgrid and TransActive Grid are paving the way to next-gen energy markets. In: Huang, A.; Wencong, S. The Energy Internet. Reino Unido: Woodhead Publishing, 2018. cap. 10, p. 223-239.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5915**

TÍTULO: **PRIVATE EXPENDITURE, INDEBTEDNESS AND CRISIS IN BRAZIL: THE ECONOMICS OF FINANCIAL BALANCES (2001-2018)**

AUTOR(ES) : **GIULIANO MANERA LONGHI**

ORIENTADOR(ES): **ANDRE DE MELO MODENESI**

RESUMO:

The Brazilian economy surpasses its biggest challenge in the 21st century. After a monetary reform in the 1990s, that brought financial stability, the country adopted an Inflation Targeting Regime in the 2000s, intending to fight inflation through a Taylor-based management of the basic interest rate. Economic prosperity followed in the decade, aided by a better external conjuncture and fiscal stimulus (notably public investments and social transfer programs to fight extreme poverty). However, the Global Financial Crisis (GFC) brought an instability factor, which the public sector was still able to manage utilizing fiscal policy, with a substantial recovery in 2010.

Although the IT has shown success in controlling inflation since 2000, empirical evidence hereinafter shows that inflation has low sensitivity to interest rates, suggesting the limited efficacy of the transmission mechanisms of monetary policy in fighting inflation. The monetary reform brought stability to the financial system, permitting firms and families to further finance their expenses through indebtedness. But, given the rising debt of the private sector, the country surpasses a persisting crisis since the 2010s, and attempts of monetary expansion have been unsuccessful to encourage an economic recovery. Not only solely managing nominal interest rates could be unsuccessful in the pursuit of a target inflation, but also insufficient to stimulate economic activity without the aid of fiscal policy. As J. M. Keynes would point out, using monetary policy to stimulate economic activity is like "pushing on a piece of string".

This paper uses a stock-flow applied econometric model using quarterly data for Brazil (2001-2018), adding to studies that point out how the transmission channels of monetary policy in Brazil might be broken, limiting the monetary authority's capacity in fighting inflation. Our model is centered on a Post-Keynesian notion of macroeconomic effective demand-led models, which is intended to analyze the real and financial influences on private consumption and investment.

The results found agree with the idea of a broken transmission channel in a financial manner, because public debt – greatly represented by debt-servicing expenses with public bonds, and also that the price of financial assets and the private indebtedness are not able to influence the private consumption and investment. In that sense, depending solely on a Taylor rule-based monetary policy would be disadvantageous, and the government could have more success coordinating monetary and fiscal policies, because through fiscal policy the authority can better manage disposable and private demand than by monetary stimuli.

BIBLIOGRAFIA: ARESTIS, P. & SAWYER, M. New Consensus Macroeconomics and inflation targeting: Keynesian critique. Campinas: Economia e Sociedade, v. 17, Número especial, p. 629-653, dez. 2008. MODENESI, Andre de Melo; MODENESI, Rui Lyrio. Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa. Brazilian Journal of Political Economy, v. 32, n. 3, p. 389-411, 2012. ZEZZA, G. Fiscal policy and the economics of financial balances. Working papers // The Levy Economics Institute, No. 569, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5936**

TÍTULO: **EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EM PANIFICADORAS**

AUTOR(ES) : **GABRIELA BRAGA DE ALBUQUERQUE, KAROLINNE DE ABREU FONTES MACHADO, PABLO DOS SANTOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FINCO, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA**

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi realizar um diagnóstico do trabalho desenvolvido por um empreendedor do ramo de comercialização de produtos de panificação e confeitaria. Na análise do negócio foram identificados dois eixos de atuação: mercado e fornecedores. A partir deste diagnóstico serão propostas ações para alavancagem do negócio. A metodologia do trabalho teve caráter exploratório e descritivo, sendo desenvolvida a partir da escuta ativa do empreendedor.

Este estudo é desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão PGI Empreende, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ), que objetiva avançar a atividade de empreendedores sociais, a partir da geração de trabalho, renda e cidadania de pessoas em situação de vulnerabilidade. A metodologia do projeto, quanto aos fins, é exploratória e descritiva, além de pesquisa de campo e estudos de casos. A abordagem do estudo é combinada, integrando aspectos qualitativos e quantitativos.

O setor de alimentação, com atendimento direto ao público, foi fortemente afetado pela pandemia do COVID-19. Alguns segmentos foram considerados serviços essenciais, podendo manter seu negócio aberto, com a introdução de protocolos de segurança e medidas protetivas. O empreendedorismo pressupõe a disposição de realizar projetos e implementar alterações que envolvem inovação e riscos. Esse foi o momento de o empreendedor implantar a ideia proposta por Schumpeter (1950) de destruição criativa, encontrando novas formas de manter seu negócio atuante. As padarias, consideradas serviços essenciais, puderam se manter abertas, cumprindo seu papel de produzir bens e serviços para a comunidade de seu entorno, que é o conceito de empreendedorismo social proposto por Silva e Oliveira (2017, p2).

Após a análise preliminar, serão desenvolvidas ações de avaliação do mix de produtos, marketing e concorrência do empreendimento, bem como a investigação sobre logística e cadeia de suprimentos, visando a consolidação e sustentabilidade do negócio.

O trabalho está sendo realizado, seguindo um modelo que busca a integração do corpo discente de forma participativa, com os autores atuam em todas as etapas do processo.

BIBLIOGRAFIA: SCHUMPETER, J. (1950) *Capitalism, Socialism, and Democracy*, 3rd edition, Harper and Row, New York, 1950. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. *Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5946**

TÍTULO: **À CONTRAPASSO DO AVANÇO: A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO E DO EXECUTIVO NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **JÉSSICA SOARES BORGES, THIAGO GARCIA, FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO, FLAVIA ALDECOA FERREIRA, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, FHYLIPE NASCIMENTO DE MORAIS, MARIA LUIZA GALLE LOPEDOTE, ARTHUR VINICIUS RIBEIRO WELCMAN, MARIANA CAMPELLO DO RÊGO VALENÇA, ESTELA PEREIRA ALVES DO VALE, CAMILA ARIELYDA LOPES SILVA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

A presente pesquisa se propõe a aprofundar a investigação sobre a atuação do Poder Judiciário e do Poder Executivo na implementação da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro. A análise centra-se nas ações de desapropriação, ajuizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), envolvendo assentamentos rurais criados após 1988. Nesta apresentação, será explorada a abordagem quantitativa, que sobreveio da organização e sistematização de dados coletados nos processos judiciais, juntamente da revisão bibliográfica interdisciplinar de trabalhos sobre a situação dos assentamentos rurais e a atuação do judiciário na questão agrária. No que se refere à execução do trabalho, foi identificado um universo de 20 ações judiciais relativas a assentamentos rurais junto à Procuradoria Federal especializada do INCRA. O levantamento dos dados processuais foi viabilizado através do sistema de consulta processual por certificado digital do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A partir da revisão bibliográfica realizada, nossa reflexão parte da hipótese de que o habitus jurídico se caracteriza como proprietário e patrimonialista, vez que pesquisas anteriores sinalizam para a existência de uma práxis preponderante dos magistrados ao julgar as ações que envolvem a questão agrária, atuando com cautela nas ações de desapropriação para fins de Reforma Agrária que pretendem retirar a propriedade e, por outro lado, com celeridade em conceder liminares de reintegração de posse contra ocupações realizadas pelas famílias sem terra. Contudo, tensões pela definição do direito perpassam o campo jurídico. Essas tensões e disputas interpretativas nas ações de desapropriação envolvendo os assentamentos de reforma agrária criados após a promulgação da Constituição Federal de 1988 são também objeto de mapeamento do estudo. Como resultado parcial, tem sido percebido um padrão nos processos analisados que se assenta em uma notória morosidade de tramitação na fase judicial que impede a segurança na posse das famílias beneficiadas, bem como dificulta a concretização de outras políticas públicas que viabilizem a sustentabilidade econômica e social dos assentados.

BIBLIOGRAFIA: ALENTEJANO, Paulo. As Políticas do Governo Bolsonaro para o Campo. *Revista da ANPEGE*. v. 16, nº 29, p. 353 - 392, 2020. CORTES, SARA DA NOVA QUADROS. Análise do Discurso Judicial nos conflitos por terra referentes às desapropriações para fins de reforma agrária e ações possessórias: in dubio pro "proprietário"? (2017). Tese. Universidade Federal da Bahia. QUINTANS, Mariana Trotta Dalallana. *A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST*. Dissertação apresentada no Curso de Pós Graduação em Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5953**

TÍTULO: **EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS**

AUTOR(ES) : **MATHEUS DE SOUZA NASCIMENTO,VITORIA MERLY SIMOES VIEIRA,DAIANE APARECIDA SOBRAL CAPELA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA,FINCO,JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA**

RESUMO:

Este trabalho tem como foco um empreendedor do ramo de alimentos e comercialização de lanches, especializado em açaí. A metodologia deste trabalho é descritiva, utilizando a escuta ativa e análise de discurso para obtenção e tratamento dos dados. Uma análise preliminar do negócio permitiu identificar que o mercado é de grande concorrência, exigindo uma margem pequena de lucro para a manutenção da competitividade no mercado. Além disso, o empreendedor sinalizou desafios envolvendo: clientes, distribuição e marketing.

A pandemia da Covid-19 restringiu a realização de atividades presenciais, sendo mantidas apenas as atividades consideradas essenciais. Apesar de não estar entre os empreendimentos considerados essenciais, conseguiu manter suas atividades com serviço próprio de entregas em sua base de clientes.

Este estudo é parte integrante do Projeto de Extensão PGI Empreende da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ), que objetiva alavancar pequenos e médios empreendedores sociais. A metodologia do projeto pode ser classificada, quanto aos fins, como exploratória e descritiva, com a realização de levantamentos bibliográficos e documentais. Contempla, ainda, como parte essencial, a pesquisa de campo e os estudos de casos.

Existem diferentes conceitos de empreendedorismo, que envolvem a disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios. Para Schumpeter (1950) o empreendedor é aquele que destrói criativamente o “velho”, para criar o “novo”. O mercado de açaí “é um mercado potencialmente em expansão devido ao apelo de alimento funcional por seu reconhecido poder antioxidante, e a inserção em cosméticos e formulações alimentícias como um ingrediente orgânico, influenciando positivamente na produção nacional de frutos” (Bezerra et al., 2016). O empreendedor desenvolve suas atividades propiciando benefícios para a comunidade, em consonância com a definição de empreendedor social de Silva e Oliveira (2017, p2).

Após o diagnóstico, serão desenvolvidas propostas para aprimoramento da gestão do empreendimento e sustentabilidade do negócio. O trabalho é realizado de forma participativa, com os autores atuando em todas as etapas do processo.

BIBLIOGRAFIA: BEZERRA, V. S.; FREITAS-SILVA, O.; DAMASCENO, L. F. Açaí: produção de frutos, mercado e consumo. II Jornada Científica da Embrapa. Embrapa, 2016. Disponível em: CPAF-AP-2016-Acai-producao-de-frutos.pdf (embrapa.br). Acesso: 13 out. 2021. SCHUMPETER, J. (1950) Capitalism, Socialism, and Democracy, 3rd edition, Harper and Row, New York, 1950. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5967**

TÍTULO: **A CONTRARREFORMA AGRÁRIA FLUMINENSE: ANÁLISE QUALITATIVA DE DOIS ASSENTAMENTOS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **THIAGO GARCIA,ARTHUR VINICIUS RIBEIRO WELCMAN,ESTELA PEREIRA ALVES DO VALE,FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO,MARIANA CAMPELLO DO RÊGO VALENÇA,JÉSSICA SOARES BORGES**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

O presente trabalho busca apresentar uma pesquisa-ação sobre a atuação dos Poderes Executivo e Judiciário na implementação da política de Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro, a partir da análise de assentamentos rurais acompanhados pelo projeto de extensão Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin (NAJUP Luiza Mahin). Tal análise, qualitativa, parte da experiência de dois assentamentos rurais originados por ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: o Assentamento Irmã Dorothy, criado em 25 de setembro de 2015 após a desapropriação da Fazenda da Pedra, grande propriedade rural localizada no Município de Quais, na região sul estado do Rio de Janeiro, e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo Oliveira, criado em 02 de abril de 2014 com a desapropriação da fazenda Bom Jardim pelo INCRA, e que integra modalidade ambientalmente diferenciada de projeto de assentamento. No âmbito da pesquisa, investiga-se a atuação do INCRA no desenvolvimento dos assentamentos, a partir do entendimento de que a política de Reforma Agrária envolve não somente a distribuição e acesso à terra mas, também, as políticas adjacentes que garantem a permanência de homens e mulheres na terra desapropriada, como a garantia de crédito para a infraestrutura - como habitação, eletrificação, saneamento e estradas - e, também, para a produção agrícola e sua comercialização, dentre outras. Além disso, são analisados os aspectos relativos às seis ações judiciais que envolvem os assentamentos e os impactos da Lei 13.465/17 nas dinâmicas da política de Reforma Agrária e acesso à terra, no que tange, especificamente, aos assentamentos. A presente pesquisa é fruto da atuação do NAJUP Luiza Mahin junto ao MST do Rio de Janeiro, além de basear essa mesma atuação; nesse contexto, foram produzidos materiais como cartilhas e peças processuais relativas às demandas dos assentamentos em questão. Observa-se, com a análise destes assentamentos, que ambos estão inseridos no que vem sendo compreendido como política de “Contrarreforma Agrária”, a qual tem se acentuado na última década, sobretudo com a ascensão de Jair Bolsonaro, e se reflete tanto no Poder Executivo quanto no que tange ao Poder Judiciário.

BIBLIOGRAFIA: ALENTEJANO, Paulo. As Políticas do Governo Bolsonaro para o Campo. Revista da ANPEGE. v. 16. nº 29, p. 353 - 392, 2020. CORTES, Sara da Nova Quadros. Análise do Discurso Judicial nos conflitos por terra referentes às desapropriações para fins de reforma agrária e ações possessórias: in dubio pro “proprietário”? (2017). Tese. Universidade Federal da Bahia. QUINTANS, Mariana Trotta Dalallana. A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST. Dissertação apresentada no Curso de Pós Graduação em Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5975**

TÍTULO: **O ESTADO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ORDEM INSTITUCIONAL: A QUESTÃO DA “ABNEGAÇÃO” DO DIREITO**

AUTOR(ES) : **RODRIGO SOARES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANA SILVEIRA ARDENTE,CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objeto a função normativa das Agências Reguladoras, num contexto de Estado Administrativo. A principal questão a ser tratada é como se manifesta, tanto na teoria, quanto na prática, a legitimidade técnica das atividades das agências que extrapolam a capacidade de exigir dos regulados e executam a função normativa. O referido questionamento será averiguado, na teoria, pela utilização de bibliografia relevante de referencial teórico institucionalista sobre o tema e, na prática, pela análise de decisões que falam sobre o tema julgadas pelo Supremo Tribunal Federal no período da presidência do Ministro Dias Toffoli (2018-2020). Nesse sentido, A metodologia desta pesquisa é baseada na análise de material bibliográfico e jurisprudencial, a partir da qual será verificada a validade da hipótese aqui elencada. Dessa forma, a hipótese sustentada é a de que, em casos eminentemente técnicos, deve haver a inserção de mecanismos de deferência às Agências Reguladoras, isso se dá porque são especializadas quanto ao setor no qual exercem sua atividade de regulação. Contudo, ao se discorrer sobre a referida função, duas são as questões cujas respostas representam o objetivo do trabalho, quais sejam, (i) como o Poder Judiciário lida com a função normativa por parte das agências reguladoras e (ii) se ela é ou não benéfica à harmonia institucional. Ao analisar o objeto de pesquisa - a Administração Pública -, percebe-se que essas interações e o potencial de deferência entre ela e as demais instâncias de poder é determinante para o resultado eficiente dos preceitos constitucionais estabelecidos, sobretudo se pensarmos em situações excepcionais vivenciadas na realidade estatal.

BIBLIOGRAFIA: VERMEULE, Adrian. Law's abnegation. Harvard University Press, 2016. MOREIRA, Egon Bockmann. Notas sobre o Estado Administrativo: de Omissivo a Hiperativo. Revista de Estudos Institucionais, v. 3, n. 1, 2017, p.153-179. SUNSTEIN, Cass; VERMEULE, Adrian. Interpretation and Institutions. Chicago Public Law and Legal Theory Working Paper Series, No. 28, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5976**

TÍTULO: **A CARACTERIZAÇÃO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA ANVISA**

AUTOR(ES) : **LUCAS FERREIRA BARROS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

A presente pesquisa possui como objeto a legitimidade democrática nas Audiências Públicas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), como fator ou não de vocalização de demandas sociais. A questão principal a ser abordada é se existe uma real possibilidade da agência reguladora em análise ter dificuldades para proceder com o diálogo com o respectivo setor regulado e a sociedade em geral. Conforme levantamento de dados - com base nos Relatórios Anuais de Gestão - obtidos no sítio eletrônico da própria ANVISA, existe uma discrepância considerável na quantidade de audiências realizadas dentro da autarquia em comparação com as ocorridas no âmbito do Congresso Nacional. O questionamento retro será averiguado, na teoria, pela utilização de relevante bibliografia de referencial teórico-institucionalista (BALDWIN; CAVE; LODGE, 2012) e (SUNSTEIN; VERMEULE, 2002) sobre o tema e, na prática, pela análise quantitativa das audiências concluídas no recorte temporal 2010-2020. Nessa perspectiva, a metodologia desta pesquisa é baseada na análise de material bibliográfico e de dados registrados no site da agência, a partir da qual será verificada a validade da hipótese aqui apontada. Dessa forma, a hipótese sustentada é a de que, deve existir um fortalecimento “intracorpóreo” dos mecanismos de participação social dentro da própria agência reguladora, de modo que a ANVISA seja um ambiente sujeito a intervenções da coletividade em geral, bem como do setor regulado, evitando-se, assim, a sua “captura” pelas partes mais dominantes, em termos econômicos. Assim, a realização de sessões, em sua maioria nas Casas Legislativas, não permite necessariamente a vocalização de demandas sociais, sendo, igualmente importante que as audiências sejam mais frequentes na esfera interna da agência. Mas, ao se atentar ao material de dados sobre os Relatórios de Gestão da ANVISA, cumpre destacar que os objetivos com a pesquisa são: elucidar as possíveis razões da agência ainda não ser um ambiente propriamente receptivo sobre a realização de audiências públicas internas e como esse panorama se reflete nas relações interinstitucionais.

BIBLIOGRAFIA: BALDWIN, Robert; CAVE, Martin Edward; LODGE, Martin. Understanding Regulation: Theory, Strategy, and Practice. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2012. SUNSTEIN, Cass; VERMEULE, Adrian. Interpretation and Institutions. Chicago Public Law and Legal Theory Working Paper Series, No. 28, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5977**

TÍTULO: **DESAFIOS DA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ARTESANATO E BIJUTERIA**

AUTOR(ES) : **MAYARA DE SOUZA DIAS DA SILVA,GUILHERME MOREIRA SANTANA,MATHEUS BARROSO MUSSEL JONES,MATHEUS OLIVEIRA SANTANA,GUILHERME SOUZA FERNANDES,MARIA EUGENIA GEOVANUCI**

ORIENTADOR(ES): **FINCO,ELIANE RIBEIRO PEREIRA,JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apoiar o desenvolvimento e a conquista da sustentabilidade de um empreendedor do ramo de bijuteria. A metodologia adotada teve caráter exploratório e descritivo. Através da técnica de escuta ativa e análise de discurso, foi realizado um diagnóstico que destacou quatro pontos para investigação: fornecedores, produtos, distribuição e marketing.

O trabalho é desenvolvido dentro do escopo do Projeto de Extensão PGI Empreende da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UF RJ), visa a geração de trabalho, renda e cidadania de populações vulneráveis. O projeto atua na vertente de capacitação do empreendedor, que, segundo Sebrae (2016), é um dos quatro principais aspectos que concorrem para a mortalidade de pequenas e médias empresas. Com relação à metodologia do projeto, esta pode ser classificada como exploratória e descritiva, além de pesquisa de campo e estudos de casos.

Empreendedorismo pode ser conceituado de diferentes maneiras, como: a disposição ou capacidade de idealizar e realizar negócios; a destruição criativa de Schumpeter (1950); e, o empreendedorismo social, que para Silva e Oliveira (2017, p2) envolve o impacto das ações do indivíduo na comunidade.

Com base do diagnóstico será desenvolvido um Plano de Negócios para melhoria do processo de gestão do empreendimento, identificando os gargalos e pontos críticos a serem trabalhados. Os autores atuam em todas as etapas do processo, na medida em que o trabalho está sendo realizado de forma participativa, visando o desenvolvimento de competências simultâneas de todos os envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: SCHUMPETER, J. (1950) Capitalism, Socialism, and Democracy, 3rd edition, Harper and Row, New York, 1950. SEBRAE (2016). Relatório interno "Sobrevivência das empresas no Brasil". Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso: 15 out 2021. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5979**

TÍTULO: **PATERNALISMO LIBERTÁRIO E ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO RETROSPECTIVA - DA EFICIÊNCIA À MAXIMIZAÇÃO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS**

AUTOR(ES) : **JULIA BRAND BRAGANTIN**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA,LUCIANA SILVEIRA ARDENTE**

RESUMO:

O que se pretende é a demonstração de uma possível proposta de institucionalização de tomada de decisão regulatória que possa auxiliar toda e qualquer decisão da Administração Pública, seja no âmbito da implementação e efetivação de políticas públicas, seja no momento de decisão da adoção de boas práticas regulatórias.

Logo, o paternalismo libertário, enquanto viés capaz de modelar os comportamentos individuais, ainda que esses possam estar sujeitos a serem ludibriados por ideais de eficiência e maximização de escolhas, pode lançar mão de diretrizes e linhas gerais metodológicas capazes de servir como um guia na atuação do agente público.

Em 2017, não foi por acaso que o Governo Federal inaugurou a "Política de Governança Pública Federal" – Decreto n.º 9.203/17 – em que, como um dos resultados da política, publicado em 2018, o "Guia Orientativo para a Elaboração da Análise de Impacto Regulatório" da Casa Civil serviu como um documento capaz de guiar e nortear a atuação do administrador público, dentro dos parâmetros normativos estipulados pelo regulamento presidencial, enquanto ator e produto econômico e social.

A metodologia utilizada para delimitar o escopo do trabalho é a Análise do Guia Orientativo para a Elaboração da Análise de Impacto Regulatório, bem como das bibliografias citadas.

BIBLIOGRAFIA: BALDWIN, Robert. CAVE, Martin. LODGE, Martin. Understanding Regulation: Theory, Strategy, and Practice. What is a "Good" Regulation? Second Edition. p. 25-26. SUSTEIN, Cass. JOLLS, Christine. THALER, Richard H. A Behavioral Approach to Law and Economics. Journal Articles. 1998. COGLIANESE, C. Moving Forward with Regulatory Lookback. Revista de Direito Administrativo. v. 276, p. 13-23, set./dez/ 2017 apud. JORDÃO, Eduardo. CUNHA, Luiz Felipe. Revisão do Estoque Regulatório: a tendência de foco na análise de impacto regulatório retrospectiva.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5987**

TÍTULO: **EMPREENDEDORISMO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

AUTOR(ES) : **GUILHERME SOUZA FERNANDES,PABLO DOS SANTOS DA SILVA,MARIA EUGENIA GEOVANUCI**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA,JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA,FINCO**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é identificar demandas dos empreendedores sociais, pesquisar alternativas existentes e/ou desenvolver novas e adequar às especificidades dos empreendimentos investigados.

O modelo de gestão do projeto busca a integração do corpo discente com a atividade fim, de forma a integrar a pesquisa e a extensão, proporcionando experiências plurais e práticas, voltadas ao desenvolvimento profissional.

Quanto aos fins, a metodologia do trabalho é exploratória e descritiva. São realizados levantamentos bibliográficos e documentais, com a perspectiva de desenvolvimento de uma metodologia de assessoramento e desenvolvimento organizacional. Implementa, ainda, pesquisa de campo e estudos de caso. A abordagem do estudo é combinada, integrando aspectos qualitativos e quantitativos.

No Brasil, país com profundas desigualdades sociais e econômicas, a situação de pessoas vulneráveis se ampliou em função da pandemia do Covid-19. O crescimento do desemprego requer a busca de alternativas para a geração de trabalho, renda e cidadania. Este estudo, como parte do Projeto de Extensão PGI Empreende da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ), visa contribuir para a consolidação de atividades empreendedoras, a partir do desenvolvimento cidadão dos Empreendedores assistidos.

Empreender é idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios. Schumpeter destaca a destruição criativa do “velho”, para criar o “novo”; e, para Silva e Oliveira (2017, p2), empreendedorismo social envolve o trabalho do indivíduo em prol da comunidade. O empreendedorismo é essencial para a performance das organizações e extremamente relevante do ponto de vista do pequeno e micro empreendedor, considerando sua importância para o desenvolvimento econômico e social (Martens e Freitas, 2006).

Até o momento foi organizada a estrutura organizacional, estando em desenvolvimento a base operacional. O projeto se desenvolve de forma integrada a disciplinas de extensão, materializando o tripé ensino-pesquisa-extensão. Os próximos passos incluem ampliar a absorção de discentes e a ampliação da base de atendimento.

Os alunos atuam em todas as etapas do processo, participando coletivamente do desenvolvimento do trabalho, num modelo de cooperação em rede de inovação, que contribui para o crescimento de todos os envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: MARTENS, C. D. P.; FREITAS, H. Empreendedorismo e desenvolvimento de micro e pequenas empresas: proposição de um modelo baseado na Internet para estimular a orientação empreendedora. In: Cong Intern de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (CONTECSI), 3^o, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2006. p. 245. PELLEGRIN, Ivan de et al. Redes de inovação: construção e gestão da cooperação pró-inovação. Revista de Administração - Rausp, São Paulo, v. 42, n. 3, p.313-325, jul. 2007. SILVA, J. W. F.; OLIVEIRA, S. M. Perfil do Empreendedor Social: uma contribuição dos gestores de Instituições sem fins lucrativos. Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 164-183.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5990**

TÍTULO: **MULHERES EM BUSCA DO NATURAL: O ROMPIMENTO DA ESTIGMATIZAÇÃO DE CABELOS CACHEADOS E GRISALHOS**

AUTOR(ES) : **LETÍCIA BRAZ NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **LETICIA MOREIRA CASOTTI**

RESUMO:

De acordo com Wolf (1992), o mito da beleza e sua ideologia ensinam às mulheres que elas têm pouco controle e opções sobre o padrão estético. O movimento “go natural” (buscar o natural em livre tradução), associado ao abandono da química usada nos cabelos crespos e cacheados, teve início há décadas atrás nos Estados Unidos. Este movimento ganha destaque mais recentemente no Brasil e se estende para os cabelos grisalhos abandono das tinturas. O cabelo grisalho é um elemento de estigma, como mostram estudos em que as mulheres relatam a divisão de espaço com os cabelos tingidos mais socialmente aceitos enquanto aprendem que os seus precisam ser coloridos para se adequarem a uma cultura orientada para a juventude. O estigma é um atributo que torna o indivíduo diferente dos outros, transformando-o em uma espécie menos desejável, inferior, portador de um defeito, uma fraqueza ou uma desvantagem (Goffman, 1963). O cabelo crespo e o cabelo grisalho, por exemplo, são elementos de estigma. Este artigo discute criticamente e criativamente dilemas originados da visibilidade ou invisibilidade de práticas estigmatizadas que têm buscado espaços de transformação da forma de intervenção a que são submetidas no meio social através das plataformas digitais. Essas plataformas e especialmente as mídias sociais são um lugar de possibilidades de intervenção em padrões estéticos predominantes, já que as mulheres compartilham novos significados, associações e práticas. A ideia por trás da plataforma é compartilhar textos, fotografias e vídeos das mais diversas formas e com várias funcionalidades. A metodologia foi estruturada a partir de orientações de Kozinets (2014) considerado um precursor na área de estudos de consumo que incluem interações no meio digital como influenciadoras das construções sociais e culturais. Nessa pesquisa exploratória identificamos o Instagram, não apenas objeto de estudo e fenômeno online, mas também uma nova linguagem para entender a sociedade e a cultura digital. (Venturini et al. 2018). A análise foi conduzida no contexto das mulheres grisalhas que compartilham *hashtags* diversas com foco nesse contexto. Os primeiros achados sugerem que as motivações para assumir os cabelos cinzas podem ser localizadas em três diferentes níveis: motivações pessoais e ou individuais, motivações influenciadas pelo coletivo ou grupos mais ativistas ou ligados à moda, e motivações que podem ser associadas a posicionamentos políticos de oposição aos estigmas do envelhecimento e a movimentos recentes que denunciam preconceitos em relação à idade. Estamos em uma sociedade de consumo que valoriza a juventude e está permeada por bens e serviços para esconder os diversos sinais do envelhecimento no corpo, face e nos cabelos. Assim como o estudo de Sandikci e Ger (2010), encontramos associações positivas e ligadas a moda na prática de assumir os cabelos brancos antes estigmatizadas e com associações sempre negativas como desleixo e descuido.

BIBLIOGRAFIA: Goffman, E. (1963). Stigma: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall. Kozinets, R. (2014) Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso. Sandikci, O. & GER, G. (2010). Veiling in Style: How Does a Stigmatized Practice Become Fashionable? Journal of Consumer Research, 37(1), 15-36. doi:10.1086/649910 Venturini, T.; Bougneru, L.; Gray, J. & Rogers, R. (2018). A reality check(list) for digital methods. New Media & Society, 20(11), 4195-4217. Wolf, N. (1992). O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5995**

TÍTULO: **A RESPONSABILIDADE DOS EMPREGADORES FACE AOS SEUS EMPREGADOS NO CONTEXTO DE TELETRABALHO DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19.**

AUTOR(ES) : **THAMIRES LIMA DE MORAIS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e analisar as responsabilidades dos empregadores perante os empregados no contexto do teletrabalho e diante da pandemia de covid-19. Primeiramente, faz-se uma breve abordagem histórica do teletrabalho, tratando da conceituação desse instituto. Em seguida, apresenta-se as medidas adotadas diante da pandemia de covid-19, com a adoção da Medida Provisória nº 927 (MP 927), a qual perdeu a vigência em julho de 2020. Em momento posterior, são analisadas as lacunas encontradas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na MP 927, no que se refere ao teletrabalho. Busca-se refletir sobre as responsabilidades do empregador em relação ao fornecimento de equipamentos ao teletrabalhador, ao controle de jornada, ao direito à desconexão e às questões de saúde do trabalhador. Para melhor adentrar ao tema, expõe-se alguns julgados dos Tribunais Trabalhistas sobre teletrabalho e, em seguida, analisa-se um Acordo Coletivo de Trabalho entabulado pelo Banco Bradesco e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do ramo financeiro (CONTRAF) e várias organizações sindicais de todo o Brasil sobre o teletrabalho. Conclui-se que o aprimoramento da regulação do teletrabalho depende de diferentes atores e sujeitos para que a normatização seja efetivamente aplicada e os direitos dos teletrabalhadores sejam respeitados.

Sobre a metodologia, trata-se de pesquisa exploratória que utiliza, como métodos, a discussão teórico-bibliográfica sobre o conjunto normativo, a jurisprudência e os instrumentos coletivos atinentes ao tema. Como delimitação do tema quanto à territorialidade, as reflexões se limitam ao Brasil, mesmo considerando que o teletrabalho tem sido adotado crescentemente por outros países.

Além disso, o estudo não visa abordar de maneira profunda aspectos multidisciplinares que o tema pode ensejar. A delimitação do tema em relação ao tempo se estabelece até setembro de 2021, para que sejam encontradas fontes atuais e que venham retratar a realidade, dando importância à situação vivenciada pela sociedade: a pandemia do coronavírus e o incentivo ao teletrabalho.

Trata-se de tema de suma importância que envolve direitos e deveres de empregadores e empregados e o respeito a garantias fundamentais destes, como o princípio da dignidade humana, valor social do trabalho e o bem-estar do trabalhador. Ademais, é um assunto sensível não só ao Direito do Trabalho, mas também à Sociologia, à Psicologia e às Ciências Econômicas, interessando não apenas o meio acadêmico, mas também trabalhadores e empregadores de todo o Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6007**

TÍTULO: **UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-JAPÃO**

AUTOR(ES) : **GABRIELA MOREIRA DE ARRUDA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

O Brasil e o Japão, apesar de ter entre si uma grande distância geográfica, são países que apresentam uma proximidade no âmbito de política externa, na medida em que são parceiros comerciais, estratégicos e, além disso, possuem um fluxo relevante de intercâmbio cultural. Os acordos celebrados entre esses dois países somam mais de 60, e atravessaram uma longa história de relacionamento bilateral, que data do século XIX. Levando isso em consideração, o presente trabalho tem como objetivo analisar os acordos assinados entre esses dois países, a fim de apontar o setor em que exibiram maior nível e tendência à cooperação ao longo dos anos e, por conseguinte, mostrar os possíveis reflexos que estes tiveram no Brasil. A metodologia da pesquisa segue uma lógica descritiva de pesquisa, cuja elaboração contará com a coleta de dados secundários, majoritariamente qualitativos, encontrados no meio digital, como artigos, livros e notícias, além das informações obtidas no site do Concórdia do Itamaraty.

BIBLIOGRAFIA: LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 41, 1998, pp.29-41. FIGUEIRA, Ariane Roder. Análise de política externa. São Paulo: Saraiva, 2011. SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. Cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre Brasil e Japão no século XXI: contribuições para o desenvolvimento. 2013. 137 f. EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. Fortalecendo a Parceria Estratégica e Global: a Política do Japão para o Brasil. jun. 2017. 14 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **6010**

TÍTULO: **A CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY DE 1982: OS TRATADOS INTERNACIONAIS E AS QUESTÕES GEOPOLÍTICAS E DE SEGURANÇA**

AUTOR(ES) : **MARINA COSTA VASCONCELOS**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A presente proposta de pesquisa analisará a Convenção de Montego Bay, de 1982, entendendo sua importância para a formação territorial marítima do Brasil e para o Direito do Mar. Para o desenvolvimento desta investigação, concentra-se na importância desta Convenção para o Brasil e para a construção do território brasileiro, assim como em sua influência na reivindicação por direitos no âmbito internacional. Atenção também será dada ao esclarecimento das questões jurídicas pertinentes à recepção do tratado, analisando o modo como se deram as tratativas e identificando suas diferentes fases. Como a Convenção de Montego Bay de 1982 foi recepcionada no Brasil? Quais foram as etapas até a completa internalização desse tratado e o método utilizado? Por que esse tratado tem tanto impacto para o país e para o Sistema Internacional? Como os tratados internacionais são formulados internacionalmente e como são internalizados nos Estados signatários? Seguem padrões internacionais, puramente nacionais, ou uma combinação de ambos? O que leva ao melhor resultado na prática política? Estas são algumas das questões que orientam este trabalho.

Para respondê-las, além de uma análise histórica e política, o presente estudo de caso se apoiará, principalmente, no Direito Internacional, em jurisprudência interna e externa, nas legislações internacionais e nacionais pertinentes e nos doutrinadores, como o professor Valério de Oliveira Mazzuoli (2015) e o especialista em Direito do Mar Wagner Menezes (2015). Pretende-se tomar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrada em Montego Bay, a 10 de dezembro de 1982, como ponto de partida de um caso concreto a ser analisado. Os dados a serem obtidos serão interpretados à luz do Direito do Mar, relacionando-o com a política externa brasileira. O tema tangencial é o da grande importância econômica, militar, geopolítica e histórica da conquista de alargamento territorial que o Brasil teve a partir da Convenção de Montego Bay. Por isso, entender como o processo de internalização se deu em um tratado tão importante para o Brasil é crucial para o desenvolvimento de pesquisas futuras e para uma compreensão mais aprofundada dos demais elementos históricos, políticos e jurídicos que se inserem neste debate. Entre as hipóteses desta pesquisa, considera-se que a reivindicação brasileira para a revisão dos limites exteriores de sua plataforma continental é de fundamental importância, porque é "sob a qual repousam inúmeras riquezas passíveis de serem economicamente aproveitadas, tais como as bacias de hidrocarbonetos, variados recursos minerais existentes em seu solo e subsolo e tantos outros associados à biodiversidade marinha" (MENEZES, 2015, p. 147).

BIBLIOGRAFIA: MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. 9ª edição revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. MENEZES, Wagner. O direito do mar. Brasília: FUNAG, 2015. NINO, Carlos Santiago. Introdução à análise do direito. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6014**

TÍTULO: **ANP E JUDICIALIZAÇÃO: ATÉ QUE PONTO O PODER JUDICIÁRIO CONSEGUE PRESERVAR A SEGURANÇA JURÍDICA AO DECIDIR SOBRE QUESTÕES TÉCNICAS?**

AUTOR(ES) : **ISABELLE CRISTINE SOARES ANTONIO, RODRIGO SOARES DA SILVA, JULIA BRAND BRAGANTIN, LUCAS FERREIRA BARROS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE**

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objeto a atuação do Poder Judiciário frente aos processos instaurados para aplicação de multas referentes à produção e exploração de petróleo e gás. A principal questão a ser tratada é como se manifestam, na prática, as decisões judiciais referentes ao objeto. O referido questionamento será averiguado a partir de um referencial teórico institucionalista (SUNSTEIN; VERMEULE, 2002), o qual será corroborado através de uma análise quantitativa dos casos judicializados sobre o tema no recorte temporal 2010-2019. Nesse sentido, a metodologia desta pesquisa é baseada na análise de material bibliográfico e jurisprudencial, a partir da qual será verificada a validade da hipótese aqui elencada, qual seja a de que, em casos eminentemente técnicos, deve haver a inserção de mecanismos de deferência à ANP ou, no mínimo, um *standard* claro que garanta julgamentos parecidos em casos similares. Isto se dá porque a agência é especializada quanto ao setor no qual exerce sua atividade de regulação e a insegurança jurídica tende a trazer consequências nefastas ao regulador, aos regulados e aos cidadãos em geral. Os principais objetivos desta análise são: (i) compreender como o Poder Judiciário lida com processos instaurados para aplicação de multas referentes à produção e exploração de petróleo e gás; e (ii) analisar se a forma com a qual ele o faz é ou não benéfica à harmonia institucional.

BIBLIOGRAFIA: SUNSTEIN, Cass; VERMEULE, Adrian. Interpretation and Institutions. Chicago Public Law and Legal Theory Working Paper Series, No. 28, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6016**

TÍTULO: **MATERNIDADE COMPULSÓRIA, AUTONOMIA PRIVADA E EXERCÍCIO DE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL.**

AUTOR(ES) : **CAROLINA SILVINO DE SÁ PALMEIRA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

Os direitos reprodutivos e sexuais são definidos no contexto internacional como parte integrante da saúde sexual e direitos humanos. O artigo 226, §7º, da Constituição da República estabeleceu o planejamento familiar como livre decisão do casal, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e na paternidade responsável, competindo ao Estado a formulação de políticas públicas para garantir tal direito. A lei 9.263 de 1996, que trata do planejamento familiar como um direito, regulamenta a Constituição da República de 1988, que trata da família como base da sociedade. A igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações foi definida no artigo 5º, I, da Constituição da República, em consonância com o objetivo fundamental de promover o bem de todos, sem preconceitos de raça, cor, origem, sexo, idade, nos termos do artigo 3º, IV, sob uma ótica personalista. Os artigos 11 a 13 do Código Civil de 2002 prevêem os atos de disposição sobre o corpo, sob a dimensão psicofísica, no capítulo de direitos da personalidade. Na área da saúde, reconhece-se, atualmente, a possibilidade de realização de negócios jurídicos existenciais, que incidem diretamente sobre os direitos da personalidade. No entanto, a tutela de situações existenciais depende do grau de exercício da autonomia privada pelo sujeito. No tocante ao corpo, a autodeterminação corporal surge como espécie de autonomia existencial, nas palavras de Maria Celina Bodin. Constata-se, porém, que, na prática, os direitos sexuais e reprodutivos não são exercidos pela mulher em sua plenitude, o que viola a autonomia reprodutiva e compromete a saúde sexual e reprodutiva da mulher, mormente quando as referidas práticas não consideram a interseccionalidade entre raça e classe. Notícia-se que a tutela de direitos sexuais e reprodutivos pela mulher encontra óbices em construções socioculturais e religiosas, sedimentadas no sistema de saúde e de assistência social, a exemplo da maternidade compulsória. A maternidade compulsória é prática cultural que entende a maternidade como projeto de vida, com embasamento em pré-compreensões destituídas de base científica como o instinto maternal e o amor incondicional, sob uma lógica biologizante, construída pelo pensamento médico no século XIX. O presente trabalho tem como objetivo avaliar em que medida a maternidade compulsória interfere na autonomia privada feminina e viola direitos reprodutivos e sexuais da mulher. Nesse contexto, pretende-se analisar a contribuição dos estudos feministas decoloniais sob uma perspectiva de raça e classe, no estudo dos direitos sexuais e reprodutivos. Para tanto, o método aplicado é a pesquisa bibliográfica, com enfoque em uma vertente jurídico-sociológica. Conclui-se que o exercício pleno de direitos sexuais e reprodutivos pela mulher depende do grau de autonomia privada conferido no meio social, por intermédio de políticas de saúde e de assistência social, que promovam a construção de uma sociedade mais solidária e justa.

BIBLIOGRAFIA: CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. BODIN DE MORAES, Maria Celina; DE CASTRO, Thamis Dalsenter Viveiros. A autonomia existencial nos atos de disposição do próprio corpo. Revista Pensar, v.19, n.03, set/dez-2014. MEIRELES, Rose Melo Venceslau. Autonomia privada e dignidade humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6035**

TÍTULO: **LIBERDADE DE IMPRENSA E MÍDIAS COMUNITÁRIAS**

AUTOR(ES) : **THIAGO PIMENTA VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO:

Liberdade de expressão e de imprensa são direitos fundamentais que guardam relação direta com a democracia, a autodeterminação e emancipação dos indivíduos e coletivos. Com o advento das novas tecnologias, a produção e circulação de informações passou a ser difusa com o empoderamento de grupos e comunidades, inclusive na construção de suas próprias interpretações da realidade e entendimento como sujeitos e cidadãos. No entanto, o direito de liberdade de imprensa faz parte de um estrato jurídico que carece de investigação, diante da vulnerabilidade de determinados comunicadores em suas expressões compartilhadas por meio de mídias independentes. O presente trabalho se ocupa de investigar se a liberdade de imprensa atribuída aos grandes veículos de imprensa também é usufruída por comunicadores de mídias alternativas, especialmente mídias comunitárias. Elas enfrentam as mesmas resistências para a produção e circulação de informações que também recaem sobre os grandes veículos? Que tipo de liberdade de imprensa o Estado pode garantir a esses grupos no sentido de ampliar a emancipação e participação do debate público?

Propõe-se como marco teórico a teoria crítica dos direitos humanos de Joaquín Herrera Flores para a compreensão da liberdade de expressão e imprensa como direito fundamental, tanto no aspecto da primeira dimensão de direitos (no que concerne às liberdades) quanto na efetivação enquanto direito coletivo (no escopo dos direitos de terceira geração, sob o paradigma da solidariedade). Para análise das categorias, propõe-se um estudo empírico, de abordagem etnográfica (método observativo-participante) na redação do Jornal Fala Roça, conduzido por comunicadores da Comunidade da Rocinha, considerada a maior da América Latina. Deseja-se fazer uma imersão no campo para a compreensão da esfera de liberdades para a produção de narrativas alternativas à grande imprensa. Deseja-se descrever a relação da comunicação da comunidade com interlocutores de instituições públicas para a difusão da informação. Para compreender as vulnerabilidades encontradas no campo, adota-se como marco teórico autores da área jurídica como Fábio Leite, André Andrade, Owen Fiss, entre outros, capazes de descrever um substrato do conceito jurídico de liberdade de imprensa, combinando com as categorias coletadas no campo para se chegar a um panorama da atual situação de liberdade de imprensa na Comunidade da Rocinha nos dias atuais em que o Brasil foi apontado por um relatório da organização Repórteres Sem Fronteiras como um país onde a liberdade de imprensa é considerada difícil, ocupando a posição de 111º lugar em um ranking mundial. Busca-se analisar com o apoio da antropologia a condição de vulnerabilidade dos comunicadores comunitários comparando com o atual estrato que compõe o direito fundamental à liberdade de imprensa como construto jurídico e sua eventual efetividade no contexto das comunidades, bem como compreend o papel do Estado no combate a eventuais desigualdades.

BIBLIOGRAFIA: FISS, Owen M. A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública. Trad. Gustavo Binenbojm; Caio Mário da Silva Pereira Neto. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. GADELHO JUNIOR, Marcos Duque. Liberdade de imprensa e a mediação estatal. São Paulo: Atlas, 2015. ANDRADE, ANDRÉ. Liberdade de Expressão em Tempos de Cólera. Rio de Janeiro: Gz Editora, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6037**

TÍTULO: **ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY: CARTILHA DE AUXÍLIO ÀS FAMÍLIAS E MATERIAL DE CRÍTICA EM RAZÃO DO EDITAL N. 561/2021**

AUTOR(ES) : **JOANA MARIA ACCIOLY BASTOS,LARA MIRANDA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

A comunicação irá apresentar o trabalho de pesquisa-ação na elaboração de uma cartilha pelo NAJUP Luiza Mahin junto ao Assentamento Irmã Dorothy. A cartilha teve por objeto auxiliar as famílias do Assentamento Irmã Dorothy, localizado no município de Quatis, no processo de serem beneficiárias da reforma agrária. O processo de construção do Irmã Dorothy começa ainda no fim de 2004, quando o INCRA começa a verificar se a Fazenda da Pedra, apontada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barra Mansa e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), era um latifúndio improdutivo. Porém, em setembro deste ano, foi publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o edital n. 561/2021 com o objetivo de promover a seleção das famílias candidatas do PNRA, segundo termos da Lei nº 13.465/2017. O referido edital viola o direito das famílias que moram e trabalham no assentamento há mais de 15 anos. Em novembro de 2014 ocorreu a criação do PA Irmã Dorothy com a respectiva imissão na posse do imóvel pelo INCRA e o Projeto de Assentamento Irmã Dorothy foi criado por portaria do INCRA em setembro de 2015. Dessa forma, a seleção das famílias do Irmã Dorothy não deveria ser feita por edital público pois as alterações da Lei Agrária pela Lei nº 13.465/2017 estabelecem diretrizes para os assentamentos criados a partir dela, não afetando aqueles existentes anteriormente. Essas questões foram apresentadas na cartilha realizada pelo NAJUP junto ao assentamento. Conectar a extensão e o saber jurídico para torná-lo instrumento acessível para toda a população distante do meio jurídico formal e engessado é um dos motivos pelo qual a cartilha foi elaborada. Além disso, foi um instrumento de comunicação que permite apresentar alguns aspectos da luta pela Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, trazendo visibilidade à luta popular e podendo, inclusive, contribuir para a desconstrução de alguns preconceitos existentes em relação aos movimentos sociais. Para atingir tais propósitos, a cartilha foi construída em diálogo entre o NAJUP, que faz o acompanhamento do processo jurídico do Irmã Dorothy há anos em construção com a coordenação do MST e acampados. Nesse sentido, as Autoras e demais membros do NAJUP trabalharam de forma conjunta na produção da cartilha como forma de denúncia da morosidade do sistema judiciário e inoperância do INCRA no Estado do Rio de Janeiro, bem como forma de promover as informações sobre os trâmites do edital. Por fim, os resultados esperados são a entrega da cartilha às famílias do Irmã Dorothy para que tal possa ser utilizado estrategicamente como instrumento de enfrentamento ao edital n. 561/2021, que provocou enorme insegurança jurídica às famílias, além de ser uma forma de auxiliar e democratizar o entendimento jurídico, no que tange o processo de desapropriação de terras à todos e contribuir para a luta popular pela Reforma Agrária.

BIBLIOGRAFIA: TAVARES, Ana Cláudia (et. al.). A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário fluminense. Revista Praia Vermelha, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6045**

TÍTULO: **PROJETO PILOTO: PATRULHA COSTEIRA E O FOMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS DE PARATY**

AUTOR(ES) : **THALIA DA SILVA OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO NUNES BITTENCOURT**

RESUMO:

O Projeto Piloto: Patrulha Costeira, visa levar a segurança pública para as Comunidades Tradicionais Caiçaras através do modelo de policiamento comunitário, que estabelece uma relação de confiança entre a comunidade e a polícia, esse fortalecimento de confiança dar-se-á através do fomento das políticas públicas que poderá ser implementado através de projetos sociais que viabilizam proporcionar às crianças da região o acesso aos cursos livres de: Jiu-jitsu, ballet clássico, capoeira e aula de reforço escolar. O projeto ressalta a importância do fortalecimento da segurança pública nas áreas afastadas da zona urbana da cidade, pois as comunidades tradicionais somente possuem acesso pelo mar e usando o meio de locomoção náutico, pois as comunidades tradicionais possuem alto índice de criminalidade, no qual os criminosos portam armas brancas, o projeto visa levar o policiamento comunitário através da aproximação da polícia e da comunidade, para que possam juntos inibir o alto índice de criminalidade e proporcionar às crianças que vivem à mercê da violência e da vulnerabilidade social, uma perspectiva de futuro melhor, fomentando as políticas públicas nessas respectivas comunidades.

O trabalho propõe-se a analisar os impactos sociais do Projeto Piloto "Patrulha Costeira" na vida da população de Paraty, enfatizando o desenvolvimento da experiência cidadã que é fortalecido por essa iniciativa e fortalece a própria comunidade.

O trabalho é um estudo de caso com abordagem testemunhal-participante, já que sou participante do projeto supracitado.

O Projeto Piloto implementado nas Comunidades Tradicionais Caiçaras proporcionará aos moradores o acesso à cultura, esporte e educação através do fomento de políticas públicas nessas áreas costeiras, que são afastadas da zona urbana da cidade.

BIBLIOGRAFIA: CERQUEIRA, Magno N. Sonho de uma polícia cidadã. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6056**

TITULO: **SERIA A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA UM INSTRUMENTO DE NECROPOLÍTICA**

AUTOR(ES) : **SILVIO MOURA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

Apesar de apresentar elementos seculares, a Previdência Social, tal como a conhecemos, ou seja, enquanto instrumento público de segurança e justiça sociais, é algo relativamente recente na história global.

As discussões envolvendo qual o modelo de previdência seria o mais adequado para garantir dignidade àqueles que por razões de envelhecimento e/ou do acometimento de enfermidades necessitam dessa proteção social ganha cada vez mais relevo no mundo. Tal discussão se mostra mais complexa em países como o Brasil onde, desde a época colonial, a previdência social nunca conseguiu alcançar plenamente seus objetivos e a população envelhece sem conseguir garantir, nos anos finais de vida, o acesso a bens e serviços para manutenção do seu mínimo existencial.

Com efeito, o ideário de Estado social de bem-estar brasileiro foi interrompido inúmeras vezes, atendendo a orientações externas e exigências de cunho fiscal, culminando com inúmeras reformas que somente promoveram mais exclusão para uma população de idosos, pessoas com deficiência e todas as demais categorias sociais que se encontram a margem de políticas públicas.

O presente estudo busca demonstrar como o sistema previdenciário brasileiro se afastou de seu objetivo constitucional e foi utilizado por políticas públicas que trazem consigo intenções de morte para aqueles indivíduos que não são mais "úteis" à sociedade, ou seja, como manifestação do exercício da Necropolítica.

A Necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2018), consiste do mecanismo estatal utilizado para justificar políticas de administração da vida e de morte e que estabelece parâmetros para as vidas que são administrativamente rentáveis e que devem ser preservadas e as que podem e devem ser sacrificáveis, ou seja, "quem pode viver e quem deve morrer (...) quem é descartável e quem não é". (MBEMBE, 2018, p. 41). A Necropolítica também possui relação com a teoria de biopoder de Michel Foucault (1999). O biopoder se reveste de processos de controle sobre a proporção dos nascimentos e dos óbitos, envelhecimento do indivíduo, enfermidades e anomalias, ou seja, é uma forma de governar a vida que se utiliza de dois mecanismos principais: disciplina, o governo dos corpos dos indivíduos; e biopolítica, o governo da população como um todo.

Utilizar-se-á para a pesquisa de coleta dos dados disponibilizados por órgãos públicos que regulam o sistema previdenciário brasileiro e de divulgações realizadas por entidades que operam no sistema de previdência privada. Também serão realizadas pesquisas bibliográficas, destacando-se a análise de textos, artigos, matérias jornalísticas e demais obras relacionadas ao tema.

Uma vez confirmada a Necropolítica Previdenciária, existe a pretensão de se apontar caminhos alternativos para que o sistema previdenciário possa alcançar o objetivo constitucional de promover o bem-estar social e reduzir as desigualdades.

BIBLIOGRAFIA: AGAMBEN, G. Estado de exceção: [Homo Sacer II, I]. São Paulo: Boitempo, 2015. FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica; Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes. MBEMBE, Achille. Necropolítica -: 3ª ed., 2018

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6057**

TÍTULO: **RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO BIOLÓGICA COM BASE APENAS NO CRITÉRIO GENÉTICO EM CASO DE MULTIPARENTALIDADE**

AUTOR(ES) : **IGOR GUINDANI**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

O tema proposto é objeto de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa pretende discorrer sobre o fenômeno da multiparentalidade, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 898.060/SC (Tema n. 622), em 2016. No julgado foi fixada a seguinte tese: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios." No caso paradigmático, a Suprema Corte entendeu que ambas as paternidades, afetiva e biológica, podem existir de forma simultânea, sem que nenhuma tenha prevalência sobre a outra, com base nos princípios da igualdade entre os filhos e da parentalidade responsável.

Embora o julgamento represente grande avanço para o Direito de Família, que se desvencilha do primado tradicional no qual uma pessoa apenas pode ter um pai e uma mãe, a decisão levou a numerosas críticas de parcela da doutrina, já que abre portas para o reconhecimento de vínculos frívolos, movidos por interesses meramente patrimoniais. Isso porque, já havendo uma paternidade/maternidade afetiva consolidada, o filho, aproveitando-se do vínculo genético existente, mesmo sem ter mantido qualquer tipo de convívio com seu genitor, busca o reconhecimento da relação biológica apenas visando à extensão do patrimônio.

Por outro lado, há quem entenda que o reconhecimento do vínculo genético é direito do filho que decorre do princípio da paternidade responsável e do melhor interesse da criança. Logo, constatada a parentalidade biológica, todos os efeitos, inclusive patrimoniais, deveriam ser aplicados normalmente, já que não existe paternidade ou maternidade de menor hierarquia.

A questão provocou não somente um enérgico debate na doutrina, como também na jurisprudência, que em determinadas ocasiões reconhece a descendência genética sem, contudo, os efeitos patrimoniais e em outras ocasiões ambas as situações são reconhecidas. Portanto, o objetivo da pesquisa consiste em verificar se é possível o reconhecimento da filiação biológica com base apenas no critério genético, sem qualquer situação de convivência entre genitor biológico e filho, e mesmo este já possuindo um vínculo socioafetivo declarado.

No intuito de responder à problemática, a pesquisa se utilizará do método dedutivo, partindo de um estudo sobre a atual conjuntura familiar, suas funções e princípios para, então, adentrar no específico caso da multiparentalidade. A pesquisa também conta com abordagem qualitativa a partir de consulta bibliográfica e documental, com análise da doutrina e da jurisprudência de tribunais estaduais e superiores.

A multiparentalidade ainda é um tema recente e demanda análise, principalmente considerando que seu reconhecimento importa não somente no acréscimo de mais um vínculo no registro de nascimento do filho, mas também gera todos os efeitos próprios da posse de estado de filho.

BIBLIOGRAFIA: SIMÃO, José Fernando. A multiparentalidade está admitida e com repercussão geral. Vitória ou derrota do afeto? São Paulo: Carta Forense, 2017. CALDERÓN, Ricardo Lucas. Multiparentalidade: A socioafetividade nos laços de filiação. Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia da OAB-PR. Ano 3, n. 2, ago. 2018. SCHREIBER, Anderson; LUSTOSA, Paulo Franco. Efeitos jurídicos da multiparentalidade. Revista Pensar, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 847-873, set.-dez., 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6061**

TÍTULO: **CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CONTÁBIL E PRÁTICA PARTICIPATIVA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MANUELA DE ALMEIDA FERNANDES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDA SAUERBRONN**

RESUMO:

A contabilidade, enquanto área do conhecimento, representa um domínio importante aos ambientes de participação social, visto que atua como um interlocutor entre a administração pública e a sociedade. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas apesar de configurarem como um instrumento essencial da participação popular, necessitam superar algumas limitações, sobretudo quanto à construção da força argumentativa de seus participantes (IPEA, 2011). Isso requer um processo de formação do conhecimento que permeia não somente qualificar o debate como produzir significados para os sujeitos nesses espaços. Assim, a pesquisa procurou identificar como ocorre a construção do conhecimento contábil junto às experiências práticas dos sujeitos nas principais atividades deliberativas do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS-Rio). Para isso, o estudo trouxe aportes teóricos de Paulo Freire (1967, 1970), na tentativa de compreender a importância das experiências reais dos indivíduos na apropriação de conhecimentos ditos "técnicos". Quanto aos métodos, utilizou-se as técnicas de observação não participante de assembleias e de análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com conselheiros e membros do corpo técnico do conselho e da Secretaria Municipal. Foram identificados sete elementos da prática participativa na construção desse conhecimento: a aproximação com a prática; a adaptação da linguagem; o tempo de apropriação; a correlação de informações fragmentadas; a conexão com a política; a integração com a gestão e os órgãos de controle; e a interface entre o público e o privado. O estudo procurou ainda associar esses elementos às abordagens contábeis selecionadas e descritas na revisão de literatura, integrando-os aos principais tópicos de deliberação do CMAS-Rio associados a conhecimentos contábeis. A pesquisa identificou potenciais a serem explorados pelo campo acadêmico contábil no CMAS-Rio - seja por meio de pesquisas ou projetos de extensão - sobretudo em relação à formação regular dos participantes por meio de capacitações contínuas nas comissões locais de assistência social. Considera-se, portanto, que essa pode ser uma possibilidade para a democratização de saberes acadêmicos ao público leigo em espaços participativos dos diferentes territórios do município do Rio de Janeiro, assim como uma oportunidade para que o campo do conhecimento contábil se reconheça como um instrumento prático de fortalecimento do controle social.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra, 1967. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. PIRES, R. (org). A efetividade das instituições participativas no Brasil perspectivas abordagens e estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **6074**

TITULO: **AFEGANISTÃO: O DESAFIO PÓS-AMERICANO PARA A CHINA**

AUTOR(ES) : **LETÍCIA SILVA DE OLIVEIRA CORRÊA**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO:

AFEGANISTÃO: O DESAFIO PÓS-AMERICANO PARA A CHINA

Resumo

Em agosto de 2021, os Estados Unidos concluíram a retirada de suas tropas militares do Afeganistão após duas décadas de ocupação, gerando, com isso, incerteza e insegurança como consequência da retomada do controle territorial afegão pelo grupo armado Talibã. Uma das implicações disso é a possibilidade de um maior protagonismo da República Popular da China em relação aos problemas enfrentados no Afeganistão, principalmente considerando a estreita fronteira que a China divide com o país em questão - o Corredor Wakhan. A vista disso, esta pesquisa busca promover elucidações acerca das relações entre o Afeganistão e a China, especificamente após a retirada total das tropas estadunidenses do país da Ásia Meridional. O principal objetivo do presente artigo é elencar quais são as oportunidades e os desafios para a China após o contexto "pós americano" no Afeganistão. Como metas secundárias, explanam-se sobre o histórico dessa relações sino-afegãs; a importância do Afeganistão para a China; as conversas entre a China e o grupo Talibã; a retirada dos Estados Unidos e suas reverberações e, por fim, a exposição das oportunidades e dos desafios à China diante dessa situação com considerações finais direcionadas à estratégia chinesa de "Keeping All Options Open".

BIBLIOGRAFIA: CLARKE, Michael. Beijing's March West: Opportunities and Challenges for China's Eurasian Pivot. Foreign Policy Research Institute. Elsevier Ltd. 2016. HUASHENG, Zhao. Afghanistan and China's New Neighbourhood Diplomacy. International Affairs, 2016, pp. 891-908. PALIWAL, Avinash. Silent Game: China's Engagement in Afghanistan. ORF Issue Brief. 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6078**

TITULO: **ANÁLISE SOBRE O LIMBO PREVIDENCIÁRIO-TRABALHISTA E O SEU ENFRENTAMENTO PELA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE HUMANA E SEGURANÇA JURÍDICA**

AUTOR(ES) : **EDUARDA GOUVEIA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

O trabalho tem por objetivo identificar como se dá o limbo previdenciário-trabalhista e analisar o tratamento concedido pela jurisprudência nacional à temática, refletindo sobre sua capacidade de resguardar os princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica. O limbo previdenciário-trabalhista é um fenômeno caracterizado pela divergência de opiniões médicas que colocam o trabalhador em uma situação de duplo desamparo, uma vez que é considerado apto ao trabalho por perícia médica promovida pela autarquia previdenciária (INSS), mas tem seu retorno ao trabalho ou readaptação em outra função obstruído por seu empregador, pelo entendimento da permanência da incapacidade laborativa atestado por médico do trabalho e/ou médico assistente. Assim, seu benefício por incapacidade é indeferido ou cessado administrativamente e seu contrato de trabalho fica em suspenso e, conseqüentemente, não há recebimento de valores pelo Instituto Nacional do Seguro Social, bem como não há pagamento de salário. Do exposto, o problema da pesquisa, fundamenta-se no seguinte questionamento: a maneira como a jurisprudência tem enfrentado as situações de limbo previdenciário-trabalhista é eficiente para promover a segurança jurídica e garantir a dignidade humana do trabalhador? O trabalho utiliza o método sociojurídico crítico que avalia as normas jurídicas a partir da realidade social. A partir do tema proposto e de seu objeto, teremos uma pesquisa exploratória, pois se debruça, sobretudo, em identificar como se dá o fenômeno, ainda bastante controverso, do limbo previdenciário-trabalhista. Nesse sentido, o trabalho assumirá a forma de pesquisa teórico-bibliográfica, com a finalidade de examinar as situações de limbo, valendo-se da análise de normas legais, doutrina e, em especial, de jurisprudência. Com a análise da jurisprudência, objetiva-se identificar como ocorre a responsabilização pela ocorrência de limbo previdenciário-trabalhista; em que medida o INSS e o empregador são responsabilizados; se essa responsabilização atende os princípios da dignidade humana e segurança jurídica; e, em última instância, refletir sobre propostas para a superação do limbo previdenciário-trabalhista. A seleção das decisões judiciais preza pelo recorte institucional, no âmbito da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal. Entre os primeiros resultados encontrados, constata-se que há uma deficiência de normas no ordenamento jurídico concernentes ao tema e, portanto, a judicialização tem sido a alternativa disponível para enfrentar as situações de limbo. Tendo por base o caráter alimentar da renda em questão, observa-se que a Justiça do Trabalho tem caminhado no sentido de responsabilizar o empregador ao pagamento dos salários do empregado deixado em situação de limbo. Por outro lado, em ações propostas perante a autarquia previdenciária, na Justiça Federal, verifica-se que com maior dificuldade os benefícios são revisados, face à presunção de legalidade do ato administrativo.

BIBLIOGRAFIA: LAVORATTI, Anna Claudia; OLIVEIRA, Paulo César Paraná. Responsabilização nos casos de limbo jurídico trabalhista-previdenciário. Revista Jurídica Luso-Brasileira, v. 7, n. 1, p. 1063-1091, 2021. PANCOTTI, Heloísa Helena Silva; PANCOTTI, Luiz Gustavo Boiam. A reforma trabalhista e seus reflexos no limbo previdenciário. Revista Aporia Jurídica, v. 1, n. 8, p. 276 - 294, 2017. SABADINI, Maurício. Limbo jurídico previdenciário trabalhista: descaso com o trabalhador e dilema para o empregador. Revista Ltr: legislação do trabalho, v. 83, n. 5, p. 532-540, Maio 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6083**

TÍTULO: **MARIA DA PENHA VIRTUAL E A CONCRETIZAÇÃO DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

AUTOR(ES) : **RAFAEL NUNES WANDERLEY**

ORIENTADOR(ES): **KONE CESARIO**

RESUMO:

Diante da escalada da violência doméstica durante a pandemia do novo coronavírus, no Brasil e no mundo, e diante da dificuldade de acesso à delegacia e ao tribunal pelas vítimas, o grupo Direito Ágil, formado pelo analista processual Hassany Chaves, pelo estudante de Direito da FND-UFRJ Rafael Wanderley e pelos universitários de Sistemas da Informação Luisa Rodrigues, Matheus Moreira, Yuri Arruda e João Vitor Ferreira, pesquisadores do Centro de Estudos de Direito e Tecnologia da UFRJ, sob coordenação da professora Kone Cesário, desenvolveu o Maria da Penha Virtual.

Trata-se de um aplicativo web que busca concretizar o acesso à justiça e a capacidade postulatória da mulher em situação de violência doméstica (arts. 19 c/c 27, da Lei Maria da Penha) por meio da automatização do pedido de medida protetiva de urgência e envio direto ao tribunal, de maneira ágil, eficiente e desburocratizada (Disponível em <https://maria-penha-virtual.tjrj.jus.br/>).

A partir de sua implementação pelo TJRJ, em parceria com a EMERJ, a COEM e a Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, via CEDITEC, o aplicativo, que já gerou mais de 900 pedidos de protetiva, permite que a vítima, sem precisar sair de casa, em um ambiente seguro e acessível por qualquer dispositivo eletrônico, além de ter acesso aos contatos e endereços dos serviços públicos disponíveis, possa preencher um formulário simples e objetivo com dados mínimos e suficientes para requerer sua protetiva, podendo anexar fotos, PDF's, laudo médico e gravar áudio para relatar a agressão e, em seguida, escolhe a(s) medida(s) protetiva(s) de acordo com seu caso. Os dados, então, são inseridos em uma petição padronizada que é encaminhada ao tribunal automaticamente por e-mail.

O aplicativo, pelo seu módulo analytics, permite ainda o acesso a relatórios estatísticos sobre a violência doméstica a partir dos dados anonimizados extraídos dos pedidos de medida protetiva a fim de aperfeiçoar políticas públicas e melhor direcionar o orçamento público no setor. Busca-se, em última instância, a concretização dos direitos humanos e o aperfeiçoamento do sistema de justiça, considerando que é esse o papel das Universidades públicas: servir à comunidade brasileira e contribuir para a efetivação dos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL, Lei Maria da Penha. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 24 out. 2021. BRASIL. Resolução Conjunta CNJ/CNMP Nº 5 de 03/03/2020. Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original215815202003045e6024773b7dc.pdf>. Acesso em 24 out. 2021. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça: Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral Curta**

ARTIGO: **6091**

TÍTULO: **INTERSECCIONALIDADE DA VIOLÊNCIA ENTRE RAÇA, GÊNERO E GORDOFOBIA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

AUTOR(ES) : **TAINARA ALMEIDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

A violência contra a mulher gorda e negra e a violação dos direitos de personalidade é o foco central do estudo empreendido. Tendo em vista a necessidade urticante de trazer à baila o debate essa seara, iremos utilizar ao longo do projeto elaborado a metodologia de autoras como Nancy Fraser, Bell Hooks, Naomi Wolf e Ingo Wolfgang Sarlet, que discutem a íntima relação do corpo com o ambiente, além de debates feministas envolvendo a relação entre classe e raça e, também, debates do Direito Civil, parte geral, que aborda os Direitos de Personalidade, imprescindíveis para o debate. Com escopo, Pode-se perceber que a violência contra a mulher gorda e negra enquadra-se na discussão, por exemplo, traçada pela filósofa feminista Nancy Fraser, haja vista que as mulheres gordas e negras se dissociam da normatividade cultural que é de um corpo branco (nesse aspecto, retoma-se a discussão central de permanência do racismo velado, principalmente contra minorias das minorias: mulheres e gordas), magro e com poder econômico, pois é indispensável abordarmos também o espectro de classe dentro dessa discussão, uma vez que essas mulheres, primordialmente, tem sua capacidade de permeabilização dentro do seio da sociedade, menor e com mais obstáculos, até mesmo quando analisamos as dificuldades que elas encontram para adentrar a serviços básicos e primários, ora de saúde, ora de emprego, moradia o que desemboca, por conseguinte, em uma marginalização e na privação dos seus direitos de personalidade sobre ser quem é sem ser minorizado por isso. Assim, compreende-se que a sua representatividade em canais de tv é muito pouca e quando o é, pauta-se em escárnio, ridicularização e papéis ora secundários, ora discriminados a funções de baixa renda, representando, destarte, qual o papel majoritário que essas mulheres tem dentro do lar, da vida privada e na vida pública. Dentro desse rol, ainda, buscaremos compreender os Direitos de Personalidade no que tange ao Direito de Imagem, já que não raras as vezes, tais indivíduos são estereotipados conforme referenciado. Por isso, é necessário entendermos como se soergueu as pautas sociais que reafirmam esses estereótipos, partindo de uma análise mais profunda na ótica de raça e como o racismo, entrelaçado no seio social e com profundo rastilho histórico, se atrela com fatores de gênero e, por fim, como essa interseccionalidade de raça, classe e gênero se fortificam e se aliam com o aspecto da gordofobia para auxiliar nessa inferiorização e influir para corroborar a violência contra essas mulheres.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje: a glance into the body: yesterday's and today's body. A glance into the body: yesterday's and today's body. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WstTrSKFNy7tzvSyMpqfWjz/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021. WOLF, Naomi. O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 13. ed. [S.l.]: Rosa dos Tempos, 1991. 489 p. Tradução: Waldéa Barcellos AKOTINERE, Carla. Interseccionalidade: feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2019. 149 p. Coordenação Djamilia Ribeiro Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional, Pietro Perlingieri